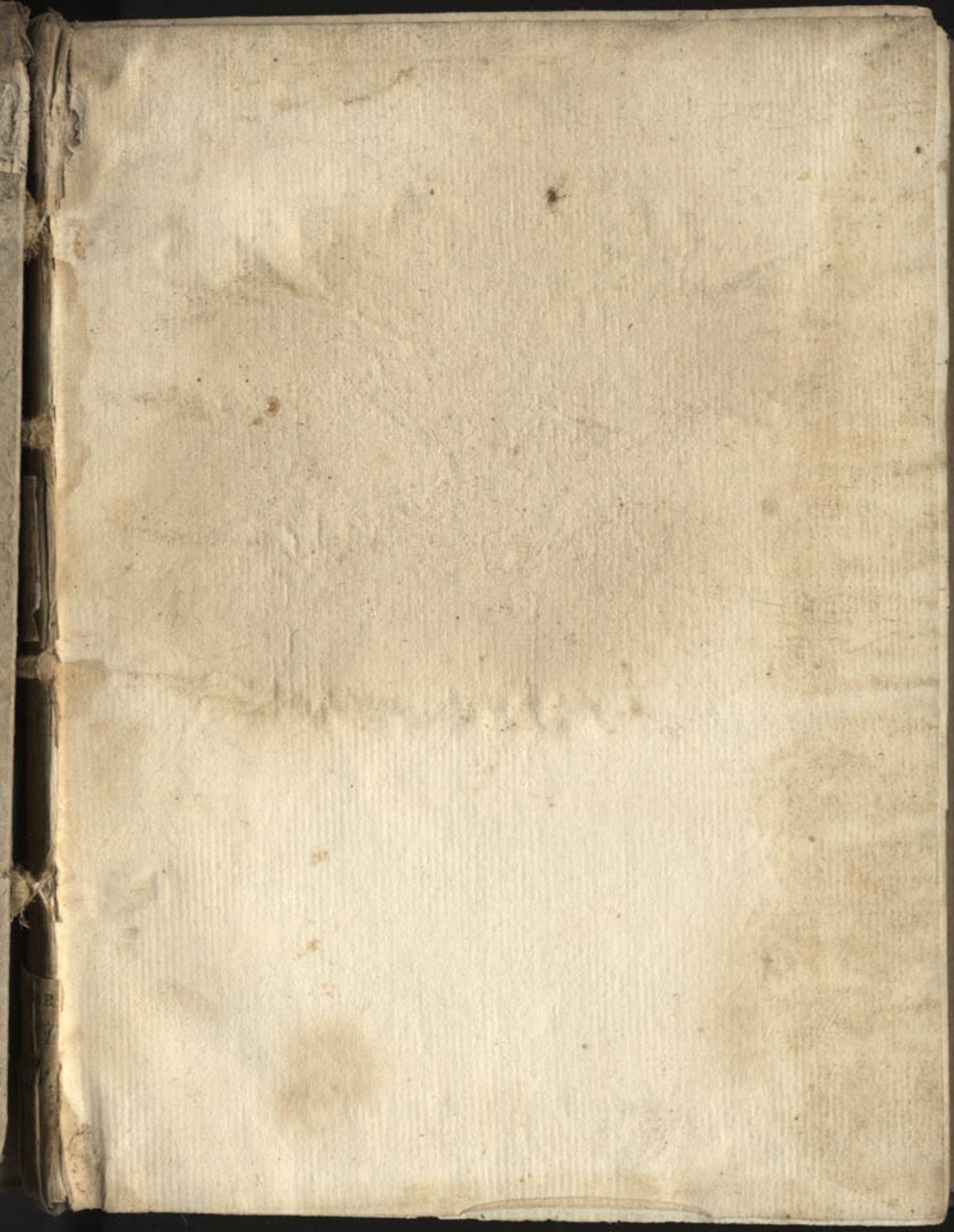
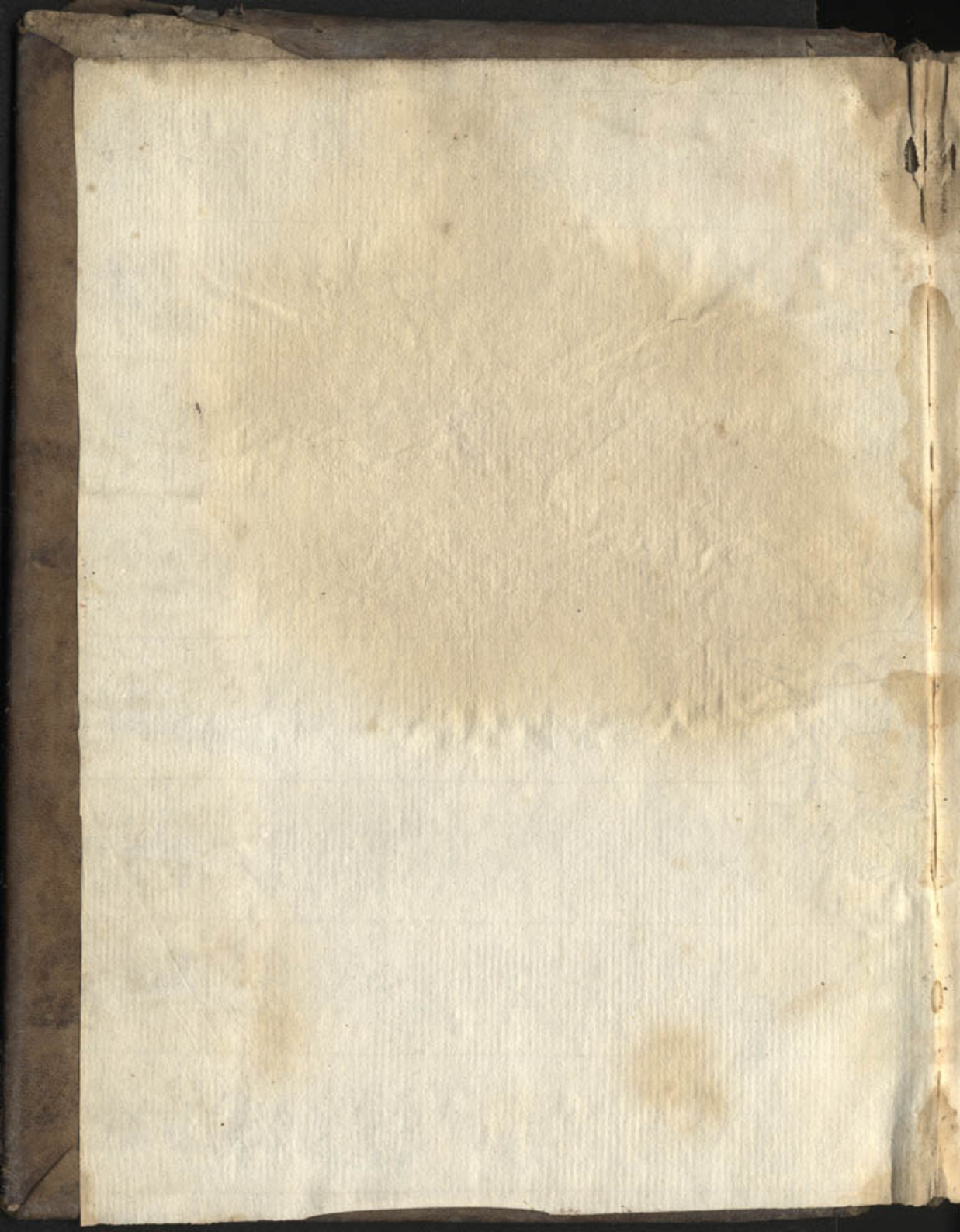
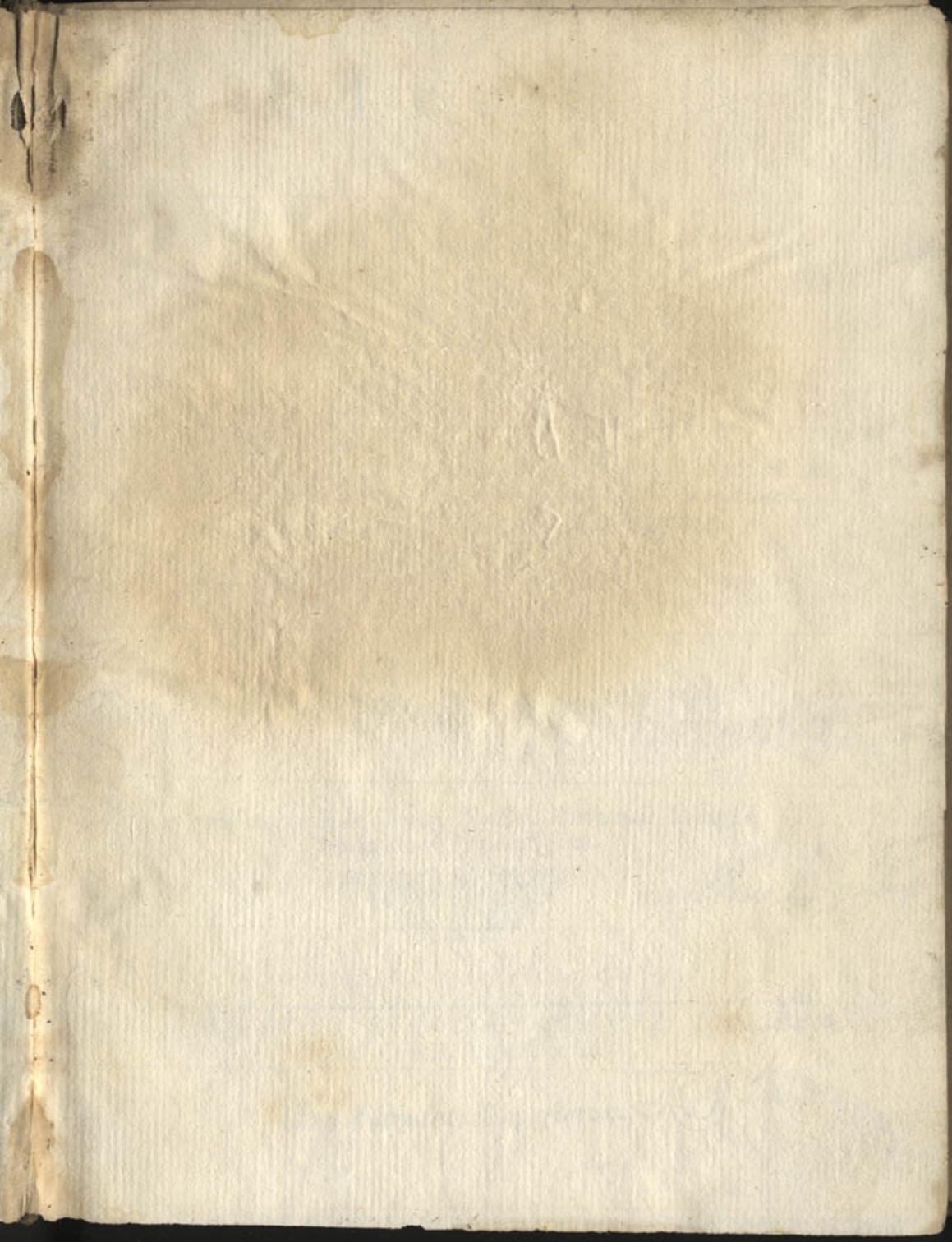


17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000

HA
8
2







H-A

8

2

LIBER
UTILISSIMUS
JUDICIBUS,

ET ADVOCATIS AD PRAXIM DE JUDICIO
Finium Regundorum.

COMPOSITUS AB

ANTONIO LOPES
LEYTAM,

Protonotario Apostolico, olim hujus Archiepiscopatus Metropolitanani
Promotore; nunc in Ecclesia, gloriosæ Virginis Mariæ Conceptionis,
Ulyssiponenfi, Ecclesiastico Auditore, & Visitatore.

ADDITUS

CUM CRIMINALI PRATICA

De Ordine procedendi in Causis Criminalibus.

DEDICATUS

ILLUSTRISSIMO, AC PRÆCLARISSIMO VIRO

JOANNI GUEDES
COUTINHO,

*Aquissimo in Fidei Senatu Judici, Portuensis Diœcesis
Moderatori Prudentissimo.*



Alm. J. de L...

CONIMBRICÆ:

Ex Typ. LUDOVICI SECCO FERREYRA, & Familiaris
Sancti Officii. Anno Domini.

M. DCCXLVII.

Cum Facultate Superiorum.





AD LECTOREM.



A M diu terrarum Dominis, Commendatariis, Conventuum Superioribus, aliisque personis particularibus in more positum, est à Rege delegationis diplomata postulare, per quæ nonnullis Ministrorum, qui Judices forenses fuissent, potestas fieret illorum fines, ac prædia in cathalogum redigendi, & beneficium hoc, suprema atque regia Majestas frequenter concedere solet. Et ipsimet Judices de legati eorundem diplomatum virtute, hujusmodi terminos præfinit, & quoniam non sunt versati, nec experti, ac simul Doctores in hac re scribenda parum temporis, minusque nostri Regnicolæ consumpserunt, ideoque ut potui, mea rudi Minerva, & tarditate ingenii, hunc librum, qui Praxis de judicio finium Regundorum in scribitur, scripsi, & consilio, importunitate, & instantia amicorum jurisconsultorum, eum typis mandare decrevi; quod feci, ad aliis peritioribus ansam præbendum, ut dilucidis exemplis, præpolitisque verbis, melius, perfectius, diligentius, & accuratius de hoc agere potuissent. Hic liber quidem multum mihi attulit laboris, videns, prius processus non paucos in casibus dicti argumenti dijudicatos, & DD. qui de illo faciunt mentionem, & non solum
ad

AD LECTOREM.

ad Judices antigraphorum, aliosque censes Superiores pertinet, sed etiam ad caufidicos, ut ij circa dubia, & quæstionum controversias, quæ ex eadem metarum præscriptione sæpissimè occurrunt, notare valeant.

Quare tibi Lector humanissimè offero, & dedico meum hoc opusculum rusticum, rusticanaque manu conscriptum, illud penè orbem pro singulari clementia tua suscipe, licet inconditum, imperfectum, & non omnibus numeris absolutum, sed eximio amore plenum, tui benigni syderis aspectu, atque hilari vultu intuere, protege, ac tuere, ut luce lucidius, sole clarius, splendore splendidius, stelis rutilantius appareat. Imperfectiones, & errores commissos non condemnans, neque accusans, dissimula, & excusa, ne criticus audax aliquis, aut detractor maledicus, & maleficus, suæ imprudentis cuspidatæque linguæ sagittas virulentas jaceat, & configat, ac veluti mordaci canino dente, Authorem rodeat immerentem.

Vale Lector, & fave.





PRAXIS
DE
JUDICIO
FINIUM
REGUNDORUM.



Riusquam ad particularia materiae de iudicio finium Regundorum descendamus; ex universalibus nonnulla praelibare operetium erit; enim vero omnis disciplinae progressus à generalibus præceptis rectè de-

ducitur *jux. tex. in §. 1. Inst. de just. & jur.* igitur ad evidentiam hujus praxis, observandum est, quod discreti iudices, & experti advocati, ante omnia debent, & solent diligenter inspicere rescriptorum formam, & verba; & ut melius percipi ab omnibus possit, ita se habet in nostra lingua Lusitana.

PETICÃO

Senhor.

D Izem a Prioreſſa, e mais Religiozas do Convento de tal parte, que ha muytos annos, que as terras, que ellas ſupplicantes em nome do dito ſeu Convento poſſuem em tal parte, e lbe pertencem, como ſenhoras dellas, não eſtão tombadas, nem demarcadas, e por aſſim ſer, muytas das ditas terras, eſtão alheadas, e uſurpadas em varias peſſoas, com quem demarcaõ, e confrontaõ, e em breve tempo pereceraõ grande deterimento; e porque ellas ſupplicantes querem obviar eſte grande prejuizo, e evitar duvidas, e demandas, e fazer tombo, mediçaõ, e demarcação das ditas terras, que lbe pertencem, e meter marcos entre as terras com quem partem, e confrontaõ.

Pedem a Voſſa Mageſtade lbes faça merce mãdar paſſar Alvarã, e Regimento, para o Licenciado N. Juiz que foy de tal parte (ou q̄ eſtã approvado para ſeu Real ſerviço) fazer o dito tombo, e demarçaçoes, e conhecimento ſobre as duvidas, que ſe moverem ſobre o dito tombo, e que N. poſſa ſervir de ſeu Eſcrivaõ, na forma do eſtylo.

E R. M.

Alvarã para ſe fazer tombo.

E U El-Rey faço ſaber, a vòs Bacharel N. que eſtais approvado para meu ſerviço, que havendo respeito ao que me inviou a dizer por ſua petiçaõ a Prioreſſa, e mais Religiozas do Moſteyro de tal parte; e viſto o que allegaõ,

gaõ, hey por bem, e vos mando, que façais demarcação, medição, e tombo dos bens, e propriedades, censos, rendas, e fóros, que pertencem ao dito mosteyro, em qualquer parte que estiverem, e sendo perante vós citadas, e requeridas as partes, aquem tocar (ut infra cap. 13. n. 8.) as ouvireis sobre o dito tombo, e demarcação, com o procurador das ditas Religiozas, tomondo disso verdadeira informação, assi por testemunhas antigas dignas de fé com juramento (ut infra cap. 4. n. 1.) como por tombos, e escrituras, se as abiver (ut infra c. 10. n. 10. & cap. 13. n. 52.) fazendo medir, e demarcar as ditas propriedades, que pertencem ao dito mosteyro, por hũa pessoa sem sospeita, juramentada, em que as partes se louvarem, à qual pessoa constrangereis, que faça a dita demarcação, e sendo as partes citadas, e requeridas (ut infra cap. 8. n. 8. & 26.) e não se querendo louvar, vós podereis louvar á sua revelia, e sendo as ditas propriedades medidas, e confrontadas, fareis pôr marcos, e divisoens nos lugares, e limites, em que forem necessários, na quellas cousas, e propriedades, em que não houver duvida, e as partes forem conformes fazendo disso fazer auto, em que vós assinareis, com as ditas partes, e testemunhas, que forẽ presentes, e assim nelle, como no livro do dito tombo fareis assentar em caderno, e titulo apartado per se cada hũa das ditas propriedades (ut infra Cap. 14. n. 30.) com declaração do lugar, e parte aonde estaõ, sem entre os Itens, e assentos dellas se assentarem, nem escreverem cousas algumas do que a outras pertencerem: e no que entre as partes houver duvida, determinareis, o que vos parecer justa, dando appellação, e agravo (ut infra cap. 12. n. 10.) nos casos, em que couber, para onde pertencer, e comprirse-ha, o que for determinado por sentença final, de que não haja appellação, e agravo, e dos ditos autos, mediçoens, e demarcaçoens, que assi fizerdes, mandareis dar o treslado

authentico ao procurador bastante do dito mosteiro, e as mais partes, q̃o requerem, para o terem para sua guarda (*ut infra cap. 14. num. ult.*)

Hei por bem, que seja escrivaõ da dita demarcação, medição) tombação, e tombo N. de quem tenbo boa informação, e que possa fazer final publico em todas as causas, que se requer, e for necessario para mayor firmeza do dito tombo, e que serà dado inteyra fe, e authoridade, a tudo o que o d. N. neste negocio escrever, e fizer.

E vindovos algũa pessoa com suspeição procederéis nos autos, e demarcação, em quanto a sospeição durar (*ut infra Cap. 11. n. 34.*) tomando por adjunto o juiz de fora da villa, ou lugar, onde ouvveréis de fazer o dito auto, e conhecerá do cazo, em que a sospeição vos for posta; e não avendo Juiz de fora, conheceréis disso com o Juiz mais velho do tal lugar, não sendo sospeito, e sendo com outro seu companheyro, e sendo ambos sospeitos, com hum dos Vereadores que for sem suspeita, e os autos, que com elle fizerdes, valeraõ sem embargo das ditas sospeições, e conhecerá dellas o Juiz que estiver mais perto do lugar, em que vos for intentada, e vòs lbe fareis levar as ditas sospeições á custa dos recusantes (*ut infra cap. 11. n. 34.*) E julgando-vos por sospeito, não ireis mais por diante pelo cazo, ou demarcação, e conhecerá da duvida no cazo, de que o fordes sospeito, o Provedor da Comarca, e nisto guardarà a forma deste Alvarà.

E vòs conheceréis das sospeições, que forem postas ao dito Escrivaõ (*ut infra Cap. 13. n. 10.*) não sendo dos cazos, ou pessoas em quem, ou por quem vòs fordes tambem recusado, porque entaõ conhecerá dellas o d. Provedor. E quando acontecer o d. Escrivaõ ser sospeito, ou impedido de tal impedimento, que não possa escrever no d. tombo, hey por bem, que possais tomar outro Tabaliaõ do lugar, onde
acertar,

acertar, que mais sem suspeita for com o qual ali fareis os autos, e demarcação da propriedade, ou propriedades, que no tal lugar, ou seu termo ouver, e o que o d. Escrivaõ escrever, valerá como se fora escrito pelo d. Escrivaõ, se sospeito, ou impedido não fosse, e vós fareis ajuntar os autos, que com o d. Tabaliaõ fizerdes, sobre as ditas demarcaçoens, aos outros que fizer, ou tiver feyto o Escrivaõ do d. tombo, para tudo estar junto, e em boa guarda.

Acontecendo, que na villa, ou lugar, aonde ouvereis de fazer a d. demarcação, medição, e tombo das ditas propriedades, não haja Porteiro do Conselho, hey por bem possais tomar bũa pessoa, que sirva de Porteyro com vosco, e faça as diligencias, ao qual dareis juramento dos Santos Evangelhos, que sirva o d. cargo bem, e verdadeiramente; e avendo na d. villa, ou lugar Porteiro do Conselho, com elle fareis as ditas diligencias, que necessarias forem sobre a d. demarcação, medição, e tombo.

Hey por bem, que acontecendo, que algũas pessoas mudem, ou tirem os marcos dos lugares, limites onde forem postos, depois de feyta a d. demarcação, medição, e tombo na maneira sobredita, os Juizes das Villas, e lugares, onde assim acontecer, serãõ obrigados a tirar devassa, e proceder contra os culpados, como for justiça (ut infra c. 15. n. ult.) dando appellação, e agravo nos cazos em que couber, e para saberem que carréga sobre elles esta obrigação, fareis tresladar este capitulo no livro da Camara das Villas, e Lugares onde fizerdes a d. demarcação, medição, e tombo.

E primeiro que vós, e o d. Escrivaõ começeis a entender, e servir neste negocio, vos serãõ dado juramêto dos Santos Evangelhos, que o façais bem, e verdadeiramente, guardando em todo meu serviço, e às partes seu direito, de q̄ se farãõ assento nas costas deste Alvarã, q̄ serãõ registado no principio dos autos, q̄ se fizerem da d. demarcação, medição, e tombo,

para em todo o tempo constar, q̃ o ouve assim por bem o qual jramento se vos darà, e ao d. Escrivaõ em minba chancelaria, e em quanto fordes occupado no fazer do d. tomo, avereis por dia a quinbentos reis, e o d. Escrivaõ trezentos reis, fora sua escritura, à custa da fazenda do Mosteyro.

E mando às Justiças, officiais, e pessoas das Villas, e lugares, onde estiverem os bens, e propriedades pertencentes ao dito Mosteyro, que para com mayor brevidade poderdes proceder, e acabar a dita demarcação, medição, e tomo, vos dem, façao dar toda ajuda, e favor, que lbe por vòs for requerido, e cumpraõ, e guardem este Alvarã inteiramente, como nelle se contem, que quero, que valha, tenha força, e vigor, posto q̃ o effeito delle haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ord. lib. 2. titul. 40. em contrario N. a fez em Lisboa, &c.

PETIÇÃO

Para rescripto de commissaõ com Jurisdição Ordinaria.

SENHOR.

D Izem a Prioressa, e mais Religiosas do Mosteyro de tal parte, que vossa Magestade lbe fez mercè mandar fazer tomo, e medição das propriedades pertencentes ao dito seu Mosteyro, pelo Bacharel. N. como consta da Provizaõ junta; e estando fazendo o dito tomo, algumas pessoas miseraveis, e Orfaons, como outras privilegiadas allegaõ, que o dito Bacharel naõ pòde obrigarlos a responder diante delle, com q̃ lbe dilataõ a medição das ditas terras, e fazẽ mayores expensas; e por q̃ V. Magestade costuma mandar passar semelhãte Provizaõ com Jurisdição Ordinaria.

Pede a V. Magestade lbe faça mercè mandar passar Alvarã, para que o dito Bacharel possa tomar conhecimento de todas as cauzas, feytos, duvidas, e demandas,

das, q̄ por parte dellas supplicantes à cerca do mesmo tombo, se tratarem com quaesquer pessoas, em q̄ forem Autores, e Reos, ou oppoentes, que por rezaõ de seus Privilegios tenhaõ por Juiz o Corregedor da Corte.

E R. M.

Segundo Alvarà.

E U El-Rey faço saber aos que este Alvarà virem, que havendo respeito ao que na petiçaõ atraz escrita dizem a Priossa, e mais Religiozas de tal Mosteiro; e vistas as cousas que alegaõ, e os exemplos, q̄ aprensentaraõ de como concedi o que pedem, a outros Mosteyros; hey por bem, e me praz, que àlem do que se contem na Provisão por onde o Bacharel N. faz tombo dos bens do dito Mosteiro, possa tomar conhecimento de todas as cauzas, feitos duvidas, e demandas, que por parte das ditas Religiozas, acerca do mesmo tombo, se tratarem com quais quer pessoas, em que forem Authores, Reos, ou oppoentes, por qualquer viã que seja; sem embargo das partes serem Viuvas, Orfaons, ou pessoas miseraveis, e privilegiadas, que por rezaõ de seus privilegios tenhaõ por Juiz o Corregedor da Corte para conhecer de suas causas, na forma da Ordenaçãõ: porque sem embargo dos ditos privilegios, o hey assim por bem, e com esta declaraçaõ se cumprirá em tudo o mais a dita sua Provisão do tombo, como nella se contem, posto que o effeito della, e desta baja de durar mais de hũ anno, sem embargo da Ordenaçãõ em cõtrario, N. a fez em Lisboa, &c.

Sic concessum est iudicibus confrariæ sanctæ Mariæ domus Misericordiæ, & Hospitalis omnium Sanctorum civitatis Ulyssiponensis, per Ord. lib. 1. tit. 16. §. 2. vers. Emovendose, &c.

S E N H O R.

D Iz N. morador em tal villa, comarca de tal parte Cavaleiro professo da Ordem de N. Senhor JESU Christo, e Comendador da Comenda de tal parte, sita em tal lugar; que ha muytos annos, q̄ as terras, que elle supplicante possue, e lhe pertencem, como senhor da dita terra, ou á dita sua Comenda, naõ estão tombadas, nem demarcadas, sendo, que os estatutos da dita Religiaõ as mandaõ tomar, e demarcar; e por assim ser, muitas terras estão alheadas, e usurpadas em varias pessoas, com quem demarcaõ, e confrontaõ por descudo de seus antecessores, e em breve tempo os bens da dita sua Commenda pereceraõ grande detrimento em prejuizo de sua Commenda, e Ordem, e porque elle supplicante quer evitar este prejuizo, duvidas, e demandas, com fazer tombo, mediçaõ, e demarcação das ditas terras, que lhe pertencem, em nome de sua Commenda, e meter marcos entre as terras com quem partem.

Pede a V. Magestade lhe faça m. Mandar passar Provisão para o Licenciado N. Juiz de fóra, que foy de tal parte, lhe fazer o dito tombo, e demarcaçãoes, e conhecer sobre as duvidas, que se moverem sobre o dito tombo.

E R. M.

P R O V I Z A Õ.

D Om João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, dàquem, e dálem mar em Africa, senhor de Guiné, &c. como Governador, e perpetuo Administrador, que sou do Mestrado, Cavalaria, e Ordem de Nosso Senhor JESU Christo, faço saber a vòs N. appro-
vado

vado para meu serviço que avendo respeito ao que na petição atrás escrita, diz fulano Commendador das Commendas de tal parte, Bispado de tal parte, e vistas as cauzas, que allega, bey por bem, e vos mando, que façais demarcação do tombo de todos os bens, e propriedades, que pertencem às ditas Commendas, do qual será Escrivão hum dos Escrivaens da Villa, ou Conselho, onde ellas estiverem, que para isso podereis escolher quem mais apto, e sufficiente vos parecer, e ireis em pessoa a pégar, ver, e demarcar os ditos bens, e propriedades, sendo para isso citadas, e requeridas as partes, a que tocar a dita demarcação (ut infra c. 2. n. 22. & c. 4. n. 1.) e os ouvireis sobre isso, com o Commendador, ou seu Procurador, e no que tocar á dita medição, e dependencias della, somente procedereis summariamente (ut infra cap. 4. n. 1.) e assim tomareis summaria informaçã dos lugares, por onde os ditos bens correm, e propriedades partem, e demarcação, assim por tombos, e escrituras, se as abi ouver, como por testemunhas antigas dignas de fé, com juramento, e visto tudo, fareis logo medir, e demarcar por marcos, e divisões àquellas cousas, em que não ouver duvida, e de que as partes forem contentes, e no que a ouver, determinareis o que for fustiça, dando appellação, e agravo nos cazos, em que couber, para o Juiz das Ordens militares desta minha Cidade de Lisboa. E da medição, e demarcação, que assim fizerdes fareis autos publicos, com declaração das propriedades, que forem, e das pessoas, que as trazem, em quantas vidas, e porque titulos; e se são emphyteusis ou em vidas, e dos foros, e direitos, que dellas pagaõ, e aquem, e como, e dos lugares onde estaõ, e com quem partem, e confrontaõ, e com todas as mais declaraçoens necessarias, para o que vereis os tombos, escrituras dos bens das ditas Commendas, e das partes se as ouver: nos quaes autos vós assinareis com as partes, e teste-

testemunhas, que estiverem presentes, e pelos ditos autos, e conforme a elles fará o dito Escrivão hum livro de Tombo de todos os ditos bens, propriedades, e da medição, e declaração delles, as folhas do qual serão numeradas, e assinadas por vós, no fim do qual se fara hum assento em que declare, quantas folhas forem, e como são numeradas, e assinadas por vós na forma da Ordenação, o qual livro do dito tomo mandareis dar ao procurador do dito Commendador, e querendo algumas partes o trestado do que a ellas tocar dos ditos autos, lho fareis dar; e este Alvará tresladará o dito Escrivão no principio dos autos, que fizer, e no dito livro do tomo, para se em todo o tempo ver, e saber, como se fez por meu mandado, e o dito Commendador será obrigado a vos pagar o salario, e ao dito Escrivão, e mais pessoas que se occuparem no dito tomo, o qual fareis sob cargo do juramento, que vos for dado, guardando em tudo meu serviço, às partes seu direito; e mando a todos meus Corregedores, Ouvidores, Juizes, justiças, officiaes, pessoas de meus Reynos, e Senhorios, que no que tocar ao dito tomo, vos dem todo o favor, e ajuda, e o fareis em termo de seis mezes primeiros seguintes, e este se cumprirá, sendo passado pela Chancellaria da dita Ordem. El-Rey nosso Senhor o mandou pelos Deputados do despacho da Meza da Consciencia, e Ordens. N. o fez em Lisboa, &c.



SUMMARIUM.

- 1 **C**itari debent vicini ad
judicium finium Re-
gund. & incerti con-
tradictores per edicta.
- 2 **D**ominium rerū incorpora-
lium, & earū determina-
tio est de jure gentium, &
dominium est jus coherēs
personæ, & non rei.
- 3 **D**iffinitio divisionis, quæ sit.
- 4 **A**ctio fin. Regund. ijs compe-
tit, qui prædia rustica ha-
bent, daturq; ad novos ter-
minos constituendos, &
antiquos reparandos.
- 5 **A**ctio fin. Regund. est mixta.
- 6 **F**ines magis fundo, quam
personæ adjudicantur.
- 7 **A**ctio fin. Regund. oritur ex-
quasi contractu, vel ex-
quasi delicto.
- 8 **A**ctio fin. Reg. duplex est,
alia directa, alia utilis.
- 9 **A**ctio fin. Reg. non potest con-
petere pro constituēdis fi-
nibus in prædiis urbanis.
- 10 **A**ctio fin. Reg. datur etiam
in rebus incorporalibus.
- 11 **J**udex debet agros persona-
liter inspicere.
- J**udex propter incommodam 12
terminorū divisionem, po-
test maiorē fundi partem
alicui assignare, dummodo
alteri stimatio præstetur.
- P**ro finibus constituendis, 13
quatuor remedia à jure
inventæ sunt.
- S**i post litem contestatam ali- 14
quis terminum alicujus
propria auctoritate occu-
pavit, tenetur ad ejus re-
stitutionem.
- Q**ui terminum constitutum 15
moverit, pœna 50. aureo-
rum de jure communi con-
demnandus est.
- A**ctio, ut finium Regund. cõ- 16
petat, necessariū est, acto,
rem probare, prædium in
illo termino habere, si ab
adversario negetur.
- A**ctor probare debet mensu- 17
ram prædiorum.
- F**urare debet agri mēsor ad 18
terminos constituēdos, non
secundū assertorium, sed
crudelitatem suam.
- J**udex debet secundū agri 19
mēsoris arbitriū judicare

C A P. I.

Circa superiorum praxim est advertendum, quod citatio, quæ fit partibus, procedit ex l. 3. C. finium reg. & ex traditis per Panorm. in cap. quia indicante de prescrips. & edictum citationis procedit ex ijs, quæ notat Glos. in extravag. ad reprimendum verbo per edictum, cum in præfenti citentur vicini illius loci, & etiam incerti contraditores, quorum interest: quo casu est locus citationi per edictum, ut in l. si eo tempore, Cod. de remis. pig. & tradit Felin. in cap. quoniam frequenter, §. porro, ut lite non contestata.

2 Agenti mihi de divisione dominij rerum incorporalium, ac de determinatione earum, quam de jure gentium esse asserit Juriscons. in l. ex hoc jure §. ibi dominia distincta, & ibi agris termini possit. ff. just. & jur. & in l. I. ff. acq. rerum domin. §. singulorum Instit. de rer. divis. prius incumbit ostendere dominium esse jus personæ, & non rei co-hærens, l. qui aliena 32. §. fin. ubi. glos. lit. N. ff. neg. gest. l. quid aliud 86. de verb. sign. Cons. l. 45. tan. n. 5. post prin-

cipium, & nec differt à proprietate, cum pro eodem accipiat, Steph. Grat. cap. 838. num. 4. tom. 5.

Ad diffinitionem verò divisionis, videnda est glos. verbo divisio in §. I. Inst. de oblig. quæ sic se habet: Divisio est alicujus totius universalis, aut integralis sufficiens, ac distincta assignatio partium: quam sequuntur ibi repetentes, & in l. I. tit. 17. p. 6. lex illa Castellæ diffinit divisionem hoc modo: Divisiones de partimiento, que hazen los hombres entre si de las cosas, que han communmente por herencia, o por razon. Sequitur, ac refert Ayora in tract. de part. cap. I. n. 1. & Cald. Pereira lib. 2. for. 9. 42. n. 3. ante finem ibi, & divisio est Separatio jurium, quæ communia sunt.

Actio fin. regund. competit illis, qui habent prædia rustica, & datur contra vicinum possessorem ad constitutionem novorum terminorum, vel reparationem antiquorum, & ad præstandum interesse. Et est mixta, realis, & personalis. Realis, enim, quia restituit domino quod suum est, & sequitur fundum,

tra-

- tradit Valasc. de part. cap. 2. num. 3. Marant. de ord. jud. 4. p. dist. 17. & magis fundo, quam personæ fines adjudicantur, ut in l. sed & loci §. si aliter ff. fin. regund. Personalis verò est, quia ex quasi contractu, vel ex quasi delicto vicinorum oritur, cum nitantur producere fines ultrò, & citroque latus, quam par sit, ut probatur in l. 1. fin. regund.
8. Ista actio est duplex, directa, & utilis, ut notat Mensing. in d. §. quedam num. 42. & solum datur pro constituendis finibus in prædiis rusticis, non verò in urbanis jux. tex. in l. 4. §. fin. vers. hoc judicium ff. fin. reg. notat Costa ad Caminh. annotat. 20. numer. 4. Datur etiam in rebus incorporalibus, ut puta pro ponendis finibus, jurisdictionibus, & territoriiis, ut probatur in cap. super eo de paroch. Advertendum tamen est, quod si prædia non fuerint distincta suis terminis iudex personaliter accedere debet ad ea, ut notat Costa d. annos. 20. n. 5. Mendes à Cast. 2. p. lib. 4. c. 3. n. 27. non tamen est necessarium præsentialiter, iudicem accedere ad illa loca, licet utile esset, sed sufficit mittere agri mensores, citatis partibus jux. tex. in l. 3. C. fin. regund. assignando terminum partibus, ut sint tali die, & hora in tali loco, cum talibus magistris, ut docet Mend. à Cast. in loco cit. Quando autem esset obscuritas, & commodè terminari non posset secundum terminos antiquos, licitum erit iudici ex prædio unius aliquid prædio alterius adjudicare, condemnando eum in certa quantitate pecuniæ dandæ cui pars prædij ablata fuit, juxta text. in l. 2. §. fin. cum leg. seq. ff. fin. regun. & in §. si finium Instit. de offic. jud. Suar. de Pax in prax. tom. 3. cap. 1. §. 8. num. 13.
9. Et est advertendum etiam, quod pro finibus constituendis quatuor remedia in jure prodita sunt, ut refert Mend. à Cast. dict. 2. p. lib. 4. c. 3. numer. 26. Primum, est conditio ex l. si constituerit, C. fin. regund. videlicet, quando post litem contestatam aliquis occupavit aliquid de termino alieno, tunc ad restitutionem ejus de suo tenetur. Secundum, est actio l. Agraria pœnalis §. aureorum, in eum, qui terminum ejecerit, vel moveri fecerit, ut in l. Agrariam, ff. 15 term. mot. Tertium, est accusatio criminalis, de qua in l. 1. & 2. ff. term. mot. Quartum, est hæc nostra actio finium regund. quæ ad hoc, ut competat alicui requiruntur sequentia. Primò, quod si reus neget, actorem habere prædium in illo termino; actor

actor ante omnia ostendat se
 17 prædium habere. Secundò, re-
 quiritur, quod actor probet men-
 suram prædiorum, & supradi-
 ctis probatis, iudex mittere de-
 18 bet agrimensorès; qui tenentur
 facere juramentum de bene se
 gerendo in illa agrimensura;
 aliàs non valet eorum mensura-
 tio, secundùm *Bartol. in l. hac
 edictali §. ijs illud Cod. de se-
 cund. nup. Mend. à Castr. dict.*

2. part. lib. 4. cap. 3. num. 28.
 Quod juramentum debet esse de
 credulitate, non vero de assertio-
 ne veritatis, secundum com-
 munem ex *Felin. in cap. propo-
 suisti de probat.*; & facta relatio-
 19 ne per agrimensorès, iudex
 tunc profert sententiam, qua præ-
 cipit mensuram, & declaratio-
 nem agrimensoris servari quæ
 praxis probatur, & procedit ex
l. 3. Cod. fin. regund.

SUMMARIUM.

- 1 **D** Annus insectū faci-
 lius impeditur, quam
 factū resarciri possit,
 vel facilius tollitur faci-
 endū, quàm factū, & spo-
 2 lium impeditur, sicut, &
 commissum resarcitur.
- 2 Consentire videtur socius,
 quod præsens non contra-
 dixit alteri socio.
- 3 Timens damnū sibi fieri in re
 vel jure suo, vel spoliari à
 possessione, potest à iudice
 pænale præceptū impetra-
 re, ne offendatur, & ad-
 versario intimare, & n. 5.
- 4 Fructus, & segetes, ut con-
 serventur, potest pænna pec-
 uniaria comminari dam-
 num inferentibus, per se,
 vel cū pecoribus, & etiam,

ne per medium fiant.
 Venditor tenetur emptori;
 pro qualitate rei.
 Officiū iudex impartiri non 6
 debet parti non petenti.
 Cautio de non offendendo per-
 7 sonā, & impedire discor-
 dias inter privatos, publi-
 cam respicit utilitatem.
 Arma prohibita portari, vel 8
 tēpore aliquo prohibito, si
 iudex viderit, auferre po-
 terit etiam à nemine re-
 quisitus.
 Homines habēt inter se com-
 9 munem cognitionem, ideo
 quilibet pro alio, ubi vita
 periclitatur, intervenire
 potest, & audiri etiam in
 iudicio.

Rei-

- 10 *Reipublicæ interest bona sua à dominis conservari, & quando, & quibus?*
- 11 *Bonis suis, quis abuti potest, & etiam per negligentiam perdere.*
- 12 *Verbū in oratione adjectum, ut illam perficiat, repetitum censeri debet, & intelligatur.*
- 13 *Possessio vacans, ne alicui detur, antequā adjudicetur, potest iudex prohibere notariis sui territorij sub pœna pecuniaria, sed hac incurta defacto dari potest, & tenet; ideo cautela est, ut pro suspensis iudex eos habeat.*
- 14 *Matrimonium impediri ab Ordinario aliquibus potest, inhabilitando, & interdicens parochū quoad illius celebrationem.*
- 15 *Possessionem naturalem, si acquirat habens civilē, non cōmittit attentatū, & hæc comitatur illam, & dignior civili, est naturalis.*
- 16 *Meum quod est ex pinguiori jure meum facere possum, & ita dominū revocabile habens, potest acquirere irrevocabile.*
- Terminorū confusio, est idē, 17 quod turbatio, vel obscuratio, & à turbatione incipit præcripto 30. annorū*
- Confusio rerum dominiū ac- 18 quirir, & limitatione rei non tantum acquiritur, quantum conservatur acquisitum dominium.*
- Terminorū turbatio, & mu- 19 tatio non semper fit dolo, & culpa, sed aliquando ex justa ignorantie causa.*
- Sine actione nemo admitti- 20 tur in iudicio, & actio fin. reg. est dativa.*
- Fin. reg. actio, quādo præ- 21 cedit factū adversarij, & præexistit materia est nativa.*
- Divisionis, & terminorum 22 primò inventor fuit Cain, & actio pro divisione prædiorum materialiter est de jure gentium.*
- Limites dicuntur à lite, & 23 priores lites fuerunt super divisione finium.*
- Divisione fiat prædiorū, nec 24 prescriptio etiam longissima currit, & n. 28.*
- Præscriptio currit super fi- 25 nibus, quando agitur de trans-*

transpositione terminorū,
& non currit sine possessione, & n. 29.

26 Præscriptio est de jure civili positivo, quod operatur super actionibus civilibus, circa quas illud jus civile residet, etiam quan-

do addit, vel detrahit jurgentium.

Lucem odit, qui malefacit, 27
& qui facit veritatem, venit ad lucem.

Socia contra sociam non præscribit ne unquam res devidatur.

C A P. II.

CUm terminorum, quibus agrorum fines reguntur, pluribus modis confusio eveniat (ut infra disceptabitur) & facilius, utiliusque sit vicinis infectum damnum impedire, quam jam factum resarcire, l. fin. ante finem, Cod. in quibus caus. rest. in integr. glos. verbo liceat in cap. 1. extra de rest. in integ. glos. etiam verbo non obligaverit in §. soluto. in 2^a auth. de nup. coll. 4. Et sicut post spoliū commissum sequitur restitutio, ita etiam impediri, Cardos. in praxi. verbo interdittum in rebus human. num. 56. Imò si prohibere potuit vicinus, & non prohibuit, prætermittere adversarij factum censetur, l. Sabinus 28. vers. Sed si, ff. communi dividundo, resolvit ex alijs Avend. lib. 1. de exeq. mand. cap. 4. n. 44. vers. & quamvis. cum alijs num. 47.

Opportet rei suæ damnum 3 (quod in diminutione patrimonij consistit. l. 3. ff. de damn. infect.) suspicantem præceptum prohibitorium à judice impetrare; & parvi notum facere, ut suo sit contentus ad l. si consulerit, vers. sed quod magis C. hoc tit. c. 1. in princ. 4 13. q. 1. & abstineat ab alieno, l. si irruptione (ibi præses provincie alieno eos abstinere) ff. fin. reg. resolvit. Joseph de Sesse de inhib. in princ. num. 3. & seqq. Et regulare est in quocunque timente turbari in possessione rei, vel juris sui, illud præceptum inhibitorium impetrare sess. ubi proxime. Capicinus dec. 13. num. 2. & persequeris in f. cap. 3. num. 24.

Si enim ut damna cessent, in segetibus, hortis, & alijs fructificantibus, ad ampliationem. Ord. lib. 1. tit. 66. §. 27. partes possunt à judice impetrare præceptum penale, & prohibitorium contra tran-

redientes. *Pereg. de jur. fisc. lib. 8. n. 36. Grat. forens. capit. 559. num. 1. tom. 3. & capit. 139. n. 1. & 12. tom. 1. ad rationem, l. divus 16. ff. servit. rustic. pred. & in l. injuriarum 13. §. final ff. injur. quod & declarat. Florianus in l. final. hoc nostro titulo, Francisc. Marc. decis. 500. n. 6. part. 1. & de praxi expediendi illud, videntus est Joseph de Sesse de inhibiti. capit. 6. §. 1. num. 52. Advertere tamen oportet, ut terra ipsa fructificans, si expresse non prohibeantur, circumdata sit maceria, sepe, vel alio modo, Steph. Gratian. dict. num. 1. & 3.*

Item, ne iter fiat per medium prædium ex eodem Stephano Grat. 5 d. cap. 559. n. 1. & 3. & Ord. lib. 2. tit. 59. §. 7. ad medium, disponit in prædijs senatorum, a fortiori igitur quando damnum non in fractibus imminet, sed in ablatione ipsiusmet terræ, & partis ipsius fundi, dicta pœna, & prohibitio concedenda est ab ipso præside, vel iudice competente, l. 1. vers. nam vel magis: ff. carb. edict. facit ratio text. in l. si in qualitate 23. ff. de act. empt. habet enim text. ibi, quod licet venditor mentitus non sit in mensura, & qualitate utriusque fundi venditi, sed in qualitate, tenetur tamen emptori, quia 6 qualitas, & æstimatio rei efficit iudicium dari, l. si fundo per-

ditio 36. eodem tit.

Sed dubium est, an iudex ex officio prohibere debeat, & præcipere interim, non usurpari fundi partem, an necessariò requiratur prævia partis postulatio, cum 7 maximè iudicis officium, non petitum impartiri nequeat, l. 4. §. hoc iudicium, ff. damn. insect. Pacian. conf. 157. n. 14. cum alijs per Aegydius 2. part. de just. & iure. cap. 10. n. 18. P. Barb. in l. sicut n. 205. Cod. præscript. 30. & in rub. n. 3. Et distinguendum puto, 8 vel timor, & damnum imminet in personam cadere, & tunc quia cautio de non offendendo publicam utilitatem concernit privatorum concordia conservari debeat, l. congruit 13. ff. offic. præsid. l. illicitas 6. §. ne potentiores, ff. eodem l. denuntiamus. & ibi glos. marginalis C. his qui ad Eccles. confug. 9 Ord. lib. 1. tit. 58. §. 9. & tit. 60. §. 14. Aegyda. cit. num. 8. post princip. & ita procedit glos. marginalis, quam in nostro text. probari dicit Bald. circa declarationem armorum: quæ iudex auferre potest, dum videt, sine partis querela, & iudex procedit ex nobili suo officio; Gratian. c. 499. n. 1. 9 In tantum, quod licet quis voluntarie se periculò, submittat; adhuc succurri ei debeat, ac in vita conservari, l. non tantum 6. ff. appellar; propter hominum cogni- 10 tionem

tionem communem. l. ut vim 6. ff. just. & jur. l. servus ea lege 7. vers. nec videtur, ff. serv. exposit. prosequitur Pet. Greg. lib. 41. syntag. jur. cap. 5. n. 16. Phab. 1. p. decis. 10. num. 22.

- 11 Vel itidem versatur in rebus, & tunc quia reipublicæ non interest hunc, vel illum divitem evadere, nisi subsistente causa, de qua Ord. lib. 4. tit. 113. in principio, & tit. 107. Cald. Pereira in l. 2. verb. non absimilis n. 5. ante finem Cod. rest. in integ. non debet iudex impartiri officium, nisi petatur, adeo ut, si periculo dominus bona sua exponat, succurri non debeat, l. 3. §. subvenitur, ff. ad Syllan. l. fidejussor 7. §. si necessaria in fine; ff. qui satisd. cogan. l. 2. §. si quis rament, ff. si quis cant. cuique enim permissum est de jure rebus suis abuti, l. sed, & si 28. §. consuluit, ff. petit. hered. & maximè, quando rem suam negligit ad terminos, l. si quid 34. §. sicut vers. tunc enim, ff. cod. tit. ideo requiritur, ut præcedat partis petitio, & innuit à l. si irruptione, juncta glos. ibi liter. l. & Ord. lib. 3. tit. 78. §. 5. post. medium.

Planè quatenus ibi Ulpianus ait, terminos per mensorem declarari, respicit iudicium fin. reg. quod non intentatur, nec exercetur sine actore, & actione deducta in iudicium, ut inf. cap. 11.

n. 54. & tamen sub eodem verbo (*Jubet*) utraque particula orationis, scilicet (*Absentionis ab alieno, & declarationis terminorum*) fit, ut in litera patet; cum moris sit Jurisconsultorum sub uno contextu casus diffinire, ut in l. mora 23. ff. de usur. & cum d. l. dicit Nicol. gen. lib. 2. de ver. enunt. quest. 19. n. 35. post Ruin. conf. 3. n. 20. lib. 2. Debet ergo intelligi decisum sub eadem actione utriusque particule orationis perfectæ de serviente, arg. text. in l. quamvis, Cod. de impub. l. in testamento 6. ibi: Quo utrique partiioni potuit, C. testam. mil. juncta l. verbum 10. C. fideicom. ubi verbum cujus expressione sensus orationis intellectualis perficitur, edictum censetur, imò fortius repetitum iudicari debet, probat text. in l. cum pater 79. §. cum imperfecta, juncta glos. 1. in principio, ff. legat. 2. melior text. in l. si quis 6. §. si initium, & ibi glos. liter. O, ff. de edend.

Solent etiam iudices aliquando addici, ut notarios suæ jurisdictionis inhabeant, ne possessionem vacuam alicui ingredi volenti ministrent, ut possunt dare sine iudice, titulo ostenso, l. 3. C. pig. Ord. lib. 4. tit. 58. §. 3. ubi Barbof. in remiss. plures addit; videbatur prohibitionem iudicis impedire; datamque contra præceptum, nullam esse, l. si pupillo-

rum 8. §. si prator vers. & mea fert opinio, ff. reb. eorum, cum aliis per Surd. decis. 51. n. 13. & conf. 3. n. 9. & 10. Reynof. obs. 74. n. 12.

Sed obstat decisio nostræ Ordinationis, cujus dispositionem iudex revocare, nec licentiam notariis concessam, auferre potest, nisi causa subsistente, ut in dict.

Ord. lib. 4. tit. 95. §. 2. & quia hinc videbatur attentatum, vel imminet, Lancelot. de attent. 3. p. cap. 24. quest. 8. num. 32. Cald. Pereira q. for. q. 21. num. 41. post principium; ideo & pœna pecuniaria comminata non impedit, licet incurratur à cōtra faciente; Card. Seraphin. decis. Rot. 423. Steph. Grat. tom. 3. c. 542. n. 53. Potest addi in prohibitione à iudice, quod habeat notarios pro suspensis ad illum actum possessionis, quem sibi iudex reservat, arg. eorum qua Thom. Sanch. de mat. lib. 3. disp. 21. num. 10. & seq. Gonçal. de alter. glos. 27. num. 45. & 46. ubi agunt de prohibendo per Ordinariam matrimonio inter aliquos celebrando, remo-

15 vendo auctoritatem parochi, ut validè adesse non possit ad Conc. Trid. sess. 21. c. 6. de resor. Adde hic, quod prohibitus ingredi possessionem, ne ad rixas deveniatur, si appellet à iudice, minime appellationi deferet, prohibitio à legis provisione procedat, &

æquitate legis æquissimum nitatur, & æquitas injuriam, & gravamen non inferat, l. injuriarum. §. 1. ff. de injur, & ubi nullum est gravamen, nulla locum habet appellatio, l. 1. in princ. & §. quasi ff. de appellat. Paris. de synd. §. de libellis contr. potest. verbo iudex num. 2.

Nec obest habenti possessionem 16 civilem ante litem, ea pendente, naturalem acquirere; quo casu non fit attentatum, Rot. nova decis. 42. & 44. de appellat. Assiēt. decis. 131. num. 1. Capic. dec. 72. n. 4. & 6. & ibi add. lit. B. Menoch. conf. 1073. n. 19. lib. 11. quinimo in concursu possidentium, regula 21 bitur possessio à priori possessione, & secunda dicitur actus continuatus, & non novus, c. cum teneamur de appel. Paris. conf. 41. n. 38. lib. 1. Step. Grat. c. 910. n. 11. tom. 5. Vel si prius ad iudicem fuisset, & postea per insistentiam personalem, eo neglecto, possessionem acquirat, idem Menoch. tom. 5. adipisc. n. 28. & 29. Caval. de brach. reg. in fragm. 6. p. pag. 211. vers. nam refertur; quia ex adductis a Folan. de pact. nupt. claus. 4. p. 2. gl. 5. num. 58. quod meum est pingui ore jure meum facere possum, sicut & habens dominium revocabile acquirere 17 potest, ita post alios resolvit. Per. Barbof. per l. in bello 12. §. si quis

servum, ff. de captiv. in repet. l. 3. n. 120. C. prescrip. 30. annor. pag. 166. & an per viam prescriptio- nis cum mala fide ibi a num. 111. ita è converso, rem meam stipu- lari possum, si mea esse defierit. l. si rem meam 31. ff. de verb. oblig. cum aliis per Cald. conf. 17. n. 2. & 8. in fine. Certumque èst natura- lem possessionem digniorem esse civili. l. 1. §. non alij. ubi glos. verbo retineo, & in margine ff. vi, & vi arm. ubi etiam dicitur, ean- dem possessionem concomitem esse naturalis possessionis, atque unam tantum dari possessionem ex l. pupillus, ff. acq. rerum dom.

18 post alios, ibi tuetur Greg. Lop. Maderá cap. 27. suarum animad- versionum ad jus civile; & veritas de jure fatetur Gab. Per. dec. 6. n. 2. post princip. & in hunc sensum terminanter judicavit Senatus Supplicat. contra Pet. Lopes de Quintal in favorem Georgij de Soufa civitatis Elvensis, anno 1613. actuario Bertolam. Mouro.

19 Confusio etenim terminorum, nihil aliud est, quam obscuratio, & turbatio eorum, Bald. in l. fin. n. 5. & 6. Cod. hoc tit. fin. reg. & ibi Salic. num. 2. & 3. ubi etiam glos. verbo sed triginta post princip. ibi: Ex quo Ceperunt turbari] Balb. de prescrip. 4. p. 4. princip. quest. 14. n. 2. nam turbatis, seu amotis limitibus intrat agrorum vicina-

lium confusio, ita ut, qui antea erant duo, vel plures, nunc unum corpus, & unum prædium factum sit. l. arbor 19. vers. quare ff. com. divid. §. si duorum in princip. Inst. de rerum division. ubi glos. verb. duorum, ait confusione dominium **20** rei acquiri, è converso per limita- tionem agri, dominium rei limita- tæ non tantum acquiritur, quantum conservari acquiritum; arg. Ord. lib. 2. tit. 34. §. 2. Bar- bos. in l. divortio §. si vir num. 25. statim in principio ff. solut. matr. alter Barbos. ad Ord. in d. §. 2. ideoque rei alienæ usurpationem, seu acquisitionem ex adinventâ confusione prohibere nititur Ju- risconsult. in d. l. si irruptione, & summa cum ratione, adhibuit (æquum est)

Aut quidem facto adversarij terminorum turbatio accidet, non dolo, & lata culpa, de quibus in- fra cap. 15. n. 4. sed propter ju- stæ ignorantæ causam, vel licita- tam ex successionum varietate, seu novi vicini consensu, ut in l. 2. Cod. hoc tit. Mant. decif. 227. num. 9. & item tertij cujus libet alterius facto ad seminandas in- ter vicinos prædiorum lites ad l. 1. Cod. accusat; & ibi glos. liter. A. glos. verbo, aut casu in l. 2. ff. term. mot.

Aut fluminis innundantis im- petu, seu alia ex varij temporis injuria

- injuria cōfunduntur termini agris positi; ut in d. l. 8. utroque itidem casu, quia communio est mater discordiæ, & pax cum vicinis non contineretur, nec duraret contra intentionē prioris divisionis, si confusē, & sine certis limitibus agris positus ipsi possiderentur. Refert *Lusitanus Martins à*
- 21 *Costa ad Caminh. annot. 20. num. 2.* Debent limites reparari ad postulationem vicini damni timentis, non sine actione; quo casu judex eum non admitteret; ex reg. text. in l. quoties 10. §. si temporali, ff. ad ministr. tut. ubi glos. verbo potuit, glos. etiam verbo intenetur, in cap. cum dilecti de jud. Sed actione hac fin. reg. legis ministerio inducta, id est, dativa propter turbationem, l. fin. ff. hoc tit. glos. d. verbo sed triginta in cit. l. fin. ubi Bald. &
- 22 *Salicet.* Quod si præcedat factum adversarij culposum, ac ita præfistat materia actionis productivæ, actio erit nativa, & habet eandem utilitatē: explicant *Verrus de verbo sign. verbo actiones, Brisson. de verb. juris, verbo accommodare:* Unaquæque etiam, cum ad terminorum positionem (quorum primum inventorem fuisse Cain, fertur ex *Joseph lib. 1. antiq. cap. 4. Bovad. lib. 1. polit. cap. 1. num. 6.*) dirigitur, ab ipso juris gentium fonte derivari, necessariò dici debet, non ex juris civilis regu-

lis, & forma evasisse, sed ex eodem jure gentium præcessisse vestustiore ipso civili jure; ut cum superioribus est planum. Cui concinit *tex. in cap. forus, vers. lis autem de verborum sig.* quo loci decidit Pontifex, litem à contentione limitis prius nomen sumpsisse, & prioris fuisse inter homines lites de limitibus, quam de alijs negotiis; ut per *Theaur. lingua latina verbo lis.* quo tempore jus civile non dum erat, cum regna, & civitates conditæ non essent, nec ædificatæ, ait *Imp. Just. in §. jus autem cum §. sequenti juncto rubricæ ordine, Inst. de jure natural. gent. & civil.* & quiqui agebat ad limitationem agrorum ad id agebat, quod jure gent. directē sibi competeat, sed an coram principe, vel alio magistratu, habes in f. cap. 11. à principio.

Ita etiam, & fortius operatur actio, quando, non ut reformentur limites, sed, quod de novo ponantur, postulatur; immo, & tunc diversa in utroque est alio, quia in hoc novæ divisionis petitæ, nulla currere potest etiam longissima præscriptio: nec actor exceptione temporis ab adversario repelli potest, quod, & duplicatis rationibus fulciendum est. Prima sit, quia hæc actio fin. reg. dativa ab ipso juris gentium medula immediatē derivatur,

tur, sine aliquo hominis facto, nec sicuti in aliis præscriptionibus jus assistit, ut statim dicetur, prius resistit; *arg. tex. in l. hoc iudicium* 14. §. *si conveniat*, ff. *commun. divid.*, ubi *tex.* dicit non valere pactum, nec res communis unquam dividatur, quia contra jus illud gentium, & bonos mores celebratum cencetur, rationem assignat *gl. fin. in l. solent*, ff. *offic. pro cons. Palat. in rub. de donat.* §. 54. n. 54. *Steph. Grat. c. 205. n. 2. & 3.* ita ut nec juramento impediatur divisio; *Alex. lib. 2. cons. 13. per gl. in cap. fin. de procurat. lib. 6. resolvit Gutier de juram. confirm. p. 1. cap. 58. num. 13.* prosequitur *Pet. Barb. in l. 2. C. præscrip. 30. vel 40. an. & repetis inf. cap. 9. num. 19.*

26 Valet tamen de transpositione terminorum in alio loco differenti, *Gut. d. c. 58. n. 2. & eo relato Aegy. cit. cap. 5. n. 7.* & consequenter jus civile positivum, a quo introducta est præscriptio, §. *singulorum*, ubi *glos. lit. l. Inst. de rer. divis. §. fin. Inst. de usu, & habit. l. 1. juncta glos. verb. civitatis*, ff. *acq. rer. domin.*; *resolvit Barb. in rub. C. præscrip. 30. vel 40. an. num. 197. & Peveir. decis. 6. num. 21.* non potuit operari præscriptionem in casu, & in re, sine illius inter-

ventu adinventis, & provisus, prosequitur idem *Barbos. in l. sicut* 3. num. 210. & 211. *C. eod. tit.*; quemadmodum, & reperitur in illis contractibus de jure gentium, quales sunt emptiones, venditiones, locationes, & quia ubi juri gent. aliquid additur, vel detrahitur, id jus civile est, ut ducit *Pereg. de fidecom. art. 53. num. 112.* allegans *l. hoc jure ff. Just. & jur.*; in quibus jus civile plus valet, & in ipsa actione ab eisdem contractibus resultante ac ideo, quando adest turbatio limitum jam antea positorum proficiscitur actio, quæ currere incipit, secundum supradicta, & subest temporis præfinitionis; ne in loco prestino reponantur, quod est diversum ab eis, quando quis negat, & contendit jus, & facultatem non esse limitandorum agrorum, & spatio 30. annorum circum scribi posse, *l. 1. §. nemo, & ibi Bart. Cod. de annal. excep. Jas. in §. quadam. num. 31. & 39. Inst. de act. l. fin. ubi notatur Cod. hoc tit. Hieron. de monte tract. fin. reg. c. 74. num. 2. & cap. 81. num. 1. Fontanel. de pact. nupt. claus. 8. glos. 9. p. 2. num. 120.*

Item, qui recusat agros limitari, ut sciatur, quod cujusque fit, in mala fide versari censetur, juxta illud, male agit, qui lucem odit,

odit, repetitum in cap. consuluit. de offic. & potest. jud. deleg. Joan. c. 3. ubi qui facit veritatem, venit ad lucem, ut manifestentur opera ejus, & plura in id congerit Cald. Per. conf. 26. num. 4. vers. que cum; nec recusans divisionem, apparet bona fide possedisse, vel quasi; sed cum sine possessione, vel quasi, præscriptio non detur, cap. fin. de præscript. etiam civil. l. qui fundum 7. ff. pro emptor. cum aliis per G. Percir. dict. dec. 6. num. 2. quinimó contra eum stet jurisgent. resistantia, de qua supra, fit verum, præscriptionem cessare, nul-

loque tempore cucurrisset, unde fit, quod si duo focij triginta annis stent in communione, non prohibetur alter adversus alterum contendere posse, ut dividatur. Jaf. in l. si non sortem, §. si centum. num. 3. contra glos. ibi ff. condit. indeb. Gutier. ub. sup. num. 9. P. Barb. d. l. 2. num. 317. & his, & aliis relatis Aegy. d. c. 5. n. 6. ubi refert allegatum, §. nemo. l. 1. Cod. annal. excepti. ut scilicet procedat, quando unus tantum focus possidebat totam hæreditatem, nec alter communis erat cum illo in possessione, Bald. in l. fin. Cod. hoc tit.

S U M M A R I U M.

- 1 **D** Eclarare debet actor suam actionem, & rem quam petit, quo ad omnia; nisi in actione fin. reg. proposita, pro restitutione alicujus terræ ablatæ prætextu mutationis, & turbationis terminorum: quia reus debet declare terminos ubi erant ante amotionem.
- 2 **R** ei venditæ declaratio fieri debet, & designatio tam quoad partem, quam ad quotam, id est, divisè, &

- indivisè.
 Regna, & civitates actæ sunt de jure genium, & etiam territoria.
 Legatum virginibus civitatis relictum. solvi etiam potest virginibus territorij.
 Oppidum ex ipso, quod Rex erigit, dotare illud tenetur territorio, & jurisdictionem civilem Curie concedere; & Rex est fons jurisdictionis.
 Territorium, seu terrenum

- cujuslibet civitatis, vel oppidi constat pluribus agris publicis, & particularibus sub administratione decurionum, ut de Consilio, vel ut de omnibus, vel à dominis privatim possessit.
- 7 Territorium in universum, & cum agris divisum, & limitatum, est de jure gentium, & pro alimentis habitatorum deputatum.
- 8 Territorium unius oppidi, in totum præscribi non potest, nec contradicit juri gent. unum oppidum maius, habere territorium, quam aliud.
- 9 Terminos, quibus aliqua oppida regni dividuntur ab extraneis, jubentur regijs rescriptis quotannis visitari, & reformari, si reformatione egeant: & decurionibus pro expensis Consilij pecunia conceditur, nec substitutos satisfacere debent.
- 10 Termini publici Regnorum sunt in præscriptibiles; cum jus divisionis ad regem pertineat, & non accedat illius consensus.
- Terminorū contentio ad bellum aliquando prorupit; & quo pacto occurratur, & de facto evenisse narratur.
- Termini agrorum sunt signa, quibus unus ager ab altero dividitur, & quibus rebus constituantur, ut perpetuo durent.
- Terminus designari potest à re notabili existenti prope divisionem agrorum, facta mensuratione ab illa, ad extremitatem agri, & loci divisionis.
- Certum est, quod per se, vel per relationem ad aliud, & termini debent esse mediati, & non immediati.
- Fundus limitandus, vel mensurandus debet declarari per nomen proprium, & per locum loci cum alijs circumstantijs hic enumeratis, num. 17.
- Pluralitas, & non identitas in rebus præsumitur.
- Mensurari debent agri facundiores, & non fundi spatiosos, sed limitari cum
- decla-

Finium Regundorum. Cap. 3.



- declaratione coherentium vicinorum, & qua mensura terra metiri debeat.*
- 18 *Demonstrationes duæ sufficient, pro designando prædio, & si plures adjiciantur, non vitiant; & prævalet demonstratio, & limitatio fundi ipsius mensuratione, in qua potest dari error num. 2.*
- 19 *Lapides, si pro terminis assignantur, quia amoventur de facili, debent loca, ubi affixi fuerint, designari per determinationem signi perpetui, & vicinioris, tunc enim avulsus restitui sine dubio poterit loco antiquo, & num. 21.*
- 20 *Termini in dubio amoti à suo loco præsumi non debent.*
- 21 *Præceptum pænale, ne vicinus moveat, vel turbet terminos agri vicini ut ligari possit, debet præcedere testiū probatio; idem erit, si ex instrumentis, vel actis probari possit jus impetrantis, & n. 24.*
- 22 *Præceptum de solvendo, vel aliquid faciendo, vel non faciendo; si impediatur,*
- resolvitur in simplicem citationem.*
- Monitus per judicem Ecclesiasticum, si compareat, manet citatus ad causam.*
- Finium regundorum judicium habet mixtam causam, & quasi questio super finibus proponitur, debet prius de possessione agi, & inter socios rei communis habet locum restitutoria actio.*
- Possessor conservari debet in possessione etiam acquisita ex contractu nullo, secus auctoritate judicis incompetentis interveniente.*
- Possessio nihil commune habet cum proprietate.*
- Possessionis liti obstat materia proprietatis admisceri, nisi agens de possessione protestetur in proprietate non consentire.*
- Clausula omni, & meliori modo, æquivalet protestationi, ne de proprietate insimul agatur; & proprietate, & possessio insimul tractatæ, unam causam continentiam constituent.*
- Probationes super possessione*

ne famulantur proprietatis liti, & sententia super possessione onerat adversarium ad probandum, & dicitur possessio momentanea, idest utilis.

- 30 Possessionis sola sententia dominium non probatur, immo si possessor aliunde in mala fide versatur, illi ex ea bona fides non causatur, cum prædoni possessio restitui debeat, & processus possessionis adungi debet processui pro dominio.

Finium reg. iudicium non intentatur ab eo, qui prædium vicinum non possidet, & ab adversario negatur possidere.

Fines magis fundo, quam personæ adjudicantur, & cum 3. possessore continuatur, & formatur iudicium hoc, ibidem.

Termini novi non ponuntur, nec veteres reformantur, antequam probationes super possessione agri præcedant.

Negatione fit res dubia. 34

C A P. III.

Considerandus est modus proponendi hanc actionem in libelló, quando actor petit restituí portionem terræ sibi ablatam prætextu turbationis terminorum; differt enim ab aliis actionibus, quia non tenetur declarare loca ubi fixi termini fuissent, sed reus, qui obscuravit, indicare tenetur: *Angel. in l. si in rem, ff. rei vend. Paris. de Puteo de finib. faudi §. discernendum num. 7. Hieron. de mont. de fin. reg. c. 48. num. 15. in alijs autem maximè in rei ven-*

dicatione, cui actio hæc fin. reg. respondet ex glos. 1. in l. 1. ff. eodem tit. intellecta ut infra cap. 6. num. 21. ab actore declarari debet pars, & quota designata rei petitæ, l. in rem 6. in prin. & l. officium, ff. rei vend. Soar. de Pax. in prax. annot. 3. temp. 4. num. 16. Per. in l. 1. tit. 4. lib. 3. Ordin. pag. 535. hæc tamen declaratio finium cessat, nec petitur, si inundatione fluminis, fines obscurati sint, hac nostra l. si irruptione in principio, & ibi Ant Faber.

Rurfus

3 Rursus non dubitabis, civitatum, & oppidorum universam erectionem juris gentium esse ad illud private pertinere; *l. ex hoc jure, ibi adificia colata, ff. de just. & jur. insuper, & earum territoria communiter ejusdem juris sunt, ut cum eodem tex. tenet Paul. conf. 117. in fin. incipit, videtur, lib. 2. Thusc. tom. 8. pract. concl. 47. sub litera F. num. 7. quos refert Aegy. in d. l. ex hoc jure l. p. c. 2. num. 5. Cabed. de Vasconsel. lib. 1. divers. jur. argum. c. 8. ubi ideo probat, legatum reli-*

4 ctum virginibus civitatis, præstari posse virginibus territorij: ita docuit præceptor meus D. Didacus Mendes Godinho in privatis scholis Conimb. ad cap. 3. de testam. 5 vers. inferiur 4. & ult. Opportuit enim, postquam princeps civitatem, vel oppidum erigit, illud dotare tenetur, ad dicta per Xuar. allegat. 7. num. 13. & per Fr. Seraphin. de Freitas de justo Lusitano imper. cap. 10. n. 15. non loquitur de jurisdictione civili ad decuriones transitura; de qua in Ord. lib. 1. tit. 66. & cujus concessio est de jure civili ab ipso principe jurisdictionum fonte emanata, Ord. lib. 2. tit. 26. §. 1. & tit. 45. in princip. Marant. in praxi 4. part. dist. 5. num. 3. Phab. 2. part. decis. 123. num. 4. 5. & 6. Giurb. conf. 19. num. 1. & 23.

sed de territorio, vel terreno ipso limitato, ut probat Ord. lib. 1. tit. 43. §. 9. post principium, ibi, *Que passaraõ geralmente com outras terras aos povoadores delas, & de jure communi, alia jura citat post Burg. de Pax in l. 3. Taur. numer. 477. Joseph. de Sesse decis. 74. num. 1. part. 1. cujus quidem terreni, plures sunt agri sub dominio, & positione particularium, ad l. 1. vers. qua publica usque adversum quadam ff. rerum divis. & plures communes manserunt ad commoditatem universorum, ad l. sed Celsus 6. ff. contrahend. empt. l. in tantam 6. vers. universitatis, ff. de rer. divis. & plures sub dispositione decurionum, tanquam proprii curiæ civitatis, quarum differentiis perquiras cum Cab. alterius fraire, dec. 18. p. 2. Capic. dec. 252. Mantio. de tacit. convent. lib. 4. tit. 8. Azeved. in l. 1. tit. 7. lib. 7. num. 8. nov. recop. & expliciõ Castilb. de Bovad. in pol. lib. 5. c. 4. num. 5. vers. Presuppongo en esta manera, & omnes unum territorium producentes, ut & de fructibus alerentur habitatores ejusdem loci, & territorij, ex allegatis ab Aegy. c. 2. num. 5. in d. l. ex hoc jure, p. 1. sunt de jure gentium divisi, & territorium limitatum, ex quo supra dicebatur, non potest terrenum unius oppidi ab alio in totum præscribi, resisten-*

resistente eodem jure gent. l. ubi
 8 lex. 24. ff. usucap; pars autem
 territorij, bene præscribitur ab
 alio oppido, cum jurigentium
 non contradicat unam civitatem
 maiori teritorio pollere, quam
 alteram prosequitur *Aegy d. cit.*
cap. 2. num. 6. Mieres de maior. 4.
p. q. 21. num. 56. in nova impres-
sione, Avend. de exeq. mand. lib.
1. cap. 12. num. 63. & declarat
Azeved. in l. 3. num. 20. ad med.
tit. 7. lib. 7. recup. & elegantius
illis Fr. Seraphin. de Freitas de
justo Lusit. imp. c. 14. n. 13.

Ex his ergo summa cum ra-
 tione, Reges nostri ultra provi-
 sionem *Ord. d. tit. 66. §. II. &*
juris communis, de quo inf. cap.
10. n. 8. stabilitum habent, apud
 oppida præsertim vicina extra-
 9 nei Regni, ut quotannis limites
 visitent, faciantque illos in anti-
 quis locis conservari, ita ut si
 videant aliquid usurpatum, nec
 restitui faciant, consentire vide-
 tur. *Johan. de Plat. in l. usus aquæ*
C. de fundo Reip. lib. 11. Avend.
ubi sup. c. 4. num. 44. quibus
 etiam adde supra dicta c. 2. num.
 2. & ad id invitantur decuriones
 cum pecunia Consilij ad expen-
 sas itineris, quas etiam expen-
 sas Rectores Castellæ habent,
 pro qualibet die. ut per *Avend.*
supra lib. 1. cap. 4. num. 46. vers.
 quæro, nec per alios subditos

facere debent, præcitato num.
 44. vers. & quanvis, & num. præ-
 cedenti: cujus contrarium defen-
 dit *Bovad. in polit. lib. 5. c. 10.*
num. 17. nec aliter de suo decu-
riones fecissent sumptus, arg.
text. in l. Imperatores 17. ff. de
tutel. & rat. distrah; licet enim
 à principio aliqua violentia in-
 terveniatur, præscriptio hæc pro-
 cedit, *Bart. in l. 1. §. in operis*
numer. 2. ff. nov. op. nunt. Avend.
ubi proximo numer. 10. refert, &
sequitur Seraph. de Freitas d. cap.
14. num. 12.

Adde hos limites tamen, & 10
 terminos publicos præscribi non
 posse, quia sicut regnum, & ci-
 vitatum, vel oppidorum territo-
 ria ad Regem pertinent, ita sine
 ejus consensu præscribi nequeunt
Hieronym. de monte c. 76. numer.
 7. maximè à particularibus, ut
 publica esse definant: secus a re-
 gibus, & Repub. cum tunc etiam
 publici maneant *Avend. & Frei-*
tas, d. loc. persæpe extermino- II
 rum contentione privata, ad bel-
 lum descenditur; veluti inter
 populos in Italia, & hoc regno,
 meminit *Greg. Tholos. lib. 39.*
synt. cap. 13. num. 2. Aegy d. p. 1.
c. 5. num. 6. & de facto immine-
 bat inter habitatores duorum vi-
 corum in nobili territorio oppidi
 da Certam, ubi iudex pro decla-
 ratione limitum inter eos, & præ-
 sen-

tiens futuras discordias præcepit illis, ut per unum, vel duos procuratores assisterent ad rationem, *Ord. lib. 3. tit. 28.* & factum fuit pacificè, & amicabilem.

- 12 His quidem contentionibus mederi bene potest, si termini agrorum, qui nihil aliud sunt, nisi signa, quibus ager unius ab alterius agro dividitur, constituentur per fossata, per minores lapides, per rivus, per fontes, per vias, per itinera antiqua, & per arbores, quæ ab alijs ibi differre debent specie, vel aliquo signo ipsius ordinis militaris, si plures extent ejusdem speciei ex *Hieron. de monte dict. tract. fin. regund. cap. 19. num. 4. & 5.* vel etiam per ædificia, quorum partem meminit *Jurisconsult. in l. 2. ff. hoc tit. & idem Hieron. de monte, cap. 107.*

- Hæc enim, non sicut signa amovibilia subjacent transpositionibus, cujus modo confusio, & turbatio evenire solent inter convicinos agros; quod si fundus limitandus in confinio vicini, careat aliquo ex memoratis signis, ut opus est declarari in descriptione; tamen si prope divisionem inveniatur in aliquo ex fundis, deservire poterit facta mensura de agri terminatione signum, & cum hac declaratione,

efficitur, ac si in confinio permaneret, *arg. text. in l. stipulationum 74. & l. seq. §. illud, ubi glos. verbo intelligitur, ff. verb. oblig. in quibus juribus refertur, idem dici de certo per se, vel per relationem ad aliud, l. certum, & ibi notatur ff. si cert. pet. & satisfieri intentioni ex eodem Hieron. de monte cit. cap. 107. numer. 7. Aegypt. 2. p. c. 11. conven. §. remanentque ita termini mediætè, & non immediætè, vel conjunctim positi ad l. quia magis §. hoc nost. tit. l. patronus 34. §. sempronio, ff. legat. 3. Cardin. Mant. decis. 169. num. 4.*

Requiritur etiam magis, quod fundus limitatus demonstretur per situs, vel locum loci *l. si in rem 6. ad fin. ff. rei vend. ut puta Tusculanus, vel Sempronianus fundus, l. forma 4. in princip. ff. de censib. Peregr. de fideicomis. art. 44. num. 48. Steph. Grat. cap. 855. num. 6. tom. 5.* Sicque probabitur identitas agri, quod in rebus non præsumitur, sed pluralitas *ad Alex. conf. 118. & 119. lib. 2. Surd. conf. 61. num. 13. & 14. & conf. 135. num. 27. & his relatis, Steph. Grat. cap. 790. n. 5. & 6. tom. 4.* quia diversitas nominum arguit diversitatem rerum, *l. si idem C. codicil. §. est aliud Inst. de donat. Mieres de maior. 4. p. q. 20. num. 13.*

Quod

Quod si in loco designato, plures adsint agri ejusdem denominationis, & arguitur pluralitas, *Mieres ubi proxime*, *Pereg. num. 5.* debet prudens iudex alia signa scribi facere in actis, & confinia, ad minus duo adjicere *d. l. forma*, & *Ord. lib. 3. tit. 57. §. 4.* ad medium, & nomen fundi, *d. l. rem*, *ibi Item fundum positurus nomen ejus eo item addito*, ut declarentur cursus (*Quem polum, seu plagas ut aliqui dicunt*) veluti ex parte solis adhæret, P. & ex parte septentrionis adhæret N. & sic deinceps.

18 Quod si ager fuerit fructuosus, & fœcundus debet mensurari, à probata mensura regionis, ut vulgò (*Per vara de medir de cinco palmos*) ut expresse jubet *Ordin. lib. 2. tit. 34. §. 2.* post medium, non minutatim, sed per fines, seu cordulam habentem 6. 10. aut 20. mensuras, cuius meminit, licet ad aliud. *Jurisc. in l. inter eos 29. ff. acquir. rerum domin.* & insuper addatur petjarum, seu modiorum, vel jugerum numerus, ex quibus ita certus fiet ager, ut postea dubitari de identitate, & quantitate illius non possit, intendunt *Bart. in l. de monstratis, num. 14. ff. cond. & demonstr.* & *in l. si quis insundi vocabulo ff. leg. 1. prosequitur Hieron. de monte cap. 90. num. 3. Surd. d.*

conf. 135. num. 11. lib. 2. & in specie est text. in citata l. in forma, & in l. cum servus vers. demonstratione, ff. contrah. empt. juncta l. Tuius heres. 50. ff. act. empt. Marescot. lib. 1. var. resol. cap. 12. num. 20. ubi etiam declarat, ampliatur, & limitatur, & *Canc. lib. 1. var. cap. 13. num. 31. ex Cov. cap. 3. pract.* dicit rescindi posse venditionem fundi, si plura jugera inveniantur, vel minus.

Nec, si tot determinationes requirantur, non tamen adjectæ, vitiant, *l. 1. §. fin. ff. dot. preleg. & ibi gl.* quia magis demonstratis finibus statuitur, quam mensuræ, quæ erronea facile esse poterit, uti de facto ostendam *infra cap. 14. num. 21. l. qui fundum 45. ff. de evict. l. si fines 10. Cod. eo tit. de monstratis enim proprium est certitudinem inducere. Bart. in d. l. demonstratio num. 3. & 9. Alex. conf. 119. num. 3. lib. 1.* si tamen pro limitibus non inveniantur signa perpetuæ mansionis, & sit necessarium uti signis lapidum portaliū, memento describere loca, in quibus 20 affixeris per determinationes rivus, fontis, viæ solis, valis, vel proximioris signi permanentis, ita etiam de domibus ex declarationibus sit certa identitas, ex allegatis à *Steph. Grat. tom. 5. cap. 883.* ut facile divulsus lapis

pis restitui possit vero, & pristino loco, & cessabit confusio, cuius evitandæ causa inventa fuit, confinium descriptio, & declaratio, ut proxime habuisti, & sentit idem Hieron. de mont. cit. cap. 107. num. 1.

Adde, terminos motos, & turbatos in dubio non censer; *l. in finalib. 10. ff. hoc. tit. l. 2. & ibi glos. ultim. in fine Cod. eodem tit. Mieres de maiorat. 4. part. q. 20. numer. 112. secundum novam impressionem, idcirco, ne iudex deneget præceptum pænale, & prohibitorium, de quo sup. c. 2. numer. 3. necesse est ut præcedat testium probatio ex nostro text. ibi, ad officium pertinet, juncta glos. 1. ibi & in l. 3. ubi glos. verb. finiatur, & in marg. C. eod. tit. & est regulare ex l. 1. Cod. cominat. Epist. Program. &c. cum aliis per Azeved. conf. 30. num. 41. nec citatis partibus desideratur, cum iudex procedere debeat ex officio. Nanq; summarissime agendum esse dicitur; resolvit. Joseph. de Sesse de in hib. c. 5. §. 11. numer. 19. pag. 501. Quod idem erit, si ex instrumentis similis informatio haberi possit, ex gl. d. verb. finiatur, & ex adductis à Vincent. de Franc. dec. 359. num. 1. Cald. lib. 1. q. for. q. 21. n. 4. in princ. tunc enim præceptum ligabit contra facientem,*

d. l. 1. Cab. 1. p. dec. 29. l. iudices 9. C. de jud.

Si vero præceptum expediat, simpliciter, & sine prævia facti probatione, parsq; altera cui notum fuerit, impediatur; resolvitur in citationem simplicem, iudexq; ordinariè agnoscat de causa inter provocantem, & provocatum, ex doctrina Bart. in l. de pupillo §. meminisse ff. de damn. infect. & in l. 1. C. except. rei jud; Rota Gen. dec. 28. num. 12. & ita quando quis per monitoriū cum clausula notificatur à iudice ecclesiastico, & monitus comparatur, & impediatur; tunc monitio resolvitur in simplicem citationem, virtute comparationis, ita Eman. Themud. 1. p. dec. 86. n. 33. & 34. ubi multos DD. refert; Constit. Epist. Portaleg. lib. 5. tit. 22. c. 3.

Nec novum videatur in hoc iudicio, quod habet mixtam causam, §. quedam Inst. de act. gl. fin. in princ. l. ult. C. hoc tit. l. iudicium 10. ff. eod; ut prius de possessione separatim agatur. l. siquis 3. ibi: prius possessionis quaestio finiatur) C. eod. l. ordinariū 13. C. rei vend. l. incerti C. de interdict; inter socios enim rei communis interdictum restitutorium habet locum; Bart. in l. si socius num. 33. ff. de furt. Franc. Marc. dec. 326. p. 1. Gab. tit. de acq. possess. concl. 5. num. 47.

Reinos.

Reinos. obser. 29. num. 4. quod, & maximé locum habet, quando quæstio de finibus solum proponitur, ut docet Bald. in d. l. si quis, & in auth. si omnes C. si minor ab hered. se abst.

- 28 Cùm ergo possessor conservandus sit in possessione quæsitæ etiam ex contractu nullo, l. 3. §. si rem ff. acq. poss. *Surd. dec. 134. num. 11. Font. de pact. nup. claus. 6. glos. 1. p. 2. num. 7. & 8. præterquam si capta sit autoritate judicis incompetentis, ex allegata l. 1. §. hæc. verba ff. quod quisq; jur. l. 1. §. ult. ff. ad Treb. Grat. to. 3. cap. 571. num. 16.* Non inutilis electio erit de possessione agere cum qua regulariter nullam habet communionem proprietatis causa; l. naturaliter 12. §. nihil commune, ff. acq. possess. præterquam si adversarius, jura, & allegationes petitorij admiscuerit, ut per Cald. lib. 1. for. q. 22. num. 25. possessorq; protestatus non sit, se tantum de possessione agere intendere, c. 1. de rest. spol. *Valasc. conf. 118. num. 4. & 7. tom. 2. Menoch. conf. 268. num. 17. lib. 3. ad quod sufficere clausulam omni meliori modo dicunt, idem Valasc. conf. 119. n. 17. Gab. Per. dec. 83. n. 1. vel continuari debet protestatio, ne consensus obsit, Surd. conf. 116. n. 10. Fontan. de pact. nup.*

claus. 7. gl. 3. p. 9. num. 42. & 43. Nam omiffa protestatione, utraq; infimul, possessionis, & proprietatis quæstio jam instructa decideri debet; tanquam una constituta causæ continentia, quæ dividi non debet; Gail. lib. 1. obser. 35. num. 8. & 10. idem Gabr. Pereira dicta decis. 83. num. 1. & indubitabilius intentata hac fin. reg. actione, quæ proprietatis controversiæ cohæret, d. l. si quis, in princip. Bald. in l. post sententiam, col. 2. in fine vers. modo quero Cod. de sent. Valasc. de part. cap. 2. numer. 4.

Adde etiam, super possessione sola latam sententiam proprietatis quæstioni decidendæ nullum parere præjudicium, d. §. nihil commune, & habetur in cap. cum Ecclesia sutrina, & in cap. super de caus. poss. & prop. solum e-
nim probationes super eadem possessione emissæ judicium proferunt pro petitorio, *Mol. de primog. lib. 3. cap. 13. num. 21.* Habet equidem possessio secum proprietatem præsumptivè, relevatq; possidentem ab onere probandi, & onerat adversarium, l. judicia Cod. rei vend. l. ad probationem, Cod. locat. *Joan. Garc. de nobilit. glos. 1. §. 2. num. 7.* ideo dicitur possessio momentanea, id est, utilis; non tamen
ut

44 ut proxime ex sententia possessionis tantum dominium probatur; docet *Bart. in l. quidam in suo, ff. cond. & demonst. P. Barb. in l. tribus num. 27. ff. de jud. nec etiam ex sola sententia super possessione bona fides causatur pro petitorio, si aliunde in mala fide versatur, quia, & prædoni possessionis restitutio fieri jubetur, l. 1. §. qui à me, l. colonus, & l. cum fundum ff. vi, & vi arm. cap. in literis de restit. spol. Menoch. conf. 595. n. 17. lib. 6. declarat Cald. lib. 1. for. q. 22. num. 38. vers. ea merum; ex quibus inferitur quam utile sit, processum possessionis adjungere dominij novissimæ liti, sed non est in conscientia securum possessioni incumbere, dum in proprietate notorius est defectus, resolvit post alios *Sarm. lib. 2. selectarum cap. 18.* Nec advocatus peccat, dum patrocinium præstat pro spoliatore proprietate carente, quia tantum tenetur sequi conscientiam legis, resolvit, *Lustan. Bened. Aegy. de advocat. cap. 10. n. 8. vers. & simile.* Quod tamen limitare memineris, si ex ejusdem actibus appareat esse prædonem, qui manuteneri, & restitui optat, ut per *Inoc. in cap. cum Ecclesia Sutrina, & ibi Abb. col. 7. de caus. poss. cum aliis Doctoribus congestis in id ipsum**

per *Grat. c. 898. num. 21. & 22. tom. 5.*

Si ergo convicinus provocatus neget provocantem contiguum fundum possidere, & in illo jus habere, utiq; perimetur (hoc judicio intentato) ejusdem provocantis intentio, l. 1. ff. famil. eriscund. l. 3. Cod. eod. tit. elegantè *Barb. in l. in tribus n. 21. ff. de jud. & cogitur tunc prius petitorum intentare l. fund. m. 16. ff. de except. Valasc. dict. cap. 2. num. 4. Barbof. ibi num. 37.* nam fines magis fundo, quam personæ adjudicantur, l. sed & ff. 4. §. si dicat vers. si alter ff. hoc tit. post alios *Pax in praxi tom. 3. cap. 1. §. num. 3.* quia prædio, & ejus dominio finium quæstio cohæret l. 3. C. hoc tit. adeo ut alienato fundo judicium firmetur cum emptore, vel alio tertio possessore, l. judicium 9. ff. eodem tit *Bald. supra num. 6.* & judex non descendit ad novos terminos ponendos, vel veteres reformandos, nisi postquam probationes super possessiones admiserit, & plenariam rei cognitionem habuerit, ut in l. si quis & in dicta l. si irruptione, ff. fin. *Regund.* Quæ quidem clausula in rescriptis commissionis inferi solet ibi, *pòr marcos, & divizoens às cousas, que as partes forem contentes; e no que ouver duvida*

determinareis, o que for justiça, dando appellação, e aggravado. Proprium enim est negationis rem dubiam reddi. l. 3. C. quib. ad liber. proclamare non licet, & l.

plures C. de fid. instrum. l. etate 12. §. nihil interest ff. interrog. act. l. si debitor 45. & ibi glos. 1. ff. petit. hared.

S U M M A R I U M.

- J**udicium fin. regund. ut firmetur, & ut termini debitis locis ponantur, potest iudex ex officio antiqua monumenta videre, & scripturas etiam particularium possessorum.
- 2** Libellus, & petitio super finibus, quo pacto sit concipiendi, & an. præcedenti.
- 3** Terminos inter socios, vel in uno agro, potest quis ponere, ut vendat partem, alia sibi relicta, & stante dubietate terminorū, antiquius est præsumendum.
- 4** Limites inter optimos campos, vineas, vel oliveta de terra inculta, usque ad 5. pedum latitudinem fieri solent, & statuta est multa contra aratro sulcantes.
- 5** Arbor, lapides eximendi, in confinio sunt communes.
- Redditus lapidis, vel arboris communis inter convicinos agrorum possessores dividitur, & arbor succisa dicitur lignum.
- Arboris umbra, si segetibus 7 noceat vicini prædij, succindi debet, si termini commodius poni possunt, quau per arborem confinalem.
- Arbor pro divisione deserviens, si plures sint ibi, ejusdem speciei, designari debet aliquo signo, ut dignoscatur.
- Egressus etiam ad fundos 9 terræ inter utrosque jacentes earum dn̄is, vel colonis fundorum pro dimidia parte debentur, & num. 12. in fine.
- Stiquilinium potest quis de sua herba, vel sylva cædua

- dua facere ex suo, etiam si exinde humanorum sentiat vicini prædium.
- 11 Medium pertinet ad quem, pertinent extrema.
- 12 Divisio fructuionis fieri potest per tempora, & hebdomadas, & per numerum pecorum, vel rerum in utilitate consistentium.
- 13 Communio non debet servari inter socios, quando contendunt, vel contendere speratur; immo per actionem comm. de vid. recedere ab ea debet, divisus partibus, prout constiterit immixtas fuisse, vel non constituto, secundum necessitatem utriusque.
- 14 Terra inter media pro equali parte illi adherenti, applicari debet prædio vicino.
- 15 Lacus piscium, & piscationes in certo loco fluminis pertinent ad dominos emphyteusum, vel pro rata temporis, n. 16.
- 16 Dividi ne debet res, quae divisa eandem utilitatem non affert, sicut, & integra, & vendi, vel locari debet, & pretium dividi.
- Creta eximenda prædio pro lavandis panis lana confectis debetur jure servitutis, pretio dominis soluto.
- Alluviones, augmenta, & servitutes activæ, & passivæ, debita declarari debent, cum descriptione prædiorum.
- Parietes siccorum lapidum, id est maceries, sepes, & similes divisiones debet quis facere in suo agro uno pede terræ relicto: si vero fuerint commento, & calce confecti 2. pedes vacuos sinere tenetur secus in urbanis.
- Ædificans iuxta ædes publicas 15. vacuos pedes derelinquere debet, ne incendium noceat, non sic, si ædes publicæ erectæ non sint, sed erigi dicantur.
- Ædium appellatione omnis ædificij species continetur.
- Ædificans in facie muri civitatis, vel oppidi destruere debet ædificatum, adveniente occasione, & murum colapsum suis sumptibus reformare tenetur.
- Segetibus, & fructibus, si

noceat ædificium jure factum, ne possint tritulari, & segregari grana à palea impeditus venti flatus demoliri debet agriculturæ favore.

24 Prædia urbana in rure ædificata, sunt minus principalia, & rustico prædio cedunt.

25 Segetibus si solis calor defi-

ciat ob inter positum ædificiū, destruitur, & etiam qualibet alia res nocens. *Aræ*, ubi segetes tritulantur, & mundificantur, debent esse liberæ ab impedimentis, & possunt dividendi in sejunctas partes inter coemphyteutos, si contendunt super occasione.

C A P. IV.

1 **P** Ræcipitur iudicibus, ut videant vetera monumenta, seu thomos, aliasque scripturas etiam particularium; & quod ex testibus informationes capiant, ut cognoscant, quæ bona sint inventarianda: & cum quibus confinia sint, ut limitentur, patet supra ex clausulis rescriptorum, & in tali informatione testium, partium citationem necessariam fore obnego, cum requiratur, fieri tantum ad iudicis informationem, uti regulare est in similibus informationibus, ex *Mascard. de prob. concl. §. n. 39. Sanch. de matrim. lib. 7. disp. 113. n. 14. Gratian. for. tom. 3. cap. 2. 435. n. 2. Farinac. lib. 2. consil. dec. 570. n. 3. & 4.* Ex superioribus ergo inferitur, quibus verbis, &

quomodo formari debet petitio, & libellus in hac nostra actione finiri *regund. vide Pax in prax. cit. §. 8. & ult. fol. 65. Martins à Costa ad Caminh. annot. 20.*

3 Alio itidem modo inter vicinos aliquando suboritur terminorum confusio jurgij nutritiva, veluti quando unus duorum fundorum limitatorum dominus, ex voluntate terminis mutatis, agrum unum vendidit, uti facere potest *ex l. 1. & 2. Cod. fin. reg. l. in final. 11. l. eos 12. ff. eod. tit. cum aliis per gloss. pen. in fine d. l. 1. & in quo sensu procedere intelligas text. in l. quod principis 23. ff. aqua pluv. arc. ibi, Qui primi agros constituerunt, ut per gloss. ibi lit. F. si tamen liquide non apparet, à primis limitibus recedi non*

non debet, & secundum eos declaratio fiet ex citatis juribus.

4 Deinde in nostra Lusitania apud opimos, & fertiles campos, seu vineas, & oliveta aliter limites interjiciuntur scilicet dimittitur ab utroque prædio terræ incultæ, media pars quinque pedū, quibus passus fit. *l. itinere. 3. ubi gl. lit. F. ff. de verb. sing. & sic de fure 12. tabularum fieri statutum est, & fit mentio in l. quinque pedum, & ibi glos. Cod. hoc tit. pro qua vide Hieron. de monte in tract. de fin. regund. cap. 26. n. 3. & tali limite vulgō Lindes, determinantur fundi, submota præscriptione illius, quare audiri apud transtaganam provinciam stabilitam à decurionibus multam esse contra aratro sulcantes eosdem limites terræ incultæ intra mensuram passus, quia tunc rustici, plerunque casualiter faciunt, ut post Greg. syntag. jur. lib. 3. c. 2. tit. de term. mot. n. 11. vers. in quibus à se alegatum, teste Farinac. tom. 6. crim. tit. de furt. q. 168. p. 6. n. 115. & quando criminaliter procedatur, habes infra cap. 15. n. 51. & 68. & per Farinac. dict. s. q. 168. Hinc fit, quod arbor, quæ in confinio nata est, vel lapis, qui per utrumque fundum extenditur pro indiviso ad dominum utriusque agri pertinet; quousque arbor vento eruatur, vel ferro succindatur, *l. arbor 19. ff. com. divid.**

l. adeo 7. §. fin. cum seq. ff. acq. rer. dom. §. si Titius Inst. de rerum divis. in ult. verbis glos. 1. l. 6. ad fin.

Fructus tamen arboris, vel redditus lapidis eximendi communi iudicio, dividitur inter convicinos: sicut, & ipsa arbor succissa, quæ lignum dicitur, *glos. fin. in l. Pomponius 8. ff. rei vend. postea dividitur. d. l. arbor, l. qua regione 8. juncta l. seq. ubi redditur divisionis ratio. ff. acq. rer. dom. & citat. §. si Titius.*

Declarare tamen oportet, quod si rixa inter convicinos imminet, vel quia arboris umbra vicino prædio nocet contra prohibitionem, à *l. 12. tabul. inducitur in l. 1. §. 1. ff. arb. ceden.* & commodius termini poni possunt, debet iudex eam succindi facere ex auctoritate *Jurisconsulti Pauli lib. 13. ad edictum relati in l. 2. & in l. 4. §. sed & si quis. & ibi glos. verbo arbores, & arbore ff. hoc tit. fin. regund.* nec contra recusantem scindere arborem vel ædificium deruere juratur ab adversario in litem, pro ut *Accurtius ibi, & Bart. postulabant, resolvit Anton. Fab. in ration. ad §. sed & siquis.* Quod si 8 prope divisionem plures arbores manent ejusdem speciei, & aliqua deservire debeat pro termino designanda est aliquo signo, ut supra; sic aliquando evenit, maximè inter districtus Ecclesia-

rum, vel emphyteufes spatiosas, (quarum plures sunt inter Durium, & Minium] post fines cuiuscunque regionis adversantis interjectas terras steriles; vel saltus, quorum lignis ad ignem, herba vel Sylva cædua (vulgò *estrueme*) quo sterquilinis permittuntur uti, pro suo usu, cap. 1. §. fin. de pace constant. etiam coloni, & possessores temporarij, cum sit pro uberiorum usu, & perceptione fructuum commodiori. *Gusman de evict. q. 20. n. 16.* ad pinguedinem frugum, quæ in suo facere dñi possunt, licet vicinus ager humore inde sentiat, *glos. fin. in l. si quando 17. §. 2. ff. si serv. vend.* & pascuis ad pecora coloni, & emphyteutæ pro indiviso utuntur, & fruuntur, *l. sicuti 5. §. si duobus ubi glos. verbo in solidum ff. com.* & tamen cum maxima discordia utentium, nec dubitavi ad eosdem pertinere terras, & saltus, cum circumdarentur ab ipsis fundis, & emphyteufibus, ad *Ordin. lib. 4. tit. 43. §. 9. ad medium, & §. 4. & 10. l. ade sacra 73. vers. 1. ff. contr. empt. Valaf. q. 8. n. 38. Cald. Pereir. de empt. cap. 22. n. 13. & iterum conf. 27. ubi n. 30. ubi plures rationes affert, ibi dicit tanquam pertinentias, & egressus ad dominos fundorum spectare. Cab. 2. p. arest. 10. & sic intelligenda est *Ord. lib. 2. tit. 1. §. 15. &**

inf. cap. 11. n. 89. Quamobrem **11** divisa inter eos utilitate ad tempora, seu ad hebdomadas *l. via vers. usus ff. servit. Cov. pract. c. 40. num. 1.* ad modum, & quantitatem, & consentientes reliqui ex adductis ab eodem *Cov. Pract. c. 367. n. 1. & 20. Joseph. de Sesse dec. 74. n. 19. Thesau. dec. 71. & 72. Capic. dec. 142. ubi aditio lit. B. ad fin. Ord. lib. 5. tit. 87. §. 2. vers. porem. l. communi. 7. §. inter vers. dum de usufruct. ff. commun. divid. & in l. hac distinctio 83. §. fin. ff. locat.* multa insuper comminata contra facientibus, & obedientibus partim applicanda: ad rationem *text. in l. inter stalianum 49. ff. recept. arbitr.*

At vero si convenire nequeant, **12** & inter eos contentiones sperentur, minime consentiendi sunt in communiione *l. si convenerit ff. pro socio cum alijs per Hier. Gab. conf. 163. n. 19. lib. 1. Grat. for. c. 905. n. 3. 4. & 5.* ubi extendit ad ultimas voluntates, quæ in hoc servari non debent; immò per actionem communi dividundo ab ea, recedere tenentur, ad *l. item si quisvis 10. §. si usus ff. comm. divid. Thesau. decis. 71. n. 1. & decis. 72. Menoch. de arb. cas. 445. n. 13. Gratian. c. 555. n. 2. tom. 5. sicuti, & separati possunt ex postfacto; si pactionibus, & legibus impositis non paruerint in defructâdo, & ad arbitriũ prudẽtis agri-*

agrimentosis divisio est facienda ad med. ut dicunt relati ab *Escobar*, de rat. tom. 2. comp. 7. n. 5. & cuique regioni, sua parte adhærente, relicta d. l. com. 7. §. inter pradones vers. cum vel. de usufructu, ibi, Regionibus eis uti, frui permittat, ff. commun. divid. bonus text. in l. inter eos, ff. acquir. reru dom. quod tamen declarabis, si de media, vel alia parte inter societatem immissa constiterit. l. imperatores 17. ff. servit. rust. Surd. conf. 65. n. 253. aliàs secundum quantitatem habitatorum, & pecorum necessitatem cujuslibet vicini, vel populi dissolvenda est societas, *Scobar ubi proxime* n. 7. & 8. casu quo decimæ novalium expresse non pertineant ad certam Ecclesiam, ex confusis limitibus Ecclesiarum, fiet divisio ad formam, c. cum contingat, & c. quoniam 13. de decim. cum adductis per *Castil. tom. 7. c. 14. num. 42.* Nec terra mediata inter fundos privatorum vicinorū reperta, auferri debet vicinis prædiis, & applicari populo, regi, ut contra *Q. Fab. labeonem*, notavit *Cic. lib. 1. offic. veluti refert gl. marginalis in cit. l. 1. §. si dicantur*, ff. hoc nost. tit. prosequitur late *Cancer. lib. 3. var. c. 4. de serv. n. 39.* ubi dicit, Quod si a nemine terra inculta possideatur pertinere ad dominum loci, & oppidi; *Pereg. de jur. fsc. lib. 4. tit. 3. n. 29. cum*

aliis in idem adductis, à *Cancer. lib. 3. var. c. 4. de serv. num. 59. cum seqq. de quibus meminit Ord. lib. 5. tit. 88. §. 6. in princip.*

Item, & aliquando communiter possident in consilio spatiosos lacus, & plurimorum piscium genitores, qui communi utilitati vicinorum prædiorum cedunt, nec in illis, tanquam in privatis extranei piscari possunt: l. litus 112. ff. verb. sign. l. injuriarum 13. §. 1. vers. fin. & ibi gl. verb. mei dñij, ff. de injur. §. si privata ff. ut in flum. publ. navig. vel quia ædificio, vel diverticulo facto in flumine acquisitum est jus piscandi, & alios prohibendi, l. quavis ff. de divers. & tempor. præsc. Barb. de præsc. 4. p. 4. princ. q. 6. n. 1. *Pet. Barb. in l. omnes à num. 74. usque ad 79. cod. præsc. 30. vel 40. ann. Fr. Serap. de Freitas de just. Lusit. imp. cap. 10. n. 11. & 12. & c. 11. num. 36.* Horum enim divisio debet fieri locatione facta redditusque haberi ad ratam prædiorum *Ord. lib. 4. tit. 96. §. 5. in ultim. verbis.*

Potest etiam evenire, quod licet res divisionem patiat, & non tamen divisa, sicut integra, eandem habeat utilitatem, ex adductis à *Gutier. de juram. confir. 1. p. cap. 58. num. 6. Mantica de tacit. & ambig. lib. 4. tit. 32. n. 20.* alios adducit *Barb. ad Ord. lib. 4. tit. 36. §. 1. pag. 11. n. 178.* non

dividi, sed locari, redditusque inter se partiri iubendum est, iuxta *d. Ord. & d. l. communi 7. §. cum ibi, Vel locet, & hi pensiones sine nulla controversia percipiant, ff. comm. divid;* & quod plus est, vidimus ecclesias commendatas, vel regij patrimonij in fluminibus publicis, vicinis, vel per loca earum decurrentibus jus habere piscandi certos pisces, immò maximum emolumentum inde recipere Abbates; seu ipsos Commendatarios, ex concessione Regis ad quem jus piscandi pertinet; *Ord. lib. 2. tit. 26. §. 14. Cab. 2. p. dec. 54. probat Ord. lib. 5. tit. 31. §. 2. Cov. pract. d. c. 37. num. 33. quidquid Joseph. de Sesse dec. 74. p. 1. de cuius probatione videndus est Petrus Barb. in l. omnes 4. num. 39. & 40. Cod. prescript. trig. vel quadrag. ann.*

37 Eodem etiam modo dicendum est decreta, quæ eximitur de finibus vicinorum agrorum ad lavandos, & in panniculo concutiendos pannos ex lana confectos, quorum publica utilitate dicta creta eruenda jure servitutis debetur, soluto tamen pretio dominis illius, ad dicta per *Aegy. 1. p. cap. 6. n. 15. Azeved. & Barbosa. relatos ab alio Barbosa. ad Ordin. lib. 2. tit. 34. §. 1. num. 2. patet in regimine pannorum cap. da Greda, & de qua habetur in l. 1. §.*

fin. & in l. ergo 5. ff. serv. rust. l. 7. tit. 31. p. 3. Cov. d. c. 37. n. 8. post prin; ita etiam de lapidum cedendorum servitute, de qua *l. ap. Julian. 4. §. si quis alicui, ff. legat. 1. Cald. lib. 1. for. q. 20. n. 4.* & etiam de arena, quorum omnium, si auferantur, sine jure servitutis, vel voluntate dñorum furtum committi dicunt *jura in l. si creta ff. eod. cum aliis in id addit. Elis à Farinac. tom. 6. tit. de furt. q. 174. p. 1. num. 66. quarum rerum in thomis, & actis declaratio fieri debet, sicut, & de aliis bonis demonstratis, & emmensuratis.*

Aliis in prædiis eligunt posse-
18 flores confinia dividere per se-
pem, per parietem fixis lapidibus compositum, iuxta *glos. verbo maceriem in cit. l. ad sacra,* quo casu fines sui fundi excedere possunt, sed in suo facere debent, non sic, quando muro, vel calce infecto circumdant prædium ipsum, quia tunc, de sua terra pedem derelinquere tenentur, *l. fin. ff. hoc in.* Quando verò do-
19 mum in confinio ædificaverint.
2. pedes finire debent. *d. l. fin. ibi, Si domum duos pedes;* cujus interpretationem assumpsit *Surd. conf. 74. per totum, lib. 1. quod etiam procedit, si ædificetur domus in suo solo juxta aream vel domum alienam, sed Surd.*

ibi num. 2. ait de consuetudine non seruari inter urbana prædia, idest in Civitatibus, vel oppidis, in quibus non relinquitur spatium, & probat *Ord. lib. 1. tit. 68. §. 36. 37. & 39.* quia dominus areæ, si postea ædificaverit, duos item pedes in suo vacuos relinquere tenetur, & inter ambas domos quatuor pedes inter medii esse debent; & ita procedit *text. in l. imperatores 23. ff. serv. urb. præd.* Quod quidem spatium non commune inter eos, sed utriusque duorum pedum spatium ad alios usus profuturum remanet, *Capola de servit. urb. præd. tit. de pariet. c. 40. num. 5.* unde determinatio earum fieri adhuc debet ad confinia, sicut fit inter rustica prædia, idest agros, & non inter urbana, *glos. verbo si finium in §. fin. Inst. de off. jud. de amovente tamen terminos inter hæc prædia, consule Farinac. 6. p. tit. de furt. 9. 168. p. 5. n. 107.*

20 Si tamen ædes jam erectæ publicæ sint 15. pedum distantia libera, admitti debere inter ipsas domos, & ob rationem incendii contingentis; fatentur aliqui, probat expresse *l. si cui, ibi Ut tali intervallo, & publica ades à periculo vendicentur. C. de adif. priv.* Non sic, si ædificium erigatur juxta publicam aream, quia *ex reg. d. l. fin.* solum duo pedes de-

siderantur, cum favor publici ædificii non vigeat pro futuro ædificio, sed pro jam facto, cujus appellatione veniet omnis ædificii species *l. qui edes 9. in fin. ff. 21 incend. ruin. naufr.* apud nos aliter se res habet in ædificante juxta muros, vel aream publicam, vel expressam *Ord. l. 1. tit. 68. §. pen.* quia ædificans in facie muri, adventa occasione, destruere ædificium debet, murumque liberatum, jam etiam si collapsum ad usum tradere debet, *ibi, aquelle que assim tiver casa, serà obrigado a fazer o muro à sua custa,* ubi multos refert. *Barb. ad Ord. Aegid. in l. ex hoc jure cap. 6. num. 45.*

Advertendum tamen est, quod 23 si dictum ædificium, vel distet 2. vel 15. pedibus ab area aliena, etiam si sit privata, noceat ventis flatibus, ut transire impediatur ad triturada grana, segetum, favore ipsius agriculturæ tolli debet, & demoliri, quousque impedimentum cesset, *l. fin. §. fin. Cod. de servit. & aqua, ubi glos. Bart. Jas. in l. ex hoc jure n. 14. ff. just. & jur. Capol. de servit. urb. cap. 39. num. 3. vers. actavo fallit;* quæ ratio minime evincere potest in hoc casu, quia & in aliis, si mihi favore condonatis, cessat illa juris dispositio, quare dicendum est 24 in eo consistere veram rationem, quia prædia urbana in rure ædificata

ficata sunt minus principaliter propter rustica erecta, à quibus dependent, *glos. verb. villa in l. 1. ff. commun. præd. Franc. Marc. dec. 500. in p. 1. Aflit. dec. 223. num. 2.* Necessarium suum principale tolerare, & extinguere valet, ac ita procedere *d. §. fin. excogitavit idem Aegy. cit. c. 6. v. 17. & 18.* dicit idem esse si ex dicta ædificatione segetibus obfit defectibus solis, & allegat *Capol. d. c. 39. num. 4. vers. nono fallit,* quod etiam extenditur

ad alias res, & arbores segetibus nocentibus, probat *cit. l. 1. §. 1. §. de arbor. cad. l. 4. §. sed si quis hoc tit. & persæpe in Interanen- si Provincia plures emphyteutæ 26 in divisas partes possident emphyteutes, & ædificant juxta areas, & de facto in praxi obvenit apud oppidum de Guimaraens, ubi aream, quæ erat spatiosa inter emphyteutes, quidam iudex Thomi, in discretas partes divisit pro cujuslibet portionis necessitate.*

SUMMARIUM.

TErminationi prædiorum præcipuè in locis aquosis deseruiunt facta, & si ideo aqua non stagnet in prædiu vicinū. *Arbores platas iusta limites sui agri quinque pedum spatium sinere tenetur de stipite arboris ad extremitatem agri, & si fuerit ficus, vel oliva 15. pedibus distare debent, si radices immittant arbores in alienum agrum, & ex illius succo coalescant, communes fiunt.*

Glandis appellatione, omnes

fructus continentur, & eos quoque tertio die domini colligere potest ab agro vicino, & immitens pecudes ad comedēdos fructus actione subsidiaria in factum tenetur;

Prædia urbana determinantur collateralibus, & vicinis. *Ædes etiam sunt mensurandæ, & declarandæ cum servitutibus nec tunc citatio vicinorum requiritur.*

Citatio possessorum ædium rusticarū requiritur, si 4. pedum spatio interjecto, ædifi-

- edificatae sint, non contiguae in civitate.
- 6 Pignoris jure inuecta, & illata in praedium pro pensione domino tenentur: etiam si colonus sit partiaris, & in urbanis voluntate partium inducitur hypotheca, & n. 9.
- 7 Fructus praedij tacite hypothecati censetur pro pensione, licet ipsa sit in pecunia, vel in fructibus naturalibus, seu industrialibus, scientia dñi in fructibus inuectis non requiritur, ut in aliis rebus.
- 8 Pignoris taciti juri illata in praedium rusticum, si comparata sint ad illius culturam, & quorum causa praedium ipsum, paratum est, tenentur.
- 9 Pignoris taciti illatorum in praedium rusticum conjectura voluntatis non sumitur, quando non sunt de rebus, & instrumentis necessariis ad culturam.
- 10 Declarantur i. stabula 198. ff. verb. sign. & l. 4. §. stabula ff. in quib. caus. pig. In stabula immissa pro pensione oppignorantur, dummodo sint de rebus ad usum stabuli deputatis.
- Hortorum in domos inuecta 11 jure pignoris non tenentur, si non sint de rebus deputatis ad praedij culturam, vel de fructibus in ea collectis.
- Inuecta, & illata in horreum, 12 arcam, vel tugurium, ut sunt in nudinis jure pignoris obligantur domino pro pensione.
- Melindorum, vel tercularium 13 olei, vel saccari, & maccatorij pensiones jure taciti pignoris solvuntur ex inuectis, dummodo non sit granum, vel oliva, seu arundines ad molendum. Ampliatur Ordin. lib. 4. tit. 23. §. 3.
- Augmentum rei pendet ex 14 jure ipsius rei, & eadem jure censetur.
- Aqua, si ducitur per alienum 15 fundum, vel ex alieno fundo ad irrigandum, & quibus horis, & tempore declarari debet, cum re ipsa, vel emphyteusi describenda, & n. 17. & etiam aqua pro

- pro usu corporis optima est eligenda, & qualis remissive ibi.
- 16 Servitus servitutis dari non potest, nec qualitas qualitatis.
- 17 Salinæ sunt describendæ, & mensurandæ, sicut alij fundi, & limitandæ.
- 18 Aquarios sulcos, & dirigare

suos agros, quis potest, & aquam ad foveas ducere, nisi vicino noceat, & foveas, si fecerit in suo tantum, quantum profunda-verit, relinquere debet.

Citari debet vicini agri possessor, licet dividatur. Finium regundorum judicium, in quibus consistat.

C A P. V.

1 **A**lij autem præsertim in terra aquosa salicta, pro confinibus plantare solent, cujus rei determinatio pendet à doctoribus supra, & à l. fin. in prio. ff. fin. regund. juncta l. 1. §. de eo opere vers. sed apud, ff. aq. plu. arcend. quæ habet prohiberi à vicino posse, si in prædium suum ob id aqua restagnet; sicut, & quando usus rotarum molendini superiores impeditur ex levatione aggerum seu inclusæ, idest (açude) debet meta lapidis fieri in eadem clusa, ut aqua crescens, ex pluviis excurrat, & non noceat, ita ut currens impedimentum possit superioris molendini autoritate judicis super ædificatum opus destruere, non per se, cum factum proveniat a natura, & non a facto aliquo; arg. l. 1. c. de inter-

dict. juncta l. quemadmodum 29. ff. ad l. Aquil; declarat in casu deciso Gabr. Pereir. decis. 33. numer. 13. & ideo cum molendino debet declarari servitutis qualitas; Ergo aqua non restagnante licite plantari possunt, & salicta, & saligna in confinibus.

Si vero alias arbores plantent, 2 quinque pedum spatio ab agri limite in suo plantare quis debet, & si oliva, vel ficus fuerit 15. pedibus de stipite arboris ad extremum agri distare faciat. d. l. fin. in fine. Grat. for. cap. 314. numer. 8. & 7. intelligens inde, quod interjecto minori spatio, arbores si in terram vicini radices immittant; & ejus succo coalescant communes fieri secum dum quæ dicta sunt, sed contra-

rio

rio usu hæc observari videmus, maximè, quia dum agri dividuntur inter cohæredes minori spatio arbores limitibus hæere cõpelluntur, sed si testator prohibeat inter cohæredes divisionem fieri; vide *Decium conf. 147. Bertr. conf. 76. n. 5. vol. 2. Barb. in rub. de reb. eccles. non alien. col. 7. & ibi additio, quibus adde Franc. Marc. dec. 501. Capol. de servis. tit. de pariet. seu muro n. 1. & 3.*

3 De colligentibus tamen fructibus in alienam terram cadentibus videnda est *l. unic. & ibi notata, & a glos. 1. & penult. ff. de gland. legend. quæ habent fructus nomine glandis comprehensos esse in l. qui venenum 236. ff. verbor. sign. Cab. 1. p. decis. 126. num. 2. quod si dominus agri, in quem ceciderunt, dolo malo pecus immisit, tenetur in factum subsidiaria legis A quilæ actione, §. glans, & ibi glos. verb. *compsumpta in l. Julianus 9. ff. ad ex hibend. l. fin. C. de leg. A quil.**

4 Prædia insuper urbana non determinantur confinibus, ut dicitur in rusticis, sed collateralibus, ut in *l. locus 60. ad fin. ff. verb. sign. vel vicinis, ut in l. quod sape 35. §. fin. & ibi additio marg. ff. contrah. empt. l. 4. §. fin. vers. hoc iudicium ff. fin. reg. ideo ad men-*

surandas domos ipsas, vel in civitate, vel in rure fitas ad *l. urbana prædia 198. ff. de verb. sign. non requiritur citatio domini vicinarum ædium, dummodo eadem in villis, vel vicis ædificatæ vicinæ, & contiguæ sint interjectis, ut in oppidis, parietibus communibus, quia urbium prædium non locus, sed materia facit, d. l. urbana prædia, & l. urbana 166. ff. eodem tit. l. si prædium 16. in princ. C. de præd. minor. l. eo jure 4. §. stabula ff. in quib. caus. pignus tacite, & iia Anton. Fab. in rationalib. ad citatam. l. 4. §. hoc iudicium ff. fin. reg. Et eadem etiam ratione hortos in civitate, si eorum latitudo exposcat, confinibus, sicut prædia rustica, determinabis *d. l. 4. §. fin. vers. & in urbe ff. fin. Reg. Petr. Gregor. syntagm. jur. lib. 4. cap. 24. n. 2. Nam in agris urbana possunt esse ædificia, & in urbe rustica l. 1. ff. commun. præd. Anton. Fab. ubi proxime.**

Investa, & illata in prædium conductum pignoris jure domino tenentur, *l. item quia 4. ff. de pact. l. certi juris C. locat a deo ut illata a colono partiario eidem vinculo subjiciantur, glos. verbo quis in §. item serviana inst. de act. Mantic. de tacit. lib. II. tit. 15. n. 31. Adde, quod si prædium sit rusticum, & pensio debeatur,*
vel

vel in ipsis fructibus, vel in pecunia numerata fructus in eo nascentes tacite pignoris nexui submissi intelliguntur. *l. in prædiis 7. ff. in quib. caus. pig. tacit.*

7 Nec refert, sint naturales, vel industriales juxta generalitatem, *d. l. in prædiis; post alios Negus. de pig. 4. memb. 2. p. num. 148. Menoch. adipisc. possess. remed. 3. num. 117. Mantie. ubi supra n. 27.* nec in his scientia domini prærequiritur, sicut in aliis rebus illatis, resolvit post supradictos, & alios *Aegy. cita l. ex hoc jure 1. p. cap. 9. num. 87. & ibi num. 89.* rejicit differentiam constitutam à *Gab. Pereyr. decis. 127. num. 2.* inter prædia rustica, & urbana circa hipotecam in urbanis, vel in rusticis prædiis.

Idem etiam *Aegy. ex d. num. 87.* referendo Authores antiquæ communis sententiæ; & etiam modernioris, quæ distinguit inter dominum scientem, vel ignorantem, res ab inquilino illatas, resolvit *n. 94.* in vecta, & illata in prædia rustica, & quæ ad ipsorum prædiorum culturam pertinent, vel quorum causa prædia ipsa locari, & conducì solent tacite conventioni pignoris subijci, sive dominus, & ea specialiter inferri sciverit, vel non ut in urbanis prædiis dicitur, *Aegy. num. 96. & 95.*

Statim præcedenti ad hoc inducit *d. l. certi juris in primo responso*, in quibus quidem prædiis ex tacita contrahentium voluntate legitima præsumptione collecta introductum fuit hoc taciti pignoris jus; citat *l. item quia, nec scientia domini in his requiritur, d. l. certi juris, vers. quando*, rationes assignat idem *Lusitanus allegato num. 94. vers. prædicta, & in vers. quæ ratio.* At vero in aliis rebus, quæ non 10 pertinent ad prædia ipsa rustica, & quarum receptaculo prædia destinata non sunt, aliud dici debet, præter voluntatem, & opinionem contrahentium conjectura sumi non debet sicut in rebus peculiariter in ipsa prædia immitendis, ut probat, non obscure *text. in l. si horreum 3. & in l. 4. juncto §. stabula, ff. in quib. caus. pig. tac. Aegy. cit. num. 96. cum seqq.*

Nec repugnari inter se, dicas 11 *d. l. si urbana 198. & l. 4. §. stabula*, quatenus illa *l. habet, stabula* etiam sita in villa, vel vicis prædia esse urbana, & hic *§. stabula*, habet prædiorum numero, & non urbanorum computari. Quia responderetur cum *glos. in hoc eodem §. verbo non multum, & in d. l. verb. stabula*, intelligi in *l. urbana*, de stabulis ædificiis injunctis; & habitandi gra-

gratia constructis, & in §. *stabula*, de se junctis à domibus ad receptaculum animalium, & stationem deputatis, & ut supra proxime extat dictum, quo ad casum taciti pignoris non multum differunt ab urbanis prædiis, ut in d. l. §. *stabula in fine*, cum procedat in illis rebus ad usum deputatis, opignorandis, sicut proceditur in urbanis, sequitur *cit. cap. 9. n. 89.*

12 Unde fit, quod oppignoratio illatorum, & inventorum in hortos Civitatis, ultra fructus de quibus supra non comprehendit bona in domum inducta, tanquam accessorium prædij, nisi animalia, aratra, ligones, & similia instrumenta ad culturam, & pro usu necessaria ex *glos. verbo nam ea quoque in d. l. certi juris non vero, quæ ad ornatum, & custodiam prædij inferuntur l. quæritur 58. §. fin. ff. legat. 3.*

E converso verò pro pensione domus, horrei, aræ diversorij, seu tugurij ad mundinas fructi in vicis, vel in rure ad l. *tugurij 108. de verb. signif. Petr. Barb. in l. heres absens, §. 1. num. 10. ff. de jud. vocat pergulam, vel tabernam, fiet pignoratō in investis, & illatis ad eas secundum cujusque usum, & distinctionem; ex quibus, & ibi allegatis*

13 dicit *Stieph. Grat. tom. 3. c. 564. n. 12. idem fore dicendum intel-*

ligendum in pensione molendinorum domibus injunctorum; secus si stabulis compactis super aqua ædificata sint, & forsitan sit concordia inter *Menoch. statim referendum num. 152. & 153. & Oldrad. in add. ad Roland. part. 1. pag. 116. vers. nova additio, prout refert Marefc. lib. 2. var. c. 118. n. 17. & vel urbana, vel rustica sint prædia censenda numquam comprehenditur frumentum ad molendum in illa portatum; glos. verb. induxerit in d. l. certi jur. Menoch. adipisc. rem. 3. num. 152. Marefc. ub. prox. n. 22. Si tamen conductoris, licet ad vendendum, 14*

subjicitur hypothecæ, veluti aliæ merces investæ in hypothecam, ut corpus tamen universale: l. cum tabernam 34. ff. de pignor, & ibi Bald. in fine principij, resolvit *Marefcot. lib. 1. var. cap. 24. num. 2. Idem judicare poteris de torculari olei, vel faccari, seu de navi, ut per eundem Marefc. lib. 2. cap. 118. n. 16. ad implicationem, & declaratione Ord. lib. 4. tit. 23. §. 3. & ut hypotheca comprehendat citra pensionem domus deteriorationem l. 2. ff. in quib. caus. pig. Menoch. ubi sup. n. 101. Marefcot. dicto cap. 118. n. 12. cap. 118. n. 12.*

Dum ergo supradictorum ædificiorum descriptionem faceres,

res, ad acta reduci, declarari oportet, citra localem citationem, & nomen ædium vicinalium numerum habitationū inferiorum, & etiam servitutum activè, & passivè debitarum; nam hæ prætitium augent, vel minuunt; arg. l. 1. §. si hæres ff. ad Treb. & ibi Bart. in princ. l. si nominatorem 34. ff. condit. & demanstr. Mascard. concl. 651. num. 7. & 8. Grat. for. cap. 600. num. 6. & 7. tom. 3. alios congerit Aegypt. cit. cap. 6. num. 14. ad finem faciunt l. cum fundus 4. ff. de evict. l. 3. & 7. l. quoties 15. l. si fundus 19. ff. de servitut.

¶ Eodem etiam modo, & jure reputandum est augmentum ipsius rei, quo censetur, & ipsa res l. si ex toto 8. ff. legat. 1. l. inter eos 29. ff. acquir. rer. dom. cum aliis juriibus allegatis à Cald. Per. cons. 28. n. 28. Gratian. for. c. 446. num. 28. tom. 3. & c. 425. num. 22. & 23. & cap. 842. num. 25. tom. 5. ubi de puteo, balneo, additu, fistula, vel canali, & ex textu expresso in l. 4. in princip. & in §. in judicio, ff. fin. regund; quamobrem cum declaratione harum utilitatum, & pertinentiarum, de quibus in l. si quis 7. Cod. bonis præscrip. & quas exponit Hieron. de monte cap. 8. n. 7. & 8. seu qualitatum, idest libertatis, seu servi-

tutis prædij l. quid aliud 86. ff. verb. sign. ubi glosa vocat qualitatem rei finium ipsorum amplitudinem, ut puta, laudemij solvendi alienationis, vel sit unū pro 40. vel 20. seu 10. ex Ordin. lib. 4. tit. 38. in princ. ibi quarentena, ou o contendo em seu contracto, ubi Barb. ad d. tit. 38. n. 51.

¶ Mensurari, & demonstrari debent urbana prædia, item, & rustica, pro quorum utilitate aliquando aqua, quæ est domini fundi, in quo emergit l. Proculus, ff. damn. insect. Pinel. lib. 2. select. c. 12. num. 3. Pereira decis. 35. num. 6. per fundum alienum duci ex servitute potest ad irrigandos campos, aut hortos, vel ad pecora, vel ad amœnitatem, ut hebentur in l. 3. ff. aqua quotid. cujus jus non est merè possessorium, sed habet mixtam causam proprietatis l. 1. §. ait pretor. ff. eodem, Marescot. lib. 1. var. cap. 11. num. 47. & 48. ex quo non potest agi possessorio, & suspendi petitorium; glos. verbo privatio in l. 3. §. quedam ff. de interd. idem Marescot. cap. 36. num. 20.

¶ Et quantum oporteat salubrem aquam quærere pro usu corporis, consulendus est Casar de agricult. lib. 2. cap. 6. Bovad. lib. 3. polit. cap. 6. num. 17. & quibus horis, & quo tempore, & quantitate aqua duci debeat, & frui, est

est etiam declarandum in actis; arg. l. si divinarum 2. ff. eodem tit. de aqua quot. & iterum infra 18 c. 6. n. 20. Advertendo insuper, quod fiet cum citatione domini proprietatis, non vero usu fructuarij, ut per Paul. in l. fin. §. si usus fructus ff. servit. l. sed si forte, §. etiam, vers. hæc autem ff. si servitus vend. cum alijs per glos. allegatis; nam aliter esset dari servitus servitutis, contra l. uti frui 5. §. utrum, & ibi glos. verbo servitute in fine, ff. si ususfruct. petat. Phæb. 2. p. decis. 202. n. 2. Ord. lib. 4. tit. 98. §. 4.

Item salinarum descriptio, 19 & declaratio fieri debet cum mensura tanquam de re principali, ut est textus in l. forma ad finem vers. salinæ de censib. item & lacus piscium, & aliæ res, quæ per se existunt, non tanquam propter ædes, vel fundos describendæ, & declarandæ sunt; arg. textus in l. Julianus 14. §. fin. cū duabus l. 1. ff. act. empt. & Gufman de evict. q. 21. n. 48. enumerat nivem, & cælo cadentem, & quidquid ex re, & propter rem percipitur, quæ fructus dicuntur l. item si fundi 10. ff. usu fruct. Gufman. d. q. 27. n. 48.

Item adde plures determinare 20 suos agros per foveas, maximam inde sperantes utilitatē in terra

aquosa ad eam dissecandam, quod facere licite possunt, si vicinis non noceant, quia per sulcos aquarios licitum est cuique aquam excurrendam ducere frumenti querendi causa, l. 1. §. de eo opere. vers. sed & fossas, ff. aqua plu. arc; & tunc tantum, quantum profundaverint foveam de suo relinquere debent, l. fin. ff. fin. reg. resolvit Gab. Per. per l. fin. & l. mille passus ff. verb. sig. dec. 39. n. 8. ubi 5. pedes relinquendos esse, dum aperitur puteus, juxta alterius parietem. Et licet dividatur ager unius ab alterius 21 agro per foveam, vocare vicinū ad limitandum, & mensurandū, non desinas, l. sed & si 6. ff. eodem, de qua citatione in c. 8. n. 8. & 9. dicendum erit.

Concludo cum relatione eorum, qua dicit Hieron. de monte in cap. 29. sui tract. fin. regund, quod scilicet controversiæ hujus judicij ad 15. differentias, seu res rediguntur, & 22 super eisdem versantur, terminorum scilicet positione rigorosa, finibus, locis, modo, proprietate, possessione, alluvione, seu augmento, territorio, successivis, locis sacris, & religiosis, aqua pluvia arcenda, & itineribus, quarum omnium facta mentio reperitur.

Praxis de Iudicio
S U M M A R I U M.

1 **F**inium Reg. iudicium exercetur contra unum, vel plures possessores unius fundi in uno processu, & num. 7.

2 Plures actores ex uno tractu, ab uno tantum celebrato, debent litigare in uno tantum processu, ne reo fiant plures adversarij.

3 Socij plures medio unius obligati uno processu, & procuratore pulsari debent, & declaratur num. 4.

3 Procuratores de jure nostri Regni potest unus, vel plures litigatores instituere, dummodo intra unum terminum inter se conferant, & dicant.

Procuratores quando admittuntur singuli; vel cuncti ibi.

6 Accusationis processus dividi possunt ex unico delicto, si partes petant; aliter minimè.

7 Reivindicatio in personam competit in iudicio fin. reg. pro portione ablata ex mutatione terminorum.

8 Actor, & reus idem esse non potest, etiam si socius sit pro-

indiviso in aliquo fundo vicino: & debet alienare, ut iudicium consistere possit cum emptore, & n. 11. nec venditio est præcisa, sed causativa n. 12.

Socius in prædio indiviso, quasi totius domini reputatur.

Tertius rei possessor dicitur ¹⁰ communis rei indivisa possessor, & impedire potest executionem contra socium intentatam, sed creditor dividi rem petere poterit, ut executio perficiatur.

Verbum, posse, aliquando ¹¹ possibilitatem naturalem, vel hominis importat, & aliquando præcisam necessitatem, ex materia subjecta.

Divisio dicitur alienatio, ¹² & partes indivisa intellectualis dicitur.

Communione prohibita, ¹³ discordiarum matre, prohibentur etiam media, per quæ durare potest ipsa communio.

Servitus consistere potest ¹⁴ inter prædium commune, & particulare ejusdem domini, non tamen de novo acquiri potest

pa-

- potestq; socius socium con-
venire pro servitute debi-
ta, à re cōmuni rei propriæ,
& declaratur, inquã ser-
vitate precedat n. 19. & 20
- 15 Fin. reg. judiciũ nõ datur in
ter agros ab eis dẽ possessõs,
licet unus possideatur cũ
socio; & partes fũdo magis,
quã personæ, sententiæ ad-
judicantur, & quare n. 21.
- 16 Termini inter plures agros
declarãtur, per rectitudi-
nem illorum, chordula ex-
tẽsa de parte acuta unius,
ad acutã alterius lapidis,
& lapides adjacentes ter-
minis rustici testes vocant.
- 17 Socius fundi cōmunis potest
ex consuetudine solus loca-
re sed tenetur, allata me-
liori conditione à consocio,
illam sequi, & locare po-
test, qui possidet.
- 18 Locatio venditioni equipe-
rãtur.
- 19 Servitutes reales à prædio,
prædio debẽtur, & augẽt,
vel minuunt utilitatẽ præ-
dij.
- 20 Ususfructũ, usus, & habita-
tio sũt servitutes persona-
les.
- 21 Actio fin. reg. dativa est in
personam, & in rem, & ac-
tor, & reus idẽmet est.
- Servitutes intellectualitẽr 22
dividua dicuntur, & una
persona in eodẽ judicio, &
lite, non debet separatẽ
considerari.
- Fin. reg. judiciũ competit ex 23
turbatione unius termini,
vel pluriũ, vel pro toto fũ-
do, vel pro parte, idẽq; jus
est de toto, quod est de parte
- Plus, vel minus non facit rẽ 24
differre, & qualitas, sicut,
& quãtitas judiciũ efficit.
- Fructus, augmenta, & ob- 25
ventiones veniunt post litẽ
contestatam in hoc judicio
fin. reg. & etiam ex verbo
restituere, si iudex adjici-
at in sententia num. 28.
- Possessor omnis fit malæ fi- 26
dei, post litis contestationẽ,
& verẽ malæ fidei possessor
ante litẽ tenetur de perci-
piendis fruclibus, & quos
actor percipere poterat.
- Fructus non petiti veniunt 27
post contestationem litis
officio judicis
- Titulus qualis, qualis sif- 28
ficat, ut possessor malæ fi-
dei à percipiendis frucli-
bus

- bus excusetur.
- 29 Fructus percipiendi referri debent ad industriam actoris, & non rei diligentia in actore, & negligentia in reo consideratur.
- 30 Diligentia communis in actore, & non singularis industria expeditur ad restituendos fructus non perceptos in reo male fidei possessore.
- 31 Fructus percipiendi petuntur post conditionem, extant, & non extantium aestimatio condicuntur.
- 32 Dolus, & culpa, in quo distinguuntur; dolus malitiae equiparatur, & reperitur in actu perfecto, culpa ignavia, & desidia, seu negligentiae aequatur, & effectus utriusque; & n. 33. & sufficit dolus in genere, ut delictum committatur.
- 33 Fructus naturales, industriales, & civiles explicantur remissive, & jure soli, & non jure seminis percipiuntur.
- 34 Litigiosa fit res, per litem contestationem, & judicium fin. reg. familiarum exerciscunt. & commun. divid. equiparatum est, & in illis fit litigiosa res ipsa.
- Promissio de vendenda, re, 36
 producit actionem personalem in rem scriptam, quae fit litigiosa.
- Declaratur l. 1. cum. glos. ibi 37
 verbo, possit, C. commun. divid. post divisum praedium agi potest fin. reg. judicio, si fines obscurati sint, & sequitur fundum, & 3. possessorem hoc idem judicium.
- Judicium mutandi causa alienatio ante litem, quando fit, vide remissione. 38
- Fin. reg. judicio intentato si 39
 post litem contestatam litigator terminos amoveat, ut alienam terram sibi usurpet, tantum de sua dimittere debet adversario, dummodo actus amotionis consumatus fuerit, explicatur l. 4. C. fin. reg. & a n. 42. usque ad 46.
- Cogitationis poenam, nemo meretur, spoliare iudex etiam 40
 potest, & quibus intervenientibus, & de facto spoliatus, de facto restitui debet
- Superflua legis dispositio 41
 esse non debet.
- Invasor rei alienae possessionem amittit, si sua est, 42
 si aliena, aestimationem, & con-

consiliatur l. si quis in tantum. C. unde vi, cum l. 4. Cod. fin. reg. & cum Ord. lib. 4. tit. 58. in prio.

43 Promissã sibi rem antequã tradatur, & juris ordine non servato, non debet quis occupare, & faciens tene-

tur de lege Julia, de vi publica, vel alterius similis, amittitque ejus promissi, & restituit rem; Consiliatur. l. unica ad finem Cod. de suffrag. & ibi glos. verbo amittat. cum l. 4. C. fin. regund.

CAP. VI.

C Ap. 3. num. 34. dicitur fin. reg. iudicium habere locum inter convencionis prædiorum possessores, nec refert duo, vel plures sint possessores, vel fundi ipsi limitandi, l. 4. §. si communem vers. non solum, & in §. præcedenti vers. si alter fundus ff. fin. reg. sed est dubium, quo ordine, & an in uno processu omnes admitantur, tam ex parte actoris convenientis, quam ex parte rei conventi; de qua re videndi sunt, Tiraq. de retract. conglos. 1. c. unic. n. 267. Ex parte actoris, si plures sint consortes unius litis, vel actionis provenientes ex uno contractu, non debet processus dividi, sed unica actione, & processu agere, nè plures adversarij fiant ei, qui cum uno contraxit. l. 1. §. fin. & l. nec in plures 2. ff. exerc. act. l. jam §. si tamẽ,

ibi defensio per plures scissa commodo aliquo afficiat actorem, ff. iudicatum solvi l. fin. ad fid. ff. rem pub. salvã fore, Surd. decis. 223. n. 2. quam etiam lege prospectum fuit unitati actionis ab uno solo in iudicium deductæ, & satisfaciente de iudicatum solvendo ne inter hæredes damno adversarij divideretur; prout intelligit, glos. ibi verbo, hæredes, in l. si quis cum 31. §. unius verbo prohibitum ff. procurat. cit. l. fin. ff. rem pup. sal. for. l. si rem 62. §. 1. ff. de evict. quod, & suadetur ex text. in l. quidam 21. ff. si cert. pet. ut lites pauciores sint, eisq; obvietur, prout fuerit possibile cap. finem litibus de dol. & contum.

Quando enim socij obligantur medio unius, tenentur uno libello, & uno processu. d. l. 1. §. fin. ff. exercit. act. Rota gen.

decif. 29. n. 13. Cald. per conf. 7. n. 8. quod ut obtineat in reo, & hæredibus ejus, nulli est dubium deberi per unum procuratorem infimul in eodem processu litigare, d. §. si tamen, & d. l. 2. Surd. d. decif. 223. n. 1. d. l. si rem §. 1. de evict. Nec obest. d. §. si tamen in vers. aliud est, & d. l. si quis 31. §. unus eodem tit. de procurat. quatenus dicunt plures Actores, etiam si sint unius personæ hæredis, posse separatim agere, & plures procuratores, constituere, quia, & possunt omnes non agere, uti pro ratione reddit glos. in d. §. si tamen verbo per unum. Respõde enim procedere, quando in medio unius agunt, nec ex speciali causa, sed aliunde ex pluribus causis enumeratis à l. ut sit. 31. cum. l. sequenti ff. pro socio, & volunt divisim agere. Bart. in l. 3. §. ubi duo, & in l. eandem num. 252. ff. de duob. reis. Practica Panienf. in form. lib. contra plures vers. contra, & ibi a doctõrib. & ita resolvit idem Gusman. de evict. quæst. 5. num. 64. usque ad 70. Mastril. conf. 108. num. 13.

De jure verò nostri Regni cessat dubitatio, & distinctio pluriû procuratorû, quippe qui Ordin. lib. 3. tit. 20. §. 41. permittit actõ-

ri, & reo, vel sint plures, vel unus in eodẽ processu plures procuratores cõstituere. dũmodo tamen nõ omnes scribãt, sed unus intra unũ terminũ, & easdẽ inducias possunt inter se collationem habere. Et ita quando simpliciter duo sunt cõstituti procuratores, & non declaratur, quòd potestas procurãdi singulis in solidũ conceditur, tũc nõ possunt procedere singuli; sed omnes cuncti, cap. si duo imprinc. de procurat. lib. 6. ita tradunt novissimẽ Emmanuel Themud. 2. p. decif. 193. n. 4. Franciscus Velasc. Gouveanus senator regius, & cõmunis præceptor jubilatus in tract. de success. regni 3. p. §. 3. n. 9. & solũ limitat in terminis d. cap. si duo §. sane in executoribus testam. torũ. propter causæ privilegiũ. ne dilationem voluntas morientium patiat; in specie cap. ult. §. 2. de testam. lib. 6. ut supra dicti nostri Lusitani doctissimẽ docent.

In criminalibus enim judicijs, 6 dũmodo delictũ sint unũ, & partes Actores, vel Rei sint plures, non dividitur processus accusationis, nisi partes petat; Ordin. lib. 1. tit. 79. §. 31. & ibi Barbosa; altera Ornin. lib. 5. tit. 124. §. 11. ad finem ibi (*posto que se fizaõ apertados, por as partes o requererem*) Cab. 2. p. stilo. 2. pag. 450. Costa de stylo Curizæ Ulyssipo-

liponenfis, annot. 14. n. 16. & 17. Cardof. in praxi jud. verb. accusatio num. 18. & 19. Avendañh. de exeq. 1. p. cap. 15. num. 6. per tex. in l. edixit 7. §. quod autem, usu. si mihi, ff. de injur.

7 In hoc tamen iudicio fin. reg. specialiter provisum extat hæredes actoris, vel rei litigare debere in uno processu, & per unum procuratorem. l. si familiæ 49. ff. famil. excisc. l. licet 42. §. si plures, ff. de procurat. Gulman infra num. 62. Ripa in l. 4. §. Cato sect. 15. ff. de verb. obligat. quod si possessor unius fundi plures vicinos conveniat, quia in diversis partibus fundi confines, & domini sunt, ad l. rectè dicimus 25. §. quintus, vers. nam quod ff. de verbor. signif; & habeant diversas rationes defensionis separatim, & in diversis processibus convenire debent, tanquam ex diversis obligationibus, dicta l. licet 42. §. porro ad finem, & ibi glosa verbo dabit, quia pro rei vindicatione possessor convenitur per actionē in personā. l. 6. juncta glosa fin. ff. fin. reg. Faber in ration. ad textum in l. 1. vers. actio finiu. Si verò, vel actor communiter cum alio possideat, vel reus sociū habeat in fundo, pro cuius finibus, vel terminis convenitur, haben-

tur loco unius, & debet unus tantum processus formari, & unus procurator constitui, l. 4. §. si communem post principium (Sed unius loco habemur) ff. de fin. regundorum, prosequitur Fab. ubi proximè, §. non solum in ratione decidendi, quin dicit, quam possibile sit debere in uno processu litigari, ut lites pauciores fiant. Ita etiam resolvit de Gulman. evict. quæst. 5. num. 62. usque ad 70.

Maius tamen dubium decidit 8 Jurisconsultus in §. si communē, quod si unus socius possideat solus unum prædium, & insimul cum socio aliud convicinum, non posse inter eos consistere hoc iudicium finitum regundorum; nec etiam utile, quia potest alienare unum ex fundis, & interveniente emptore, desinet socios tanquam actor, & reus in finibus vicinorum prædiorum iudicium impedire; arg. l. nec cum filio familias 16. ff. de furtis. l. accipientis, ff. auth. tut. ubi glosa, Acurt. etiam in glosa verbo vel curatores, ad finem in l. 2. §. quod observari, Cæd. jure jurando propter calumniam, & est textus expressus per adjectionem in dicto §. si plures ibi. *Quoniam expedire res non potest citra ad-judicationes, & condemnationes,*

quæ ratio; & in hoc iudicio fi-
cut, & in illo famil. ereisc. &
commun. divid, quorum memi-
nit dicto §. si plures locum habet
ex §. fin. vers. nam tunc Instit.
de offic. iudic. dicta l. 1. ff. fini-
um regand.

9 Namque socius in prædio in-
diviso, quasi totius dominus re-
putatur. l. communis 23. ff. de
in ius. vocan glosa verbo hanc
eandem. l. Mævius 68. §. duo-
rum, ff. leg. 2.

10 Hinc est, quod socius rei cō-
munis ratione connexitatis po-
test, tanquam tertius impedire
executionem in re communi in-
ceptam contra socium ad Ordi-
nat. lib. 3. tit. 86. §. 17. Menoc.
de arbitr. cas. 371. num. 11. quia
meum est, quod commune est, l.
fervi. 5. §. primo, ff. legat. 1.
Cevalhos de las fuerças cap. 18.
num. 16. 53. & 54. dicit, reme-
dium esse actoris exequentis pe-
tere divisionem rei, suis finibus
demonstrandam, ut sic possessio
communis cessare possit, & locus
fieri executioni in parte divisa
debitoris.

11 Item possessor unicus fundi,
& alterius communis, non alie-
nabit, evitandi iudicij causa
nec verba ibi, *Cum possit alienare*,
compellere eum videntur, quia
verbum *Possit*, necessitatem non
importat, immò naturalem pos-

sibilitatem. l. cum in 2. 16. ff.
injust. rupt. §. 1. Inst. eoden.
tit. seu hominis possibilitatem l.
quod. servus 8. infine ff. cond.
Caus. dat. glos. verbo alio in l.
1. ff. injust. rupt.

Cui difficultati responderi po-
teris, quod verius est, dictum
verbum, *Possit*, necessitatē quan-
doq; importare, ut est textus
in l. fidei commissa 11. §. hæc
verba ff. legat. 3. glosa, verbo
potest in l. 1. ff. iurisd. om. jud;
& in ultimis voluntatibus probat.
Grat. for. tom. 3. c. 630. n.
3. & 4. & maxime, si materia
subiecta ita exposcat, & conve-
nit cum d. §. si communem! A-
liter enim distinguit Giurb. cōf.
32. num. 9. & 10. quod scilicet,
quando refertur verbum, *Possit*,
ad partes importat electionem,
seu possibilitatem, & quando
ad iudicem, importat necessita-
tem, quia in iudice nulla est po-
testas sine necessitate Gratian.
ubi proxime n. 8. & sequentibus.
Quia socius alium socium cogere
potest ad divisionem fundi
communis, quod, & socius in
cito §. si communē, efficere pote-
rat provocando eum ad aliena-
tionem divisionis, quam sic vo-
cat l. 1. & ibi glos. 2. Cod. com.
utriusque iud. quam necessariam 12
alienationem, ille evitare valet,
vendendo fundum per pretium,
vel

vel partem intellectualem alterius fundi communis, quam sic vocat glos. verbo hanc eandem in dict. §. si duorum, & ita iudicium fin. reg. consistit cum emptore d. §. si communem, & in l. iudicium 9. eodem tit. & respectu venditionis utriusque fundi satis proprie adjecit Juriscon. verbum illud, *Possit*, cujus necessitate considerata, negavit etiam inter eos utile fin. reg. jud. dari, respiciens causativè ad præcisam alienationem communi divid. jud. introductam, per quam devenire poterat ad finium postulandam emendationem, ut ita intelligit Fab. in dict. §. si communem lit. B. ad lib. 10. Pandectarum pag. 956. Prohibita enim communicatione rei, & discordia ex illa præventa, prohibentur etiam omnia media, quibus dict. communio durare potest. dict. §. si conveniat in 1. responso, & pro regula ponunt glos. 1. in l. oratio 16. ff. de spons. glos. verbo dominum. in l. sicut, §. si duobus, ff. commod. quæ habent, quod prohibitum una via, non debet alia via promitti, quod quidem esset, si prohibita alienatione, & communicatione rei, & concessio iudicio fin. regund. inter convicinos prædiorum dominos non concederetur, potius necessaria fieret alienatio;

per quam, & cessaret contentio, cõmunionis filia, & iudicium exerceretur, per quod quis ab alieno abstineretur, & suo esset contentus; ut in textu in l. si irruptione 8. ibi quibusdam occasionem ff. fin. reg.

Sed obstat. quod inter præ-¹⁴ dium commune, & particulariter possessum ab uno socio potest servitus consistere, & communis fundus proprio servire. l. sed si inter me 26. ff. servit. urb. præd. gl. verbo placet in l. unius 34. ff. servit. rust. dummodo antea acquisita fuisset servitus, & non noviter imposita, l. si quis 6. §. fin. in fine, & ibi glos. verbo neutris; ff. comm. præd. Et ratio est, quia servitus à re rei debita cohæret rei, cum qua durat; ac soli socio pro servitute suæ rei licet agere contra socium rei communis. l. ex damni 40. §. 1. & l. si ædes 32. ff. damn. infect. clarior text. in l. si tertius 6. §. 1. vers. inde quæritur, ff. aqu. plu. arc. Ergo, & inter similes consocios iudicium fin. reg. dari potest, per quod etiam prædio magis, quam personæ partes fundi adjudicantur, l. 4. §. si dicantur, post principium, ff. fin. reg. melior text. in l. qui aliena 33. §. fin. ff. neg. gest. & hoc maxime, si contingat socium, qui agere vult, maiorem in re communi ha-

habere partem, & ob quam maiorem habet potestatem. l. sancimus 34. §. ne autem Cod. de donat. l. maiorem, ff. de pact. l. quæritur 10. ff. statu homin.

De modo tamen declarandi terminum positum inter tres, aut quatuor agros: vide Corn. conf. 333. n. 37. volum 1. Calcan. conf. 90. n. 8. quos refert, & sequitur Hieron. de monte cap. 18. n. 1. qui dicunt debere funem, seu chordulam extendi de parte acuta unius lapidis ad partem acutam alterius lapidis, prout melius ex lapidibus circumpositis, quos testes vocant, & ex loco subjecto tibi videatur.

17 Huc spectat, quod, qui communes fundos cum alijs habent ex ampliori parte soli, locare possunt cum socijs non vocatis; arg. tex. & ibi glos. verbo navigetur in l. arboribus 13. vers. navis, ff. usufruct. Fontanel, de pact. nupt. claus. 4. glos. 9. p. 2. num. 12. quod si socij sint ex partibus, & per occupationem solent soli, tantum locare ad glos. verbo ampliolem in l. sancimus, §. nec autem Cod. de donat. Nam locare potest, qui, & possidet, l. 1. ff. de usu, & habitat, non negarem tamē à supra citatis teneri eos sequi meliorem conditionem conductoris, si socius minoris portionis afferat; arg. l.

quod si uno 16. vers. verum, ff. in diem addict; quid in venditione loquitur, locationi æquiparata, & ejusdem regionis decidenda, l. 2. §. & adeo ff. locat. Thusc. pract. tom. 5. concl. 402. sub. lit. L.

Ad argumentum verò respondet; quod scilicet d. l. sed si, procedit in negatoria servitutis; quæ non convenit alijs legibus pro contraria cum eadem l. allegatis, ut magna sit differentia inter servitutes reales, quia sunt, quæ à prædio prædio debentur, hujus utilitatem respiciunt, & illius libertatem immuniunt, ut declaratur supra, nec aliquo modo personam tangunt, ut dicitur de usufruct; usu, & habitat, gl. in l. 1. ff. de usufr. & quæ admodum, & nihil mirū, quod socius nomine sui prædij dominantis conveniat, consocium in prædio serviente pro parte servitutis suæ rei debitæ, ut habent d. l. si tertius, §. si ex pluribus us. versa vice, & l. ex damni 40. §. quoties cum similibus.

At vero in illo §. si communē, id est, in judicio fin. reg. actio in simul introducta, quæ intetatur. legis dativa est in personam, scilicet ratione fructuum, & salarij agri mensuris, ut ex l. 4. §. post litem, ff. fin. regund. declarat Faber ubi infr. licet pro re, ut

ut ait l. 1. ff. eodem tit. & vide-
tur mixta in rem, & in personā,
§. quædam Just. de actionib. So-
ares a Pax in praxi tom. 3. cap.
1. §. 8. n. 2. & 3. Valasc. de part.
c. 2. n. 3. & 4. sed resolvit, n. 5.
& melius n. 9. ubi declarat rea-
lem habere causā effectū confi-
derato, in personam verò con-
siderata origine, ne implicaret
realem, & personalem eandem-
met actionem esse. Fab. lib. 1.
pandect. ad l. 1. ff. fin. reg. uter-
que inde actor, & reus fungitur
vice utriusq; in iudicium 10. ff.
fin. regun. l. 2. §. in familiæ, ff.
familierciscun; & sunt duplices
actiones glos. in §. tertia verbo
duplicia Inst. de interict; pro-
pter adjudicationes, quæ vicif-
sim fieri possunt, l. 3. 4. §. si
dicantur, & §. si alter. ff. fin. re-
gun. §. pen. & §. fin. Inst. de of-
fic. judic. exornant Barb. in l. in
tribus 9. n. 11. ff. de judic. & n.
11. & 44. ubi extendit etiam ad
decisionem causæ, Gulman. de
evict. q. 97. n. 34.

22 Nec negat textus ibi cū dicat
magis fundo, quæ personæ adju-
dicari, quinimo probat personæ
etiam adjudicari origine sua at-
tentata, & quia cum persona ne-
cessariò iudiciū est formandum,
& non cum rebus inanimatis, ut
optime consideratur, ita etiam
in re ipsa inanimata considerari

non potest bona, vel mala fi-
des ad effectum, ut ipsa præscri-
bere dicatur. Bald. conf. 298. n.
9. lib. 1. Barb. in l. 3. n. 56. in
fine, C. præscript. 30. vel 40.
ann. Quam ob rem repugnat,
quod una persona in eodem ju-
dicio possit separatè considera-
ri, ut pro parte cum ea iudicium
consistat contra decisionem tex-
tus in l. communis libertur 23.
ff. de in jus vocant. & l. si soci-
us 15. ff. commun. divid; quod
aliter intelligitur in re indivisa,
licet sit servitus, quæ intelle-
ctu aliter dividua dicitur, cit. glos.
verbq; hanc eandem §. duorum.

Nec cessabit iudiciū hoc fin. 23
regund. ex quo non omnes ter-
mini, & respectu totius fundi
obscurantur, ut egeant repa-
ratione, sed unus terminus res-
pectu partis fundi, vel unius
tantum limitis confunditur. l.
locus 60. ff. verb. sign. l. quin-
que pedum, ff. fin. regund; quia
in hoc iudicio fin. regund. fit
ratio ejus, quod interest, l. sed
& si 4. in princip. vers. in judi-
cio, & ibi aliquam utilitatem, ff.
fin. reg. observat Fab. ad decisio-
nem text. in l. si irruptione ff.
eodem tit. cujus conclusionis ra-
tio ex eo deducitur, quod idem
esse debet de toto fundo, quod
est de parte, dummodo certa 24.
pars sit, quæ petitur. l. quæ 75. &
ibi

ibi glos. verbo datur, ff. rei v̄d; nec differentia datur, quoad substantiam secundum plus, vel minus, l. fin. ff. de fund. instr. præsertim ratione qualitatis, quæ in parva fundi quantitate excedere potest ampliorē terræ quantitatem, l. si in qualitate 23. ff. act. empt. l. si fundo 36. l. si duorum 43. l. si servum 4. ff. eodem, Boer. quæst. 46. n. 8. addito tamen, quod pro omnibus ad eundem iudicem eatur. l. 1. ff. quib. reb. ad eund. jud. & ibi glos. liter. B. tres istius, & rei proponit rationes Bart. in l. si idem §. 1. ad medium, ff. jurisd. omn. jud. Garcia de expens. c. 24. n. 10. & 11.

25 Proinde, & in hoc iudicio litis contestatio sicut in alijs iudicijs proprietatis suos effectus producit, & primus est, ut fructus deberi faciat. l. 4. vers. seu, §. post litem; ff. fin. regund, sicut, & fit in iudicio famil. ercisc, & comm. divid. prout æquiparat text. in l. non solùm 57. ff. famil. erciscun, & etiam veniunt augmenta, & obventiones, Florian. in dicto §. post litem, quem sequitur, & laudat Menoch, ubi infra proxime n. 11. Fab. nullo allegato in rational. ad §. 1. lib. 10. pandectarum, Hieron. de monte de fin. reg. cap. 100. n. 3. 4. & 5. Si

iudex præcipiat in sententia restituere rem, veniunt fructus ex natura dicti verbi, *Restitui*, ex doctrina Bald. in rub. C. de fructib. & lit. expens. & eos, & alios refert, & sequitur Menoch. conf. 595. n. 10. vers. respondetur, Cald. lib. 1. for. q. 22. n. 28. Post litem enim contestatam 26 omnis possessor sit malæ fidei. l. sed, & si lege 28. §. si ante litem, aliàs incipit etiã ff. petit hæredi l. nemo 10. ff. acquir. possess. l. 1. l. certum 22. l. moræ 26. C. reivend. Cab. 1. p. decis. 155. num. 1. ubi latè prosequitur Fab. in dict. §. post litem, non tamen sicut in vero malæ fidei possessore, Cald. q. 22. n. 38. cujus non præsumpta, sed vera est fides mala. l. 2. & ibi Bald. Cod. fruct. & lit. expens. resolvit Barb. in rub. n. 256. Cod. præscript. 30. ann. pag. 35. & qui de percipiendis, tenetur glos. 1. in fine l. 40. tit. 28. part. 3. Idem Cald. ubi supra conf. 35. n. 30. Valas de jure emphyt. q. 25. n. 4. Ordin. lib. 4. tit. 67. §. 3. & consequenter tenetur ad fructus, non solùm extantes, sed etiam quos actor percipere poterat. l. 2. & ibi glos. Cod. de fruct. & lit. expens.

Ampliatur etiam, si fructus non petantur, quia & interesse, & accessiones ex officio suo iudex

dex adjudicare debet victori. l. ædies 25. vers. cæterum in 2. & ibi glos. verbo in juncta ff. ædilit edict. Ord. lib. 3. tit. 66. §. 1. Cald. Per. de renov. p. 10. n. 17. Menoch. de arbitr. c. 177. n. 7. Cab. d. decis. 155. n. 5. & 6. & decis. 68. n. 6. ubi declarat, quando hæc procedant, quem vide, & Aegid. in cit. l. ex hoc jure 2. p. c. 12. differ. 3. n. 22. & 23.

28 Ante tamen litis contestationem non deberi fructus in hoc judicio, tenet Hyeron. de Monte ubi supra n. 2. si reus sit in bona fide, e consumptos habeat, est enim loco domini, l. bonæ fidei 48. in prin. ff. acq. rer. dom. l. si fructuarios 13. ff. quib. mod. usus fruct. ammittit, l. in pecudum 28. ff. de usur. Abb. in cap. graves n. 4. de rest. spol. Fab. in d. §. post litem lit. 6. ubi dicit eius lucro non cedere, si extant, & teneri ex judicis officio restituere. d. l. certum 22. §. 1. Instit. de offic. jud. l. 4. §. lana. ff. usucap. Quod, & ita explicari debet, si possessor malæ fidei titulum habebat ad fructus citra præceptos, non tenetur. l. si fundum 17. Cod. rei vend; & titulus sufficit qualis, qualis sit, ut à percipiendis eximat possessorem, gl. verbo percipisse in dicta l. si fundum, quæ ibi limitat in quatuor casibus; Rota nova decis. 597. in tit. de rest.

spol. Menoch. lib. 1. recap. n. 413. Ord. lib. 4. tit. 48. §. 6. secundum quam apud nos judicari testatur; Gab. Pereir. dic. 47. n. 4. pro qua facit alia Ordin. lib. 3. tit. 40. §. 3. ibi, *algun titulo*. Et quis dicatur titulus coloratus, vel possessio explicat Pereg. de fidei com. art. 48. n. 31. & art. 55. n. 143. quem allegat, & sequitur Barb. in l. competit n. 153. C. præscrip. 30. ann. pag. 240. vel in beneficijs tradit Pedamont. decis. 55. num. 6. & 7. Valasc. conf. 79. n. 15. seu omnino titulum non habebat, & ad omnes fructus perceptos, & percipiendos tenetur. d. cap. gravis. l. fructus 34. & ibi glos. verbo potuerunt, ff. rei vend. l. domum 5. C. eo tit. prosequatur idem Pereira sup. n. 2. & 3. & Menoch. recap. remed. 15. n. 606. & 607. l. quemadmodum C. de agric. & cens. lib. 11. Pinel. in l. 2. p. 2. C. de rescin. c. 4. n. 3. Card. in prax. jud. verb. possessio n. 21. ubi multa jura refert Valas. Goveano novissime de success. hujus Regni p. 3. §. 2. n. 21. fol. 424.

Dubium tamen est, utrum fructus percipiendi referri debeant ad industriam petitoris, vel possessoris? quia in legib. statim referendis, aliquando unius, aliquando alterius fit mentio, scilicet diligentia actores, & defidia,

& negligentia rei possessoris, prout æquiparat Imperator in §. præterea ibi, *desidia, aut negligentia*, Inst. quibus mod. re contr., & de hoc sunt text. in l. sed, & si 28. §. quod autem. ff. petit. hæred. §. & si hæreditas Inst. de offic. jud. l. 1. C. fid. instr. & jur. hast. fisc. lib. 10. l. ait prætor 10. §. per hanc, ff. quæ in fraud. cred. l. domum, C. rei vend. l. 1. C. petit hæred. cum alijs per Imol. conf. 99. n. 2. & 3. Et de illo petitorio est text. in l. cum autem 23. §. fin. incipit neq; refert. ff. æd. l. edict. l. si de possessione C. und. vi ibi, *quos vetus possessor percipere potuit, non tantum, quos prætor præcepit*, cum alijs per Gusman de evict. q. 12. n. 76. Pereira ubi sup. n. 5. in princ. & ibi ad 30 finem. Testis est de communi praxi, ut scilicet quando refertur ad petiorem, intelligatur de communi singularis ejusdem actoris diligentia, non verò de singulari industria possessoris malæ fidei, Cov. in reg. peccatum 2. p. §. 6. ad finem, Menoch. cit. remed. 1. n. 416. Gusman. de evict. q. 21. n. 79. & ita negligentia, & desidia in possessore in non perceptis ad communem, & singularem diligentiam actoris referendæ sunt; & ita procedit Ord. lib. 4. tit. 67. §. 33. namq; ad interesse inspicitur semper persona cre-

ditoris, non verò debitoris; Abb. in c. super eo n. 4. de usur. Marefcot. lib. 1. var. cap. 13. num. 6. Gusman. de evict. d. q. 21. n. 63.

Nec refert, quod fructus illi percipiendi extant, ut condicantur, vel sint jam consumpti, adhuc enim condici debet eorum æstimatio, ut dicit citatus §. & si hæreditas in fine, & etiam glos. verb. reddi juncta ratione illius in l. si me, & Titium 34. ff. si cert. pet. l. si urbana prædia 55. ibi glos. verbo solet, ff. condit. indeb. Gusman. d. q. 21. n. 80. & ita procedit, quod ait citat. §. post litem in ult. verbis. Ad cuius perfectam declarationem pro verbis ibi. *Nam, & culpa, & dolus exinde præstantur*, advertendum est, quod in eo distinguitur dolus à culpa, quia scilicet hæc ignaviæ, desidiæ, vel negligentia tribuitur, l. & non tantum 21. §. veniunt, & ibi glos. verb. eas amisit, ff. petit. hæred. ubi glos. verbo debet, ille verò malitiæ tantum, ita ut dolus in solo actu perfecto, & deliberato reperiat, dicto §. præterea Inst. quibus mod. re contrah. oblig. l. latæ culpæ 123. ff. reg. jur. Conan. lib. 7. comment. cap. 4. num. 7. & habes infra cap. 15. num. 43. eo etiã addito, quod ut committatur delictum, sufficiat dolus, qui requiritur intervenire in genere,

nere, Gom. 3. tom. var. cap. 3. n. 35. Gut. conf. 32. n. 18. & tres culpæ gradus refert Barbof. in præludijs l. si mora num. 1. & 3. ff. solut. matr. prosequitur Bened. Eegid. de advocat. cap. 5. n. 17. in princ. & quem vide, & inde late prosequitur per decem numeros; solum enim post litem contestatam operatur culpa in possessore eundem effectum, quæ, & dolus ante contestationem, l. fructus 34. & ibi glos. verbo culpa ff. reivend. l. si homo 46. l. si in rem 52. & ibi glos. verb. dolo malo in l. si autem §. eodem tit. l. sed, & si 28. §. si in te litæ ff. pet. hæred. & in dolo malo in esse culpam, non est dubium, è contra vero minime; saltem de simplici culpa: Quod si admixta sit dolo, ei æquiparatur l. si ex causa 10. §. si mulier ff. de minorib; glos. verbo prædone in l. & non tantum 21. §. veniunt ff. petit hæred. glos. 1. in l. si libertis 11. Cod. administr. tutorum, quare in isto §. post litem, ubi simpliciter fit mentio culpæ, intelligi debet de culpa levi pro ut docet glos. verbo culpam in l. mora 10. ff. solut. matr. l. quæsitum 8. vers. illud ff. precar. pro ut glos. in d. §. post litem in verso culpam cum Barb. ubi supra.

34 Adde insuper, fructus de quibus agitur in d. §. post litem ab

Acurtio intelligi de industrialibus, quorū differentiam seu civilium, & naturalium, tradunt Menoch. 13. recup. n. 572. Pereg. de fidei com. art. 49. n. 128. & 129. Gusman. de evict. q. 21. n. 13. cū seqq. post glos. in verb. cum fructibus in citat §. si in re, & deducitur à l. si navis 62. ff. de reivend. l. usura 34. l. prædiorum 36. ff. de usur. l. usuræ 121. ff. verb. sing. & dicit glos. ind. §. post litem verbo præcepti, & est textus à glos. non allegatus in l. qui scit 25. in prin. ff. de usur. loquens in socio prædij communis, ubi etiam habetur, quod omnis fructus non jure feminis, sed jure soli percipitur, & allegat Rodrigues de privileg. cred. art. 8. n. 13. in fine; quod tamen reprobatur Faber extendens ad naturales etiam fruct. in d. §. post litem ad finem, & lib. 3. conjectur. cap. 17. & in l. fructus 33. ff. reivend.

Secundus effectus est, ut per litem contestationem, res litigiosa sit facta, & alienari non possit invito socio l. Divus §. sed, & si 28. §. si ante litem ff. pet. hæred. l. 1. §. quam notabilem ibi vocat. Paul. Castrens. l. in princ. Cod. com. divit; quæ leges, quanvis procedant in judicio fam. ercif. & com. divit. & non in hoc judicio fin. reg. adhuc tamen æquiparata.

- parata sunt, ut supra sparsim vidistis, & expresse dicit l. non solum 57. ff. famif. ercisc. l. hoc iudicium 10. ff. fin. reg. quæ realis est, & in personam dirigitur per rei vend. l. 1. ubi glos. eodem tit. fit pluribus modis litigiosa, ex Ord. lib. 4. tit. 10. in princip. Guido Papa decis. 337. & ibi additio lit. C. Pacian, conf. 2. à princ. Menoc. conf. 838. n. 2. vers. atqui lib. 8. & conf. 1161. n. 8. lib. 12. Extendit ad actionem in rem scriptam, ut puta, quando intenditur contra eum, qui promisit rem vendere, quia licet personalis sit actio, est tamen in rem scripta, & fit litigiosa ipsa res, quæ etiam alienari non potest socio invito. d. l. 1. vel in eundem socium. Ord. ubi sup. §. 11. & l. 4. ad fin. juncta gl. verbo divisionis, C. litigios. Nec extenditur ad pignoris obligationem, cum requiratur vera aliæ rationis species ex d. Ord. §. 3. & in §. ad hoc in auth. de litig. col. 4.
- 37 Sed obstat tex. in cit. l. 1. in fin. C. comm. divid, juncta gl. verb. possit, quæ dicit pignorationem rei dividendæ comprehendendi prohibitionem alienationis, quia non agebatur ibi quæstio dominij, cum certum esset rem communem inter socios existere ac consequenter cessaret liti-

gij vitium: quod & si conveniat illi actioni comm. div: non tamen fin. reg. jud. adaptatur, in quo jam partes divisum prædijum habet sed non bene, vel turbatis, vel obscuratis finibus, & agitur de dominio partis subtracta à convivino fundi possessore, quam actor rei vindicare intēdit, mediante actione in personam intenta allegata l. 1. ff. fin. reg. cum iudicium adversus personas, & non res ipsas institui debeat; Pereira cit. c. 38. n. 22. ante finem, immò, & postquam socij egerint comm. divid. vel fundum alienaverint, adhuc manet, & agi potest fin. reg. jud. l. iudicium, 9. ff. fin. regund. quia hoc est dependens ab illo jud. comm. dic, & si incipit à tempore turbationis terminorum saltem post primam finitum divisionem, l. 1. §. 1. & fin. C. annal. excep. gl. 1. ante fin. in d. l. 1. ff. fin. reg. De alienatione vero ante litem inchoatam iudicij mutandi causa facta; vide glos. verbo post liti in d. l. 1. C. comm. divid. l. 1. 38 ff. alen. jud. mutan. caus. l. iudicium 9. & ibi ibidem Fab. hoc nostro tit. num. 8. & Ord. lib. 3. tit. 39. in princ. & in §§. sequentibus.

Alius itidem effectus specialiter in hoc iudicio super finali quæ-

quæstione intentato consistit in eo, quod si post litem contestatam litigator terminos amoveat, ut terram alienam sibi usurpet, non solum ipsam amittit, sed tantundem insuper de suo agro demittere debet, *l. si constituerit. 4. C. fin. reg. prout ibi post glos. scribunt Pax in prax. 3. tom. cap. 1. §. 2. num. 11. Menoch. de arbitr. cas. 393. num. 19.* Nec sine actu consumato cum *d. l. 4. ibi, usurpare voluit, & ibi (de suo contentus rem non expectat alienam) & ibi (adimere tentavit,)* dicas locum esse dispositioni; quia verbum illud, *irreptor*, verificari non debet in voluntate, & tentante ante operis executionem, ut per *glos. ibidem verbo voluisse*, cum qua transeunt *Salicet. & Bald. ibidem, & Menoch. infra referendus*, quia plus dicit in textu non esse legenda verba illa *Rem non expectat alienam*; sed, *Rem non expectat juris alieni*, ut invenitur in probatis Codicibus, prout apud me est in impressis Lugduni ann. 1553. & iterum infr. referre libet *c. 15. num. 9.*

40 Aliter enim esset pœnam cogitationis infligere contra *reg. l. cogitationis 18. ff. de pœn. prosequitur Menoch. recap. remed. 9. num. 333.* Quod si pars ipsa non ex se, & ex propria voluntate occupet terram sub quæstione amotorum

terminorum contentam, sed de præcepto, & mandato judicis quia etiam judex spoliare potest, & quibus intervenientibus, vide *Gratian. for. c. 523. tom. 3. Marescot. lib. 1. var. cap. 59. n. 25.* de facto quoque, & per viam gravaminis restitui spoliato ipsa possessio debet *Gab. de rest. spoliat. conc. 1. num. 109. Cald. Per. lib. 1. for. 9. 22. num. 1. post princip. cum aliis per mendes à Cast. testificantem sic senatum censuisse in praxi seculari lib. 4. cap. 10. num. 26. p. 1. Barbof. ad Ord. lib. 1. tit. 68. §. 23. num. 1. pag. 71. Escobar de ratioc. cap. 31. n. 23.*

Constat enim hujus *l. si constituerit 4.* provisionem superfluum non esse similem aliam, *l. si quis in tantam 7. Cod. und. vi.* quæ per 60. annos edita postea fuit, ut dicit *Menoch. de remed. 9. num. 332.* contra dispositionem text. de superfluitatis vitio agentis in *l. quod labeo 9. ff. Carbon. edict. l. 1. ad finem, ff. ad municip. Gutier. in auth. sacramenta pub. num. 8. ad finem. Cod. si advers. vend. quia in nostra l. solum agitur de invasore post litem contestatam, & in causa fin. regund. ut per *glos. ibi dict. verbo voluisse*: at vero *d. l. si quis in tantam 7. C. unde vi*, procedit in invadente rei alienæ possessionem, quam restituere percipitur, & si dominus ejus fuerit, à*

dominio ejus cadere, si verò non fuerit, æstimationem solvere, *Menoch. recup. remed. 3. n. 668. idem Cald. dict. quest. 22. num. 4. ad finem, & num. 7. & 8. & sic pœna d. l. si constiterit*, est in specie, in illa verò *l. si quis in tantam*, in quantitate, quam etiam differentiam assignat *dict. glos. & ibi Salicet. ad finem, idem Menoch. in pralud. recup. num. 53. & 332. cui quidem legi convenire videtur Ordin. nostra lib. 4. tit. 58. in principio.*

43 *Deviat etiam d. l. si constiterit à l. unica ad finem, Cod. de suffragio, prout allegat glos. ibi verbo amittat ubi suffragio præstito, id est, rem sponte sibi promissam, quis occupet, antequam juris ordine servato petat? Et quia vis, ac violentia reo fit, intenditur creditoris*

audaciam comprimi (& non declarata punitione in hac parte) intelligitur esse *l. Julia de vi publica*, aut alterius similis, ex *Menoch. dict. remed. 9. recup. n. 336. & 337. & exinde ipsam rem restituit, ac promissæ rei jure privatur occupator, quæ lex licet in aliquibus adsimiletur d. l. si constiterit*, non tamen in punitione violentiæ æquiparatur, nec in eo, quod invasio fiat post litem contestatam, & in judicio *fin. reg. prout in d. l. si constiterit dicitur, & expendisti supra d. differentiam alterius l. si quis in tantam*, & quæ sit differentia inter spoliatum per vim publicam, & cum armis, & per vim privatam; vide *Cald. nostrum Lusitanum lib. 1. for. quest. 22. num. 1. cum aliis.*

S U M M A R I U M.

Dominus directus rem emphyteuticã alienare potest, in scio emphyteuta, non vero dividere, nec terminare finium regundorum jud. & quare n. 2. & ibi quod dominus directus pro expulsionemphyteute interdictum uti possidetis agere potest.

Dividere, est alienare, & 2 qui non possunt alienare, nec dividere.

Emphyteuta sine domino directo agere potest judic. finium regund. nec dicitur emphyteusis, si dominium utile in emphyteutam non transit.

Emphyteuta scire præsumitur 4

mitur fines rei emphyteu-
ticae, tanquam naturalis
possessor. Directus vero
dominus civilis possessor
non praesumitur scire,
praeter quam primos de-
claratos in concessione, &
num. 12.

5 Possideri naturaliter non po-
test res incerta loci, &
quota ratione limitatur
ad retentionem, quia po-
test possideri.

6 Emphyteutica bona divide-
re actualiter emphyteu-
ticae non possunt, & ideo
caducitatem incurrunt,
nisi in concessione duobus
facta, sit pactum quod
unus alteri succedat, vel
quod inter illos accrescat.

7 Emphyteuses perpetuae, &
non ad vitas divid. solent
in provincia Interam-
nensi, & idem erit extra
provinciam, si de antiquo
solita sit dividi inter em-
phyteutas, aliqua emphy-
teusis

8 Divisio culturae uberioris,
vel commodioris non no-
cet, nec vera divisio dicitur,
nec adeo plures agri

sunt, sed unus fundus
manet.

Fundi patrimoniales, seu 9
emphyteuses regales di-
viduntur inter emphyteu-
tas, & alienantur sine
consensu domini Regis.

Mensurari non oportet mi- 10
nuatim omnes agros sub
uno fundo constitutos, ita
& possessio sufficit capi ad
universum, & non ad di-
stinctas glebas.

Emphyteuta debent confite- 11
ri pacta, & qualitates
bonorum, & subscribere
terminos confessionis in
actis thomi, nec sufficit
per procuratorem, nisi sit
specialis, vel in rem pro-
piam.

Emphyteuta indicare debet 12
confinia emphyteusis do-
mino, quod si non ostendat
partem aliquam, commis-
sum incurrit, nisi inter-
veniente iusta causa ig-
norantiae, &c.

Conductor ad longum tem- 13
pus tenetur terminos rei
locatae, scire, & ostende-
re, sicut emphyteuta.

Finium regundorum judi- 14
cium

- cium exercetur cum usufructuario: & usufructus formalis constituitur in re aliena, interpretatur l. 4. §. fin. ff. fin. reg. & per numeros sequentes.*
- 15 *Usufructus formalis non communeratur inter dominia rerum, & juri civili attribuitur.*
- 16 *Usufructus vel constituitur ad vitam fructuarij, & finitur morte usufructuarij, vel ad vitam concedentis, & durat, ejus vita durante.*
- 17 *Usufructus formalis est pars ipsius fundi, & in aliquibus casibus reputatur pro parte dominij.*
- 18 *Usufructuario actio in rem competit, & ideo competit finium regund. jud. & actio, quæ datur in rem, vel in personam.*
- 19 *Usufructuarius possidet naturaliter, & dejectus à possessione illa, restituitur, & n. 21.*
- 20 *Usucapio, seu præscriptio non datur sine possessione civili, & est inventa de jure civili.*
- Usufructus in persona fructuarij, est servitus personalis: nec usufructuarius aliam servitutem constituere potest jure, nec servitutis dari potest.*
- 21 *Usufructuarius satisfacere teneatur nec ne? vide remissivè.*
- 22 *Usufructuarius possidet civiliter, & naturaliter jus usufructus.*
- 23 *Pignus dicitur à pugno, & consistit in re mobili, & qualis sit ejus differentia cum hypotheca, quæ consistit in re immobili.*
- 24 *Pignoris possessio, quomodo sit apud creditorem; & illud possidens excusatur à satisfaciendo de judicio sisti.*
- 25 *Finium regundorum judicium sumitur cum hypothecæ possessore. Interpretatur l. sciendum §. possessor, ff. qui satisfacere cogantur, & n. 25. & 26.*
- 26 *Possessio habet respectum ad dominium directum, vel utile, & aliquando ad usumfructum formalem.*
- 27 *Possessio naturalis causa dominij*
- 28

minij querendi parata, fuit, & per ipsam dominia queri ceperunt, cum maioratus possessore fit divisio, quia equiparatur usufructuario.

29 Pignus constitui potest ab usufructuario super jure ususfructus.

30 Usufructuarius non potest eundemet usufructum in alium transferre, nec eum possessorem constituere, ut cum illo finium regund. iudicio consistere possit.

Pignus constituitur ab eo, qui jus in re habet, & consistit super scriptura, vel chyrographo crediti: quod vendi, & minori pretio, & cedi potest, & etiam sicuti pecuniae solutio fit, & dicitur vulgò, Carta de pago.

Pignus prætorium, seu iudiciale, vel conventionale, quod sit, & ad quod.

Pignoris possessio naturalis, & civilis existit apud creditorem.

C A P. VII.

Quo ad præsens institutum attinet, cum iudicium hoc concedatur dominium se habere proponenti, l. 3. C. fin. regund. & l. si irruptione 8. ibi (domino suum restitui), & per Hieron. de Monte cap. 28. Infertur directum emphyteusis dominum, cum alio vicini prædij directo, vel utili domino agere posse de fin. Regundis. Et pro affirmatiua facit, quod directus dominus, dominium, & jus suum in alium transferre potest, libereque alienare sine sui

emphyteutæ consensu, Bertrand. conf. 86. num. penult. lib. 3. Menoch. lib. qq. illustr. in princip. n. 30. & cap. 5. num. 5. Cald. Per. de extinct. emphyteu. cap. 12. num. ult. lib. 4. Nec fundum dividere regionibus, & limitibus fines determinare transcendit alienationis vires, quin immo ad plus illud importat divisio, l. 1. & 2. C. comm. utriusque jud. cum pluribus alijs Reinos. obs. 66. num. 3. Menoch. cas. 171. n. 35. ita ut, qui alienare non possunt, nec dividere. l. si pupillarum 7. ff. reb. cor. Gama decis.

decif. 242. n. 6. & 7. decif. 268. num. 2. Cald. ubi supra cap. 8. n. 7. ergo liberè dividere, & finibus prædia inter se regere directi domini possunt.

2. Sed advertendum est, maximam dari differentiam inter alienationem sui juris, ac sui directi domini à domino factam, & divisionem prædij ipsius emphyteutici: Quo ad primum enim parum, aut nihil refert emphyteutam, hunc, vel illum dominum directum habere, non mutata pacti, & concessionis natura, ut per allegatos à Cald. ubi supra, & probat textus in l. fundi 38. ff. usufruct. leg. l. 2. C. de us. & habita dicit Fontanel. de pact. nupt. claus. 5. glos. 8. part. 15. num. 60. Quo ad respectum emphyteutæ præjudicium vertitur, & sine ejusdem consensu divisio fieri nequit, quia licet dominus in concessione emphyteutis potuit conditiones, & pacta adjicere, tanquam in re sua, l. ob res 20. ibi, Quidquid vult pacisci, sicut & postulari potest, ff. de pact. dotal. l. ex mora, & ibi glos. pen. C. pact. conu. l. 2. C. jur. emphyt. Nata conf. 114. num. 6. & per totum; tamen ex post facto emphyteusim ab emphyteuta debitas pensiones solvente, auferri nequit, l. 1. C. ad ministr. rerum public. lib. 11. nec divisiones finales celebrare, per

quas etiam dominium, vel totius partis agri transfertur citata l. 2. C. com. utriusque jud. ideo certius erit emphyteutas vocari, & assistere, ut ita quilibet, & directus, & utilis dominus conservet jus sui individui, l. si finita 15. §. si de vellig. ff. damn. insect. Valasc. de jur. emphyteut. q. 14. n. 3. l. parietes 9. ff. lib. caus. prosequitur Cald. Pereir. conf. 12. num. 6. lib. 2. for. & ibi etiam ex Bart. doctrina in l. 1. §. quod ait. prætor num. 7. ff. uti possid. dicit domino directo pro expulsionem sui emphyteutæ interdictum uti possidetis, competere cum exturbetur ex sua civili possessione; emphyteutæ verò competit recup. interdictum pro sua possessione naturali, l. 1. §. de jectur, ff. de vi, & vi arm. Cald. ubi proxime vers. sic denique quem dicit naturaliter possidere, & conf. 31. num. 17. post Valasc. de jure emphyteut. q. 13. in princip.

3. E contra verò emphyteuta potest agere fin. regundi. jud. sine domini consensu, l. 4. §. finium in princip. ff. hoc tit. l. cadere 5. vs. qui autem alias, §. fin. ff. arb. furt. cas. Ratio est in promptu, quia emphyteuta est utilis dominus, l. 1. §. fin. si ager vellig. glos. verb. nec conditionis ad fin. in l. 1. C. de jure emphyteu. ita ut si dominium utile non transeat in emphyteutam, contractus dici non possit emphy-

emphyteuticus *Valasc. de jure emphyteut. q. 13. num. 1. relatus ab Aegy. in d. l. ex hoc jure l. part. cap. 11. n. 62. & tanquam talis actio in rem competit, dict. §. fin. & ita placet. Gratian. Forens. cap. 460. num. 5. tom. 3. idem Valasc. q. 6. n. 18. vers. rursus, & esse hanc actionem in rem, probant, l. l. hoc tit. & §. quadam Inst. de act. pro ut dicit ibidem glos. in d. l. 1. & ipse scire confines prædij emphyteutici, præsumitur tanquam naturalis possessor, & non dominus directus, qui civiliter tantum possidet, l. naturalis in princip. ff. acquir. posses. & à Doctoribus in l. 3. §. ex contrario eod. tit. Cald. conf. 2. num. 3. Declarari tamen oportet supradicta intelligi post terminos amotos, obsecratos, vel turbatos in re ipsa emphyteutica; quia talis à princip. concessa fuisse censetur, certa scilicet; & suis finibus determinata ad l. l. vers. quod si. C. comm. divid. cum aliter incerta loci, vel quotæ ratione, naturaliter possideri nequeat, l. 3. §. incertam, l. locus 26. ff. acquir. poss. Bart. in l. 2. ad fin. C. quand. & quib. 4. p. lib. 10. Tirag. de constit. 3. p. limit. 19. Reinos. obs. 29. per totam, & n. 7. Limita respectu retentionis, ut in l. per retentionem, C. de usur. quod si denuo inter se emphyteutæ dividant regionibus prædia ipsa se-*

paratim, à caducitate excusandos non esse elicitur ab *Ord. lib. 4. tit. 96. §. 23. Valasc. conf. 53. num. 1. & 2. tom. 1. Aegy. ubi sup. c. 11. n. 64. ad fin. idem Valasc. de part. c. 25. n. 18. & 10. Limita, quando in concessione emphyteutis facta duabus, appositum est pactum, quod unus alteri succedat, vel quod inter illos accrescat, prosequitur *Cald. Percir. d. c. 8. num. 13. & ad quod allegatur in argum. l. voluntas Cod. fideicom.**

Limita 2. in provincia Interamnenfi, ubi de antiqua consuetudine, solent emphyteutes hæreditariæ, & perpetuæ, non vero ad vitas duraturæ, dividi inter ñlios, & emphyteutas, ut testatur *Gama decis. 78. & 268. num. 2. Burs. conf. 49. & 50. lib. 1. Corbul. de caus. privat. ab alienat. limit. 32. Caldas. d. q. 8. n. 8. Valasc. d. cap. 25. num. 31. cum multiis per Barb. ad Ordin. lib. 4. tit. 36. num. 77. pag. 11. Quod idem dices de aliquo prædio emphyteutico solito dividi. *Gama ubi proxime decis. 78. Reminald. conf. 9. num. 95. lib. 1. & facit consuetudo observata in d. regione Interamnenfi, & transmontana, ubi filij successores, & hæredes libere emphyteusim dividunt per partes distinctas, & separatas inter se, & conveniunt, quod quotannis, vel de trienio in trienium**

eligatur unus collector pensio-
num, qui ab alijs hæredibus mi-
nutas recipit, & domino inte-
gram persolvit, ita testatur *Car-
wal. ad cap. Rainald. part. 4. cap.
1. num. 219.* semota tamen con-
suetudine, emphyteusis de jure
individua est juxta *l. communi 7.
ff. comm. divid. l. item pradia, ff.
famil. ercisc. Ordin. lib. 4. tit. 36.
§. 1. & tit. 96. §. 23. Cardos. in
praxi verbo emphyt. num. 14. Al-
meyd. de jur. numer. quinar. alleg.
7. num. 20.*

8 Limita 3. causa uberioris cul-
turæ, ut per *Gom. l. Tau. 45. num.
38. Cald. Per. dict. c. 8. num. 19.*
quia tunc semper manet unus
fundus, licet per partes defectus
collatur, *l. Caius Sains 88. §.
Tuius, & ibi glos. verbo uno qui-
dem, ff. legat. 2. Bart. in cit. l. 3.
ante finem num. 5. ff. acq. possess.
prosequitur Gratian, for. cap. 425.
num. 27. & 28. tom. 3.* Quod au-
tem latius observetur in emphy-
teusibus regalibus, seu fundis
patrimonialibus, *l. 1. & per to-
zum, Cod. fund. patr. lib. 11. & vide
eundem. Valasc. cit. conf. 53. n.
3. & cap. 25. num. 34. & Ant.
Faber. in rationalib. ad l. 10. pan-
dect. in l. 4. fin. ff. hoc tit. in deci-
sione ad texum ante finem pag. 957.*

10 Idcirco sicuti possessio non su-
mitur minuatim, & in quocun-
que agro, seu gleba terræ, ut per

Gratian. ubi proxime num. 29. Ita
& demonstrari, ac mensurari de-
bent omnes agri insimul divisi,
tanquam unus fundus licet om-
nes emphyteutæ debeant citari,
& uxores eorum, *Ordin. lib. 3. tit.
47. in princip. vel adesse propter
recognitionem directi dominij,*
quod si negavit emphyteutam
esse, vincatur, & possessionis
emolumento privetur, *Jas. in l.
2. num. 86. & 87. C. de jur. em-
phyteut. Cald. Pereir. conf. 28. num.
52. Ordin. lib. 3. tit. 32. §. 2.* Vel
pensionis in futurum solvendæ,
quæ facilius fiunt in ecclesiasti-
cis emphyteusibus, ex alijs per
*Menoch. conf. 409. num. 8. & 9.
lib. 5. Gratian. for. tom. 5. cap. 912.
num. 27.* ubi dicit recognitionem
inducere plenam probationem, si
acceptetur à parte, notario, vel
judice ad *Ordin. lib. 4. tit. 63. in
princip. & terminos subscriben-
dos ut supr. in rescripto Lusit. fol. 6.
ad eandem Ord. lib. 1. tit. 24. §.
19.* quæ omnia dicas in locatore
ad longum tempus, ex his, quæ
Cald. Per. conf. 33. num. 4. & 5.
Nec cum procuratore sufficit ex
adultis à *Joseph. Pen. decif. 82.
num. 8.* nisi specialiter ad id de-
putetur, de quo sat fit videre con-
gesta per *Papiens. in praxi ad for-
mam respons. libelli num. 2. Cald.
Pereir. de empt. cap. 15. num. 2.*
Vel si fit in rem suam, *l. jussuran-*

dum

dum 17. §. *procurator ff. de jurejur. Pacian. conf. 45. numer. 5. Cardos. in praxi verbo procurator num. 3. cui enumerandus est usufructuarius, & creditor pignoratitius, qui quodam modo procuratores proprietarij existunt, l. si pignori 29. ad fin. ff. Famil. ercisc. l. 1. §. pen. ff. nov. oper. nunt. & latius habes num. 13. & 16.*

12 Adde emphyteutam teneri bona ipsa emphyteutica, & confines judicare domino; dominus enim maxime actualiter possidens præsumitur confinia rei suæ scire; *Afflict. decis. 83. num. 2. Hieronym. de Monte hoc tit. cap. 84. n. 1. & cap. 43. num. 16. nec partem si ostendat, excusabitur à pæna commissi, nisi probabilis ignorantia interveniat, ex Ruin. conf. 50. num. 13. Farin. decis. Rota 147. num. 148. & unum exemplum affert Hieronym. de Gabriel. conf. 144. num. 5. quando scilicet fovea sit subtus terram, Mascard. de probat. concl. 1413. numer. 7. Quod idem extendes, & intelligas in conductore ad longum tempus, qui & habet jus in re conducta, cum sic alienatio inducatur, l. 3. & ibi Doctores, ff. si ager veclig. vel emphyteut. Ordin. lib. 3. tit. 47. & lib. 4. tit. 48. cum utrobique additis ab Emmanuele. Barbof. ibidem Cab. 1. p. decis. 92. num. 1.*

Usufructuario deinde competere fin. reg. actionem percipitur ex eadem l. 4. §. fin. ibi, & inter eos, qui usum fructum habent, ff. hoc tit. & rationem habes supra num. 11. ad finem; sed is constituitur in re aliena, quare de formali usufructu loquitur ad l. si fundi 112. ff. condit. indebiti l. usufructu 88. ff. solut. mat. & non annumeratur inter dominia rerum, ut probare videtur textus in l. rectè dicimus 25. ff. verb. sign. nec ibi usufructus commemoratio facta est, quinimò juris civilis inventioni attribuitur §. fin. Inst. de usu, & habit. l. corruptionem in princip. Cod. hoc tit. *Agyd. in l. ex hoc jure cap. 4. num. 16. & 17. sit dicendum actionem finium reg. quæ datur in rem juxta supra dicta, non posse competere eidem usufructuario utroque dominio rei carente. Quæ tamen objectio non arctat, nec vera desinit esse regula, dict. §. fin. advertendo in super ante alia, quod, vel usufructus constituitur ad vitam usufructuarij, vel ad propriam vitam illum constituentis; & primo modo finitur morte usufructuarij §. fin. Inst. de usus. l. non vitur 68. ff. eod. titul. d. l. corruptionem. Et 2. modo non finitur, immo transferretur ad hæredem usufructuarij, durante concedentis vita; arg. l. fin. C. eod. tit. & indicatum refert. Gab.*

Gab. Per utranque distinctionem ponens dec. 124. num. 2.

15 Nam responderet verè, & realiter usufructum partem esse ipsius fundi *gl. in l. qui usufructum § 8. ff. verb. oblig. glos. verb. usufructum ad fin. in leg. si unus 28. §. item, ff. de pact. quod idem habet l. & si pecunia, §. usufructus, ff. de reb. eor. affirmavit Pappin. in leg. 4. ff. de usufr. & ait in multis casibus partem esse dominij, & ibi *gl. 1. ad medium facit etiam l. Mevius 68. §. fundo legato ff. legat. 2. prosequitur Capol. de serv. urb. præd. c. 4. n. 3. dicens esse, ut utile dominum, Cald. Per. & Petr. Barb. relati per Gab. Per. ubi proxime, & Jurisconsultus in l. si à reo 71. §. si reo, ff. de fidejuss. monens dubitationem, an usufructus sit pars rei, vel proprium**

16 quiddam? Respondit esse jus fundi; & demum usufructuario competere actionem in rem, probat *tex. in l. uti fruit, §. utrum. ff. si usufr. pet. ergo bene se habet d. §. fin. l. 4. quatenus usufructuarium admittit ad jud. hoc fin. Reg. quod quidem exercetur per actionem in rem, & in personam juxta supradicta in c. 6. n. 21. & addita per Barb. in cir. l. in tribus, n. 60. 61. & 62. ff. de iudic.*

Alia inde insurgit dubitatio ex litera *text. in d. §. fin. ibi, & inter eos, qui jure pignoris possidenti,*

quam statim explicabis, quia scilicet, hæc actio non datur, nisi contra possessorem, ut hisce verbis elicitur, & quia cum sit pro rei vindicatione, & in rem dirigatur, requirit ut res detineatur à possessore, *Ias. in §. omnium in 105. Inst. de act.*

Sed usufructuarius, vel fru- 17
ctuarius, quia unus pro alio accipitur; *Menoeh. conf. 692. num. 34. lib. 7. de quibus loquitur text. non possident civiliter, nec naturaliter rem ipsam, ergo non debet eidem actio fin. Regund. competere. Minorem probat text. in l. sciendum 15. §. possessor. ff. qui satisd. cog. ibi, Eum verò, qui tantum usufructum habet, possessorem non esse. Ulpian. scribit in l. 1. §. per eum, ff. acq. poss. l. acquiritur 10. §. fin. in fin. ibi, Quia non possidet, ff. acquir. rer. dom.*

Responderet enim, negando secundam partem minoris, quod fructuario, vel usufructuario competit naturalis possessio: *glos. verb. quia naturaliter ante fin. in l. 1. & ibi glos. verb. videtur juncta l. naturaliter 10. ff. acq. poss. l. possessio 49. ff. eodem tit. nam & opus fuit eisdem providere de illa tenuta, seu possessione naturali, ut conservarentur in jure suo, quinimò dejecti ab ea restituerentur, l. fin. & ibi glos. & Doctores, ff. uti possid. Paris. conf. 48. num. 1. volum. 2.*

Boer. decis. 199. num. 8. & 28. n. 2. Menoch. 1. recup. num. 199. & 200. quæ possessiones probant, etiam contra proprietarium, gl. in c. licet episcop. de præb. in 6. Menoch. 1. recup. num. 69. & 70. Respondetur jura superius adducta, loqui de possessione civili, veluti in l. 1. §. per eum, ubi jam visum fuit Accurt. in glos. verb. tenetur l. clam possidere, §. fin. ff. acq. poss. pro ut allegat Petr. Barb. in l. si quis emptionis 8. num. 21. C. præser. 30. ann. & in l. cum notisfimi §. illud num. 21. pag. 276.

18 Item & d. l. acquiritur 10. eodem modo de civili possessione intelligenda est; quippe qui ipsamet dicit ad finem, ibi, Usucapere non potest, nec præscriptionem sine possessione civili currere admittunt jura d. l. pignoris in princip. ff. usucap. Per. decis. 37. num. 3. l. qui fundum 7. ff. pro emptore, l. 1. C. comm. de usucap. cum aliis per eundem Per. dec. 6. num. 11. & ipsa, ut necessarium sit, antiquum dum sua civili possessione privare prius, & præscribere volentem d. num. 11. cum acquirere, Petr. Barb. in l. 2. an. 10. & prosequitur, num. 62. & 64. C. præser. 30. ann. Gratian. for. c. 912. num. 41. 42. ubi probat emphyteutâ naturaliter possidentem præscribere non posse contra dominum possidentem ci-

viliter, cum dici non possit deperdere rem, quam in suis bonis retinet, l. nec uilem, ff. ex quib. caus. mai. non licet cum aliis ibi per Gratian.

Item, & text. in l. 1. cum sua 19 glos. verb. vindicaturum, non negant usumfructuarium possidere naturaliter, solum enim, quia ususfructus in persona fructuarij est servitus personalis dominativa glos. verbo sine persona in l. ususfructus 26. ff. de stipul. serv. non potest aliam servitutem realem debitam rei ipsi fructuariæ directo vindicare, ne ita detur servitus servitutis contra jam allegata, cap. 5. num. 18. fol. 32. & probat text. in §. cui fundus Inst. de leg. quia ususfructus in petitione ususfructus locum obtinet. Item & textus in l. sciendum, §. possessor, in comprobationem minoris primo loco allegatæ respondebis cum supradictis vers. sequenti, & prosequitur larga disputatione allatam Valasc. cons. 66. num. 18. usque ad 29. tom. 1.

Aliam tamen de hac re adhi- 20 buit distinctionem Bart. in l. naturaliter, ff. acq. poss. vers. quero utrum ex glos. in l. ait prætor 23. §. 1. verbo quasi, ff. ex quib. caus. mai. quod ususfructuaris possidet naturaliter, & civiliter jus ususfructus, & rem ipsam, in qua habet usumfructum naturaliter tantum pro

pro ut loquuntur jura supra allegata de hac possessione naturali ita *gl. marg. in d. §. I. sic loquitur, & per l. quisquis, C. don. juncta l. quod meo, ff. acq. poss. dicit Cald. Pereir. cons. 2. num. 40.* usufructuarium naturaliter possidere nomine proprietarij civiliter possidentis ad utilitatem tamen suam, & ibi exemplificat; resolvitque vidend. *Pet. Barb. in l. 2. n. 265. & seq. C. prescript. 30. vel 40. & sibi non prescribit, quia non possidet l. neque C. de usufr. Gab. Per. dec. 37. num. 3. post princ.*

21 Item nec text. in *§. fin.* loquitur de pignore, quod dicitur a pugno, & tanquam rei mobilis creditori manu traditur *l. plebs 237. §. I. ff. verb. sign. glos. verb. maxime in §. item serviana Inst. de act.* Sed quando constituitur de re immobili, & tunc abusive, ac improprie transit ad creditorem, qui traditur *d. §. I. & ibi gl. verb. pignus, l. si rem 9. §. I. ff. pig. act.* etiam fit mentio pignoris pro ipsius obligatione *l. I. & ibi gl. verb. pignus contrahitur ff. pig. act.* quare inter pignus, & hypothecam sic constitutam non datur differentia alia, quam verborum *Sonus tamen rei immobilis dicatur hypotheca, l. res 5. ubi gl. verb. differt, & l. si 18. §. usufruct. in princ. ff. de pign. §. item serviana, & ibi glos. verbo nihil ineres Inst. de*

act. additio, quod aliquando creditor, aliquando debitor hypothecam possidet *glos. 1. in l. plus cautionis 26. ff. reg. jur. Pet. Far. in l. sicut 3. num. 190. C. prescript. 30. sed tantum creditor non uti dñs possidet, leg. si servus 22. §. I. ff. de nox. act. Cald. cons. 34. num. 26. sicque, & in hunc sensum, & 22* de possessione creditoris intelligenda sunt verba *d. §. fin. ibi, Inter eos, qui jure pignoris possident, ubi loquitur de re immobili in quo etiam sensu creditor dicitur pignus possidere l. cum & 5. §. pignus, ff. pign. act. l. per servum 37. in princ. ff. acqui. rer. domin. glos. verbo quantum ad fisci in fine, arg. illius tex. in leg. inter debitorem 34. ff. de pact. leg. qui pign. 36. ff. acq. poss. leg. pignus 37. ff. pig. act. quod si debitor in possessione hypothecæ maneat, cum illo fit divisio, & fines eriguntur. *leg. 3. §. post divisionem ff. qui potior. in pig. habeantur.**

Nec aliud intendit docere *Ju- 23* risconsultus in *§. possessor, l. sciendum, ff. qui satisd. cog.* in illis verbis: Creditor, qui pignus accepit, possessor non est, tam creditor, qui pignus accepit, possessor non est, tam & si possessionem habeat, solum respectu illius tituli de satisfactionis obligatione implenda, tanquam a possessore immobilium, ad eundem *§. possessor vers. si fundus, credi-*

creditor pignoris dicitur non possidere: ad alios vero effectus, inter quos est hic ad iudicium *fin. Regund.* cum illo suscipiendum, non diffitetur Jurisconsultus, & si memor possessionis ipsiusmet creditoris adjiciat illa verba, licet habeat possessionem, quem sensum aprobavit *glos. verb. intelligitur, in cit. l. qui pignoris 36. & in l. 1. §. per servum corporaliter verbo possessor ad fin.* & est communis opinio, & quo ad hoc iud. *finium Regund.* satisfationes iud. solvi, & iudicio sisti, à parte rei interponi debent, *l. si defunctus 15. §. 1. ff. de procur. Fab. in rational. ad l. iudicium 10. hoc tit.*

Eodem etiam modo intelligenda sunt verba ejusdem §. *possessor*, quatenus simpliciter usumfructuarium non possidere, referat ab Ulpiano scriptum, & ipse aprobet, non oportuit enim circa illos effectus Jurisconsultus declarare possessionem usufructuarij, præsertim, quia possessio usufructuarij naturalis nuncupatè *ex glos. in l. 3. §. vim, ff. quod vi, aut clam, glos. eitam fin. in l. 1. §. fin. ff. usufruct. quemadmod. caus. l. naturaliter, ff. acquir. poss. Valasc. d. cons. 66. n. 18.* Non respicit dominium fundi directum, vel utile, circa quæ possessio naturalis versatur, *ut per tot. tit. ff. & Cod. de acq. posses. sed tantum jus ipsius*

fundi de quo *cit. l. à reo 71. §. si reo de fidejuss. & cujus fructibus colligendis ipsa possessio deseruit, nec in potiori significato, vel proprio, ut reperitur in emphyteuta, cujus est utile dominium fundi emphyteutici ad jam cit. l. 1. & ibi glos. 2. C. jur. emphyteut. cum aliis eleganter adductis differentiis à Cald. Pereir. cons. 2. num. 43. vers. vides igitur lib. 2. for. quasi. 9. num. 44. vers. non obstat, de quo etiam loquutus fuit anterioribus verbis d. §. si possessor, & sic maxima cum proprietate respectu illius tituli, Qui satisf. eog. respondit simpliciter Jurisconsultus usumfructuarium non possidere.*

Naturalis enim possessio, de qua textus ibi mentionem facere debuisset, si diceret usumfructuarium possidere, referenda erat ad eam, qua dominia rerum quæri cæperunt, & quorum causa parata fuit, ut in *glos. verbo quia naturaliter in princip. l. 1. ff. acquir. possess. uti dixi sup.* Quare cum usufructuarium non habeat quoddam fundi jus separatum adherere, & à iure civili inventum, prius à Caligula imperatore, ut refert *Aiman de histor. jur. civil. lib. 1. num. 7. volum.* Respondetur; non oportuit dicere eundem usumfructuarium possidere, & magis possessio usufructuarij civili

vili domini possessioni videtur, resolvit *Barb. in l. 2. num. 267. Cod. prescript. 30. vel. 40. & in l. si alienam num. 5. ff. solut. mat. Cald. supra*, & apparet verius esse illius §. possessor sentus nisi alium meliorem cogitaveris. Eodem etiam modo, divisio, & fin. *regund. jud. fit cum possessore maioratus, qui usufructuario æquiparatur Gama decis. 351. num. 1. Valens. conf. 96. num. 193. per l. fin. §. sed quia ibi Rem, quam in suis bonis purè non possidet, Cod. de leg. l. quoties C. de donat. qua sub mo. l. generaliter §. 1. ff. qui, & à quib. optimè Giurb. dec. 79. num. 37. 38. & 40. Cald. Pereir. lib. 2. for. q. 39. num. 2. ubi affert rationes, quare domini revocabile jus habeant, actiones exercendi in iudicio, & conf. 33. num. 33. vers. ceterum.*

- 16 Hinc itidem deducitur declaratio ad cit. §. finium l. 4. ff. fin. *regund. super quo immoramur, ut non intelligatur in creditore possessoris agri jure pignoris constituti ab eodem usufructuario, uti constitui potest, l. sicut 8. ff. quib. mod. pig. vel hypoth. & ibi glos. verbo dari non possunt, quæ glos. ibi aliud probare intendit quo ad nostrum intentum, ut refert de hoc agens Fontanel. de pact. nupt. claus. 7. glos. 3. p. 3. num. 52. non spectat modo, quia*

cum ipse non possideat, eo modo, quo possit eundemet usumfructum transferre, l. necessario 8. §. 27 cum usumfructum, ff. pericul. & commod. principium Inst. de usu, & habit. ad finem; non potest creditorem suum possessorem constituiture; arg. l. traditio 20. in principio ff. acquir. rer. dom. *Menoch. conf. 44. num. 26. lib. 1. Gutier. lib. 1. can. cap. 1. num. 80. Cald. dicto conf. 2. numer. 43. in principio, licet quo ad efficiendum pignus, sufficiat debitorem jus habere in re, illud constituiture valeat, l. qui filios 6. in fine, C. que 28 res pig. oblig. l. que pradium, Cod. si aliena res pig. Quare & in scriptura, & in chyrographo debiti à creditore pignus constituitur, sicut, & vendi validè etiam viliori pretio, Giurba decis. 117. num. 3. at cedi potest, l. servum filii 46. §. cum qui, ff. legat. 1. glos. 1. l. 14. tit. 13. p. 5. Gratian. for. cap. 459. num. 21. tom. 3. & in illis solutio debiti fit, sicut & in pecunia, & vocatur, Carta de pago, inter mercatores, & probat Ord. lib. 4. tit. 67. §. 7. in principio.*

Rursus supradicta procedunt 29 in pignore, seu hypotheca conventionali, non verò in prætorio, seu judiciali pignore, ad quod prius debes scire triplicem esse pignoris differentiam; vel præto-

prætorium, quod propter contumaciam, vel ut legata serventur, id est à iudice vivo datur l. 3. & ibi glos. 1. in ut possess. Rer. hered. vel iudiciale vocat glos. 1. in l. 2. Cod. prator. pign. vel conventionale inter creditorem, & debitorem constitutum, glos. etiam 1. in l. 1. ff. pig. act. & glos. verbo induciti in l. 2. C. qui post in pign. In hoc enim conventionali pignore pe-

nes creditorem, possessio non tantum naturalis, sed, & civilis est, glos. verbo possessio in l. per servum 37. ff. de pign. act. l. qui pignoris 36. cum lege sequenti ff. acquir. poss. glos. etiam verbo non posse in l. 3. §. creditores ff. uti possid. & glos. verb. constituta in l. cum notissimi 7. §. sed cum. C. prescript. 30. vel 40. annor.

SUMMARIUM.

- 1** Pupilli masculi usque ad 14. & femine usque ad 12. annos sunt sub tutoribus, qui citantur pro rebus pupillorū etiam in principio litis, & dantur ad personas, & bona.
- 2** Puberes sunt sub cura, & pro litibus citantur, & procuratores constituunt cum auctoritate curatorum, qui tantum bonis dantur.
- 3** Paterfamilias nomine filij famil. citatur, & agit solus sine alio curatore filio minori dato, nisi bona sint castrensia, vel quasi, quia in his filius pro patre fa-

miliis reputatur.

Curatores furiosi, vel prodigi sufficit citari in principio litis, & ad iudicium finium Regundorum, & qui sunt, qui sub cura sunt remissive; nam, & sine partium citatione possunt omnia scribi in monumentis, sed non probant contra tertios.

Absentes possessores agrorū, 5 cum quibus exercendum est iudicium Finium Regund. citantur per edicta, si locus certus, & securus non declaretur, & sufficiet procuratores speciales adesse.

Citari

- 6 Citari non debet in periculo loco ultra mare, & sufficet curatores dari bonis absentium ult. mare.
- 7 Procurator absentis insufficientis ad respondendum, tanquam reus in judicio famil. ercisc. potest sufficiens effici, si tanquam actor accedat ad judicium, ut per reconventionem possit cum illo agere, reus ipse provocatus, & indubitabilius in judic. fin. reg.
- 8 Fin. Reg. jud. exerceri non debet, nisi citatis omnibus possessoribus vicinorum agrorum: cum quibus confinis est fundus determinandus; & absentes ignorant, quid faciant praesentes.
- 9 Sedimina ecclesiarum, vulgò, passaes, possunt concedi in emphyteusim etiam sine licentia Papæ, & possessores citantur ad finitum Reg. judicium.
- 10 Decuriones curiarum civitatis non citantur sine licentia Regis pro bonis Concilij, nec ad divisionem agrorum, & in rescriptis commissionis pro finium regund. licentia ad citandum eos aliquando adjicitur.
- Duces, Marchiones, & alia clarissimæ personæ non citantur, nisi cum literis Regis, vulgò, Carta da Camara, aliquando permittunt citationem expediri voluntariè ad precatorem domini honorum, vel judicis finium regundorum.
- Magistratus temporarij non citantur sine licentia Regis, & ad hoc judicium finium regund. qui & possunt causas cedere, ut agatur sine illa licentia.
- Senatores vocantur in judicio sine licentia Regis, & ad hoc judicium fin. Regund. solent suis scriptis procuratores constituere.
- Citationis defectus supplementur, per speciale mandatum manu nobilis expeditum; nec mandatum apud nos probatur sine scriptis, saltem per certitudinem

- notarij cum clausula in-
sertione.
- 15 Occisi agnati citari debent
actualiter, licet ipsi pro
citatis se habeant in re-
missione accusationis.
- 16 Citatio domini agri non re-
quiritur, si flumen publi-
cum, vel via, seu strata
per consinia fluit.
- 17 Flumina publica sunt, quæ
sunt navigabilia, vel ex
quibus navigabilia sunt.
- 18 Flumen dicitur publicum,
licet manuali opere fa-
ctum fuerit.
- 19 Fluminis alveus, si vicinos
agros innundet, domini
amittunt, & recedente
aqua, restituitur terra,
antea occupata antiquo
domino.
- 20 Alveus mutatur per alium
locum, fluente flumine, fit
publicus alveus occupa-
tus à vacuo relictus, per-
tinet ad vicinos agros,
nisi limitati fuissent.
- 21 Flumen privati non impedit
citari dominum agri ad
fines regendos, & flumen
privatum fit illius, cujus
prædium ingreditur.
- Dominus fundi, flumen pri-²²
vatum, vel rivum muta-
re ad alium locum potest,
nisi noceat servituti de-
bitæ vicinis.
- Via publica, seu strata, quæ²³
dicatur, nec aliquo tem-
pore præscribi potest, li-
cet per 100. annos popu-
lus non utatur.
- Via periculum pertinet ad²⁴
vicini agrum, ideo vici-
nus agri possessor potest
consines viae declarari fa-
cere, & exercere fin. Re-
gund. jud. interjecta via,
vocatis tamen decurioni-
bus, quibus competit via-
rum conservatio.
- Decuriones de facto resti-²⁵
tuere possunt Cœcilio vias
ablatas, vel partes ea-
rum.
- Citationes sunt de jure na-²⁶
turae, & continent defen-
sionis speciem, nec omitti
possunt à Principe.
- Citatio fit eorum, quos prin-²⁷
cipaliter negotium tan-
git, & ea deficiente, pro-
cessus corrumpitur, nec præsu-
mitur, nisi ex actis appa-
reat, & sine ea minime

- procedi debet in iudicium
fin. Reg.*
- 28 *Commendarum Ord. militarium bona sua merè ecclesiastica, nec differunt à bonis ecclesiasticis.*
- 29 *Commendatores sunt religiosi, & votum continentie in castitatis votum commutatum illis fuit, & sunt decimarum domini.*
- 30 *Commendatarij Ordinū militarium decimas suarum terrarū patrimonialium, & aliarum, quas suis expensit colunt, solvere compelluntur Ecclesiæ parochiali; per monitorium Episcoporum, & suorum officialium.*
- 31 *Laudatur Doct̃or Eman. Themud. vicarius generalis Archiepiscopatus Ulyssipon. & de die ejus transitus fit mentio.*
- Reges Portugaliæ, & Hispaniæ sunt perpetui administratores, & magistri Ord. militarium ex Pontific. Summorum indulto.*
- Ususfructuarius tenetur ad 33 expensas necessarias, & si non facit; usufructu privatur, & iud. finium reg. exercetur cum beneficiarijs, & n. 32.*
- Equites militenses vere sunt 34 religiosi; & tenentur monumenta commendarū facere de 30. in 30. annos, & ad minus de 35. in 35. debere obligatio illis equitibus imponi.*

C A P. VIII.

INveniuntur etiam confinia prædia à pupillis, & alijs minoribus possessa, cum quibus etiã agi debet actione finium regundorum, quæ administrantur per tutores, & curatores, & quorum citatio præcedere requiritur: ad quod dic, mino-

rum, si sint sæminæ 12. vel masculi 14. annorum, non adhiberi citationem, sed tutorum, sub quorum tutela usque ad illam ætatem constituuntur, l. 1. §. 1. ff. *administr. tut. princip. Instit. quib. mod. tut. fin.* & dantur personæ, §. 1. *Instit. de tutel. Cald. lib. 1. for.*

for. q. 12. num. 7. *Scobar de ratioc. cap. 28. numer. 5. & 29.* & à qua citatione incipere lis potest, l. *item ait prior 21. ff. ex quib. caus.*

2 *mail. 3. C. de procurat.* Si verò excedant ætatem illam debent in propria persona, citari, & non curatores, qui tantum bonis dantur, *princ. Inst. de curat. ibi, Ut sui negotia tueri non possint, Scobar ubi sup. nec contra eos aliquid fieri potest prætermittit citatione; Ordin. lib. 3. tit. 41. §. 8. & tit. 63. §. 1.* Nec puberibus curatorem coram te, & in tuo iudicio comparentibus decernere prætermittas *ex l. ult. §. 1. C. administ. tur. licet Cov. lib. 1. var. cap. 5. num. 8.* opinetur minorem pro se solum posse agere in iudicio possessorio, contra quem praxis observat, ut testatur *Menoch. remed. 15. recap. num. 275.* sed ipse per se, vel per suum procuratorem à semet constitutum ad eandem *Ordin. §. 8. vers. E fundo, resolvit Cald. Per. conf. 12. num. 5. in fine lib. 2. for. curatore tamen actorante expediet ad Ordin. d. lib. 3. tit. 29. §. 1.*

3 Quod si pater sit, & usum fructum habeat in fundo filij cuiuscunque ætatis existat, solius patris citatio, vel præsentia sufficit sine alio curatore. *Pinel. in leg. 1. p. 2. num. 63. C. bon. mat. Aegydy. in leg. ex hoc jure 2. p. cap. 2. num.*

58. vers. circa quod ff. de just. & jure, *Gab. Per. decis. 19.* Nisi bona castrensia, vel quasi castrensia, sint, & quorum pater usum fructum non habeat, nam tunc filiusfam. ipse pubes factus, & debet citari, & perse, vel per proprium procuratorem comparere potest *leg. 2. ff. ad Maced. Fontanel. de pact. nupt. claus. 4. glos. 7. p. 3. num. 3. idem Aegydy. ubi proxime num. 35. & 36. 48. & 50.* Eodem etiam modo procedendum erit cum curatoribus furiosis, & prodigi *ad §. 1. Inst. de curat. Ord. lib. 4. 103. & aliorum, qui sub cura sunt enumerantur à Barb. ad Ordin. ejusdem tit. 103. & cum citatione eorundem processus, & fin. reg. actio valide exercebuntur. Nam, & in munimentis etiam sine partium citatione describi possunt omnia, sed non sufficit, ut supra, nec probat contra tertios non auditos *Gab. Pereira decis. 26. num. 8. in medio.**

Aliorum itidem prædiorum possessores absunt, qui non possunt in persona citari, ad agrorum terminos erigendos, vel reparandos, hi vel reliquerunt procuratores sufficientes, & possunt denunciari, ad *Ordin. lib. 3. tit. 2. l. cum qui res C. procurat. ubi Bart. & Jason. num. 1.* & pro alijs iuribus allegandis sufficit recurrere ad additos ab eodem *Barbos. ibi,*

& melius *lib. 1. tit. 59. in princip. num. 5.* Illis tamen procuratoribus non reperitis, si ignoratur locus certus, in quo inveniatur absens, citatur per edicta publica, præhabita summaria informatione, ad *Ordin. lib. 3. tit. 1. §. 8. & §. 1. tit. 2. Emmanuel. Themud. 1. p. decis. 7. num. 6. 7. & 8. & 2. p. decis. 129. per totam. Mend. à Castr. 2. part. lib. 3. cap. 1. num. 11. pag. 63.* ejus mentio fieri debet, quia cum sit extrinseca solemnitas, non præsumitur, nisi probetur ad *Soccin. reg. 3. verbo absens, & allegat l. sciendum 30. ff. de verb. oblig.* Idem esse sufficit, si locus sit periculosus *dict. §. 8.*

6 pro ut est ultra mare, *Phab. 1. part. arest. 68. & est glos. in l. ab hostibus 15. ff. ex quibus caus. mai.* quæ allegat, *l. fin. ad finem §. necessitate ibi (fugienti) C. bonisque liber. & l. idem privilegium. 5. ff. privileg. cred.* ubi dicitur eorum absentiam sic citatorum, curatores bonis esse dandos, cum judicium validum erit; plures in id congerit, idem *Barbos. in cit. §. 8. numer. 9. & 11. latè Gama, & Flores in additione decis. 15.* qui hoc tenet in causis parvi momenti, ut sunt hæc finium *Regund.* pro ut alibi diximus.

7 Unam inde cautelam deduces ab *Ordin. d. tit. 2. vers. Porem;* quod si procurator absentis cum

clausula, ne noviter citetur, ut fieri solet, tanquam actor compareret petens finium positionem, vel erectionem, valebit judicium ex vi reconventionis mihi factæ, quæ statim illa clausula non obstante fieri potest, *l. actione 5. C. procurat. glos. 5. l. 21. tit. 5. part. 5. Mantio. de tacit. convent. lib. 7. tit. 23. num. 37.* cum alijs ab eodem *Barb. in d. tit. 2. num. 8. & 9.*

Nec ad divisionem agrorum 8 accedas inter unos præsentis, vel citatos, alijs absentibus, & non citatis, qui ignorare dicuntur, quod præsentis faciant *l. fin. ff. de decret. ab ordin. fac. Valensuel. conf. 69. num. 181.* Quare istorum citatorum citationes prædiximus necessarias fore *l. coheredi 17. ff. famil. erciscund. l. & si non omnes 8. ff. com. divid. Ordin. regulam constituens lib. 1. tit. 16. §. 2. in princip. & titul. 50. §. 2.* Prædia 9 alia se offerunt, in confinibus, quæ sedimina, seu mansus ecclesiarum sunt vulgò *Passaes,* & à commendatarijs, rectoribus, vicarijs, seu alijs beneficiatis earundem ecclesiarum possidentur; quod, si ab emphyteusis tenentur, in quos possunt alienari sine Summi Pontificis licentia; ut tenent *Const. episcop. Eguan. lib. 4. tit. 7. cap. 5. numer. 1.* quid quid olim dixissent *extravag. Joan. 22. de reb. eccles. non alien. inter comm.*

Cald. Pereir. de renov. q. 15. num. 15. cum alijs relatis à Gab. Pereir. decis. 22. num. 8. ubi dicit sic iudicari, & ante eum, Phab. 1. part. decis. 5. & 82. num. 17. 18. 33. 34. & 35. quam ob rem, vel hic, illi citentur ad erigendos, vel reparandos limites obscuratos, acta valebunt; & repetis infra cap. 11. num. 86.

10 Insuper, & confinia sunt cum alijs prædijs communiter possessis, vel à Concilio civitatis, vel oppidi, seu ab omnibus incolis in universum, de quibus jam dixi supra cap. 3. num. 6. pro quorum determinatione decurionum citatio prærequiritur, & non potest fieri sine Principis licentia ad *Ordin. lib. 3. tit. 8. quæ permissa est aulicis senatoribus, ut in eorum regimine apparet, Ord. lib. 1. tit. fin. §. 45. Idcirco in rescriptis, seu commissionibus concessis, ad exercendum jud. fin. regund. quas iidemmet Senatores supremi concedere possunt dicto,*

11 *§. fin. §. 41. inferitur clausula, ut Concilia oppidorum seu Ducēs, Marchiones, vel magnates, idest clarissimæ personæ Regis, qui de novo citari non possunt, sine prævia invictissimi Regis concessione vulgo, Por carta da Camara, ad Ordin. lib. 3. tit. 1. §. 19. Cab. 1. p. decis. 179. relatus cum alijs à Barbof. ad Ord. ubi*

adhibet formam earundem litterarum, *Carta da Camara, in persona Archiepiscopi Bracharenfis. Nec aliter creditur nuntio sine litteris, Bart. in leg. quoties, C. de dign. lib. 12. per textum in Roman. in leg. sciendum num. 46. ff. de verbor. obligat. Gusman de evict. quest. 9. num. 16. Et si in litteris citationis precatorijs à iudicio finium Regundorum de legato expeditis, inferitur commissio, seu rescriptum regie manus sigillo munitum, ut de illa licentia appareat, & ipsi clarissimi jubeant exhibere citationis testimonium, à sui secreti officialibus confectum, qui, & pro sua dignitate; & gratia aliquando precari dignantur annuere illi citationi mittentes eum litteris sui secreti sufficientes procuratores, quarum copia ad acta rediguntur, ac valide, & breviter uti in his rebus pretenditur, procedere poterit.*

Sic similiter, si contingat citari 12 debere aliquos regios Senatores, tanquam agrorum confinium dominos, & possessores, ad quam citationem non impetratur nova à Reg. licentia, ut in alijs magistratibus inferioribus, & temporarijs requiritur, ad *Ordin. lib. 3. tit. 9. glos. fin. in l. 3. §. 1. ff. de quod met caus. sed sufficit generalis ad hoc à lege regia concessio lib. 3. tit. 59. §. 10. & 14. & dictis à*

Gregor. Lop. in l. 11. tit. 1. pag. 7. verbo, *Mientras durare su officio*, Aviles in cap. 1. pratorum numer. 26. & 27. Vel expeditur directè citando illos Senatores, vel hos magistratus ex clausula Regij Rescripti, ut sup. vel urbanus ipsi præmoniti suis privatis scriptis habent se pro citatis ad actum, & ad certum diem, mittuntque rei peragenda adesse colonos, vel alios procuratores instructos, seu cedendo alteri jus suum, ut licitè facere possunt *ex Bertach. in report. verbo officialis convenitur vers. 4. Aviles ubi sup. cap. 9. glos. los castigue, num. 25.* Sufficit enim citatio sic à partis voluntate expedita, ac sic juris ordine introducta facta esset, *ad Ordin. cit. lib. 3. tit. 2. quod idem habebit locum in alijs nobilibus, qui scriptis privatis procuratores instituere valent, de quibus, Ordin. lib. 3. tit. 29. & tit. 59. §. 15.* Nec sine scriptis apud nos probari potest mandatum Greg. in l. 21. glos. 1. tit. 5. p. 3. post alios *Agyd. in cit. l. ex hoc jure 2. p. cap. 13. claus. 2. num. 2. post medium, ad minus tamen per certitudinem notarij cum clausulæ insertionem, ex Olaf. Chacar. decis. 1. num. 38. & prædictis observat.* Hunc tandem voluntariæ citationis modum limitavit Senatus in hæredibus occisi, dum occisionem occifori extra judi-

cialiter remittunt, & habent se pro citatis, quia ea non obstante jubetur veram citationem judicialiter esse in persona fieri ad formale, *Ord. præceptum lib. 5. tit. 124. §. 9. in illis verbis, Serà obrigado, geminato sermone emissis.*

Nec supradictorum citationes 15 curabis, si inter fundum, pro cuius determinatione fueris iudex ordinarius, vel delegatus, & vicini fundum, vel agrum fluxerit flumen, vel intervenerit via publica, quia magis in confinio fundi publica via, vel flumen sit quam agri vicinorum, l. 4. §. fin. si verò aliàs sit flumen, ut emendandum fore, dicit *Faber. in rational. ad eum textum, quem vide de hac re, & ratione cum l. sequent. ff. finium Regundor.*

Pro cuius rei advertentia no- 16 tare debes, quod flumina publica navigabilia, ex quibus perpetuò fluentibus navigabilia efficiuntur, juris regalis sunt; *Ordin. lib. 2. tit. 26. §. 8. §. flumina Inst. de rer. divis. l. 1. §. fluminum, l. lacus 12. §. insula, ff. acq. rer. dom. Menoch. rem. 6. retin. num. 54. nec si aliqua ætate fluere cessaverint, desinent esse publica, ut dicit dict. l. 1. §. fluminum, ff. acq. rer. dom.*

Amplia etiam si flumen fiat ex opere manufacto, l. nemo 1. & ibi 17 glos.

glos. fin. ff. rer. divis. d. l. i. §. fossa, & hæc suis extremitatibus continentur, quarum confines, agros, si aqua circundeat, & inundet, domini amittunt, & si aqua recedit, restituitur antiquo domino, ad quem pertinet, l. ergo 30. §. aluvio, ff. acq. rer. dom. quod si alveus mutatur, relicto alveo consueto, hic publicus fit, & antiquus ille utriusque convicini est, d. l. i. §. simili, ff. de flum. nisi vicini agri limitari, certis finibus designati sint, quia tunc vetus alveus fiat occupantis dicto §. simili, ibi, At si limitatus est ager, occupantis, alluvius fit, cit, §. insula, ibi, Si limitati agri fuerunt. Sicque utilius erit non limitari, nec determinari juxta flumen publicum d. §. fin. Adde aquæ usum ex flumine publico præscribi posse immemoriali tempore, l. 3. §. ductus aquæ, ff. aqu. quot. & est l. usum aquæ, C. de aq. duct. lib. 11. Gratian. for. cap. 480. numer. 2. tom. 3.

20 At verò, si flumen sit privatum, ob quod non differt à cæteris locis privatis, d. l. i. vs. si autem ff. de flum. & sit proprium domini prædij, quod ingreditur, ex doctrina Bart. in l. cum essent, §. ult. ff. serv. rust. præd. communiter receptus, ut per Decius. cons. 244. num. 5. Boer. decis. 352. numer. 4. tanquam cum convicino

prædio habet locum finium Regundorum judicium, & limitatio, l. sed & rivus 6. ff. eod. tit. & ibi Fab. in rat. potest enim dominus rivi aquam ejus per aliam partem sui fundi mutare, nisi servitus debeat, & ex mutatione in commodum sit vicini dominantis l. si cui 9. in fin. & ibi glos. verb. non liceret, ff. servit. l. 2. §. pen. ff. relig. & sumpt. fun.

Via deinde publica, vulgò Estrada, quam & sic vocat. l. i. & ibi glos. verb. de strata, ff. de via publ. est quæ matinata lapidibus rivis, vel copis apparet ad usum communem, dict. l. i. §. viam, optimè Capol. de serv. rust. præd. cap. 3. num. 3. & 4. estque communis ejus usus, ut infra cap. 10. num. 13. & in proprietate principis dict. §. tit. 26. lib. 2. Ordin. cap. 1. vers. via publica, quæ sint regalia, Menoch. late cons. 448. num. 8. lib. 5. & cons. 449. num. 12. & nec tempore aliquo præscribi possunt, licet populus per eam, 100. annis non transeat, l. 2. & ibi glos. illo tit. sed si facies viæ mutetur, & aliquis jure privati possideat præscribere potest, l. omnes 4. C. præscript. 8. vel 40. ann. resoluit Pet. Barb. in d. l. 4. num. 35. pag. 204. Idcirco adinstar fluminis non oportet cum via publica determinari, cum inde confines sint immediati, debentes

bentes in esse mediati, ex *Bart. in l. quia magis hoc eodem tit.* Verum, quia ad agros vicinos publicæ
 23 viæ periculum pertinet, *l. si locus*
 14. in fine, & ibi glosa verbo praestare, ff. quemadmod. servit. amitt. jure publicæ utilitatis sine pretij publici solutione, ad glos. ibi, verbo prestare, *Capol. de serv. rust. præd. c. 3. num. 38. Valasc. conf. 22. num. 4.* Potest vicini agri dominus utili hoc judicium finium regund. disterninare, & etiam alterius vicini fundum, cum via ipsa limitari observat glos. verbo non potest
 in d. §. fin. leg. 4. hujus tit. resolvit, & ita fieri debere *Fab. in ration. ibi, Vocatis tamen intelligas decurionibus civitatis ad quos pertinet vias publicas conservare illasas, ita ut statim (id est) intra annum, per se sine alio udicij contentiosi strepitu, de facto, citatis partibus, vel maritis, etiam sine uxoribus restituere oblata possunt. Ordin. lib. 1. tit. 66. §. 11. etiam contra Ecclesiam, vel personas ecclesiasticas, ex allegatis ab Azeved. in l. 3. num. 25. tit. 7. lib. 7. recop. ubi non solùm hoc evincit in tota via subtracta, sed etiam in qualibet ejus parte, Cald. Pereir. de empt. cap. 21. num. 5. & ibi etiam agit, quanto tempore præscribatur res communis, Azeved. in l. 1. tit. 15. libr. 4. nov. recop. quibus, & alijs relatis, videatur*

Barb. ad Ord. d. §. 11. num. 2. cætera habes supra cap. 5. num. 4. Cancer. lib. 3. var. c. 4. de servit. numer. 105. ubi dicit ex actibus particularium non quæri jus universitatis, nec possessionem, & alia plura ibidem videre poteris.

Supereft inde demonstratis ad hoc judicium citandis vicinorum dominis, ac possessoribus ostendere, quæ sit citatio, & ad quid, & cur introducta. Juris est notissimi, citationem videri de jure naturæ inventam, & defensionis speciem, quæ nullo modo à principe omitti potest *Clement. pastoralis, §. ceterum de re jud. l. de unoquoque 17. de re jud. l. nam ita dicitur 39. ff. de adopt. Emmanuel. Them. 1. p. decis. 7. num. 5. quando secus teneat ipse in 3. p. q. 8. num. 6. pag. 34. ita ut pacto contrario tolli non possit, Ord. lib. 4. tit. 72. Barb. in l. alia, §. eleganter num. 46. ad fin. & seq. ff. solut. mat. Aviles in cap. pratorium in tract. jud. pro syndica cap. 3. verbo el descargo, num. 4. ne ergo alicui ex improvise, & non audito præjudicium inferretur, cap. in nostra de procurator. illius quem negotium principaliter tangit ad dict. 26. l. de unoquoque, l. bona autem 3. §. si causa, & ibi glos. ff. bona, poss. clarior text. in l. 1. §. quanvis, vers. denunciari, ff. vent. insp. justum est à citatione incipere, l. 1. C. in jus*

ius voc. §. omnium inst. de pæn. tem. litig. Mend. à Cast. 1. part. lib. 3. cap. 1. numer. 1. & ea deficiente tanquam maiori ex nullitatibus deficiente, omnis processus nullus, & insanabilis redditur, ultra jura adducta probat Ordin. lib. 3. tit. 63. §. 5. Bald. in authent. si omnes num. 8. Cod. si min. ab hered. & in l. properandum, §. & siquidem numer. 12. Cod. de ind. Gama decis. 237. Pereir. decis. 76. n. 5. qui intelligit illam Ord. in §. 5. in prima hac citatione, de qua agimus ex alijs, Ord. eodem lib. 3. tit. 1. §. 13. & tit. 47. §. 4. & ab hac citatione, quia est solemnitas intrinseca, & non præsumitur, nisi in actis appareat, l. quecumque 15. §. fin. ff. de publ. in rem act. Cald. Pereir. de empt. cap. 35. numer. 31. Pereira ubi supra; memento incipere, & in acta redigi facere, antequam ad ulteriora procedas, & ait Gama, & Flores decis. 331. ubi loquitur in executione similis rescripti, & ita tanquam principalior clausula adjicitur in commissionibus pro finium Regundorum causis ibi, Citadas as partes, a que tocar. Pro complemento restat scire, quia communiter ex tribunali supremo Ordinum militarium, commendatarijs præcipitur thomos bonorum ad commendas pertinentium, seu monumenta conficere ad illo-

rum conservationem; & augmentum, de quo infra in hoc cap. cum. 30. quam ratione, & jure id fiat.

Bona Ordinum militarium, 27
tanquam mere ecclesiastica, sunt in domino summi Præsulis, quorum est absolutus dominus, ut deducitur ex Card. Mant. de tacit. & ambig. lib. 22. tit. 11. num. 17. & expresse Stephan. Gratian. tom. 3. cap. 477. num. 5. Nec dari differentiam inter bona militarium Ordinum, & ecclesiastica, quo ad qualitatem, Cab. 1. part. decis. 149. & de jure patron. cap. 15. Garcia de benef. part. 4. cap. 4. à principio, Gabr. Pereir. decis. 91. & ibi cum Cov. 2. parte epitom. c. 3. §. 1. numer. 18. Nav. de red. monit. 55. & 56. Avend. de exeq. mand. lib. 2. cap. 26. numer. 11. tenet Commendatarios verè esse religiosos, quia illis continentiae votum fuit commutatum in conjugalem castitatem, quæ substantiam regulæ non mutavit, ut ex Paul. Leon. X. Palam deducit, idcirco cum beneficiarijs à pari procedunt, & in hanc inclinavit Cevall. de las fuerças quest. 149. num. 20. latissimè Reinos. observ. 1. num. 26. & observat. 4. numer. 11. & seqq. Gabriel Pereira decis. 58. numer. 2. & decis. 91. num. 15.

Hodie tamen dicti Commendatarij non eximuntur à solutione 28
deci-

decimarum terrarum, quas suis sumptibus, & expensis colunt; & contra eos Episcopus procedit per monitorium ad eas parochiali Ecclesiæ solvendas; quanvis ad eorum conservatores declinent, ex doctissime relatis ab *Emmanuele Themudo Vicario generali hujus Archiepiscopatus Ulyssiponenfis in sua 1. parte decis. 2. per totam, & melius in sua 3. & ultima parte decis. 260. ubi à numer. 10. usque ad numer. 17. sex sententias, tam judicis ecclesiastici, quam secularis refert; & fuit integerrimus defensor jurisdictionis Apostolicæ, & Ordinariæ, de quo testificor, tanquam testis oculatus; propter continuam assistentiam, quam ei adhibebam per triennium, tempore, quo gerebam officium promotoris fiscalis hujus dicti Archiepiscopatus, & ex illo antiquo, & nobili oppido da Certã (ut scripsit *Michael Leitam de Andrada in sua Miscelanea Dialogo 20. pag. 623. cum seqq.*) ambo oriundi fuimus, qui quidem Doctor ad cælestem beatitudinem evocatus fuit *xx. die Octobris anno 1652.**

- 30 Ex indulto Summorum Pontificum, Reges huius Regni, & totius Hispaniæ, Magistri, ac perpetui Administratores creati sunt, & cura conservandorum bonorum militarium ei incumbit sicu-

ti, & ipsis Summis Præsulis absolutis eorundem dominis, *ut infra cap. 11. num. 91.* Quare ne dissipentur, minuantur, & à secularibus usurpentur, vel præscribantur summa cum ratione, à Deputatis mensæ Ordinum Senatoribus, Conciliarijs, per quos Rex noster administrat, & regit, præcipitur, ut monumenta fiant, & scribantur in thomis, ex his, quæ *præf. Pap. in forma sequent. & saximent. verbo sapiens, glos. 1. numer. 2. Cald. libr. 11. for. quest. 23. numer. 71.* & circa thomos terrarum Ecclesiarum faciendos vide constitutiones uniuscujusque Archiepiscopatus, vel Episcopatus.

31 Ususfructuarius enim tenetur ad expensas rerum, quorum usumfructum habet *l. ususfructu 7. in fine, bonus textus in l. pendentes 34. §. siquid, ff. de ususfructu Mol. de primogen. libr. 1. cap. 27. numer. 10. Cald. ubi proxime, non ut de novo faciant l. si cuius rei, §. si adium, ff. eodem tit. de ususfruct. explicat idem Cald. cons. 8. numer. 26. ad medium.* Quod si expendere recuset, expelli potest *ab ususfructu, l. damni 18. §. ei cuius, ff. damn. insect. glos. 1. in l. quanvis, ff. eodem tit.* Cui quidem ususfructuario Cõmendatarius æquatur; quia tam rigorosè, cum Cõmendatarijs non agitur in contu-

contumaciã post monitiones præmissas, sit fructuum sequestrario, ad doctrinam glos. 2. verbo sequestrationis ante finem, in l. 1. Cod. prohib. sequest. l. si fidejussor. 7. §. 23 *fin. ff. qui satisd. cog. & ibi glos.* Et quod cum ipsis Commendatarijs, prælatis nomine suæ Ecclesiæ, vel beneficiarijs tanquam fructuarijs exerceatur finium Regundorum iudicium, breviter resolvit Hieronym. de Monte tract. finium Regundorum cap. 28. Qui nam istorum domini, & usufructuarij dicantur, explicat ipse, & Cald. Pereir. conf. 38. numer. 31. nobis enim, quo ad intentum sufficit usufructuarios esse omnes beneficiorum ecclesiasticorũ possessores, & prosequitur Cald. Pereir. cit. conf. 8. per totum numer. 26. Quod si Canonici vel Beneficij capitulariter citari, debent, sufficit maior pars, vel in capitulo, vel in Ecclesia inveniuntur, non horas canonicas recitantes; ut latissimus omnium tradit Cald. Pereir. conf. 11. numer. 10. allegans intelligens cap. de causis de elect. & iterum numer. 18. quem sat est allegare.

33 Verum Equites militeses, qui realiter sine dispensatione sunt religiosi, capit. cum & plan-

tare de privileg. Gratian. for. cap. 363. num. 22. tom. 2. Barbof. in 2. part. rub. num. 82. vers. unde, ff. solut. matr. cum multis alijs per Phab. 2. parte decis. 71. numer. 18. Cevall. ubi supra quæst. 149. numer. 21. debent thomos, seu monumenta de 30. in 30. annos conficere, sub pæna inhabilitatis, ad meliores, ditioresque præceptorias, & maiores dignitates non adipiscendas, quod non parum proficeret, per Regium Rescriptum aliorum Ordinum militarium Regni militibus imponi de 35. in 35. annos, & cessarent continuæ commentariorum querelæ, apud Ordinum militarium mensam, nec ita bona amitterentur, & Equites S. Benedicti de Avis intra duos primos annos suæ possessionis, tenentur facere thomos sub certa pæna, ut advertit statutum suæ regula tit. 5. diffin. 10. fol. 108.

Ex quibus videbis, ad quorum petitionem dicta regia rescripta, pro finibus Regundis pertineant, & concedi debeant, cum & supra diximus actionem hanc competere dominis, & possessoribus arborum cum alijs fundis confinium.

SUMMARIUM.

- 1 **U** Surpare, verbum accipitur in bonam, vel malam partem, & pro sequenti usu, id est, usurpatione.
- 2 Usurpare accipitur pro interruptione prescriptionis, & tunc comparative, & non elective. sicut quando refertur ad acquisitionem rei alienæ; declarantur l. si irruptione, & l. 4. ff. & Cod. fin. Reg. in verbo usurpare.
- 3 Locupletari cum alterius jactura nemo potest.
- 4 Prescriptio est contra naturalem æquitatem, sed ob finiendas lites inventa, quarum in finitione pietatis officium versatur.
- 5 Lites peccata augere solent. Alienare dicitur qui negligenter patitur rem suam prescribi, & numer. 5.
- 6 Prescriptio longissima 100. annorum, quæ sit immemorialis dicitur, quando excedit hominum viventium memoriam.
- Vita hominis non excedit 70. annorum, & 70. in communibus, in potentialibus 80. in cæteris dolor, & labor.
- Tituli loco, habetur immemorialis prescriptionis possessio, nisi jus resistat tali prescriptioni, & numer. 9.
- Titulus injustus, & vitiosus, de quo constat, impedit prescriptionem, etiam immemoriam, vel si possessor sit capax possidendi.
- Prescriptio immemoralis cessat, ubi lex prohibet, damnaque prescriptionem talem, ut in jurisdictione, vel divisione prohibita, remissivè.
- Bona fides requiritur etiam in prescriptione immemoriali de jure canonico, cui stare debetur, & mala fides à principio purgatur, & fit

- & fit bona ex cursu temporis immemorialis, & probatur ex fama in vicino, & alijs modis ibi.
- 12 Mala fides in præscriptione deducitur ex titulo in contrarium penes possessorem existente, & quibus modis mala fides indicatur; & quo pacto præscribantur bona Ecclesiæ, maioratus, & similia pupillorum, vel dotalia, remissivè, ibi, & num. 8.
- 13 Præscriptio interrumpitur lite mota, immemorialibus, quia in eis titulus non requiritur, per citationem, & per litem motam dubius fit possessor, & bona fides de jure civili in præscriptione necessaria non erat.
- 14 Interruptio, per citationem dicitur civilis, & est ad instar interruptionis naturalis, in præscriptionibus. Interruptione omissa, potest iterum inchoari præscriptio, debetque cessare lis, cum justa causa, ut illa non obstante, præscriptio inchoari possit.
- Præscriptio longissimi temporis 30. vel 40. ann. procedit sine titulo de jure communi.
- Bona fides in dubio præsumitur, & mala (stante à principio titulo) probari requiritur, & interpretatur Ord. lib. 4. tit. 3. §. 1.
- Bona alienari prohibita, 17 præscribi non possunt sine titulo, & bona fide, titulus à principio in præscriptione purgat malam fidem.
- Interruptio præscriptionis, 18 si fiat uni ex duobus possessoribus insolidum sufficiet in totum.
- Præscriptio longa 10. vel 19 20. annorum, necessario requirit titulum, & in ea interruptio fit, litis contestatione.
- Venditio rei alienæ valet in 20 damnum venditoris, nec præjudicat domino, qui potest eam ab emptore auferre, pretio non oblato, quod emptor per æstimationem subsidiariam recuperare

- perare potest à venditore, si ejus esse ignoravit, per actionem personalem intra 30. annos.
- 21 *Venditio rei alienæ valet, nec requiritur aliud quàm quod res possit vendi, & possideri.*
- 22 *Alienæ rei emptor præscribit cum bona fide tempore ordinatio 10. vel 20. annorum, & quare currat præscriptio, & verò domino præjudicet nisi male fidei venditor sit, ex illo titulo emptor præscribere velit, tunc enim 30. anni requiruntur.*
- 23 *Limitare, & dividere rem suam ad libitum quis potest, & vendere de ea partem demonstratam.*
- 24 *Usucapio pro emptore procedit in possessoribus titulo munitis.*
- 25 *Emptor rei alienæ coherentis alteri rei propriæ venditoris, quo pacto præscribat, quando scivit esse alienam, sed incertam ratione loci, & quotæ interpretatur l. 2. §. cum stichum vers. sed, & si fundus ff. usucap. pro emptore usque ad num. 29.*
- Fines ampliores possideri possunt, & præscribi tempore ordinario, & interpretatur l. qui fundum 7. §. si fundum. ff. pro empt. num. 28.*
- Mala fides datur in emptore, qui possidet ultra limites sibi à venditore demonstratos, & non præscribit, sicut, & quando ignoranter possidet.*
- Dictio, sed & si, ponit diversitatem facti, sed retinet identitatem juris.*
- Possideri res, ut integra, & unum corpus, velut separatum, & diversa corpora, interest plurimum ad præscriptionem partis alienæ, & vel scienter, vel ignoranter.*
- Possideri non potest res in certa ratione loci, & quotæ, & ideo nec præscribi.*
- Diversa quæ sunt in facto, diversitatem juris constituunt.*
- Limites, quod non reparentur, vel de novo ponantur, differt multum, quo ad*

- ad præscriptionem à possessione partis fundi intra limites, super quibus non est dubium, & præscribitur ordinario tempore.
- 34 Prohibito uno, reliquum concessum esse videtur. Et limitibus veris, seu veræ limitationi, non est erronea, vel falsa demonstratio finium, nec aliquid adjicit.
- 35 Venditor fines prædij venditi demonstrare debet, & vicinos nominare, etiam si ipse venditor in alio prædio vicinus maneat.
- 36 Valor rei propter vicinum bonum, augetur, sicut & diminuitur propter malum vicinum.
- 37 Dominus fundi potest ex uno alteri addere, & ab altero auferre, & uni adjice-

re, ut vendat, vel commodius per se, vel per colonos colat.

Contentiones plurimæ oriuntur, cum vicinis agrorum dominis.

Testis de facto proprio maximam facit fidem, & venditor fundi, si non tenetur de evictione, nec aliquod sibi interesse resultare potest, testis est idoneus, & integer.

Evictionis actione, si venditor tenetur emptori, pro eo in eadem causa testis esse non potest, nec oportet, quod evictio sit pro tota re, vel parte, vel bonitate ejus, num. 42.

Finium Regundorum iudicium sequitur prædia ipsa, & ipsis magis, quam personæ adjudicatio fit.

C A P. IX.

V Erbum hoc, Usurpare, in l. si irruptione 8. ff. finium Regund. ibi: idque usurpandi, quam habeat significationem, & effectum cognosces, ex eo, quod usurpatio

aliquando in bonam partem, aliquando in malam accipitur, l. in fiscalibus, & ibi glos. verbo usurpat, Cod. de exact. trib. lib. 10. glos. etiam verbo usurpare, in l. quemadmodum, Cod. de agricol. & cens. lib.

lib. 11. Oratores autem utuntur verbo, *Usurpatione*, pro frequentu usu, id est, usucapione, quod idem admittunt Jurisconsulti in *l. injuriarum*, §. *fin. injur.* & in *l. si constante* 25. §. *quoties ad finem*, ff. *solut. matr.* ubi glos. verbo *usurpatur*, dicit tunc poni comparativè, & non electivè: cum aliquando ponatur pro interruptione præscriptionis, ut in *dict. l. 2.* & in *l. naturaliter* 5. ff. *de usucap.* & frequentibus per illud verbum significatur acquisitio mala rei alienæ, ex continuo usu, respectu interruptionis, ponitur comparativè, & non electivè: & in hoc sensu ad acquisitionem alienæ rei refertur in *dicta l. si irruptione*, ibi, *Usurpandi quibusdam loca*, in quibus jus non habent occasionem præstet, præses provincie alieno eos abstinere, &c. ff. *finium Regund.* & in *l. 4. Cod. eodem tit.* ibi, *Rem sibi alienam usurpare voluisse*, l. 1. in principio, *Cod. studijs lib. urb. Rom. lib. 11. Giurb. conf. 25. num. 19.*

3 Comperta nunc via præscriptionis, & ejus interruptionis, cujus materia infinita est, consequenterque principiora, & ad finita hujus tractatus præcurramus. Sciendum est ergo præscriptionem, quæ est contra naturalem æquitatem, quæ neminem cum alterius jactura locupletari debere, *l. nam hoc natura* 14. ff.

condit indeb. glos. verbo, vel injuria in l. 1. ff. de negot. gest. introductam esse propter maius bonum, resultans ex finitione litium in qua datur pietatis officium *l. fin. Cod. famil. ercisc. Gratian. 4 for. cap. 557. numer. 20. tom. 3.* ex quibus inter litigantes, peccata augeri solent, glos. 1. *ad finem in Clem. ne Romani de elect.* & insuper publicum bonum, *dict. l. 1. ff. usucap.* & maximè, quia in patientia, quam dominus rei habet, ut tempus, labatur, videtur involvi alienatio ipsius rei præscriptæ, *cap. 1. §. si autem, vers. ubi enim licet in authent. de temp. non solut. pecun. coll. 7. DD. in l. alienationis 28. ff. verb. sig. Cald. Pereir. de extinct. emphyteut. quest. 1. à principio, l. 1. l. furtum, ff. usucap. l. fin. ff. pro soc. & veram definitionem præscriptionis, & in quo differat à consuetudine, elegantè agit *Cald. Pereir. conf. 28. num. 38.**

6 Hæc deinde in immemorabilem longissimi, & longi temporis dividitur. De prima, quæ 100. annis perficitur, agit *Cynus in l. 2. q. 9. C. servit. & acq. & ibi Bald. col. opp. 6. Bald. de præscript. 2. part. 3. princip. quest. 6. num. 24. in principio, Curt. Iun. conf. 90. in fine; quem refert Aymon de antiq. temp. 4. part. §. absolutis num. 1. post alios, Reinos. observ. 65. numer.*

mer. 7. & 8. Barbof. in rubr. Cod. de præscript. à numer. 160. & iterum numero 322. & dicitur, quando initium memoriam excedit, nec in illis existit, non aliunde per scriptum, vel traditionem maiorum numer. 377. Emmanuel Themudo 1. part. decis. 76. numer. 7. 9. & 12. quia si de initio vitioso constat, dicendum est, memoriam in contrarium extare, nec allegari tunc potest immemorialis præscriptio; Anchar. conf. 82. num. 8. Xuar. allegat. 3. numer. 4. in fine, Cald. Percir. lib. 1. for. 7. quast. 13. numer. 110. facit Ordin. lib. 1. tit. 62. §. 51. in medio. Immemorialem tamen præscriptionem 100. annorum terminum non excedere dicas l. fin. Cod. sacros. Eccles. Joan. Garc. de nobil. glos. 12. numer. 77. & 78. confinit Pfalmus 80. ibi, Dies annorum nostrorum in ipsis 70. annis, 80. anni; id est potentis, Complexionis; ex Stephano Gratian. tom. 5. for. cap. 80. numer. 44. & amplius eorum labor, & dolor, cujus rei rationes eleganter percurrit idem Grac. glos. 14. in §. 1. per totum.

8 Et licet Cov. in reg. possessor. 2. part. §. 3. numer. 7. ad finem de reg. jur. in 6. non ita admittat, tamen ibi num. 6. consentit immemoriali maiorem esse, aliquando, & é contra: nec illa titulum requirit, sed ipsa possessio illius

loco habetur. Ordin. dicto §. si ante fin. & lib. 2. tit. 27. §. 1. ad finem, Cov. ubi supra numer. 2. Gabriel. Pereira decis. 52. numer. 6. in principio, & ibi dicit titulum non præsumi, sed induci; Barb. in dicta rubrica numer. 350. attamen si jus resistat huic præscriptioni, titulus requiritur, cap. si 9 diligenti de præscript. Cab. 2. parte decis. 41. numer. 2. Agyd. in cit. l. ex hoc jure cap. 3. numer. 28. ad finem, & infra statim repetis.

Insuper, si allegatio tituli iniusti adjiciatur, ita vitiosi, quod 10 malam fidem inducat, præscriptio cessabit etiam immemorialis, cap. qualiter 17. cap. clerici 8. cap. discernimus 2. de jud. cap. 1. de præscript. in 6. veluti si possessio quia sine possessione non currit, reg. sine possessione de reg. jur. in 6.

Secundo fit, quando lex ipsa 11 prohibeat, damnetque omnino præscriptionem etiam immemorialem; Ordin. lib. 1. tit. 78. §. 14. & lib. 2. tit. 45. §. 6. & §. fin. & tit. 28. & 53. §. 5. & lib. 4. tit. 43. §. 13. & habes supra cap. 2. numer. 25. Aliud exemplum est in communiione, seu divisione prohibita, quæ præscribi non debet, etiam ex possessione immemoriali. Bart. in l. 1. §. ad hæc. Cod. ann. except. Gratian. for. tom. 5. cap. 905. num. 14.

Tertio fit, quia, & in hac præscriptio- 12

criptione immemoriali bona fides requiritur de jure canonico, cui stamus *Ordinat. lib. 4. titul. 79. in principio, vers. porem, & titul. 3. §. 1. in ultimis verbis, Balb. in 2. parte 3. in principio, quest. 6. numer. 20. prosequitur Petr. Barbof. in rubr. numer. 50. pag. 16. Cod. præscript. 30. quæ quidem bona fides præsumitur, Cov. ubi sup. §. 8. numer. 2. Surd. conf. 73. numer. 5. & etiam purgata mala fide, ex Valasc. conf. 95. numer. 9. Gabr. Pereir. qui eum refert decis. 6. numer. 7. post principium, idem Barbof. in dicta rubr. numer. 52. & 53. & in l. omnes 4. numer. 52. pag. 206. nisi per titulum existentem penes possessorem, mala fides in contrarium deducatur ipsi præscriptioni resistens. *Ordinat. citata libr. 2. titul. 27. §. 3. ante finem, l. non est ferendus 12. ff. transact. Mascar. conclus. 1299. numer. 17. Cald. Pereir. in conf. pro monast. Ordin. Cisterf. idem Pereira de Castro decis. 24. numer. 10. Barbofa in dicta rubr. numero 341. ubi declarat, & Reinof. observ. 65. numer. 27. Et quod mala fides pluribus modis inferatur, ex denuntiatione scilicet ante acquisitionem, dummodò sit, cum illis documentis, quibus constet de veritate juris denuntiantis, l. si quis, ff. de posit. l. nomen, ff. qua res pign. Gabr. conf. 144. numer.**

1. & 10. libr. 1. Cald. libr. 1. for. quest. 21. numer. 12. cum seqq. Gratian. for. cap. 80. numero 30. tom. 1. rationes reddit Alphons. de Gusman de evict. quest. 3. num. 43. Ita distinguit idem Barbof. in eadem rubr. numer. 285. & infra iterum numer. 20. & licet ex fama scilicet in vicinia, ut per eundem Barbofam in l. Cum notissimi, §. illud numer. 96. Cod. præscript. 30. ex confessione ipsius possessoris extrajudicialiter, & ex emptione contra jura secundum Balb. in l. Celsus 3. part. numer. 20. ff. de usucap. Menoch. conf. 447. numer. 27. & 28. lib. 5. & conf. 595. numer. 2. ubi dicit possessorem in dolo versari præsumi, quando scit, vel facile scire potest, rem ad se non pertinere, ut in l. ult. Cod. und. vi. Et ad praxim reducendam hanc præscriptionem contra bona Ecclesiæ [quorum bonorum in differentia quadripartita mentionem facit] maioratus, pupillorum, dotium. & similiter recurrendum est ad allegatos ab eod. Pereira dict. decis. 52. numer. 8. & ad eundem Pet. Barbof. in dict. rub. num. 174.

Interrumpitur equidem hæc 14
immemorialis præscriptio, citatione tantum, id est, citatione mota, qua quis dubius redditur de jure suo, l. nemo, & ibi glos. verbo dubitet. C. acquir. possess. l.

cum

cum notissimi 7. & glos. verb. solam ante finem. C. præscript. 30. ann. Ordin. lib. 4. tit. 79. §. 1. & est ratio, quia cum titulus non requiratur, ut supra, & de jure civili bona fides necessaria non erat, l. 1. Cod. usucap. transf. per primum actum dubitandi fit dubius possessor Gab. conf. 144. numer. 16. lib. 1. aliis rationibus allatis à Barb. in l. 3. num. 257. C. præscript. 30. ann. Nam quod attinet ad hanc præscriptionem civilem sufficit interruptio civilis, uti hanc citationis vocat, l. mora litis 26. juncta glos. 1. ad medium. C. rei vend. Barbof. ubi prox. numer. 286. ad imaginem interruptionis naturalis, de qua in l. naturaliter, ff. usucap. intellecta, ut per eundem Barbof. in l. 3. numer. 284. C. præscript. 30. Covar. ubi supra §. 12. in principio, etiam addito quod post talem interruptionem poterit præscriptio inchoari, & compleri, l. fin. dict. tit. præscript. 30. annor. quia etiam dubius præscribit, id est, continuat præscriptionem, ex Gab. d. conf. 144. numer. 17. & dum non sit in vera mala fide. Cald. Pereir. for. conf. 43. num. 31. Pet. Barb. latissime in rubr. numer. 278. Barb. in l. naturaliter 2. col. vers. ex hoc, dum tamen à lite cessatum fuerit cum justa causa, ut glos. ibi declarat, prosequitur idem Pereira decis.

63. numer. 87. & 9. Mol. de primog. libr. 2. cap. 6. numer. 47. cum aliis per Thom. Vas alleg. 56. numer. 10. & plena manu idem Barbof. in dicta rub. ubi proxime.

Alia longissimi temporis præscriptio de qua in titulo Cod. præscript. 30. ann. procedit etiam sine titulo de jure communi, tenet Paul. in l. Celsus numer. 4. ff. usucap. & in l. si sit. §. 1. numer. 5. ff. leg. 1. afflicti. decis. 40. numer. 12. Gom. §. ex maleficiis numer. 25. Institut. de act. l. 2. juncta glosa verbo requiri. C. illo titulo Egidius in cap. 5. numer. 74. ad med. l. 2. Ordin. lib. 4. tit. 3. §. 1. vers. havendo a consa, & est recepta sententia; ut refert ex Barbof. in dict. rub. de præscript. numer. 135. cum seqq. prosequitur, quo pacto tituli sint præsumendi, & numer. 404. Quæ quidem præscriptio bonam fidem exigit, ut apparet ibi, maxime, quia dum Ordin. loquitur in fine de mala fide [quam definit Barbof. in dicta rub. num. 227. per l. si fur. §. 1. ff. usucap.] requirit, ut de ea constet expresse Bart. in l. ult. numer. 17. C. und. vi. Alexand. conf. 151. numer. 7. & 42. numer. 10. lib. 3. Barbof. in dict. l. Celsus 3. part. numer. 10. & exemplificat idem Barbof. numer. 349. & 355. Et quod bona fides præsumatur, resolvit Boer. decis. 42. numer. 35. & Gab. conf. 163.

num. 17. lib. 1. ex cursu tanti temporis bonam fidem præsumi, quod tamen fallit, si jus commune adversus præscribentem adfuerit, illique resisterit, veluti super rebus maioratus, & aliis alienari similiter prohibitis, *l. fin. §. sed quia C. comm. deleg. latif. simè, & distinctè scribentem, vide eundem Barbof. ex numer. 174. maximè numer. 203. 391. & in l. 1. numer. 122. ubi dicit ementem res maioratus scienter, pretium amittere, tunc non oportet titulum à principio adfuisse, cap. 1. de præscript. numer. 6. cap. si diligenti de for. comp. Cov. d. 2. part. §. 5. numer. 2. & lib. 1. ressol. cap. 17. numer. 6. cum titulo enim à principio habito purgatur mala fides, quæ ex resistentia juris super re ipsa operante; arg. l. Imperatores ff. de publ. Cab. 1. part. decis. 96. numer. 2. præsumebatur secundum Abbatem in cap. de quarta de præscript. numer. 29. & cap. pervenit numer. 3. de empt. & in d. cap. si diligenti numer. 35. Pereira d. 52. numer. 5. ad medium; & æquiparatur immemoriali, de qua supra; ex Mol. cit cap. 6. numer. 52. per textum in cap. cum persona, §. quod si tales de privileg. lib. 6. quem idem Per. interpretatur d. decis. 52. numer. 3. & ita, & cum eadem distinctione procedunt, *l. fin. C. hoc tit. fin. regund.**

l. 1. §. nemo, & §. fin. C. annal. excep.

Circa verò jus interruptio-¹⁹ nis, seu usurpationis, ut vocant *l. 2. & l. naturaliter, ff. usucap. repetita intelligas, quæ supra dicta sunt in præscriptione immemoriali, eo addito, quod si duo, pro indiviso agrum possideant, & loco unius habeantur; l. emptor. 4. ff. pro empt. interruptio uni reo facta, sufficiet, ad exemplum duorum reorum insolidum, de quo Bart. in l. ex duobus 18. numer. 22. ff. de duobus reis, & in l. 4. §. nunc, numer. 5. ff. lib. leg. l. 3. tit. 10. part. 5. & illo relato Maldonado in Sylva respons. conf. 19. numer. 19.*

Tertia præscriptionis species,²⁰ est longi temporis 10. vel 20. annorum, de qua agitur in titulo *Cod. præscript. longi temporis 10. vel 20. annorum. Ordinat. lib. 4. titul. 3. §. 1. in 1. part. quæ ultra bonam fidem, omnes præscriptiones moderatur, l. diutina Cod. præscript. l. nullo Cod. rei vend. l. Celsus 27. ff. usucap. Barbof. in l. 3. numer. 272. Cod. præscript. idcirco non sola citatione possessor dubius redditur, sed & litis contestatione, l. 2. C. præscript. long. temp. l. nemo Cod. acquir. possess. & est communis in l. naturaliter. §. ff. de usucap. quæ tantum de jure civili obtinent, cum eo attento,*

attento, supervenientia malæ fidei non interrumpat *l. iusto §. & si possessionis ff. usucap. secus de jure canonico supervenientia malæ fidei præscriptio interrumpitur; cap. fin. de præscript. non ut ex actu judiciali, sed ut ex ea prima tantum citatione inducatur scientia, Bald. in l. 2. col. 2. Cod. servit. & acq. Balb. 6. princip. q. 3. limit. 14. & vide Barbof. ubi proxime, numer. 262. in hac materia præscriptionis.*

- 21 Circa hanc ultimæ speciei resolutionem, se offert comprobanda conclusio; quod scilicet rei alienæ venditio valet, *l. si ita 25. l. rem alienam 28. ff. contrahent. empt. l. exempto 11. ff. act. empt. glos. 2. in l. 1. C. pro empt. quia ad ejus validitatem non requiritur, ut res sit vendentis, sed talis quæ vendi, & possideri possunt l. si in emptione 34. §. omnium de contrahent. empt. quod obtinet in damnum venditoris, non verò domini rei, qui potest eam ab emptore auferre pretio non oblato, dicta l. rem alienam in fine, l. mater tua, Cod. rei vendit, l. nemo, Cod. rebus alien. non alien. & ibi glosa verbo emptor. C. de evict. l. si fundum 17. Cod. eodem titul. sine spe pretium à venditore recuperandi, si alienam, & non venditoris scivit esse rem. Cald. libr. 2. for. quæst. 26. numer. 25. prosequitur etiam ma-*

teriam *Hercul. Marefc. lib. 2. re. solut. cap. 19. numer. 13. Barb. in l. 1. à numer. 126. C. de præscript. 30. vel 40. & numer. 133. ubi interpretatur Ordin. lib. 3. tit. 45. §. 5. quæ de hac re loquitur. Ea tamen re præscripta ab emptore bonæ fidei (ut infra statim dicitur) pretium, per actionem subsidiariam à venditore repetere potest, dicta l. mater tua, l. si in fine. Cod. reb. alien. non alien. docet Bart. in l. fin. ff. negot. gest. & in l. si cum servum numer. 3. ff. si cert. pet. quod, & ampliat *Egyd. citato cap. 8. numer. 76. licet ven-**

23
ditor habuisset causam præscribendi, & præscriptionem complevisset emptor ipse [scilicet ord. 10. vel 20. annorum] qua præscriptione intra 30. annos per actionem personalem, venditor repetere potest, præscribit enim emptor cum illo titulo emptionis, ordinario tempore 10. annorum, & 20. inter absentes, ut in l. fin. Cod. præscript. longi temporis, §. 1. Inst. de usucap. Ordin. dicta lib. 3. §. 1. & antiquus dominus removetur à rei vindicatione, dicta l. mater, juncta glos. verbo facti, & l. 2. Cod. reb. alien. non ex vi venditionis, & quia res vendita fuit, sed quia præscripta fuit, negligente ipso domino, cui imputatur, prosequitur *Egydius cap. 3. numer. 24. ad medium,*

dicta parte 1. & etiam fructus ipse emptor suos facit, §. si quis à non domino Inst. de rerum divis. quod si venditor fuerit malæ fidei, & causam præstiterit, & titulum ad præscribendum ad l. 1. ff. public. in rem act. non sufficiet ordinarium tempus, sed requiritur longissimum 30. annorum; authent. mala fidei, Cod. præscript. long. temp. aliter notarunt Doctores Fachin. lib. 1. contr. cap. 66. Gama decis. 85. & 254. numer. 2. & ibi additio Flores, qui declarat, quando possit præscribens ex sua persona præscriptionem inchoare, sine respectu ad venditorem, & materiam, prosequitur Barb. ad rubr. numer. 259. C. præscript. 30. vel 40. ann.

24 Item, si fundus vendatur, demonstratis finibus, quos ad libitum mutare potuit venditor, dum solus dominus fuisset, l. quod in rerum 24. §. si quis, ff. leg. 1. l. 1. & 2. Cod. finium regund. l. eos 12. ff. eodem, & emptor ultra eos possideat partem alienam, præscribet longo tempore, probatur in l. 2. §. cum stichum, vers. sed & si, ff. usucap. pro empt. juncta glosa, ubi non singula ad finem. Titulus enim ille de usucap. pro emptore, ut apparet ex l. 2. in principio, & passim procedit in possessoribus titulo munitis; & consequenter de longo tempore 10,

vel 20. ann. uti supra habes.

Dubium tamen sit maximum, 26 ex text. in l. emptor 4. ff. usucap. pro empt. ubi emptor proprii fundi partem in super alienam emit, ut fieri potest ex l. qui negotia 34. §. fin. ff. mandat. l. quedam 62. ff. acq. rerum dom. l. quod si uno 16. §. verum ad finem, ff. in diem add. & sciens alienam, sed incertam ratione loci, & quota non præscribit, aut verò divisam cognoscit alienam, & præscribit certas fundi partes, & ita partem alienam divisam, vel indivisam non præscribit emptor, & adversatur dict. §. sed & si fundus.

Item obstat textus in l. qui fundum 7. §. fundum, ff. pro emptor, ubi emptor, & possessor fundi pro emptore, aliquo diverso tempore, caput alio titulo possidere partem aliquam vicini agri, quam etiam præscribere vult, & requiritur integra præscriptio in eo, quod adjiciatur spatium alterius fundi principalis, usucapionis, quasi corporis separati, respectus sit habendus contra resolutum in cit. §. sed & si fundus.

25 Pro solutione advertendum est, 28 dupliciter evenire posset emptorem fundi possidere ampliores fines: vel scienter, vel ignoranter. Primus modus evenit, quando venditur ager limitatus à domino, finibus novis demonstra-

tis,

tis, & antiquis mutatis terminis, l. 1. Cod. finium Regundorum, & tamen proposita fide venditionis, sumpta occasione veterum terminorum emptor possidet ampliores, & non præscribit dicta l. 1. d. l. eos, ff. eodem tit. exornat, & rationem reddit Barbosa in rubr. numer. 242. Cod. præscript. 30. vel 40. annorum, & numer. 345. & in l. competit numer. 144. Secundo modo succedit, quando per ignorantiam non ad stante venditionis fide emptor possidet ampliores fines, quia sibi demonstrati fuerunt in ampliori forma, glos. 1. hoc titulo ante finem; quo casu, & fundum cum amplitudine finium per præscriptionem acquirit, dict. l. 2. §. cum stichum vers. sed & si fundus, alias §. sed & si fundus ff. pro emptor; patet ex textu in principio (per ignorantiam traditus est) quia in vers. sequenti, licet interveniat, dictio (sed & si) quæ ponit diversitatem facti, retinetur tamen identitas juris ex textu in §. penult. Inst. de capit. deminut. ut si sensus in casu superiori, fuit Dama pro sticho servo ignoranter traditus, & fuit responsum à Jure cons. usucapionem cessare in corpore verè non tradito: in inferiori vero casu, data ejus adversitate; quia verè traditus fuit fundus venditus, non solum fundum emptum, sed &

ampliolem terminationem interveniente, scilicet ignorantia, ut retineatur eadem juris identitas, & non adversarentur jura alia citata l. 1. & l. eos Cod. & ff. Finium Regundorum, emptor enim rei ³⁰ alienæ scienter malæ fidei possessor dicitur l. penult. Cod. de evict. Ordin. lib. 3. tit. 45. §. 5. Fachin. lib. 2. contr. cap. 39. & hodie attento jure canonico indubitabilius est, cum præscriptio non detur sine fide bona, & rei aliena ignorantia, ut supra, probatur ex ratione assumpta ex d. §. sed & si fundus [quoniam universitas possideatur] quasi significat totum fundum uno animo, & uno jure possessum, sicuti possessus fuit unus servus positus in 1. casu.

Sicque procedit textus in opposita l. emptor 4. loquitur enim in primo, & in fine de emptore non ignaro partis rei alienæ, & non præscribit: ampliando etiam, si ignorasset partem, quo casu præscribere deberet, ut in superiori §. sed & si fundus, nisi obstar ³¹et incertitudo loci, & quota rei, quæ possideri impedit, l. 3. §. incertam ff. acquir. possess. & consequenter nec præscribi, l. qui fundum 7. statim alleganda notatur per textum in cap. sine possessione de reg. jur. in 6. textus vero in l. qui fundum §. si fundum, facili indiget responsione, quia fundus, &

additamentum acquisita fuerunt, diversis titulis, & diversis temporibus, ut inibi dicitur, & quæ sunt diversa in facto, diversitatem juris confluunt; *l. interpositas Cod. transact. Ofasc. Cachar decis. 99. num. 34.*

- 32 Nec dicas, & his resolutis inferri finium Regundorum iudicium; & actionem præscribi longo tempore 10. ann. & non longissimo 30. ann. contra supra adducta. Responde enim differentiam esse in eo, quod in casu dicti §. *sed & si fundus*, præscriptio fuit supra terra intra limites putativos inclusa, non vero, ut non erigantur, seu reformentur fines per actionem Finium Regundorum, quæ illis 30. annis durat; assignata tamen parte præscripta præscribenti, ut declarat *glos. in d. l. 1. ad fin. ff. cod. tit.* Multum enim differt præscribi ea, quæ sunt intra confines, & non cohærent limitibus, & præscribi possunt, ut probat *textus, & glos. fin. in cap. quia indicante de præscript.* quia uno prohibito reliquum concessum esse videtur, *Felin. in d. cap. quia indicante numer. 4. Hieronym. de Monte cap. 66. numer. 20.* Adde etiam erroneam, vel falsam determinacionem finium non adjicere aliquid actui, seu veræ limitationi agrorum *in l. sed & si communis 18. ff. de*

contrahent. empt. nam ut plurimum fines fundi venditi nominare debent à venditore, l. quod sape 35. §. fin. & ibi glos. confinem, l. cum servo 63. vers. demonstrationes, ff. contrahent. empt. l. Tuius 50. ff. act. empt. & etiam venditor si vicinus maneat, debet se declarare, cum forsan poterit esse malus, sicut, & de aliis facere tenetur, si promittat dicto vers. determinatione, & ibi glos. pen. & ult. 36 pluris enim res valet propter bonum vicinum, uti de ducit *glos. margin. in dicta l. quod sape, §. fin. & è converso.*

Subveniuntur deinde plurimæ lites inter emptores agrorum, quos venditor limitavit, mutatis finibus antiquis, ut venderet partem, & residuam tenet dicta *l. 1. Cod. finium Regundorum*: quia dominus rei suæ potest, & dividere. & ex uno agro proprio terram 37 adjicere alteri prohibito voluntatis, *l. 4. l. quod in rerum 24. §. se quis, ff. leg. 1.* ita ut servitus ab eo imposita durat apud emptorem *in l. binas, ff. serv. urb. præd. Cancr. lib. 3. var. cap. 4. de serv. numer. 4. 5. & 6. & allegat Capit. decis. 187.* & etiam unum fundum in diversos separare agros ad uberiorem per se, vel per colonos commoditatem, *l. Caius 18. §. 1. ff. leg. 2.* vel dum cum aliis cohæredibus defuncto communi-

ter succedit, l. 2. *Cod. illo tit. l. in finalibus* 11. ff. *eodem tit. fin. Regundorum*. Aliquando inter semetipsos, & aliquando cum vicinis agrorum confinium dominis. *Ordin. lib. 5. titul. 67. in principio*, cum quibus per sæpe contentiones habentur, ut proxime, & in l. 2. §. *post deinde, & ibi glosa*
 39 *verbo à finitimis. ff. orig. jur.* & ideo in primo casu attenditur plurimum dictum venditionis, tanquam testis magis instructi, & deponentis super facto proprio; *arg. textus in l. 4. in fine Cod. de serv. fugit. glos. verbo dominis in dicta l. eos hoc eodem tit. & in l. omnibus verbo in re propria post principium, Cod. de testibus, l. quæro, §. fin. ff. adil. edict. Valasc. cons. 73. Thom. Vas alleg. 72. numer. 98. Barb. ad Ordin. lib. 3. titul. 55. concl. 1. limit. 26. Almeyda de jure numer. quin. alleg. 5. numer. 31. cum enim bina prædia divisa vendidisset; nec sibi aliud inibi reservasset, cujus causa interesse prætereundum posset; quo casu, nec suppleri ejus dictum debet, accedentibus etiam
 40 testibus integræ fidei, *cap. personas de testib. Roland. cons. 98. numer. 34. lib. 4. vel de evictione non teneretur venditor, ut existimat glos. 1. ad finem in l. nullus 10. ff. de testibus; Gusman de evict. quest. 37. numer. 4. dicendum est**

valde inter emptores probare ejus testimonium.

Quoties enim venditor de evi- 41
 ctione non tenetur, vel teneri non potest, testis est integer pro emptore; *Cabed. 1. part. arest. 90. à contrario sensu Trinta sinque lib. 2. var. titul. de testib. resol. 3. num. 1. Gusman. dicto loco*. Nam iudicium hoc finium Regundorum sequitur prædia ipsa, in quo magis rebus, quam personæ adjudicatio fit, l. *iudicium 9. juncta l. 4. §. si alter, ff. hoc tit. quod Latius supra, & consequenter inter ipsos emptores jus, & interesse non residet, venditore de evictione non obligato; quod si per determinatos fines à venditore ex fide venditionis in casu, dict. l. eos constaret, de qua parte vendita, & demonstrata, utique non diceretur ibi inter venditores, quæstionem esse, an fundi divisi, censerentur (quo ad dominium, inter illos) per antiquos terminos, quibus antea separabantur, an per novos ab eodem venditore, postea constitutos, in quibus terminis locum non habere, apparet evictio contra venditorem.*

Secundo modo si contendat 42
 emptor, cum vicini agri possessore, cum quo ante venditionem jam venditoris prædium confine erat, non debet in testem ipse venditor admitti; tanquam directe
 evi-

evictioni obnoxius, ut exempli citatæ l. omnibus, & l. nullus, & utrobique glos. adducta, non tantum pro tota re, sed pro parte illius, & etiam pro bonitate, evi-

ctio locum habet l. 1. ff. evict. & in his terminis intelligatur. Acurr. ind. l. omnibus, & ind. l. eos ad fin. citata glosa 1.

S U M M A R I U M.

- 1** **M**are etiam dividitur per gradus, & dicitur pertinētia, nec in eo datur iudicium finium Regundorum cum non adsint confinia, sicut in arida.
- 2** Mare pertinet in iurisdictione ad civitatem, vel oppidum, quibus adjecit, non tanquam territorium, sed districtus, & contractus, & delicta in illo commissa ad civitatem pertinent.
- 3** Armorum extractio, quæ in curia prohibetur, non intelligitur intra mare, & licet adjaceat, nec intra domum propriam.
- 4** Regna, Civitates, Episcopatus, & Provinciae limitantur per montium cacumina, per vias latissimas per flumina, & per alia signa notabilia.
- Territorium differt à diocesis, quia in illo exercetur iurisdictione in temporalibus, & in his quæ pertinent ad spiritualia.
- Territorium dicitur à terrendo, & constat pluribus agris devitis, & quibus universitas territorij fit.
- Episcopatum limites amoventes, & turbantes divino, & humano jure acerrimè puniuntur.
- Diocesum limites, si pateant 8 inprescriptibiles sunt.
- Terminos publicos à privatis dignosci, & separari debent, ne uni pro alteris reputentur, & deteriantur.
- Fines probantur per instrumenta inter alios confecta, dummodo non sit pleba.

- batuum, vel curiarum, & enunciative sufficiunt eorum verba.
- 11 Montes adjecti pro divisione Regnorum, vel Civitatum pertinent ex medio vertice ad regnum ad quod vergunt in jurisdictione.
- 12 Domus posita in consinio Regnorum habentur ad instar aliorum consinium.
- 13 Immunitate Regni gaudet delictum perpetrans in parte domus sitæ in uno Regno, si ad alteram partem in altero Regno ædificatam se conferat; & via, & flumen, dum Regna dividunt, sunt communia, quo pacto delinquentes ibi capiuntur, vel immunitate Regni gaudeant.
- 14 Communis locus inter duas civitates efficit, ut delictum in eo commissum à quodlibet iudice puniatur; quia territorium cuiuslibet offensum fuit, & idem, si dubitetur, in cuius loco commissum fuerit.
- Viarum usus est promiscuus; & quando per viam Regna, vel civitates dividuntur, in delicto commissio, præventioni locus est, vel à quolibet insolidum fit punitio.
- Piscatio in flumine fluente inter Regna late patet omnibus, & impunè, & per medium fluminis fit divisio respectu soli, sicut fit in aere supra cæmeterium.
- Captus in loco communi gaudet immunitate Regni; & quæ dicuntur de immunitate ecclesiarum; quo ad delinquentes in ea se recipientes eadem habent locum in fugientibus ad Regna.
- Territorium aliquando intra se bona habet publica, quo ad dominium, sed non quo ad usum, veluti in pascuis, alia bona publica, sed destinata, ut habitatores redditus inde percipiant.
- Concilij plura sunt bona, & quo pacto pertineant ad decuriones, vel habitata-

- tatores, verè an. 15.
- 20 *Pascua dividuntur inter vicinos per iugerum, & pecorum, & si deceptio eveniat, iudex causa cognita, restituet læso ablatum ut num. 20.*
- 21 *Inter infinitos, quasi rei communis possessores constituitur continentia rei, ut concessione portionum concilii fundi ad seminandum præferri debeant conductoribus, & colonis aliis.*
- 22 *Æstimatores, & divisores hereditatis bonorum inter cohæredes, debent finitimis possessoribus portiones adjudicare.*
- 23 *Continètia consideratur tam respectu personarum, quam rerum, & hæredi habitanti in loco, ubi pecunia hereditatis est, debent ad iudicari, sicut res alia finitima adjudicanda esset.*
- 24 *Divisio agrorum inter habitatores ad seminandum fit per instrumentum præsidis provinciæ, ne à decurionibus, quibus competit, equaliter dividere, inæqualitas committatur.*
- Pastus pertinent ad dominos terræ, nec in alieno prato, invito domino, quis pabulare potest, animalia sua, & adversus eum lex Aquilia agere potest.*
- 25 *Pratum fructus producit sine semine, & herba ad dominum pertinet, sicut & ex solo culto, dum semine vacat.*
- 26 *Decuriones non possunt disponere de pascuis privatim possessis, nec sine omnium consensu (nullo dempto), defendere possunt, vel vendere, etiam pro publica utilitate, poterunt tamen per viam regiminis, tempora, pecora, & numerum distribuere.*
- 27 *Vinearum folia, sine omnium consensu decuriones vendere nequeunt.*
- 28 *Pascua, ubi sunt communia, non possunt domini prædia sua circumdare parietibus, & in alienis depasci cum pecoribus suis.*
- 29 *Defensiones pastus, si fiant plurimæ, & ledatur utilitas*
- 30

litas publica demoliri debent, quia private utilitati, plurima præfertur.

31 *Pascua defensionibus licite fiunt, si publicus usus pascuorum non læditur, nec socii damnum sentiunt. Quod mihi prodest, & tibi non nocet, impediri non debet.*

32 *Socii si sint habitatores unius populi cum alteris statui non debet à dominis territorii super illis*

in damnum sociorum; & similis societas ibi potest ex pacto, vel inveterata consuetudine.

Pascua publica, quo ad usum, & quo ad dominium subjacent decurionum statutis, & debent depasci per æs, & liberam habitatores, & si convertantur in culturam, debent Regem consulere, qui dividere per præsidem provinciæ jubebit.

C A P. X.

Non solum autem in terra, sed in mari fines reperiuntur, & termini assignantur; *Bald. in l. si testam. ad finem, C. de Instit. & subst. Capola de servit. rust. præd. titul. de mari cap. 26. numer. 24. Cab. 2. part. decis. 46. numer. 1. Avendan. de exec. 2. part. cap. 4. col. 6. vers. ex hoc noviss. prosequitur eleganti methodo P. Fr. Seraphin. de Freitas de just. imper. Lusitan. cap. 10. numer. 21. non tamen confines dices in aqua, quæ dividi non potest, sed pertinentias, quas declarat Hieronym. de Monte cap. 80. & 90. in fine; & modum divisionis in mari per gradus, & partes methama-*

ticas explicat eleganter ex aliis Aegypt. in l. ex hoc jure cap. 5. numer. 10. de just. & jur. & post eum Phab. 2. parte arest. 2. vers. & notabis, & Peregr. de jure fise. lib. 8. num. 20.

Unde fit, quod jurisdiclio terrarum ad mare, pro ut fuerit propinquum, extenditur, non tanquam territorium, sed districtus; *ex Felin. in capit. Rodolphus numer. 7. vers. declaratur de rescriptis, & illis subjacet, tam quo ad contractus, quam ad delicta, l. unica, Cod. de classibus libr. 11. & ibi Bart. & in l. Casar. ff. de public. Cald. Pereira cons. 23. numer. 7. Fachin. libr. 5. controver. cap. 68. ad finem,*
Fran-

Francus decis. 517. alios in id eleganter prosequens refert *Egydius ubi supra, capit. 3. numer. 34.* & post omnes idem *Freitas citatus cap. 10. numer. 3. & seqq. Giurba conf. 50. numer. 29. & 30. & conf. 79. numer. 30.* quidquid non negaverit Senatus in dicta decisione casus relati à *Phabo arest. 29. in fine, vers. & notabis.* Sed quod extractio armorum, de qua in ³ *Ordinat. lib. 5. titul. 36. §. 1. in principio* non intelligitur intra mare, sicut, & intra domum propriam ex eodem *Phab. d. 2. part. arest. 128.* in utroque enim casu cessat intentio legis tumultus injuria evitare procurantis, quæ etiam ut pænalis excedere sensum non permittit ad locum in verbis non expressum, & limitibus, quæ idem *Giurb. dicto conf. 50. numer. 32.* ut scilicet leges, & statuta urgentia in terra propinquiori, debeant observari in mari adjacenti.

⁴ Regnorum verò, civitatum, episcopatum, & provinciarum limites communiter distinguntur montium verticibus, fluminibus, vijs latissimis, & aliis rebus notabilibus. ex *Joanne Andreas in cap. cum jam de probat. Abbas in cap. super eo de paroch. numer. 5. Hieronym. de Monte ubi supra cap. 17. Bursat. conf. 235. numer. 1. Surd. 5 conf. 429. numer. 18. lib. 4. paro-*

chiarum, seu diæcesum constitutio differt à territorio: illæ enim diæceses in genere sæminio dicuntur ubi habetur jurisdictio in spiritualibus, territorium verò ubi habetur jurisdictio in temporalibus, *glos. verbo diæceses in §. non autem, aliter in authent. quo modo oporteat Episcopos coll. 1. 6* Territorium est universitas agrorum intra fines, seu limites cujusque civitatis, & spatium jurisdictione munitum, *Giurb. conf. 56. numer. 21. in fine,* & dicitur ab eo quod magistratus ejus loci intra eos fines terrendi, id est, somovendi jus habent, *l. pupillus 239. §. Penult. ff. verb. signif. & utrunque prosequitur ex aliis Cevalb. com. q. 897. à numer. 1. 7 usque ad numer. 8.* Sed in eo differunt, quia mutatio, & transpositio terminorum diæcesum divino, & humano jure punitur æcerrimè ex *Grego. Tholos. lib. 39. syntam. jur. cap. 13. numer. 1. & 6. & eo adducto declarat Farinac. 8 6. part. titul. de furt. quest. 268. p. 5. numer. 111.* Quod si pateant manifeste, nec mutari nec præscribi possunt, *cap. licet, cap. inter memoratos 16. quest. 3. & cap. super eo de paroch. Hieronym. de Monte ubi supra cap. 79. eo addito,* ⁹ quod fines publici à privatis detineri non debent, *l. legatum 5. vers. fines publicos, ff. de operibus publ.*

publ. cum aliis per glos. ibi verbo non oporteat, immo eos à privatis, præfides provinciæ separare debent, & separatos conservare; debent enim publici fines magnitudine, eminentiori forma, & signis aliis à privatis recognosci, ne publicos pro privatis reputari, vel è contra, ut evenire dicit Hieronym. de Monte capit. 18. numer. 7.

10 Differunt etiam, quia plebatuum, seu curiarum fines non probantur per instrumenta inter alios confecta, arg. textus in l. cum aliquis 21. ibi: *Nulla ex hoc privilegio generando. C. de jure delib. & ibi glos. lit. B. quæ etiam allegat. l. prædiis 89. §. Titio, ff. legat. 3. glos. ibi verbo emptionis, l. mancipia 28. ff. ad Valean. & aliorum particularium fundorum probantur confines per instrumenta enuntiativè confecta inter alios, dummodò antiqua sint, docet Bald. in dicta l. cum aliquis, & ibi Jason. numer. 4. Valasc. de jure emphyteut. quest. 9. numer. 22. & 23. Hieronym. de Monte cap. 6. numer. 3. de quo latius infra cap. 3. numer. 30. & 32. quibus consideratis, ut apparet in forma scripti commissionis in principio transcripti, solet objici, & adjicitur clausula, ut judex videat propria bonorum instrumenta, & quæcunque alia etiam vicinorum,*

si necessarium judici videatur.

Pertinent tamen montes, & 11
viæ pro finibus assignatæ inter regna, vel civitates, ut montium medietas, cursus, Regnum, ad quod vergit, sit de ejusdem jurisdictione, ita ut domus adificentur in confinio, censeantur adinstar confinium Regnorum, vel Provinciarum divisæ, licet ab homine divisa actualiter domus non sit, per textum, per quem bonum vocant, in §. Insulam Inst. de rerum divis. similiter Capol. de servit. rust. præd. titul. de insula numer. 7. aliis duabus opinionibus rejectis, videndus pro hac. Abb. in capit. super eo, numer. 5. de parroch. relatus per Hieronym. de Monte cap. 25. numer. 2. Ex quo infero, quo ad jurisdictionem, & immunitatem Regni verè perpendi locum debere, ubi commissum delictum fuit, & in quem reus se recipiat, ut sic, vel puniri, vel gaudere alterius immunitate debeat, pro ut in praxi receptum, & pluries contigisse auctori juxta oppidum de Chaves in provincia transmontana de vico ibi nuncudato *Os misticos*, inter hoc Regnum Lusitanæ, & Galleciæ sito.

Sic similiter dicetur de flumine defluente inter Regna, quorum jurisdictione per medium alveum 12

veum fluere solitum dividi dicitur, ut pars etiam quæ ad regnum vergentis de illius districtu dicatur. *Franciscus Marcus decis.* 271. part. 1. & facinurique supra caput. 4. numero 9. Sed & obstat, quod usus viæ est promiscuus, cum quælibet pars ad exercitium inutilis sit; arg. l. ejus effectus 191. ff. reg. jur. l. arbor. 19. §. de vestibulo, ff. com. divid. & sup. cap. 8. numer. 16. quæ & dicenda sunt de flumine, cujus etiam usus promiscuus apparet ex *Ordinat. libr. 5. titul. 88. §. 9.* ubi permittitur omni tempore, omni reti, & omni instrumento impune piscari posse; quasi flumen illud sit commune, inter regna, maneatque in eo jurisdictio promiscua, & communis, ut delinquens capi non possit in parte fluminis, vel viæ, quia non dicatur apprehensus in parte, jurisdictione Regni offensa, sicut dicitur de delinquente in confinio, & loco communi: ut vel sit propinquo locus præventioni; arg. l. 1. ff. offic. procons.

- 13 l. fin. C. de jurisdic. om. jud. cap. cum plures 8. de offic. de leg. in 6. Hieronym. de Monte d. cap. 25. numer. 8. cum aliis per *Barbos.* in l. si quis posteaquam a n. 104. ff. de judiciis, vel punitio competat, ut communis in solidum utrique regno ex læsione propria; *Ful. Clar. in §. fin. quest. 57. numer.*

13. *Barbos.* ubi sup. numer. 107. ubi certus loquitur, & etiam quando dubitatur de loco confini commisi delicti, quo casu, uterque iudex procedere valeat, *Bart. in l. jurisperic. 35. §. cum oriundus numer. 2. ff. excusat tutorum.*

Respondetur enim, in aqua dari mensuram, ut percipiatur utilitas, uti sup. cap. 4. numer. 14. si medium alvei, vel aquæ fluentis consideretur, sicut, & datur in aere respectu cæmiterii inferioris, arg. l. ult. §. si quis projectum, & in l. pen. ff. quod vi, aut clam, & in l. si opus §. si jussero, ff. eodem titul. declarat *Fr. Scraphin. de Freitas, supra numer. 61. cap. 10. numer. 25. Card. in praxi jud. verbo Ecclesia num. 77. Phib. 1. part. arest. 162. Correa Abb. Lusit. in relat. ad cap. inter alia de immun. Eccles. 2. par. numer. 13. pag. 68.* & sic videmus intra aquam edificata molendina deservire, & esse de destinatione illius Regni ad quod vergunt, à medio alvei, quæ tamen piscibus natantibus minime convenient, ut divisim sæpe dicatur respectu partis intellectualiter mensuratae fluminis, sed mixtim quodammodo, & ut æqualiter commoditas piscandi pateat habitatoribus hujus Regni, sicut, & sit alterius Regni incolis solutus est rigor, *Ordin. dicto*

dicto titul. 88. §. 6. cum citato, §. 9. explicat etiam Peregr. de jure fisco. lib. 8. tit. 9. num. 10.

Quod si velis adhuc flumen, viam, vel alium confinem, locum, vel limitem, communio- nem, & individuitatem retinere, non negabis in illo captum delinquentē in alieno Regno depre- hendi; arg. l. si quis putans, §. 1. ff. com. divid. l. heredes, §. finis, ff. famil. erciscund. Gom. 2. tom. var. cap. 3. numer. 14. Valasc. de part. cap. 19. numer. 19. & 20. ubi focius pro indiviso habitans domum communem, dicitur habitare propriam domum, & non alienam: sic etiam ratione indivisibilitatis apparet delinquentem deprehensum cum capite intra atrium, pedibus, cæterisque membris, ad extra non privari immunitate Ecclesiæ, l. cum di- versis 44. Clar. in §. fin. quest. 30. numer. 19. Gambacuri. de immunit. Eccles. libr. 4. cap. 3. ubi hoc admittunt immunitatis favore, quæ quidem Ecclesiis introducta non fuit de jure divino, sed positivo, ut cum Cov. lib. 2. var. cap. 20. numer. 2. Gambacurt. lib. 3. cap. 10. tenet idem Correa ubi sup. part. 1. numer. 15. latè disputat D. Emmanuel de Almeyda Castello branco preceptor meus in privatis scholis ad capit. minor. 17. quest. 4. art. 2. per totum, & consequen-

ter non differt ab immunitate, quam Regna, & Reges inter se observant de jure etiam civili, & positivo inceptam, quinimò jure naturali, & gentium conveniri hanc immunitatem, & obser- vari debere dicit Bald. in l. 1. nu- mer. 9. Cod. de sum. Trinit. Boss. in tract. crim. titul. de for. comp. nu- mer. 69. resolvit idem Cald. supra numer. 9. in medio; ac ita facilè dari extentionem de immunitate unius, & alterius loci eisdemque regulis mentiendam fore acci- pio.

Consequitur ad materiam l. de 15 modo 7. ff. finium Regundorum quam explicat Cujas. lib. 10. observ. cap. 2. & eo relato, Faber. in ratio- nalib. ibi tanquam huic capiti concernentem ostendere alium usurpandi modum inter cives, circa agros, vel pascua sui terri- torii; & sciendum est alia extare bona intra territorium civitatis, vel oppidi publica, quo ad do- minium, sed non, quo ad usum- fructum, veluti sunt pascua, de quibus infra dicitur: alia verò extare ad cultoriam destinata, ut ex illis universitas habitatorum redditus percipiat, l. sed Celsus 6. ff. contrahent. empt. 1. in tantum 6. vers. universitatis ff. rer. divis. Cab. 2. part. decis. 18. numer. 5. & 11. 16. Mantie. 4. tit. 8. numer. 15. de sacit. conv. in aliquibus partibus

vocantur, *Terras livres do consello, baldios, ou sesmos*, solentque decuriones per arbitros seu agrimensores inter cives pro modo dividere, ut dicit *Juriscons. in dicta l. de modo*, id est, respectu juggerum, & pecorum, cuiusque arg. *l. imperatores 17. ff. de servit. rust. Thesour. decis. 71. & 72. Capic. decis. 152. & ibi additio Azeved. in l. 6. numer. 2. titul. 7. libr. 7. recopilat.*

- 17 Insuper, quia inter possessores finitimos, quasi rei communis una constituitur contentia rei, & debent iidem decuriones illam æqualitatem servare, ut quæ sunt finitimæ portiones, vicinis concedantur, probat *textus in l. quicumque 7. ad finem, Cod. omn. agr. descret. lib. 11. & ibi Lucas de Penna in fine, doctè resolvit Gratian. for. cap. 546. numer. 6. & 8. tom. 3.*
- 18 hic necessariò incumbit æstimatoribus dividendis inter cohæredes hæreditatem, seu bona communia adjudicandi finitimas fundorum portiones viciniù possessoribus, *Valasc. de part. cap. 22. numer. 18. & 19. Cald. de empt. cap. 9. à numer. 30. Thesour. decis. 64. Surd. cons. 2. numer. 20. habetur ad Ordinat. lib. 4. tit. 99.*
- 19 §. 5. quia contentia non solùm rerum, sed & personarum, respectu considerari debet, & ita pecunia hæreditatis relicte à filio

defuncto in quadam insula, in hoc regno inventa, ab arbitratoribus adjudicata est, matri in eodem regno commutanti, cui etiam ex eadem insula, alia bona expectanda erant pro sua parte.

Si inde terræ, vel pascuorum ²⁰ indivisione deceptio interveniat, percipiatque unus habitator, plusquam ei deberi conveniat, iudex, causa cognita, restituere videbit deceptis partem illam quam habere debent, vel quilibet habere deberet, *dicta l. de modo, & in glos. verbo si quis in l. 3. Cod. finium Regundorum glos. 8. in fine, & glos. 9. col. 1. l. 9. titul. 28. part. 3.* Praxi tamen observari audiui, apud provinciam Portalegrensis civitatis, rescripto principis ad id expedito, præsidem illius intervenire divisioni agrorum ad seminandum; *Azeved. in l. 1. numer. 6. lib. 7. tit. 7. recuperum infra allegandus.*

Pastus deinde in differentia ²¹ aliqua inveniuntur, vel percipiuntur ex agris particulariter dominis, *l. solum, §. meum, ff. rei vend. l. 1. 2. & 3. Cod. de pascuis public. & privat. lib. 11. & possunt aliis vendere, arg. l. pratium 31. ff. verb. sign. glos. verbo privata in dicta l. 1. ne liceat cuiquam, invito domino, cum pecoribus suis in eo depasci, l. fin. dicto titulo de pasc. pub. glos. in citata l. pra-*

pratum; & potest adversus eum, lege Aquilia agi. l. final. Cod. de leg. Aquilia. & arg. l. Quintus Mucius 39. ff. eodem titulo, conceditur quæ retentio animalis dum ignoratur dominus ad solvendum damnum, & non solum in prato cuius fructus sine semine falce secantur; dicta leg. pratum, & ibi glosa, sed & etiam in alia terra feminari solita, dum fructibus vacat, ut resolvit, Cov. pract. cap. 37. Cab. I. parte decisio. 151. numer. 4. ad finem. Quare decuriones, seu rectores civitatum, super eisdem disponere non valent, invitis pascuorum dominis agrorum certis limitibus terminorum, pro ut sunt, *Herdades encabeçadas*.

Alibi etiam, quia mixtim agri possessi sunt ab incolis, habentque certas regiones ad segetes percipiendas de tribus in tres, vel de quatuor in quatuor annos separatos, vel quia inter se societatem, quo ad pastus initam habent, possunt omnes simul frui cum suis pecoribus, & animalibus, ex eadem ratione, quia domini sunt terrarum, fructuum, & pastus sine eo, quod decuriones disponunt, præterquam in modo, tempore, & numero pecorum, pro ut omnibus utilius fuerit ad præceptum *Ordinar. libr. 5. titul. 87. §. 2. vers. porcum,*

Avendanb. de exeq. mand. libr. 1. capit. 14. numer. 20. Cov. pract. dicto cap. 37. numer. 1. & 20. Menoch. de arbitr. casu 245. numer. 12. Cab. I. decis. 74. numer. & decis. 151. numer. 8.

Quod si decuriones velint pro aliqua necessitate vendere pastus alicujus regionis, vel viniarum folia, non poterunt una tantum vicino contradicente ex *Capicio citata decis. 152. Franc. decis. 197. sequitur Cevalh. de cogn. per viam viol. cap. 12. numer. 53. & 54.*

Hinc inferri videbatur in similibus territoriis non posse privatos dominos suos agros terminare, dividere que ab aliis per parietis lapideos, vel materiam, vel alio modo, ut soli tantum percipiant pastus, & vendat aliis manentes insuper in communione aliorum, quo circa diversimodè, judicatum fuit apud oppidum *do Grato, Amieira, & Proença nova, Prioratus Crattensis*, ut ex actis, quos vidi, constat.

Sed hoc assumpto fundamento, quod si hæ defensiones fiant plurimæ, & impediunt reliquum usum, & societatem aliorum, quo casu utilitas publica, & plurimorum læditur ob privatam paucorum, & præfertur; *arg. cap. bone, & ibi glos. verbo eo enim, de postal. prælat. Cab. dicta decis. 74. numer. 5. ad finem, & decis. 151.*

mer. 7. Gratian. for. cap. 478. numer. 11. tom. 3. Phœb. 2. part. arest. 73. vers. & quem ad finem: quod enim est utilius præferri, & observari debet, *Ordinar. libr. 4. titul. 43. §. 10. idem Cab. p. 1. arest. 46.* & jubetur destrui, & ad communionem reduci; ac item, si usus viæ publicæ impediatur, *Platea in l. 1. Cod. de fund. Limitroph. lib. 11. Avendan. de exeq. cap. 19. numer. 39. lib. 1. refert, & sequitur Azev. ubi supra, in l. 2. num. 7.*

27 At verò si publicus usus non impediatur, nec deterior reddatur inter socios, & magna resultat utilitas ex melioratione conservari percipiuntur dicti pastus, defensiones, cum regulare sit, quod mihi prodest, & tibi non nocet impediri non debere, *l. 1. §. iidem aiunt in finalibus verbis, ff. aqua plu. arcen. ibi (Prodesse enim sibi unusquisque dum aliis non noceat non prohibetur)* cum pluribus.

28 Amplia etiam in favorem oppidi vicini, cujus habitatores socios habeant ex contractu, vel inveterata consuetudine, quorum damno, nec quicquam statui potest, quin non destruat, licet ratione commodioris usus proprii, ut de facto iudicatum vidimus favore dicti oppidi da *Amicira* contra oppidū do Cratto

anno 1610. actuario Dominico Velofo Ferreira, & contra oppidum de *Marvaõ*, favore oppidi Castello de Vide anno 1624. actuario Joanne Baptista de Chaves. Poterunt tamen domini territorii servientis sibi tantum retinere pascua, & arborum fructus, si sibi ex augmento populi, & diminutione fructuum, necessaria sint, ex eodem *Cov. lib. 1. cap. 17. numer. 11. Afflict. decis. 290. cum pluribus per Cancr. var. cap. 4. de servit. num. 53.*

Tertio modo, reperiuntur communia pascua, scilicet quo ad usum, ut in principio diximus, id est, *Nas terras dos Conselhos, baldios, ou defezas*, quas vocamus vulgò, *Comtadas*, subjacent enim in his dispositioni decurionum, & debent dividi, si non ad regiones, & loca distincta ad usum fruitionis, & numerum pecorum æqualiter, ut in citata *l. de domo, & in l. imperatores*, cum aliis supra adductis, maxime *Cancr. dicto cap. 4. n. 66.* quod si convertantur de pascuis in culturam, & ut divisio fiat in simul per præfidentem provinciæ, vel alium magistratum, debet præcedere Regis authoritas, ut per *Avendan. de exeq. mand. lib. 1. cap. 12. n. 29. vers. si tamen*, prosequitur *Azeved. in l. 1. numer. 6. lib. 7. titul. 7. nova recopil.*

SUMMARIUM.

- 1 **P**rorex habet jurisdictionem in provincia sibi commissa, & omnium magistratum in se cumulatam, & per se expedire potest.
- 2 Proreges suam, vel limitatam jurisdictionem aliis mandare possunt.
- 3 Proreges, & gubernatores jurisdictionem concessam à magistratu, inconsulto principe, auferre non debent.
- 4 Magistratus in causis arduis Regem, seu Proreges consulere debent, & ipsi de consilio prudentum, id est, Senatorum Palatii respondere tenentur.
- 5 Senatores palatii ad latus Regis sedere dicuntur, & adæquantur Senatui Romano, quibus etiam pro expeditione negotiorum Regni ampla concessa est potestas.
- 6 Proreges committere, & ordinare possunt; usque ad sex menses, dum confirmatio Principis accedit.
- 7 Proregum integrum tractatum edidit Joanes Petrus à Ponte, quem Joannes Baptista de Thoro optimè illustravit.
- 8 Præsides sine adjunctione provinciae, dicuntur pro consules, & largissimè cum adjunctione provinciae sunt Rectores, & largè, & numer. 12.
- 9 Provisores provinciarum, qui præsunt causis ultimarum voluntatum, & fideicommissorum etiam provinciae, rectores dicuntur.
- 10 Præsides Tribunalium non comprehenduntur appellatione præsidis longissimè, vel largè; & dicuntur præsecti, in quibus reverentia principis representatur, & ad eos etiam magistratus casus notabiles eventus referre tenentur.
- 11 Præsides provinciae strictissimi

- sine dicuntur omnes magistratus, vel iudices ordinarii imperium habentes.
- 12 Officium iudicis deservit actionibus, & accommodatur in locum deficientis actionis.
- 13 Jurisdictionis quatuor sunt gradus, merum, & mixtum imperium, modica coertio, & jurisdictionis.
- 14 Iudices, ordinarii sunt, vel delegati, & creantur à proregibus, præcedente nominatione Senatorum Palatii, quæ sic consultatione præmissa, & à Rege confirmantur.
- 15 Finium Regundorum iudices delegati, sine, consultatione creantur à palatii Senatoribus, sed rescriptum manu Regis signatur.
- 16 Iudices ordinarii suo nomine jurisdictionem habent, cum oppido, & territorio sibi assignato, & territorium dicitur à terrendo, seu à submovendo, & habent eam à lege, id est à principe, pro consue-
sule, populo, consuetudine vel universitate.
- Judex ordinarius dicitur, 17 cum datus sit ad universitatem causarum, etiam sine territorio.
- Jurisdictionis ordinaria, est 18 de jure gentium.
- Delegati iudices non suo 19 nomine, sed delegantis jurisdictionem exercent, & est de jure civili.
- Delegatus à principe similis est ordinario, delegatus dicitur pro finibus regundis creatus, & potest subdelegare.
- Delegatus subdelegare potest, & de jure civili totam causam, de jure canonico, partem, & partem sibi reservare.
- Subdelegatus iudex etiam 22 ab inferiori à principe examinationem testium alii committere potest. Mensurationem agri committere potest iudex fin. Regund. indubiè, & etiam mensuror, sed resolvitur num. 73.
- Citationem verbalem potest 23 delegatus facere ante, vel post

- post litem contestatam, per edicti interpretationem, dummodo copia rescripti inseratur. Commissionis rescriptum inseri debet in precatoriis ad citandum vel saltem partem, & clausulam sufficientem attestante notario apud se manere dictum rescriptum, aliàs citatus comparere non tenetur.
- 24 Ordinarius iudex habet intentionem fundatam, & non tenetur docere de iurisdictione.
- 25 Delegatus, nec cum cautione de rato super rescripto non ostenso, procedere debent.
- 26 Captura personarum iudicibus delegatis, non permittitur, nisi aliquis resistat, vel inobedienter alloquatur, quia capere potest, ut ordinario remittat.
- 27 Testem falso jurantem coram se delegatus punire non potest, sed vinculum, & cum custodia remittere ad ordinarium potest.
- Testes, & personas necessarias ad iudicium, exercitum opignorare potest delegatus, cum hac sit modica coertio.
- Delegatus suam sententiam exequi potest.
- Jurisdictionem à principe delegatum ordinarii iudices locorum defendere, & juvare tenentur.
- Requisitoria Regni extra nei, vel omnino iudicium incompetentium, non implentur, antequam parti copia fiat, & quid de Ecclesiasticis, remissivè.
- Recusare iudicium fin. Reg. gund. debet pars ante consensum, & ante litem cobatam, quia sine eo, quod lis pendeat, recusatio locum non habet.
- Lis dicitur pendere, eo ipso, quod rescriptum iudici percipitur, & acceptat, & statim recusare valet, licet ad alios effectus, secus dicendum sit.
- Cautio pro suspicionem iudicis fin. Reg. non requiritur. Jurisdictio enim delegata est odiosa, nisi ad

subdelegandū, quia tunc favorabilis, & similis ordinariæ jurisdictioni reputatur.

35 Suspicionis acta appositæ judici finium Regundorum propinquioris oppidi judici foraneo committuntur expensis recusantis, interimque procedit associatus à dicto iudice.

36 Rescriptum ad lites sub nomine dignitatis, vel nomine expresso iudicis expeditum; ad successorem transit, & iudicium finium Regundorum per delegatos fieri solet; quia causæ resident super bonis pluribus in locis sitis.

37 Rescripto dato ad finium Regundorum iudicium si concedatur iudici loci ordinario, de exceptionibus oppositis cognoscet ipse iudex ordinarius, tanquam ordinarius, in cæteris questionibus, tanquam delegatus, & quia dicitur ordinaria jurisdictione.

38 Compromittere se partes,

etiam subditæ iudicis ordinarii in eum tanquam arbitrum, possunt de jure Regni.

Per delegationem causæ sublata est facultas omni alii iudici, in ea se intromittendi.

Integra res per citationem non est, & jurisdictione perpetuari incipit.

Mors æquo pulsat pede omnes homines, & reges, delegati jurisdictione cessat morte delegantis, nisi in causis fidei, tam captis quam emerfis.

Prorogari potest jurisdictione iudicis ordinarii etiam à non subditis, sed habitantibus intra suum territorium: dum subsint eidem principi; ordinarii dicuntur iudices creati ad omnes causas, & personas sui oppidi, vel personarum, ut sunt ad causas civiles, criminales; rectores, vel provisores provinciarum pro causis residui, & recipiunt prorogationem in causis ejusdem speciei, licet differant

- ferant qualitate, & numero. 44.
- 43 Prorogata causa, est ejusdem speciei cum principali manente; ideo civilis iudex non recipit prorogationem criminalis, vel è converso.
- 44 Prorogatio continet commodum prorogantium, & etiam Reipublicæ, quia mediante ea, lites brevius terminantur.
- 45 Prorogatio causæ differentis specie non provenit ex vi extensionis, sed ratione novæ concessionis, & consensus.
- 46 Prorogationem impediunt metus, error, inhabilitas prorogantis, pænitentia ante litem contestatam, & absentiam partis, ut num. 56.
- 47 Prorogatio alia est revocabilis, alia irrevocabilis. Addere iudicem, quo pacto intelligatur, & numero. 47. nec sufficit simplex comparitio.
- 48 Litis contestatio insurgit, per responsionem rei, & per aliud factum omnino contestandi exhibitum. Re-conventio simultanei processus admitti non debet, postquam actor juraverit de calumnia.
- Interpretatur l. si convene- 49 rit 18. ff. de jurisd. omn. jud. Prorogari non potest jurisdictio laici à clerico, quia hujus causarum est incapax, & quid de prorogatione secularis in ecclesiasticum iudicem, remissivè.
- Pupillorum iudices non re- 50 cipiunt ab aliis prorogationem.
- Judicii comercij iudex non 51 recipit prorogationem in aliis causis, nec alius cognoscit de his, nisi specialiter alicui concedatur iudex, ad omnes causas proprias.
- Scholares possunt proroga- 52 re jurisdictionem alterius iudicis ordinarii loci universitatis; secus extra locum, & remittuntur ad suum conservatorem.
- Finium Regund. iudex de- 53 legatus est, nec recipit prorogationem, ad causas

fas alterius speciei.

54 *Delegatus formam commissionis ad ungem servare debet, & ultra concessa nulliter agit.*

55 *Finium seu terminorū quæstio, prius possessionem respicit, quæ tantum in rescriptis, & maximè à tribunali-ordinum militarium committitur; ideo judex delegatus de proprietate eorundem cognoscere non potest, nisi expresse à Rege committatur, n. 57.*

56 *Proprietatis quæstio dici non debet, principaliter à iudice, cui possessionis tantum quæstio commissa fuit, sed princeps aliquando rescribere solet ut insimul de proprietate agatur, ne diutius lites protrahantur.*

57 *Jurisdicctio concessa, ut exerceatur, commissa censetur decisio eorum, quæ commissa non sunt, & à parte opponuntur ad impediendum cursum commissæ quæstionis.*

58 *Finium Regund. judex de-*

legatus cognoscere valet, etiam alia parte renuente, seu absente, à qua prorogatio non proceditur de quæstione domini alicujus partis agri incidenter necessaria ad quæstionem principaliter commissam. Absens pro desistente habetur.

Prorogatio per compromissum à partibus fieri potest in iudicem delegatum pro finibus Regundorum creatum, tanquam magis instructum, & bene dicendum; dummodo tantum non resultet damnum Commendatariis in mora suis expensis officialibus solvendis.

Officium iudicis nobile, & mercenarium, quale sit, & cognito uno, & aliud cognosci necesse est.

Officium nobile iudicis aliquando est in iudice, & ab eo exercetur, sine partis postulatione, pro rebus in bonum publicum introductis inquisitionibus, & similibus. Aliquando est in parte una, & à

- & à iudice exercetur aliquando, & cum altera parte, & supponit obligationem, actionisque nomine continetur, & seqq.
- 62 Officium iudicis accommodatur in locum deficientis actionis, & largo modo obligationem supponit, & num. 62.
- 63 Restitutio minoris, etiam cessa, vel transmissa ad heredes exercetur per officium iudicis.
- 64 Renovatio emphyteustis officio iudicis coram iudice petitur, post finitas vitas prioris concessionis.
- 65 Officium iudicis petitur per viam iudicii extraordinarii, & mercenarium non consistit per se, nec exerceri potest, sed instituta alia actione principali per citationem partis, libellum, & contestationem.
- 66 Attentatorum revocatio, quando fit adpetitionem partis, citatio, libellus, & contestatio litis requiritur, secus quando iudex ex officio revocat attentata.
- Officium iudicis est, decidere 67 re omnia ea, quæ in iudicium incidunt, post intentatam actionem, quod idem est intentato nobili officio, quasi per viam actionis. Mercenarium iudicis officium non producit alium officium.
- Ex officio iudex interrogare 68 partes potest, tam ante, quam post litis contestationem, & tam quo ad ordinem processus, quam quo ad decisionem, dummodò sine juramento faciat.
- Finium Regundorum iudici 69 propriè convenit interrogationes fieri, immò ab eis preparatur, cum possessor præsumatur non ignorare suæ rei limites, & habet locum tam coram ordinario, quam coram delegato iudice.
- Oculorum inspectionis probatio, 70 & quæ fit per evidentiam inter alias principalior est, dummodò constet, tanquam iudici, & in iudicio finium Regundorum

- dorum necessaria est, & num. sequenti.
- 71 Probationes omnes arbitrariæ sunt iudici.
- 72 Æquum, & æquitas, quam significationem habeant in jure, & quæ sit ejus definitio.
- 73 Aspectu melius res percipitur, quam informatione, & relatione alterius.
- 74 Læsiones ultra dimidiam, remedio intentato convenit pro probatione iudicem ad rem accedere, & videre, quia probationes in hac causa communiter fiunt per affectionem.
- 75 Judices ordinarii, & occupati delegari non solent præ finibus Reg.
- 76 Acta faciunt rem notoriam, & iudex ex officio potest in illis à se visis, tanquam à iudice fundari, nisi pars termino assignato ab illis exclusa fuerit.
- 77 Tabellio duorum testium loco habetur, super illis, quæ videt tanquam officialis; & ita si fidem præstat in scriptis, de his, quæ vidit, tanquam privatus, & falsa reperitur, de falso non punietur.
- Fin. Reg. iudicium declaratorium est.
- Interdictum uti possidetis 79 locum habet, tantum in rebus immobilibus, vel pro tota, vel pro parte fundi.
- Interdictum uti possidetis, 80 legitimum possessorem tuetur, & oppugnat iniquum, seu violentum possessorem.
- Ecclesiasticæ personæ sunt 81 de foro seculari, quo ad contentiones evitandas, & vim propulsandam, & numer. 97. ubi redditur ratio.
- Delegato iudici pro finium 82 Regundorum etiam præmissorum, & subsequentium necessariorum ad jurisdictionis executionem cognitio concessa est, & in concessione jurisdictione maioris, minor concessa non censetur, cessatque arg. de maiori ad minus.
- Mensores necessarii sunt ad 84 decla-

- declarationem finium, vel
 iudicium sit super posses-
 sione tantum, vel etiam
 super proprietate, vel co-
 ram iudice ecclesiastico,
 coram seculari pendeat.*
- 85 *Fori allegatio cessat in exe-
 cutione sententiæ, contra
 orphanum minorem exe-
 cutio fieri potest ab alio
 iudice, etiam si non sit
 pupillorum.*
- 86 *Ecclesiastici, qui in Regno
 non habent superiorem,
 respondent coram seculari
 iudice pro causis pro-
 phanis, licet conservato-
 res habeant cum potestate
 ordinariorum.*
- 87 *Decimarum lites, quando
 agitur recuperandæ, vel
 retinendæ possessionis, per-
 tinent ad seculares iudi-
 ces, vel ecclesiasticos.*
- 88 *Mensurari, quando non pos-
 sunt fundi, & arua ob
 suam latitudinem descri-
 buntur per fines in cir-
 cuitum, vel de extrema
 ad extremum, & tradi-
 tur forma, etiam vulga-
 ri sermone, sufficiatque
 ad conservandum jus per-
 cipiendi decimas.*
- Decimarum causa, quando 89
 fundi terminantur, legi-
 timi contradictores sunt
 vicini, decimarum per-
 ceptores.*
- Lapides pro terminis in ter- 90
 ra affixi debent poni de
 parte acuta, ad partem
 acutam alterius; demon-
 strantes latitudinem, seu
 divisionem agrorum, &
 ad pedem debent poni alii
 parvi lapides, quos vo-
 cant rustici iudices, vel
 testes terminorum.*
- Termini publici, & pleba- 91
 tum debent eminentiores
 esse, quam agrorum, vel
 fundorum particularium.*
- Extrema cuius sunt, etiam 92
 & medium præsumitur
 intra fines posita, præsu-
 muntur esse domini ter-
 minorum.*
- Emphyteuta, licet clericus 93
 sit emphyteusis ad præce-
 ptoriam militarem perti-
 nentis, tenetur coram iu-
 dice à magistro magno, id
 est, Rege comparere, &
 titulos, & limites osten-
 dere, sine eo, quod ejus
 juris-*

- jurisdictionē evitare valeat.
- 94 Rex tanquam magister Ordinum militarium, ordinariam à summo Præsule jurisdictionem habet.
- 95 Judex secularis incapax est ecclesiasticæ jurisdictionis, ita ut clericus illius jurisdictionem prorogare nequeat, nec per viam incidentiæ.
- 96 Incompetens judex ratione incidentiæ fit competens, si aliàs capax est jurisdictionis prorogabilis.
- Bona qualitatem personæ 97 assumunt, & mutata persona mutantur bona.
- Dominium directum, licet 98 ecclesiasticum, potest seculare ejusdem rei dominium utile, apud laicum manere, & seculare est secularibus legibus dicendum. In emphyteusi ecclesiastica, quia utile ejus dominium est laicum, succedere potest filius naturalis.

C A P. XI.

Primò se offert agere de pro-regis potestate, de qua *Giurb. latè conf. 59. à principio*, & jurisdictione, quam post principem, & summum omnium magistratum ad l. 2. *junct. glos. ff. de adop. observat. Cald. libr. 2. for. conf. 8. numer. 33. ad fin. Didac. de Britto in consilio pro comite Salinas quest. 1. numer. 24. prope finem fol. 34.* Habetque in provincia sibi commissa maiorem, & omnium magistratum Regni in se commutatam, l. *si in aliquam 7. in fine ff. offic. pro consul. Giurb. dict. conf. 59. numer. 1.* tanquam enim pro-

consules, de quibus jus civile agit in illo titulo, *ff. pro consul. reputandi sunt nostri proreges, declaravit l. 8. Castella titul. 18. part. 4. Britto ubi supra, Phab. 2. part. arest. 133.* qui pro se leges allegat dicens proregem omnia per se expedire posse, sicut & Rex cujus vices gerit, l. 1. §. *his quibus, ff. legat. 3. l. 2. Cod. jur. ejus, qui vicem, Giurb. conf. 19. numer. 13. & 17. legibus tamen, constitutionibus, & capitulis Regni subjectus esse debet, ut ex latè doctis à Mastrilh. de magistr. lib. 5. cap. 6. n. 37. & 38. post principium.*

De

- 2 De jure quidem civili, pro-
 consules poterant suam jurisdic-
 tionem aliis mandare, vel non
 mandare, *l. solent 6. vers. sicut au-*
tem, ff. illo titulo proreges tamen
alicujus Regni, quod suis Regi-
bus, cum sit divisum, & per se
existens, gubernatur ex adductis
à Gab. Pereira decis. 2. numer. 1.
& 12. Gratian. cap. 9. numer. 16.
tom. 1. & 892. numer. 1. tom. 1.
& cap. 892. numer. 1. tom. 5. aliis
 jurisdictionem mandare excu-
 santur, quia Rex invictissimus
 eam mandatam, & distributam
 per Senatores, & magistratus
 inferiores habeat: idè, nec pro-
 rex ab aliquo magistratu jurisdic-
 tionem honestè adimere valet,
 inconsulto principe, *dicta l. so-*
 3 *lent ibi. Ita adimere mandatam ju-*
risdictionem in consulto principe.
Parlad. lib. 2. rer. quot. cap. 1. nu-
mer. 13. Giurb. conf. 19. num. 7.
 4 *& conf. 89. per tot.* Debent tamen
 magistratus, Regem, seu proregem
 consulere *ex Barbos. in l. eum*
qui temerè §. fin. in princip. ff. jud.
 & dubitationibus propositis ipse
 non per se, cum non sit jurispe-
 ritus de jure respondere tenetur,
dicta l. eum quem 79. §. 1. ff. de
jud. sed cum consilio sapientium,
glos. verbo respondere, in dicta l. so-
 5 *lent:* quales sunt aulici Senatores
 pro consilio regis creati, & qui
 ad latus sedere dicuntur, *l. jurif-*

peritus 33. ff. excusat. tut. l. jus Se-
natorum, Cod. de dignitat. libr. 11.
l. quisquis Cod. ad l. Jul. majest. l.
1. titul. 2. part. 7. & adæquantur
 senatui Romano, quibus etiam
 pro expeditione negotiorum at-
 tributa est certa, in quam, & am-
 pla jurisdictione *ex Ordinat. lib. 1.*
titul. 3. & titul. final. & passim
Gambacurt. dict. immunit. eccles.
libr. 6. cap. 44.

Adde proreges non excedere
 suam potestatem, committendo,
 & mandando sex menses, quous-
 que dominus confirmet; probat
textus in l. pro consules, 14. juncta
glos. 1. ibi, quæ sic explicat ver-
ba textus, Sex falsibus, ff. offic. pro-
 7 *cons. de potestate verò proregum*
 integrum tractatum scripsit, *Pe-*
damont. quem additionibus locu-
 pletavit *Baptista de Thoro, & Gi-*
urb. dict. conf. 59. ad eos recur-
 rendum erit, ne ab instituto di-
 vertamus, dum tamen non sit
 proregem rescribere non posse,
 ut infimul de proprietate, & pos-
 sessione agatur *Theaur. decis. 15.*
ante finem, Gramat. conf. 84. quos
 sequitur idem *Barbosa in l. si de vi*
numer. 170. ff. de jud. nec item
 statuere potest contra jus, & si
 possit secundum jus, & præter
 jus, ut videre poterit, *per Giurb.*
conf. 12. numer. 1.

Verbum, præses, tripliciter, 8
 id est, largissimè, large, & strictè
 repc-

reperitur in jure declaratum; glos. 1. in l. 1. ff. offic. presid. glos. etiam 1. in l. minor 19. ff. de minoribus largissime, & sine adjectione provincie, summitur pro proconsule; glos. 1. in l. 1. & in l. 3. C. si adversus rem jud. prosequitur Barbosa in l. cum, §. fin. numero 2. ff. de judic. large, quando pro declaratione additur provincie; significat prætores, quorum meminit textus in citat. l. 3. ibi, Apud prætorem, seu præsidem provincie; docet etiam glos. in addit. verbo adjecta in §. pratorium institut. de jure natural. gent. & hodie dicuntur, Corregedores, ou Onvidores das Comarcas, de quibus in Ordinam. lib. 1. titul. 58. & Bovad. lib. 1. polit. cap. 2. numer. 1. Item, E Provedores, qui de ultimis voluntatibus; & fideicommissis, cognoscunt, l. necessarium 2. vers. deinde, Cornel. Sylla post principium. ff. de orig. jur.

10 De aliis verò præsidibus tribunalium Regni non agitur hic, nec comprehenduntur appellatione aliqua præsidis largissime, vel large, quia dicuntur præfecti, in quibus reverentia principis repræsentatur, l. unica, & ibi glos. verbo reverentiam Cod. Offic. vicar. l. 1. ff. Offic. pres. præt. ad quos etiam præsidis provinciarum, de quibus statim infra referre casus insolentiores tenen-

tur, l. 2. Cod. Offic. rect. provinc. 11
Barbos. ubi supra dict. §. fin. Strictè demùm præses provincie, est nomen generale, & accipitur pro quolibet judice ordinario imperium habente, probat textus in l. si præses, vel judex 32. ff. de penitent. glos. verbo in presidium in l. 2. Cod. pedan. jud. citata l. 1. ff. Offic. presid. l. fin. Cod. com. divid. & l. si disceptator 5. ff. ubi pupil. educ. & sic accipiendus textus in l. 3. Cod. hoc titul. & in l. si irruptione ff. eodem titul. Finium Regundorum, & maxime, quia Jurisconsultus, postquam assumpsit nomen præsidis provincie statim in §. sequenti utitur verbo officio, quod mixti est imperii, ad dicta per Doctores in l. imperium ff. jurisdic. omn. jud. Cald. Percir. in 1. part. rubr. numer. 35. institut. de Offic. testam. Et deservit actioni 12
in judicio exercendæ, & refertur ad judices de causis ordinariis cognoscentes, l. 3. §. fin. & ibi glos. marg. ff. naut. caup. glos. fin. in l. heredes furiosi 54. ff. petit. hered. Quinimò datur in locum deficientis actionis, glos. 1. in l. nihil aliud 50. ff. obligat. & act. & iisdem viribus regulari dicit Barbosa. in l. 3. numer. 156. Cod. præscript. 30. vel 40. & persequeris infra numer. 26. licet enim debilius sit ipsa actione, & multò facilius admittatur Bald. in l. cum lex

*lex col. 3. vers. tertio dixi, ff. fide-
juss. cum aliis per eundem Cald.
conf. 22. numer. 12. idcirco ali-
quando invenitur facta mentio
præsidis provinciæ, aliquando
reſtoris provinciæ, quo quidem
nomine rectores civitatum, &
oppidorum demonstrantur, l. pe-
nult. in principio, Cod. offic. rect.
provinc. l. 2. Cod. decurion. libr.
10. Bovad. ubi supra dicto cap. 2.*

- 13 In duplici enim differentia re-
periuntur iudices, vel ordinarii,
vel delegati, quanvis jurisdictio-
nis gradus quatuor sint, merum
scilicet, & mixtum imperium,
modica correctio, & jurisdictio,
*glos. verbo mixtum in l. imperium
ff. jurisd. omn. jud. quam etiam dis-
finit. glos. verbo, potest in l. 1. & 3.
de jurisd. omn. jud. exornat. Fachin.
lib. 9. contr. cap. 94. 95. & 96.*
- 14 Ordinarii, & delegati creantur à
prorege, seu consule uti de jure
ei permittitur, l. observare, §. fin.
*ff. offic. pro consul. pro ordinariis,
præcedente nominatione Senato-
rum Palatii, ad Ordinat. lib. 1.
titul. fin. §. 6. in principio, tan-
quam consultatione ad illum re-
lata in forma citatæ, l. eum quem
97. §. 1. & l. solent ab ipso eli-
guntur, in quo magnus est favor,
& honor, ut per glos. litera C. in
l. 1. ff. ad l. Julia de Ambit. pro
delegatis verò, & in negotiis
ponderis, etiam præcedit eorum-*

dem sapientium consiliorum no-
minatio unius electi, cujus con-
firmatio, per mediam consulta-
tionem proconsulis à summo Re-
ge nostro expectatur, pro finibus
tamen Regundis sine consulta-
tione ab eisdem aulicis Senato-
ribus creatur iudex, *Ordinat. dict.
tit. ult. §. 41. dum tamen rescrip-
tum à domino rege signetur, ut
jurisdictio recta via dirivetur à
suo fonte, ut inquit Pereira de
Castro, & ad ejus curam iudicum
creatio spectat dicta l. 1. in prin-
cip. ff. ad l. Jul. de ambit. cap. ju-
dicibus 2. q. 6. Capic. decis. 130.
num. 26.*

Differunt etiam, quia ordina-
rii habent jurisditionem suo pro-
prio nomine competentem in ali-
quo oppido, & territorio, intra
quod jus habent terrendi, id est,
submovendi l. pupillus 239. §. pe-
nult. ff. de verb. sig. & ideo uni-
versitas causarum intra fines ter-
ritorii ad eos pertinet, addito,
quod hæc jurisdictio territorio
hæret, *dict. §. penult. Cald. conf.
28. numer. 28. Bald. in l. si quis ex
consensu numer. 9. in fine ff. de ju-
rid. om. jud. passive tamen non
vero active, quia tunc cohæret
personæ magistratus, ut cum Fas.
in l. 2. ff. jurisd. om. jud. & Ale-
xand. conf. 303. col. 2. lib. 5. ex-
plicat idem Cald. conf. 7. numer. 3.
lib. 2. for. Gratian. cap. 918. nu-*

mer. 57. tom. 5. sed non requiri territorium, sed sufficere ut ordinarius dicatur, *glos. 1. in fine in l. si uni. 36. ff. ne jus fiat ei, tenet Barb. in l. cum prator. 12. §. 1. numer. 46. de jud. quem sequitur, & ab aliis defendit Egd. in dict. 1. part. cap. 3. numer. 41. Gratian. cap. 91. & latius infra num. 41. quæ quidem jurisdictio ordinaria recipitur à lege, id est pro consule, ut in dict. l. cum prator in princip. ibi (lege sicut pro consul) à principe populo, consuetudine, vel universitate, *glos. & Doctores in l. & quia 6. ff. jurisd. om. jud. Phab. 1. part. decis. 80. Giurb. conf. 59. numer. 99. Castil. de Sotto maior late tom. 7. cap. 18. numer. 56.* Et hanc sit simpliciter, & ab se intellectam de jure esse gentium censet idem Paul. in ex hoc jure, ut refert, & sequitur idem Egd. numer. 5. differentiam tamen in nominibus magistratuum, speciebus, & normis regendi jure esse civili ex Soar. de leg. lib. 5. cap. 17. numer. 5. observavit idem Egd. num. 5. vers. quare.*

¹⁹ Delegati ex inde habent non ex se, sed nomine alieno id est delegantis, & quam exercent, delegata est jurisdictio, Bald. in l. more maiorum numer. 4. & 5. & ideo est de jure civili ut proxime, quantum vero attinet ad nostrum

propositum non oportet hic agere de aliis delegatis, quam à principe, pro ut est iudex pro finium determinatione creatus.

Primò, cùm sit delegatus à 20 principe, similis est ordinario, l. à iudice 5. Cod. de jud. *glos. verbo sua potestatis in l. si quis 3. ff. ne jus fiat ei, qui potest, & subdelegare glos. 2. & 5. in l. à iudice, glos. etiam fin. in authent. si quis, Cod. Episcop. & Cleric. dum tamen totam cau- 21 sam sibi commissam delegaverit, non verò reservare sibi sententiam, cætera delegare, pro ut de jure civili glos. 1. & glos. fin. in authent. ut defuncti, seu funera col. 5. Secus de jure canonico, quia potest principium, medium & finem, *glos. penult. in dicto §. fin.* sed quo ad principem nulla est dubitatio, cum possit suorum magistratuum jurisditionem declarare, vel ne in quibusdam causis jus dicant, l. 2. circa principium, ff. orig. jur. Bart. conf. 200. Paris. conf. 1. numer. 38. vol. 4. Pereg. de jur. fisc. titul. banniti restituti numer. 52. & de fideicommiss. art. 52. numer. 115. Et quo ad testi- 22 um examinationem, & similiter non est dubium, cum & delegato ab inferiore principis ad ipsum permittatur, *glos. fin. & ibi additio marg. in cit. §. fin. supra allegato,* unde examinationem testium, & mensurationem alicujus agri existentis*

stentis in territorio alicujus judicis ordinarii poterit ei committere noster delegatus, sicut, & ipse mensor committere alii potest, l. 1. §. fin. & ibi glos. verbo per alium ff. si mensor fals. mend. & divisione terminorum per substitutos dixi ad cap. 3. numer. 8. & alibi.

23 Secundo, & additur pro dictis supra cap. 8. numer. 5. delegatus potest citationem verbalem facere non solum lite contestata per edicti interpositionem gloss. verbo aliis, & ibi à Doctõribus marg. in §. omnem vero, authent. delinõgios coll. 8. glos. etiam in authent. qui semel verbo delegatis, C. quo mod. & quand. jud. sed ante litem contestatam, ut intelligit glos. verbo non potuit post principium in l. 2. ff. jurisd. om. jud. & in dicto §. enim verò in vers. & hanc ibi, sive per preces, & vers. si vero sibi, & adversario, præcipitur, ut in edicto inseratur rescripti copia, dum reum aliquem citare velit, quia partes coram se comparere compellit, & alia similia facit, sine quibus expedire negotium non valet, dict. l. 2. & l. cui jurisdictio, ff. jurisdict. om. jud. Borrel. conf. 85. numer. 6. cum aliis per Giurb. conf. 79. numer. 20. aliter nec requisitorie ejus implebuntur, nec citatus comparere tenebitur, l. unica, Cod. de super interd. &

libr. II. l. 1. Cod. mand. princip. Bart. in l. 2. numer. 26. ff. si quis in jus vocan. Guid. decis. 450. numer. 2. Barb. in l. si quis ex aliena numer. 8. ff. de jud. nec nuntio credetur ex parte judicis delegati sine literis, Bart. in Confist. ad reprimendum, ubi per nuntium numer. 8. Gusman. de evict. quest. 9. numer. 17.

Quibus cum non habeat terri-²⁴ torium, & sic intentionem fundatam, sicut ordinarius judex, dict. l. si quis ex aliena, debet suam intentionem fundare cum ostensione jurisdictionis in scriptis, cap. cum in jure ex causa de offic. delegat. Menoch. conf. 100. numer. 71. lib. 1. Cab. 1. p. decis. 49. numer. 101. Stephan. verò Gratian. for. cap. 551. numer. 24. tom. 3. opinatur bene sufficere inserere partem illam rescripti, super qua fundatur jurisdictionis circa actum assumptum, sine eo, quod totum rescriptum exaretur à notario, apud se illud habente, & in praxi receptum vidi, observavitque dum judex similiter delegatus, nec sine delegationis literis ostensi²⁵ procedere valet, etiam si partes consentiant, cap. super eo de appellat. Felin. in cap. caterum de rescript. Giurb. conf. 59. numer. 101. post principium, & conf. 89. numer. 19. & 20. Et licet cautionem offerat de rato: §. eos autem, &

ibi additio marg. in authent. coll. 9. Menoch. conf. 583. num. 4. lib. 6. rationes assignat eleganter Cald. Pereira lib. 1. for. quest. 21. num. 60. Giurb. dicto num. 20.

- 26 Capere tamen personam aliqujus, jura denegant delegatis, & tantum ordinariis permittunt, §. *si vero etiam quidam in authent. exhib. reis coll. 5. l. consentanem, ubi glos. verbo ad cogendum. Cod. quommod. & quand. jud. non negare tamen, si judici in obedienter, posse eum capere, & remittere judici ordinatio, in forma Ordinat lib. 5. titul. 48. post princip. & lib. 1. titul. 65. §. 38. in fine ibi qualquer do Povo, Joseph. de Sesse de inhibit. cap. 4. §. 1. numer. 23. & eodem modo delegatus testem coram se falsum jurantem punire non poterit, ad allegatos per Giurb. conf. 59. numer. 92. in medio, sed vincitum, & cum fida custodia remittere ad eundem judicem ordinarium, ut puniat eum, ex Joan. Andrea ad Speculat titul. de testibus. §. *opponitur vers. sed quid, Ancharr. conf. 174. cum aliis à Cevalb. de cognit. perviam violent. cap. 74. num. 16.**
- 28 At vero, si testes testimonium ferre negaverint, vel aliis eum quibus res sit peragenda, aliter negaverint, obtemperare, attenda maxime. *Ordin. dispositione lib. 3. titul. 55. §. 11. & ibi additio à*

Barb. ubi captura & oppignoratio permittitur, ad textum in §. sciendum autem vers. quibus & ibi glos. verbo coereantur instituit. de satisdat. tutor. notatur in l. si quando Cod. de testib. cog. dicendum cum glos. in dicta l. 2. ff. de jurisd. om. jud. posse delegatum hosce pignorare, ut cum effectu suam jurisdictionem à principe delegatam exerceat, cum hæc consistant in modica coercionem, quæ sibi concessa est, qui etiam sententiam à se latam exequi potest, glos. verbo à se in l. à Divo Pio, ff. de re judic. glos. etiam verbo jure suo in l. 3. ff. ne jus fiat ei, cum aliis per Giurb. conf. 39. numer. 29. & 79. numer. 29. l. alii enim delegati regulariter non exequuntur l. 2. de re judic. l. penult. §. ut possessio, ff. offic. ejus cui mand. capit. ex insinuatione de appellat. Pereira decis. 61. numer. 6. Giurb. ubi proximè conf. 39. num. 29.

Hunc spectare videtur clausula solita in his commissionibus, quod omnes judices, & præsides, seu Rectores provinciæ omne juvamen, & favorem his delegatis præstent, & sic Rex invictissimus præcipit, ultra quod de jure, sic tenentur, *Ordinat. libr. 2. titul. 45. §. 5. & libr. 3. titul. 1. §. 5. & lib. 5. tit. 119. numer. 4.* Solum requisitoria judicum alterius Regni, vel omninó notoriè incompeten-

petentium, adimplere non debent precari, saltem antequam partii copia fiat, & dicat de jure suo,

30 Phab. 2. parte arest. 29. Mend. à Castr. in praxi libr. 3. capit. 12. §. 4. numer. 12. part. 1. Hypolit. in l. qui eadem num. 25. ff. ad l. Cornel. de Sicar. Valasc. conf. 48. numer. 12. tom. 1. Et quid de sententiis judicum ecclesiasticorum, vide *Ordinat. libr. 2. titul. 8. §. 1. & titul. 1. §. 13.* resolvit *Seraph. de Olivar. decis. 637. n. 13.* *Bovad. in polit. libr. 2. cap. 17. numer. 80.* & melius novissimè *Felician. de Oliva 2. part. question. 24.* ubi latè disputat, & resolvit.

31 Si pars aliqua recusare voluerit judicem hunc delegatum, ante consensus præstationem, & antequam lis inchoetur; debet proponere; *l. apertissimi 14. C. de judic. Ordinat. libr. 3. titul. 21. in principio*, attamen si in rescripto, certa causa committatur, & con-

32 tra certam personam, statim, quod rescriptum porrigitur, & delegatus acceptat, dicitur causa pendere, etiam ante aliam citationem, ut recusari valeat, *Cagnol. in l. si quis maior numer. 84. vers. 7. Cod. transact. Gabr. conf. 1. numer. 8. vers. quinto amplia*, licet ad alios effectus, non dicatur pendere ante citationem, ex adductis à *Barbosa in l. si quis posteaquam numero 33. ff. de judic. idem*

Giurb. conf. 77. numero. 24. Nec cautio requiritur, de qua in *Ordinat. libr. 3. titul. 22. ad finem* 33
principii, quæ loquitur in ordinariis judicibus, & non extenditur ad legatos, quorum jurisdictio est odiosa, ut tradit *glosa penult. in Clement. 2. de offic. ord. glosa verb. sedis Apostolica in capit. statutum de rescript. lib. 6. Fas. in l. re conjuncti numero 253. ff. legat. 3. plures per Phab. 1. part. decis. 80. numer. 12.* *Marant. de ord. judic. sub titul. judicium ordinarium, vel delegatum numero. 38.* licet ad subdelegandum; ut favorabilis, & ordinaria considerari debeat, *Menoch. de arb. quest. 37. numer. 38. vers. accedit.* *Barbos. in l. cum pretor, §. 1. numer. 394. ff. de judic. rationes perquires à Valasc. allegat. 97. ex numer. 12. cum additis infra numer. 53. in princip.* Jubetur tamen in commissione, 34
 quod recusationis acta remittantur judici literato propinquioris oppidi, qui de ea cognoscat in forma sui regiminis, & quod interim judex recusatus associatus ab eodem giudice propinquiori procedat, usque ad decisionem suspicionis, & non ultra ex decreto Principis, sicut & de jure communi procedere poterant associati ordinarii, *Cab. 1. part. decis. 207. num. 3.* *Osasc. Cather. decis. 15. num. 2. & 3.* Salarium tamen

tamen iudici associanti solvet idem recusans, qui causam dedit ex adductis à *Jacob. Peres in l. 1. titul. 5. glos. verbo quaro quinto col. 565. libr. 3. vet. ord. Avil. in capit. pratorum, glos. justitia, alias partes capit. 1. num. 23. ad finem*, solet tamen Senatus circa cautionem deponendam, hac distinctione uti, quod si delegatus functus fuisset ultimo loco, magisterio præsidis, vel iudicis, cujus etiam fit mentio in rescripto commissionis, fuit depositum cautionis, ad illius officii functi respectum, si verò nullo magistratus honore decoratus esset, depositum cessat, in omni enim re ultimus status attendendus est, *l. illud Cod. collat. Parlad. rerum quotid. libr. 2. capit. 5. numero 19. nam deposito officio remanerent vestigia, & dignitas, Cald. conf. 20. num. 24.*

35 Maius in super est dubium; si delegata sit per novum rescriptum causa finium Regundorum iudici ipsi ordinario intra suum territorium, ut aliquando fit, licet raro, quia ex iustis, & necessariis causis delegari solet iurisdic-tio hæc ex adductis, à *Rebus. ad reg. const. Gal. tomo 1. in tractat. de evocat. in presat. numero 53. per textum in authent. qua in provincia, Cod. ubi de crim. agi, & iusta, ac legitima causa est, quando bona sita sunt in diversis lo-*

ciis, quorum causa iudicanda erant à diversis iudicibus, & ne eveniant diversæ sententiæ, solet supremus Princeps delegari unitantum, *Rebus. ubi supra, n. 71. Menoch. conf. 468. n. 40. & 41. lib. 5. & repetis infra n. 73.* Vacantibus magistratibus cõmittit solet, sit ne reputandus delegatus ex vi rescripti, an ordinarius, etiam in aliis rebus ultra cautionis depositum, & in primis scire debes rescriptum ad lites, etiam sub nomine dignitatis, & nomine iudicis expresso, concedatur adhuc ad successorem transire ejus executionem; *notatur in capit. quoniam Abbas de offic. delegat. Gratian. forens. capit. 541. numero 1. tom. 3. qua de re dicendum videbatur, propriam iurisdictionem ordinariam suscitari rescripto, & non delegatum committi ex eleganter dictis à Cavalcan. de brach. reg. 1. parte numero 261. Marta de claus. 1. parte claus. 227. numer. 1. Boer. decis. 151. numer. 5. & 6. vers. per Cancer. 3. parte resol. cap. 12. numer. 122. & locum habent in causis habitatorum extra territorium, de quibus Ordinat. lib. 1. tit. ult. §. 45.*

At verò in casu, de quo loqui-
mur, non tanquam ordinarius,
præterquam ad declarandam ve-
ritatem rescripti, de falso oppi-
gnati, *ad l. prescriptione 2. ibi*
glosa

glosa verbo debere, *Cod. si contra jus, vel utilitatem publicam*, de quo plura cumulat *Cald. cons. 26. numero 8.* sed tanquam delegatus, *l. & si prator 3. ff. offic. ejus, cui mand. arg. etiam textus in l. si pater 15. §. qui duos, ff. de adopt. judex procedet, & est ratio, quia hæc rescripta ad postulationem partis communiter conceduntur, quæ quidem licet de foro judicis ordinarii, possunt tamen in eum tanquam in arbitrum se compromittere, *Ordinat. libr. 3. titul. 6. §. 3.* quidquid aliud fuisset de jure communi, *Marc. Anton. de compromiss. quest. 2. numer. 41. Covalb. lib. 1. com. quest. 344. cum aliis per Lancel. Gallie cons. 110. num. 26. lib. 1.**

38 Insuper ex vi rescripti pro divisione prædiorum fit causa summaria, & citantur omnes vicini, liceat alias sine licentia citari non valeant, ut diximus supra, & statuitur salarium judici, & notario, ut infra, quæ omnia ex jurisdictione ordinaria fieri non poterant, *ad Ordinat. libr. 3. titul. 30. in principio, & lib. 1. titul. 65. §. 8. & lib. 3. titul. 8.* & poterat evenire quod plures partes ratione rescripti sine fori allegatione vocarentur ultra annum, quo possidere ceperunt *ad Ordinat. libr. 3. titul. 11. §. 5. & titul. 45. §. 10. ad finem* secundum opi-

nionem *Asonis*, de qua fit mentio in *glos. l. final. Cod. ubi in rem act.* quæ ultra annum admittit possessorem rei immobilis posse convenire coram giudice loci, ubi res sita, & item ut supra dixi. *Hæc actio finium Regundorum* non nascitur, nec intentatur, nisi postquam fines turbati, & obscurati sunt, quod non requiritur quando ad petitionem partis jubetur fieri descriptio, & determinatio bonorum, & ut in acta, & publica monumenta redigantur, ex quibus judex ordinarius, quando delegatur ad *finium Regundorum* judicium, non ex sua ordinaria, & delegata jurisdictione cognoscit, ut per eosdem *Cavalcan. supra, Boer. decisione 151. numero 5. & 6. Barbof. in l. 1. artic. 1. numero 135. ff. de judic. cum aliis per Menochium cons. 406. numero 5. libr. 5. ubi dicunt solum suscitatum reputari jurisdictionem ordinariam, quando commissio fit in forma communi; secus si aliquid addatur, vel diminuatur, ut ibi, & per *Giurb. cons. 39. num. 4. §. & 26.**

Nec defuncto, vel recedente giudice, successor in ordinaria jurisdictione assumet eandem causam *finium Regundorum*, tanquam ordinarius; *Barbosa in l. si longius in principio numero 32. & 36. ff. de judic. Phabus 1. parte arest. 163.*

verso. E tanto que in fine, & 2. part. decis. 168. numer. 18. vers. vide, facit capit. licet 30. de offic. deleg. Greg. in l. 2. titul. 22. p. 3. & in praxi Senatus Portuensis refert Barbof. ad Ordinat. lib. 3. titul. 21. §. 7. numer. 1. quia per delegationem, sublata est facultas omni alii judici, in ea causa se intromittendi, resolvit Hondend. conf. 28. numero 13. volumen. 2. Lepid. decis. 55. col. 1. Franc. Merlin. decis. 69. num. 2. part. 2.

39 Et sic novum rescriptum impetrari oportet, è converso verò, si delegatus non exequitur, nec per citationem, qua res esse integra definit, & jurisdictio perpetuari incipit, ex cap. gratum 20. & cap. fin. de offic. delegat; Cassih. libr. 2. var. cap. 29. numer. 4. usque ad 15. docet praeceptor meus Doctor Sebastianus da Guarda Fragofo Canonicus Doctoralis Vicensis. Senator Regius, & vespertina cathedra juris Canonici Conimbric. meretissimus professor ad rubr. de judic. in 6. in §. cui resolutioni mihi numer. 16. Et si princeps delegans moritur, quia mors æquo pulsat pede, quo ad ea, quæ sunt hujusmodi, cessat rescriptum, & ejus jurisdictio, glos. in l. & quia, ubi Bart. numer. 7. ff. jurisdict. omn. jud. & probat textus per locum ab speciali in cap. fin. §.

officium de offic. deleg. lib. 6. ubi favore fidei morte Summi Pont. qui commisit, delegata jurisdictio non expirat, nec ad cæpta, neque ad emerfa.

Accedit deinde, quod multum⁴¹ ad propositum nostrum conducit, ut infra videbitur examinari; an prorogari possit jurisdictio nostri judicis delegati pro finibus Regundis creati? Quod enim tangit judices ordinarios, non dubitatur, quorum plures sunt differentiarum, aut judices sunt ordinarii universaliter creati in quascunque causas, & personas unius civitatis, & territorii, ut sunt omnes magistratus foranei, & ordinarii, de quibus in Ordinat. lib. 1. titul. 65. & possunt prorogari etiam à non subditis, & extra territorium habitantibus, dummodo subsint eidem principi, l. fin. & ibi glos. ult. ff. jurisdict. omn. jud. quod & adhuc limitat, & prebat limitationem Agydius ubi infra numer. 21. & 22. Aut sunt ordinarii ad certum causarum genus, vel personarum limitati; l. 1. Cod. jurisdict. omn. jud. l. 1. ff. de jud. capit. significasti 18. de for. comp. veluti iudices civiles, criminales Rectores provinciarum, super causis testamentorum, & residui, & similes. Illi priores indistinctè prorogationem recipiunt: hi si causæ differant qualitate, & non specie,

specie, & pertineant ad simplicem jurisdictionem, recipiunt, ut docet Bart. in l. inter convenientes, ff. municipal. Alexand. conf. 68. numer. 18. lib. 2. cum aliis, per eundem Agydium 2. part. ex l. ex hoc jure cap. 13. claus. 5. numer. 4. & 6. licet in hoc Barb. in l. 1. art. 1. concl. 1. numer. 79. ff. de jud. deviare videatur.

- 42 Causa enim prorogata ejusdem est speciei cum principali manente; arg. textus in l. sed & si 5. ff. de precar. & loquens de giudice civili ad causas criminales, vel è converso, videndus est Acurt. in glos. ult. in fin. dict. l. 1. ff. de jud. & Bart. in l. 1. numer. 3. Cod. ubi de crim. ag. apporet; cum aliis per Gabr. Pereira decis. 29. numer. 2. post princip. Surd. conf. 56. numer. 47. quem allegat Giurb. conf. 59. 114. & 62. num. 15. Hujusmodi enim prorogatio non solum commodum continet prorogantium, sed & reipublicæ; quia omissis, quæ opponi solent iudicibus, & suæ jurisdictioni; arg. cap. super 27. §. verum de offic. de leg. cap. inter 20. vers. quavis de re judic. lites commodius, & brevius terminantur.

- 44 Quando quidem causæ differunt specie, prorogatio non provenit ex vi extensionis, sed novæ conventionis ratione, quod fieri nequit; ex l. privatorum, Cod. ju-

risdict. omn. jud. l. 1. ff. de jud. capit. super eo de appellat. Giurb. conf. 59. numer. 101. & 92. numer. 17. Cum enim limitata hæc sit jurisdictione ad causas certas, vel personas limitatum producit effectum, l. in agris 15. ff. acq. rer. dom. prosequitur Mart. de jurisdict. 4. part. cas. 184. num. 15. Agyd. ubi supra numer. 6. ad medium latius Gabriel Pereira decis. 29. numer. 2. & 3. ubi post Cab. 1. parte decis. 22. quem allegat, & in id sequitur, admittunt prorogationem in provitore residui, & pro causis fideicommissariis, ut ibi Barbof. in l. 1. art. 1. numer. 148. idem Giurb. conf. 92. num. 17.

Cum ideo prorogatio nitatur in partium consensu, l. 2. §. convenire ff. de judic. & a parte sciente, l. si per errorem, ff. de jurisdict. omn. jud. Giurb. dicto conf. 59. numer. 113. & conf. 77. numer. 25. & quod iudex verè sit ejus, & sciat se iudicem esse cum jurisdictione l. hac autem, §. 1. ff. ex quibus caus. in possess. cum aliis per eundem Giurb. dict. conf. 77. numer. 2. item etiam ex multis impeditur defectu ejusdem consensus, & scientiæ veluti metu, l. 2. & ibi glos. verbo nulla. ff. jurisdict. omn. judic. Giurb. ibidem supra numer. 26. & errore particulari; dict. l. si per errorem 15. ff. jurisdict. omn. jud. Duen. reg. 257. Giurb.

Giurb. *ibidem supra numer. 25.* error enim communis multum differt à particulari, quo ad hunc effectum, *l. Barbarius Philip. ff. offic. pret.* Item ex inhabilitate personæ, sicuti pupilli, vel minoris, *Bald. in l. 1. Cod. jurisdict. omn. jud. numero 6.* nisi illis expediat, *dicta l. non eo minus, Cod. procurat, Giurb. supra numer. 27.* Item penitentia ante litem contestatam, *Bald. ubi proxime numer. 4. Covar. in capit. quanvis pactum in principio, numer. 7.* post contestationem tamen firmam manere, dicit idem *Per dict. decis. 29. numer. 3. ante finem, Ordinat. lib. 3. titul. 42. §. 2. ibi, Nao porderà ja mais, &c. junctis Doctores à Barbof. ibi allegatis numer. 18.* & ita duplicem dari prorationem revocabilem, & non irrevocabilem, post alios ibi dicit *Pereira, quod & docuerat Accurt. in l. si convenerit 18. ff. jurisdiction. omn. jud. in glos. ibi, addiretur, per textum, quem allegat. in l. si cum dosem 23. §. eo autem, ff. solut. matr. ubi enim glos. repetit, verbo mutaverit, nec in tali sensu sumi debet, verbum illud, in dicta l. si convenerit ibi, addiretur, quam cum effectu, id est, postquam partes proponunt, & respondent coram iudice, tenet præceptor meus Doctor Sebastianus da Guarda Fragofo ubi supra §. In-*

tellige, *mibi numer. 9.* quo sensu, & modo litis contestatio insurgit, quæ verè citra eundem consensum non datur, *Barbosa in l. si debitori numer. 21. ff. de judic.* cum ex tunc merita causa tractari incipiant ad dicta per *Nicul. Intergriol. decis. 38. numero 14. & 15. parte 1.* Nec de alia litis contestatione solemnè loquitur, de qua *Pereira dicto numero 30. ante finem, intelligi debet dicta l. si convenerit, cum ibi concurrat duplicis consensus præstatio, una scilicet in illo pacto nudo, de quo ibi, convenerit, & altera in additione hoc est comparitione ante iudicem; verbum enim adire, de quo Jurisconsult. ibi utitur, non intelligitur effective in nuda comparitione, & voluntate, sola enim actu aliquo ulteriori, ut ex *textu in l. quem admodum 8. ff. acquir. possess. notat glosa verbo nuda voluntate in §. fin. instit. hzred. qual. & diff. in terminis probat. l. 1. in princip. C. ord. judic. si bene intelligatur, sed requirit ultra voluntatem significatam in comparitione, aliquem actum verborum, vel facti, ex quibus resultet litis contestatio, pro ut intellexit, ibidem glosa verbo, addiretur, cum qua est communis, & sequenda ex *Ordinat. lib. 3. titul. 64. §. 1. & testatur Barbof. in citat. l. 1. art. 3. numer. 63.* sed**

con-

contrariam, quam sequitur *ibi numer. 122. cum Agydio cum referente dicto capit. 13. claus. 5. numer. 3. vers. ex quo ad fin. ut scilicet in casu illius, l. si convenerit, sufficiat post nudum pactum sola comparitio partium*) rejicienda est, & itidem declarandum, quod idem *Pereira scribit citato numero 4. ad finem.* Huc conducit, quod si reus post libellum in judicio contra se oblatum actorem jurare faciat calumnia, litem contestari videtur, nec inde reconvenire poterit ad procedendum per simulaneum processum, de quo *Ordinat. lib. 3. titul. 33. in princip. & §. 1. Bart. in authent. & consequenter numer. 3. & ibi à Do. Floribus lit. B. Cod. de sent. & interl. Bald. in capit. cum venissent, numer. 13. de jud. vel melius in capit. 1. de mut. pet. Tiraq. de retr. glos. 5. §. 1. numer. 11. Barbas. in l. qui prior numer. 23. & 24. ff. jud. & est ratio, quia illud juramentum calumniæ post contestationem præstari debet, l. fin. in princip. Cod. de jure jurand. prop. calum. & inde objecta exceptione, qua etiam vera contestatio inducitur reus mox post litem contestatam reconvenire, *dict. Ord. in citato §. 1. cap. dispensia. §. reus de rescript. lib. 6. d. authent. & consequenter.**

Ex his enim infertur efficacius

opperari consensum, præcedente nudo pacto, partes ad judicem adeunt, quam dum per pactum stipulatione valatum promittunt coram judice certo respondere, dummodò postea adeant, uti probatur in dicta *l. si convenerit à contrario sensu juxta intellectum illi præstitum, & quæ Agyd. sup. dicto numer. 3. vers. ex quo inferitur, ad finem.*

Excipitur primò judicem laicum cognoscere non posse in causis clerici, quia repugnat juris prohibitis *capit. significasti, cap. si diligenti de for. comp. Ordinat. lib. 2. titul. 1. §. 14. Cald. de potest. elig. capit. 5. num. 9. Pereira decis. 29. numer. 6. & Ordinat. libr. 3. titul. 49. §. 2. & ibi, Se elle for capaz. de prorogação, rationes assignat Gusman. de evict. quest. 7. numer. 3. & Agyd. dict. cap. 13. claus. 5. numer. 13. vers. esse autem, & ibi numer. 16. de prohibita prorogatione in judicem ecclesiasticum per laicum, & sequenter, ubi vide eleganter Gabr. in decis. 32. numer. 6. cum adductis à Barb. ad Ordinat. dicto titul. 1. §. 14. & titul. 49. §. 2. numer. 22. & novissimè Felician. Oliva de foro eccles. part. 1. quest. 8. numer. 25. cum sequentibus.*

Ex hac regula excipiuntur judices, qui privativè cognoscunt de certis causis, vel personis, cum

cum prohibitione, quod nullus alius de illis cognoscat, & sunt iudices pupillorum; *Ordinat. lib. 1. titul. 87. §. 45. Pereira decis. 29. numer. 5. allegans l. testamenta, Cod. de testament. l. repetita, ubi Bald. num. 1. C. Episcop. & Cleric. Egid. ubi proximè numer. 5. & melius numer. 7. Item iudex commercii Indici, Ordinat. libr. 1. titul. 51. in princip. Barbof. in l. 1. art. 4. num. 51. ff. de iudic. Egid. dicto numer. vers. dicit cum aliis à Barbof. ad Ordinat. in dicto principio numer. 1. cujus contrarium tamen opinatus est, & minus bene Cabed. 1. part. quest. decis. 22. numer. 5. ad medium; quod etiam limitavit Senatus quando concessus fuit specialis iudex ad omnes causas alicujus impetrantis, ex Phab. 2. parte aref. 75. ubi allegat.*

51 Item conservator universitatis Conimbricæ in causis scholarum, dummodò sit extra locum scholarum; si enim causa alii iudici ipsiusmet civitatis fuerit commissa, bene poterit ex consensu proprio scholaris coram eo respondere, *authent. habita ad fin. Cod. ne filius pro parte; pro ut intelligit Egidius in dicta claus. 5. numer. 7. & 14. ubi respondet ad glos. verbo stare, in dicta l. si convenerit, cætera prosequere à Gabriel Pereira dicta decis. 29. & ab*

Egydio ubi supra, ne ab illis tota transcribamus, quæ non sunt pro hac materia nobis multum necessaria.

Delegatus verò pro finium Regnndorum, qui verè delegatus est, cum constituatur ad unam rem, & ad unam causarum speciem, l. 1. Cod. si à non com. jud. prorogationem non recipit ad causas alterius speciei, ad l. 1. & l. privatorum, Cod. jurisdict. omn. judic. l. 1. ff. de iudic. cum enim extra causas in sua jurisdictione contentas cognoscat, & quo ad eas nulla jurisdictione in eo reperitur, prorogari non potest, dictis proximè citatis legibus, & tenet *Egydus dicto numer. 7. ubi respondet ad l. 1. Cod. jurisdict. omn. judic. quam etiam pro se allegat, licet expendat Pereira dicta decis. 29. numer. 19. post princip. quæmobrem princeps (quia omnia jura prompta in serinio pectoris sui habet) adjici clausulam præcipit in commissionibus: Que faça medir, & demarcar aquellas cousas, em que não ouver duvida, & de que as partes forem contentes, & avendo, determinar o que for justiça, no que toca à dita demarcação, & tombo semente, ut & aliàs explicat Ordinat. libr. 1. titul. 16. §. 2. in medio ibi: Duvidas acerca das demarçacoens, & mediçoens. Et delegatus ad unguem tenetur servare*

vare formam mandati, nec ejus fines excedere potest, *capit. cum dilecta ad finem, de rescription. capit. & G. de offic. deleg. l. diligenter, ff. mandati, Giurb. conf. 59. numer. 14.* ita ut in excessu nulliter agit, *glos. fin. in l. Pradius 7. ff. recep. arb. glos. etiam in verbo potuit in l. prior 10. Cod. procurat. l. item eorum, §. sed si ita, ff. quod cuiusque universit. & l. fin. ff. const. pecun. Azeved. conf. 40. numer. 5. & 27. numer. 2. & 3. Giurb. conf. 32. numer. 29.*

Rursus, quando quæstio de finibus proponitur, quæ possessionem respicit, *l. si quis 3. Cod. finium Regundorum. §. retinenda, §. commodum, Institut. de interd. cum aliis jam dictis capit. 3. numer. 27. & 28.* in quo consistit exitus controversiæ possessionis, *l. exitus 3. Cod. acq. possession.* quæ tantum in commissione continetur, non potest iudex delegatus illo modo, & pro illa causa finium, & descriptione bonorum de alia re uti, nec de proprietate ipsorum finium cognoscere principaliter, & in forma ordinaria, quia limitatio, & descriptio bonorum fit, ut sciatur ad quem, & dominia pertinent, *Ordinat. libr. 2. titul. 33. §. 15. ibi, Dentro dos ditos lemites, & demarcaçãoens, sed nec incidenter, & ut diffiniatur ipsa quæstio terminorum, & men-*

surationis bonorum, probat *textus in l. 3. Cod. si à non comp. judic. in fortioribus terminis, & ibi Bald. numero 4. Menoch. remed. 3. retin. possess. numer. 544. & de arbitr. cas. 302. numer. 17. & judicavit Senatus contra delegatum iudicem partitionum inter certas personas, qui separatim cognovit de possessione inter D. Britis de Andrade, & Michael Rodrigues Insulæ Materiæ, scriba Francisco Pardo Ferreira, quod si Rex, ut magister, rescribat, iudex ab eisdem tribunali Ordinum militarium creatus minime de proprietate cognoscere poterit, insimul cum possessione, quia cum magister ut delegatus à summo Pontifice subsit eidem jus canonicum, servare tenetur, præcipitur prius de possessione separatim agi *cap. super de ord. cog. eleganter notavit Cabed. 1. parte decis. 61.* & item per easdem rationes, nec causas committere poterit appellatione, vel recusatione remota, *Gom. l. 40. tau. numer. 10. Bovad. pol. lib. 2. cap. 16. numer. 137.* solet tamen Princeps supremus, ut lites citius finiantur, rescribere, ut statim proprietatis quæstio cum possessione decidatur, *Cab. dicta decis. 61. numer. 4. Vas allegat. 68. numero 16. Phéb. nullo allegato 2. part. arest. 186. pag. 175.* potest enim, ut Rex jura con-*

concedere, & condita abrogare; *Ordinat. lib. 3. titul. 75. §. 1. juncta lib. 2. titul. 35. Giurb. conf. 79. numer. 7.*

- 55 Quoties enim commissa causa expediri non potest, maximè ex oppositione adversarii ad impediendum processum vel circa injustitiam causæ, sine eo quod pronuncietur super oppositione, cujus quæstio commissa non fuit; commissarius judex, & cognoscere, & pronuntiare potest super utraque *l. 1. C. ord. cognosc. & ibi glos. marg. l. fin. in ultim. verbis, Cod. ubi & apud quem condit, & ibi glos. ult. lit. N. glos. etiam in citat. l. 1. vers. nihil egit, C. si à non compet. jud. docet Bart. in citata l. 1. in principio alia jura allegat Pereira decis. 29. numer. 3. ad medium, & infra repetis numer. 80.*
- 56 Quare nihil dubium, quod noster de legatus necessariò debet cognoscere, etiam renuente partium aliqua, vel absente, quæ habetur pro dissentiente *l. rescriptum 11. de pact. l. si precedente 58. ff. mand. Valens. conf. 69. numer. 180. cum quibus cessat prorogatio induci posse ex eodem Pereira dicto numer. 3. in fine, l. si ita legatum 7. & ibi add. marg. ff. aur. & arg. de quæstione domini portionis prædii ratione finium, sub quæstione positi inter partes, vel ex præscriptione, seu*

alia acquisitione, ut termini reponantur, vel reformentur, ut sæpe dictum extat, immò id ipsum præcipit, *cit. l. 5. Cod. finium Regundorum arg. textus, in l. ad rem mobilem 56. & l. ad legatum 62. ff. de procurat. sic habet glosa 2. in l. 1. Cod. si à non comp. judice.*

Attamen, si partes convenient, coram illo, & inter se declaret, cui eorum sit ad judicandum prædium limitatum tanquam judicium bene instructo; *ut ex Abb. & Cab. 1. parte, decis. 225. ex testibus, scripturis, & monumentis exhibitis dicerem prorogationem utiliter factam, tanquam de re ad rem non differentem in specie ad textum in l. de qua re 74. §. 1. & ibi glos. lit. A. ff. de jud. cum aliis proximè allegatis ab Ezyd. in citat. claus. 5. post principium, quod ego admitterem, quando tempus non conteritur, nec fit mora in damnum expedientis suas pecunias, pro salario officialium, enim causa requirit cursum ordinarium, relinquendo est judicibus ordinariis civitatum, vel oppidorum ex præcepto dicta l. 3. C. si à non, compet. jud. & ideo aliquando conceditur secundum rescriptum, ut paret in copia illius in principio supra scripti.*

Quæ autem in hanc actionem veniant,

veniant, iudicis officio, & cur
Jurisconf. in l. si irruptione 8. ff. finium Regundorum referat ad iudicis officium pertinere mensores mitere, & ipsum oculis videre loca terminorum; non extrarem erit post supra dicta successivè cognoscere. Officium iudicis, quod est triplex, ex doctrina *glos. in l. 4. verbo exceptione, Cod. deposit.* dividitur in nobile, & mercenarium; de mercenario agitur *in l. qui per collusionem 51. §. 1. ff. act. empt. dicta l. 4. ut eo cognito, cognoscetur & nobile,*
 59 *arg. text. in l. 1. & ibi glos. 2. ff. hi, qui sunt sui.* Nobile quidem est, aliquando in iudice, à quo exercetur sine partis petitione, veluti inquisitionibus, quas officio instituire tenetur, & alia similia ob bonum publicum introducta, notatur *in l. 4. §. hoc autem, ff. damn. insect. Ordinat. lib. 1. titul. 87. §. 22.* aliquando enim in parte, & ab ea, exercetur cum iudice tantum *ut l. quintus 7. in fine, ff. ann. legat.* Aliquando eum altera parte exercetur coram iudice ipso, petendo aliquid fieri, omni tamen alia actione, à jure communi deficiente, *glos. verbo incerti ad finem, in l. & ideo 12. §. fin. ff. condit. furt. glos. 1. in l. nihil. 50. ff. obligat. act. exempla sunt, minoris restitutio, quæ per officiū ipsum*

exerceri debet; *glos. fin. in dicta l. 4. Cod. deposit. & etiam cessat, & ad hæres transmissa, l. quod si minor 25. & ibi glos. verbo procuratorem, ff. de minor. Item, &*
 62 *quando petitur renovatio emphyteusis post finitas personas, sine tamen pecunia, vel alia re pro introitu, ad Ordinat. libr. 4. titul. 41. Vas allegat. 28. numer. 43. & cum inspectione rerum, & pro quibus concessa fuit etiam meliorationibus non factis, de quo est doctrina Bart. in l. 1. §. permittitur, ff. aqua quot. & est cum optimè adductis à Cab. 1. part. decis. 155. numer. 3. vers. at hic, & numer. 4. quam exornat Gabriel Pereira decis. 31. num. 4. & 128. numer. 2. Phab. 2. part. decis. 161. numer. 34. optimè Barbof. in repet. l. 2. numer. 401. Cod. præscript. 30. vel 40. & videndus est Marescot. lib. 1. resol. cap. 3. per totum; & etiam similiter in aliis casibus similem rationem habentibus, ac tunc sæpe nomine actionis officium iudicis continetur; *arg. textus in l. obligationes 26. ff. de obligat. & act. & largo modo obligationem præsupponit, glos. verbo nullo jure in addit. §. omnium instit. de action. Tiraq. de retr. lib. 1. §. 35. glos. 4. numer. 5. Menoch. recup. remed. ult. numer. 8. & conf. 601. numer. 18. lib. 6.**

Ordo iudicii, per quem im- 58
 plora-

ploratur iudicis officium ex causa ordinarium iudicium dicitur; *glaf. verbo extraordinaria in l. cum filius famil. 17. ff. si cert. pet. & ibi Fas. numer. 2. Barbosa. in l. si longius, §. filius famil. numer. 34. ff. de iudic. Eo addito, quo ad officium mercenarium attinet, non consistit per se solum, sed instituta principali actione l. in iudicio 23. & ibi glossa verbo prosequi, & in margine ff. except. rei iudic. dicta l. qui per collusionem. §. fin. ff. act. empt. & ideo non datur, nec procedit, vel actio sit bonæ fidei, vel stricti juris, nisi cum citatione partis, libello, & contestatione litis, tradit *Marant. 3. parte 6. principalis quest. 7. numer. 392. Rota in noviss. decisione 2. alias 14. incipit, fuit dubitatum, de restitut. spoliat, qui loquuntur in revocatione attentatorum ad partis petitionem; quando verò revocantur proprio iudis motu, non requiritur libellus, nec contestatio, glossa 1. in Clementin. 2. ut lite pendente, Ordinat. libr. 3. titul. 73. post principium, Phebus 2. parte arest. 58. vers. quod Arestum, Petrus Barbosa in l. si de vi numer. 207. ff. de iudic. Et generaliter, quando in aliis casibus per officium iudicis expediendis cursus ordinarius requiratur, vide eundem Barbosa in l. si prator §. Marcellus numer. 69. & 101. ff. eodem**

titulo, & glossa optimam in rubr. ff. de interrog. act.

Planè itatim iudici, atque iudex factus est, omnium rerum officium incumbit, quæcunque in iudicio versantur juxta textum in l. adiles 25. vers. ceterum ff. adilit. edicto. Ordinat. libro 2. titulo 66. §. 1. ubi plures Doctores refert Barbosa ad Ordinat. numer. 1. & locum habet, intentato nobili iudicis officio, quasi per viam actionis, quæ semper pinguis providet, quam iudicis officium, l. si mulier 3. ad finem ff. legat. 3. secus in officio mercenario, ex quo aliud mercenarium non producit, ut per glossam fin. & ibi additio marginalis in l. adiles 54. ff. petit. hered. declarat Gabr. Pereira citata decis. 31. numer. 4. quem vide.

Officium iudicis in alio etiam residet, vel ex proprio motu, vel ad postulationem partis, [ut supra distinctione diximus] ut possit videlicet iudex partes interrogare, tam quo ad ordinem processus, quam quo ad decisionem causæ, dummodo sine juramento faciat; ex Cabed. 1. parte arest. 36. Mend. à Castro in praxi Lusitan. 1. parte libr. 5. capit. 1. numer. 38. Gutier. de jurament. confirmat. 1. parte capit. 16. numer. 60. totus titulus ff. interrogat. act. Ordinat. lib. 3. titul.

67 *titul. 32. Quod & principalius obtinet in actione finium Regundorum, glos. verbo finiat in l. 3. Cod. hoc titulo finium Regundorum, ut melius ita præparetur, ac fundetur iudicium, & reus tenetur respondere, & confinia iudicare sui prædii, cum non præsumatur ignorare suæ rei limites, Guilhelm. in l. cogi C. petit. hered. Angel. in l. si interim ff. rei vend. quos etiam allegat Hieronymus de Monte capit. 43. numero 15. diximus supra capit. 3. numer. 1. & 2.*

Hoc tamen coram iudice delegato obtinet, ut tenet *glos. optima in l. 1. verb. interrogatoriis in fine, ff. interrogat. act. ex ratione textus in dict. l. 2. ff. jurisdict. omn. iudic. immò & post litem contestatam omnes effectus à jure memorati locum obtinebunt in hoc iudicio, & iudice, & supra dictum est cap. 6. num. 25.*

68 *Item, quia inter alias probationes, principaliter est, quæ fit per oculorum inspectionem, l. nautici Cod. de canon. frum. libr. 11. §. fin. institut. de gradib. optime docuit præceptor meus Doctor Petrus Ribeiro do Lago Canonicus Doctoralis Bracharensis in privatis scholis Conimbricensi. ad 2. part. rubr. de probat. in Clem. unica in principio 1. conclusio mihi numer. 109. seu rei evidentiam, l. lex, que tutores 22. ante finem vers. sed & si parens,*

*Cod. administrat. tut. & ibi glos. verbo testificatione, Mascard. de probat. conclusion. 718. numer. 1. Menoch. de arbit. cas. 503. numer. 1. & 526. numer. 5. Afflict. decis. 107. Cald. Pereira de empt. capit. 35. numer. 39. & per illam iudex debet iudicare, quando sibi tanquam iudici constat, glos. dict. verbo testificatione, & glos. verbo aspectu in l. 2. ff. de feriis fit necessarium, & si omnes probationes tanquã arbitrariæ committantur iudicis officio, l. 3. §. ideoque, vers. tu magis ff. de testibus, & loquendo in hoc iudicio dicunt Floriannus in l. si irruptione 8. ff. finium Regundorum Hieronymus de Monte cap. 102. numer. 1. quod iudex ad eam probationis speciem recurrat, ut dispositum est in dicta l. si irruptione. §. ad officium. Deducitur ex verbo dicta legis ibi, *aquum est*, quod importat tanquam substantivè positum æquitatem ipsam, quam diffinit Oldendero de jur. & equitat. titul. 3. tradit Gregor. Lopez Madeira in suis annivers. capit. 1. numer. 13. & 14. Menoch. conf. 563. numer. 5. libr. 6. & quam iudices servare tenentur, glos. in l. 1. ff. instit. act. ubi etiam Jurisconsultus utitur eadem frasi (*aquum est*) l. servum 33. §. *aquum*, ff. procurat. l. prætor. 4. in principio ff. de edend. Verum*

Anton. Faber. post *Madeira dicto* cap. 1. in *suis rationalibus ad l. 10. Pandect. in ciuita l. 5. §. 1. vers. æquum autem dicit verbum hoc* [æquum referri debere ad arbitrium iudicis, ut dum condemnare debes in hoc iudicio finium Regundorum aliquem restituere teneri, quæ indebite percepit, extendatur ad utilitatem rei, non verò ad fructus. Ergo si per rei evidentiam iudicare æquum est, & iudex ordinarius, vel delegatus, accedat ad rem, & aspiciat, & iudicet, secundum quæ viderit, melius multum res ostensione deprehendantur, quam elocutione, & renuntiatione alterius percipiuntur, arg. glos. verbo *quam* expressione in capit. Apostolica de don. l. ratum 13. in fin. ff. solut. Hieronym. de Monte cap. 30. à numer. 8. Bald. notabiliter loquens conf. 388. numer. 6. vol. 1. Ita etiam in causa læsionis ultra dimidium, de quo *Ordinat. lib. 4. titul. 13. & l. 2. C. rescind. in qua probationes communiter accidunt pro affectione ad eandem Ordinat. §. 2. notant Falasc. conf. 43. numer. 1. tom. 1. Pinel. in dict. l. 2. p. 3. cap. fin. numer. 17. & 18. Scarbar de rariot. cap. 17. à numer. 20. & 30. & adducti à Barbof. in remis. & oppugnat se, de-*

bet enim iudex personaliter rem ipsam videre, & ex officio informari, ut rectè iudicare possit; admonet Steph. Gratian. *discep. for. cap. 461. à princip. tom. 3. Matiens. in l. 1. glos. 2. numer. 19. titul. 11. lib. 5. recap.*

Judicem delegatum pro finibus Regundorum creatum, multum dubito, posse per alium videre, & informari, sicuti posse, & nos diximus *supra numer. 22. cum l. 1. in fine, & ibi glos. verb. per alium juncta l. 2. ff. si mens. fals. mod.* nam præfidi tantum provinciæ hoc competit, *lex. si irruptione, juncto §. 1. qui loquitur in iudice, & non præfide, observat eleganter ibi Anton. Faber. in ration. ad lib. 10. Pandectar. & attenta forma, & verbis scriptis, dico iudicem delegatum non posse subdelegare, & per alium videre, cum teneatur ejus formam ad unguem servare, nec per alium exhibebit sibi similem cap. ult. §. fin. de offic. deleg. l. à iudice C. de iudic. Menoch. conf. 416. numer. 10. lib. 5. & est ratio, ob quam committitur iudicibus ordinariis locorum, qui incubunt suæ jurisdictioni ordinariæ, & non possunt abesse sine damno; ut jam diximus *supra**

numer. 35. Eadem juris regula fulcitur *Ordin. lib. 3. titul. 69.*
 74 *in princip. vers. Porem*, quatenus permittit iudici, qui tanquam talis vidit aliqua acta, & à partibus processui non adjuncta, nec allegata, posse ex officio adjungi facere: ratio est, quia ex actis resultat notorium, *l. gesta C. re jud. Rota Gen. decis. 179. numer. 17.* quo iudex se fundari ex officio potest ad decisionem causæ, *Osasc. Cacherran. decis. 22. numer. 16. Stephan. Gratian. discept. for. capit. 545. numer. 35. tom. 3.* Quod tamen limitat eadem *Ordinat. ad fin. principii* nisi partes pro se allegassent acta illa, & ab illis in termino non oblatis exclusæ fuissent, exornant idem *Gratian. ubi sup. cap. 495. à numer. 21. cum seqq.*

75 Tabularius, qui duorum testium loco habetur ad *Ordinat. lib. 3. titul. 32. §. 1. in fine ibi.* *Naõ avendo senaõ hum, saça-as com elle*, & perante duas *testemunhas.* *Gloss. verbo tabulariis in §. si vero absunt in authent. de heredibus*, & *falcid. collat. 1. Grammat. decis. 60. numer. 10.* non facit fidem, nisi in illis, quæ tanquam officialis viderit, *arg. ejusdem Ordinat. & libr. 1. titul. 54. §. 4. Barbof. ad Ordinat. lib. 3. titul. 1. numer. 3.*

Curia Philip. 2. parte lib. 2. capit. 8. nume. 16. quare si testimonium exhibeant in scriptis de illis, quæ tanquam privati viderunt, & falsum reperiatur, non punientur de falso, *ut per Soccinum regula 492. incipit notarius, vers. secundo limita.*

Hoc finium Regundorum *ju 76* dicitur est declaratorium, prout post *Baldum in leg. 3. num. 3. Cod. finium Regundorum vocat. Hieronymus de Monte dicto capit. 28. namer. 2.* & probat *textus in l. si irruptione in fine ff. finium Regundorum ibi*, Declarari, & respicit etiam executionem interdicti, uti possidetis, de quo *in §. retinenda 77. institut. de interdictis*, quod locum habet in bonis immobilibus, dicto *§. retinenda institut. eodem tit. & utrobique Accurt. idem habetur in l. 1. in 1. responsio, ff. uti possidetis*, & *in §. hoc interdictum* ubi non solum competit pro toto fundo, sed pro qualibet certa parte fundi, etiam indivise possessa, ampliando non solum contra seculares, sed etiam contra Ecclesiam, & personas ecclesiasticas; *ut per Avend. de exequend. mand. lib. 1. capit. 19. numer. 39. Menoch. remed. 3. retinend. numer. 489. quos refert, & sequitur Azaved. in l. 3. numer. 25.*

iii. 7. lib. 7. nov. recop. & etiam competere, & habere locum in rebus mobilibus, habet. §. *sed ne dum talia, instituit. vi bonorum rap. cum aliis adductis, per Camil. Borrel. in summa de cision. titul. 49. numer. 135.*

78 Continet etiam, illud interdictum, summam æquitatem, cum tueatur legitimum possessorem, & è contra oppugnet iniquum, seu violentum possessorem, eleganter docet *Jurifconsult. Ulpianus, in dista l. 1. vers. denique ibi, Denique possidenti vim fieri vetat: & illud quidem interdictum oppugnat possessorem, cui bono, & subditorum quieti Princeps citra conservationem bonorum, de supra favere intendit, sicut & malo, ex contentione à communione procedenti mederi curat, ut confiderat Valasc. conf. 79. numer. 16. juncto numer. 2.* quam ob rem inter personas ecclesiasticas, seculares magistratus competentes sunt iudices, *Valasc. ubi proxime numer. 2. & Peregr. de fideicommiss. art. 46. numer. 63. Ordinat. lib. 2. titul. 1. §. 2. & 4. ibi, Per via de declaracão, & titul. 19. ubi vivæ hujus rei rationes redduntur, ad quod plures Doctores in utroque loco addit Barbof. in remiss. Molin. de just.*

tom. 1. disp. 147. numer. 12. tract. 2. de quo statim latius dices, & ideo in rescriptis commissionis exprimitur, *Que os juizes verão as propriedades, por onde partem, & se dividem, & naõ havendo duvida, as fação dividir, & demarcar, & avendoa, determinem justiça, & tocar à dita demarcação semente, prout habet Ordinat. lib. 1. titul. 16. §. 2. in medio.*

Nec commissa hac executio-80
ne Regendi fines, removeri debet præmissorum, vel subsequentium cognitio, *Ordinat. lib. 3. tit. 76. §. 3. Barbof. in l. si prator in principio numer. 7. ff. de Jud. Phob. arest. 10. & 71. part. 1. Et item cognoscit de exceptione rescripto objectis, & utrùm preces veritate nitantur, l. & si non cognitio, Cod. si contra jus, vel utilitatem publicam, capit. 2. & capit. super literis 20. de rescrip. meminere etiam oportet in concessione jurisdictionis, affirmative sumpta, cessare argumentũ de majori ad minus, ut ex regula, *Ordinat. lib. 1. tit. 65. §. 74. & 75.**

Rursus, licet privilegiati ipsi 81
confinium fundorum possessores litigassent, coram suis privatis iudicibus, super determinatione bonorum, & finium declaratione,

necessario ab ipsis expediendi erant mentores personaliter accessuri; ad terminos ipsos declarandos, vel agentur de possessione, l. 3. juncta glos. ibi, *Terminosque per mentores declarari, & ibi, Mentores mittere, & per eos dirimere ipsam finium questionem*, sine eo quod forum sui privilegii læderetur; sed nihil aliud importat jurisdictio commissa iudicibus ipsis, pro finibus Regundis creatis, ut sæpe dictum extat; ergo, & omnes coram his iudicibus finium declaratoribus, ac ut ita propriè dicam, mentoribus, cum per alios ipsi præsentés faciant, & in actis renuntient, cum parere debent sine fori allegandi exemptione. Nam & certum est in executione, in illis, quæ ad illam pertinent fori allegationem, & privilegium cessare, l. cum quadam 19. ff. jurisdiel. omn. judic. & decidit Cab. 1. part. decis. 210. per totam, iterumque iudicavit Senatus in causa cujusdam puberis orphani Petri de Britto anno 1612. qui voluit executionem sententiæ contra eum latæ in patria proprio iudici remittendam. Nec præjudicium aliquod paratur ex descriptione fundi, vel declaratione finium à nostro delegato facta in actis thomi, ut ju-

dicavit iudex generalis Ordinum, & confirmavit Senatus supremus Ordinum Militarium in causa militaris perceptoriæ oppidi do Maçaõ, pro finibus regundis anno 1604.

Ecclesiasticæ personæ hoc iudicium finium Regundorum evadere non possunt, si enim in regno superiorem non habent, nulli dubium est, ad *Ordinat. libr. 2. titul. 1. in principio ubi Barbos. & Mendes à Castr. part. 1. in sua praxi libr. 2. cap. 4. §. 1. numer. 12. & 13. & 2. part. lib. 2. cap. 4. §. 1. num. 8.* etiam si habeant conservatores cum potestate ordinarii, ex *Gab. Pereira decision. 118.* & ratio est, quia cum per illud iudicium agatur remedio retinendæ seu recuperandæ possessionis, de quo *Avendanh. Menoch. & Azcved. ubi supra numer. 77.* verbi gratia, in determinatione, & descriptione agrorum decimas reddentium; iudex secularis capax, & competens est, ut in specie tenuit *Guid. Papa quest. 2. col. 2. vers. sed de possessoria autem, Craveta cons. 104. num. 17. vers. non obstat, latè Menoch. remed. 1. recuper. numer. 235. & iterum cons. 268. numer. 7. & 8. libr. 3. prosequitur Stephan. Gratian. discep. for. cap. 238. numer. 3. & 6. tom. 2. Gutier.*

pract. lib. 1. capit. 14. ad finem, Barbof. in l. Titia numer. 27. ff. solut. matr. Thom. Vas. allegat. 75. numer. 12. Barbof. ad Ordinatum. lib. 2. titul. 1. §. 9. late
 85 *Gabr. Pereira decis. 91. numer. 43.* Nec aliud resultat ex declaratione finium prædiorum decimalium, quam conservatio juris possessoris, pro quo leviores probationes requiruntur *Alexand. conf. 103. numer. 3. lib. 7. Marefcot. lib. 1. var. resol. cap. 11. numer. 15. & 16.* Hæc enim descriptio fieri debet, quia semper sub se plurimas terras, & arva continet, quod mensurationem ob suam extensionem commodè non admittunt in hunc modum, & formam.

Inçipit descriptio, & finium declaratio agrorum talis loci, & quibus decimæ novalium de antiquo solvuntur tali Ecclesiæ, vel Parochiæ, quia sufficit Parochum habere suam intentionem fundatam in perceptione decimarum ex omnibus prædiis existentibus intra limites suæ parochiæ, *capit. cum in tua de decim. capit. fin. de paroch. capit. ad decimas de restitut. spoliat. lib. 6.* ita ut sufficiat ipsius juris communis existentia, ut possit expellere omnes alios asserentes se ibi decimas habere, quousque plenè contrarium pro-

bent; resolvit *Hercul. Marefcot. lib. 1. var. resol. capit. 11. numer. 11.* In tali loco loci, & in confinio prædii talis nominis, & à Paulo possessi; ex illo versus solis ortum per mediam divisionem prædiorum habitatorum talis vici, quæ remanent ad sinistrum latus usque ad talem locum dividuntur, campi, seu arva, & à dicto loco proximè relato jam vultu ad Septentrionem flexo, per extermitates fundorum Joannis, & Antonii talis oppidi, quæ ad latus sinistrum adjacent, dividuntur, hæc loca nostræ Ecclesiæ usque ad talem locum, & ex hoc vultu directo ad solis occasum, per talem viam, vel flumen usque ad ortum Petri inibi habitantis ad sinistram manum remanent dictæ terræ hujus Ecclesiæ distinctæ ab aliis in parte dextra pertinentibus ad talem Ecclesiam; & ita in nostra lingua Lusitana dicendū est.

Em tal lugar de tal parte no limite da herdade de Pedro morador em tal Aldea, aonde está tal finat, com o rosto ao Oriente por entre as terras dos moradores de tal lugar, que vão correndo pela mão esquerda, até tal lugar, se vão dividindo as terras desta Igreja; & porque communmente

mente se achão entre ellas caminhos, ribeiros, & outras divisões, marcos, ou paredes, se fação menção delles, e deste lugar proxime referido, inclinando com o rosto ao Norte pelas mesmas divisões dos fundos de João, e Paulo moradores em tal lugar, que se continuão ao lado esquerdo, se dividem estas terras da dita Igreja ate tal lugar, e deste voltendo o rosto contra Opoente por tal caminho, ou rio, que corre ao Sudueste, até o pumar de Andre ahi morador, se vão continuando à mão esquerda as ditas terras pertencentes à esta Igreja, ou Commenda; e desta dita orta com o rosto já ao Oriente, até o lugar onde esta discipção, e demarcação começou, ficando demarcadas, e divididas as terras desta Igreja, em guiso, e forma redonda, das quaes, e dos frutos dellas se pagão os dizimos à dita Igreja: e se se pagar outro direito mais, ou menos, se declare outro si.

Quia in una parochia potest alius jus habere, vel possessionem percipiendi decimas de una specie fructuum, in quo debet manuteneri, & conservari; seu quasi jus decimandi. *Hercul. Marefcot. lib. 1. var. cap. 11. numer. 30.*

Admittas tamen, si ad illam 86 diem citati fuerint prælati, parochi, seu beneficiarii decimas ex confinibus prædiis recipientes, qui sunt legitimi contradictores, cum agatur de specie juris ad ipsos pertinentis, *arg. textus, & ibi glos. marg. in l. cum non justo. 3. ff. de collus. deteg.* possessores enim fundorum, ex quibus decimæ percipiuntur non oportet sic, vel sic disternari suas terras, dum non graventur in plus, quam solutione earundem decimarum, quas nihil refert huic, vel illi Ecclesiæ solvant, forma non mutata, *arg. eorum, que supra habes capit. 7. numer. 2.* Et item citationis terminis scribantur in actis, vel in præsentia dominorum, seu procuratorum ad idem deputationum, qui cum testibus arbitri à iudice acta sigillant.

Deinde considerando, quod 87 termini lapidei quibus, vel campi, vel fundi, seu agri dividuntur (dum sint alia signa à natura relicta, & durabilia) figantur in terra cum facie respiciente latitudinem prædii; quam tantum respicit hoc iudicium finium Regundorum, *l. ult. ff. pignorat. act. Ant. Faber. in rational. ad lib. 10. pandectar. in l. 1. hoc titul. parum*

post divisionem, & ex parte acuta respiciant divisionem demonstrandam, ut sic directè de uno ad alium lapidem significetur, & demonstraretur agrorum divisio adjungendo insuper alios lapides parvulos parum post superficiem terræ eminentes, quos rustici vocant indices, ac testes, ut adnotavit *Parif. de Puteo de finibus feudis capit. 1. numer. 17. Hieronym. de Monte eum referens capit. 19. num. 2. & capit. 18. numer. 5. ubi numer. 6. refert Bertrand. conf. 88 2060. numer. 4. vol. 4. dicentem limites agrorum humiliores esse debere limitibus publicis, plebatuum, & territoriorum, ut cesset confusio.*

89 Advertendo insuper multum proficere descriptiones in circulum fieri, vel de extremo ad extremum, quia quæ intra limites inveniuntur, præsumuntur esse illius, cujus extrema sunt, probatur ex juribus citatis supra numer. 83. & etiam probatur arg. textus in *l. si fines Cod. de evict. l. ade sacra 73. §. 1. ff. de contrahent. emption. l. tria prædia ff. servit. rust. præd. l. Pomponius §. quæsum, ff. acquir. possess. l. talis scriptura post med. vers. sed & si ff. delegat. 1. Atlantic. decis. 143. numer. 7. capit. fin. de offic. archid. profe-*

*quitur Hieronymus de Monte capit. 88. numer. 1. & capit. 93. per totum, Emmanuel Themud. 1. parte decis. 76. numer. 6. Emman. Barbosa in remis. ad Ordinat. libr. 1. titul. 68. §. 86. numer. 2. & expresse probat. Ordinat. libr. 4. titul. 43. §. 9. post principium vers. E sendo, & expressius libr. 2. titul. 33. §. 15. Stephan. Gratian. for. cap. 392. numer. 2. tom. 2. & capit. 839. numer. 7. tom. 5. ubi dicit concessio aliquo territorio intra limites descripto concessum esse, quidquid inter confines demonstratum fuit, & inter alios allegat *Aymon. conf. 115. num. 1. judicatum refert Gama decis. 230. numer. 1. declarat Hercul. Marefcot. lib. 1. var. resol. cap. 85. numero. 10.**

Emphyteuta, licet clericus 90 fit, si fuerit possessor alicujus fundi Ecclesiæ commendatæ, idcirco citandus evadere nostri judicis delegati jurisdictionem non potest, quia quo ad primum tanquam talis exhibere titulum tenetur, ad *Soccin. conf. 40. numer. 14. cum aliis per Stephan. Gratian. forens. capit. 447. a numer. 5. tom. 3. & fines emphyteusis ostendere sub amissionis pœna, nisi justæ ignorantie causa interveniente, & in facti contingentia judicavit Senatus,*

ut refert Mendes de Castro libr. 2. cap. 1. numer. 12. p. 1. ut Ecclesiastici super bonis emphyteuticis coram iudice seculari respondeant. Item ex rationibus prædictis declaratorii iudicii, possessionis retinendæ, & aliarum ibi fori exemptione non gaudet: nam tunc bona pertinent ad administrationem Regis, tanquam magistri Ordinis, & cujus tribunali rescriptum commissionis expeditur, & sicuti à summo Præsule emanatum super bonis illius comprehendit, etiam possessores Ecclesiasticos respondere coram magistratibus à magistris, vel ab illo tribunali creatis, ex quo magister ordinariam habeat jurisdictionem à summo Pontifice concessam. *Cab. 2. part. decis. 61. numer. 6. & decis. 112. in fine.*

Si verò emphyteutica bona simpliciter fuerint ecclesiastica, & conveniri possunt ex relatis à *Gabriel Pereira decis. 212. numer. 3. Ordinat. lib. 2. titul. 18. §. 3.* & passim ibi ingens est dubitatio; quia iudex secularis incapax est jurisdictionis ecclesiasticæ, *cap. 1. 11. quest. 1. capit. qua in Ecclesiarum, capit. Sancta Maria de constitut.* ita ut prorogare clericus non possit laici jurisdictionem, *capit. sig-*

*nificasti. capit. si diligenti de foro competent. nec etiam per medium incidentiæ, cujus ratione incompetentens iudex redditur competentens, l. quoties Cod. de iudic. l. 2. Cod. ad exhibend. quia respectu clericorum non incompetentens, sed incapax est dicto capit. 1. 11. quest. 1. Joann. Garcia de nobilitat. gloss. 9. numer. 2. & Covas pract. cap. 31. numer. 1. & 2. & rationem assignat *Giurba conf. 80. numer. 23.* & supra diximus *numer. 48.* Item nec ex consuetudine temporis immemorialis, ut his, & aliis relatis bene scribit *Muños de Scobar de ratiocin. capit. 7. à numero 18.* Eo maxime quia bona assumunt qualitatem personæ domini. *l. procuratorem 89. ff. acquir. hæred. l. 1. C. quand. & quibus quarta pars libr. 10. Valasc. de jure emphyteut. quest. 17. numer. 15. Stephan. Gratian. cap. 460. num. 16. tom. 3.**

Si verò dominium directum tantum ad Ecclesiam pertineat, utile tamen dominium manet seculare, & secularibus statutis, & legibus judicandum est, *Ordinat. lib. 2. titul. 1. §. 6. in principio Cald. Pereira de nominat. emphyteut. quest. 12. à numero 22. Surd. decis. 11. numer. 5. Paris. conf. 1. numer. 146. lib. 2. his, & aliis inde videndus est *Phab. 2.**

parte:

parte decis. 161. numer. 25. ubi refert decifum, ideo filium naturalem successiffe in emphyteufi ecclesiastica, sed in casu proposito utile dominium clerici

licet separatum à directo, non laicale, sed ecclesiasticum est ex persona clerici, idem *Cald. citato numer. 22. per textum in l. fin. in fine Cod. in offic. testam.*

S U M M A R I U M.

Finium Regundorū judicium exercetur à iudice delegato sine præiudicio directo, vel utilis domini clerici possessoris, & tantum ad declarationem terminorum positorum in confinibus, ob quod, & clericus citari potest ab eodem iudice.

2 Appellatio, quia primordially respicit defensionem, de jure naturali introducta dicitur.

3 Peccandi occasionem princeps summè evitare debet.

4 Actoris, & rei quelibet pars in hoc iudicio finium Regundorum vices gerit, ideo etiam clericus non incongruè coram seculari respondere debet pro finibus reparandis, vel ponendis. Spoliatus nondum

iudicem adit, non agere, sed pati dicitur. Acta sine iudiciorum strepitu fieri possunt in Ecclesia per iudicem secularem.

Citari etiam poterit clericus ad hoc finium Regundorum iudicium per medium iudicis ecclesiastici à seculari precati.

Clerici circa bona temporalia regibus subsunt, & sicut ratione personæ, iudex fit competens, ita & ratione rei sibi subditæ, veluti è converso valet argumentū de persona non subdita, ad rē non subditā.

Clericus emphyteuta emphyteusis patrimonialis, ut esse potest de licentia Regis subest seculari jurisdictioni.

Consiliantur Ordin. lib. 2. 8 titul. 18. §. 6. & tit. 33. §.

25. *vers. salvo se, & numeris sequentibus usque ad num. 17.*
- 9 *Emptor per titulum emptio- nis fit plenus dñs directi, & utilis domini rei.*
- 10 *Fugationis solvendæ exem- ptio fortius nititur indi- recti, quam inutili domi- nii acquisitione, & ab ea clericus qua talis est, eximatur.*
- 11 *Fugationis tributum mix- tum dicunt aliqui ex no- stratibus, & aliqui reale tantum dicunt.*
- 12 *Dominium utile causativè respicit directum, & ab illo pendere jura dicunt, & num. seq.*
- 13 *Utile dominium pluribus ex causis cum directo conso- lidari potest in emphyteu- sibus.*
- 14 *Clericus acquirere permit- tur bona immobilia ad vi- tam duratura, quod Ec- clesiis, & monasteriis pro- hibetur, cum semper du- rent apud eas, tanquam non moritura, nisi dona- ta, vel relicta sint ad tempus, & numero 22.*
- Odiosa lex non extenditur, & dicitur odiosa, quæ tributum imponi, & sol- vi jubet.*
- 15 *Clerici immunes à tributis esse debent, & lex, quæ illos gravat tributis ex- orbitare à jure communi dicitur.*
- 16 *Æstimatio rei fit habito respectu ad onera, tribu- ta solvenda, & expensas.*
- 17 *Clericus emendo bona sibi ad usum vitæ non neces- saria, tributa solvit, & quotannis negotiator dici- tur.*
- 18 *Regales redditus ne minu- antur, contractus omnes sunt impediendi, nec bo- na tributaria ad manus privilegiatorum transire permittuntur, & Eccle- siæ interest paucas habe- re personas in emphyteusi propter spem recupera- tionis.*
- 19 *Superfluitatis vitio non de- bet argui, quia novi- ter casum aliquem deci- dere debet, & num. 21.*

C A P. XII.

PRo limitatione, & declaratione eorundem dicendum est, quod iudicium hoc iudicis delegati contra Clericum, vel Ecclesiam, non est iudiciale instruendum per libellum, & cæteras iudicii regulas ex rescripti concessi forma in hoc Regno: nec contra rei suæ utile dominium; quo casu iurisdictionis laicæ exercitium prohibetur, ut ita eadem ratione in præsentibus quæstione contrarium asserverit *Cavalb. post hæc, de las violencias, capit. 128. à numero 6.* sed summarie, & quo ad factum solum, & executionem sine præiudicio, vel personæ, vel rei; *argument. capit. cum Apostolica, de his, quæ fiunt à prelat. Hieronymus de Monte de sinibus Regund. capit. 62. sequitur Marant. de ord. iudic. 4. part. distinct. 11. num. 37. Afflict. decis. 24. numer. 3. Tiraq. de retr. titul. 2. §. 4. glos. 7. numer. 9.* Declarationem finium item respicit ad evitandas discordias inventam, & clerici, & eccles. personæ subsunt iurisdictioni seculari, ad quæ potissimum regia potestas instituta est, & in fortioribus terminis circa terminationem prædiorum,

quo ad decimas comprobavimus, & item, quia adjudicatio fit fundo. Succedit in re cum suo onere, *ut latè scribit Alphonsus de Gusman in tractatu de evict. quæst. 7. numer. 34.* ubi hæc, & alia pro nostra sententia cumulat eleganter, & nos dicimus *supra cap. 6. numer. 22.*

Planè cum hæc bonorum inventario, & confinium declaratio contineat quædam primordialia ad evitandas contentiones dicitur esse de natura, & iurisdictione iurisdictionis, qua contentiones ipsæ super rerum possessionibus ortæ dicuntur de quibus ad regem, & non ad Ecclesiam pertinet iudicare, *Gusman ubi proxime numer. 34.* Post medium, & dicitur in simili de appellatione denegata à iudice ecclesiastico, quæ quia respicit defensionem primordialiter, est de jure naturali, ut tenet *Themud. 1. parte decis. 69. numer. 1. & 3. parte decis. 322. numer. 3.* ita *Oliva 1. p. de foro Eccles. quæst. 17. numer. 11.* licet contrarium teneat, *numer. 12. & 13.* dicens inventam esse de jure humano ab eoque tolli posse; de ea iudicatur, sicut de ipsa defensione,

ut per *Alexand. conf.* 12. vol. 5. Occasio enim peccandi non permitti immò, & tolli à principe debet, l. 1. ff. ad *Senatus Conf. Maced.* prosequitur *Cevalh. ubi supra cap. 11. numer. 12. ubi allegat. l. convenire ff. de pact. dotal. l. non ex singulis ff. reg. jur. Giurb. conf.* 49. numer. 25.

4 Clericus in hoc iudicio actoris vices gerit, ad l. iudicium 10. ff. finium *Regundorum Petrus Barbos. in l. in tribus numero 1. & 62. ff. de iud. uti talis forum rei secularis alterius prædii vicini possessoris sequi debet, & iudicium suum sortitur effectum uti aliàs considerat in simili, Stephan. Gratian. for. capit. 641. numer. 23. tom. 4. Et maximè, si petens finium erectionem spoliatum se proponat, quo casu non agere, sed pati tantum reus dicitur, l. 2. §. sed & si agant ff. de iudic. & in hunc sensum *Senatus* procedit cuidam iudici pro finibus *Regund.* delegato, contra quem conservator monachorum procedebat per censuras, quia coram se eosdem monachos citati fecerat. Acta verò iudicii, quæ sine strepitu celebrantur, fieri possunt per iudicem secularem in ecclesia, glosa verb. arbitrio in l. jus iurandum 34. §. si de qualitate ff. de iure iurand. nosser *Lusitanus Correa in**

relect. capit. inter alia de immunitat. eccles. 2. part. numer. 27. pag. 94.

Si verò velis iudicem ecclesiasticum precari, ut jubeat clericum citari, & comparere ad compromittendū se in ægri mentorem, & adesse finium erectioni facere poteris, ad dicta per *Gutier. de tutel. 3. parte cap. 1. numer. 9. allegatam ab Scobar de ratioc. citat. capit. 7. numer. 36. post principium.*

Clerici Regibus in suis Regnis circa bona clericorum temporalibus subsunt, ex *Menoch. conf.* 100. numer. 78. *Decian. lib. 4. cap. 31. numer. 1. Gabr. Pereira decis. 117. numer. 10. in fine*, nam denuo ex constitutione imperiali, de qua in *authent. statuimus Cod. Episcop. & Cleric.* translata fuit iurisdictio pro clericis ad iudices ipsos ecclesiasticos, ut per *Cald. Pereira conf.* 28. numer. 14. *vers. omnis.* Atque constitutiones regis talia bona comprehendunt, notantur glosa verbo *Pontifex in l. numerum 18. §. patrimoniorum ff. de munerib. & honorib. Scobar dict. cap. 7. numer. 34. Garcia de nobil. glos. 9. numer. 10. ad finem*, quo etiam casu tributa eis imponitur, capit. si tributum 27. II. *quest. 1. glos. verbo honorum in capit. 5. de immunitat. libr. 6. resol-*

resolvit idem Lusitanus Correa 2. parte numer. 34. ad finem, & numer. 35. vers. ab omnibus pag. 107. sicuti enim iudex fit competens ratione personæ subditæ, ita ratione rei sibi subditæ, & è converso jurisdictio cessat, & argum. valet de persona non subdita, ad rem non subditam, l. qui plures, ff. de vulg. notatur in l. miles §. & quod ff. miliu. test. Valens. cons. 55. numer. 43. & 44. numer. 85. & cons. 95. dict. 47. respicit enim finium Regundor. iudicium, principaliter ipsa prædia tanquam juris meré realis, ut habes supra cap. 3. numer. 3. & cap. 9. numer. 41. & declaratur cap. 6. numer. 21. in fine, & in litis decisoriis admittit Steph. Gratian. cap. 64. numer. 11. tom. 1. quia leges loquuntur in rem, & in hoc sensu leges positæ in titulis C. sacros. Eccles. & de Episcop. & cleric. declarantur procedere. Idem Grat. num. 12.

7 Si verò emphyteusis est regia, seu fundus vestigialis cuius possessor est clericus de licentia Regis ad Ordinatum. libr. 2. titul. 18. §. 2. vel aliter bona sunt tributaria ad titul. 33. ejusdem Ordinatum. ita subest seculari jurisdictioni, ut in nihilo ejus forum evadere possit clericus ad eandem Ordinatum. titul. 1. §.

17. ubi Barbof. pro quo plures cumulavit Cab. 2. part. arest. 4.

Tamen se offert difficultas 8 gravis inter Ordinatum. citato titulo 18. §. 6. & titul. 35. §. 21. ut apparet ex resolutis à Valasc. de jure emphyteut. quest. 17. numer. 16. Cabed. 2. part. decis. 64. numer. 7. & 110. Oppugnant enim dictam Ordinatum. in hunc modum: §. 6. deciditur clericum ementem bona jugationis tributo affecta de Regis licentia solvere tributum teneri: sicuti venditor solvebat, fitque emptor ex titulo illo emptionis, dominus utriusque domini tam directi, quàm utilis, l. cum manu sata 80. §. nemo potest, ff. contrahent. empt. Afflict. decis. 338. quod quidem dominium directum, tanquam superius utile absorbet, l. 3. §. ex pluribus. ff. acquir. poss.

Planè in §. 25. vers. Salvo se, habetur Clericum obtinentem à manu non privilegiati utile dominium fundi tributarii ex jugatione per contractum emphyteusis perpetuæ, seu ad vitam excusari à jugationis solutione: cum certum sit etiam, ut quis privilegiatus eximatur ab hac solutione, melius proficere directum, quàm utile tantum dominium ad Ordinationem. citato titulo 33. §. 9. Difficultatem aliqui in solutam relinquerunt, quia hoc

hoc tributum mixtum intellexerunt, ut per adductos à Cabed. ubi supra, quo casu, & cum dicto §. 25. dicunt Clericum privilegio potiri, & tunc ad-versatur supra dicto §. 6. Sit ergo solutio in hoc mixti tribu-ti sensu: quod acquisitio emptio-nis titulo est perpetua, & liberè emptori competit disponere de re empta, sicut de re sua ple-nè acquisita, l. in re mandata Cod. mandati cum similibus, & in §. 13. & 25. vers. Salvo se,

12 utilis remanente directo penes dominum antiquum, à quo uti-le dependet, l. quod nostrum 70. ff. de usufruct. Afflict. decis. 8. numer. 1. cum aliis adductis à Petro Barbosa in l. cum notissimi §. illud, numero 21. Cod. prescript. 30. ubi vocat naturale, & civile dominum rerum, quo casu mul-

13 tis modis emphyteuta utile amit-tere potest, & cum directo consoli-dari ex cessatione solutæ per-sonis ex morte, & ex aliena-tione absque domini licentia, quia utile causativè directum respicit dominium, l. 1. ff. si ager vedligal. l. ni frui ff. usufruct. pet. Ordinat. libr. 4. titul. 36. §. 2. in principio, & titul. 38. §. 1. & titul. 36. in principio, quas differentias tradit glos. verbo ne-que de locatione in §. ad ea in-

stituit. de locat. similiter Ordinat. §. 25. dispensat cum clerico, ut pro vita sua possidere possit, Cald. Pereira de empt. capit. 8. 14 numer. 46. per arg. textus in l. statuis, Florus §. Cornelio ff. de jure fisci, l. cum ita §. in fide commissio ff. legat. 2.

Deinde dict. §. 6. est lex odio- 15 sa loquens in plenaria acquisi-tione domini, & non potest extendi ad casum in quo de-fecit eadem acquisitio domini, l. cum quidam 19. ff. liber. & possib. regul. odia de reg. jur. in 6. & quod sit odiosa lex in di-cto §. 6. patet in exemplis addu-ctis à Patre Soares libr. 5. de le-gibus numer. 15. littera D. inquit enim ibi legem esse odiosam per quam jubetur tributum solvi, & exorbitare à jure, quod erat, clericos ab omni tributo immu-nes esse Covas libr. 2. var. cap. 20. Emmanuel Themud. 2. part. decis. 113. numer. 7. & 3. parte decis. 280. num. 3. 4. & 5. Oliva de foro eccles. p. 1. quest. 38. à numer. 1. ubi multa jura, & Do-ctores refert, & sequitur.

Deinde fundum tributarium emens clericus à non privilegia-to, qui tributum solvit; & ut 17 ipse tanquam privilegiatus non solvat proprio commodo incum-bit, quia venditor ob illud tri-butum rem ipsam minoris valen-

tem viliori pretio vendet: cum æstimatio rei fieri soleat ad fructum rerum deductis oneribus, & expensis, l. si quos 16. Cod. rescind. vend. authent. de alienat. Emphyteut. §. Sanctissimas, coll. 9. l. sed fundus 13. in fine ff. reb. eorum cum aliis per glos. verb. iudices ante finem dist. l. 2. bonus textus in l. 1. §. si hæres post medium ff. ad Trebel. juncta l. quod in fructus 46. ff. de usur. Ordin. lib. 4. titul. 48. §. 6. in fine, & fructus jugatæ sine pretio habiti utilitati clerici emptoris cedent.

- 18 Clericus verò in emptione rerum (nisi sint ædes ad habitandum, & alia similiter necessaria ad usum) dicitur quodammodo negotiator, & non excusatur à solutione Regalis tributis, ex Ordin. lib. 2. titul. 11. §. 1. ibi, Per via de negociatõe, Cab. 1. parte decis. 186. ergo non gaudet immunitate, & privilegio, quando emit, ut à solutione jugationis excusari valeat; facit enim, quod ipsi clerici prohibentur in hoc regno bona emere regalia, Ordin. citato titul. 18. §. 6. ne prætextu privilegii ab omni jure sibi concessi tributa non solventes regales redditus diminuatur, ut pro causa reddit Ordin. lib. 2. titul. 16. in principio juncto §. 2.

titule 18. ergo non ex alia causa Ordin. in dicto §. 25. vers. Salvo se, procedit, quam quod inibi non datur emptio, quæ clericis prohibetur, nec negotiandi causa; nec attenditur utile dominium, à directo dependens, & in seculari persona manens, cui illud breviter, & de facto reddi, & consolidari expectatur, ad l. si unus §. pactus ff. de pactis, pro ut intelligit Barbosa ad Ordin. lib. 2. titul. 18. in principio numer. 3. sicut, & permittitur clericis, & beneficiatis bona immobilia acquirere, ut illis fruantur, dummodo in vita, vel in morte secularibus reddant, Ordin. dicto titulo 18. §. 5. & deducitur ex Ceval. decis. 45. numer. 20. & 43. parte 1. Quod idem responderi debet ad §. 13. ejusdem tituli 33. & fulcitur viva ratione Ordin. §. 14. statim sequentis, ubi non privilegiatus etiam si acquirat utile dominium fundi tributarii, dummodo directum remaneat apud antiquum dominum privilegiatum eximitur à solutione jugatæ; quia attenditur tantum directum cui utile dominium subjacet, & de facili reddi potest ex supradictis, vel per mortem ad laicos transmitti, secundum quæ non infeliciter dici potest ad dist.

dict. §. 25. vers. Salvo se non procedere in clerico privilegiato cum ratione talis privilegii specialis, jam casus decifus fuisset *in citato titulo 3. §. 13. vers. Salvo se*, loquente generaliter in omnibus privilegiatis acquirantibus per titulum emphyteutis, utile dominium à non privilegiatis, essetque superflua decifio, *vers. Salvo se, in dicto §. 25. contra reg. 1. quia habeo 9. ff. supelect. leg. 1. 1. & ibi glos. fin. ff. ad municip. Joann. Gutier. in authent. sacramenta puerum numer. 8. ad fin. Cod. si advers. vend. sed quod procedat in clerico, & beneficiario ratione Ordinis, & personæ privilegiato ad non solvenda tributa uti proximè probavi numer. 16. dato intellectu, & ratione differentie supra assignatis ad eum, & patet in principio dicto §. 25. ubi loquitur in Ecclesiis, vel monasteriis fundorum tributarium dominis privilegiatis, de quibus loquuta *Ordinat. fuerat in dict. titul. 33. §. 8. in principio*, ubi considerari debent verba quibus legislator utitur ibi, *A algunas Igrejas, & mosteiros, e a pessoas particulares he outorgado*, sine eo quod clericorum mentionem faceret, sicuti fecit in rubro, & in *textu titul. 16. & in titul. 18. præcipue in §. 6.**

ubi lex expressè censet clericos ementes talia bona cum licentia Regis solvere debere, quæ verba intelligi non debent frustratoriè, & sine necessitate adjecta, *argum. l. si quando, ff. delegat. 1. Roland. conf. 61. numer. 14. lib. 3. Egid. Lusitan. in l. ex hoc jure 1. parte cap. 8. numer. 2. & 2. parte capit. 13. claus. 13. num. 4. tollendæ dubitationis causa dict. 1. quod habeo 9. & ibi glossa verbo deest*, quæ in eo erat, ut clericus ex licentia Regis emisset dicta bona tributaria, dubitaretur de resolutione jugate ideo adjecit insuper, ut tributa solveret.

Nec obstat æquiparatio clericorum, & monasteriorum facta in citato *titulo 16. ne bona regalia, seu patrimonialia emanent quia sufficit æquiparatos esse in prohibitione acquirendi, ut possent sub una lege comprehendendi, licet quod alia differant, ut differunt; ex quibus cessat recurrere pro intellectu dict. §. 25. ad id, quod tributum hoc jugationis sit reale, cum rebus ipsis transitorium, ut in principio *citat. titulum 33. ibi. Directo real*, quia inibi verbum illud *Real*, ponitur pro regio tributo, ut patet in verbis sequentibus, *Os Reys deste Regno antigamente ordenarão*, juncta alia*

Ordinat. lib. 2. titul. 57. §. 1. post medium: Clericus verò regulariter permittit Ordinat. lib. 2. titul. 18. §. 5. bona immobilia emere, dummodò ad seculares per obitum suum transeant, monasteriis verò denegat, dicta Ordinat. quia Ecclesia non moritur, & perpetuò durat. Mart. de jurisdicti. parte 4. cent. 1. casu 96. numer. 3. & 4. Cab. 1. parte

decis. 172. numer. 2. capit. liberii 12. question. 1. cum similibus. Possunt tamen Ecclesiæ, seu monasteria, non obstante citata lege regia, acquirere bona immobilia ad tempus, etiam post annum, si ad laicos reversura sint relicta, vel donata, tenet novissimè doctissimus Felicianus de Oliv. in 1. parte quest. 28. numer. 52. de foro Ecclesiæ.

S U M M A R I U M.

P Artes citari debent ad electionem mensoris, & loco partis absentis consensum judex supplet, sicut, & fit in arbitratoris electione.

2 Vice executoris nuncupatur mensor, & numer. 22.

3 Aliquibus in civitatibus, vel oppidis arbitratores electi sunt à decurionibus.

4 Frumenti mensores apud aliqua oppida publicè habentur, & à tutela munere excusantur, præterquam in hac urbe Olyssip. ubi mulieres providentur.

5 Agri mensores à partibus electi non loco testium, sed

judicum habentur, quorum imperitia partibus eligentibus imputari debet, quando enim à iudice eliguntur, loco testium sunt, & de facto tantum dicunt, & numer. 22. ubi de salario eorum.

6 Electio mensoris agri, vel à partibus, vel à iudice fiat, per terminum subscriptum fieri debet, tanquam præjudicialem.

7 Agri mensoris juramentum non de veritate dicenda, sed secundum ejus iudicium præstari debet, ne dubius perjurium incurrat.

8 Ad electionem mensoris diem,

&

- & horam citatio partium continere debet, ut partes intersint, & dicant de jure suo, vel agrimensorem recusent.
- 9 Recusari potest ex imperitia agrimensor, & recusatio defensionem continet, & exclusa non censetur.
- 10 Recusationis tabulario objecta judex delegatus pro finibus Regund. ex rescripto competens est, & tabellio interim associatus scribit, sicuti dicitur de ædilium scriba, & regiarum confiscationum.
- 11 Mensuratio dupliciter necessaria est, vel ut sciatur, sit ne aliquid subtractum de agris limitatis, vel ut de novo termini ponantur, & fiat divisio.
- 12 Regula exemplaris limitandi agri, & mensurationis traditur, & in vulgari sermone, ut mensores non docti percipere possint, & quid sit iter, vel via publica, vel privata, quæ talis in dubio præsumitur, remissivè.
- Justè, & sine sordibus mensor metiri tenetur, & illi dicenti bene mensurasse, incumbit onus probandi.
- Mensura repeti debet, si aliqua pars de ea conquerratur, & mensor convictus de falsa mensura à semet, vel à subdito facta, tenetur actione in factum, subsidiaria, si utilitas ex ea resultans parti non proficit, & aliquando principaliter teneatur ibi & num. 25.
- De falsa mensura mensor non tenetur, quando ager metitus fuit, ut sciretur, quanta pars venit, vel ageretur de questione finium, quæ à mensura non pendet.
- Judex sequi non tenetur agri mensoris resolutionem, quia ex causa eam revocare potest, & alium sequi modum, & judicium meum, & non alienum me cogit.
- Impediens solvere tenetur expensas secundæ mensurationis, si injustè excipiat,

- piat, & quæ sint expensæ inter litigatores inventæ, ad cohibitionem improborum, nisi signaturæ, quæ favorem partium respiciunt, quomodo res satisfacit, & solvendo salaria magistratibus pro ministranda justitia subditis.
- 18 Hoc nomen iudex tam ordinarium, quam delegatum comprehendit, actorum copia parti petenti fit jus suis expensis.
- 19 Expensas itineris pro iudice, officialium, & mensuris fiunt communiter à partibus coram ordinario iudice litigantibus, licet una pars tantum deponat, vel solvat & altera renuat.
- 20 Salarium arbitratori solvitur partibus equaliter.
- 21 Arbitratoris, calculatoris, vel mensuris taxatio salarii iudici processus competit, & si partes conquerantur per viam gravaminis expediri debet, si causa principalis jurisdictionem excedat.
- 22 Mensuris salarium non recuperatur mandati actione, & quando iudex præcipit, ut à mensore referatur quantitas, salarium dicitur merces, secus quando partes eligunt, quia tunc dicitur honorarium, sicut, & dicitur de iudice, & avvocato.
- Opera quando consistit in facto, interveniente salario, dicitur locatio, & conductio, non sic quando consistit in beneficio, & quod solvitur, vocatur honorarium.
- Prætura, & consulatus sunt honores, & salarium honorarium.
- Opera publica, & privata ut parietes, mentiuntur, & officiales, qui eas certo pretio conficiunt, redemptores dicuntur.
- Inter partes datur tantum invidia.
- Artificem egregium etiam oportet magistratum esse, & maxime pro finibus Regund.
- Mensuratio leucarum fit per vias deambulari consuetas, non ad relictitudinem per

- per medios montes, & Fundus effectus ex pluri-
valles. 33
- 29 Terminorum, & finium iden-
titas, ac prædiorum fiunt
per testes viventes, famam,
instrumenta, libros anti-
quos, lapides, & per alias
probationes hic, & in a-
liis num. sequentibus re-
latas.
- 30 Probationes finium, & iden-
titalis agri fiunt per in-
strumenta inter alios
confecta, dummodo sint
plura, & à facta, di-
versis celebrata, non ab
eisdem partibus, & num.
51. Enuntiativa verba
probationem inducunt in
causis finium.
- 31 Testes super finibus, & ter-
minis agrorum deponen-
tes rationem reddere te-
nentur, & etiam non in-
terrogati de ea.
- 32 Confinium, & agrorum iden-
titas, quia instrumenta
antiqua referunt vicinos
agros, & possessores aliis
nominibus debet probari
per testes notos habentes
antiquos, & modernos li-
mites.
- Patrimonii, vel rerum sua- 34
rum qualitates, seu limi-
tes agrorum suorum non
presumitur possessor na-
turalis, seu dominus igno-
rassè. Emphyteusi, si ad-
mixta fuit res libera ab
emphyteuta, & vendita,
dominus directus eam re-
vendicare poterit alter-
nativè ab ipso emptore.
- Confines rerum suarum qui- 35
libet dominus, possessor
naturalis scire presumi-
tur.
- Limites, & fines à testibus 36
probantur, quando exce-
ditur eorum memoria, si
dicant semper fuisse sic
observatos.
- Fama non attenditur, si 37
principium sumpserit post
litem

- litem inchoatã, vel quando fuit industriosa, & seminata, ut præjudicaret, vel ut revelaret. Inimici ut obsint exosis, famam de aliquo delicto seminant, & tali famæ attendi non debet.*
- 38 *Mites, & in bonam partem inclinati iudices esse debent maxime ad decisionem processuum criminalium.*
- 39 *Judices plurimum, etiam ex officio defensionis reorum attendere debent.*
- 40 *Fama per testes, vel per instrumenta probetur, & non debet esse de casibus recentibus, & versari debet inter maiorem partem populi; & num. 50.*
- 41 *Debet fama originem habere à personis fide dignis, & in probatione testes tenentur actores nominare à quibus audaverint, & in omni re initium est inspiciendum.*
- 42 *Fama nititur in opinione, & estimatione hominum, & ut hæc verum inferant temporis spatium, & consensum diversorum requirunt.*
- Ex primo aspectu pluries 43 homines diciuntur, & sapientes consilium mutant.*
- Fama in antiquis plene probat, quia semper una, eademque fuit in veritate, quod in non veris sic non est, potius vacillat.*
- Nulla species probationis 45 de possibili concludens probat, sed de necessitate adstringere animum iudicis debet.*
- Ex abrupto, & summarie 46 non debet ex decreto procedi contra de crimine inculpatum, nisi probatio sit clara, & certa, quæ elidi non possit, & in criminibus atrocibus.*
- Delinquentibus publice, & 47 irrefragabiliter convictis aliquando defensio denegatur.*
- Judices proni esse debent 48 absolutioni potius, quam condemnationi; quia de facto evenit innocentes puniri ex præsumptionibus. Aliquem puniri præsum-*

- sumptionibus periculosū est.
- 49 *Judices, quando in Inquisitionibus utuntur famæ probatione, ab aliis testibus exomita, ab omnibus eandem famam scribi facere tenentur, quæ super ea dicant.*
- 50 *Pluribus instrumentis, sicut, & testibus fama probatur.*
- 51 *Probantur per instrumenta in antiquis, dominium, & limites agri, licet enunciativa verba habeant.*
- 52 *Per libros publicos limites probantur; licet non custoditi sint in publico, & excedit hæc probatio testium aliam probationem.*
- 53 *Libri confraternitatū, quibus redditus exigi solent, probant limites, & identitatem prædiorum saltem semiplenè si de magno præjudicio agatur.*
- 54 *Memoriales, & libri defunctorum, maximè si fuerint nobiles, divites, & bonæ conscientie probant consinia rerum suarum cum vicinis, saltem præsumptivè.*
- Dominia, & consinia in prædiis probantur per literas scriptas, vel stigmata depicta in lapidibus, vel parietibus.*
- Consinium probatio fit per argumenta, & conjecturas semiplenè, & item si in integrum testem actor pro se ferat.*
- In hoc judicio finium Regundorum iuramentum suppletorium locum habet, si fiat media probatio per unum testem integrum, vel aliter, & datur scienti, vel veram causam scientie habenti. Facta patris filius præsumitur ratione continue habitationis.*
- Finium lites modici præjudicii esse solent, & modica probatio requiritur.*
- Probationis omnis species locum habet in causis finalibus, nec probatio ulla exclusa censetur, nisi, quam lex expressè excluderit.*
- Probationis unius tantum*

- speciei iudex deferre non debet, & animum suum applicare illi.*
- 61 *Contentiones, ut evitentur inter confines agrorum, si immineant, & scandala poterit iudex ab uno agro auferre, & alteri adde- re, etiam in pecunia, ad- hibita satisfactioe.*
- 62 *Iudex arborem, vel adifi- cium deruere potest, si omnino terminationem a- grorum impediunt.*
- 63 *Metiri suum agrum, si ali- quis impediatur, non obtem- perando iudici, ab eodem puniri potest, & contra eum locum habebit jura- mentum in litem.*
- 64 *Locum non habet juramen- tum in litem in casibus stricti juris, nisi quando vera aestimatio rei habe- ri non potest.*
- 65 *Juramentum in litem fit à persona habili, domino, vel quasi domino concur- rentibus quatuor requi- sitis hic enumeratis.*
- Locum habet in hoc iudicio 66 finium Regundorum ju- ramentum tam pro dam- nis, quàm pro declaratio- ne loci antiqui.*
- Calumniae juramentum ha- 67 bet locum in hoc iudicio finium Regundorum, & protestatur in qualibet parte litis.*
- Juramentum calumniae in 68 hoc iudicio finium Re- gundorum praestari de- bet tam ab auctore, quàm a reo.*
- Provocans in hoc iudicio 69 finium Regund. etiam auctor dicitur ad aliquos juris effectus.*
- Juramentum calumniae eti- 70 am secundo loco dare iudex potest ex officio, si in litigatore animum mutatum viderit, dum- modo tangatur, sed co- ram sit.*
- Evangelia sancta in om- 71 ni juramento, praeter- quam in 2. calumniae, tangi debent à jurante.*

C A P. XIII.

IN hoc iudicio finium Regundorum dubia expediri non possunt sine agrorum mensuris, qui à partibus, vel à iudice, vel à lege deputantur, & habent officium, & auctoritatem; *Bart. in l. 2. numer. 5. Cod. jure fisco. lib. 10. Stephan. Gratian. forens. tomo 3. cap. 512. numer. 8.* Prius enim intelligas partes citari debere ad electionem mensuris, *argument. l. sed & loci 4. §. si in iudicio, ff. finium Regundorum, & ibi glosa verbo conductus*, id est electus *l. 1. vers. ideo ff. si mensor falsum mod.* quia cum mensor arbitrator dicatur ex *Floriana in dicto §. in iudicio per Stephan. Gratian. forens. capit. 608. à numero 22. tomo 4.* & ad electionem arbitratoris partes citari debent, *Ordinat. lib. 3. titul. 17. §. 7. in principio*, ita ut si pars aliqua, nec veniat, nec mittat sufficientem procuratorem iudex supplebit ejusdem consensum, *l. fin. §. necessitate Cod. bonisque liber. Mascard. de probat. conclus. 654. numer. 13. Ordinat. lib. 3. titul. 78. §. 2. ad medium*, & procedet ad mensuris electionem, quem etiam vice

executoris vocat, *glos. verbo ut patefacta in fine, l. 3. Cod. hoc titulo, & glos. ibi verbo si quis*, dum tamen ipsi referant, quod præsentia, vel citatio partium non requiritur, ut docet *Bartolus in 2. l. Theopompus numero 11. & ibi additio verbo respondeo ff. de dote preleg. Alexandr. in l. 1. §. ultim. numer. 7. ff. de feriis*, & ideò ibi dixit die feriata relationem eorum admitti posse, quia non fit in forma iudicii, resolvit *Hercul. Marescot. lib. 2. var. capit. 70. numero 4.* Ad audiendum tamen laudum arbitratoris partis requiritur citatio, idem *Bart. docet in l. si quis arbitrato. numer. 7. ff. de verb. obligat. Barb. ad Ordin. à libr. 3. titul. 17. numer. 3. in rubr. Mascard. de probat. concl. 1153. num. 22. Menoch. de arbit. quest. 17. num. 17.*

Arbitratores in aliquibus civitatibus, vel oppidis à decurionibus electi sunt ad omnes causas, & dubia dirimenda in facto consistentia. *Valasc. de part. capit. 9. numer. 1.* ita ut iudex teneatur juris censuram permittere; *Ordinat. lib. 3. titul. 66. §. 5. & titul. 17. post princip. vers. Eos arbitratores*, ut dicit eadem *Or-
dinat.*

dinat. in §. 1. vers. E porque , & loquentem de publicis menforibus ad frumentum, vide textum in l. mensores 29. & ibi glos. 1. ff. excusat. tut. ubi habetur idcirco à tutelæ munere excusari, quod cessat in inclita urbe, ubi mulieres proponuntur frumenti mensurationi, videbatur dicendum cum his mensurationem agrorum faciendam fore, sed fallit in agrimensoribus, qui in loco testium, sed judicium habentur, quando à partibus eliguntur, capit. quia indicante de præscript. Stephan. Gratian. decis. March. 6. numer. 12. & capit. 600. numer. 24. & 25. tom. 3. Cov. lib. 2. var. cap. 13. numer. 4. & eorum imperitia eligenti imputari debet. citat. l. 1. vers. hac actio, & vers. proinde, ff. si mens fals. glosa verbo debet in l. socius 73. ff. pro socio, ideo non judicem; quia tunc ad merum factum, & loco testium haberentur, ex eodem Stephano Gratian. ubi proxime, sed à partibus expectatur eorum electio, patet ex verbis rescripti supra memorati.

6 Electio inde agrimensoris, vel à partibus, vel à iudice fiat, redigi debet per terminum in actis ab omnibus subscriptum, tanquam præjudicialem Ordinat.

7 libr. 1. titul. 24. §. 21. Valasc.

de jure emphyteut. quest. 7. numer. 12. ad finem. Et inibi juramentum adhibere eidem nensori bebet, non simpliciter, sed eo addito, ut dicat veritatem secundum ejus judicium, ne dubius perjurium incurrat, notatur in l. 1. in principio ff. de vent. inst. Hieronym. de Monte capit. 32. numer. 3. docet Bald. in dicto capit. quia indicante de præscript. quæ omnia in actis scribi facere debes.

Deinde citatio diem, vel horam certam continere debet, ut loco intersit mensurationi ad determinationem agrorum, ut docere valeant de jure suo si expediat uti expeditis limitatoribus, partes ipsas prius exaudire, ex doctrina Bart. in l. si quis arbitrato numero 7. ff. verbor. obligat. Cagnol. in l. 2. numer. 261. C. rescind. vend. Valasc. de part. capit. 11. numer. 15. quia per partis præsentiam possit iudex, vel agrimensor aliter informari; & cave, ut semper de hoc facias fieri instrumentum, quod iudex fuit in loco, aliàs possit processus annullari. Pars ipsa peritum agri mensorem ad diversam sententiam trahere poterit, ut etiam advertit Stephan. Gratian. forens. capit. 874. numer. 33. tom. 5. & ut etiam reculent mensores,

si

fi fortè suspectifibi existant, argum. textus in l. 3. Cod. finium Regundorum l. inter statelianum 49. ff. recep. arbitr. Bart. in l. qui bona, §. stipulationi numer. 2. ff. de damn. insect. idem Hieronymus de monte capit. 31. numer. 1. Valasc. de part. capit. 9. numer. 33. Muñoz de Scobar de ratioc. cap. 8. numer. 21. & ibi numer. 20. refert causam esse ad recusandum sufficientem mensoris imperitiam, ad quod post Bart. allegat Garcia de expens. capit. fin. numer. 27. quam quidem suspensionem à Regio rescripto excludi non censeas, cum defensionem contineat, Cardos. in praxi judic. verb. recusatio numer. 5. Fason. in l. aperitissimi. numer. 17. De jud. & licet Cardos. ubi supra de mensore non loquatur, sicuti de tabulario, cujus recusationis iudex ipse delegatus à Rege assignatur, eo adjecto, quod illius determinationes scribat associatus ab alio notario, postquam causa incepta est, Gregor. Lopez in l. 22. titul. 4. part. 3. glos. magna ad medium, cum aliis per Carrasc. del Saés ad leges nov. recop. cap. 9. numer. 35. uti de scriba ædilium judicavit Senatus ex Cab. 1. part. arest. 37. & si actuaris comedat, vel bibat cum partibus, est sufficiens causa

suspensionis, ac per consequens nullitatis actorum Inquisitionis, & ut judicatum refert Phœbus 2. parte arest. 144. Marant. de ord. jud. verbo quandoque appellatur numer. 27. Emman. Themud. 1. parte decision. 59. numer. 6. & in recusatione actuarii minor probatio requiritur, quam in recusatione iudicis, tenet Cab. 1. parte decision. 45. num. 9.

Mensuratio dupliciter invenitur, necessaria, vel proposita quæstione terminorum amctorum, ut sciatur respectu antiquæ mensuræ, an sit subtractum aliquid de agro conquerentis, de qua agitur in citata l. 3. Cod. finium Regundorum, & ibi glos. 1. Vel quando denuo fit terminorum positio, & ut deinceps dubietas excludatur.

Mensor quem modum servare debeat in mensuratione, quæritur? & scias formam mensurationis, postquam fundus separatus fuerit à convicinis. A solis ortu talis ager, & in tali loco, & loco loci pertinens ad emphyteusim à Petro emphyteuta possessam ad vitas, vel perpetuam, adhæret agro Pauli per terminos lapideos, & à Septentrioni adhæret prædio Jacobi per divisionem parietis, sicci & ab occasu adhæret agro Francis,

cisci, per divisionem cujusdam rivui N. à meridie adhæret prædio hujusce Ecclesiæ, quod possidet Joannes, & alter emphyteuta per divisionem itineris, cujus differentiam publici, vel vicinalis prosequere cum Jacobo, *Menoch. conf. 448. numer. 12. & seq. lib. 5.* & quod in dubio privata via, & non publica præsumatur, *idem Menoch. conf. 449. à numer. 1.* & quod habet plantatas olivas, vel vites, qui vicini possessores ratione citationis illis factæ, & uxoribus in hunc diem præsentibus fuerunt: vel non fuerunt, sed de citatione constitit per fidem N. nancii, habetque dictus ager mensuras (id est, *Varas de medir de cinco palmas cada hũa, ou stins*) à solis ortu versus occasum ad longum 200. mensuras, & à Septentrione versus meridiem 100.

Quod si non sit in forma quadrangulari, & puleat maiori quantitate ad vicinitatem Jacobi ex parte Septentrionis, quam ad vicinitatem Joannis ex parte Solis, die adhærendo Jacobo versus Septentrionem habet 200. mensuras, & adhærendo Joanni versus meridiem habet 150. mensuras, & sic deinceps, prout ex subjecto sibi benevolo prudentique judici, & mensori com-

modius apparuerit, quia melius repræsentatione, quàm elucutione respicitur, *l. raptum 13. in fine, ff. solut. prosequitur ferre similem praxim adducens Hieronymus de Monte hoc eodem titulo capit. 16. id est vulgari sermone.*

Em tal lugar, e no casal chamado de N. sendo as partes abaixo nomeadas citadas, e suas mothezes, como constou por se de N. ou presentes para este dia, o juiz N. por se haverem as ditas partes louvado com o Procurador do Commendador N. em N. e N. para medidores, mandou confrontar, e medir o dito casal, que traz de emprazamento em vidas, ou in perpetuum N. presente, e citado, que mostrou as confrontações, e marcos das propriedades do dito casal. Hũa herdade de pam, vinha, ou olival parte com N. pelo Oriente dividida por marcos de pedra, e do Norte parte com N. dividido por paredes de pedra seca; e do Poente confronta com terra de N. de tal parte, divididos por o Ribeiro de tal nome, e do Sul confronta com vinhas de tal Igreja, que traz de emprazamento N. divididas por o caminho, que vay de tal para tal parte, tem oliveiras, ou vinha de tantas geiras, ou leva tantos alqueires de trigo em semeadura, e
tem

tem do nascente ao poente de longo pela parte de N. onde se divide pela parede de pedra seca duzentas varas de medir de cinco palmos cada hũa, e do Norte à Sul 100. varas, e sendo caso, que não seja em forma quadrangulari, e requiera outra uedição, se dirá tem 200. varas pela parte do Norte, por onde parte com N. e pela do Nascente 150. varas partindo com N. conforme melhor se representar, pelo fundo, que se ouuer, de medir, e demarcar, &c.

- 13 Planè mensur bene, & iustè agere debet, ut nulla ambitione, & fordibus moveatur, ut dicit Hieronym. de Monte cap. 26. numer. 9. quia sibi dicenti rectè mensurasse incumbit onus probandi, scribit Bart. in l. 2. C. de discuss. lib. 10. poterit enim aliqua pars conqueri de mensuratione agri, & oportebit iterum mensurari ex doctrina Bart. in l. 1. ff. si mens fals. med. dixerit Jason. in §. quedam numer. 82. instiur. de act. & evenisse de facto refertur infra numer. 25. Si mensuratio fuerit ab eodem mensore facta, vel ab ejus substituto, ipse mensur de dolo per actionem in factum tenetur, l. 1. 2. & 3. ff. illo titulo, non directa

actione; sed in subsidium; si altera pars cujus commodo cessit augmentum, vel utilitas solvendo non fuerit dicta l. 3. vers. item Pomponius, sed secus erit, quando ex falsa mensura inter litigatores agitata reus absolvitur ex renuntiatione mensoris falsa comperta, tenebitur enim mensur primò, & principaliter damnum resarcire, dicta l. 3. vers. item Pomponius, & ibi glosa verbo adhibitus, quæ & cessant, quando præcipitur agrum mensurari, ut sciatur, quanta pars veniat inter contrahentes, vel agatur tantum de finium quæstione, quæ à mensura non pendet dicta l. 1. post principium eodem titulo. Cætera de actione contra agrimensores, calculatores, & eorum hæredes ex dolo, & falsitate suborta, dicta l. 1. §. fin. Hieronymus de Monte capit. 37. per totum, Petrus Barbosa in l. si mora in preludeo numer. 8. in principio, ff. sult. matrim.

Considerare tamen debes judicem non compelli relationem sequi agrimensoris in judicando uti ex officio teneri scribit Florianus in l. si irruptione 8. §. 1. ff. finium Regundorum quia ex causa, si ita visum fuerit revocare eam potest, ut ibi per eum, & per Salicetum in l. 3.

numer. 2. Cod. eodem titulo Hieronymus de Monte ubi supra capitulo 102. à numero 2. Iudicium enim meum, & non alienum me cogere debet, exornat Joannes Garcia de nobilitat. in glos. 4. numer. 31. in principio.

- 17 Ex supradictis dicendum est, salarium temporis consumpti in secunda mensuratione repetita, ne partes supervacuis sumptibus oneretur l. 1. ff. inoffic. testam. l. minoribus 6. ff. de minoribus provocantem solvere teneri, si injustè impedire appareat, argument textus in citata l. 3. vers. competit, Ordinat. lib. 3. titul. 17. §. 7. ad finem, & est regulare ad Ordinat. libr. 3. titul. 67. in principio, & §. 1. capit. calumniam de pœnis, & faciuntque infra numero 33. ad finem, addito eo, quod expensæ inter litigatores inventæ fuerunt adhibitionem improborum, Pannorm. in capit. finem litibus numer. 6. de dolo, & contum; signaturæ verò quæ sunt parvi compendii ad Ordinat. lib. 3. tit. 96. inventæ fuerunt favore partium, ut iudices breviter finem litibus imponant, qui abesulentis, & poculentis gratis fumendis abstinere debent, ut optimè consideravit Cald. Pereira in re pet. l. unica numer. 22. 4. p. releit. Cod. ex delict. defunct.

Ministrare namque justitiam subditis tenetur Rex suis propriis expensis, & satisfacit solvendo salaria magistratibus, pro ut bene consideravit Egyd. dict. part. 1. in l. ex hoc jure capit. 3. numer. 9. quare in hoc casu venient tantum expensæ actorum, & itineris in forma Ordinat. lib. 6. titul. 83. §. 29. vel 18 procedatur coram ordinario iudice via ordinaria cognoscere, vel delegato summarie procedente, argum. ejusdem Ordin. titul. 67. in princip. ibi, Juiz, quod verbum ad utrumque refertur ex Ordinat. libr. 3. titul. 17. post princip. ibi: São obrigados os ditos juizes ordinarios, & delegados, adhuc enim salarium iudicis non solvetur, sed & aliud in delegato dicere audeo, quando ipse conterat tempus in repetitione mensurationis, & finium reformationis à se factæ, quia tunc solum partis petentis commodum agitur, & in rescripto commissionis jubetur actorum copiam cuilibet petenti tradi suis expensis; argum. textus in l. quoniam liberi Cod. de testibus, & ne via fraudibus aperiatu adversus rationem textus in l. meminerint. C. und. vi l. 2. in fine Cod. in dict. jud. tol. quando quidem coram ordinario ratione dirimendæ litis fit iter

iter ad rus pro mensurandis, limitandisque prædiis, vel visitandis locis dubiis, à quorum aspectu certius informatio venit, quam à testibus, vel partium relatione, ut supra pluries probavimus expensæ de communium partium bursa fieri debent *argum. dict. l. quoniam liberi, Emmanuel Barbof. ad Ordinat. lib. 1. titul. 78. §. 14. numer. 48.* Etiam si aliqua earum renuat, & etiam si una pars tantum deponat, vel solvat totum *l. sed. & loci 4. §. 1. vers. sed & si juncta glos. ult. in l. si irruptio-
20 ne 8. §. 1. ff. finium Regundorum Stephan. Gratian. forens. allegato cap. 618. numer. 23. & 24.* ubi dicit eadem ratione solvi debere arbitratori. *Hieronym. de Monte multos Doctores refert capit. 26. numer. 11. inter quos est Boer. decision. 51. in fine. Nec faciunt qua Avend. 1. parte de exeq. cap. 4. numer. 45. per totum Scobar de ratiocin. capit. 42. numer. 8. & 9.* quia loquuntur de expensis prioris mensurationis terminorum, ad quas judex tenetur usque ad exitum causæ uti ordinarius, & regio salario conductus *Stephan. Gratian. tom. 1. capit. 57. numer. 10. 11. & 13.* ubi bene explicat.

²¹ Judici competit taxare salariaria mensoris, sicut & in arbi-

tratoribus, & calculatoribus disponit *Ordinat. lib. 1. tit. 90. §. 1.* de cujus quantitate, si partes quærelare velint per viam gravaminis negotium expedire debent juxta eandem *Ordinat. dummodò tamen causa principalis jurisdictionem ipsius judicis excedat, in dicto §. 1. dispositum est.*

Salarium tamen mensoris non ²² recuperatur actione mandati, sicut, & quod datur ad remunerandum honoris causa *ad l. si remunerand. 6. ff. mandat,* cum & hoc honorarium vocetur, & ad remunerandum dari dicat *Jurisconsultus in l. 1. post principium vers. ideo ff. si mensor fals. ued. responderi debet cum glos. verbo nec tenet in dicta l. 1. quod in hoc casu dicitur mercedem dari, & conductionem fieri, ut in l. 4. §. sed & si mensor ibi conductus sit. ff. hoc titul.*

At vero quando mensor eligitur à partibus, est adinstar judicis, secus quando à judice eligitur, ut sibi referat mensuram agri super cujus finibus est dubitatio, & de quo loquitur *glos. in citata l. 3. verbo si quis Cod. hoc eodem titul. Stephan. Gratian. decision. March. 6. numer. 12.* quæ differentia efficit, ut quando judex executorem, seu mentorem mittit, cum non committat

illi quid amplius, quam factum in opera consistens dicatur indistinctè conductio, & salarium ipsius merx dict. §. *sed & si*, & actio conducti dicetur, l. *sed addes ad finem, cum l. sequenti, ff. locati*, vel officio iudicis petetur, l. *salarium C. mand. prosequitur Reinos. Lusitan. obs. 27. numer. 2. & per totam*. Sed quando partes se compromittunt, & eligunt mensorem, fit ipse adinstar
 23 iudicis, nec salarium dici potest in hoc casu merx sed honorarium, cum opera non consistat in facto, sed in beneficio, ut expresse dicit dicta l. 1. in principio in relatione, & ratione electionis, nec locatio, nec conductio dici debet, sicuti non dicitur in persona iudicis, & advocati, ut per glosam ibi verbo *honorarium*, Bened. Agydus de *advocat. capit. 5. numero 28. & seq.* ubi de culpa lata, levi, & levissima ab eo commissa videre poteris.

Sed quando iudex mensorem mittit, ut ipse sciat quantitatem, & iudicet, maximè quando noluit stare ejusdem renuntiationi, vel quia non dirimebat dubium, & oculis propriis accedat ad locum, non est quid imputetur mensori, cui tamen salarium conductionis solutum fuit ab una parte, & cujus dimidie-

tatem ab altera parte solvendam, textus in dicto §. *sed & si precipi* quod non sic, apparet in dict. l. 1. & in toto titulo, ff. *si mens. fals.* ubi semper mensori imputatur falsa mensura. Consulatus, & prætura sunt honores, à quibus denominantur l. *curialis qui Cod. de curialib. libr. 10. Cassan. in Catalog. glor. 1. parte consider.* 1. post principium, & verbum illud honorarium, de quo in dicta l. 1. facit in comprobationem hujus conclusionis.

Agitur in fin. & in l. *redemptores ubi notant Doctores ff. rei vendic.* de alia mensuratione, quæ respicit publica, vel privata opera, quæ fiunt à redemptoribus, idest officialibus mechanicis & à suo periculo redimentes, & officiales publici, qui mensurationes certo pretio faciunt, redemptores dicuntur; inter quos tanquam pares
 25 invidia tantum locum habet l. *si cum exceptione 14. §. cum qui ubi glos. verbo teneri post medium, ff. eo quod mei caus. glos. penult. in l. 2. Cod. de dol. glosa additio verbo invidiam in principio instituit. de leg. Fuscavin.*

Deinde mensores magis accedere ad iudicis magisterium, quam ad testium factum dicendum est, ut ex aliis motus est
 27 dicere

dicere idem Hieronym. de Monte capit. 31. numer. 5. & probavimus ex Stephan. Gratian. decis. March. 6. numer. 12. ideoque intra alias dotes, de quibus l. 5. titul. 4. p. 3. & l. 1. titul. 9. lib. 3. Ordin. & his relatis Pet. Barbosa. in l. cum prator. §. fin. numer. 57. ff. de judic. oportet magistratum esse artificem egregium, ut per eundem Hieron. de Monte cap. 33. num. 13.

28 Mensuratio laicorum alia itidem in praxim evenire solet circa distantiam oppidorum pro delinquentium affilis ab oppido delicti; de quo agit Ordinat. libr. 5. titul. 123. §. 10. & altera Ordinat. lib. 1. titul. 58. §. 23. in principio, & aliis à Phabo infra referendis; quæ mensuratio fieri debet, non ad certitudinem per valles, & montes, sed per vias deambulari consuetas, ut ex Paul. in l. 1. in fin. ff. si quis caut, notat idem Hieronymus de Monte capit. 26. numero 14. Phabus 2. parte decisio. 138. num. 11. novissimè Dominic. Homem de Almeyda de jure numeri quinaris numer. 1. cum sequentibus & doctiss. Matheus Homem Leitão de jure Lusitan. tract. 1. quest. 6. numer. 49. pag. 150.

29 Accedens ad probationis quæstiones confinium, & identitatis agrorum, quæ tanquam ma-

gis obviæ in his judiciis occurrunt opere pretium esse duxi eas referre. Fiunt enim, vel per testes viventes, vel per famam, per instrumenta, per libros antiquos, literas scriptas in lapidibus, vel alias scripturas, seu per alias probationum species, & argumenta, prosequuntur Doctores in capit. cum causam de probat. Guido Papa decis. 193. Cassan. in consuet. Burg. rubric. 1. §. 1. glos. verbo territoris numer. 11. & 12. col. 86. Avend. de exeq. 1. parte capit. 4. Valasco. de jure emphyteut. quest. 9. numer. 2. Hieronym. de Monte à capit. 50. usque ad capit. 66. Mascard. concl. 395. 753. & 1369. aliis suis in locis infra referendis.

Ante tamen, quam ab ordine 30 demonstrato incipiam, referam evenisse juxta civitatem Brigantia, in inventariandis, & describendis bonis militaris præceptoris da Carregosa, quod in monumentis de mandato Archiepiscopi Bracharensis olim confectis, constabat de quodam agro per nomen situs, & duorum vicinorum, sine alia speciali determinatione, vel mensura, seu estimatione circum colentium, sed ratione longissimi temporis feré 90. ann. & defectus senium rusticorum, quorum testimoniis

informari possit ad certum, qui in hac materia credibiliores sunt aliis testibus, *l. 1. §. 1. ff. de flumin. Cassan. ubi proximè num. 12. & Cardin. Mantio. decis. 143. numer. 1.* declaratio tamen finium inter contrahentes infringi non debet, *Bald. conf. 468. numer. 2.* licet enim inter alios sint confecta instrumenta, probationem inferunt, *Franc. Marc. decis. 335. parte 2.* nec unum instrumentum sufficit, sed plura, & à diversis confecta *ex Valasc. ubi supra numer. 24. Pereg. de fidei-commis. art. 21. numer. 84. Marefcot. libr. 1. resol. capit. 59. numer. 44. & 45. rationes assignat Menoch. ubi supra conf. 394. numer. 17.* Nec ad condemnationem processu ex possessorum negatione, & impedimentis procedit iudex, sed in hoc casu declarationem illius ad ordinarium iudicem reservare debet, & facere thomum secundum descriptionem, & mensurationem fundi, sine damno juris partium reservati, quis iacturam ei minime inferre potest; *argument. l. plures 19. ad finem. Cod. fide instrum. l. sicut Cod. liber. caus. Barbosa. in l. omnibus numer. 43. ff. de iudic. & facit Ordinat. lib. 3. tit. 73. §. 3.*

At magis quæstionis est, quænam præscriptio 40. vel 100.

ann. sufficiat pro bonis Ordinum militarium equestrum *vide Barbosa in l. competit à numer. 85. Cod. de præscription. 30. ann. cum bona æquata sint Ecclesiæ Romanæ bonis, capit. cum dilecta de confirmat. util. vel inut. & est Bulla Eugenii 4. Roma anno 1589. fol. 7. quæ sic declaravit, & quia in annuis censibus tot requiruntur præscriptiones, quot sunt anni, Boer. decisio. 366. Gratian. forens. cap. 883. num. 14. tom. 5.*

Quoad primum attinet ob-³¹servari oportet, quod testes deponentes super confinibus, non creditur, nisi rationem reddant, etiam non interrogati, *ex Mascard. dict. conclus. 395. numer. 3. & 1369. numer. 24. Farinac. in praxi 2. parte de opposit. contra dicta rest. quæst. 170. numero 86. & est glos. Accurt. verbo solam in addit. l. 3. Cod. de testib. quæ allegat Innocent. in dicto capit. causam, & si sint de rusticis circumcolentibus, ac interrogati in præsentia confinium præferuntur, tanquam simpliciores & seniores, ut consuluit *Bald. conf. 468. num. 1. & 2. libr. 2. Zazius conf. 11. numer. 5. & conf. 16. numer. 2.* pro ut allegat, & cum illis decidit *Rota ex Mantica decis. 143. numer. 1.**

Rursus apparet ex libro an-³²tiquo, vel instrumento acquisitionis

tionis fundi adhærere illum talibus prædiis, & habere tales limites in tali loco, & loco loci, sed ratione interjecti temporis obscurati, vel mutati sunt, & item novi vicini possessores nomine differunt ab antiquis, quare, & articuli, & libellus faciendi, pro ut explicat *Peregr. de fideicommiss. ar. 44. numer. 49. & 50.* & testes super illis interrogandi, deponere debent, notos se habere antiquos, & novos fines, ac etiam defunctos possessores, ac viventes fuisse, & esse possessores vicinorum agrorum, ita docet *Bart. in l. demonstratio in fine principii numer. 20. vers. idem esse faciendum ff. condit. & demonstrat. & in l. 1. numer. 2. & 3. & ibi Paul. de Castr. in fine Cod. si unus ex pluribus appellaverit, Felin. in dicto capit. causam numer. 12. vers. tertio scias de probat. Cravet. conf. 57. numer. 7. allegat, & refert Gratian. forens. capit. 447. numer. 33. tom. 3. ubi dicit aliter identitatem rei, & confinium probari non posse, & dict. cap. 883. numer. 5. dicit, quando congruentia, & verisimilitudo loci, & rei ipsi tantum competunt, &*

33

numer. 13. & tom. 5. quando res sunt confusæ, & intricatæ, uti contingere solet, quando unus emit plures agros, vel prædia

urbana, ad redigendum in unum prædium, vel fundum certior probatio, quæ haberi potest, est per famam, *secundum Bald. conf. 285. numer. 1. libr. 2. incipit*, verba laudi, & domus, vel hortus liber talis declarari, & relinqui debet; *Menoch. conf. 395. numer. 29. libr. 4. Gratian. capit. 896. numer. 3. tom. 5.* Nam identitas rei per leviores probationes, & etiam per conjecturas, & indicia probatur; *Decianus resp. 17. numer. 9. & 21. lib. 3. Farinacius decis. Rotæ 47. Gratian. dicto capit. 447. numero 38. & capit. 883. numer. 5. & lib. 8.* Si tamen distinctè non constiterit de quantitate prædii emphyteutici, ex mutatione, & turbatione terminorum totum prædium emphyteuticum præsumetur per ea, quæ *Ruin. conf. 50. numero 14. volum. 1. facit exemplum Ordination. lib. 1. titul. 62. §. 51. ante finem, latè agit Gratian. capit. 188. numer. 37. tom. 1.* Non sic, si emphyteuticus fundus ita permixtus sit agro allodiali, ut discerni non possit, quia hoc casu succumbit agens ad emphyteusum *Jacob. de Sancto Gregorio in rubric. de rei vendicat. à numero 23. Roland. conf. 87. numer. 17. lib. 2. cum aliis per Menochium conf. 395. numero 19. lib. 4. & conf. 515. numero 9.*

lib. 6. & ita iste ab altero casu differt, quia in priori constat de emphyteusi, nec reus negat, sed quid sit confusa; in secundo verò casu solùm agitur ad emphyteusim, quæ negatur, & omninò discerni non potest, quibus addo, quod expensas in reaptanda emphyteusi, ut registretur, & describatur in thomo facere debeant hæredes primi acquirentis, vel ejus, qui permittit bona ipsa emphyteutica, & allodialia insimul, ut esse praxi receptum asserit Gratian. capit. 460. num. 32. & 33. tom. 3.

34. Accidit enim rarò, ut quis ignoret loca confinium, & limites sui agri, cùm sit actualis possessor, *argum. l. quisquis, & ibi glosa in addition. Cod. rescind. & l. subsignatum 39. & ibi glos. fin. ff. verb. signific. Corneus conf. 81. circa finem libr. 3. unde fit, quod emptor tenetur suum venditorem vocare, etiam si sciat litem motam, quia certus de jure suæ rei, & magis instructus, eam defendit Paulus in leg. exceptione §. non solùm ff. de verborum; & dicta glosa final. dicit dominum directum posse revindicare ab emptore alternativè rem suam, quam utilis, Franc. Marc. decision. 557. part. 1. & decision. 606. numer. 3. Mantic. de tacit. libr. 22. titul. 20. à numer. 2.*

Cancer. var. 1. parte capit. 21. numer. 40. Dominus suæ propriæ admixtam vendidit, cùm possit ex post facto declarari prosequitur Hieronymus de Monte hoc titulo capit. 43. numer. 16. quod 35 illa scientia confinium præsumpta, quæ domino rei tribuitur, locum habet in domino rei naturaliter possidente Thuscus tomo 3. conclus. 353. numero 3. pro ut refert Gusman de evict. quest. 3. numer. 5. veluti emphyteuta, de quo ibi Caldas Pereira, conf. 2. numer. 3. & conf. 33. numero 31. ubi etiam dicit possidere civiliter ipsum usufructum, & utile dominium ex eo, quod potest præscribere, Barbosa in l. 2. numero 68. & 69. Cod. præscript. 30. vel 40. an. & in fœdatario, de quo hic, & in l. si in rem, & in usufructuario, & aliis bonæ fidei possoribus, de quibus, in l. 4. §. finium ff. hoc titulo, ubi ad declarationem finium vocari admonet Juriscons. illos possessores, & non dominos directos.

Si verò testes deponant de his, quorum in memoria eorum non existit, de qua re jam egististi capit. 9. numer. 3. & sequentibus, sufficit probatio eorum dicentium, quod tales fines ita fuerunt observati, l. 1. ff. aqua pluvia arcend. pro ut allegat Hieronymus de Monte capit. 50. num.

11. & *prosequitur in capit. 51. Mantie. decision. citata 143. numer. 11. & 12. subsequitur etiam quod sufficit in istis immemorialibus fama probari fines, tradunt Doctores in capit. veniens de testibus, Baldus conf. 286. Thema tale est volum. 1. Guido decision. 193. Gratian. responso 138. numero 11. volum. 1. nec requiruntur tunc in probatione famæ, quæ infra sequuntur Bart. in l. de minore §. si plurium ff. de minoribus, sed sufficit probari, quod ita publicè dicebatur, Bald. in capit. præterea col. 6. de testibus, Marefcot. lib. 1. var. capit. 59. numer. 32.*

37 Adverte tamen ad alia talem famam constare debere ortam fuisse, ante litem inchoatam, ut tradit Craveta conf. 260. numer. 7. volum. 2. incipit ad dubia Farinac. quest. 47. numero 176. Vel si non fuerit industriosa, & seminata ab eo, qui ejus prætextu voluit se excusare, l. miles 11. §. mulier ff. de adulter. vel ut tertio præjudicaret Farinac. dicta questione 47. numero 156. Mascard. conclus. 748. numero 9. Cald. conf. 18. numero 33. Gratian. capit. 969. numero 10. & 11. id quo plurimum debent attendere advocati ad componendos articulos contra famam objectam suo clienti, & judices in interro-

gandis testibus, quia plures sunt mali, qui hoc faciunt, ut de inimicis, & exosis vendictam sumant prætextu, & sub colore justitiæ, & judices decepti, vel quia rigorosi, & non mites ex animo, innocentes puniunt obsecati sua ferocitate, vel parco labore, & diligentia, seu ignavia, vel propter alias causas, quia fallax est hæc famæ probatio, ut per Bartolum in dicta l. de minore §. tormenta, quem sequitur Caldas conf. 17. numero 30. & 35. argum. capit. licet de accusat. & capit. cum in juventute de purg. canon; dicit judicem debere plus delectari odore, & suavitate bonæ famæ, quam credulitate malæ famæ, & opinionis.

Sciunt equidem, ut scire tenentur, verba Imperat. in l. rem non novam 12. ante finem Cod. de judic. ibi: *Cum etiam ipsis magis, quam partibus terribile iudicium est*] cum aliis per Tiraquel. de pia causa capit. 24. numero 2. Abb. & Gramat. adductis ab Alphonso de Azevedo conf. 30. numero 13. & 14. Et exactissimè examinare, & scrutari veritatem rerum tenentur judices, etiam ad particularem favorem recrum pro quorum defensione ex officio tenentur, argum. l. decurionum 12. & ibi glosa verbo au-

dienda Cod. de panis, l. si non defendatur 19. ff. de panis prosequitur Cassan. Burg. rubric. 1. §. 5. numer. 131. in addit. pagina mihi 211.

- 40 Rursus fama non debet esse de casibus recentibus, ut de scripturis, enunciative confectis, dicit Aretinus conf. 42. numero 2. & eum referens resolvit Nicolaus Genoa libro 2. de verbis enuntiat. quest. 1. numero 57. & Azeved. conf. 30. numero 28. sed de antiquis ultra quod debet versari in maiori parte populi uniformiter admissa, ex doctrina glosa, & Abb. in capit. super eo numero 3. de eo, qui cognovit consang. nuxer. & habere actores statim nominandos bonæ famæ, & fide dignos ad Ordinat. libr. 5. titulo 134. post principium, ubi allegandi allegantur à Barbosa in dicta Ordinat. Menoch. conf. 60. numero 21. libro 1. Nam & in omni re initium debet inspici. l. quod 34. ff. donat. l. 2. §. & parvi, ff. quod vi, aut clam, Caldas libro 1. question. 6. numer. 47. & à primordio tituli posterior formatur eventus, prosequitur Azeved. dicto conf. 30. numero 28. Et insuper addatur quod testes sentiant, & credant, capit. quoties de testibus, & est ratio, quia quando, per industriam fama est se-
- 42 minata, versatur inter homines

sine discursu, & opinione, seu æstimatione suadentibus, & in quibus ipsa nititur ex his, quæ Bart. in l. de minore §. plurimum numero 7. ff. de quest. Hieronymus de Monte capit. 55. numero 2. quia ut suspensiones hominum haberi pro veris possint, temporis spatium ad examinandum requiritur, mora enim odio est, sed facit sapientiam, Matiens. de re-lator. 3. parte capit. 29. numero 19. Homines enim per sæpe in deceptionem incidunt ex primis aspectibus, ideo sapientes consilium mutant. Proverb. 5. l. nonnunquam in principio, ff. de col. honor. quam refert novissime Sebastian. de Britto Pereira in suis addition. litera S. numero 4. ad loca communia juris collecta à Barbosa, & Valasco; quibus, quidem nititur ratio, quæ efficit, ut in antiquis fama plenè probat ex Cornel. conf. 304. numero 5. vol. 3. & conf. 85. circa primum numero 22. libr. 1. Jason. in l. cum aliquis, numero 5. Cod. jure de liber. Genoa dicta quest. 1. numer. 65. & plusquam 30. allegat ad hoc Hieronym. de Monte dict. capit. 55. numero 14. & probatur argum. textus in l. qui bona 13. §. si quis stipulaturus ff. damn. infect. dummodò fama ipsa fuerit una, illæsa, & sine varietate capit. de parentela 35. quest. 6. in quibus

quibus omnibus, nec contrarie-
tas ulla reperiri debet idem *Bart.*
in l. 1. §. idem labeo, ff. aqua
pluv. arc. Garcia de nobilitate,
glos. 18. §. 2. numero 13. Ergo
in novis, & minus in novissimis
fama, nec semiplene probare de-
bet, cum potuerit esse fallax,
& industriosa secundum prædi-
cta, quod cessat in antiqua
46 unanimiter admissa ab omnibus,
& nulla probationis species ad-
mittitur de possibili, sed de ne-
cessitate concludens, *l. si per alium*
5. §. docere ff. ne quis in eum, qui
in jus vocat, l. neque Cod. probat.
l. non hoc C. unde legit. capit. in
presentia, ubi notatur de probat,
& loquentem in præsumptiva
post alios ibi allegatos latius *Pe-*
regrin. de fideicommiss. art. 11. nu-
mer. 38. & 39. faciuntque Pe-
reira decision. 54. numer. 11. Un-
de non eo, quod, si in viridi
casu adhibeatur probatio per fa-
mam, postea tempore defensio-
nis rei pro eisdem levamine ar-
ticuli fiant (si ita probari possit,
& eveniat) quod post dictam fa-
mam contraria opinio sederit in
hominum animo, & iudex in-
terrogare poterit eosdemmet te-
stes in inquisitione de eadem de-
ponentes, audierint, ne postea
contrariam famam, ex quibus
periculosissimum est ex præsum-
47 ptione aliqua famam contra car-

tere detentum, summarie, & ex
abrupto procedi jubere, *Ordinat.*
lib. 1. titul. 1. §. 16. quia ipsa
respicit atrocitatem delicti (*Qualidade do caso*) & certitudinem
probationis non subjecta falsi-
tati (*Qualidade da prova, & todo*
hem considerado) *Cab. 1. parte de-*
cision. 206. tunc enim ob con-
cursum utriusque requisiti, &
defensio denegatur talibus convi-
ctis *ex Bajard. ad Clar. quest. 49.*
numer. 51. Roland. conf. 12. nu-
mer. 88. vol. 3. Debetur enim
in hac re summarie evictari, ne
evenire possit innocentem, &
falso, seu per inimicitiam incu-
satum, & traditum puniri con-
tra *l. absentem 5. in principio, ff. 48*
de penis, quia præsumptio juris
maximè arctat iudices pro non
delicto iudicare, *l. Arrianus 46.*
ff. act. & obligat, quia tunc plus
ad misericordiam, quam ad seve-
ritatem deferendum est, *Gramā-*
tic. decision. 56. numer. 17. &
aliis adductis admonet *Azeved.*
conf. 30. numer. 14. & facit l.
respicendum 11. ff. de penis, &
experientia constitit aliquos ex
præsumptiva probatione hisce
diebus, injustè fuisse suspensos;
quod malum in hoc Regno jam
olim Divus Lusitanus Antonius
impedivit, liberari proprium
suum patrem naturalem (maxi-
mè Dei favore) licet alios argu-
tte

tte convictos, & dignos puni-
tos fuisse aliquando apparuerit,
sed non sufficit, quia pericli-
tantur iudices, maximè in hoc
Regno, ubi præsumptionibus sæ-
pè differtur, ex quadam opinio-
ne *Barbos. in l. 2. part. 1. in prin-*
cipio numer. 80. ff. solut. matrim.
Cast. dict. decision. 54. numer.
14. quæ relinquendæ sunt dis-
putationi Andrea Fachin. libr. 1.
controvers. lib. 9. & decisioni re-
lata à Joseph de Sesse in p. 1. ex-
plicat Hieronymus Gab. cons. 180.
numer. 20. lib. 1. & D. Francis-
cus Farmiens. selectar. capit. 1.
per totum.

49 Item tenentur iudices, quan-
do in inquisitionibus utuntur fa-
mæ probatione, ab aliquibus te-
stibus evomita ab omnibus ean-
dem famam petere, & scribi fa-
cere, quæ super ea decantant;
quia tunc vel poterit contraria
fama negativa probari, & præ-
valebit alteri affirmativæ ex di-
gnioribus testibus, quorum nu-
mero dicitur fama probari, *not.*
Alexand. ad Bart. in l. sed &
quia in citato §. plurimum numer.
22. sub lüera A. Felin. in capit.
cum oporteat numer. 8. de accu-
sat. sequitur his, & aliis relatis
Hieronym. de Monte capit. 56.
numer. 11. & Mascard. concl.
749. numer. 21. Farin. libr. 1.
quest. 47. numer. 267. vel ex di-

gnioribus testibus prout esse pos-
sunt, iidem testes negantes, vel
melioribus præsumptionibus, &
motivis nitentes; *argum. textus*
in l. ob carmen 21. §. 3. cum
sua glos. ff. de testib. vel quia
pro non delicto, ut supra cum
citata l. Arrianus, & respicien-
dum scriptum extat, & sic de
bona fama prævalere oportet
probatio, Cravet. cons. 275. in-
cipit quaritur numer. 12. vol. 2.
Bart. in dict. §. plurimum nu-
mer. 26. vers. quid ergo, ita con-
sideravit idem Hieronym. de Mon-
te cit. capit. 55. numer. 7. & 50
idem etiam important plura in-
strumenta enuntiative, de anti-
quo producta, quæ famæ pro-
bationem habent, Bald. & Sa-
licet. in dicta l. cum aliquis Fa-
rinac. decision. Rotæ 591. num.
2. ita cum his dicit Genoa allega-
to lib. 2. de verbis enuntiativis
quest. 1. num. 64.

Per instrumenta probantur ⁵¹
etiam confines, sicuti & ipsum
dominium rei probatur, *l. pro-*
prietatis, & ibi glos. fin. Cod.
probat. & resolvit Hieronym. de
Monte capit. 66. & licet in ca-
pit. 60. numer. 13. neget per
instrumenta illa enuntiativa non
conduci domini in antiquis, &
possessionis probationem, adhuc
dicendum est verè probari, ut
scribat Cavalc. decision. 23. nu-
mer.

mer. 81. parte 1. prosequitur Genoa libr. 2. de verb. enuntiat. quest. 5. numer. 89. & 90. & eo non relato extat dictum supra cap. 10. numer. 9. & hoc cap. 13. numer. 30.

52 Per libros etiam probantur limites, qui in duplici reperiuntur differentia, vel publici, vel non publici, quod probent, non est dubium, licet sub custodia publica, vel archivo non sint custoditi, *Abb. in capit. cum causam de probat. in principio capit. ad audientiam* 13. de prescript. facit l. census 10. cum glossa ibi, ff. probat. authent. ad hanc Cod. fidei instrument. glos. verbo archivus 3. quest. 1. exceduntque probationem factam per testes dict. l. census.

53 Probant etiam libri antiqui confraternitatum, & Ecclesiarum, quibus pensiones, & alii redditus solent exigi ab officialibus, *Girona de Gabell. 4. parte numero 32. prosequitur late Valasc. de jure emphyteu. quest. 26. numer. 9. quod si non in totum probant, quando maximè agitur de magno præjudicio semiplene non probant, tamen probant ex supra dictis Hieronym. de Monte per totum capit. 64. quem vide, & alios ibi allegatos Menoch. conf. 409. numer. 21. & num. 25. lib. 5.*

Item probationem faciunt libri defunct. possessorum circa confinia, & descriptiones rerum suarum, præsertim si appareat fuisse nobiles (ut per *Menoch. conf. 402. numero 48. libr. 5. & conf. 422. numero 10.*) & divites, & timoratae conscientiae, pro quibus stat præsumptio quod noluerunt mori cum peccato mortali, l. ultim. in finem Cod. repetund. capit. sancimus 1. quest. 7. ut resolvit *Parif. conf. 104. numer. 76. volum. 1. Bald. per textum. ibi, ubi Paul. in l. rationes, & ibi glos. & Bart. Cod. probat. fortiter juvat Ordinat. libr. 4. titul. 33. §. 1. Menoch. dict. conf. 402. numero 49.*

Per literas etiam scriptas, seu arma depicta in lapidibus fit probatio domini, vel confinium, *Ancharran. conf. 113. Lambert. de jure patron. parte 1. libro 1. quest. 5. art. 4. numer. 3. cum aliis in id adductis à Gabriel Pereira decisio. 24. numer. 7. prosequitur latius Hieronym. de Monte cap. 65. numer. 5. allegat in argum. l. monumentum 42. ff. religios. & sumpt. funer. Quod si sint limites publici, & termini territoriorum, parochiarum, & diæcesum probat ex præsumptione, quia quando sic scriptum, vel depictum fuit, sic ordinatum fuisse censetur, nec partes aliter*

aliter enuntiaffent, nisi ita veritas haberetur; *argum. l. Titia 134. §. idem respondit, ff. verborum obligat; l. ex hac scriptura 16. ff. de donat. resolvit Nata conf. 283. numero 8. lib. 2. Riminald. conf. 137. numer. 26. lib. 2. quos in id refert idem Genoa lib. 2. de verb. enunt. quest. 1. num. 68.*

56 Per argumenta, & conjecturas, quod idem est, confines probantur, sicuti & per alias femiplenas probationes voluit *Succinus conf. 89. numer. 3. vol. 1. Abb. in capit. cum olim. & in capit. super eo numer. 3. de paroch. late Corneus conf. 142. in principio incipit videtur prima vol. 4. cum aliis Pelaeus de Maiorat. quest. 20. parte 4. numer. 14. secundum novam impressionem. Unde si actor pro se proferat integrum testem, ut declarat *Ordinat. libr. 3. titul. 52. in principio*; poterit petere iuramentum suppletorium ante causæ conclusionem, vel si ad calcem articulorum petitum fuerit iustitiam ministrari *ex Alexand. Fachin. libr. 1. controvers. cap. 17. Menoch. cas. 464. numer. 28. & conf. 1108. numer. 10. libr. 11. Peguera decision. 21. part. 3. si ipse tamen rationem scientiæ habeat ad eandem Ordinat. in §. 2. in principio, &**

*titul. 59. §. 6. Mascard. conclus. 1299. numer. 20. qui dicit filium ratione habitationis paternæ præsumi facta patris scire, ita Decius in capit. cum causam numer. 4. de probat. Hieronym de Monte cap. 68. num. 8. dum tamen causa finium agatur inter administratores bonorum [vel sit ut evenire solet] super modico præiudicio, quale versatur in finibus particularibus, ut per eisdem, & per *Menoch. conf. 491. numer. 34. libr. 5. & sufficit modica probatio, argum. l. thesaurus ff. ad exhibend. Garcia de nobilit. glos. 1. numer. 37. Azeved. conf. 30. numer. 2. & ideo sufficere probationes imperfectas, & conjecturales; affirmat *Mantic. dict. decis. 143. num. 13.***

Adde pro complemento istius brevis compendii probationum in causis finalibus omnem probationis speciem in ea locum habere quia licet lex probationis certæ mentionem faciat, intelligitur tamen exempli causa facere, *Clem. evixit de verb. signif. Bald. in l. 1. ff. liber, & posth. facit textus in l. 1. C. quorum bonor. probatio enim nulla exclusiva censetur, nisi quam lex nuncupatim excludit *Perov. quest. 37. numer. 6. quantumcumque lex taxativè loquatur, idem Garcia**

Garcia glos. 7. numer. 35. & 36. Et est ratio, quia iudex non tenetur animum suum ad unam tantum probationis speciem applicare, ut in l. 3. §. ejusdem, & in l. ob eorum 2. ff. de testib. Boer. decision. 90. numer. 2. Monach. decision. 57. numer. 3. Avend. de exequend. 2. parte capit. 29. numer. 6. ex quibus, & ex his, quæ Hieronym. de Monte super hac re à capit. 30. usque ad cap. 66. latè agit procedere prudenter, prout casus exposcat, & tu magis videre poteris.

61 Optima tamen earum probationum, immò & necessaria consistit in aspectu agri, & loci dubitati, per iudicem ipsum præsentibus partibus, & testibus, de qua jam diximus capit. 11. numer. 68. & scribit Hieronymus de Monte citato capit. 30. numer. 3. per jura statim alleganda, quod si iudex reperiat scandala, & contentiones inter partes cessare non posse ex qualitate loci si ita relinquatur, quia communia etiam inter fratres discordias parat l. cum pater §. dulcissimis ff. legat. 2. capit. ex tenore 10. de sentent. excommun. Poterit ex uno agro alteri in una parte adjudicare, & in altera ab illo auferre, & huic addere: vel si hæc commodè

fieri non possint in pecunia satisfieri compellere, l. 2. 3. & 4. in principio ff. hoc nostr. titul. §. fin. Institut. de offic. judic. l. 3. in princip. Cod. commun. divid. & scripsit Abb. in capit. ex literis numer. 9. de probat. Fab. in rat. ad hunc titulum in l. 3. parte 2. Pandectar. & ideo ibi in l. 1. vocat hanc actionem arbitrariam, de quo, & supra capit. 6. numer. 21. & iterum idem Hieronymus de Monte capit. 101. numer. 2. & 5. dicens inde quod in hoc casu, & aliis ubi iudex non tenetur stare petitis in libello, uti de jure teneri dicunt l. ut fundus 18. ff. commun. divid. l. fin. Cod. de fidei-commis. Ordinat. libr. 3. titul. 66. §. 1. potuitque hoc lex facere cum domina sit personarum, & rerum, l. 2. ff. legib. Fab. ubi proximè.

Ita etiam, si commodè agros 62 terminare iudex non possit ob arborem aliquam impediendam, eam scindi jubere potest, sicut & ædificium deponi inter quos non est discrimen, Fab. in rational. ad hunc titulum in l. 2. in principio, si impedimento sint l. 4. §. sed & si ff. hoc titul. cujus præcepto non obtemperantem condemnandum quanti adversarius juraverit in litem, probat regulariter textus in l. penult. §.

1. ff. ne quis eum in jus vocatur, & in argum. §. fin. vers. contumacia Institut. de offic. jud. ubi
 63 permittitur judici punire impudentem suum agrum metiri, ut sciat inde, an plus possideat: tenerique tanquam contumacem, & inobedientem in forma l. si tutor 8. in 2. part. ff. in litem jur. pro cujus explicatione, adverte, quod in tribus casibus stricti juris, qualis est noster iste, ut diximus, & apparet à textu in §. actionum Institut. de act. locum habet juramentum in litem ad punitionem rei propter contemptam judicis auctoritatem, vel propter illius rigorem conservandum dict. l. penult. §. 1. pro ut docet glos. verbo plane post principium in l. in actionibus supra eodem titulo de in litem jur. quæ alios duos casus refert, & addito, quod in his actionibus stricti juris non juratur in litem, nisi quando vera æstimatio haberi non potest dicta l. in actionibus ubi glosa verbo non etiam glos. etiam verbo conveniri posse ad finem in l. si sine 33. ff. admin. tut.

65 Insuper, ut hoc juramentum in litem habeat locum, quatuor concurrere necesse est, veluti, quod ad sit dolus quod actionis qualitas patiatur, id est, sit arbitraria, quod res affectionem

recipiat, & demum, quod persona habilis sit ad jurandum l. numis 3. illo titul. de in litem jur. veluti, quod sit dominus, vel quasi dominus, l. vulgo 7. eodem titulo, & sit verum in enumeratis in l. 4. §. finium ff. hoc titulo, & percurramus supra capit. 7. numero 13. cum sequentibus qui quidem soli admittendi sunt in hoc judicio, & litem contestari possunt, ut dicam cum Jurisconsulto Ulpian. in dicta l. vulgo in fine.

Ita etiam contra amoventes 66 terminos, vel mandantes competit hoc juramentum tam pro damnis, quàm pro declaratione loci, à quo evulsi fuerunt, prosequitur Farinac. in praxi tit. de furt. q. 168. num. 113.

Habet etiam locum in hoc 67 judicio finium Regundorum aliud juramentum calumniæ quod in quacunque parte judicii præstari potest, etiam post conclusum in causa capit. 1. de jurament. calumn. in 6. docet Bald. in l. 1. ad finem vers. sed nunquid C. eodem titulo Ordinat. lib. 3. titul. 43. §. 1. & in quacunque causa ex Barbof. in l. cum qui temere numer. 165. ff. de jud. tam in actore, quàm in reo, 68 l. inter cohæredes 45. §. qui familia, ff. famil. erciscund. Abb. in capit. ex literis numer. 9. de probat.

probat. immò, quia actor, & reus utriusque partibus fungitur, ut diximus, & probat *l. iudicium 10. ff. hoc titulo*, debet iuramentum dari tanquam ab actore, quod scilicet, intelligit bene agere, & tanquam à reo, quod intelligit bene se defendere, *ut per glosam verbo iudices in dicto capit. ex literis, & ibi Decius, & Speculator & notat Hieronymus de Monte capit. 45. numero 8. l. 2. Cod. iurejurand. propter calumn. resolvit idem*
 69 *Barbosa in l. in tribus numero 8. ff. iudic. ad aliquos verè effectus juris semper provocans etiam in hoc eodem iudicio actor dicitur, dicta l. in tribus 3. cum l. sequenti. ff. de iudic. l. 2. §. in tribus ff. comm. divid. explicat idem Hieronymus de Monte ubi supra numero 5. & capit. 48. numer. 2. & latius Barbos. ubi proximè numer. 27. ita ut tanquam plene probare debeat, aliàs reus provocatus absolvetur Faber. in rational. ad l. iudicium in decisione ad finem.*

70 Et quamvis non bis, sed lemel præstari debeat eidem parti, tamen si iudici videatur, quod in litigante animus sit mutatus, repetere iuramentum potest, *glosa verbo iurandum, in additione l. qui bona 13. §. si quis ff. damn. infect. quod & pro notabili me-*

mores non fieri tactis sacrosanctis Evangeliiis, ut in casibus aliis, sed positis ante iudicem ⁷¹ jurare, *ut in l. 2. in finem, & ibi glos. verbo propositis, quod concludit ad Ordinat. citato titulo 43. quia Ordinat. libr. 1. tit. 85. post principium, dicit, quod liber Evangeliorum tangatur, & in lib. 4. tit. 1. §. 1. non meminit illius tactus, quare recurrere ad allegatos à Barbosa in dicto §. 1. numer. 12. & ad Hieronym. Gonsales de alternat. Episcop. glos. 4. titul. de nullitat. autent. numer. 111. pag. 223. Adverte tamen, quod licet contractus tam de jure civili, quàm canonici iuramento firmentur, minimè tamen confirmari solent, *attenta Ordinat. lib. 4. titul. 73.* ⁷² *in principio; qua caverur, ne fiant contractus cum iuramento promissorio sub pœna nullitatis actus, & aliis ibidem, ut in privatis scholis Conimbric. docuit D. Antonius de Magalhães Senator Ecclesiasticus conjugiorum, Residuorumque iudex Olyssip. meretissimus, Auditor generalis Regiæ Capella integerrimus, ad regulam non est obligatorium de regul. jur. in 6. in fine, ubi allegat. Valasc. conf. 16. numer. 14. & alios; cujus probationis ratio in eo est, ne ratione iuramenti causæ seculares ad iudicem Ecclesia-**

clericalium advocentur; *juxta* textum in capit. ultim. de foro competent. libr. 6. Emmanuel The mud. 1. part. decision. 100. numer. 10. & ne secularis jurif-

dictio defraudetur, & perturbetur contra reg. textus in capit. novit de judic. Gom. 2. tom. var. cap. 14. numer. 20.

S U M M A R I U M.

1 *Evictio etiam locum habet in hoc judicio finium Regundorum, si agatur ex causa, & actione à venditore procedente. Evictio non habet locum in actione personali.*

2 *Declarantur l. si finis 10. Cod. de evict. & l. si mancipium 33. §. si communi ff. de evict.*

3 *Confiscantur bona inventa apud emptorem, ex delicto anteriore venditoris, qui de evictione ideo tenetur, & etiam si venditor habeat rem, & pretium receptum fateatur, dummodò apud eum reperiantur.*

Fraudulenta præsuntur venditio facta consanguineis, vel amicis ab eo, qui confiscationem bono-

rum ex delicto incurrit.

Interpretatur l. Lucius Titius ff. de evict., & l. item si verberatum 81. vers. si forte ff. reivend.

Dominium sine traditione non transfertur, præterquam in heredem, post aditam hereditatem, vel in legatarios, & quæ sit differentia, inter ultimas voluntates, & actus viventium.

Contractus ex post facto sunt necessarii, licet à principio voluntarii fuerint, & dominium est magni ponderis, & momenti.

Pignoris in constitutione non requiritur dominii traditio, quia in ea non agitur de tanto damno, uti quando perditur, & transfertur.

Rei-

8 *Reivendicationis sententia non exequitur antequam reo condemnato ad id citato, & non uxori; 10. dies non assignantur, quod si omittantur, reus restitui potest ad rem, & ad possessionem.*

9 *Familie eriscund. sententia transfertur dominium, nec 10. dierum spatium requiritur, nec fidejussio in traditione, objectis impedimentis.*

In communi dividund. & finium Regundorum sententia habita aliter dicitur à num. 27.

10 *Appellatio indistinctè conceditur in hoc Regno à sententia lata super posescrio, & etiam in iudicio finium Regund.*

11 *Finium Regundorum iudicium non potest intentari, pendente appellatione, vel supplicatione super possessione rei.*

Dominium rei probatur iudiciis, & probationibus. Dominium est difficilis probationis, & quando incidenter, & minus

principaliter de eo actum fuerit.

Sententia lata ex errore 12 justam præscribendi causam præbet malæ fidei possessori propter auctoritatem rei judicatæ, sed de veritate, ibi remisivè.

Judicata res pro veritate habetur, & sententia pro se habet præsumptionem.

Sententia non vitiatur ex 13 errore confinium, quando constat de corpore rei, quoad alia.

Probationes debent esse certæ, quod si ita sint, iudex debet oculis propriis videre, & quia in hoc iudicio occurrunt hinc, inde præsumptiones, debet vehementioribus, & melius concludētibus deferre, & prævalet ideo præsumptio pro testibus testificantibus de terminis affixis.

Limites antiqui in iudicando attendendi sunt præterquam, si de novis expresse, & clare constet.

Conf-

- 16 *Conscientia judicis allegatur, rebus visis, sicut, & notario, & etiam legum rationibus machinantibus, quia est conscientia impulsiva.*
- 17 *Conscientia judicis non ligatur ad judicandum præterquam ubi natura ipsa rei obligationem imponat.*
- 18 *Finium quæstiones per arbitros compromissarios decidere partes possunt, & tenentur eorum determinationi obtemperare sub pœna multæ impostæ.*
- 19 *Decisa semel per bonam fidem, & consensu partium instaurari iterum non debent.*
- 20 *Solemnitas actus præcise præsumitur, ex antiquitate temporis, concurrente semper eadem possessione, & observantia.*
- 21 *Terminos debent judices, licet lapidei sint figere facere in locis notabilibus, & illis evulsis, vel tempore consumptis ager demonstratæ maneat.*
- Appellatio inventa est de²² jure naturali, sed quod ad formam de jure civili est.*
- Appellatio in dubio recipi²³ debet, solumque in casu expresso reijci debet, & in hoc iudices ordinarij, & delegati æquati sunt.*
- Appellationem, si iudex re-²⁴ cipiendam non recipiat à superioribus condemnabitur in duplicatis expensis applicandis parti conquerenti: si vero recipiat, non recipiendam, tenebitur ad damna, & expensas retardatas, si pars petat.*
- Appellatio proponenda est²⁵ coram iudice in audientia, si tamen sit delegatus, nec audientias exerceat, sufficit coram eo, & notario appellare, & interponi debet intra 10. dies numerandos de momento ad momentum.*
- Appellatione, vel tempore²⁶ ad appellandum pendente, attentata committuntur.*

27 *Finium Regund. Commun. divid. famil. erciscund. judicia æquiparata sunt, sed non quo ad effectum suspensivum appellationis, quia in illis suspendit, in hoc iudicio non.*

28 *Ratio ubi differt, & dispositio differre debet, & interpretatur Ordination lib. 4. titul. 96. §. 22.*

29 *Appellatio ab interlocutoria, est odiosa, & non suspendit, & vocatur apud nos supplicatio.*

30 *Appellatio non suspendit in hoc iudicio finium Regundorum quo ad alios, sicut, & non suspendit in casibus omnino separatis, & praxis traditur, & numer. 31. & sequent.*

31 *Executio sententiæ à iudice delegato finium Regundorum procedentis, fit ab ordinario loci, cui relinquenda est.*

32 *Sententiæ tot sunt, quot*

sunt capita diversa.

Appellationis acta parti appellanti traduntur, quia dies apparitionis alteri traditur, & sententia non valet, originalibus actis, non ostensis.

Liber thomi debet sigillari in quolibet folio à iudice, & in termino subscriptionis declarari quot foliorum numero constet, & quod si unius marchæ, & magnitudinis, quod fieri debet in libri querelarum, & notariatus.

Liber thomi monumenta nuncupatur, & quæ sint hæc.

Liber componi debet, ut sententia extrahatur, vel transcribi ad longum; demptis tamen actis suspitionis, vel requisitoriis ad citandum, seu ad interrogandos testes.

C A P. XIV.

Questiō se offert disputanda à Hieronymo de Monte non tacta; utrum scilicet provocatus hoc iudicium finium Regundorum, teneatur venditori litem denunciare ante didiscita testificata, ut jus sibi servet per evictionem, ut in *Ordinatione liber. 3. titul. 45. in principio, juncto §. 2. & toto titulo, ff. & Cod. de evict. præcipué*, quia licet in hoc iudicio ex reivindicacione agatur, tamen est in personam, ut declarat glosa 1. in l. 1. ff. finium Regundorum, & eatenus quatenus personalis actio intentatur, non requiritur denunciatio litis, cum cesset evictio, ex *Gabr. tom. 3. commen. titul. de restitut. spol. conclus. quinta numero 79. Gama, & ejus additionator Flores decisioe 101.* Et distinctione opus est, aut actio petitorii intentatur contra possessorem agri pro rei vendicacione fundi venditi; vel partis ejus intra fines demonstratos à venditore existentis, & intrat evictio, l. qui fundum 45. ff. de evict. l. si fines 10. in prima parte Cod. eodem titulo. Aut si movetur super finibus, ut res

commodé limitetur adjudicando portionem in una parte, & auferendo in altera, vel per satisfacionem pecuniæ, ut diximus supra, & non habet locum evictio, ut per *glosam verbo lis finialis post principium, dicta l. si fines, l. hoc jure 25. in medio ff. eodem*; aut quia ex facto emptoris, vel alterius causæ termini obscurati sunt, & etiam non est locus evictioni *dict. l. hoc jure, & est regulare ex textu in l. necessariō 8. in principio, & in l. id quod 7. ff. pericul. & commod. l. 1. C. eod. tit. alia jura allegat Franc. Merlinio decisioe Luc. 30. numero 3.*

Nec obstat textus in l. si man. 2. cipium 34. §. si communi ff. illo titulo, ubi ex evictione dicit non venditorem semper emptori teneri, sine differentia iudicii, cuius vigore vincitur emptor ipse. Respondetur enim loqui de hoc iudicio finium Regundorum deducto ex persona emptoris, sed originem trahente à venditore, qui promisit intra fines demonstratos alium non ingressurum juxta dictam leg. qui fundum, quod in dicta l. si fines non obinet, patet ex textu ibi, Quod

si finibus suis, quo demonstravit agrum vendidit: lis finalis ad venditorem non pertineret, ponderando ut glosa ubi innuit in verbo, *Suis*, quasi expresse dicat fines demonstratos suos fuisse venditoris, nec aliud circa jus venditores finali iudicio suscitari, nec venditor de evictione tenetur, quando res evincitur, secundum ejus naturam, & non ex facto venditoris, *Morosius* l. parte responso 83. numero 16. qui allegat *Bald.* & *Salicet.* in l. si familia *Cod. comm. utriusque iudicii*, refert, & sequitur *Ant. Monach.* decision *Florent.* 63. numero 9. & 10. *Menoch. conf.* 418. numer. 2. & 24. lib. 5. *Gusman.* de evict. quest. 19. art. 12. & 14. ubi dicit non sufficere generalem stipulationem de evictione, sed requiri specialem, ut creditor teneatur, quando res evincitur ex ipsiusmet natura.

Secundum quam distinctionem iudex videat, sit ne locus actoris nominationi? Non tamen delegatus pro finibus Regund. morabitur in facto, & executione sui iudicii, simili allegatione, cum non cognoscat ipse de causa petitorii principaliter, ut dicit *glos. in d. l. si fines*, sed de possessione declaranda, ut in capit. 13. diximus. Confirmatur eadem conclusio ex

textu in l. *Lucius Tuius* 11. ad finem ibi. *Futuros casus evictionis*, post contractam emptionem ad venditorem pertinere, ff. de evict. cum qua in eo non pugnat, l. si fundus 36. vers. nam, & ff. locati, quia in calu hujus legis, nec fundus venditus traditus erat, & maleficium; ex quo publicatus fuit, commissum fuit à venditore, & non ab emptore, ut ibi consideravit *glosa* in verbo teneris exemplo, ex quo unum notabile deducit *Roman. singul.* 427. Quod publicatis bonis alicujus publicantur etiam res apud eum inventæ, licet pretio jam recepto venditæ sint, *argum. l. alienatum* 62. & ibi *Alciatus* ff. verb. sing. *Tiraq. lib.* 1. retract. *glos.* 10. numer. 100. *ita Ordinat. lib.* 4. titul. 8. §. 4. ex quo notabiliter intelliges l. sed si mors 14. ff. de donat. inter. Et etiam scires dirimere dubium sæpius contingens apud iudices Regiarum confiscationum; quod scilicet timentes bona sua confiscari vendita habent consanguineis, & amicis, qui se opponunt dicentes propria illa esse bona illorum, & sibi relinqui, tanquam aliena debere, quod & semper fraudulenta sunt, *argum. Ordinat. libr.* 2. titul. 53. §. 8. in principio, ibi, *Não sendo dos donos,*

nem a seus parentes, l. lata 27. Cod. de donat. Mascard. conf. 322. numer. 3. Valasc. conf. 154. numer. 16. aliàs fraudis species tradit Gabriel Pereira decision. 49. ad quem, & ad allegatos ab eo eundem est.

4 Aliam itidem difficultatem patitur dict. l. Lucius per l. item si verberatum §. 1. vers. item si forte, ff. de rei vendic. quam solvere nituntur Cov. libr. 3. variarum capit. 14. numer. 8. Peregr. de jure fisc. libr. 5. titul. 2. ex numero 52. Surd. conf. 203. à numero 38. quibus & aliis relatis videndus est Agyd. in l. ex hoc jure 1. parte capit. 1. numer. 23. ad quem pro intellectu dictarum legum sufficit recurrere, cum huic nostro instituto deservire non possint.

Jam se offert scire, an per solam sententiam judicis in hoc judicio dominium rei transferatur sine traditione, quam dominium requirit, ut transferri de uno in alterum possit, §. per traditionem Instiut. de rer divis. l. traditionibus 20. Cod. de pact. l. si ager 51. ff. de rei vend. l. non statim 8. ff. de pecul. etiam si adsit voluntas contrahentium illud transferri volentium, ut ex aliis notat Valasc. de part. capit. 30. numer. 24. Cald. libro 1. for. quest. 23. numero 2. Quibus

tamen opponitur dominia in ultimis voluntatibus transferri de testatore in hæredem addita hæreditate, ex bono textu in l. 1. §. fin. cum legibus sequentibus ff. de publician. in rem act. glosa final. in l. traditionibus; vel quo ad legatarios, vel alios particulares successores l. si tibi 88. §. cum servus ff. legat. 1. l. à Titis 66. in fine ff. de furtis; etiam si legatarius ignoraverit leg. cum pater 79. §. surdo ff. legat. 2. peregr. de fideicommiss. art. 49. numer. 103. & art. 48. numer. 1.

Sed differentia in eo est, quia in testatore datur idem usus, & potestas, quæ non datur in contractibus viventium, ut dicit Cald. ubi supra numer. 3. ad finem. Et etiam quia in ultimis voluntatibus sunt dispares, & actus magna deliberatione, & judicio testatoris, qui post mortem aliud in contrarium velle non potest, nec itidem evenire ex quo impediatur actus morte testatoris consummatus, quod est secus in contractibus, quos licet partes necessariò teneantur implere, l. sicut ab initio Cod. a-6 ditionibus, & oblig. tamen quia poterit aliud evenire in contrarium, & impedire traditionem, ac dominium rerum sit tanti ponderis, & momenti; oportuit deinde expectare traditionem rei sequen-

sequentem obligationem ipsam, quod quidem deducitur ex textu in leg. si tibi 18. §. de pignore ff. de pact. l. final. Cod. qua res pignor. obligat. possess. Negusant. de pignoribus tertia parte, membr. 2. numero 1. Bartol. in leg. 1. ff. pignor. act. ubi ad constitutionem pignoris illam traditionem non requiri dicunt, quia non agitur de tanto damno, & præjudicio, & ita eleganter resolvit *Egydius in dicta l. ex hoc jure 2. parte capit. 12. differ. 5. numero 3. & 4.* Et loquentibus in sententiis latis in rei vindicatione præcipit dimitti, & tradi à reo justè condemnato §. final. *Instit. de offic. judicis, Reinos. observ. 6. numero 16.* ut acquiratur victori, *Ordinatio libro 3. titulo 86. §. 15.* ubi etiam post sententiam eidem reo necessariò citando, ut ex *Rota dicit Marefcot lib. 1. variarum capit. 31. numero 3.* assignantur decem dies, & nec uxor vocatur, resolvit idem *Caldas de empt. capit. 8. numero 14.* quibus reus expectari debet, adeò ut si prætermittantur, poterit idem condemnatus interdicto unde vi, possessionem, & rem recuperare: licet de novo iterum facienda fuisset executio, ac ita judicatum in uno processu de *Torres Vedras*, & in *Rota* decisum refert *Farina-*

cus decisione 172. numero 7. parte 1. Gratian. forens. capit. 571. numero 17. tomo 3. quidquid dicant in contrarium allegati à *Barbosa ad Ordinationem dicto §. 15. numero 4. & Baldus in authent. qua supplicatio numero 6. Cod. precibus imp. offer. Capi- cius decisione 11. & ibi à Docto- ribus*, quod quidem favet opi- nioni *Agyd.* licet pro se illos non allegaverit, quod scilicet, quia dominium est tanti ponderis, conceditur hæc decem die- rum dilatio, etiam post ulti- mam sententiam in judicatum transactam.

Hæc tamen limitantur in sen- tentia habita per actionem fami- l. *erciscund. ex Ordination. lib. 4. titulo 96. §. 22.* adeò ut nec fidejussio sit necessaria, etiam exceptionibus, & impedimentis objectis, limitata regula dicti §. 15. & libro 3. titul. 86. §. 3. decernitque *Senatus ex Phæbo se- cunda parte arest. 52.* & dicitur in additionibus ad eundem *Barbosam pagina 37. numero 313.* Et de sententia communi divi- dendo, & finium Regundorum est etiam videndus, *Valasc. de part. capit. 2. numero 6. allegans citatum §. final. Instit. de offic. judic. ubi glosa verbo retineas*, ac idem probat *lex, & ideò 12. & ibi glosam retineas in ultima*

opinionem ff. condit. furtiva, & eo relato, idem *Egydius* citata *dissert.* 5. numero 2. ad medium, sic limitata regula dicta leg. traditionibus *Cod. de pactis*, & eleganter, & melius distinguit *Caldas Pereira* noster *Lustanus* libro secundo, *questionum forensium*, *questione decima sexta* numero 26. inter sententiam declaratoriam, & judicantem ex contumacia in hoc judicio finium *Regundorum*, ut in proxima dominium omnino transferatur, in secundo vero minime, & inter utrumque casum maxima datur differentia, ut resolvit *infra* numero 27. cum 2. seq. & explicat *Reinos. dist. obser.* 6. numero 35. & ante eum *Andr. Fachin. lib.* 1. *contr. capit.* 62. ubi disputat.

10 Unum inde memoro, quod si lis finalis super possessione tantum decidatur, & a sententia appelletur, ut potest in hoc Regno ex *Ordinat. libr.* 3. *titul.* 48. §. 3. *Valasc. conf.* 51. numero 48. *Mendes à Castr.* 1. parte in *prax. libr.* 4. *capit.* 10. numero 25. & loquens in hoc judicio finium *Regundorum* de jure canonico, *Cavalb. de cognit. per viam violentie quest.* 128. numero 17. & ibi numero 16. dicit secus esse de jure Regni Castellæ ex l. 7. *titul.* 7. *libr.* 7. *recap.* non potest intentari *judicium finium* *Re-*

gundorum pendente appellatione, vel supplicatione super possessorio tantum, l. fundum 16. & l. fundi 18. ff. de excepti. *juncta l. in tribus* 13. de *judic.* & notat. *Bart. in dist. l. fundi* prosequiturque *Hieronymus de Monte capit.* 41. numero 1. & 2. ubi numero 3. ex *Joann. Fabro* in §. *quodam* numero 32. *Institut. de act.* & ibi *Aretin.* numero 11. adducentes l. 3. *Cod. finium Regundorum* dicit provocantem ad hoc judicium tenere probare dominium, quod, & sæpius jam diximus, & quod dominium probatur indicibus, & præsumptionibus, l. ad probationem *Cod. locati l. indicia* 19. *Cod. rei vend. cum aliis à Barboza adductis in remiss. ad Ordinat. libr.* 3. *titul.* 55. *conclus.* 3. numero 26. quia difficilis est probationis, *Valasc. de jur. emphyteut. quest.* 9. numero 6. & habetur in *glos.* 4. l. cum res 12. *Cod. probat.* eo addito, quod dum questio illius inciderit, & minus principaliter de illo agatur, minor illius probatio necessaria erit, docet *Bald. in dist. l. indicia*, *Boer. decisio.* 42. numero 8. *Gratian. forens. cap.* 468. numero 35. prosequitur hac ita ex *professo Menoch. conf.* 576. numero 10. *lib.* 6.

Adde sententiam ex errore 12
latam præscribendi causam vi-
ctori

8 stori etiam malæ fidei possessori causare propter autoritatem adjudicationis *l. & generaliter*, & *ibi Bald. ff. noxal. act. glos. etiam in l. qui Adlore 180. ff. reg. jur. textus in l. Pomponius 12. §. si jussu ff. acquir. poss.* Cum ipsa sententia pro se præsumptionem, & veritatem habeat, *l. res judicata 208. de reg. jur.* postquam tamen transiverit in rem judicatam dicit *Cavalb. in suo libro De las fuerças glos. 4. numero 6.* ut procedat in casu speciali noxalis actionis videndus est post alios *ibi allegatos Barbof. in l. 3. à numero 123. C. præscript. 30. numero 129. ubi vide.*

13 Et cur sententia in hoc judicio non vitietur ex errore confinium, quando de corpore rei, quo ad alia constat, consulit *Alexand. numero 3. in l. si quis in fundi vocabulo, ff. legat. 1. & ibi Bart. & in l. demonstratio numer. 16. ff. cond. & demonstr. Hieronym. de Monte capit. 103. numer. 3.* debet judex

14 maxima cum deliberatione, & certa adhibita probatione, etiam oculis propriis ex subjectis locis collecta finium quæstionem dirimere, *l. si irruptione §. 1. ff. finium Regundorum ubi glosa penult. & ibi Anton. Fab. in ration. in principio*, dicit non ad

officium præsidis, ut in principio legis, sed ad officium judicis ordinarii; & pedanei referri debere *princip. hujus §.* sic constituta differentia *l. & §.* Et instantibus hinc inde præsumptionibus, & rationibus suadentibus, ut sæpe evenit in hoc judicio, *ex Azueved. in l. 3. titul. 7. lib. 7. recap.* debet judex in dubio judicare, pro ea parte, pro qua vehementiores præsumptiones adsunt, ut deducitur *ex reg. l. 3. §. tu magis ff. de testibus*, & *notat Laurent. Calcan. conf. 90. incipit, quia ista quæstio numero 14. quem in id allegat, & sequitur idem Hieronym. de Monte capit. 102. numer. 5.* Et pro finibus antiquis judicandum est, si de novis expresse, & clare non constet, *l. eos 12. 15 & l. in finalibus 11. ff. hoc nostro titulo ubi ita observat Anton. Fab. in rationalibus pag. 959. Mantica decision. 143. numer. 12. l. 2. & 3. Cod. eodem l. quod principi. 23. ff. aq. pluvi. arc.* pro ut dicit *glosa ult. in dicta l. cum aliis late per Azueved. ubi proxime. numer. 38. & 42.* dicit prævalere testes deponentes de limitibus affixis, & perpetuæ mansionis, aliis deponentibus de limitibus positis per manus hominum, quia pro illis stat præsumptio naturalis, quæ præ-

fertur accidentali; l. cum qui probabilem, Cod. Episcop. & Cleric. & ibi Baldus, Cravetta conf. 250. numer. 2. volum. 1. Faber. ubi proxime.

16 Tripliciter enim iudicis conscientia vinciri potest, vel quando ligatur rebus visis, quo casu, sicuti infirmata ex notorio ad iudicandum obligat, glos. verbo consil. l. 1. Cod. qui, & adversus quos authent. de testibus §. sancimus coll. 7. vel quando ligatur legum rationibus (& tenetur deferre ut proxime) vel quando adhæret quibusdam machinationibus intellectu, hoc est movetur animus sibi ipsi perfundens, & se concernens: quo casu anima iudicis non obligatur, cum sit conscientia impulsiva, ut per Bald. in capit. nisi cum pridem col. 3. de renunt. Cassan. in Catalog. glor. mundi conf. 6. part. 4. eleganter resolvit Azevedo in conf. 30. numero 8. cum sequentibus, quem vide.

17 Adde conscientiam à legibus non ligari, nisi ubi natura ipsa obligationem imponat, idem Bald. in l. 1. C. vestig. & commis. Peres in proamio Ordinat. quest. 10. ad medium, & ipsa soli Deo nota est, & cuius ipse solus est iudex capit. me de spons. cetera prosequere cum Gratian. dicto 3. tomo cap. 540. numero 38.

Deinde solent partes finium 18 contentiones inter se componere per arbitri electionem, qui illis præsentibus terminos ponit, quo casu, si in actis celebretur, cum 10. ducatos excedat ad Ordinat. lib. 3. titul. 79. in principio, & cum uxorum consensu ex alia Ordinat. lib. 3. tit. 74. & libr. 4. titulo 48. partes adimplere tenebuntur, & arbitro parere, ita ut illi non parito, pœnam compromisso adjectam, committi dicatur, l. inter 49. ff. recept. arbitr. & ibi glos. 1. Ordinat. libr. 3. titul. 19. §. 7. idem etiam probat text. in l. si inter 8. C. com. divid. quæ quando partium mutuo consensu, & bona fide finita sunt, non debent facile iterum instaurari, l. scire apud acta vers. nec hujus C. de transact. Joseph. Ludov. decis. 102. numer. 21. dict. l. si inter, l. fin. C. re jud. capit. inter monasterium eodem titul.

Si tamen longinquitate temporis impossibilis, probatio fit ex actis, à quorum aspectu apparet, nec præsumi debet solemnitas, & consensus eorum, qui tunc consentire debebant, argum. l. cum multa, C. de don. inter Afflict. decision. 107. numer. 6. Valasc. conf. 85. in fine, Joseph de Sesse de inhib. cap. 4. §. 3. numer. 39. intelligitur tamen præ-

præcessisse ex diuturnitate temporis concurrente possessione, & observantia ex vi contractus, explicat Gratian. cap. 474. num. 14. cum aliis adductis per Barbosa ad Ordinat. lib. 4. titul. 48. §. 3. pag. 26. numer. 187. prosequitur in proposito Hieronym. de Monte cap. 105. numer. 5.

21 Procuret inde iudex ordinarius, vel delegatus, seu arbitrer electus à partibus adjicere in sententia, & finium declaratione res, & signa notabilia, de quibus actum est supra cap. 3. numer. 13. cum seqq. & numer. 22. etiam si superaddat terminos lapideos, vel alterius materiæ esse fingendos, quos si non figant, vel tempus consumat, adhuc fundus limitatus dici debet, cum hæc ultima causa maioris demonstrationis adjecta censetur, & quod magis est, illi fines perpetui, & naturales in præscriptibiles erunt ex text. in cap. licet, & capit. inter memoratos 16. quest. 3. cap. super eo de paroch.

22 Post sententiam, de appellatione sequitur inspectio, quæ inventa est de jure naturali, sed quo ad formam de jure civili Bart. in l. omnes populi numero 24 ff. just. & jur. cum aliis per Cavalb. de cognit. per viam viol. in proamio capit. 11. numero 13.

ut iudicis iniquitas, vel imperitia corrigatur l. 1. ff. appellat. & ibi Bart. numer. 5. Ordinat. lib. 3. titul. 33. §. 7. Cavalb. ubi supra glossa 6. numer. 28. & dict. capit. 11. proamio numero 7. in omni casu citra expressum recipienda est l. & in maioribus 20. Cod. appellat. glossa final. in fine l. qui restituere 68. ff. rei vend. Surd. de alim. titul. 8. privileg. 60. numero 1. & conf. 271. numero 17. & decisio. 27. numero 4. Phabus arest. 62. & in dubio ei iudex, vel sit ordinarius, vel delegatus, in quo sunt æquati, glossa fin. in l. arbitro 9. ff. quæ satisficere cog. l. eos 16. Cod. appellat. recipere debent, glossa, & Doctores in capit. ut debuius verbo ex rationali causa de appellat. l. iudicibus Cod. eodem titul. & dict. l. quoniam iudices, Surd. dicto privileg. 60. Cavalb. ubi supra capit. 6. numero 2. & 3. Quod si iudex non recipiat appellationem recipiendam condemnabitur à superioribus in duplicatis expensis, parti conquerenti applicandis, Ordinat. libr. 3. titul. 70. §. 7. Pereira decisio. 65. numero 4. ita etiam si appellationem omninò non admittendam recipiat, ob idque processum retardaverit, tenebitur parti ad damni restitutionem, si pars tamen petat, Lancellot. de attent. capit.

capit. 12. ampliatione §. à numero 11. *Farinac. in praxi crim. part. 3. quest. III. numer. 550.*

25 Insuper in audientia debet appellatio interponi coram iudice ordinario, qui sententiam tulit, ad expressam *Ordinat. dicto titul. 70. §. 1. in principio*, nec aliter recepta tenet, ut pluries Senatus declaravit [ut vidimus] & dicit *Mirant. in praxi 6. part. titul. de appellat. numer. 134.* Si tamen iudex sit delegatus, qui audientias certis diebus non exerceat vel sit extrajudicialis, veluti arbitrer, & æstimator ad partitiones, à partibus electus, & à quo etiam est appellandum, *dicta l. arbitro 9. Ordinat. lib. 3. titul. 78. §. 2. & Valasc. de part. capit. 39. numero 30.* sufficiet appellare coram iudice, & notario uti illa probat *Ordin. in §. 1. per locum ab speciali dummodò tamen appellatio interponatur intra decem dies numerandos, de momento ad momentum, ut in dicto titul. 70. in principio*, & opinatus est *Pereira* sufficere appellationem interponi coram iudice, etiam non sedente pro tribunali *de man. reg. I. parte capit. 22. numer. 12. & 13.*

26 Dubium tamen maius se offert, quia etiam in hoc iudicio finium Regundorum post appel-

lationem interpositam, vel receptam, vel intra illos decem dies concessos attentata committi dicuntur, *Ordinat. lib. 3. titul. 73. in principio, Hieronymus de Monte capit. 108. per totum*, præterquam in remissione petita, & à principis gratia dependente, ut apud nos explicat *Ordinat. libr. 3. titul. 95. nec dabitari dicimus*, cum videamus *Ordinat. libr. 4. titul. 96. §. 22. jam supra allegatum numer. 9. & si sit in rem actio illa petitionis hæreditatis, l. penult. Cod. eodem titulo, ut reprobatur Accurt, in §. quadam Institut. de act. tenet Anton. Faber. ad l. 10. pandectar. in l. 1. in principio hoc eodem nostro titulo*, ac consequenter sicut, & in illo iudicio famil. erciscund. non committitur attentatum, nec in hoc finium Regundorum 27 illi adæquato ex ratione *l. final. ff. mand. capit. licet ex quadam de testibus, Gratian. forens. capit. 580. numer. 15. & capit. 591. numero 33.* Sed respondetur inter utrunque casum dari differentiam, quippeque si in familiæ erciscund. iudicio appellatio suspenderet, privaretur interim cohæres sua portione, qua adversarius frueretur, æqualis in causa, & causato, at vero in hoc iudicio finium Regundorum, & commun. divid. appellans, & appel-

appellatus possident, pro ut ante sententiam, & appellationem possidebant dispare forte in jure, & in ratione possidendi, & ubi ratio differt, debet dispositio differre, *l. illud 32. ff. ad l. Aquil. glos. fin. in l. si quis 2. C. de furt. Jason. in authent. quas actiones numero 19. Cod. sacros. eccles. Item, & dic, quod. Ordin. in dict. §. 22. est odiosa, cum exorbitet à jure communi, & illi deroget, negando appellationi in judicio famil. exciscund. effectum suspensivum, quem regulariter hic casus habebat, & deducitur ab scriptis per P. Soar. libr. 5. de legibus cap. 2. numero 15. littera D. odiosa enim non sunt extendenda, immò restringenda, ita ut omissa, *l. commodissime 10. ff. liber, & posth. reg. odia de reg. jur. in 6. Gratian. ubi supra capit. 551. numero 34. & in expresso tenet Marc. Anton. de amatis decisio. 19. & 20. allegato, à Cavalb. dict. libr. de cognit. per viam violent. capit. 128. numero 18. & 19. ubi etiam allegat Bald. in cap. qua in ecclesiarum numer. 51. de const. Ceph. conf. 63. numer. 8. libr. 1. quod scilicet appellatio in hoc judicio debeat recipi, quo ad utrunque effectum devolutivum, & suspensivam, & ita in scriptis, pro ut patet in transcripto ori-**

ginalis supra in principio hujus commentarii, adjicitur clausula, ut pateat locus appellationi, quæ respicit definitivam in hoc Regno ad *Ordinat. libr. 3. titul. 10. in principio*, & per totum, & supplicationi, id est gravamini ab interlocutoria, ad eandem *Ordinat. titul. 69. l. 1. ff. de appellat. Barbos. ad Ordin. supradditam numer. 1.* & quæ tanquam odiosa non suspendit, ex *Gratian. forens. cap. 158. numer. 6. de cujus gravaminis expeditione agitur in lib. 1. Ord. tit. 80. §. 9. & tit. 74. §. 4. & 5. cum ibi etiam additis ab eodem Barbosa.*

Hæc tamen ut obtineant in judicio *finium Regundorum* judicis ordinarii parum, aut nihil refert, sicuti, & in aliis casibus, sub sua jurisdictione ordinaria comprehensis; at vero in judicio summario coram delegato peragendo, qui & officiales cæteri habent salarium quotidie solvendum à dominio bonorum, quapropter morari non debent in confectioe inventarii bonorum, licet coram determinatione in domini damnum notabile contra rationem *glosa magna in l. quamvis 10. ff. de damn. infect. & est textus expressus in ratione in §. nec autem authent. de judic. coll. 6. & ibi glos. 1. allegat additionator Guido Papa decisio. 561.*

Praxis

Praxis tamen est, quam in pluribus observari vidi, quod in quolibet prædio demonstrando, & disteminando, fit actus separatus cum sua rubrica, seu titulo, ut ex eodem rescripto commissionis apparet supra in rescripto, & habet *Ordinat. libro 1. titulo 50. §. 2. in fine*; ac ita succedit, quod si aliqua pars appellat à sententia declarationis, seu erectionis finium, suspensa tamen executione facti, & rebus in eodem statu manentibus expectatur superiorum *deciso l. appellatione 3. Cod. de appellat. capit. non solum de appellat. in 6.* postquam scilicet actus momenti adjungi præcipit, *Ordinat. libro 1. titul. 16. §. 2. post med.* quæ quidem superiorum sententia adjungitur postea separato processu, cujus tamen acta, & copia extracta fuerunt, & vel confirmat, vel revocat, vel modificat judicis delegati sententiam, & declarationem exequenda erit, vel ab ipso delegato, cum sit principis supremi, qui & potest in possessionem mittere *capit. pastoralis, §. præterea de offic. ordin. l. final. Cod. de judic. Gierba conf. 39. numero 29. capit. significasti 7. capit. in literis 9. de offic. delegat. vel illo recedente ab ordinario ad generalitatem, Ordinat.*

*libr. 3. titulo 86. in principio, nec interim circa alia bona, & ad alios pertinentia superferditur, in quibus appellatio non devoluit, ut regulare est in appellatione ejusdem processus, & inter easdem partes; quando capita sunt omnino separata, probat glossa verbo judicatis in l. ultim. Cod. appellat. Cov. præct. capit. 27. numero 1. & Alexand. Trintafing. libr. 2. variar. titul. de appellat. resol. 1. numero 11. Boer. decision. 73. numero 4. & 5. Grav. libr. 1. concl. 110. nu- 32
mer. 1. singula enim capita, diversas constituunt sententias, l. quia poterat 4. ff. ad S. C. Trebal. capit. super literis 20. ubi glossa verbo diversos de rescript. Scobar de ration. capit. 32. numero 2. glossa 9. titul. 23. part. 1. Cov. ubi supra numero 5. vers. sed si quis, Osasc. Cacheran. decis. 142. num. 27.*

Sic similiter, quando in descriptione alicujus fundi alterius convicini agri possessor conquiretur de finium erectione, & declaratione judicis, quod ad suam portionem, seu vicinitatem, & appellationem [manente rei & terminorum statu intacto in illa parte, quo ad executionem facti] judex ipse delegatus progreditur deinceps cum aliorum agrorum possessoribus,

33 ribus, circa quos non debet esse impedimento alterius appellatio, cujus actorum illius agrum tangentium copia extrahitur, & traditur appellanti ad Ordinat. libr. 1. tit. 79. §. 22. & libr. 3. tit. 70. §. 5. & expedita à superioribus sententia confirmatoria exequitur figendo terminos, si ita dicatur in locis præscriptis: si verò revocet, vel modifiet eodem modo fit executio secundum eam, adjungiturque actis ipsis originariis, & ejusdem processus pars dependens, & continuata, ut deducitur ex supradicta Ordinatione tit. 16. §. 2. post medium [Para depois de acabadas se lançarem no livro do tombo, &c. Et faciunt dicta à Bellam. decision. 89. & à Gomes de trien. poss. quest. 33. in princip. quatenus negant validitatem sententiæ, originalibus actis non ostensis, & post eos Rycius 2. parte decision. 26. numer. 3. Rota divers. novis. 3. parte decision. 1146. numer. 1. optime Scacia de judic. libr. 2. cap. 3. quest. 14. numer. 26. ubi bona verba, & ad casum nostrum loquens de actis thomi, seu monumento- rum à Pereira decision. 26. numero 8.

34 Porrectis omnibus per agendis præcipitur in rescripto quod

judex delegatus extrahat ab auctoris processibus, & thomum faciat, tradique curet ipsi commendatario, vel bonorum domino in forma authentica, & ut in eo unquam possit falsitas committi numeratis, & sigillatis ab eodem iudice foliis omnibus libri, ex quo cessat falsi præsumptio resultans ex manu, & attamenti diversitate, cum scribatur dies plurimos, ut notat Decius conf. 447. numer. 9. quem sequitur Menoch. de arbitr. cas. 187. numer. 39. & conf. 409. numer. 34. lib. 5. & cum declaratione ad calcem ejusdem libri adjecta in forma Ordinatur. libr. 1. tit. 79. §. 29. ubi requiritur, ut liber conficiatur ex papyro unius magnitudinis, formæ, & narchæ, & ex quaternis æqualium foliorum in numero, ut sic commissa falsitas ex papyro nova loco alterius veteris inserta dignoscatur, si cuti, & per folium recentem inter cæteros, quò junta fuerit papyrus percipitur falsitas; Menochius de præsumption. libr. 5. præsumpt. 20. numero 40. & conf. 307. numero 36. libro 9. Tib. Decian. conf. 106. numero 17. libro 2. Sic declarabitur à iudice in subscriptione libri, quot fit tot foliorum, quaternorum æqualium, & ejusdem formæ, &

& magnitudinis, licet in hoc ita necessarium non sit, sicuti in libris querelarum, & notoriatum, qui sunt originales, & sub sunt maiori periculo, quam iste liber thomi extractus ab actis originalibus remanentibus, ubi enim periculum maius est, cautius ibi agere oportet, l. 1. vers. nam, vel magis, ff. Carbonian. edicto.

35 Liber hic vulgo [Thomo, ou Tombo] nuncupatus idem est, quod inventarium, & in quo census scribuntur, Cald. Pereira libro 9. quest. forens. quest. 21. numer. 45. & bonorum emphyteuticorum, vel aliorum ad aliquam communitatem, seu dominium pertinentium, uti vocavit Paris. de Putco definimus feudorum in capit. circa, Hieronymus de Monte in hoc tractatu finium Regundorum capit. 93. numero 7. alia jura vocant illum monumenta, ut est textus in l. 2. ubi glosa verbo monumenta Cod. finium Regundorum l. in finalibus 10. ibi (Monumenta) ff. eodem titulo sequitur Pereira decision. 26. numero 1. post medium, significata in finibus, & terminis fundorum, quia permanent, & docent, quousque protendantur fines eorum, ut hic, & per Hieronymus de Monte ubi supra capit. 18. numero 3. l. census 10. ff. de probation. l.

firma ff. de censib. l. 3. §. in magis ibi (sine publicis monumentis) ff. de testib. quibus in locis accipitur nomen illud pro publicis instrumentis auctoritatem publicam habentibus, redactis tamen ad formam libri cum pluribus, & diversis bonorum, ac rerum descriptionibus componatur, pro ut accepit l. C. Pompon. in l. 2. col. 7. vers. ejusdem post princip. ibi extant volumina scripta manibus monumenta, &c. ff. origine jur. ex quibus irreptum esse videtur, corrupte tamen vulgare illud nomen Tombo.

Dubium tamen est an tran-
36 sumi debeat ad longum, pro ut in actis continetur, vel recopulato modo, & sermone breviato, adjectis necessariis clausulis, ut clare percipiantur integra originalia, ut in extrahendis sententiis incumbit notariis ad Ordinat. libr. 3. titul. 66. §. 10. & utroque modo fieri posse intelligo, hac differentia adhibita; quod si conficiantur sub nomine iudicii, & jurisdictionis delegati fiant ad instar sententiæ juxta formam traditam, ab eadem Ordinat. & faciunt probationem ejus verba sic extracta, capit. cum Causam de probat. Valasc. de jur. emphyteut. quest. 9. numer. 26. si vero à notario, & suo nomine transumptum fiet, ad longum arabi-

arabitur, demptis tamen actis recusationis extensis, vel requisitoriis ad citandum, seu ad interrogandos testes, ad Ordinat. dist. libr. 1. titul. 79. §. 25. &

26. & libr. 3. titul. 74. §. 4. & hunc modum aprobari videtur ex tenore Rescripti supra in principio positi, quanvis alter modus curialis videatur.

S U M M A R I U M.

1 **T**Erminus, finis, & limites, idem important, & significant & non sunt synonyma.

2 **S**igna sunt demonstrantia cujuscunque finis, & lapsus idem significat, quo ad metas jurisdictionis.

Terminis agri sui, & rerum suarum debet, quis esse contentus; nec illos excedere debet.

3 **T**ermini sunt sibi proximi, nec in medio aliud poni debet, & dicuntur mediati, & non immediati & sicuti publica instrumenta fidem faciunt.

4 **T**erminos amovere ex duplici causa fit, vel quia sibi usurpare alienum vult, vel quia inter alios contentions occasionem praeberet.

5 **T**ermini decernendi sunt,

per signa immobilia, & perpetuae durabilitatis, ut amoveri ad libitum non possint.

Amoventur termini, & obscurantur, quando auferuntur, vel delentur signa impressa in rebus pro limitibus positus.

Arbor in ramis succindi potest, vel alia res pro termino posita auferri in parte, sed non cessare effectus demonstrationis finis.

Arborum ramos, sicut & ipsas arbores scindi prohibetur à jure, & rami à solo aliuntur.

Arbor, quae radicitus non avellitur, vel deglubatur, ut desecetur, vel pereat, vivere dicitur, secus si ut pereat, est certum, committitur enim tunc

- tunc delictum, ac si pe-
nitus eruetur.
- 9 Consummatio actus, vel pro
consummatis habitus re-
quiritur in delictis, ut
pœna locum habeat.
- 10 Arborea glandium, quæ ad
consilia pertinent solo à
particularibus dominato,
solent igne, noctu, vel
clam, accenso concrema-
ri à dominis soli, quia
facilius, & sine testi-
bus fit, non tamen, quan-
do caduntur ex sonitu
malei, vel alterius ferri
scindentis.
- 11 Carnes si una cito in totum
deficient, si arborum
glandium lesionibus non
obvietur per solutionem
æstimationis à dominis
soli.
- 12 Arborum ignitarum æsti-
matio, per legem gene-
ralem, fieri, & æstima-
ri debet non per arbitra-
tores in partibus, quia
omnes laborant eodem
malo.
- 13 Damnum datum in fami-
lia, & de domo alicujus,
resarcire dominus tene-
tur, & præsumitur da-
tum ab habitatoribus do-
mus,
Damnum præsumitur da-
tum, ab habitatoribus,
& vicinis, & non ab ex-
traneis.
- Præsumitur contra eum, 15
qui de facto aliquo com-
modum sentit, & unus
non tenetur pro altero.
- Necessitas constituit legem, 16
& facit de illicito licitum.
- Æstimatio arborum Conci- 17
lii ignitarum non perti-
net ad decuriones, ut ta-
les, sed ad Regis admi-
nistrationem, ex quo pre-
tio, & impunitio, vel
in remissione delicti de-
bet prius restitutionem
fieri.
- Arbores novellas loco igni- 18
tarum, & evulsarum pos-
sunt domini terræ obli-
gari, ut intra certum
tempus nutritas reddant
in pœnam.
- Arbores glandium destru- 19
untur, quia eempore bie-
mali, deficientibus pasti-
bus rami scinduntur ad
ali-

alimenta pecorum, quod cessare poterit, si ex qualibet arbore rami in alium ducentes tantum amputentur, & quare utile erit.

Lignorum provisionem ad civium necessitates procurare debent decuriones ex arboribus siccis, vel ex loco montium minus damnofo.

20 Aquarum inundatio ne fiat in damnum arborum, & segetum rumpi non debent aggeres, vel salicta, & contra facientibus extraordinaria poena imponitur.

21 Diacesum terminos amovēs accerrime punitur, & idem est unum, vel plures terminos amovere, & pertinet cognitio ad ecclesiasticum tantum iudicem num. 52.

22 Cœmeteria ecclesiarum benedicta sunt ad defunctorum cadavera sepelienda, & amovens terminos, & lapides atrii accerrime puniri debent.

Immunitas ecclesie concessa

extenditur ad atria.

Ecclesie maiores 40. passibus, & minores 30. passibus atrii pollebant de jure canonico, sed est in usu, ut habeant, vel maiorem, vel minorem atrii quantitatem, & dicitur cœmeteriū, quod & quando est in usu.

Atrii quantitas, si in dubium vertatur pro immunitate delinquentis in illud se recipientes, pertinet ad iudicem ecclesiasticum, & secularem insimul, ut declaretur infactō, quoad alia vero, & juris quæstiones soli ecclesiastico iudici competit cognitio.

Declaratur Ordin. lib. 2. 25 titul. 5. §. 11.

Regni, & provinciarum terminorum amovores accerrime puniuntur, consulto prius ad id principem.

Termini Regni, & provinciarum debent eminentiores esse limitibus agrorum, & fundorum particularium, & declaratur Ord. lib. 5. titul. 67.

○

cum

- cum seqq.
- 27 *Extensio in criminib. fit ex maioritate rationis, & ratione publicæ causæ.*
- 28 *Terminos movere pessimum est, & quod pessimo opponitur, est optimum, & delictum seu peccatum, ideo gravius est, quanto nobilius est objectum.*
- 29 *Turbatores pacis dicuntur primario perturbantes, non secundario.*
- 30 *Vilis, & nobilis personæ differentia remissivè; habetur hic, & quo ad pœnam fustigationis.*
- 31 *Fustigationis pœna infamat Terminorum amotio furtum sapit, quando ex illa usurpari prædii pars prætenditur.*
- 32 *Verbum pœna nobilibus applicari non debet, sicut, & humilibus.*
- 33 *Pœna commensurari debet delicto, & terminos fingens, ut alienum prædium usurpet post litem contestatam punitur in restitutione rei.*
- 34 *Terminorum avulsoribus primo statuta fuit pœna*

personalis, & postea au-
cta fuit 50. aureorum
multa pro quolibet ter-
mino amoto; de jure vero
nostri Regni ad viginti
aureos redacta, est divi-
denda inter partem, &
fiscum.

Judicium criminale insti- 35
tuitur per querelam: &
tale dicitur, quando si-
ne querela pœna fisco ap-
plicatur, vel fisco, &
parti petitur in judicio.

Pecuniaria pœna parti ex 36
aliqua lege applicata, si
petatur in judicio, di-
citur judicium civile,
quia ex crime pro dam-
no civiliter agi potest.

Judicium finium Regun- 37
dorum quando intenta-
tur per querelam ad pu-
nitionem, & ad restitu-
tionem agri partis abla-
tæ, & terminorum dici-
tur mixtum, & quando
solum intentatur ad re-
stitutionem domini est ci-
vile, & civiliter intenta-
tum dicitur.

Finium Regundorum judi- 38
cii criminaliter intentat
accu-

accusatio ab aliquo de populo proposita est simpliciter criminalis, à cuius sententia diffinitiva iudex appellare debet. Nec sicut ipsa pars lesa interesse prosequi potest, accusatione criminali ommissa.

39 Iudex criminalis in consequentiâ accusationis criminalis, & ejus sententia circa interesse, & damnum judicare potest, non sic, quando principaliter interesse petitur, quia iudicium civile est.

40 Actio civilis intentata, dum pendet, accusationi criminali præjudicat: à fortiori ergo à contrario, & redditur ratio, & proponens querelam, intentata à se, & pendente actione civili condemnatur in expensis personalibus, limita quo ad procedendum in utraque usque ad conclusionem, & sententiam finalem.

41 Delicti pœnam non incurrit amovens terminos animo furandi illos, nisi

quo ad furtum, non quo ad pœnam de termino moto.

Scientia requiritur in delictis, & ignorans non dicitur delinquere, ut infra declaratur, numer. 48. & 52. & ex num. 59.

Delicta proposito, impetu, vel casu accidunt, & committuntur, & distinctio cujuslibet prosequere in numeris seqq.

Propositum, & deliberatio in delictis, quæ sit, & quare gravius sit delictum sic commissum: & quod sit delictum non ita commissum.

Delicta per malitiam pertrata indulgeri non debent, & quæ illa sint.

Consensus, & voluntas, idem est, & significatur, & delinquens ex proposito pœnæ delicti voluntariè se submittere censetur.

Factum pro voluntate submitur, & voluntas factis explicatur, & delicta consistunt in committendo.

Delicta etiam consistunt in

- omittendo, & dominus non impediens servum, & pater filium ne delinquant, puniuntur, dummodo delictum non sit momentaneum, sed successivum, quod potuit impediri.
48. Facere videtur, qui patitur, quod prohibere potest, nec delictum sine causa committi praesumitur.
49. Ignorantia praesumitur, dum scientia, non probatur maxime in praedicialibus, in quibus scientia praesumptionibus non probatur.
50. Arborea cadere, & lapides avellere non est de genere prohibitorum.
51. Operariis, qui demandato conductoris non domini evellunt terminos, scindunt arborea, & arant limites, contra prohibitionem juris, vel pactorum partium, si a nemine oppugnatur minime incidunt in poenam.
52. Delictum commissum per ignorantiam, & praeter intentionem punitur.
- Dolus, seu lata culpa, in quo differant, ab implicita, seu levissima culpa.
- Vulneris in facie impressi poena incurritur ab eo, qui deliberatè percussit, & cum instrumento ad illam infligendam apto.
- Delicta dicuntur etiam per ignorantiam committi, sed per viam regulæ, & num. 49.
- Declaratur l. 1. ff. de legib.
- Scire, vel scire debere poena sunt, nec ignorantia cadit super facto proprio, vel quasi proprio.
- Infideles apud orthodoxos in hoc Regno debent signa portare, nec conversatio cum eis per ignorantiam contingat.
- Ignorantia crassa, & supina non prodest, & scientiæ equiparatur.
- Vicinus in fundo bene cognoscit terminos fundi, & maxime, quando inde commodum sentire potest.
- Aliena res est, & ad alios pertinere dicitur, quando
- ad

ad nos non pertinet.

61 *Terminos avellere alienos nunquam fit sine damno, & ipsi signis cognoscuntur, & num. 64.*

62 *Damnum pro destructioni sumitur, & qui alienum destruit rei illicitæ operam præstat, & tenetur de eventu.*

63 *Præsumptio juris, & de jure non recipit probationem in contrarium, non sic præsumptio juris tantum, sed probari debet liquidissimis probationibus num. 66.*

64 *Præsumptio validior, aliam minus validiorem tollit.*

65 *Delicta, ut puniantur septem considerationes adhiberi à judice debent.*

66 *Limites si à rato trajiciuntur, ita ut demonstratio cesset, intrat pæna terminos amoventis, aliàs minime, sed pæna pecuniaria per statutum Concilii imposita.*

Filii familias servi, vel operarii, qui terminos avellunt, quo pacto teneantur, vide remissivè.

Ebrius præsumitur rerum oblitus, & vino soporatus, labitur in fururam, & impetu crimen aggreditur, nec ob delictum pænam totalem incurrere debet, licet culpa præcedat in ebriando.

Inquiri etiam Rex jubet contra terminorum evulsos, & puniri.

Delictum amoventis terminos pessimum est.

De veneratione antiquorum quam habebant antiqui, & de gravitate criminis, vide remissivè.

Sententia judicis thomi in nostra lingua scripta.

Auctor cupit errores à se suis inscriptionibus humaniter, & pro veritate emendari.

C A P. XV.

Priusquam de actione criminali in hoc iudicio finium Regundorum agendum sit ad *Ordinat. libr. 5. titul. 67. ubi additionator Emmanuel Barbosa*; sciendum est, quisnam sit terminus, de quo loquitur *l. 2. ff. de termino moto*: apparet enim à supradictis terminos, fines, & limites in effectu idem importare, licet synonyma non sint, notabiliter in *§. si ab hostibus vers. dictum est*, *Institut. quibus modis jus patr. pot. sol. §. his omnibus vers. terminus in authent. de hered. & falsid. coll. 1. capit. 1. & ibi glos. & Archidiac. 6. quest. 1. & in capit. ad Ecclesias col. 10. vers. ad primum 13. quest. 1. & in cap. 1. col. 2. vers. ad primum eadem causa, & quest. 1.*

2 Quilibet inde terminus, limites, vel confines, signa sunt cujuscunque finis demonstrantia, dicta *l. 2. & extat dictum supra capit. 3. numer. 13.* quod idem significatur per lapides, maxime circa jurisdictionis divisionem *extat in l. 1. vers. quidquid ibi (Si ultra ipsum lapidem) ff. offic. prefect. urb. l. fin. & ibi Bald. Cod. ubi, & apud quem cognitio, cum aliis, per Giurba cons. 79. numer.*

23. Debet ergo quilibet possessor continere suis terminis, nec excedere illos, *capit. si quis Episcopus 7. quest. 1. & cap. 1. 13. quest. 1.* Sunt enim illi termini, & limites adeò tibi proximi, ut nullus paries in medio ponatur *Speculator de empt. & vendit. vers. 3. si autem numer. 11.* & dicuntur mediati, & non immediati, *l. quia magis 5. ff. hoc titul.* & etiam publica instrumenta fidem, & testimonium prohibentia, ut in simili notat *Pereira decision. 24. numer. 7. & 8.* quare illa amoventibus, ut alienam usurpent terram dicta *l. 2. & 3. de term. moto*, vel ut inter possessores occasionem contentionis præbeant, *l. 1. ubi glosa verbo terminos Cod. de accusat. glosa ultim. in dicta l. 3. cum aliis supra capit. 2. numero 20.* Poena in dicta est extraordinaria, *ciata l. 2. & 3. §. fin. Farinac. 6. part. tit. de furti quest. 168. p. 5. numer. 98. 99. & 107.*

Nunc verè firmatur, quod supra pluries admonui, ut quantum possibile fuerit, pro terminis appareant signa immobilia, & permanentia, ut sic delinquenda occasio evitetur *juxta scripta, supra*

supra cap. 2. num. 1. & à Cavalb. de las fuerças quest. 11. numer. 12. ubi allegat. l. convenire §. & ibi Doctores ff. pact. dotal. terminos verò, qui amoveri possunt, feriatim nuncupavimus, scilicet lapides, arbores, salicta, fossas, maceriam, & alia quo modo ergo delictum incurratur sine amotione, dic delendo, vel obscurando signa in illis depicta, vel impressa, ut ex Mascard. conclus. 399. numer. 8. videre est, & probat Ordin. ubi supra post principium, ibi, Marco, ou causa outra posta por demarcação, potest enim lapis innatus in parte accedi sine læsione signi demonstrati, vel arbor, seu salicta in ramis succindi, remanente adhuc significatione finis utiliter demonstrati, ut est de mente, & 7 verbis dict. Ordin. ibi: Arrancando marco, ou causa posta por demarcação licet enim ramos succindi, sicuti, & arbores ipsas prohibeat, textus in l. si alius 7. §. notavimus post principium, & expressius in l. nam & si ramos 9. ff. quod vi aut clam, quia origo illius rei à solo proficiscitur dicit l. nam origo 8. eodem titul. & rami inhærentes arboribus, quæ terra effiguntur, & aluntur eadem juris censura decidi, ibi oportuit tamen quo ad nostrum propositum aliter se res habet, nam

quatenus arbor, salicta vel saligna radicibus hærent, & non ab stipite cæduntur, dicuntur virere, l. 3. vers. quod si ff. arbor furtim cæsar, nec designunt locum designare, si ideo obscurerentur fines, l. 3. §. fin. ff. termin. moto, secus tamen si vel lædatur, vel deglebetur arbor, ut extingatur, vel desiccetur, argum. l. cadere 5. §. illo titul. arb. furt. cæs. & sic intelligenda sunt, quæ Bonifac. in tractat. de malefic. titul. de termin. mot. pro ut refert Hieronym. de Monte capit. 34. numero 12. quatenus dicit ad pœnam teneri incipientem incidere arborem, causa cædendi, ut intelligatur descisura ad desiccandum apta, seu ad obscurandos fines citato §. fin. ibi, 9 Faciem locorum convertunt, quia in delictis requiritur consummatio actus, aut pro consumpto habitus, l. 1. & 2. ff. de termina moto. Bald. in l. 3. Cod. hoc titulo; quem sequitur Hieronymus de Monte dicto capit. 34. numero 11. Farinac. dicta 6. parte titul. de furt. capit. 68. parte 5. numer. 116. facit l. 1. §. fin. & ibi glosa ultim. ff. quod cuiusque jur. in alium, & dixi supra capit. 6. numer. 3. ubi etiam vide.

Ad hæc, & decisionem textus in dict. l. 5. spectat occurrere in aliquibus Regni locis, in quo-

rum terrenis plures sunt montes, glandibus pleni ad concilia oppidorum pertinentes, cum prohibitione incidendi arbores, nec ad ligna, & quod de contrafacientibus semel, aut bis in anno inquiratur: sed domini terræ, arbores odio habentes, quia segetibus obsunt, ut supra cap. 4. numer. 7. nec in multam incidant, minime cadunt, sed igne accenso, noctu, vel clam, concremant folia, & viridem arborum vigorem, & ad breve tempus desiccatae ruunt, & impune in frustra fiunt ad ignem, & hoc pluribus ab hisce annis, non proviso omnino carnes suinæ deficient, uti aliquando in hoc Regno deficient, & redditus Conciliorum extenuantur admodum. Remedium non adhibetur, ut criminaliter procedatur, quia facile evadunt, ex defectu probationis, & ex aliis causis, quas sciens taceo; erit ergo præfens, & proficuum, ut omnis arboris accensæ, & succissæ æstimatio generaliter, & per legem communem taxata, & non per æstimatores à partibus eligendos admodum,

11 l. facienda 8. ff. arbor. furt. Cas. Caroc. de locat. & conduct. quæst. 4. Corol. privil. numero 3. Pag. 4. Afflict. decision. 34. numer. 4. à domino terræ solvatur, nisi de-

linquentem denunciaret cum effectu soluturum, & consequenter in dominum prædii subsidaria erit solutio, ut per Barbat. 13 conf. 17. numer. 12. libr. 2. cum aliis ad propositos terminos, per Antonium Monach. decision. Lucens. 1. numer. 34. & decision. 2. numero 27. lib. 1. & exemplo domini domus, qui tenetur de damno dato à sua familia, cum teneatur custodire domum suam l. fin. ff. offic. præf. Vegil. toto titul. ff. de his quid jecer, vel effud. cum aliis rationibus pro simili statuto adductis ab eod. Menoch. decision. 5. numer. 60. cum seqq. ubi numer. 63. probat damnum datum præsumi ab habitatoribus, quam ab exteris ad l. si quis 14 fundum §. imperator ff. locat. Capola conf. crim. 18. col. 2. vers. circa secundum; & inductabilis in proposita specie, nam arborum incisio, & aliud quolibet damnum evenisse præsumitur culpa, & facto fructuarii, coloni, emphyteuticæ, similium, Barb. in l. divortio §. fundum numer. 20. vers. in dubio ff. solut. matr. Caroc. de locat. grad. 4. accid. quæst. 7. numer. 5. 6. & 17. cum aliis per Castilh. de usu fruct. lib. 1. cap. 25. numer. 4.

Item maxime, quia colonus, vel dominus utilis fundi, vel agri, in quo sunt arbores, sentiant

15 tiunt commodum, ex distinctio-
ne arborum, ita probatur rati-
one *Ordination. libr. 2. titul.*
33. §. 33. cum gestis per Menoch. de
presumpt. quest. 31. numer. 11.
libr. 5. Farinac. decision. crim.
122. & quia pœna erit pecu-
niaria minus adversabitur juri
communi; quo habetur, ne
unus pro altero teneatur, ut
per Cov. libro 2. var. cap. 8. nu-
mer. 7. quem refert, & sequitur
Menoch. decision. 5. numer. 70.
necessitas enim obviandi tanto
malo, nullo alio modo, hucus-
que impedito, constituit legem,
16 & facit de illicito licitum, ut
per Doctores in *l. qua propter ff.*
reg. jur. cum aliis per eundem
Menoch. decision. 5. numer. 66.
aliis rationibus adductis, viden-
di sunt allegati per *Gratian. ca-*
pit. 99. à numer. 1. usque ad
numer. 11. tom. 3. quod & exem-
plo corroboratur, veluti, quia
simile damnum cessat, ubi ipsi
possessores, & coloni sunt soli,
& arborum absoluti domini.

17 Insuper addendum, quod pec-
unia non ut redditus Concilio
solvatur, sed ut capitale ad
emptionem aliorum prædiorum,
pro ut princeps facere potest
ex Ordinat. in terminis loquente
libr. 1. titul. 69. §. 3. & libr.
5. titul. 86. §. 9. Unde fit,
quod quando remittitur culpa

ex principis clementia harum
arborum rei, vel in iudicio
contentioso agitur de principe,
debet prius æstimationem dam-
ni resarciri jubere: ex ratione
textus in capit. si bos 3. cap. si
laserit 4. de injur. & dam.

18 Vel si modus hic rigorosus
videatur, pœna illis imponatur,
ut aliam arborem novellam lo-
co illius destructæ subrogatam
reddant, ad *l. hætenus 8. & ibi*
glos. liera B. ff. de usufruct. inter
certum tempus per obligatio-
nem realem, & comitantem
fundum ipsum in actis redda-
ctum, quia arbor succisa per
sæpe renascitur, ut dicit *glosa*
verbo augeri in l. damni 18. §.
si isque ff. damn. insect. & in-
terim, quod fructus non reddat,
ipse solvat concilium, interim
damnum sentienti.

19 Vel etiam alio modo dam-
num contigi, in ipsis publicis
arboribus, veluti quando tem-
pore hyemali deficiunt pastus
pro pecoribus, quorum domi-
nis (proposita multa, & etiam
criminali punitione) glandes om-
nibus ramis spoliante, ita ut in-
tra quatuor, aut quinque annos
fructus non reddant, quod in
curia decurionum anumerari de-
bet, quia prudenter ipsi face-
rent, si æqualibet arbore ramum
in altum ducentem, & minus
noci-

nocium amputari præmitterent ad victum pecudum, & ad ligna habitatorum, de quibus decuriones exactoribus providere debent in certa montium parte, *ex Avend. de exeq. lib. 1. cap. 4. numer. 9. relatus per Azeved. in l. 1. numer. 1. titul. 7. lib. 7. recup. ubi etiam in l. 7. numer. 3. per l. 20. ejusd. titul. 7. lib. 7. recup. ord. ut de siccis arboribus ligna fiant non de viribus, & de custodia, & conservatione montium, & arborum videndus est Bovadilh. libr. 5. polit. cap. 10. numer. 21. æquo modo necessitatibus satisfiet, & arbores non deficient in fructibus, immò oppacæ, & rotundæ fiant, ut dicit Alonso de Herrera de agricultura libro 3. capit. 16. §. 3. De lo que se ha de quitar, como, y quando a las arboles, fol. 57. vers.*

20 Adde salicta, vel aggeres amputantes, quibus aquæ continentur, nec arvis obsint, ut supra diximus *capit. 5. numero 1. extraordinaria punitione coerceri debere, argum. l. penult. §. fin. ff. de extraordin. crimin. ubi Doctores.*

21 Plurium terminorum motione diæcesum, & punitur accerimé *ex Peir. Gregor. Tholes. titul. 39. syntag. jur. capit. 13. numero 1. cum sex. sequentibus,*

& dixit procedendum adversus motores terminorum, & limitum, quibus atria Ecclesiarum terminantur, & in quibus *Quia benedicta sunt*, corpora Christianorum defunctorum sepeliuntur *ad capit. unic. de consecrat. Eccles. libro 6. Gambacurt. de immun. Eccles. inibi gaudeant, tanquam in accessorio Ecclesiæ dict. capit. unic. Ordinat. lib. 2. titul. 5. §. 11. nec inanis est quæstio, cum decisum à jure reperiatur Ecclesias minores 30. 23 passibus cæmiterii gaudere, maiores verò 40. passibus, ut dicitur in cap. definitio 35. ex Concil. Toletano 12. & capit. quisquis 21. 17. quæst. 4. quia latè constat nullibi jam servari, ut testatur Joannes Igneus in l. 1. ff. ad Synanian; Covas 2. variar. capitulo 20. numero 5. vers. hoc tamen Farinac. 1. parte crimin. quæst. 28. numer. 12. dicit consuetudinem loci servandam esse pro hac re. ut vel passus, qui constat quinque pedibus, & 24 uterque pes 15. digitis, & glosa in capit. sicut antiquitas 17. quæstion. 4. Almeyda de jure numer. quinar. capit. 17. numer. 7. & 8. custodiantur, vel intra limites maiori sumpto spatio, quibus convenire videtur, Ordinat. dict. §. 11. quatenus certam formam atrii non adjecit, sed*

sed infert se ad dubium, quod decidendum committit utrique judici Ecclesiastico, & seculari, non tanquam juris, sed facti quæstionem *Barbosa in l. Titia numer. 28. ff. solut. matrim.* nec illud esset, si ab illa mensura passuum pependisset dubium, & de facto videmus plures Ecclesias maiores, & minores spaciosioribus cæmeteriis pollere, sed in hoc casu punitionem contra amotores judici

25 Ecclesiastico privativè competere intelligo, ex eadem *Ordinat. citato §. 11. vers. Postlo que, & ex Cald. Pereira forens. cap. 3. numer. 8. lib. 1. argum. cap. licet ex suscepto de for. compet. capit. causam 20. & ibi Panorm. numer. 3. qui fil. sint legit. Barbosa in l. qui prior numer. 101. & 102. ff. de judic.*

26 Vel etiam amoveant terminos Regni, vel provinciarum, qui ut dixi supra capit. 3. numer. 3. sunt eminentiores, & immobiles, quod si contingat in lapidibus mobilibus consistere ad instar terminorum amoventis inter diæceses accerrime puniuntur motores ex iudicis quidem officio, consulto prius ad id principe, ut habetur supra capit. 11. numer. 3. & 10. & percipitur à textu in l. 2. Cod. offic. rect. provinc. & alia conge-

rit de re hac *Bovadilh. libro 5. pol. capit. 10. numer. 11. Nec Ordinat. dist. titul. 67.* horum terminorum mentionem fecit, quia communiter sunt montes, viæ, & flumina immobilia, sed de aliis mobilibus inter agros particularium possessorum: atque per agrum de maiori ad minus exemplo illius *Ordinat. iudices* 27 poterunt pœnam criminalè contra delinquentes augere, tanquam contra publicæ pacis, & quietis turbatores; *argum. l. 1. §. si quis vero in extravag. de pace tenend. in usib. feud.* Movere autem terminos pessimum 28 vocat, l. 2. ff. term. mot. sed illud, quod pessimo opponitur, optimum est, ex *Aristotel. 8. ethicos capit. 10.* ergo divisionem Regni, provinciarum, & fundorum particularium terminis constare optimum est, & respectu illius optimi, pœna applicari debet, quia delictum, seu peccatum ideo fit gravius, quanto nobilius, & gravius est objectum; *D. Thom. 12. quæst. 73. art. 3.*

Adde pœnam à lege imposi- 29 tam contra perturbantes, & non secundario probant jura, quæ allegat *Bavolet. in libello de divid. & in divid. fol. mihi 11. in prin-* 30 cipio; vel etiam admovent, seu noviter ponunt terminos inter prædia

prædia particularium, de quibus agit eadem *Ordinat. titul. 67. & titul. ff. termin. mot. & ubi amotor; si est vilis, & pedestris conditionis, nec privilegiatus punitur fustigatione, & annorum relegatione ad Africanam obsidionem: si vero amotor fuerit scutiger, & maioris conditionis, eadem tantum relegatione 2. annorum admittitur. Et fere totam differentiam nobilium, seu privilegiatorum, & pedestrium, cumulavit *Phab. 2. part. decision. 106. & 162.* ad eum recurrendum erit.*

- 31 Solum enim pro constanti haberi debet, fustigationis pœnam contra amatores decretam esse, cum ipsa infamet, ad *Ordinat. libr. 5. tit. 139. in rubr. & in principio additis ab eodem Phab. 1. parte arest. 147. & 148.* sapit enim furtum terminorum amotio ut pro ratione eadem *Ordinat. titul. 77. ibi (Queira alhear com meter o dito marco,)* & patet in *Ordinat. ex titul. 55. ejusdem libr. 5. usque ad hunc titulum 67.* & certius, quia pœna verberationum à nobilibus est aliena; *capit. quia contra 32. 24. quest. 1. Ordinat. citato titul. 139.* & differentiam inter pœnam infidelitatis humilibus, vel nobilibus personis, post *glosam in capit. non cogantur 41. dist. & alios*

relatos ibi prosequitur *Hieronymus de Monte capit. 34. numero 2.* Nec aliud dicit *dist. 1. 2.* de termino moto, dum loquitur de splendidis personis, & nihil de humilibus, & de splendidioribus, super quo post *Cyn. Barbat. ibi numero 38. & illis allegatis idem Hieronymus de Monte citato capit. 34. numer. 5. & 6. Farinac. dist. 6. part. titul. de furt. questione 168. part. 5. numer. 103.* sat est, nos legem Regiam pro casu habere.

Non parum dubii mihi præstat illa *Ordinat. citat. titul. 67.* cum in primo casu, quando termini amoveantur vel obscurantur, solum fustigatione, & relegationis pœna ad differentiam personarum supra factam contenta fit, & in secundo casu quando termini novem ponuntur, addit multam, id est pœnam pecuniariam æquivalentem rei prætensæ dividendam inter partem damno affectam, & fiscum, seu publicam burlam, cum & supra in *dist. 1.* casu, etiam intelligatur auferre terram ab uno, & alteri adjici, quod dubium ex aliis assumpsit idem *Farinac. dist. 9. 168. part. 5. numer. 102. & 103.* Sed illis omissis potest non infeliciter responderi, quod postquam prædia limitibus sunt divisæ, & determinata, offenditur

tantum jus civile, attamen, quando non ponuntur ad dividendum fundum, nondum divisum, iudice non præcipiente, vel non consentientibus partibus, offenditur jus naturale, ut supra capit. 2. numero 23. & pœna applicari debet pro modo delicti, ut proregula constituitur in *authent. omnes peregrini in fine Cod. commun. de success. capit. literas de temp. ordin. capit. pastoralis 29. in fine de jur. patronat. Cassan. in Cathalog. glor. mundi 3. parte conf. 6. intendit, glosa optima verbo aut casu ad finem, l. respiciendum. §. delinquent ff. de penis.*

33 Vel procedit dicta Ordinatio in terminis l. 4. C. finium Regundorum inter vicinos confinium agrorum, quando post litem contestatam, unus eorum impedit partem agri alieni terminos ad idem figendo propria autoritate, quo casu inventus in mala fide, & petitione rei alienæ punitur citra rem irreptam in æstimatione ejusdem rei, ut dicit ibi *textus, & glosa verbo male, & sentit glosa 1. ante finem in citata lege 3. ff. termino moto, resolvit Farinac. dicta 6. parte crim. titul. de furt. quest. 168. parte 3. numero 96. & 97. & diximus supra capit. 6. numer. 39. Et quæ licet ita*

sint de jure communi, ut in dicta l. 4. quæ ponit casum specialem, non tamen restringunt illam *Ordinat.* quæ generalior est, & comprehendit alios, quam colligatores, & post litem contestatam, & magis accedere videtur ad dictam l. finalem, ff. termino mot. & ita apparet hæc *Ordinat.* in sui compositione respexisse ad primam, & secundam rationem adductam, & apud Castellanos est l. final. tit. 14. part. 7. & lib. 6. tit. 4. Padilh. in *practic. de todos los delictos 1. parte capit. 26.* quæ agunt de punitione terminos amoventis, vel turbantis, & *Farinac. dicta quest. 168. parte 5. à princip. part. 6. delictorum.*

Rursus advertendum est pri- 34
mitus pœnam, quæ terminorum avulsoribus statuta fuit, personam tantum delinquentis sine multa coercere, l. 1. ff. termino mot. l. 1. Cod. de accusat. postea verè à Carlo Cæs. Imp. addita fuit pœna pecuniaria 50. aureorum contra cujuslibet termini avulsorem fisco applicandorum, patet in dicta l. 3. ibi, *Quinquaginta aureos in publicum dare jubet*, quem textum sic contra *Abbat.* intelligit *Hieronymus de Monte de finium Regundorum cap. 36. numer. 3. Farinac. ubi proxime, quam tamen sen-*

sententiam citata *Ordinat.* redegit ad 20. aureos ; fisco , & parti æqualiter dividendos , & sic apud eos erit pœna ordinaria certa, cessantque solutiones *glos. in dicta l. 3. verbo ei qui volet, & in l. 1. Cod. accusat. verbo extraordinaria.*

- 35 Incipit ergo accusatio per querelam, tam quo ad verbera, & relegationem, quam quo ad pœnam pecuniariam, de quibus *in dicta Ordinat.* & ex alia *eod. lib. 5. tit. 17.* licet enim pœna pecuniaria applicetur tantum fisco, vel partim fisco, & partim parti, non ideo facit casum quærelæ *ad Ordinat. lib. 5. titul. 2. §. 4.* & tamen iudicium ad illam institutum dicitur criminale, *Farinat. in prax. titul. de variis, & extra ord. quest. 100. cap. 2. numer. 12. Cald. in l. unic. 1. p. numer. 53. in fin. C. ex delict. defunct. & ibi numer. 58.* dicit, si pœna pecuniaria parti applicetur à lege ratione damni, vel interesse iudicium reddi civile *l. final. ff. de privat. delict. l. 1. §. fin. de abigeis, Hieronym. de Monte citato capit. 34. numer. 6.* Nam quoties agitur pro damno ex crimine civiliter agi dicitur, uti de jure agi potest, *l. nec quidam 57. ff. pro socio Ordinat. libr. 2. titul. 1. §. 1. ibi: Emmenda de algum dam-*

no, quando civilmente intentado, & *libr. 5. titul. 117. §. 21. ibi: Em todos os maleficios poder demandar sua justiça, & seu interesse, & damno, & est textus in l. qui nomine ff. de fals. Barbof. in l. qui prior numer. 86. ff. de judic. & etiam in casu mortis, ut per *Cancer. libr. 2. variar. capit. 11. numer. 68. & 69.* & tunc adeundus est iudex civilium causarum, ut ex *Rota antiqua decision. 226. tenet idem Cald. ubi supra numer. 10. vers. quare.**

Ex quibus infero posse, om- 37
missa querela, dominum agri damnum sentientem civiliter petere à figente noviter terminos, restitutionem illorum, & terræ per medium illorum subtractæ sine pœnæ tamen pecuniariæ solutione, de qua *Ordinat. in dicto tit. 67.* Nam tunc causa esset mixta & requirunt criminaliter procedere, ut per *Cabed. 1. parte decision. 14. numer. 6.* nec refert ut actio criminalis intentari possit, si pars ipsa læsa, quæ conqueratur, vel quilibet alius de populo juxta dictam *Ordinat. citato titul. 117.* in ultimis verbis principii, & loquens in hoc iudicio finium Regundorum *dicta l. 3. ibi, Portionem ei qui volet, & glos. eod. verbo l. 4. §. si dicantur, juncta glosa verbo de crimine*

mine hoc nostro titul. Hieronym. de Monte capit. 36. numer. 4. idem Farinac. supra dict. quest. 168. numero 113. ea tamen adhibita differentia, quod proposita querela, & accusatione criminali, pars ipsa prosequi potest accusationem usque ad finem; cum ipsa prosequatur jus suum, & ad se pertinens; alius verò de populo minimè, ut ex pluribus Senatus decretis, testis est Phab. 1. parte arest. 122. & part. 2. arest. 114. & 124. & rationem assignat Menoch. de præsumpt. lib. 5. quest. 3. numer. 106. videlicet, quod quando accusat sine commodo, & interesse, præsumitur esse in dolo, solumque in hoc ultimo casu fiscus accusator est glos. dict. verbo ei qui volet, & apud nos ipsius justitiæ officium de Ordinat. lib. 5. titul. 122. cujus necessitate omnis judex inferior appellare tenetur, ex officio, & habetur libr. 3. titul. 75. §. 2. in fine; & titul. 79. §. 6.

39 E converso, equidem, proposita querela, & accusatione criminali, à parte ipsa læsa, poterit judex etiam si sit ad causas criminales tantum deputatis, defensionibus cognoscere pronunciare, quæ super restitutione, erectione, vel positione terminorum, dict. l. 4. §. si dicantur ubi

explicat, Anton. Fab. in rationib. §. fin. institut. de offc. judic. l. 1. C. quand. civil. act. crim. præjud. ex aliis Hieronym. de Monte cap. 3. numer. 6. ad fin. Menoch. casu 82. Pontan. libr. 2. de spol. capit. 7. numer. 62. Barbosa in l. si ab hostibus §. final. numer. 46. & 47. ff. solut. matrim. ubi rationes colligit ex Alphons. de Gusman. de civil. quest. 5. numer. 46. & 49. Præ 40
judicat tamen civilis actio intentata, dum pendet criminali causæ de jure nostri Regni: quidquid Farinac. ubi supra secundum Cald. ubi proxime numer. 66. Phab. dict. part. 1. arest. 64. & judicatum fuit in Senatu in causa Petri Nunes contra Sebastian. Fernand. infulæ materiæ anno 1617. scriba Francisco Pardo Ferreira; & fuit in expensis personalibus condemnatus, & iterum decisum vidi à Senatu judice Gabriel Pereira de Castro in supplicatione in causa posita ab Alvaro Henrique Correa, anno 1627 cætuario Francisco Cardoso coram judicibus causarum criminal. Olyssip. à fortiori ergo criminalis intenta præjudicat civili, quia hæc subsequitur aliam, & venit minus principaliter ad criminalem, dict. glosa verbo de crimine, Hieronym. de Monte ubi supra numer.

mer. 4. per l. qui crimen, Cod. qui accusat. non poss. & propter probationes, quæ in criminali requiruntur, l. final. Cod. probat. Hieronym. de Monte ibidem proxime Zang. de except. 2. parte capit. 10. declarari hæc tamen oportet, ut procedant, quo ad expeditionem illius, & sententiam proferendam, non autem quo ad processum, Afflict. decisio. 103. Capiss. decisio. 25. numer. 1. Gramat. decisio. 60. numer. 23. in fine, Clar. §. fin. quest. 2. numer. 4. Farinac. ubi supra numero 93. gratia enim minuendarum litium in utraque causa simul procedi solet, idem Clar. quest. 14. numer. 12. Farinac. numer. 92. prosequitur Francisc. Merlin. decisio. Lucens. 52. numer. 3. & 4. Capic. & ejus additator in citat. decis. 25. Alphons. de Gusman. de evict. quest. 5. numer. 47. ante fin.

41 Aliam itidem difficultatem patitur, Ordin. in dict. titul. 67. nempe, quod contra amatorem terminorum, vel noviterponentem; non utitur verbo aliquo scientiam importante, prout dicit, quando terminos evellit intentione fundandi (ibi nã sabendo, que o era), cum necessarium sit pro incurrenda pœna delicti: scientiam, & voluntatem adesse, l. quod rei public.

ff. de incur. l. 1. §. Divus Adrian. ff. ad l. Cornel. de sicar. l. si quis servo Cod. de furt. l. verum 40. ff. eod. titul. de furt. l. qui inceria 55. ibi Voluntas, & propositum delinquentis, ff. eodem titulo, Ordin. libro 5. tit. 14. ibi, Porvontade, & sabendo, maxime, quia ignorans non dicitur delinquere, argum. l. Cortem ferro 11. §. dominus ad fin. & ibi glosa verbo restituitur ff. de publ. & vellig. l. respiciendum 11. §. furta, vers. delinquent ff. de panis, ubi ad colligendam voluntatem in delinquente, I. C. refert modos, quibus delicta accidunt, videlicet, vel proposito, aut casu, cujuslibet distinctionis exempla ibi prosequitur, resolvit idem Farinac. part. 6. crim. titul. de furtis quest. 168. part. 5. num. 100. 101. & 102. Quantum ad primum, id est propositum, de quo in l. 1. ibi, Sponte contrahuntur delicta, ff. de legibus desumitur à causa propria delicti, in quod quanto maioris voluntatis affectu homo fertur, tanto gravius est in eo, in quo minori affectu propendit, & voluntas, ut docet S. Thomas 102. quest. 37. art. 6. habet peccatum, sicut arbor ad fructum, atque delicta, quæ committuntur ex dolo, ut explicat cap. 6. numer. 32. & resolvit Barbof. in rubr.

rubr. C. præscript. 30. vel 40. ann. numer. 338. & 349. fraude, infidiis, & aliis excogitatis artibus aggravant illud, quia magis ex affecta voluntate procedunt, & unico verbo censuit, *Ordinat. libr. 5. titul. 35. ad fin. principii*, ibi, *Sem malicia, e vontade*, faciunt cap. quod sicut, & cap. bone 23. de
 44 elect. ac ita delinquentibus non est indulgendum, l. in fundo 39. ff. reivend. *Ordinat. lib. 1. titul. ultim. §. 18. & 19.* quæ omnes casus indulgentia dignos retulit propter delictum perdit favorem ipse criminofus, glos. in l. si quis in tantam C. unde vi, *Gatier. de jur. confirm. 1. part. cap. 16. numer. 21. Cald. lib. 1. for. quest. 23. numer. 53. vers. facit*, & lib. 2. in l. unica C. ex delict. defunct. 1. p. numer. 3. ubi æquiparat crimina, delicta, & maleficia.

45 Hæc tamen voluntas, quæ aliud non est, quam consensus cum inter se non differant l. 2. §. quod si in patris, & §. fin. l. 4. l. si cum dotem 35. §. eo autem tempore ff. solut. notat. *Barbos. in dict. §. fin. numer. 28.* est animi motus sine, actione, & sine errore, glos. 2. & ibi addit marg. in l. apud Julianum 11. ff. ad Trebel, & qui voluntariè delinquit, agnoscendo de-

lictum committere ex se esse malum cum & potuisset abstinere per quandam necessariam consequentiam, videtur ex consensu, pœnæ pro delicto impostæ, se submittere, docet glosa ita discurrens verbo videbitur, post principium extravagant. ad reprimendum, quoque modo in crimine læsæ majestatis, & probat in expresso textus in l. imperatores 34. ff. jure fisci ibi, *Ipse te huic pœna subdidisti*, l. fin. C. ad l. Jul. majest. l. 1. §. & bestias, & ibi glosa verbo honorari, & in margine ff. postuland. *Hieronym. Gab. conf. 152. numer. 5. lib. 1. videndus Cald. in dict. l. unic. 3. part. numer. 11. post medium, & numer. 11. Cod. ex delict. defunct.*

Rursus animus, & voluntas 46 ex factis, sicuti & ex verbis declaratur l. de quibus 31. ante finem ff. de legib. ubi glosa verbo factis, deficiilius enim pervenitur ad factum l. reprehenda C. *Institum. & subsist. Cald. lib. 2. for. quest. 31. numero 8. & conf. 25. numer. 14. vers. sufficit*, adeo ut in jure factum pro voluntate sumatur l. si cum 2. & ibi glosa verbo facti ff. donat. in quibus, id est, in committendo delicta consistunt, glosa verbo feriendis in l. 1. hac edictali §. conventicula vers. receptoribus de pace

tenenda, l. *predia* Cod. de locat. *prædior. libr. 11. l. ex maleficiis* 4. & ibi glosa verbo *maleficium ff. act. & obligat. l. aut facta* 16. ff. de pænis, lic etiam aliquando delicta consistunt in omittendo, uti in jure plura sunt exempla, quorum unum refferre libet, quando pater, vel dominus potuit impedire delictum filii, vel servi, & non prohibuit, & teneatur pro illis, l. *scientiam* 46. ff. ad l. *Aquil. l. in omnibus* 3. l. in delictis 4. ff. de noxal. *Ordinat. noviter adducta libr. 4. titul. 103. in fine princip. facere enim videtur, qui patitur, quod prohibere poterat, dicit glos. in l. adigere* 6. ff. de jure patron. dummodò tamen intelligas procedere, quia vidi fatis doctos in hoc errare in delictis successivis, & non momentaneis ex *Felin. in capit. cum omnes numero* 31. & 32. vers. *sexta declaratio de constit. Gratian. forens. cap. 626. numero* 39. tom. 4. & tunc necessario requiritur scientia ut pœna delicti ligare possit, ad *Ordinat. lib. 5. titul. 112. ante finem principii ibi, Ou sabendo, & não defenderem, allegat. Soares de Ribeira in thesauro recept. sententiarum verbo ignorantia vide supra, numero* 42.

Ergo, & in casu *Ordinat. citato titulo* 67. in principio requi-

ritur scientia, & cognitio terminorum, & videtur probari ab eadem *Ordinat. à contrario sensu, ibi, E arrancando marco, ou não sabendo que o era, mas somente com tenção de furtar, ergo sciens terminos pro divisione inter prædia positos esse tenebitur actione criminali, seu conditione ex l. de termino moto, nec sine causa delictum committi præsumitur Foller. conf. crimin. divers. 138. numero* 13. vol. 1. *Farinac. de var. & divers. quest. 7. numero* 434. *Francisc. Merlin. decis. Lucens. 6. numer. 10. Giurb. conf. 51. numer. 16. & conf. 82. numer. 22. ita magna causa animum occidendi arguat, secus verò contrarium ostendat; idem Giurb. conf. 46. numer. 28. & conf. 82. num. 22. & 91. numer. 21.*

Insuper ignorantia præsumitur, dum scientia non probatur, l. *verius* 21. & ibi glos. verbo *obligatam, ff. de probat. l. bona fidei* 110. ff. verb. signific. *Farinac. decision. 795. numer. 3. pag. 72- Sebastian. Medicis de casibus furtivis quest. 3. numer. 16. & multò fortius, quando sumus in præjudicialibus, quo casu, nec præsumptionibus scientia probari dicitur Gratian. forens. capitulo* 560. numero 34. *tomo* 3. *Cephal. conf. 720. numero* 17. cum

cum aliis per eundem Merlin. decision. 57. numer. 5. Eo maxime quia evellere lapides, & cædere arbores non est de genere prohibitorum à jure naturali, vel quasi, ut dicit glosa verbo aut casu post medium in dicta l. respiciendum II. ff. de pœnis, & pro se allegat l. venia 2. C. de in jus vocand. Barbos. in l. si mora in praludiis numer. 21. ff. solut. matr. & in dicta l. venia, sunt verba ibi, Cum naturali ratione honor hujusmodi personis præbeatur, quam ob rem operarii, qui de mandato conductoris arant limites, & infra numer. 68. vel lapides evellunt, arboreque scindunt, excusantur, si à nemine resistatur, glosa verbo sciens in l. in rem 24. §. signum ff. rei vendic. & ibi Doctores Menoch. casu 38. & 39. Roland. conf. 54. numer. 6. libr. 1. Joseph de Sesse decision. 112. numer. 7. cum aliis per Antonin. Monach. de Lucens. 12. numer. 13. glosa verbo ostenderis ante medium in l. si tutor Cod. pericul. tutor.

52 Sed obstat textus in l. 1. ff. de legib. ibi: Delictorum, que vel ignorantia contrahuntur; juncta l. scientiam 46. §. qui cum aliter vers. sed & si ff. ad l. Aquil. l. si ex plagis 53. §. aque si quis eodem titulo l. 4. vers. cum quidam ff. ad l. Cornel. de sicar. cum aliis

hujusque factionis per glosam verbo item in dicta l. 1. citato capit. sicut. & capit. bona o 2. de elect. ubi dicitur delictum commissum 53 per ignorantiam mitius puniri debere, sed tamen puniri, idem etiam probat textus in dicto §. delinquent, ibi, Cum venando telum inferam missum hominem interfecit, idem ex l. lege Cornelia à 2. ff. ad l. Cornel. de sicariis, Farinac. de pœnis temp. quasi. 87. numer. 73. Francisc. Merlin. decis. Lucens. 13. num. 4.

Sed ad objecta respondendum 54 est, quod leges proximè adductæ, & aliæ similes numero plures involuunt, si non dolum, seu explicitam voluntatem, ut dixi supra cap. 6. numer. 31. latam tamen, vel levissimam culpam, de qua Barbosa in l. si mora ad praludia numer. 1. id est, implicitam voluntatem, & habet locum l. Aquilia ut in eis, & in l. absentem in fine vers. refert. ff. eodem titul. de pœnis, scire enim oportuit telum, vel lapidem jacentem fræno illum non cohibere, nec vulnere imprimete ad mensuram posse, ut docet Bart. in l. ut cum numero 9. ff. just. & jur. Farinac. part. 4. quasi. 25. numer. 352. Unde infero ad Ordinât. lib. 5. titul. 35. §. 7. procedere in vulnerante facientem alterius instrumento.

apto ad executionem animi, & manus: quasi per mensuram sine eventus casualis interventu, ut nullo allegato refert *Phabus 2. parte Arest. 127. Senat. censuisse;* ac delicta aliqua contrahuntur
 56 præter intentionem agentis, & ignorantia, quæ etiam coerceri leges jubent *dicta l. 1. ff. de leg.* & ut hæc eadem comprehenderet [sicut, & voluntate dolo, & malitia significavit in verbo sponte] adjecit, & ignorantia contrahi delicta per viam regulæ, ut in *l. jura, & ibi glosa 2. eod. titul. & in l. 1. & ibi glosa 1. ff. reg. jur. ubi dicitur ex regula, jus non sumi, sed ex jure, quod statutum est, & ad quod regula illa generalis, & compendiosa refertur.*

57 Deinde æquiparantur in jure, scire, vel scire debere, probant *l. quod te 5. ff. si certum petat. l. sed & addes 21. §. 1. ff. locati. l. qui fundum 7. §. servus eodem titulo, & ibi glosa verbo scire, glosa etiam in capit. ea, quæ de offic. ordin. bonus textus in l. cum qui alio 20. ff. regur. jur. maxime quando ignorantia cadit super facto proprio, vel quasi, argum. l. quisquis 15. in fin. C. rescind. dict. l. quod te, & in terminis criminalis causæ, *Ordinat. lib. 3. titul. 21. §. 5. & 6. cum aliis ordinariis adductis à Gabriel Pereira**

decision. 56. numer. 5. & in libr. 5. titul. 14. ibi Nem tendo justa 58 *rezaõ de o saber, nam ideo Judæus, vel Turca, vel alius infidelis, dum incedunt apud nos in his Regnis Lusitanix, jubentur signa portare, ut facili dignoscantur, & separentur ab orthodoxis, quo casu, non debet allegari ignorantia, quæ sicuti crassa, & supina non prodest, 59* & scientia æquiparatur, *l. nec supina ff. jur. & facti ignorant. glos. dict. verb. scire resolvunt Garc. de nobilit. glos. 4. numer. 24. sic similiter in casu nostræ Ordinat. tit. 67. intelligendum est avulforem lapidis, arboris, vel alterius rei pro finibus positæ, scienter procedere, nam si fuerit 60* convecinus, & prætendat ali-quod futurum interesse, non est dubium ex dictis *supra cap. 7. numer. 4. & ex adductis à Farinac. dict. quest. 168. 6. part. 61* *numer. 69. quia scit quod facit, & si non est vicinus, nec res ad illum pertinet, certum est eas ad alios pertinere, l. fin. §. omnes C. und. vi l. falsus 44. §. quis alienum ff. de furt. Farinac. 1. parte quest. 2. numer. 28. circa finem Barbof. in rubr. de præscript. numero 331. Ergo vel est dicendum terminos uti tales, & cum signis positis voluntariè avulsiße; vel ut rem furatam sub-*

subtulisse, idcirco *dict. Ordin.* non requirit scientiam in reo, in primo casu avulsionis, nisi quod sit terminus ad divisionem positus, sed quod ipse probet non cognovisse terminos divisionales, communiter enim fit, ut termini non avellantur sine damno alieno, ut per se patet, sed damnum pro destructione sumitur, ut est *glos. verb. fecisse ad finem in l. qui occidit 30. §. in hac quoque, ff. ad l. Aquil.* quia destruendo alienum, datur opera rei illicitæ, *dict. §. in hac,* ergo scientia stat contra amotorem terminorum, & quod cognoverit, *Sebastian. de Medicis ubi supra cap. 11. numer. 6.* nisi quando rusticus arando terminos avellit, ut per *Farinac. dict. quest. 168. part. 6. numer. 115.* & habenti animum offendendi, imputatur exitus, & eventus docet *Bart. in l. D. Adrianus numer. 1. ff. de sicariis, Farinac. de reo confesso quest. 87. num. 8.*

64 Non tamen inficiatur reum, ignorantiam posse prætere, & pro se allegare, uti scribis supra *cap. 2. numer. 20.* quæ præsumptio, de qua proximè, non est juris, & de jure, quæ non admittit probationem in contrarium ut notatur per *glosam verbo præsumptioni in l. fin. ff. quod met. caus. Barbosa ubi infra pro-*

xime in rubrica, & in l. 3. numer. 79. nisi per confessionem partis, & iterum numer. 101. sed est tantum juris quæ probationem in contrarium recipit, ut est *l. nuptura 58. & ibi glossa marg. ff. de jure dot. & glos. in dict. verbo præsumptioni, & est Ordin. lib. 5. titul. 135. §. fin.* & exemplum utriusque præsumptionis refert *Sarmiento libr. 1. selectar. capit. 1. numer. 11. & Barbosa in rubr. numer. 328. C. præscript. ann. & in melius in l. 2. in principio numer. 86. ad medium ff. solut. matr. ubi dicit juris dici præsumptionem, quia à jure inventa est, & de jure quia de ea factum est jus, & allegat *Alciat. de præsumpt. part. 2. numer. 3. in casu enim illius Ordin. non impedit expressa vox clamantis in deserto, vel noctu, sed ab alio fundi, quin aliud concludenter à reo probari non possit, quanto ergo latius probari poterit contra tacitum clamorem terminorum in signis significatum, & in differentia aliarum arborum emissum. Præsumptio enim validior aliam tollere solet, l. divus 8. ff. in integ. restitut. l. non solum 67. ff. de ritu nupt. Farinac. conf. 102. numer. 59. Bajard. ad Clarum in §. homicidium numer. 18. Gratian. for. cap. 562. num. 19. tom. 3. quam-**

vis enim ille, cui resistit juris præsumptio, teneatur probare contrarium liquidissimis probationibus, *l. extraneus in fine ff. cond. caus. dat.* ut iudex reum condemnare possit septem modis probationes arbitrari debet, *ex l. aut facta 16. ff. de pœnis*, ibi scilicet causa, persona, loco, tempore, qualitate, quantitate, & eventu.

- 66 Agimus supra *cap. 2. numer. 7.* & in hoc *cap. 15.* de sulcante limites aratro, decet, nunc agere, an incidat in pœnam hujus *Ordinat. titul. 67.* dicendum est cum distinctione cædentis ramos arboris confinalis, manente adhuc arbore ipsa viva, & in potentia germinandi, quod si aratro trajiciatur limes, in parte aliqua minime durante ejusdem limites residuo cum destinatione rectæ, & antiquæ divisionis, non habebit locum rigor, & pœna hujus *Ordinat.* puniuntur tamen pœna pecuniaria statuto municipali pro eo expedito, ut est apud plures civitates, & oppida, ut vidi, & 69 audivi, cætera vide apud *Farinac. dist. tom. 6. de furtis, quest. 168. part. 6. numer. 110.* Agitur in *l. fin. §. fin. ff. termin. mot.* de pœna imposita filiis famil. & servis avulforibus terminorum, vel si sunt operarii, qui faciunt

de alterius mandato, jam retro proximè diximus *numer. 49.* aliquando enim proceditur contra eos, qui faciunt, & probant facere de alterius mandato; *Marrant. de ordin. jud. 4. part. distinct. 7. numer. 20. & 26. Joseph. Sesse decision. 112. numer. 7. Menoch. remed. 1. recup. num. 54.*

Aliquando verò delicta per-⁷⁰petrantur per vinum, vel ebrietatem, & ebrius probatur ex aspectu, & aliis, de quibus *Mascard. de probat. concl. 575.* vinum enim causat oblivionem; *argum. glos. verbo querere, & expressius in margine l. fin. Cod. in quib. caus. rest. in integr. Selva de jur. patron. 4. parte quest. 1.* & etiam vino soporatus labitur in furorem, & furioso, æquiparatur *Mascard. ubi supra numer. 3. Etyd. 2. part. l. 1. ff. rest. & jur. Præceptor meus jubilatus Doct. Gondicatus Alvo Godinbo Canonicus Doctoralis Eboracens. Senatorque regius meretissimus in privat. scholis Conimb. ad cap. jam imputantur 1. quest. 4. prope finem art. 1. vers. autem, & aliquando impetu crimen aggreditur, Gom. 2. tom. var. capit. 3. numer. 28. ad finem.* Quod si pœna ideò remittenda videatur, *ex l. omne delictum 6. in fine vers. per vinum ff. re milit. ibi capitalis pœna remittenda est*

est tamen quia præcedit culpa in se inebriando, ut dicit glos. verbo *capitis*, debet puniri habita consideratione ad culpam, de qua videndi sunt *Menoch. de arbitr. cas. 326. & 327. numer. 3. P. Mol. de just. tract. 3. disp. 38. numero 5. Gregor. Lop. in l. 5. verb. Embriagarse, tit. 8. part. 7.*

71 Ad evitandas excessivas expensas in determinationibus quotidianis bonorum; præcipit serenissimus Rex noster Joannes nomine 4. [pro ut patet supra in rescriptis trasumptis principio hujus tractatus] ut acta declaratoria limitum, & terminorum prædiorum in Concilio oppidi, cujus in territorio constituti fuerint termini, transplantata maneat, ut iudices quotannis inquirent de avulsoribus, & obscuratoribus terminorum novissimè doctissimus *Leitão de jure*

Lusitan. tract. 3. quest. 2. per totam, & adversus eos procedant ad punitionem *Ordin. lib. 5. tit. 67.* quia pessimum est delictum, ut in *l. 1. ff. termin. mot. quamvis Menoch. de arbitr. lib. 2. cas. 393. numer. 15.* arbitrio iudicis pro personæ conditione, & vel ætate puniri dicat.

Tandem de veneratione antiquorum, quam habebant in terminos, & gravitate evellentis, sive frangentis, aut furantis, eleganter videbis, *Per Petr. Greg. lib. 39. capit. 13. Menoch. 2. de arbitr. cas. 393. qui numer. 10.* facit optimam distinctionem, ad quam omnes quæstiones terminorum motorum reduci posse ostendit, plures casus percurriendo, quem videas: prosequitur tamen pro junioribus iudicibus tenor sententiæ thomi in vulgari sermone.



Sentença do Juis do Tombo.



I S T O S estes autos , provisaõ de sua Magestade , porque mandou medir , e demarcar a Commenda de tal parte , de que he Commendador N. mostrase destes autos , serem citados os emphyteutas , e suas molheres para a dita mediçaõ , e demarcaçaõ , como tambem os pccsuidores das terras vesinbas , que confrontaõ com as propriedades da dita Commenda , fazendose a dita mediçaõ pelos medidores ajuramentados , em presença minha , e do procurador do Commendador , e das partes , guiandose a dita mediçaõ por documentos do tombo antigo desta Commenda , como tambem por homens velhos , e antigos , que tinhaõ rezaõ de saber as ditas propriedades. Mostra-se outro si destes autos , e feitas as ditas mediçoẽs , os emphyteutas fasiaõ termos de reconhecimento , declarando o que pagavaõ ao dito Commendador , assi de foro , como de quarto das novidades , que as terras davãõ ; outro si se mostra , que a requerimento do procurador do Commendador foraõ muitas propriedades julgadas por devolutas em presença das mesmas partes , de que naõ appellaraõ , nem aggravaraõ , por ellas mesmas confessarem naõ terem titulos , e outras pelos mostrarem sem serem confirmados ; o que tudo visto , e o mais dos autos do dito tombo , e como se fes na forma da provisaõ do dito senbor , o julgo por sentença , e como tal mando se cumpra ; e o Escrivaõ delle passara os treslados declarados na provisaõ do dito senbor. Em tal lugar a tantos de tal mes , e anno. N.

Hæc sunt, quæ ad hanc tractationem, & opusculum de judicio finium Regundorum scribere volui, & reliqua, quæ in hac materia omittuntur, prosequere cum Doctis in discursu citandis. Non profectò

damnabo unquam illos, qui humaniter, ut virum bonum, & gratum decet, errores, quos vel tenuem ob diligentiam, vel ingenij mei imbecilitatem admissi, suis ipsis humanissimis correctionibus emendabunt.

LAUS DEO, VIRGINIQUE MATRI,
in quorum gloriam nostra scripta esse optamus, eaque sanctæ Ecclesiæ, & sapientiorum correctioni libenter subjicimus.





I N D E X

Rerum omnium, & Verborum,
QUÆ IN HOC TRACTATU
CONTINENTUR.



ASENS pro dis-
sentiente habetur,
cap. 11. num. 6.
Absentes possessores
agrorum, cum qui-
bus exercendum est iudicium
finium Regundorum, citantur
per edicta, si locus. & secu-
rus non declaretur, & suffi-
et procuratores speciales adese,
cap. 8. num. 5.
Absolutioni potius, quam con-
demnationi, iudices proni esse
debent, quia de facto evenit,
innocentes puniri ex præsum-
ptionibus, cap. 13. num. 48.
Actio criminalis finium Regun-
dorum iudicii intentata ab a-
liquo de populo, est simpliciter
criminalis, à cuius sententia
definitiva iudex appellare po-
test, cap. 15. n. 38.

Actio Finium Regundorum est
dativa, cap. 2. n. 21. & cap.
6. num. 21.

Actio Finium Regundorum, iis
competit, qui prædia rustica
habent, daturque ad novos ter-
minos constituendos, aut anti-
quos reparandos, cap. 1. n. 4.

Actio finium Regundorum etiam
est mixta, cap. 1. num. 5.

Actio finium Regundorum oritur
ex quasi contractu, vel ex qua-
si delicto, cap. 1. n. 6. & 7.

Actio finium Regundorum est
duplex, alia directa, alia uti-
lis, cap. 1. num. 8.

Actio finium Regundorum non
intentatur, nisi post quam fi-
nes turbati sunt, cap. 11. nu-
mer. 38.

Actio finium Regundorum non
po-

- delictis, ut pœna locum habeat, cap. 15. num. 9.
- Actus solemnitas præcise præsumitur ex antiquitate temporis, concurrente semper in eadem possessione, & observantia, cap. 14. n. 19.
- Actuum copia parti petenti fit suis expensis, cap. 13. n. 18.
- Acusator sine commodo, & interesse, præsumitur esse in dolo, & culpa, cap. 15. n. 38.
- Accusationis processus dividi potest ex uno delicto, si partes petant, aliter minime, cap. 6. n. 6.
- Advocatus non peccat patrocinians in causa possessoria pro spoliatore, proprietate carente; si ei de actis notorius defectus non constat, cap. 3. n. 33.
- Advocatus peccat patrocinians in eadem causa possessoria, si ex eisdem actis apparet reum esse prædonem, & proprietate carentem ibidem.
- Ædificans juxta ædes publicas, quindecim pedes vacuos derelinquere debet, ne incendium noceat, non sic, si ædes publicæ erectæ non sint, sed erigedicantur, cap. 4. n. 20.
- Ædificans in facie muri civitatis, vel oppidi destruere debet ædificatum, adveniente occasione, & murum collapsum suis sumptibus reformare tenetur, ibi n. 22.
- Ædes etiam sunt mensurandæ, & declarandæ cum servitutibus, nec tunc citatio vicinorum requiritur, cap. 5. n. 4.
- Ædium appellatione, omnis æficii species continentur, cap. 4. n. 21.
- Æquum, & æqualitas, quam significationem habeant in jure; & quæ sit ejus definitio, cap. 11. n. 70.
- Æstimatores, & divisores hæreditatis honorum inter cohæredes, debent finitimis possessoribus portiones adjudicare, cap. 10. n. 18.
- Æstimatio rei fit, habito respectu ad onera, tributa solvenda, & expensas, cap. 12. numer. 17.
- Æstimatio arborum Concilii, non pertinet ad decuriones, ut tales, sed ad Regis administrationem, ex quo pretio, & impunitio, vel in remissione delicti, debet prius restitutionem fieri, cap. 15. n. 17.
- Æger unius, si dividatur ab alterius agro per foveam, debet vocare vicinum ad limitandum, cap. 5. n. 21.
- Ægri mensur jurare debet ad terminos constituendos, non secundum assertionem, sed credulitatem suam, cap. 1. numer. 18.

Agri fecundiores, & non fundi spatiosi mensurari debent, sed limitari cum declaratione coherentium vicinorum, & qua mensura terra metiri debet, cap. 3. n. 18.

Agri mensores à partibus electi, non loco testium, sed iudicum habentur, quorum imperitia partibus eligentibus imputari debet, quando enim à iudice eliguntur loco testium sunt, & de facto tantum dicunt, cap. 13. n. 5. 22. ubi salario eorum.

Agri mensoris electio, vel à iudice, vel à partibus si fiat, per terminum subscriptum fieri debet, tanquam præjudicalem, cap. 13. n. 6.

Agri mensor ex imperitia recusari potest, ibi, n. 6.

Agri mensoris resolutionem iudex sequi non tenetur, quia ex causa eam recusare potest, & alium sequi modum, & iudicium meum, & non alienum me cogit, ibi, n. 16.

Agri limitandi, & mensurationis regula exemplaris traditur, & in vulgari sermone, ut mensores non docti percipere possint, ibi, n. 12.

Agri dominium, & limites probantur per instrumenta in antiquis, licet enuntiativa verba habeant, ibi, num. 51.

Agrorum termini sunt signa, quibus unus ager ab altero dividitur, & quibus rebus constituantur, ut perpetuo durent, cap. 3. n. 12.

Agrorum, & confinium identitas (quia instrumenta antiqua referunt vicinos agros, & possessores aliis nominibus) debet probari per testes notos habentes antiquos, & modernos limites, cap. 13. n. 32.

Agrorum divisio inter habitatores ad seminandum, fit per instrumentum præsidis Provinciae, ne à decurionibus, quibus competit æqualiter dividere, inæqualitas committatur, cap. 10. n. 20.

Alienatio ante litem, iudicii mutandi causa, quando fit, vide remissivè, cap. 6. n. 38.

Aliena res est, & ad alios pertinere dicitur, quando ad nos non pertinent, cap. 15. n. 61.

Alienæ rei emptor præscribit cum bona fide, tempore ordinario 10. vel 20. ann. & quare currat præscriptio, & vero domino præjudicet, cap. 9. num. 23.

Alienantur sine consensu domini Regis emphyteuses regales, cap. 7. n. 9.

Alienare debet socius pro indiviso in aliquo fundo vicino, ut iudicium consistere possit cum

- emptore, cap. 6. n. 8. & numer. 11.
- Alienare dicitur, qui negligenter patitur rem suam præscribi, cap. 9. n. 4. 5.*
- Alienare qui non potest, nec dividere, cap. 7. n. 1.*
- Alienare potest dominus directus rem emphyteuticam, inscio emphyteuta, non verò dividere, nec terminare fin. Regund. jud. cap. 7. n. 1. & 2.*
- Alienari res litigiosæ non possunt, cap. 6. n. 35.*
- Alluviones, augmenta, & servitutes activæ; & passivæ debita declarari debent cum descriptione prædiorum, cap. 4. num. 18.*
- Alveus mutatus per alium locum, fluente flumine fit publicus alveus, cap. 8. num. 19.*
- Appellatio, quia primordialiter respicit defensionem de jure naturali introducta dicitur, cap. 12. n. 2.*
- Appellatio datur per judicem à sententia definitiva in causa criminali judicii finium Reg. cap. 15. n. 38.*
- Appellatio non habet locum, ubi nullum est gravamen, cap. 2. num. 14.*
- Appellatio indistincte conceditur in hoc Regno à sententia lata super possessorio, & etiam in judicio fin. Reg. cap. 14. numer. 10.*
- Appellatio inventa est de jure naturali, sed quo ad formam de jure civili est, ibi, n. 21.*
- Appellatio in dubio recipi debet, solumque in casu expresso rejici debet, & in hoc judices ordinarii, & delegati æquati sunt, ibi, n. 22.*
- Appellatio, si à judice recipienda non recipiatur, à superioribus, condemnabitur in duplicatis expensis aplicandis parti conquerenti: Si vero recipiat, non recipiendam, tenebitur ad damna, & expensas retardatas, si pars petat, ibi, n. 23.*
- Appellatio proponenda est coram judice, in audientia, si tamen sit delegatus, nec audientias exerceat, sufficit coram eo, & notario appellare, & interponi debet intra 10. dies numerandos de momento ad momentum, ibi, n. 24.*
- Appellatione, vel tempore ad appellandum pendente, attempta committuntur, ibi, numer. 25.*
- Appellatio ab interlocutoria, est odiosa, & non suspendit, & vocatur apud nos supplicatio, ibi, n. 28.*
- Appellatio non suspendit in hoc judicio fin. Reg. quo ad alios, sicut, & non suspendit in casibus omnino separatis, &*
pra-

praxis traditur, ibi, n. 29.
& 30. & seqq.

Appellationis acta parti appellanti traduntur, quia dies apparitionis alteri traditur, & sententia, non valet, originalibus actis, non ostensis, ibi, num. 32.

Aque usus ex flumine publico prescribitur immemoriali tempore, cap. 8. n. 19.

Aqua si dividitur per alienum fundum, vel ex alieno fundo ad irrigandum, & quibus horis, & tempore declarari debet, cum re ipsa, vel emphyteusi describenda, cap. 5. numer. 16.

Aqua pro usu corporis optima est eligenda, & qualis, ibi, num. 17.

Aqua cum citatione domini proprietatis, non vero usufructuarii dividi potest, ibi, numer. 18.

Aquarios: sulcos, & derigari suos agros, quis potest, & aquam ad foveas ducere, nisi vicino noceat, & foveas si fecerit in suo tantum, quantum profundaverit, relinquere debet, ibi, n. 20.

Aquarum inundatio, ne fiat in damnum arborum, & segetum, rumpi non debent ageres, vel salicta, & contra facientibus extra-ordinaria

pæna imponitur, cap. 15. numer. 20.

Arbor, vel lapides eximendi, in confinio sunt communes, cap. 4. n. 5.

Arbor, quæ in confinio nata est, & per utrumque fundum extenditur, pro indiviso ad dominum utriusque agri pertinet, ibidem.

Arbor succisa dicitur lignum, ibi, num. 6.

Arbor pro divisione deserviens, si plures sint ibi ejusdem speciei, designari debet aliquo signo, ut dignoscatur, ibi, numer. 8.

Arbor in ramis succindi potest, vel alia res pro termino positiva auferri in parte, sed non cessare effectus demonstrationis finis, cap. 15. n. 6.

Arbor, quæ radicibus, non avellitur, vel deglebatur, ut desiccetur, vel pereat, vivere dicitur, secus sit ut pereat, est certum committitur enim tunc delictum, ac si penitus cremetur; cap. 15. num. 8.

Arboris umbra, si segetibus noceat vicini prædii succindi debet; si termini commodius poni possunt, quam per arborem confinalem, cap. 4. n. 7.

Arborum ramos, sicut, & ipsas arbores scindi prohibetur à jure, & rami à solo aluntur, cap. 15. n. 7.

Ar-

- Arborum ignitarum æstimatio per legem generalem fieri, & æstimari debet, non per arbitratores in partibus, ibi, numer. 12.*
- Arbores glandium, quæ ad concilia pertinent, solo à partibus dominato, solent igne, noctu, vel clam accenso concremari à dominis soli, ibi, numer. 10.*
- Arbores novellas, loco ignitarum, & evulsarum possunt domini terræ obligari, ut intra certum tempus nutritas reddant in pœnam, ibi, numer. 18.*
- Arbores glandium destruuntur, quia tempore hyemali deficientibus partibus rami scinduntur ad alimenta pecorum, quod cessare poterit, si ex qualibet arbore rami in altum ducentes, tantum amputentur, ibi, n. 19.*
- Arbores cadere, & lapides avellere non est de genere prohibitorum, ibi, n. 50.*
- Arbores plantans juxta limites sui agri, 5. pedum spatium sine re tenetur de stipite arboris, ad extremitatem agri, & si fuerit ficus, vel oliva 15. pedibus distare debent, si radices immittant arbores in alienum agrum, & ex illius succo coalescant, communes sunt, cap. 5. n. 2.*
- Arborem, & ædificium deruere potest judex, si omnino terminationem agrorum impediunt, cap. 13. n. 62.*
- Arbitratores aliquibus in civitatibus, vel oppidis electi sunt à decurionibus, cap. 13. n. 3.*
- Arbitratori salarium solvitur à partibus æqualiter, ibi, numer. 20.*
- Arbitratoris calculatoris vel mensuris taxatio salarii judici processus competit, & si pars conquærat, per viam gravaminis expediri debet, cap. 13. n. 21.*
- Arbitri eliguntur circa terminos cum consensu uxoris sub certa pœna, & si excedat decem ducatos, debet poni in instrumeto publico, cap. 14. num. 18.*
- Argumentum de persona non subdita, ad rem non subditam, cap. 12. n. 6.*
- Area ubi segetes trituantur, & modificantur, debent esse liberæ ab impedimentis, & possunt dividi in se junctas partes inter coemphyteuticos si contendant super occasione, cap. 4. n. 26.*
- Area debet esse libera, ut grana à palea segregari possint, cap. 4. n. 23.*
- Arma prohibita portari, vel tent-*

tempore aliquo prohibita, si
iudex viderit auferre pote-
rit, etiam à nemine requisit-
us, cap. 2. n. 8. & 9.

Armorum extractio, quæ in cu-
ria prohibetur, non intelligi-
tur intra mare, & licet adia-
ceat, nec intra domum pro-
priam cap. 10. n. 3.

Artificem egregium oportet
magistratum esse, & maxi-
me pro finibus Regund. &
mensuratione agrorum depu-
tatum, cap. 13. n. 27.

Attentatum non committitur,
si possessionem civilem ante
litem quis habeat, ea penden-
te, naturalem acquirat, cap.
2. n. 15.

Attentatorum revocatio quando
fit ad petitionem partis, ci-
tatio, libellus, & contestatio
litis requiritur, secus quan-
do iudex ex officio revocat at-
tentata, cap. 11. n. 64.

Attentata committuntur, appel-
latione, vel tempore ad ap-
pellandum pendente, cap. 14.
num. 26.

Attentata in hoc iudicio, & fa-
mil. erciscun. committantur,
cap. 14. n. 27. 28. & 31.

Atrii quantitas, si indubium
vertatur pro immunitate de-
linquentis in illud se recipi-
entes, pertinet ad iudicem ec-
clesiasticum, & secularem in

simul, ut declaretur in facto,
quoad alia vero, & juris quæ-
stiones soli ecclesiastico iudici
competit cognitio; cap. 15.
num. 24.

Augmentum rei pendet ex jure
ipsius rei, & eodem jure cen-
setur, cap. 5. n. 15.

B

Bona timentium confiscari
vendita amicis, vel con-
sanguineis repeti possunt, &
venditio est frudulenta, cap.
14. n. 3.

Bona à dominis suis conservari,
& quando, & quibus Reipu-
blicæ interest, cap. 2. num.
11. & 12.

Bona alienari prohibita, præscri-
bi non possunt, sine titulo,
& bona fide, cap. 9. n. 18.

Bona Consiliis plura sunt; &
quo pacto pertineant ad decu-
riones, vel habitatores, cap.
10. n. 15. & 16.

Bona, Ecclesiæ, maioratus, pu-
pillorum, & similia, quo pa-
cto præscribantur remissive,
cap. 9. n. 13.

Bona qualitatem personæ as-
sumunt, & mutata personâ,
mutantur bona cap. 11. nu-
mer 94.

Bona confiscantur inventa apud
em-

emptorem ex delicto anteriore venditoris, qui de evictione ideo tenetur, & etiam si uenditor, habeat rem, & pretium receptum fateatur, dummodò apud eum reperiantur, cap. 14. num. 3.

Bona Ecclesiarum (vulgò Pasfaes) possunt concedi in emphyteusim, etiam sine licentia Papæ, & possessores citantur ad finium Regund. iudicium, cap. 8. n. 9.

Bona commendarum Ordinum militarium sunt merè ecclesiastica, nec differunt à bonis ecclesiasticis, ibi, n. 27.

Bona fides requiritur etiam in præscriptione immemoriali de jure canonico, cui stare debetur, & mala fides à principio purgatur, & fit bona ex cursu temporis immemorialis, & probatur ex fama in vicino, & aliis modis, cap. 9. num. 12.

Bona fides in dubio præsumitur, & mala (stante à principio titulo) probari requiritur, cap. 9. n. 17.

Bonis suis, quis abuti potest, etiam per negligentiam perdere, cap. 2. n. 12.

C

Captus in loco communi gaudet immunitate Re-

gni, & quæ dicuntur de immunitate Ecclesiarum; quo ad delinquentes in ea se recipientes, eadè habent locum infugientibus ad Regna, cap. 10. n. 14.

Captura personarum iudicibus delegatis non permittitur, nisi aliquis resistat, vel inobedienter alloquatur, quia capere potest, ut ordinario remittat, cap. 11. n. 26.

Carnes, si unam citò in totum deficient, si arborum glandium lesionibus non obvietur per solutionem æstimationis à dominis soli, cap. 15. n. 11.

Cartæ requisitorie Regni extranei, vel omninò iudicum incompetentium, non implentur, tanquam parti copia fiat; & quid de Ecclesiasticis; remissivè, cap. 11. n. 30.

Cartæ da Camera, forma adhibita est à Barb. ad Ord. lib. 3. tit. 1. §. 19. n. 3.

Causæ continentia dividi non debet, cap. 3. n. 31.

Causæ seculares ratione iuramenti ad iudicium ecclesiasticum advocantur, cap. 13. numer. 72.

Cautio de non offendendo personam, & impedire discordias inter privatos, publicam respicit utilitatem, cap. 2. numer. 8.

Cau

- Cautio pro suspitione iudicis finium Regundorum non requiritur, cap. 11. n. 33.*
- Cæmeteria Ecclesiarum benedicta sunt, ad defunctorum cadavera sepelienda, & amovens terminos, & lapides atrii accerrimè puniri debent, cap. 15. n. 22.*
- Citari debent agnati occisi, licet pro citatis se habeant, cap. 8. n. 14.*
- Citari debent vicini ad iudicium finium Regund. & incerti contradictores per edicta, cap. 1. n. 1. & cap. 8. n. 5.*
- Citari debet vicini agri possessor, licet dividatur, cap. 5. num. 21.*
- Citari debent partes ad electionem mensuris, & si non apparent, iudex supplet consensum, cap. 13. n. 1.*
- Citari debent emphyteutæ, & eorum uxores ad divisionem faciendam, cap. 7. n. 10.*
- Citari possunt tutores minorum pro suis rebus, vide cap. 8. num. 1.*
- Citari possunt puberes pro litibus, & procuratores constituunt, cum auctoritate curatorum, ibi, n. 2.*
- Citari sufficit in principio litis curatores furiosi, vel prodigi, & ad iudicium fin. Reg. ibi, n. 2.*
- Citari non debet in periculoso loco ultra mare, & sufficit, curatores dari bonis absentium ultra mare, ibi, n. 6.*
- Citari non possunt decuriones curiarum civitatis, sine licentia Regis pro bonis Concilii, nec ad divisionem agrorum, & in rescriptis commissionis pro finib. Reg. clausula, & licentia ad citandum eos aliquando adjicitur, ibi, numer 10.*
- Citari non debent Duces, Marchiones, & aliæ clarissimæ personæ, nisi cum literis Regis, vulgò Carta de Camera; aliquando permittunt citationem expediri voluntariè ad deprecationem domini honorum, vel iudicii fin. Regund. ibi, n. 11.*
- Citari non possunt magistratus temporarii sine licentia Regis, & ad hoc iud. fin. Reg. qui, & possunt causas cedere, ut agatur sine illa licentia, ibi, n. 12.*
- Citari etiam poterit clericus ad hoc fin. Reg. iudicium per medium iudicis Ecclesiastici à seculari precati, cap. 12. numer. 5.*
- Citatio vicinorum non requiritur, quando ædes sint mensurandæ, & declarandæ cum servitutibus, cap. 5. n. 4.*

- Citatio partium in testium in-formatione non requiritur, cap. 4. n. 1.*
- Citatio domini agri non requiritur, si flumen publicum, vel via, seu strata, per confinia fluit, cap. 8. n. 15.*
- Citatio fit eorum, quos principaliter negotium tangit, & ea deficiente processus corrumpitur, nec presumitur, nisi exactis appareat, & sine ea minime procedi debet in judic. fin. Reg. ibi, n. 26.*
- Citatio partium ad electionem mensuris, diem, & horam continere debet, ut partes intersint, & dicant de jure suo, vel recusent agri mensorem, cap. 13. n. 8.*
- Citationes sunt de jure naturæ, & continent defensionis speciem, nec omitti possunt à Principe, cap. 8. n. 25.*
- Citationem verbalem potest delegatus facere ante, vel post litem contestatam per edicti interpositionem, dummodo copia rescripti inseratur, cap. 11. n. 23.*
- Citationis defectus suppletur, per speciale mandatum manu nobilis expeditum, nec mandatum apud nos probatur sine scriptis saltem per certitudinem notarii cum clausulæ inscriptione, cap. 8. n. 14.*
- Civitates, Episcopatus, & Provincia limitantur per montium cacumina, per vias latissimas, per flumina; & per alia signa notabilia, cap. 10. num. 4.*
- Clericus prorogare non potest, jurisdictionem secularem, nec per viam incidentiæ, cap. 11. num. 92.*
- Clericus in judicium finium Regundorum actoris vices gerit, & ideo respondere debet coram judice seculari pro finibus reparandis, vel ponendis, cap. 12. n. 4.*
- Clericus eximitur ab jugationis solutione, cap. 12. n. 10.*
- Clericus citari poterit ad hoc judicium finium Reg. per medium judicis ecclesiastici à seculari de precati, cap. 12. num. 5.*
- Clerici circa temporalia Regibus subsunt, & sicut ratione personæ, judex fit competens, ita, & ratione rei sibi subditæ, vel uti è converso, cap. 12. n. 6.*
- Clericus emphyteuta emphyteusis patrimonialis, ut esse potest de licentia Regis, subest seculari jurisdictioni, ibi, numer. 7.*
- Clericis acquirere permittitur bona immobilia ad vitam duratura, quod Ecclesiis, &*

- Monaſteriis prohibetur, cum ſemper durent, ibi, num. 14.*
 & 22.
- Clerici immunes à tributis eſſe debent, & lex, quæ illos gravat tributis exorbitare, à jure communi dicitur, ibi, n. 16.*
- Clericus emendo bona ſibi ad uſum vitæ non neceſſaria, tributa ſolvit, & quodammodò negotiator dicitur, ibi, numer. 18.*
- Clericus emphyteuta fundi Eccleſiæ commendatæ, coram judice Ordinum militarium tenetur reſpondere, cap. 11. numer. 9.*
- Claufula omni, & meliori modo, æquivaleret proteſtationi, ne de proprietate inſimul agatur, & proprietas, & poſſeſſio inſimul tractatæ unam cauſæ continentiam conſtituunt, cap. 3. n. 31.*
- Cogitationis pœnam nemo meretur, cap. 6. n. 40.*
- Communio eſt mater diſcordiæ, cap. 2. n. 19.*
- Communio non debet ſervari inter ſocios, quando contendunt, vel contendere ſperantur, imò per actionem comm. divid. recedere ab ea debent, diviſis partibus pro ut conſiterit immiſſas fuiſſe, vel non conſito, ſecundùm neceſſitatem utriuſque, cap. 4. numer. 12.*
- Communione prohibita, diſcordiarum matre, prohibentur etiam media, per quæ durare poteſt ipſa communio, cap. 6. n. 13.*
- Commendarum Ordinum militarium bona ſunt merè eccleſiaſtica, nec differunt à bonis eccleſiaſticis, cap. 8. n. 27.*
- Commendatores ſunt religioſi, & votum continentiæ in caſtitalis votum commutatum illis fuit, & ſunt decimarum domini, ibi.*
- Commendatarii Ordinum militarium decimas ſuarum terrarum patrimonialium, & aliarum quas quis expenſis colunt ſolvere compelluntur compelluntur Eccleſiæ parochiali per monitorium Ordinarii, ibi, n. 28.*
- Compromittere ſe partes, etiam ſubditæ judicis ordinarii in eum tanquam arbitrum poſſunt de jure Regni, cap. 11. num. 37.*
- Conductor ad longum tempus tenetur terminos rei locatæ ſcire, & oſtendere, ſicut emphyteuta, cap. 7. n. 12.*
- Concilii plura ſunt bona, & quo pacto pertineant ad decurſiones, vel habitatores cap. 10. n. 15. & 16.*
- Conſilium mutant ſapientes, cap. 13. n. 43.*

Confinia probantur in prædiis per literas scriptas seu arma de picta in lapidibus in altum erectis, ut moris est, cap. 13. n. 55.

Confusio agrorum vicinalium fit, quando limites turbati, & amoti sunt, ita ut qui antea erant duo, vel plures, nunc unum corpus, & unum prædium factum sit, cap. 2. numer. 18.

Confusio terminorum est idem, quod turbatio, vel obscuratio, & à turbatione incipit præscriptio 30. annorum, cap. 2. n. 18.

Confusio rerum dominium acquirit, & limitatione rei non tantum acquiritur, quantum conservatur acquisitum dominium, ibi, n. 19.

Confinia emphyteusis indicare debet emphyteuta domino directo, & si non ostendat partem aliquam, commissum incurrit, nisi probabilis ignorantia interveniat, cap. 7. numer. 12.

Confiteri debent emphyteutæ pacta, & qualitates bonorum, & subscribere terminos confessionis in actis thomi, nec sufficit per procuratorem, nisi sit specialis, vel in rem propriam, cap. 7. n. 11.

Considerationes septem, scilicet,

causa persona, loco tempore, qualitate, quantitate, & eventu, adhiberi à iudice debent ut delinquentem condemnare possit, cap. 15. n. 64.

Confinium, & agrorum identitas, quia instrumenta antiqua referunt vicinos agros, & possessores, aliis nominibus debet probari per testes notos habentes antiquos, & modernos limites; cap. 13. numer. 32.

Confinia, & dominia in prædiis probantur per literas scriptas, vel stigmata depicta in lapidibus, vel parietibus, ibi, num. 55. & cap. 14. numer. 11.

Confines rerum suarum, qui libet dominus, & possessor naturalis scire præsumitur, cap. 13. n. 35.

Confiscantur bona inventa apud emptorem ex delicto anteriore venditoris, qui de evictione, ideo tenetur, & etiam, si venditor habeat rem, & pretium receptum fateatur, dummodo apud eum reperiantur, cap. 14. n. 3.

Confrontationes agrorum due ad minus sufficiunt, ad demonstrationem agri, cap. 3. num. 17. & 18.

Consulatus, & prætura sunt honores, & salarium honorarium,

- rium, cap. 13. num. 24.*
- Consensus, & voluntas, idem est, & significatur, & delinquens ex proposito pœnæ delicti, voluntariè se submittere censetur, cap. 15. n. 45.*
- Consentire videtur socius, quod præsens non contradixit alteri socio, cap. 2. n. 2.*
- Consentire videtur, qui prohibere potuit factum adversarii, & non prohibuit, ibidem.*
- Conscientia iudicis non ligatur ad iudicandum præterquam, ubi natura ipsa rei obligationem imponat, cap. 14. numer. 16.*
- Conscientia iudicis allegatur, rebus visis, sicut, & notorio, & etiam legum rationibus machinantibus, quia est conscientia impulsiva, ibi, numer. 16.*
- Continentia causæ dividi non debet, cap. 3. n. 31.*
- Continentia rei, quasi rei communis una constituitur inter possessores finitimos, & debent decuriones illam servare, cap. 10. n. 17.*
- Continentia consideratur tam respectu personarum; quam rerum, & heredi habitanti in loco, ubi pecunia hereditatis est, debet adjudicari, sicut res alia finitima adjudicanda esset, ibi, n. 19.*
- Contentiones, ut evitentur inter confines agrorum, si imminuant, & scandala, poterit iudex ab uno agro auferre, & alteri addere etiam in pecunia, adhibita satisfactione, cap. 13. n. 61.*
- Contentiones plurimæ oriuntur cum vicinis agrorum dominis, cap. 9. n. 38.*
- Contractus omnes juramento promissorio firmati, sunt nulli, attentata Ord. regia, cap. 13. n. 72.*
- Contractus ex post facto sunt necessarii, licet à principio voluntarii fuerint, & dominium est magni ponderis, & momenti, cap. 14. n. 6.*
- Contractus, & delicta commissa in mari pertinent ad civitatem, vel oppidum, quibus adjecit, cap. 10. n. 2.*
- Creta eximenda à prædio pro lavandis pannis lana confectis, debetur jure servitutis, pretio dominis soluto, cap. 4. num. 17.*
- Creditor dividi rem communem inter socios petere potest, ut executio perficiatur, cap. 6. num. 10.*
- Curatores furiosi, vel prodigi sufficit citari in principio, & ad iudicium finitum Regund. & qui sunt, qui sub cura sunt, remissivè, nam, & sine partium*

- tium citatione possunt omnia scribi in monumentis, sed non probant contra tertios, cap. 8. n. 4.
- Curatores non debent citari pro rebus pupilli, quando illi excedunt etatem 14. annorum, & in fœminis, 12. annorum, cap. 8. n. 2.
- Curator dari debet bonis absentium, etiam in causis parvi momenti, cap. 8. n. 6.
- Curator dari debet pupillo etiam in iudicio possessorio, & fin. Reg. ibi.
- Culpa post litem contestatam operatur in possessore eundem effectum, quem, & dolus operabatur, cap. 6. n. 33.
- Culpa in dubio, intelligi debet de culpa levi, ibi.
- D**
- D**annum infectum facilius impeditur, quam factum resarciri potest, vel facilius tollitur faciendum, quam factum, cap. 2. num. 1.
- Dammum timens sibi fieri in re, vel jure suo, vel spoliaria possessione, potest à iudice pœnale præceptum impetrare, ne offendatur, ibi, n. 3. & 5.
- Dammum inferentibus potest pœna comminari, ut segetes conserventur, ibi, n. 4.
- Dammum datum in familia, & de domo alicujus resarcire dñs tenetur, & præsumitur datum ab habitatoribus domus, cap. 15. n. 13.
- Dammum præsumitur datum ab habitatoribus, & vicinis, & non ab extraneis, ibi, n. 47.
- Dammum pro destructione sumitur, & qui alienum destruit rei illicitæ, operam præstat, & tenetur de eventu, cap. 15. n. 63.
- Decimarum novalium, fiet divisio in forma juris, si ex confusis limitibus Ecclesiarum non constet ad quam Ecclesiam pertineant, cap. 4. n. 12. in fine.
- Decimas solvunt Commendatarii Ordinum militarium, cap. 8. n. 28.
- Decimarum causa, quando fundi terminantur, legitimi contradictores sunt vicini decimarum perceptores, cap. 11. num. 86.
- Decimarum lites, quando agitur remedio recuperandæ, vel retinendæ possessionis, pertinent ad seculares iudices, vel ecclesiasticos, cap. 11. n. 84.
- Decuriones curiarum civitatis non citantur sine licentia Regis pro bonis Concilii, nec ad divisionem agrorum, & in ref-

- rescriptis commissionis pro finibus Regund. clausula, & licentia ad citandum eos aliquando adjicitur, cap. 8. numer. 10.
- Decuriones de facto restituere possunt Concilio vias ablatas, vel partes earum, citatis partibus, & uxoribus, & etiam contra ecclesiam, & personas ecclesiasticas, cap. 8. n. 24.
- Decuriones non possunt dispendere de pascuis privatim possessis, nec sine omnium consensu (nullo dempto) defendere possunt, vel vendere etiam pro publica utilitate, poterunt tamen per viam regiminis, tempora, peccora, & numerum distribuere, cap. 10. n. 27.
- Decuriones vendere nequeunt veniarum folia, sine omnium consensu, ibi, n. 28.
- Decipiuntur plures homines ex primo aspectu; cap. 13. numer. 4.
- Decisa semel per bonam fidem, & consensu partium instaurari iterum non debent, cap. 14. num. 19.
- Defensio aliquando denegatur delinquentibus publice, & irrefragabiliter conjunctis, cap. 13. num. 47.
- Defensioni rerum plurium iudices attendere debent etiam ex officio, cap. 13. n. 39.
- Defensiones passus, si fiant plurimæ & lædatur utilitas publica demoliri debent, quia privatæ utilitati publica præfertur cap. 10. n. 26.
- Defunctorum libri, & memoriales maxime, si fuerint nobiles, divites, & bonæ conscientie, probant confinia rerum suarum cum vicinis saltem præsumptivè, cap. 13. num. 54.
- Delegati iudices non suo nomine, sed delegantis jurisdictionem exercent, & est de jure civili, cap. 11. n. 19.
- Delegati jurisdictione cessat morte delegantis, ibi, num. 40.
- Delegatus à Principe similis est Ordinario, & à Principe delegatus dicitur pro finibus Regund. creatus, & potest subdelegare, ibi, n. 2.
- Delegatus subdelegare potest, & de jure civili totam causam, de jure vero canonico partem, & partem sibi reservare, ibi, n. 21.
- Delegatus, nec cum cautione dato, super rescripto non ostenso, procedere debet, ibi, num. 25.
- Delegatis iudicibus captura personarum non permittitur, nisi aliqua pars resistat, vel inobedienter alloquatur, quia capere potest, ut ordinario remittit-

- mittat, *ibi*, num. 26.
- Delegatus suam sententiam exequi potest, *ibi*, num. 28.
- Delegatus formam commissionis ad unguem servare debet, & ultra concessa nulliter agit, *ibi*, num. 53.
- Delegatus de proprietate eorundem cognoscere non potest, nisi expresse à Rege committantur, *ibi*, n. 54. & 57.
- Delegatus fin. Reg. cognoscere valet, etiam alia parte renuente, seu absente, à qua prorogatio non proceditur de questione domini alicujus partis agri incidenter necessaria ad questionem principaliter commissam, *ibi*, n. 56.
- Delegato judici pro finibus Regundorum etiam præmissorum. & subsequentiū necessariorum ad jurisdictionis executionem cognitio concessa est, & in concessione jurisdictionis maioris, minor concessa non censetur, *ibi*, numer. 80.
- Delegato judicis sublata est facultas, per delegationem causæ, *ibi*, n. 38.
- Delegatum à Principe jurisdictionem ordinarii judicis locorum defendere tenetur, cap. 11. n. 29.
- Delinquens ex proposito, pænæ delicti voluntariè se submittere censetur, cap. 15. numer. 45.
- Delinquentibus non est indulgendum, cap. 15. n. 43.
- Delinquere non dicitur ignorans, *ibi*, n. 42.
- Delicta, proposito, impetu, vel casu accidunt, & committuntur, & distinctionem cujuslibet prosequere in numeris sequentibus, *ibi*, n. 43.
- Delicta per malitiam perpetrata indulgeri non debent, & quæ illa sint, *ibi*, n. 44.
- Delicta etiam consistunt in ommittendo, & dominus non impediens servum, & pater filium, ne delinquant puniuntur, dummodò delictum non sit momentaneum, sed successivum, quod potuit, impediri, *ibi*, n. 47.
- Delicta dicuntur etiam per ignorantiam committi, sed per viam regulæ, *ibi*, num. 56. & 59.
- Delicta ut puniuntur 7. considerationes adhiberi à judice debent, *ibi*, n. 67.
- Delicta in mari commissa puniuntur per judicem oppidi proximi eidem mari, cap. 10. numer. 2.
- Delicta commissa in loco communi inter duas civitates, à quolibet judice puniuntur, cap. 10. n. 13.

- Delicta commissa per ignorantiam, & præter intentionem puniuntur mitius, sed puniuntur, cap. 13. n. 53.*
- Delicti pœnam non incurrit amovens terminos animo furandi illos, nisi quo ad furtum, non quo ad pœnam de termino moto, ibi, n. 41.*
- Delictum ut committatur sufficit dolus in genere, cap. 6. numer. 32.*
- Delictum sine causa committi non præsumitur, & requiritur scientia, ut pœna delicti ligare possit, cap. 15. numer. 48.*
- Demonstrationes duæ sufficiunt, pro designando prædio, & si plures adjiciantur, non vitiant, & prævalet demonstratio, & limitati fundi ipsius mensuratione, in qua potest dari error, cap. 3. numer. 17. 19. & 20.*
- Diœceses in genere fœminino dicuntur ubi habetur jurisdictio in spiritualibus, territorium ubi habetur in temporalibus, cap. 10. n. 5.*
- Diœcesum limites; si pateant, in præscriptibiles sunt, cap. 10. n. 8.*
- Diœcesum terminos amovens accerrimè punitur, & idem unum, vel plures terminos amovere, & pertinet cognitio ad ecclesiasticum tantum judicem, cap. 15. n. 21. & 52.*
- Definitio divisionis, quæ sit, cap. 1. n. 3.*
- Diffinitio æqui, & æquitatis, quam significationem habeant in jure, cap. 11. n. 70.*
- Differentiæ, quæ sit inter ultimas voluntates, & actus viventium, cap. 14. n. 5.*
- Differentia inter pœnam infligendam hominibus, vel nobilibus personis, remissivè, cap. 15. n. 32.*
- Differentia inter pignus, & hypothecam, vide, cap. 7. numer. 21.*
- Differentia inter spoliatum per vim publicam, & cum armis, & per vim privatam; remissivè, cap. 6. in fine.*
- Dictio, sed, & si, ponit diversitatem facti, sed retinet identitatem juris, cap. 9. n. 29.*
- Deligentia communis in auctore, & non singularis industria expetitur ad restituendos fructus non perceptos in reo male fidei possessore, cap. 6. numer. 30.*
- Dispositio legis superflua esse non debet, cap. 6. n. 41.*
- Divisionis diffinitio, quæ sit, cap. 1. n. 3.*
- Divisionis, & terminorum primus inventor fuit Cain, cap. 2. n. 23.*

- Divisio prædiorum, ne fiat, nec pactum valet, nec prescriptio etiam longissima currit, cap. 2. n. 25. & 28.*
- Divisio fructuionis fieri potest per tempora, & hebdomadas, & per numerum pecorum, vel rerum in utilitate consistentium, cap. 4. n. 11.*
- Divisio dicitur alienatio, & pars indivisa intellectualis dicitur, cap. 6. n. 12.*
- Divisio culturæ uberioris, vel commodioris non nocet, nec vera divisio dicitur, nec ideo plures agri fiunt, sed unus fundus manet, cap. 7. n. 8.*
- Divisio, & finium Regundorum iudicium fit cum possessore maioratus, cap. 7. n. 25.*
- Divisio agrorum inter habitatores ad seminandum fit per instrumentum præsidis provincie, ne à decurionibus, quibus competit, equaliter dividere, in equalitas committatur, cap. 10. n. 20.*
- Dividi non debet res, qua divisâ, eandem utilitatem non affert, sicut, & integra, & vendi, vel locari debet, & pretium dividi, cap. 4. numer. 15.*
- Dividere est alienare, & qui non possunt alienare, nec dividere, cap. 7. n. 2.*
- Dividere rem suam ad libitum, quis potest, & vendere de ea partem demonstratam, cap. 9. n. 24.*
- Diverſa, quæ sunt de factò, diversitatem juris constituunt, cap. 9. n. 32.*
- Dolus, & culpa, in quo distinguantur, cap. 6. n. 32.*
- Dolus malitiæ equiparatur, & reperitur in actu perfectò, ibidem.*
- Dolus sufficit in genere, ut delictum committatur, ibidem.*
- Dominium revocabile habens, irrevocabile acquirere potest, cap. 2. n. 17.*
- Dominium rerum confusio acquirit, & limitatione rei non tantum acquiritur, quantum conservatur acquisitum dominium, cap. 2. n. 19.*
- Dominium rerum corporalium, & earum determinatio, est de jure gentium, & dominium est jus coherens personæ, & non rei, cap. 1. n. 2.*
- Dominium sola sententia possessionis non probatur, cap. 3. numer. 33.*
- Dominium directû, licet ecclesiasticum potest seculare ejusdem rei dominium utile apud laicum manere, & seculare, est secularibus legibus decidendum, cap. 11. n. 95.*
- Dominium, & limites agri probantur per instrumenta in anti-*

- antiquis, licet enuntiativa habeant, cap. 13. n. 51.
- Dominum sine traditione non transfertur præterquam in heredem post additam hereditatem, vel in legatarios, cap. 14. n. 5.
- Dominium rei limitata non tantum acquiritur per limitationem agri, quantum acquisitum conservatur, cap. 2. numer. 19.
- Dominium est difficilis probationis, & quando incidenter, & minus principaliter de eo actum fuit, cap. 14. n. 11.
- Dominium rei probatur indicis, & præsumptionis, ibidem.
- Dominus directus rem emphyteuticam alienare potest in scio emphyteuta, cap. 7. n. 1.
- Dominus directus pro expulsionem emphyteutæ, interdictum uti possidetis agere potest, ibi, num. 1.
- Dominus directus, civilis possessor non præsumitur scire, præterquam primos declaratos in concessione, ibi, numer. 4.
- Dominus in concessione emphyteutis potest conditiones, & pacta adjicere, cap. 7. numer. 2.
- Dominus fundi, flumen privatum, vel rivum mutare ad alium locum potest, nisi noceat
- servituti debita vicinis, cap. 8. n. 21.
- Dominus fundi potest ex uno alteri addere, & ab altero auferre, & uni adjicere, ut vendat, vel commodius per se, vel per colonos colat, cap. 9. n. 37.
- Dominus certam partem fundi vendens, potest terminos secundum conventionem venditionis apponere, cap. 4. n. 3.
- Domus positæ in confinio Regnorum habentur ad instar aliorum confinium, cap. 10. numer. 11.
- Domus ædificata in confinio, duos pedes sinere tenetur, sed de consuetudine non servatur inter urbana prædia, cap. 4. numer. 19.
- Domus ædificata in facie murorum, adveniente inimico, destruitur, cap. 4. n. 22.

E

Ebrius præsumitur rerum oblitus, & vino soporatus, labitur in furorem, & impetu crimen agreditur, nec ob delictum penam totalem incurrere debet, licet culpa præcedat inebriando, cap. 15. num. 70.

Ecclesiæ maiores quadraginta passi-

- passibus, & minores triginta atrii pollebant de jure canonico, sed est in usu, ut habeant, vel maiorem, vel minorem atrii quantitatem, & dicitur cæmeterium, quod, & quando est in usu, cap. 15. numer. 23.
- Ecclesia interest habere paucas personas in emphyteusi, cap. 12. n. 19.
- Ecclesiarum sedimina (vulgò Passues) possunt concedi in emphyteusim etiam sine licentia summi Pontificis, & possessores citantur ad finium Regundorum iudicium, cap. 8. num. 9.
- Ecclesiasticæ personæ sunt de foro seculari, quo ad contentiones evitandas, & vim propulsandam, cap. 11. n. 79. & ibi redditur ratio.
- Ecclesiastici, qui in regno non habent superiorem, respondent coram seculari iudice, pro causis prophanis, licet conservatores habeant cum potestate Ordinariorum, ibi, num. 83.
- Edicta non fiunt, nisi præhabita informatione, cap. 8. numer. 5.
- Electio agri mensuris, vel à iudice, vel à partibus si fiat, per terminum subscriptum fieri debet, tanquam præjudicialem, cap. 13. n. 6.
- Emmanuel Themudo Vicarius generalis hujus Archiepiscopus Olyssip. laudatur, & de die ejus mortis fit mentio, cap. 8. n. 29.
- Emphyteuta indicare debet confinia emphyteusis domino, quod si non ostendat partem aliquam commissum incurrit, nisi interveniente justa causa ignorantia, cap. 7. n. 12.
- Emphyteuta, licet clericus sit, emphyteusis ad præceptoriam militarem pertinentis, tenetur coram iudice, à magistro magno, id est, Rege comparere, & limites ostendere, sine eo quod ejus jurisdictionem evitare valeat, cap. 11. numer. 90.
- Emphyteuta scire præsumitur fines rei emphyteuticæ, tanquam naturalis possessor, c. 7. num. 11.
- Emphyteuta est utilis dominus, c. 7. n. 3.
- Emphyteuta negans esse in possessione rei emphyteuticæ privatur possessione, & emolumento, c. 7. n. 10.
- Emphyteuta dividere actualiter, emphyteutica bona possunt, & ideo caducitatem incurrun, nisi in concessione duobus facta, sit pactum, quod unus alteri succedat, vel

vel quod inter illos accrescat,
c. 7. n. 6.

Emphyteuta debitas pensiones
solvens auferri nequit, c. 3.
num. 2.

Emphyteutæ debent confiteri
pacta, & qualitates bono-
rum, & subscribere terminos
confessionis in actis Thomi,
nec sufficit per procuratorem,
nisi sit specialis, vel in rem
propriam, c. 7. n. 11.

Emphyteuta vocari, & assistere
re in divisione cum domino di-
recto, debent, c. 7. n. 2.

Emphyteuta, & eorum filii
in regione Interannensi, &
transmontana liberè emphy-
teusim dividunt per partes di-
stinctas, & conveniunt, quod
quotannis, vel de trienio in
trienium eligatur unus colle-
ctor pensionum, qui ab aliis
minutas recipit, & domino
integram persolvit, c. 7. nu-
mer. 7.

Emphyteutæ citari debent, &
eorum uxores ad mensuratio-
nem, c. 7. 10.

Emphyteusis de jure (semota
consuetudine) individua est,
c. 7. n. 7.

Emphyteusis non dicitur, si do-
minium utile in emphyteutam
non transit, c. 7. n. 3.

Emphyteusis, si admixta fuit
res libera ab emphyteuta, &

vendita, dominus directus e-
am revindicare poterit alter-
native ab ipso emptore, c. 13.
num. 34.

Emphyteuses perpetuæ, & non
ad vitas, dividi solent in pro-
vincia Interannensi, & idem
erit extra provinciam, si de
antiquo solita sit dividi inter
emphyteutas, aliqua emphy-
teusis, c. 11. n. 7.

Emphyteuses regales dividun-
tur inter emphyteutas, &
alienantur sine consensu domi-
ni Regis, ibi, n. 9.

Emptori pro qualitate rei tene-
tur venditor, quanvis menti-
tus non sit, in mensura, c. 2.
num. 6.

Emptor rei alienæ coherentis
alteri rei propriæ venditoris,
quo pacto præscribat, quan-
do scivit esse alienam, sed
incertam ratione loci, & quo-
tæ, c. 9. n. 26. cum seqq.

Emptor per titulum emptionis,
fit plenus dominus directi, &
utilis domini rei, c. 12. nu-
mer. 9.

Emptor agri provocatus in hoc
judicio fluvium Regundorum;
utrum teneatur denunciare
venditori litem, ut jus sibi
servet per evictionem, c. 14.
num. 1.

Equites militenses verè sunt re-
ligiosi, & tenentur monumen-
ta

- ta commendarum facere de 30. in 30. annos, & admi-
nis de 35. in 35. & obliga-
tio illis imponenda erat, si-
cut equitibus Divi Benedicti
de Avis impositum est, cap.
8. n. 33.*
- Error communis multum differt
à particulari, cap. 11. nu-
mer. 45.*
- Evangelia sancta in omni jura-
mento, præterquam in secun-
do calumnie tangi debent à
jurante, cap. 13. n. 71.*
- Eviçtio non habet locum, quan-
do vendi quis promisit intra
fines demonstratos alium non
ingressurum, cap. 14. n. 2.*
- Eviçtio etiam locum habet in
hoc judicio finium Regundo-
rum, si agatur ex causa pro
reivendicatione, & actione à
venditore procedente, cap. 14.
num. 1.*
- Eviçtio non habet locum, si mo-
veatur lis, ut limitetur ager,
ibidem.*
- Eviçtio locum non habet in a-
ctione personali, ibidem.*
- Eviçtionis actione proposita, si
venditor tenetur emptori, pro
eo in eadem causa testis esse
non potest, nec oportet, quod
eviçtio sit pro tota re, vel
parte, vel bonitate ejus, cap.
9. n. 40. & 42.*
- Executio sententiæ à judice de-
legato finium Regundorum
procedente, fit ab ordinario
loci, cui relinquenda est, cap.
14. n. 31.*
- Executio sententiæ familiæ er-
ciscund. statim fit ante dila-
tionem decem dierum, cap.
14 n. 9.*
- Executores testamentorum, plu-
res simul esse possunt, & exe-
qui morientium voluntates,
cap. 6. n. 5. in fine.*
- Expensas itineris pro judice, of-
ficialibus, & mensuris fi-
unt communiter à partibus
coram ordinario judice liti-
gantibus, licet vna pars tan-
tum deponet, solvat, & alte-
ra renuat, cap. 13. n. 19.*
- Extensio in criminibus fit ex
majoritate rationis, & ratio-
ne publicæ causæ, cap. 15.
num. 27.*
- Extrema, cujus sunt, etiam, &
medium, præsumitur inter fi-
nes posita, præsumuntur esse
domini terminorum, cap. 11.
num. 39.*

F

F Acultas subdelegandi per
delegationem sublata est ju-
dici delegato, cap. 11. nu-
mer. 38.

Facere videtur, qui patitur quod
prohibitori potest. c. 15. n. 48.

Fa-

- Factum pro voluntate sumitur, & voluntas factis explicatur, & delicta consistunt in committendo, cap. 15. numero 46.*
- Facta patris scire filius præsumitur ratione continuæ habitationis, cap. 13. numero 57.*
- Fama non attenditur, si principium sumpsit post litem inchoatam, vel quando fuit industriosa, & seminata, ut præjudicaret, vel ut revelaret, cap. 13. num. 37.*
- Fama, ut vel per testes, vel per instrumenta probetur, non debet esse de casibus recentibus, & debet versari inter maiorem partem populi, ibi, num. 40. & 50.*
- Fama debet originem habere à personis fidedignis, & in probatione, testes tenentur actores nominare, à quibus audiverint, ibi, n. 41.*
- Fama nititur in opinione, & estimatione hominum, & ut hæc verum inferant, temporis spatium, & consensum discursivum requirunt, ibi, num. 42.*
- Fama in antiquis plenè probat, quia semper una, eademque fuit in veritate, quod in non veris, sic non est, potius vacillat, ibi, n. 44.*
- Fama, si aliqui testes in inquisitione utantur, eandem ab aliis etiam testibus iudices inquirentes petere debent, vel poterit contraria fama apparere, vel ex fide dignioribus, & pro non delicto, & cum hoc examine perfectior erit probatio, vel contra reum, ibi, num. 49.*
- Fama pluribus instrumentis sicut, & testibus probatur, ibi, num. 50.*
- Famam de aliquo delicto inimici seminant, & tali fame attendi non debet, cap. 13. num. 37.*
- Familiæ erciscund. sententia transfertur dominium, nec 10. dierum spatium requiritur, nec fidejussio in traditione, objectis impedimentis, cap. 14. num. 9.*
- Filius familias, post pubertatem debet citari pro bonis castrensibus, vel quasi, cap. 8. num. 3.*
- Filii familias, servi, vel operarii, qui terminos avellunt, quo pacto teneantur; vide remissivè cap. 15. num. 69.*
- Filius naturalis succedere potest in emphyteusi ecclesiastica, cap. 11. num. 95.*
- Fines perpetui, & naturales in præscriptibiles erunt, cap. 14. numer. 21.*

- Fines, & limites probantur à testibus, quando exceditur eorum memoria, si dicant semper fuisse sic observatos, c. 13. num. 36.*
- Fines probantur per instrumenta inter alios confecta, dummodo non sit plebatuum, vel curiarum, & enuntiative sufficiunt eorum verba, cap. 10. num. 10.*
- Fines ampliores possideri possunt, & præscribi tempore ordinario, c. 9. num. 27.*
- Fines magis fundo, quam personæ adjudicantur, cap. 1. n. & cap. 3. num. 34.*
- Finibus pro constituendis, quatuor remedia, à jure inventa sunt, cap. 1. n. 13.*
- Finium Reg. judicium habet mixtam causam, & quasi questio super finibus proponitur, debet prius de possessione agi, & inter socios rei communis habet locum restitutoria actio cap. 3. numer. 27.*
- Finium. Reg. judicium non intentatur ab eo, qui prædium vicinum non possidet, & ab adversario negatur possidere cap. 3. n. 34.*
- Finium. Reg. judicium in quibus consistat? cap. 3. numero. 22.*
- Finium Regundorum judicium exercetur contra unum vel plures possessores fundi in uno processu, cap. 6. numero 1.*
- Finium Regundorum judicium non datur inter agros ab eisdem possessos, licet unus possideatur cum socio; & partes fundo magis, quam personæ sententiæ adjudicantur, & quare, cap. 6. n. 15. & n. 21.*
- Finium Regundorum judicium competit ex turbatione unius termini, vel plurium, vel pro toto fundo vel pro parte idemque jus est de toto, quod est de parte, ibi, numer. 23.*
- Finium Regundorum judicio intentato, si post litem contestatam litigator terminos amovet, ut alienam terram sibi usurpet, tantundem de sua demittere debet adversario, dummodo actus amotionis consumatus fuerit, ibi num. 39. cum seqq.*
- Finium Regundorum judicium exercetur cum usufructuario, cap. 7. n. 13.*
- Finium Regundorum judicium sumitur cum hypothecæ possessore, ibi. n. 23.*
- Finium Regundorum judicium sequitur prædia ipsa, & ipsis magis, quam personæ ad judicatio*

- dicatio fit*, cap. 9. num. 41.
- Finium Regundorum iudices delegati*, sine consultatione creantur à palatii senatoribus, sed rescriptum manu Regis signatur, cap. 11. numer. 15.
- Finium Regundorum iudex delegatus est*, nec recipit prorogationem ad causas alterius speciei, ibi num. 52.
- Finium*, seu terminorum questio prius possessionem respicit, quæ tantum in Rescriptis, & maxime à Tribunali ordinum militarium committitur, ideo iudex delegatus de proprietate eorundem cognoscere non potest; nisi expresso à Rege committatur, ibi, n. 54. & 57.
- Finium Regundorum iudex delegatus cognoscere valet*, etiam alia parte reuente, seu absente, à qua prorogatio non proceditur de questione dominii alterius partis agri incidenter necessaria ad questionem principaliter commissam, cap. 11. numer. 56.
- Finium Regundorum iudicium propriè conuenit interrogaciones fieri*, immo ab eis preparatur, cum possessor presumatur non ignorare sue rei limites, & habet locum,
- tam coram ordinario quam delegato iudice, ibi, numero 67.
- Finium Regundorum iudicium declaratorium est*, ibi, numer. 77.
- Finium Regundorum iudicium exercetur à iudice delegato sine præiudicio directi, vel utilis dominii clerici possessoris*; & tantum ad declarationem terminorum positorum in confinibus, ob quod, & clericus citari potest ab eodem iudice, cap. 12. numer. 1.
- Finium*, & terminorum identitas, ad prædiorum fient per testes viuentes, famam, instrumenta, libros antiquos, lapides, & per alias probationes hic, & in num. seqq. cap. 13. num. 29.
- Finium lites modici præiudicii esse solent*, & modica probatio requiritur, ibi, numer. 58.
- Finium Regundorum iudicio agens, & actor, & reus est*, quod bene se defendit, ibi, numer. 68.
- Finium Regundorum iudicium non potest intentari, pendente appellatione, vel supplicatione super possessione rei*, cap. 14. n. 11.
- Finium questiones per arbitros*

- compromissarios decidere partes possunt, & tenentur eorum determinationi obtemperare, sub pœna multæ impositæ, ibi, num. 18.
- Finium Regundorum iudicium, commun. divid. famil. exciscund. equiparatum est, sed non quo ad effectum suspensionis appellationis, quia in illis suspendit, in hoc non, ibi, num. 27.
- Finium Regundorum iudicii criminaliter intentati, accusatio ab aliquo de populo proposita, est simpliciter criminalis, à cuius sententia definitiva iudex appellare debet, cap. 15. n. 38.
- Fluminapublica sunt, quæ sunt navigabilia, vel ex quibus navigabilia sunt, cap. 8. numer. 16.
- Flumen dicitur publicum licet manuali opere factum fuerit, ibi, num. 17.
- Flumen privati non impedit citari dominium agri, ad fines regendos, & flumen privatum fit illius, cuius prædium ingreditur, ibi, numero 20.
- Flumen privatum, vel rivum mutare ad alium locum dominus fundi potest, nisi noceat servituti debita vicinis, ibi, num. 21.
- Fluminis alveus, si vicinos agros inundet, domini amittunt, & recedente aqua restituitur terra, antea occupata antiquo domino, ibi, numer. 18.
- Folia vinearum, sine omnium consensu decuriones vendere nequeunt, cap. 10. num. 24.
- Fori allegatio cessat in executione sententiæ; contra orphanum minorem executio fieri potest ab alio iudice, etiam si non sit pupillorum, cap. 11. num. 82.
- Fructus cadentes in in alienam terram, quotempore colligi possunt? c. 5. n. 3.
- Fructus, & segetes, ut conserventur, potest pœna pecuniaria comminari damnum inferentibus per se, vel cum peccoribus, & etiam, ne per medium fiant, cap. 2. n. 4.
- Fructus omnes appellatione glandis continentur cap. 5. numer. 3.
- Fructus prædii tacite hypothecati, censentur pro pensione, licet ipsa sit in pecunia, vel in fructibus naturalibus. seu industrialibus, ibi, n. 7.
- Fructus, augmenta, & obventiones veniunt post litem contestatam in hoc iud. finium Regundorum, & etiam ex verbo, restituere, si iudex adiciat

adiiciat in sententia, cap. 6. num. 25.

Fructus non petiti, veniunt post litem contestatam ex officio iudicis, ibi numero 27.

Fructus in hoc iudicio finium Regundorum ante litem contestatam non debentur, si reus sit in bona fide ibi, num. 28.

Fructus percipiendi refferri debent ad industriam actoris, & non rei, diligentia in actore, & negligentia in reo consideratur, ibi, num. 29.

Fructus naturales, industriales, & civiles explicantur, remissive, & jure soli, & non jure seminis percipiuntur, ibi, num. 34.

Fructus pratum producit sine semine, & herba ad dominum pertinet, sicut & ex solo culto, dum semine vacat, cap. 10. num. 22.

Fructus percipiendi petuntur post conditionem, si extant, & non extantium æstinatio condicatur, cap. 6. num. 31.

Fructus in hoc iudicio finium Regundorum post litem contestatam debentur, cap. 6. numer. 25. & 28.

Fructus non debet possessor male fidei, si titulum ostendat, cap. 6. num. 28.

Fundus effectus ex pluribus agris, vel prædiis, quare con-

fuse probantur, & non specialiter eorum limites, probatur per famam, per conjecturas, & inæcia, & sic per leviores probationes, & si non constat, quantum, & quale omne prædium emphyteuticum judicabitur, cap. 13. num. 33.

Fundus limitandus, vel mensurandus, debet delarari per nomen proprium, & per locum loci, cum aliis circumstantiis hic enumeratis, cap. 3. n. 15. & 17.

Fundi maiorem partem potest iudex alicui assignare propter incommodam terminorum divisionem dummodo alteri æstinatio præstetur, cap. 1. numer. 12.

Fundi patrimoniales, seu emphyteuser regales dividuntur inter emphyteutas, & alienantur sine consensu domini Regis, cap. 7. n. 9.

Furtum sapit amotio terminorum, quando ex illa usurpatione prædii pars prætenditur, cap. 15. numer. 31.

G

Gubernatores Regni jurisdictionem concessam à magistratu, inconsulto principe,

aufferre non debet, cap. 11. n. 3.
Glandis appellatione omnes fructus continentur, & eos quoque tertio die, dominus colligere potest ab agro vicino, & immittens pecudes ad comedendos fructus actione subsidiaria in factum tenetur, cap. 5. num. 3.

H

H *Ardes actoris, vel rei in iudicio finium Regundorum in uno processu litigare debent, & per unum tantum procuratorem, cap. 6. numer. 7.*

Homines habentes inter se communem cognationem, ideo quilibet pro alio, ubi vita periclitatur, intervenire potest, & audiri etiam in iudicio, cap. 2. num. 10.

Hortorum in domos inuenta iure pignoris, non tenentur, si non sint de rebus deputatis ad prœdii culturam, vel de fructibus in eo collectis, cap. 5. n. 12.

I

I *Dentitas confinium, & agrorum, quia instrumenta antiqua referunt vicinas agros,*

& possessores aliis nominibus, debet probari per testes notos habentes antiquos, & modernos limites, cap. 13. numer. 32.

Ignorans non dicitur delinquere, cap. 15. n. 42.

Ignorantia non cadit super factum proprio, vel quasi, ibi, numer. 57.

Ignorantia crassa, supina non prodest, & scientiæ equiparatur, ibi, num. 59.

Ignorantia præsumitur, dum scientia non probatur, maxime in præjudicialibus, in quibus scientia præsumptionibus non probatur, cap. 15. numero 49.

Immunitas Ecclesiasticis concessa, introducta non fuit de iure divino, sed positivo, cap. 10. num. 14.

Immunitas Ecclesiarum concessa, extenditur ad atria, cap. 15. num. 22.

Immunitate, utrum gaudeat delinquens, se recipiens in Ecclesiam, vel atrium pertinet cognitio ad iudicem ecclesiasticum, & secularem, ibi numer. 24.

Immunitate gaudet deprehensus cum capite intra atrium, etiam si pedes, cæteraque membra extra habeat, cap. 10. numer. 14.

Immuni-

Immunitate Regni gaudet reus in parte domus sitæ in uno Regno, si ad alteram partem in altero Regno ædificatam se conferat, & via, & flumen, dum regna dividunt, sunt communia, & quo pacto delinquente ibi capiuntur, vel immunitate Regni, gaudeant? cap. 10. num. 12.

Infideles apud orthodoxos in hoc regno debent signa portare, ne conversatio cum eis per ignorantiam contingat, cap. 15. n. 58.

Informationes ex testibus fiunt sine partis citatione, cap. 4. num. 1.

Inquiri Rex jubet contra terminorum avulsos, & puniri, c. 15. n. 71.

Integra res per citationem non est, & jurisdictio perpetuari incipit, cap. 11. num. 39.

Interdictum uti possidetis locum habet tantum in rebus immobilibus, vel pro tota, vel pro parte fundi, cap. 1. numero 77.

Interdictum uti possidetis, legitimum possessorem tuetur, & oppugnat iniquum, seu violentum possessorem, ibi, numero. 78.

Interdictum uti possidetis pro expulsionem emphyteutæ potest intentare dominus directus,

cap. 7. numer. 2.

Interdictum recuperandæ competit emphyteutæ pro expulsionem, ibidem.

Interdictum unde vi potest intentare condemnatus per sententiam rei vendicationis, si executio fiat ante decem dies Ord. cap. 14. n. 8.

Interdictum restitutorium inter socios rei communis habet locum, cap. 3. num. 27.

Interesse semper consideratur in persona creditoris, non verò debitoris, cap. 6. n. 30.

Interruptio per citationem dicitur civilis, & est ad instar interruptionis naturalis in præscriptionibus, cap. 9. numero. 15.

Interruptione omissa, potest iterum inchoari præscriptio, debetque cessare lis cum iusta causa, ut illa non obstante præscriptio inchoari possit, ibidem.

Interruptione præscriptionis, si fiat uni ex duobus possessoribus insolidum sufficit in totum, ibi, num. 19.

Inimici, ut obsint exosis, famam de aliquo delicto seminant, & tali famæ attendi non debet, cap. 13. n. 37.

Inimici ut obsint exosis famam de aliquo delicto seminant, quare attendi non debet, cap.

264 Index rerum omnium, & verborum,

13. numero 37.
Initium in omni re est inspiciendum, ibi, n. 41.
- Invasor rei alienae possessionem admittit, si sua est, si aliena, estimationem, cap. 6. numero 42.*
- Invidia datur tantum inter partes, cap. 13. n. 26.*
- Inveſta, & illata in horreum, arcam, vel tugurium, ut sunt in nundinis jure pignoris obligantur domino pro pensone, cap. 1. n. 13.*
- Judex secularis incapax est ecclesiasticæ jurisdictionis, ita ut clericus illius jurisdictionem prorogare nequeat, nec per viam incidentiæ, cap. 11. n. 48. & 92.*
- Judex debet personaliter inspicere, cap. 1. n. 11.*
- Judex ex officio suo adjudicare debet victori fructus, etiam si non petantur, cap. 6. numero 27.*
- Judex propter incommodam terminorum divisionem, potest maiorem fundi partem alicui assignare dummodo alteri æstimatio præstetur, cap. 1. num. 12.*
- Judex debet secundum agri mensoris arbitrium judicare, ibi, num. 19.*
- Judex judicare debet pro finibus antiquis, si de novis clare non constet, cap. 14. numero 15.*
- Judex officium suum impartiri non debet parti non petenti, cap. 2. num. 7. & 11.*
- Judex criminalis in consequentiam accusationis criminalis potest pronunciare super restitutione erectione, vel positione terminorum, cap. 15. numero 39.*
- Judex Thomi tradere debet commendatario, vel bonorum dño librum Thomi, & in qua forma tradere debet? cap. 14. num. 34.*
- Judex, si viderit arma prohibita portari, vel tempore aliquo portari, potest ea auferre, cap. 2. n. 9.*
- Judex potest prohibere notariis sui territorii sub pœna pecuniaria, ne alicui detur possessio vacans, antequam adjudicetur, sed pœna incursa de facto dari potest, & tenet, & pro suspensis judex habeat illos ad illum actum prohibitionis, cap. 2. n. 14.*
- Judex mandatum dare non potest, ut vicinus non moveat, vel turbet terminos vicini agri, nisi facta prius testium probatione, sine citatione partis, cap. 3. n. 23.*
- Judex ad novos terminos, vel veteres reformandos non procedit,*

- cedit, nisi probationes super possessione præcesserint, cap. 3. n. 35.
- Judex ex officio potest antiqua monumenta videre, & scripturas etiam particularium possessorum sine partis citatione, cap. 4. n. 1.
- Judex ordinarius dicitur, cum datus sit ad universitatem causarum, etiam sine territorio, cap. 11. n. 17.
- Judex Thomi in demonstrando prædio, conficit actus separatos, præcipue in thomis regie coronæ, cap. 14. n. 30.
- Judex civilis non recipit prorogationem criminalis, vel è converso, cap. 11. n. 42.
- Judex delegatus de proprietate eorundem cognoscere non potest, nisi expresse à Rege committatur, ibi, n. 54.
- Judex ædificium deruere potest, si omninò terminationem agrorum impediunt, cap. 13. numer. 62.
- Judex pupillorum non recipit ab aliis prorogationem, cap. 11. n. 19.
- Judex ex officio partes interrogare potest, tam ante quam post litis contestationem, & tamen quo ad ordinem processus, quàm quo ad decisionem, dummodo sine juramento faciat, cap. 11. n. 66.
- Judex nomen hoc, tam ordinarium, quàm delegatum comprehendit, cap. 13. n. 18.
- Judex incompetentes ratione incidentiæ, fit competens, si aliàs capax est jurisdictionis prorogabilis, cap. 11. numero 93.
- Judex delegatus, si moriatur, successor in jurisdictione ordinaria causam assumere non debet, ibi, n. 38.
- Judex ordinarius, vel delegatus, seu arbiter adicere potest in sententia, res, & signa notabilia, cap. 14. n. 21.
- Judex finium Regund. dicitur delegatus, & non recipit prorogationem ad causas alterius speciei, cap. 11. numero 52.
- Judices ordinarii, & occupati delegari non solent pro finibus Regundis, cap. 11. numer. 73.
- Judices ordinarii sunt, vel delegati, & creantur à Proregibus præcedente nominatione Senatorum Palatii, quæ sic consultatione præmissa, & à Rege confirmantur, cap. 11. n. 14.
- Judices ordinarii suo nomine jurisdictionem habent cum oppido, & territoria sibi assignato, ibi, n. 16.
- ¶ Judices mites, & in bonam par-

- partem inclinati esse debent, nec parum diligentes, & labore parci maximè ad decisionem processuum criminalium, cap. 13. n. 38.
- Judices defensionem rerum plurimum attendere debent etiam ex officio, ibi, n. 39.
- Judices proni esse debent ab solutione, quam condemnationi, cap. 13. n. 48.
- Judicium finium Regundorum habet mixtam causam, & quasi quæstio super finibus ponitur, debet prius de possessione agi, & inter socios rei communis habet locum restitutoria actio, cap. 3. numer. 27.
- Judicium finium Regundorum non intentatur ab eo, qui prædium vicinum non possidet, & ab adversario negatur possidere, ibi, n. 34.
- Judicium hoc, alienato fundo, firmetur cum emptore, vel alio tertio possessore, ibi, numer. 34.
- Judicium finium Regundorum, ut firmetur, & ut termini debitis locis ponantur, potest iudex ex officio antiqua monumenta videre, & scripturas etiam particularium possessorum. cap. 4. n. 1.
- Judicium finium Regundorum in quibus consistat, cap. 5. n. 22.
- Judicium finium Regundorum exerceri non debet, nisi citatis omnibus possessoribus vicinorum agrorum, cap. 8. numer. 8.
- Judicium finium Regundorum consistit cum emptore, cap. 6. num. 12.
- Judicium finium Regundorum non datur inter agros ab eisdem possessos, licet unus possideatur cum socio, cap. 6. num. 15.
- Judicium finium Regundorum competit ex turbatione unius termini, vel plurium, vel pro toto fundo, vel pro parte, idemque jus est de toto quod est de parte, ibi, n. 23.
- Judicium finium Regundorum potest agi post divisum prædium si fines obscurati sint, & sequitur fundum, & tertium possessorem, hoc idem iudicium, ibi, n. 37.
- Judicium finium Regundorum fit cum possessore maioratus, cap. 7. n. 25.
- Judicium datur ubi est qualitas, & æstimatio rei, cap. 2. num. 5.
- Judicium finium Regundorum exercetur à iudice delegato sine præiudicio directi, vel utilis domini clerici possessoris, & ad declarationem terminorum pastorum in consuetudinibus

- bus ob quod, & clericus citari potest ab eodem iudice, cap. 12. n. 1.
- Judicium finium Regundorum non exercetur sine actore, & actione deducta in iudicium, cap. 2. n. 11.
- Judicium finium Regundorum non potest intentari, pendente appellatione, vel supplicatione super possessione rei, cap. 14. numer. 11.
- Judicium finium Regundorum famil. ercisc. commun. divid. equiparatum est, cap. 6. numer. 35.
- Judicium criminale instituitur per querelam; & tale dicitur, quando sine querela pœna fisco applicatur, vel fisco, & parti petitur in iudicio, cap. 15. n. 35.
- Judicium adversus personas, & non res ipsas insitui debeat, cap. 6. n. 37.
- Judicium finium Regundorum quando intentatur per querelam ad partitionem, & ad restitutionem agri partis ablatae, & terminorum dicitur mixtum, & quando solum intentatur ad restitutionem domini est civile, & civile intentatum dicitur, ibi, numer. 37.
- Judicii comercii iudex non recipit prorogationem in aliis causis, nec alius cognoscit de his, nisi specialiter alicui concedatur iudex ad omnes causas proprias, cap. 11. n. 50.
- Judicii mutandi causa, alienatio ante litem, quando fit, vide remissivè cap. 6. n. 38.
- Judicata res semel per confesum partium iterum instaurari non potest, cap. 14. n. 18.
- Jugationis solvendæ exemptio fortius nititur indirecti, quam in utili domini acquisitione, & ab ea clericus, qua talis est, eximatur, cap. 12. numer. 10.
- Jugationis tributum mixtum dicunt aliqui ex nostratibus, & aliqui reale tantum dicunt, ibi, n. 11.
- Juramentum agrimensoris, non de veritate dicenda, sed secundum ejus iudicium præstari debet, ne dubius periurium incurrat, c. 13. n. 7.
- Juramentum suppletorium habet locum in hoc iudicio fin. Reg. si fiat media probatio per unum testem integrum, vel aliter, & datur scienti, vel veram causam scientia habenti, ibi, n. 57.
- Juramentum in litem fit à persona habili, domino vel quasi domino, concurrentibus, 4. requisitis hic enumeratis, cap.

13. numero 65.

Juramentum in litem, locum non habet in casibus stricti juris, nisi quando vera aestimatio rei haberi non potest, cap.

13. n. 64.

Juramentum in litem pro damnis, quam pro declaratione loci antiqui, habet locum in hoc judicio finium Reg. ibi, num. 66.

Juramentum calumniae locum habet in hoc judicio fin. Reg. & praestatur in qualibet parte litis, ibi, n. 67.

Juramentum calumniae, etiam secundo loco dare iudex potest ex officio, si in litigatore animum mutatum viderit, dummodo Evangelia sancta non tangantur, sed coram sit, cap. 13. n. 70.

Juramentum calumniae post contestationem praestari debet, cap. 11. n. 47.

Jurare debet agri mensur ad terminos constituendos non secundum assertionem, sed crudelitatem suam, cap. 1. numer. 18.

Jurisdictionis quatuor sunt genera, merum, & mixtum imperium, modica coertio, & jurisdictio, cap. 11. n. 13.

Jurisdictio ordinaria, est de jure gentium, ibi, num. 18.

Jurisdictio per citationem per-

petuari incipit, ibi, num. 39.

Jurisdictio delegata, est odiosa, nisi ad subdelegandum, quia tunc favorabilis, & similis ordinariae jurisdictioni reputatur, ibi, n. 33.

Jurisdictio delegati, cessat morte delegantis, nisi in causis fidei tam captis, quam emerfis, ibi, n. 40.

Jurisdictio judicis ordinarii prorogari potest, etiam à non subditis, sed habitantibus intra suum territorium, ibi, num. 1.

Jurisdictio concessa, ut exerceatur commissa censetur decisio eorum, quae commissa non sunt, & à parte opponuntur ad impediendum cursum commissae quaestionis, ibi, n. 55.

Jurisdictionem à principe delegatam, ordinarii judices locorum defendere, & juvare tenentur, ibi, numer. 29.

L

L *Acus piscium, & piscationes in certo loco fluminis, pertinet ad dominos emphyteusum, vel in solidum, vel pro rata temporis, cap. 4. numer. 14. & 16.*

Lapidis redditus communis inter convecinos dividitur, cap.

4. numero 6.
- Lapides eximendi in consinio sunt communes, cap. 4. numer. 5.
- Lapides, si pro terminis assignentur, quia amoventur de facili, debent loca, ubi affixa fuerint, designari per determinationem signi perpetui, & vicinioris, tunc enim avulsus restitui, sine dubio poterit loco antiquo cap. 3. num. 20. & 21.
- Lapides pro terminis in terra affixi debent deponi de parte acuta, ad partem acutam alterius demonstrantes latitudinem, seu divisionem agrorum, & ad pedem debent poni alii parvi lapides, quos vocant rustici iudices, vel testes terminarum, cap. 11. n. 87.
- Lesiones ultra dimidium justipretii, remedio intentato, convenit pro probatione iudicem ad rem accedere, & videre, quia probationes in hac causa communiter fiunt pro affectione, cap. 11. n. 72.
- Leucarum mensuratio fit per vias deambulari consuetas, non ad rectitudinem per medios montes, & valles, cap. 13. num. 28.
- Legatum virginibus civitatis relictum, solvi etiam potest virginibus territorii, c. 3. n. 4.
- Lex odiosa non extenditur, & dicitur odiosa, quæ tributum imponit, & solvi jubet, cap. 12. num. 15.
- Lex si urbana 198. ff. verb. signif. & l. 4. §. stabula ff. in quib. caus. pig. declarantur, cap. 6. n. 11.
- L. 1. cum glos. ibi verbo, possit C. comm. divid. declaratur, cap. 6. n. 37.
- L. si quis in tantam Cod. und. vi, conciliatur cum l. 4. Cod. fin. Regund. & cum Ord. lib. 4. tit. 58. in princ. cap. 6. numer. 42.
- L. unica ad finem C. de suffrag. & ibi glos. verbo amittat conciliatur cum l. 4. C. fin. Regundorum cap. 6. n. 43.
- L. 4. §. fin. ff. fin. Reg. interpretatur, cap. 7. num. 13.
- L. sciendum, §. possessor, ff. qui satisfac. cog. interpretatur, cap. 7. n. 23. 25. & 26.
- L. 2. §. cum stichum vers. sed & si fundus ff. usucap. pro emptore, c. 9. à n. 26. usque ad num. 29.
- L. si convenerit 18. ff. jurisd. omn. jud. interpretatur, cap. 11. n. 48.
- L. 1. vers. ideo ff. mens. fals. & l. 4. §. & si mensor ff. fin. Regund. interpretantur, cap. 13. num. 22.
- L. si fines 10. C. de evict. & l.

- si mancipium* 33. §. *si communi ff. de evict. declaratur, c. 14. n. 2.*
- L. Lucius Titius* 2. *ff. de evict. interpretatur cap. 14. n. 4.*
- L. si constiterit* 4. *C. finium Regund. explicatur. c. 6. n. 42. cum seqq.*
- L. si mancipium* 33. §. *si communi ff. de evict. cap. 14. numer. 2.*
- L. item verberatum* 81. *vers. si forte ff. rei vendic. ibi, numer. 4.*
- Libellus, & petitio super finibus, quo pacto sint concipiendi, cap. 4. n. 1. & 2.*
- Libri confraternitatum, quibus redditus exigi solent, probant limites, & identitatem prædiorum saltem semiplene, si de magno præjudicio agatur, c. 13. n. 53.*
- Libri defunctorum, & memoriales, maxime, si fuerint nobiles, divites, & bonæ conscientie, probant consuetudines suarum, cum vicinis, saltem præsumptivè, ibi, n. 34.*
- Liber Thomi, debet sigillari, in quolibet folio, à iudice, & in termino subscriptionis declarari, quot foliorum numero constet, & quod si unius marobæ, & magnitudinis, quod fieri debet in libris quærelarum, & notariatus, c. 14. n. 34.*
- Liber Thomi monumenta nuncupatur, & quæ sint hæc, ibi, n. 35.*
- Liber componi debet, ut sententia extrahatur, vel transcribi ad longum, ibi, n. 36.*
- Limites dicuntur à lite, & priores lites fuerunt super divisione finium, cap. 2. n. 24.*
- Limites inter opimos campos, vineas, vel oliveta de terra in culta, usque ad 5. pedum latitudinem fieri solent, & statuta est mulcta contra aratro sulcantes, cap. 4. n. 4.*
- Limites, quod non reparantur, vel de novo ponantur differt multū, quoad præscriptionem à possessione partis fundi intra limites, super quibus non est dubium, & præscribitur ordinario tempore, cap. 9. numer. 33.*
- Limites diocesum, si pateant, in præscriptibiles sunt cap. 10. n. 8.*
- Limites antiqui, in iudicando attendendi sunt, præterquàm, si de novis expresse, & clare constet, cap. 14. n. 15.*
- Limites, si arator transjiciantur, itaut demonstratio cesset, intrat pœna terminos amoventis aliàs minime; sed pœna pecuniaria per statutum Concilii imposta, cap. 15. numero 68.*

Limitare, & dividere rem suam ad libitum quis potest, cap. 9. num. 24.

Lites priores fuerunt super divisione finium quam de aliis negotiis, cap. 2. n. 24.

Lis dicitur pendere, eo ipso, quod rescriptum judici porrigitur, & acceptat, & statim recusari valet, cap. 11. n. 32.

Litis contestatio insurgit, per responsionem rei, & per aliud factum omnino contestandi exhibitum, ibi, n. 47.

Lites decimarum, quando agitur recuperandæ, vel retinendæ possessionis, pertinent ad seculares iudices, vel ecclesiasticos, ibi, n. 84.

Litigator post litem contestatam terminos amovens, vide, cap. 6. num. 39.

Litigare debent plures actores in uno processu, ex uno contractu, ab uno tantum celebrato, cap. 6. n. 2.

Litigiosa fit res, per litem contestationem, & iudicium finium Regundorum famil. eriscund. & commun. divid. equiparatum est, & in illis fit litigiosa res ipsa, cap. 6. num. 35.

Locatio venditioni equiparatur, cap. 6. n. 18.

Locus communis inter duas civitates, efficit, ut delictum in

eo commissum, à quolibet iudice puniatur, cap. 10. numero 13.

Locupletari cum alterius iactura, nemo potest, cap. 9. numer. 3.

Lucem odit, qui male facit, cap. 2. numer. 29.

M

M *Agistratus in causis arduis regem consulere debent, ipsi de consilio prudentum, idest senatorum palatii respondere tenentur, cap. 11. numer. 4.*

Mala fides in præscriptione deducitur ex titulo in contrarium existente cap. 9. numero 13.

Mala fides datur in emptore, qui possidet ultra limites sibi a venditore demonstratos, & non præscribit, sicut, & quando ignoranter possidet, cap. 9. num. 28.

Mandatum negare non potest iudex, ut vicinus non moveat terminos agri vicini, præcedente probatione, cap. 3. numer. 23. & 24.

Mandatum de solvendo, vel aliquid faciendo, vel non faciendo, si impediatur, resolvitur in simplicem citationem, cap.

- cap. 3. numero 25.
Mandatum sine scriptis, apud nos probari non potest, cap. 8. num. 13.
Mare etiam dividitur per gradus, & dicitur pertinentia, nec in eo datur iudicium finium. Reg. cum non ad sint confinia sicut in arida, cap. 10. numer. 1.
Mare pertinet in iurisdictione ad civitatem, vel oppidum, quibus adiecit, non tanquam territorium, sed districtus, & contractus, & delicta in illo commissa ad civitatem pertinent, cap. ibi, n. 2.
Matrimonium impediri ab ordinario aliquibus potest inhabilitando, & interdicens parochum, quo ad illius celebrationem, cap. 2. n. 15.
Medium pertinet ad quem, pertinent extrema, cap. 4. numer. 10.
Mensor agri jurare debet ad terminos restituendos, cap. 1. num. 18.
Mensor nuncupatur vice executoris, cap. 13. n. 2 & 22.
Mensor tenetur justè, & sine sordibus metiri, & illi dicenti bene mensurasse, incumbit onus probandi, ibi, numer. 15.
Mensores frumenti, apud aliqua oppida publicè habentur, & à tutela munere excusantur, præterquam in civitate Olyssip. ubi mulieres providentur, c. 13. n. 4.
Mensor convictus de falsa mensura tenetur actione in factum, ibi, n. 14.
Mensores necessarii sunt ad declarationem finium Regundorum, vel iudicium sit super possessione tantum, vel etiam super proprietate, vel coram iudice ecclesiastico, vel coram seculari pendeat, cap. 11. numer. 81.
Mensoris electio fit per terminum subscriptum à partibus, cap. 13. n. 6.
Mensoris ad electionem partes citari debent, & loco partis absentis iudex supplet consensus, ibi, n. 1.
Mensuratio fundi erronea esse potest, cap. 3. n. 10.
Mensuratio dupliciter necessaria est, vel ut sciatur, sit ne aliquid subtractum de agris limitatis, vel ut de novo termini ponantur, & fiat divisio, ibi, n. 11.
Mensurationis secundæ, ex pensas solvere tenetur impediens, si injustè excipiat, & quæ sint expensæ inter litigatores inventæ ad cohibitionem improborum, nisi signaturæ, quæ favorem partium respiciunt, quo-

- quomodo res satisfiat, & solvendo salaria magistratibus, pro ministranda justitia subditis, cap. 13. n. 17.
- Mensurationem agri committere potest judex fin. Reg. in dubiè, & etiam mensor, cap. 11. numer. 22. & resolvitur num. 73.
- Mensura repeti debet, si aliqua pars de ea conqueratur, cap. 13. n. 14.
- Mensuram prædiorum actor probare debet, cap. 1. num. 17.
- Mensura qua terra metiri debet, cap. 3. n. 18.
- Mensurari debent agri fecundiores, & non spatiosi, sed limitari cum declaratione coherentium vicinorum, cap. 3. num. 18.
- Mensurari non oportet minuatim omnes agros sub uno fundo constitutos, ita & possessio sufficit capi ad universum, & non ad distinctas glebas cap. 7. n. 10.
- Mensurari, quando non possunt fundi, & arua ob suam latitudinem describuntur per fines in circuitum, vel ad extremum, & traditur forma, etiam vulgari sermone, sufficitque ad conservandum jus percipiendi decimas, cap. 11. num. 87.
- Mensurandæ sunt saline, cap.

5. numero 19.
- Mensurandus fundus debet declarari per nomen proprium, & per locum loci cum aliis circumstantiis, cap. 3. numer. 15. & 17.
- Metiri suum agrum, si aliquis impediatur, non obtemperando judici, ab eodem puniri potest, & contra eum habebit juramentum in litè, cap. 13. n. 63.
- Meum est, quod commune est, cap. 6. n. 1.
- Meum quod est, ex pinguiori jure, meum facere possum, cap. 2. n. 16.
- Minoris restitutio etiam cessa, vel transmissa ad hæredes exercetur per officium judicis, cap. 11. num. 61.
- Monitus per judicem ecclesiasticum, si compareat, manet citatus ad causam. cap. 3. n. 26.
- Montes adjecti pro divisione Regnorum, vel Civitatum pertinent ex medio vertice ad Regnum, cap. 10. n. 11.
- Mors æquo pulsat pede omnes homines, & Reges, cap. 11. num. 40.
- Mors Emman. Themud. in quo die fuit? cap. 8. numer. 29.

N

- Negatione fit res dubia, cap. 3. numer. 36.
- S Neces-

Necessitas constituit legem, & facit de illicito licitum, cap. 15. n. 16.

Notariis potest iudex prohiberi sub pena pecuniaria, & habere illos pro suspensis, ne dent possessionem alicujus terræ, donec adjudicetur possessio, cap. 2. n. 14.

Notorium resultat ex actis cap. 11. numer. 74.

O

Odiosa lex non extenditur, & dicitur odiosa, quæ tributum imponi, & solvi jubet, c. 12. n. 15.

Officium, iudex impartiri non debet parti, non petenti, cap. 2. num. 7.

Officium iudicis deservit actionibus, & accommodatur in locum deficientis actionis, c. 11. num. 12.

Officium iudicis nobile, & mercenarium, quale sit, & cognito uno, & aliud cognosci necesse est, ibi, n. 58.

Officium nobile iudicis aliquando est in iudice, & ab eo exercetur sine partis postulatione pro rebus in bonum publicum introductis, inquisitionibus, & similibus ibi, num. 59.

Officium iudicis accommodatur in locum deficientis actionis, & largo modo obligationem supponit; ibi, n. 60. & 62.

Officium iudicis est dividere omnia ea, quæ in iudicium incidunt post intentatam actionem, ibi, n. 65.

Officium mercenarium iudicis non producit aliud officium, ibidem.

Oppidum da Certam laudatur, remissivè, cap. 8. n. 29.

Oppidum, eo ipso, quod Rex erigit, dotare illud tenetur, cap. 3. num. 5.

Opera, quando consistit in facto, interveniente salario, dicitur locatio, & conductio, non sic quando consistit in beneficio, & quod solvitur, vocatur honorarium, cap. 13. n. 23.

Opera publica, & privata ut parietes mentiuntur, per mensuras hic declaratas, & officiales, qui eas certo pretio conficiunt, redemptores dicuntur, ibi, num. 25.

Operarii, qui de mandato conductoris, non domini, evellunt terminos, scindunt arbores, & arant limites contra prohibitionem juris, vel pactorum partium, si à nemine opponatur, minimè incidunt in penam, cap. 15. n. 51.

Ordinarii dicuntur iudices creati ad

- ad omnes causas, & personas sui oppidi, vel personarum, ut sunt ad causas civiles, & criminales, rectores, vel provisores provinciarum, pro causis Residui, &c. cap. 11. num. 41. & 44.
- Ordinarius iudex habet intentionem fundatam & non tenetur docere de jurisdictione, ibi, num. 24.
- Ord. lib. 2. tit. 18. §. 6. & tit. 33. §. 25. vers. salvo se, conciliantur à n. 12. usque ad n. 22. cap. 12.
- Ord. lib. 2. tit. 5. §. 11. declaratur, cap. 15. n. 25.
- Ord. lib. 4. tit. 23. §. 3. ampliatur, cap. 5. n. 14.
- Ord. lib. 4. tit. 23. §. 1. interpretatur, cap. 9. n. 17.
- Ord. lib. 4. tit. 58. conciliatur cum l. si quis in tantam C. unde vi, vide cap. 6. numero 42.
- Ord. lib. 4. tit. 99. §. 22. interpretatur, cap. 14. num. 28.

P

- P** Actum ut res communis non dividatur, nec currat præscriptio non valet, cap. 2. num. 24. 25.
- Parietes siccorum lapidum, idest maceries, sepes, & similes

- divisiones, debet quis facere in suo agro uno pede terræ relicto, si verò fuerint commento, & calce confecti duos pedes vacuos sinere tenetur; quod spatium etiam manet domino fundi ad alios usus, secus in urbanis cap. 4. numer. 19.
- Parietibus circumdare non possunt dñi prædia sua ubi pascua sunt communia, cap. 10. num. 25.
- Pascua dividuntur inter vicinos per jugerum, & pecorum, & si deceptio eveniat, iudex, causa cognita, restituet læso ablatum, ibi, numer. 16.
- Pascua ubi sunt communia non possunt domini prædia sua circumdare parietibus, & in alienis depasci cum pecoribus suis, ibi, n. 25.
- Pascua publica, quo ad usum, & quo ad dominium subjacent decurionum statutis, & debent depasci per æs, & libram, habitatores, & si convertantur in culturam debent regem consulere, qui dividere per præsidem provinciæ jubebit, cap. 10. n. 29.
- Pastus pertinent ad dominos terræ, nec in alieno pasto, invito domino, quis pabulare potest animalia sua, & adver-

- sus eum lex Aquilia agere potest ibi, n. 21.*
- Pastus defensiones licite fiunt, si publicus usus pascuorum non leditur, nec socii damnum sentiunt, ibi, num. 27.*
- Pastus defensiones, si fiant plurimæ, & ledatur utilitas publica demoliri debent, quia private utilitati præfertur, ibi, num. 26.*
- Pastibus deficientibus tempore hyemali, rami arborum destruuntur, ad alimenta pecorum, quod cessare poterit, si ex arboribus rami in altum aucentes tantum amputentur, cap. 15. n. 19.*
- Paterfamilias usufructuarius in fundo filii potest citari in iudicio possessorio sine curatore filii, cap. 8. n. 3.*
- Paterfamilias nomine filii famil. citatur, & agit solus sine alio curatore filio minori dato, nisi bona sint castrensia, vel quasi, quia in bis filius pro patrefamilias reputatur, cap. 8. num. 3.*
- Patrimoni, vel rerum suarum qualitates, seu limites agrorum suorum non præsumitur possessor naturalis, seu dominus ignorare, cap. 13. numer. 34.*
- Pæna imponitur illis, ut aliam arborem novellam loco destru-*
- ctæ, subrogatam reddant, cap. 15. num. 18.*
- Pæna fustigationis infamat, ibi, num. 31.*
- Pæna verberationum nobilibus applicari non debet, sicut, & humilibus, ibi, num. 52.*
- Pæna applicari debet pro modo delicti cap. 15. numero 27. & 33.*
- Pæna comensurari debet delicto, ibi, num. 33.*
- Pæna statuta est contra aratro sulcantes limites terrarum, cap. 4. n. 4.*
- Pæna pecuniaria parti ex aliqua lege applicata, si petatur in iudicio, dicitur iudicium civile, quia ex crimine pro damno, civiliter agi potest, cap. 15. n. 36.*
- Pæna in delictis non imponitur, ubi deficit consumatio actus, cap. 15. num. 9.*
- Pæna vulneris in facie impressi incurritur ab eo, qui delibere ratè percussit, & cum instrumento ad illam infligendam apto, ibi, n. 55.*
- Pænam delicti non incurrit amovens terminos animo furandi illos, nisi quo ad furtum, non quo ad pænam de termino moto, cap. 15. n. 41.*
- Pænam cogitationis nemo meretur, cap. 6. n. 40.*
- Pænam delicti incurrit ille, qui*
scien-

- scientiam, & voluntatem adesse voluit cap. 15. numero 41.
- Peccandi occasionem principes supremi evitare debent, cap. 12. num. 3.
- Pensiones molendinorum, vel torcularium olei, vel sacchari, & maceratorii jure taciti pignoris solvuntur ex invectis, dummodo non sit granum, vel oliva, seu arundines ad molendum, c. 15. n. 14.
- Personæ vilis, & nobilis differentia; remissivæ, & ad pœnam jugationis; vide, cap. 15. num. 30.
- Petitio super finibus, quo pacto sit concipienda, cap. 4. num. 1. & 2.
- Petitio ad rescriptum commissionis, ut judex commissarius thomum perficiat; fol. 1. vers.
- Petitio ad secundum rescriptum commissionis cum jurisdictione ordinaria; fol. 4. vers.
- Petitio ad impetrandum rescriptum à Rege, tanquam à magistro Ordinis militaris Domini nostri Jesu Christi, ut judex thomum alicujus commendæ faciat, fol. 6.
- Petitio in hac actione finium Regundorum, quomodo formari debeat? cap. 4. numero 2.
- Pignus constitui potest ab usufructuario super jure usufructus, cap. 7. n. 26.
- Pignus constituitur ab eo, qui jus in re habet, & consistit super scriptura, vel chyrographo crediti, quod vendi, & minori pretio, & cedi potest & etiam sicuti pecunia solutio fit, & vulgo, Carta de pago, cap. 7. num. 28.
- Pignus prætorium, seu judiciale, vel conventionale quod sit, & ad quod? ibi, n. 29.
- Pignus dicitur à pugno, & consistit in re mobili, & qualis sit ejus differentia cum hypotheca, quæ consistit in re immobili, ibi n. 21.
- Pignoris possessio, quomodo sit apud creditorem, & illud possidens excusatur à satisfaciendo de judicio sisti, cap. 7. numer. 22.
- Pignoris jure invecta, & illata in prædium propensione domino tenentur, cap. 5. numero 6.
- Pignoris taciti jure illata in prædium rusticum, si comparata sint ad illius culturam, & quorum causa prædium ipsum, paratum est, tenentur, ibi, n. 8.
- Pignoris taciti illatorum in prædium rusticum conjectura voluntatis non sumitur, quando

- non sunt de rebus, & instrumentis necessariis ad culturam, ibi, n. 10.
- Pignoris jure invec̄ta hortorum in domos non tenentur si non sint de rebus deputatis ad prædii culturam, vel de fructibus in eo collectis, ibi, numer. 12.**
- Pignoris possessio naturalis, & civilis existit apud emptorem, cap. 7. num. 30.**
- Pignoris in constitutione, non requiritur domini traditio, cap. 14. n. 7.**
- Pignoratatio illatorum in hortos civitatis, non comprehendit bona in domum inducta, nisi animalia, & alia, cap. 5. numer. 12.**
- Pignoratatio fieri potest in rebus illatis in domum tugurium vel diversorium pro pensione, ibidem.**
- Piscatio in flumine fluente inter Regna latè patet omnibus, & impunè, & per medium fluminis fit divisio respectu soli, sicut fit, in aere supra cæmisterium, cap. 10. numero 14.**
- Piscationes in certo loco fluminis pertinent ad dominos emphyteusum, vel in solidum, vel prorata temporis, cap. 4. num. 14. & 16.**
- Piscandi usus, aliquando tenent Abbates, & aliæ personæ dominationem habentes; ibi, num. 17.**
- Plus, vel minus non facit rem differre, & qualitas, sicut, & quantitas judicium efficit, cap. 6. num. 24.**
- Pluralitas, & non identitas in rebus præsumitur, cap. 3. numer. 16.**
- Possessio dari potest sine iudice, titulo ostenso, cap. 2. numero 13.**
- Possessio nihil commune habet cum proprietate, cap. 3. numer. 29.**
- Possessio restitui debet etiam prædoni, ibi, n. 33.**
- Possessio sufficit capi ad universum, & non ad distinctas glebas, cap. 7. n. 10.**
- Possessio in concursu possidentium regulabitur à priori possessione, cap. 2. num. 16.**
- Possessio pignoris quomodo sit apud creditorem, cap. 7. numer. 22.**
- Possessio habet respectum ad dominium directum vel utile, & aliquando ad usumfructum formalem, ibi, numero 24.**
- Possessio, & proprietas in simul tractata unam causæ continentiam constituunt, cap. 3. num. 31.**
- Possessio naturalis causa domini**

- nii querendi parata fuit, & per ipsam dominia quæri ceperunt, ibi, n. 25.
- Possessionis liti obstat materia proprietatis admisceri, nisi agens de possessione protestetur in proprietate non consentire, cap. 3. n. 30.
- Possessionis sola sententia dominium non probatur, immò si possessor aliunde in mala fide versatur illi ex ea, bona fides non causatur, cap. 3. numer. 33.
- Possessio prescriptionis immemorabilis habetur loco tituli, cap. 9. n. 8.
- Possessionem immemorabilem impedit titulus invictus, vel si possessor sit capax possidendi, ibi, num. 10.
- Possessionem immemorabilem, si acquirat habens civilem non committit attentatum, & hæc committatur illam, & dignior civili est naturalis, cap. 2. num. 16.
- Possessionem amittit invasor rei alienæ, si sua est, si aliena, estimationem, cap. 6. numero 42.
- Possessio naturalis est dignior civili, & una tantum datur possessio, cap. 2. n. 16.
- Possessor maioratus usufructuario equiparatur, cap. 7. numer. 25.
- Possessor tertius rei dicitur communis rei indivise possessor, & impedire potest executionem contra socium intentatam, sed creditor dividi rem petere poterit, ut executio perficiatur, cap. 6. n. 10.
- Possessor omnis fit male fidei post litem contestatam & verè male fidei possessor ante litem tenetur de percipiendis fructibus, cap. 6. n. 26.
- Possessor male fidei ante litem tenetur de fructibus percipiendis, cap. 6. n. 26.
- Possessor conservari debet in possessione etiam acquisita ex contractu nullo, secus auctoritate iudicis incompetentis interveniente, cap. 3. numero 8.
- Possessor male fidei titulum habens, ad fructus citra perceptos non tenetur, cap. 6. numer. 28.
- Possessor titulum non habens, tenetur ad omnes fructus; ibidem.
- Possessores agrorum absentes ad iudicium fin. Regundorum citantur per edicta, cap. 8. numer. 5.
- Possessores rerum ecclesiarum citantur ad iudicium fin. Regund. ibi, n. 9.
- Possideri naturaliter non potest res incerta loci, & quota ratione

- tionem limitatur ad retentionem, c. 7. num. 5.*
Possideri non potest res in certa ratione loci, & ideo nec prescribi, cap. 9. n. 31.
Possideri res, ut integra, & unum corpus, veluti separatim, & diversa corpora, interest plurimum ad prescriptionem partis alienae, ibi, numer. 30.
Prescriptio etiam longissima non currit, ut non fiat praediorum divisio, cap. 2. n. 25.
Prescriptio currit super finibus, quando agitur de transpositione terminorum, cap. 2. num. 26. & 28.
Prescriptio sine possessione non currit, ibi, num. 29.
Prescriptio est de jure civili positivo, quod operatur super actionibus civilibus, circa quas illud civile residet, etiam quando addit, vel detrahit juri gentium, cap. 2. n. 27.
Prescriptio triginta annorum à turbatione terminorum currere incipit, cap. 2. n. 17. & 18.
Prescriptio socii contra socium, ne unquam res dividatur, non datur, cap. 2. n. 30.
Prescriptio, & usucapio, non datur sine possessione civili, & est inventa de jure civili, cap. 7. num. 18.
Prescriptio est contra naturalem aequitatem, sed ob finendas lites inventa, quarum in finitione pietatis officium versatur, cap. 9. n. 3.
Prescriptio longissima 100. annorum, quae sit immemorialis dicitur, quando excedit hominum viventium memoriam, cap. 9. num. 6.
Prescriptio immemorialis cessat, ubi lex prohibet, damnatque prescriptionem talem, ut in jurisdictione, vel divisione prohibita, remissive, ibi, numer. 11.
Prescriptio interrumpitur lite mota, in immemorialibus, quia in eis titulus non requiritur, per citationem, & per litem motam dubius fit possessor, & bona fides de jure civili in prescriptione necessaria non erat ibi, numer. 14.
Prescriptio potest iterum inchoari, interruptione omissa, ibi, num. 15.
Prescriptio longissimi temporis 30. vel 40. annorum procedit, sine titulo de jure communi, ibi, num. 16.
Prescriptio longa 10. vel 20. annorum necessarium requirit titulum, & in ea interruptio fit litis contestatione, ibi, numer. 20.
Prescriptiones in annuis censibus

- sibus tot requiruntur, quot sunt ani, cap. 13. numer. 30. in fine.
- Præscribuntur aliquo pacto bona Ecclesiæ, maioratus, & similia pupillorum, cap. 9. numer. 13.
- Præscribi res communis quanto tempore possit, cap. 8. numero 24.
- Præscribi in totum non potest territorium unius oppidi, cap. 3. num. 8.
- Præscribi aliquo tempore non potest via publica, seu strata, vulgò estrada, licet populus per eam 100. annis non transeat, cap. 8. n. 22.
- Præscribit aliquis jure privati viam, seu stratam, quando facies viæ mutatur, ibidem.
- Præscribit emptor rei alienæ cum bona fide tempore ordinario decem, vel viginti annorum, & quare currat præscriptio, & vero domino præjudicet, nisi male fidei venditor sit, ex illo titulo emptor præscribere velit; tunc enim triginta anni requiruntur, cap. 9. num. 23.
- Præscribit victor etiam male fidei possessor sententiam ex errore latam, cap. 14. numer. 12.
- Præsumptio juris, & de jure unde dicitur, cap. 15. num. 64.
- Præsumptio juris, & de jure non recipit probationem in contrarium, non sic præsumptio juris tantum, sed probari debet liquidissimis probationibus, ibi, n. 64. & 66.
- Præsumptio validior, aliam minus validiorem tollit, ibi, numer. 65.
- Præsumptionibus aliquem puniri, periculosum est, & in hoc Regno plurimum fit, ex doctrina Barb. quæ secum non est, cum male possit arbitrari, vel percipi, cap. 13. numero 48.
- Præsumitur contra eum, qui de aliquo facto commodum sentit, & unus non tenetur pro altero, cap. 15. n. 15.
- Prædiorum mensuram actor probare debet, cap. 1. n. 18.
- Prædiorum terminationi, præcipuè in locis aquosis deseruiunt salicta, & si ideo aqua non stagnet in prædium vicinum, cap. 5. n. 1.
- Prædium designari potest duabus demonstrationibus, cap. 3. numer. 17.
- Prædia urbana determinantur collateralibus, & vicinis, cap. 5. numer. 4.
- Prædia urbana in rure edificata sunt minus principalia, & rustico prædio cedunt cap. 4. numer. 24.

- Prædium magis, quam personæ partes fundi adjudicantur, cap. 6. n. 15.*
- Præceptum pænale concedunt iudices, ne damna in fructibus fiant, cap. 6. n. 4.*
- Præceptum pænale, ne vicinus moveat, vel turbet terminos agri vicini, ut litigare possit, debet præcedere testium probatio, idem erit, si ex instrumentis, vel actis probari possit jus impetrantis, cap. 3. num. 22, 33, 24.*
- Præceptum de solvendo, vel aliquid faciendo, vel non faciendo, si impediatur, resolvitur in simplicem citationem, cap. 3. num. 23.*
- Præmium augent, vel minuunt numerus habitationum inferiorum, & servitutum activè, & passivè, cap. 5. numero 16.*
- Præsides sine adjectione provincie, dicuntur proconsules, & largissimè cum adjectione provincie sunt Rætores, & large, cap. 11. numero 8. & 12.*
- Præsides provincie strictissimè dicuntur omnes magistratus, vel iudices ordinarii imperium habentes, ibi, n. 11.*
- Præsides tribunalium non comprehenduntur appellatione præsidis largissimè, vel large, & dicuntur præfecti, in quibus reverentia principis representatur, & ad eos etiam magistratus casus notabiles evenientes referre tenentur, cap. 11. n. 10.*
- Præcatoriis concessis à iudice delegato non obeditur, nisi tenor rescripti, vel saltem pars ipsius in eis inveniat, attestante notario apud se manere dictum rescriptum, cap. 11. num. 23.*
- Princeps supremus ut lites citius finiantur, solet rescribere ut statim proprietatis questio cum possessione decidatur, cap. 11. n. 54.*
- Probationis in actione finium Reg. requisita, quæ sunt, vide, cap. 1. num. 16.*
- Probationis omnis species locum habet in causis finalibus, nec probatio ulla exclusa censetur, nisi quam lex expresse excluserit, cap. 13. n. 59.*
- Probatio finium fit per argumenta, & conjecturas semiplene, & item si integrum testem actor pro se ferat, cap. 13. num. 56.*
- Probatio in criminibus atrocibus debet esse clara, & certa, quæ elidi non possit, & summarie, & ex abrupto non debet ex decreto procedi contra de crimine inculpatum, cap. 13. nu-*

13. numero 46.

Probatio fit per fidem tabularii, quia duorum testium loco habetur, & non facit fidem, nisi in illis, quæ tanquam officialis publicus viderit, & audiverit, cap. 11. num. 75.

Probationes finium, & identitatis agri sunt per instrumenta, inter alios confecta, dummodò sint plura, & à diversis celebrata, non ab eisdem partibus, ibi, num. 30. & 51.

Probationem inducunt verba enuntiativa in causis finium, ibi, num. 51. & 30.

Probationis nulla species de possibili includens probat, sed de necessitate adstringere animum iudicis debet, cap. 13. num. 45.

Probatio inspectionis oculorum, & quæ fit per evidentiam inter alias principalior est, dummodò constet, tanquam iudici, & in iudicio finium Regundorum necessaria est, cap. 11. num. 68. & 69.

Probationes omnes arbitrariæ sunt iudici, ibi, n. 69.

Probationes super possessione famulantur proprietatis liti, & sententia super possessione onerat adversarium, ad probandum, cap. 3. num. 32.

Processus accusationis dividi po-

test ex unico delicto, si partes petant, aliter minime, cap. 6. num. 6.

Processus unus formari debet per unum procuratorem in iudicio finium Regundorum, si extant heredes actoris, vel rei, cap. 6. n. 7.

Processus corrumpit sine citatione, cap. 8. num. 26.

Processus plurimorum sociorum tenentur sub uno processu litigare, cap. 6. num. 3.

Processus possessionis adjungi debet processui pro dominio, cap. 3. num. 33.

Processus ex uno contractu dividi non potest, cap. 6. numero 2.

Procuratores de jure nostri Regni potest unus, vel plures litigatores instituere, dummodò intra unum terminum inter se conferant, & dicant, cap. 6. num. 5.

Procuratores, quando admittantur singuli, vel cuncti, ibidem.

Procuratio ad assistentiam mensurationis agrorum, debet esse specialis, cap. 7. n. 11.

Procurator absentis in sufficiens ad respondendum tanquam reus in iudicio famil. ercisc. potest sufficiens effici, si tanquam actor accedat ad iudicium, ut per reconventionem possit cum

illo

- illo agere, reus ipse provocatus, & indubitabilius iudicio sui. Regundorum cap. 8. num. 7.
- Prohibito uno, reliquum concessum esse videtur, cap. 9. num. 34.
- Proprietatis quæstio dici non debet, principaliter à iudice, cui possessionis tantum quæstio commissa fuit, sed princeps aliquando rescribere solet, ut insimul de proprietate agatur, cap. 11. n. 54.
- Propositum, & deliberatio in delictis, quæ sint, & quare gravius sit delictum sic commissum, & quod sit delictum non ita commissum, cap. 15. num. 43.
- Promissio de vendenda re, pro ducit actionem personalem in rem scriptam, quæ fit litigiosa, cap. 6. n. 35. & 36.
- Promissam sibi rem, antequam tradatur, & juris ordine non servato, non debet quis occupare, faciens tenetur de lege Julia de vi publica vel alterius similis, amittitque vis promissi, & restituit rem, cap. 6. num. 43.
- Prorex habet jurisdictionem in provincia sibi commissa, & omnium magistratuum in se cumulatam, & per se expedire potest, cap. 11. n. 1.
- Proreges suam, vel limitatam jurisdictionem aliis mandare possunt, ibi, num. 2.
- Proreges jurisdictionem concessam à magistratu, inconsulto principe auferre non debent, ibi, num. 3.
- Proreges committere, & ordinare possunt usque ad 6. menses, dum confirmatio principis accedit, cap. 11. n. 6.
- Proregum integrum tractatum edidit Joann. Pet. de Ponte, quem Joann. Baptista de Thoro optimè illustravit, ibi, numer. 7.
- Prorogari potest jurisdictione iudicis ordinarii etiam à non subditis, sed habitantibus intra suum territorium, cap. 11. num. 41.
- Prorogari non potest jurisdictione laici, à clerico, quia hujus causarum est incapax, & quid de prorogatione secularis in ecclesiasticum iudicem remissivè, ibi, num. 48.
- Prorogatio continet commodum prorogantium, & etiam Republicæ, quia mediante ea, lites brevius terminantur, ibi, numer. 43.
- Prorogatio causæ differentis specie, non provenit, ex vi extensionis, sed ratione novæ concessionis, & consensus, ibi, numer. 44.

Prorogatio per compromissum à partibus fieri potest, in judicem delegatum pro finibus

Regundis creatum, tanquam magis instructum, & benedictentem, dummodò tamen non resultet damnù commendatariis in mora, suis expensis solvendis officialibus, ibi, n. 57.

Prorogata causa, est ejusdem speciei cum principali manente, ideo civilis judex non recipit prorogationem criminalis, vel è converso ibi, n. 42.

Prorogationem impediunt metus, error, inhabilitas prorogantis, pœnitentia ante litem contestatam, & absentiam partis, ibi, n. 45. & 56.

Prorogationem judicii comercii judex non recipit in aliis causis, nec alius cognoscit de his, nisi specialiter alicui concedatur judex ad omnes causas proprias, ibi, n. 50.

Prorogare jurisdictionem alterius judicis ordinarii loci universitatis scholares possunt, secus extra locum, & remittuntur ad suum conservatorem, ibi, num. 51.

Protestationi in causa possessoria, ne deproprietate simul agatur æquivallet clausulæ omni meliori modo, cap. 3. numer. 31.

Potestatio in causa possessoria,

ut nolit agere de proprietate, valet, & admittitur, & continuari debet, ibi, n. 30.

Provisores provinciarum, qui præsumt causis ultimarum voluntatum, etiam provincie rectores dicuntur, cap. 11. numer. 9.

Provinciarum terminorum amotores accerrimè puniuntur, consulto prius ad id principe, cap. 15. num. 26.

Provocans in hoc judicio finium Regundorum etiam aëtor dicitur ad aliquos juris effectus, cap. 13. n. 60.

Puberes sunt sub cura, & pro litibus citantur, & procuratores constituunt cum auctoritate curatorum, qui tantum bonis dantur, cap. 8. n. 2.

Pupilli masculi usque ad 14. & femine usque ad 12. annos sunt sub tutoribus, qui citantur pro rebus pupillorum, etiam in principio litis, & dantur ad personas, & bona, cap. 8. numer. 1.

Pupillorum judices non recipiunt ab aliis prorogationem, cap. 11. numer. 49.

Q

Quantitas atrii, si in dubium vertatur pro immunitate

nitate delinquentis in illud se recipientis, pertinet ad iudicem ecclesiasticum, & secularem insimul, ut declaretur in facto; quo ad alia verò, & juris quæstiones soli ecclesiastico iudici competit cognitio, cap. 15. n. 24.

Qualitas, sicut, & quantitas iudicium efficit, cap. 6. numer. 24.

Quæstiones partium circa terminos terrarum aliquando sub certa pœna per arbitros deciduntur & si pœna excedat decem ducatos, debet esse per publicum instrumentum semper cum uxoris consensu, cap. 14. numer. 18.

R

Rami arborum à solo aluntur, cap. 15. n. 7.

Ratio ubi differt, & dispositio differre debet, cap. 14. numer. 28.

Recusare fin. Regundorum iudicem debet pars ante consensum, & ante litem inchoatam, quia sine eo quod lis pendeat, recusatio locum non habet, cap. 11. n. 31.

Recusari potest agrimensur ex imperitia, cap. 13. n. 9.

Recusatio defensionem continet,

& exclusiva non censetur, ibidem.

Recusationis tabulario objectæ, iudex delegatus pro finibus Regund. ex rescripto competens est, & tabelio interim associatus scribit, sicut dicitur de ædilium scriba, ibi, numer. 10.

Recusationis acta appositæ iudici fin. Regund. propinquo-ri oppidi iudici foraneo committuntur expensis recusantis, interimque procedit associatus à dicto iudice, cap. 11. numer. 34.

Reconventio simultanei processus admitti non debet, postquam actor juraverit de calumnia, ibi, n. 47.

Redditus regales, ne minuantur, contractus omnes sunt impediendi, nec bona tributaria ad privilegiatos transire permittuntur, cap. 12. numer. 19.

Redditus lapidis, vel arboris communis inter convecinorum agrorum possessores dividitur, cap. 4. num. 6.

Regna, & civitates actæ sunt de jure gentium, & etiam territoria, cap. 3. n. 3.

Regna, Civitates, Episcopatus, & Provinciæ limitantur per montium cacumina per vias latissimas, per flumina, & per

- per alia signa notabilia, cap. 10. num. 4.
- Regni divisiones visitantur aliquando regis rescriptis, & decurionibus pro expensis, pro pecunia conceditur, nec per subditos satisfacere debetur, cap. 3. num. 9.
- Regni termini publici, sunt in præscriptibiles, ibi, n. 10.
- Reges Portugaliæ, & Hispaniæ sunt perpetui administratores, & magistri Ordinum militarium ex Pontificorū summorum indulto, cap. 8. numer. 30.
- Regales redditus omnes sunt impediendi, ne mineantur, cap. 12. num. 19.
- Res sibi promissam, ante quam tradatur, & juris ordine non servato, non debet quis occupare, cap. 6. n. 43.
- Renovatio emphyteusis officio iudicis coram iudice petitur post finitas vitas prioris concessionis cap. 11. n. 62.
- Reipublicæ interest bona sua à dominis conservari, & quando, & quibus, cap. 2. numer. 11.
- Rei augmentum pendet ex jure ipsius rei, & eodem jure censetur, c. 5. n. 15.
- Rei valor propter vicinum bonum augetur, sicut, & diminuitur propter malum vicinum, cap. 9. numer. 36.
- Rei vendicationis sententia non exequitur, antequam reo condemnato ad id citato, & non uxori, decem dies non assignantur, & quod si omittantur, reus restitui potest ad rem, & ad possessionem, cap. 14. num. 8.
- Requisitoria non implebuntur sine copia rescripti inserta, cap. 11. num. 23.
- Res integra per citationem non fit, & jurisdictio perpetuari incipit, cap. 11. n. 39.
- Res fit litigiosa per litis contestationem, & iudicium finium Regundorum famil. eriscund; & commun. divid. æquiperatum est, & in illis fit litigiosa res ipsa, cap. 6. numer. 35.
- Res fit dubia negatione, cap. 3. numer. 36.
- Res melius percipitur aspectu, quam in formatione, & relatione alterius cap. 11. n. 71.
- Rescriptum ad lites sub nomine dignitatis, vel nomine expresso iudicis expeditum ad successorem transit, & jud. fin. Regundorū per delegatas fieri solet, ibi, num. 35.
- Rescriptum iudicis finium Regundorum à domino Rege signatur, ibi, num. 15.
- Rescriptum commissionis inseri debet

- debet in præcatoriis ad citandum, vel saltem partem, & clausulam sufficientem, attestante notario, apud se manere dictum rescriptum; aliàs citatus comparere non tenebitur, ibi. n. 23.
- Rescriptum quando porrigitur, & iudex acceptat, dicitur causa pendere, ibi. n. 32.
- Rescripto dato ad finium Regundorum iudicium si concedatur iudici loci ordinario, de exceptionibus oppositis cognoscet ipse iudex ordinarius, tanquam ordinarius, in cæteris quæstionibus tanquam delegatus, ibi, num. 36.
- Rescripti forma cum iurisdictione ordinaria, fol. 5.
- Restitutio sequitur post spoliium commissum, cap. 2. n. 1.
- Restitutio minoris, etiam cessa, vel transmissa ad hæredes exercetur per officium iudicis, cap. 11. n. 61.
- Restituitur usufructuarius dejectus à possessione, cap. 7. num. 17. & 21.
- Restitutoria actio habet locum inter socios rei communis, cap. 3. num. 27.
- Rex tanquam magister Ordinum militarium ordinariam à summo Præsule iurisdictionem habet cap. 11. n. 91.
- Rixæ plurimæ oriuntur cum vicinis agrorum dominis cap. 9. num. 38.
- Rixæ, ut evitentur inter confines agrorum, si immineant, & scandala, poterit iudex ab uno agro auferre, & alteri addere etiam in pecunia adhibita satisfactione, cap. 13. numer. 61.
- Reus debet declarare terminos ubi erant ante amotionem, cap. 3. num. 1.
- Reus si est in bona fide, & fructus consumptos habeat, loco domini habetur, cap. 6. numer. 28.
- Reus negans esse in possessione rei petitæ ab actore, statim privatur possessione ejusdem rei, cap. 7. num. 10.

S

Salarium mensoris non recuperatur mandati actione, & quando iudex præcipit, ut à mensore referatur quantitas, salarium dicitur merces; secus quando partes eligunt, quia tunc dicitur honorarium, sicut, & dicitur de iudice, & advocato, cap. 13. num. 22.

Salarium arbitratori solvitur, partibus æqualiter, cap. 13. numer. 20.

Salarii taxatio iudici processus com-

- competit, & consignat mensuris, sicut arbitratoribus, & calculatoribus, cap. 13. num. 21.
- Salarium judici, & scribæ thomi solvitur quotidie, & in confectiione inventarii morari non debent, cap. 14. numero 30.
- Salinæ sunt describendæ, & mensurandæ, cap. 5. numero 19.
- Sapientes aliquando ex causa mutant consilium, cap. 13. num. 43.
- Scribæ breviato sermone, adjectis necessariis clausulis sententiam extrahant, cap. 14. num. 36.
- Sedimina ecclesiarum (vulgò passais) possunt concedi in emphyteusim, etiam sine licentia Papæ, & possessores citantur ad fin. Regundorum judicium, cap. 8. numero 9.
- Segetibus, & fructibus, si nocent, ædificium jure factum, ne possint triturari, & segregari grana à palea impeditus venti status demoliri debet agriculturæ favore, cap. 4. n. 23.
- Segetibus, si solus calor deficiat ob interpositum ædificium, destruitur, & etiam qualibet aliena res nocens, cap. 4. n. 25.
- Senatores vocantur in judicio sine licentia Regis, & ad hoc judicium fin. Reg. solent suis scriptis procuratores constituere, cap. 8. num. 13.
- Senatoribus palatiis permittitur creare judices ad finium Reg. judicium sine consultatione, dummodò tamen rescriptum signetur manu Regis, cap. 11. n. 15.
- Sententia reivendicationis non exequitur, antequam reo condemnato ad id citato, & non uxori decem dies non assignantur, quod si ommittantur, reus restitui potest ad rem, & ad possessionem, cap. 14. num. 8.
- Sententia familiæ ercisc. transfert dominium, nec decem dierum spatium requiritur, nec fidejussio in traditione, objectis impedimentis, ibi, numero 9.
- Sententia ex errore lata habet pro se præsumptionem, & veritatem, cap. 14. num. 12.
- Sententia non vitatur ex errore confinium, quando constat de corpore rei, quo ad alia, ibi, num. 13.
- Sententia lata ex errore justam præscribendi causam præbet malæ fidei possessori propter auctoritatem rejudicatæ, sed de veritate ibi remissivè,

- ibi, numero 12.
- Sententia executio à iudice delegato finium Regundorum procedentis fit ab ordinario loci, cui relinquenda est, ibi, numer. 31.*
- Sententia tot sunt, quot sunt capita diversa, ibi numero 32.*
- Sententia non valet, originalibus actis in ostensis, ibi, numer. 33.*
- Sententia iudicis ecclesiastici, quomodo sit exequenda in iudicio seculari, cap. 11. numer. 30.*
- Servitus consistere potest inter prædium commune, & particulare ejusdem domini, non tamen de novo acquiri potest, potestque socius socium convenire pro servitute debita à re communi rei propriæ, & declaratur in qua servitute procedat, cap. 6. num. 14. 19. & 20.*
- Servitutes intellectualiter dividuæ dicuntur, & una persona in eodem iudicio, & lite, non debet separatè considerari cap. 6. num. 22.*
- Servitutes personales sunt usufructus, usus, & habitatio, ibi, num. 20.*
- Servitutes reales à prædio prædio debentur, & augment, vel minuunt utilitatem prædii, ibi, numer. 20.*
- Servitutes reales, quæ sint cap. 6. numer. 19.*
- Servitus servitutis dari non potest, cap. 7. num. 19. & cap. 5. num. 18.*
- Signa sunt demonstrantia cujuscunque finis, & lapis idem significat, quo ad metas jurisdictionis, cap. 15. n. 2.*
- Scientia requiritur in delictis, & ignorans non dicitur delinquere, numer. 42. 48. 52. & 59.*
- Scientia domini in fructibus inventis, non requiritur, sicut in aliis rebus; cap. 5. numer. 7.*
- Scire, vel scire debere paria sunt, & æquiparantur in jure, nec ignorantia crassa, & sopina cadit super aliquo facto proprio, vel quasi proprio, cap. 15. n. 57.*
- Stipulari possunt rem meam, si mea esse deserit, cap. 2. numer. 16.*
- Stipulatio generalis de evictione non sufficit, sed specialis ut teneatur, cap. 14. numero 2.*
- Stirquinium potest quis de sua herba, vel sylva cædua facere, ex suo etiam, si exinde humorem sentiat vicini prædium, cap. 4. n. 9.*
- Socius consentire videtur, quod præ-*

- præfens non contradixit alteri socio, cap. 2. n. 2.*
- Socius alium socium cogere potest ad divisionem fundi communis, cap. 6. numer. 11. & 12.*
- Socius contra socium non præscribit, cap. 2. n. 29.*
- Socius pro indiviso habitans rem communem dicitur habitare propriam domum, & non alienam, cap. 10. n. 14.*
- Socius potest socium convenire pro servitute debita à re communi rei propriæ, cap. 6. numer. 14.*
- Socius fundi communis potest ex consuetudine solus locare, sed tenetur ablata meliori conditione à consocio illam se qui, & locare potest, qui possidet, cap. 6. num. 17.*
- Socius locare potest, qui possidet, ibi, num. 18.*
- Socius in prædio indiviso, quasi totius domini reputatur, ibi, num. 9.*
- Socius rei communis potest tanquam tertius impedire executionem in re communi, ibi, num. 10.*
- Socii plures medio unius obligati uno processu, & procuratore pulsari debent, ibi, numer. 3. & 4.*
- Socii si sint habitatores unius populi cum alteris, statui non debet à dominis territorii super illis in damnum sociorum, & similes societas ibi potest ex pacto, vel inveterata consuetudine, cap. 10. numero 28.*
- Socii si convenire nequeant, & inter eos contentiones timeantur, per actionem communi divid. à communionem recedere tenentur, cap. 4. numero 22.*
- Solemunitas actus præcise præsumitur, ex antiquitate temporis, concurrente semper eadem possessione, & observantia, cap. 14. n. 20.*
- Spolium commissum resarcitur, & impeditur, cap. 2. numer. 1.*
- Spoliari à possessione timens potest à iudice impetrare penales præceptum, ne offendatur, & adversario intimare, cap. 2. num. 3.*
- Spoliare iudex etiam potest, & quibus intervenientibus, cap. 6. num. 40.*
- Spoliatus de facto, de facto restitui debet, ibidem.*
- Subdelegatus iudex etiam ab inferiore à principe examinationem testium alii committere potest, cap. 11. numero 22.*
- Summarie, & ex abrupto non debet ex decreto procedi contra*

- tra de crimine inculpatum, nisi probatio sit clara, & certa; quæ elidi non possit, & in criminibus atrocibus, cap. 13. num. 46.
- Superfluitatis vitio non debet argui, qui noviter casum aliquem decidere debet, cap. 12. num. 20. & 21.
- Superflua legis dispositio esse non debet, cap. 6. n. 41.
- Suspitionis acta apposita iudici fin. Reg. propinquioris oppidi iudici foraneo committuntur expensis recusantis interimque procedit associatus à dicto iudice, cap. 11. n. 34.
- T**
- T** Abellio si testimonium exhibeat in scriptis de illis, quæ tanquam privatus vidit & falsum reperiatur, non punietur de falso, cap. 11. numer. 75.
- Tabellio duorum testium loco habetur, super illis quæ videt tanquam officialis, ibidem.
- Tabellioni non creditur, nisi in illis, quæ tanquam officialis viderit, ibidem.
- Terra, qua mensura metiri debet, cap. 3. n. 18.
- Terra intermedia pro equali parte illi adherenti applicari debet prædio vicino, cap. 4. num. 13.
- Terra inculta à nemine possessa pertinet ad dominum loci, ibidem.
- Territoria communiter sunt de jure gentium; cap. 3. numero 3.
- Territorium, seu terrenum cuiuslibet civitatis, vel oppidi constat pluribus agris publicis, & particularibus sub administratione decurionum, ut de Concilio, velut de omnibus, vel à dominis privatim possessis, cap. 3. numero 6.
- Territorium in universum, & cum agris divisum, & limitatum, est de jure gentium, & pro alimentis habitatorum deputatum, cap. 3. numero 7.
- Territorium unius oppidi, in totum præscribi non potest, nec contradicit juri gentium, unum oppidum maius habere territorium, quam aliud, ibi, num. 8.
- Territorium differ à diœcesibus, quia in illo exercetur iurisdic-tio in temporalibus, & in his quæ pertinent ad spiritualia, cap. 10. n. 5.
- Territorium dicitur à terrendo, & constat pluribus agris devictis, & quibus universita-

tis territorii fit, cap. 10. numero. 6.

Territorium aliquando intra se bona habet publica, quo ad dominium, sed non quo ad usum, veluti in pascuis, alia bona publica, sed destinata, ut habitatores redditus inde percipiant? cap. 10. numero. 15.

Terminus quis sit, cap. 15. numero. 1.

Terminus designari potest à re notabili immobili existenti propè divisionem agrorum facta mensuratione ad illa ad extremitatem agri, & loco divisionis, cap. 3. numero 13.

Terminus finis, & limes, idem important, & significant, & non signonima, cap. 15. numero. 1.

Terminis agri sui, & rerum suarum debet quis esse contentus, nec illos excedere debet, ibi, num. 2.

Termini sunt sibi proximi, nec in medio aliud poni debet, & dicuntur mediati, & non immediati, & sicuti publica instrumenta fidem faciunt ibi, num. 3.

Termini decernendi sunt per signa immobilia, & perpetuæ durabilitatis ut admoventi ad libitum non possint, ibi,

numero 5.

Termini amoveantur, & obscurantur, quando auferuntur, vel delentur signa impressa in rebus prolimitibus positus, cap. 15. num. 6.

Terminos amovere pessimum, est, & quod pessimè opponitur, est optimum, ibi, numero. 28.

Terminorum turbatio, & mutatio non semper fit dolo, & culpa, sed aliquando ex justa, ignorantie causa, cap. 2. num. 20.

Terminorum confusio, est idem, quod turbatio, vel obscuratio, & à turbatione incipit præscriptio triginta annorum, ibi, num. 18.

Terminum constitutum amovens, pœna 50. anreorum condemnandus est cap. 1. num. 15.

Terminum alicujus, si aliquis propria auctoritate post litem. contestatam occupavit, tenetur ad ejus restitutionem, cap. 1. n. 14.

Terminorum, seu limitum primus inventor fuit Cain, cap. 2. num. 23.

Terminos, quibus aliqua oppida regni dividuntur ab extraneis, jubentur regis rescriptis quotannis visitari, & reformari, si reformatione egeant, & decurionibus pro expensis

- pensis Concilii pecunia conceditur, nec per substitutos satisfacere debent, cap. 3. numer. 9.*
- Terminos publicos à privatis dignosci, & separari debent, ne uni pro alteris reputentur, & deteriantur, cap. 10. numer. 9.*
- Termini publici Regni sunt in præscriptibiles, cum jus divisionis ad regem pertineat, & non accedat illius consensus, cap. 3. numer. 10.*
- Terminorum contentio ad bellum, aliquando prorupit, & de quo pacto occurratur, & de factò evenisse narratur, ibi, numer. 11.*
- Termini agrorum sunt signa, quibus unus ager ab altero dividitur, & quibus rebus constituentur, & perpetuò durent, cap. 3. numer. 12.*
- Termini debent esse mediati, & non immediati, & designari debent per se, vel per relationem ad aliud, cap. 3. numer. 14.*
- Termini assignantur per lapides, si alia signa permanentia, non inveniuntur, cap. 3. numer. 20.*
- Termini in dubio amoti à suo loco præsumi non debent, cap. 3. numer. 22.*
- Termini novi non ponuntur, nec veteres reformantur, antequam probationes super possessione agri præcedant, cap. 3. numer. 35.*
- Terminos inter socios, vel in uno agro, potest quis ponere, ut vendat partem, alia sibi relicta, & stante dubietate terminorum, antiquius est præsumendum, cap. 4. numer. 3.*
- Terminationi prædiorum præcipuè in locis aquosis deserviunt salicta, & si ideo aqua non stagnet in prædium vicinum, cap. 5. numer. 1.*
- Terminos rei locatæ tenetur scire conductor ad longum tempus, cap. 7. numer. 12.*
- Terminos debent iudices, licet lapidei sint, figere facere in locis notabilibus, & illis evulsis, vel tempore consumptis ager demonstratus maneat, cap. 14. numer. 21.*
- Termini inter plures agros declarantur per rectitudinem illorum, chordula extensa de parte acuta unius ad acutam alterius lapidis, & lapides adjacentes terminis rusticis testes vocant, cap. 6. numer. 16.*
- Termini publici, & plebatuum debent eminentiores esse, quam agrorum, vel fundorum particula-*

- ticularium*, cap. II. numero 88.
- Terminorum amotio furtum sapit*, quando ex illa usurpari prædii pars prætenditur, cap. 15. num. 31.
- Terminos fingens, ut alienum prædium usurpet post litem contestatam punitur in restitutione rei*, ibi, numero 33.
- Terminorum avulsoribus primo statuta fuit pœna personalis, & postea aucta fuit 50. aureorum mulcta, pro quolibet termino amoto; de jure verò nostri Regni ad viginti aureos redacta, est dividenda inter partem, & fiscum*, cap. 15. num. 34.
- Terminos avellere alienos nunquam fit, sine damno, & ipsi signis cognoscuntur*, ibi, numer. 62. & 64.
- Terminare suos agros quis potest in terra aquosa si vicino non noceat*, cap. 5. numer. 20.
- Tertius rei possessor dicitur communis rei indivisæ possessor, & impedire potest executionem contra socium intentatam, sed creditor dividere rem petere poterit, ut executio perficiatur*, cap. 6. num. 10.
- Testium examinationem committere potest judex delegatus finium Regundorum*, cap. II. num. 22.
- Testis de facto proprio maximam facit fidem, & venditor fundi, si non tenetur de evictione, nec aliquod sibi interesse resultare potest, testis est idoneus, & integer*, cap. 9. num. 39.
- Testes deponentes de limitibus affixis, prevalere debent aliis deponentibus de limitibus positus per manus hominum*, cap. 14. num. 15.
- Testes, & personas necessarias ad iudicium exercendum oppignare potest delegatus, cum hæc sit modica coertio*, cap. II. num. 28.
- Testes super finibus, & terminis agrorum deponentes rationem reddere tenentur, etiam non interrogati de ea*, cap. 13. num. 31.
- Testem falso jurantem coram se, delegatus punire non potest, sed vincitum, & cum custodia remittere ad ordinarium potest*, cap. II. numer. 27.
- Thomi liber variè nuncupatur*, cap. 14. num. 35.
- Titulus qualis, qualis sufficit, ut possessor male fidei, à percipiendis fructibus excusetur*, cap. 6. num. 28.

Tituli loco, habetur immemorialis præscriptionis possessio, nisi jus resistat tali præscriptioni cap. 9. numero 8. & 9.

Titulus coloratus quando dicitur, vide cap. 6. numero 28.

Titulus injustus, & vitiosus, de quo constat, impedit præscriptionem, etiam immemoriam, vel si possessor sit capax possidendi, cap. 9. num. 10.

Titulus à principio in præscriptione purgat malam fidem, cap. 9. num. 18.

Thomos terrarum ecclesiarum tenentur facere parochi, & quomodo, & quando, cap. 8. num. 30.

Thomos bonorum ad commendas pertinentium, tenentur facere commendatarii Ordinum militarium, ibi, numero 26.

Traditio dominii non requiritur in constitutione pignoris, cap. 14. num. 7.

Turbatores pacis dicuntur primario perturbantes, non secundario, cap. 15. numero 29.

Tutores excusari possunt, quando per officium sunt frumenti mensores, cap. 13. numero 14.

Tutores in principio litis pro rebus pupillorum citantur, cap. 8. num. 1.

Tutelam recusare possunt mensores publici frumenti in oppidis à decurionibus electi, cap. 13. num. 4.

V

V Alor rei propter vicinunt bonum, augetur, sicut, & diminuitur propter malum vicinum, cap. 9. numero 36.

Venditor fundi, si non tenetur de evictione, nec aliud sibi interesse resultare potest, testis est idoneus, & integer, cap. 9. numero 39.

Venditor fines prædii venditi demonstrare debet, & vicinos nominare, etiam si ipse venditor in alio prædio vicinus maneat, ibi, numero 35.

Venditor tenetur emptori, pro qualitate rei, cap. 2. numero 6.

Venditæ rei declaratio fieri debet, & designato tam quo ad partem, quam ad quotam, idest divise, & indivise, cap. 3. num. 2.

Venditio rei alienæ valet in dan-

- damnum venditoris, nec præjudicat domino, qui potest eam ab emptore auferre, pretio non oblato, quod emptor per æstimationem subsidiariam recuperare potest à venditore, si ejus esse ignoravit, per actionem personalem intra triginta annos, cap. 9. numer. 21.
- Venditio rei alienæ valet, nec requiritur aliud, quam quod res possit vendi, & possideri, cap. 9. numer. 22.
- Venditio eorum, qui timent ea bona confiscari ex delicto, non valet, cap. 14. numer. 3.
- Verbum in oratione adjectum, ut illam perficiat repetitum censeri debet, & intelligatur, cap. 2. numer. 13.
- Verbum, posset, aliquando possibilitatem naturalem vel hominis, importat, & aliquando præcisam necessitatem ex materia subjecta, cap. 6. numer. 11.
- Verba enuntiativa probationem inducunt in causis finium Regundorum, cap. 13. numer. 30.
- Via publica, vel privata, quæ sit, & quæ talis in dubio præsumitur, cap. 13. numero 12.
- Via publica, vulgò estrada, quæ dicatur, nec aliquo tempore præscribi potest; nisi noceat servituti debitæ vicinis, cap. 8. numer. 22.
- Via periculum pertinet ad vicini agrum, idèd vicinus agri possessor potest confines viæ declarari facere, & exercere finium Regundorum judicium interjecta viæ, vocatis tamen decurionibus, quibus competit viarum conservatio, cap. 8. numero 23.
- Viarum usus, est promiscuus, & quando per viam regna, vel civitates dividuntur in delicto commisso præventioni locus est, cap. 10. numero 13.
- Vicinus in fundo bene cognoscit terminos fundi, & maxime quando inde commodum sentire potest, cap. 15. numer. 60.
- Vinum causat oblivionem, & soporatus labitur in furorē, ibi, numer. 70.
- Vinearum folia sine omnium consensu, decuriones vendere nequeunt, cap. 10. numero 24.
- Vita hominis non excedit 100. annorum, & 70. in communibus, in potentialibus 80. in cæteris dolor, & labor, cap. 9. numer. 7.

- Vulnus in facie impressum facit ille, qui deliberatè percussit, cap. 15. num. 55.*
- Umbra arboris, si segetibus noceat, vicini prædii succindi debet, si termini commodius poni possunt, quam per arborem consinalem, cap. 4. numer. 7.*
- Voluntas ex factis explicatur, cap. 15. num. 46.*
- Usucapio pro emptore procedit in possessoribus titulo munitis, cap. 9. num. 25.*
- Usucapio, seu præscriptio non datur sine possessione civili, & est inventa de jure civili, cap. 7. num. 18.*
- Usurpare verbum accipitur in bonam, vel malam partem, & frequenti usu, id est usurpatione, cap. 9. numero 2.*
- Usurpare accipitur pro interruptione præscriptionis, & tunc comparativè, & non electivè ibi, num. 2.*
- Usufructuarius non tenetur de novo aliquid facere in proprietate, cap. 8. numero 31.*
- Usufructuarius tenetur ad expensas necessarias, & si non facit, usufructu privatur, & judicium fin. Regundorum exercetur cum beneficiarius, ibi, num. 31. & 32.*
- Usufructuarius possidet civiliter, & naturaliter jus usufructus, cap. 7. numero 20.*
- Usufructuarius non potest usufructum in alium transferre, nec eum possessorem constituere, ibi, num. 27.*
- Usufructuarius satisfacere teneatur, nec ne? Vide remissivè cap. 7. num. 19.*
- Usufructuarius possidet naturaliter, & dejectus à possessione illa restituitur, ibi, numer. 17. & 21.*
- Usufructuario, actio in rem competit, & ideo competit finium Regundorum judicium, & actio quæ datur in rem, vel in personam, cap. 7. numer. 16.*
- Usufructus, usus, & habitatio servitutes personales sunt, cap. 6. num. 20.*
- Usufructus formalis constituitur in re aliena, cap. 7. numer. 13.*
- Usufructus formalis non connumeratur inter dominia rerum, & omnium, & juri civili attribuitur, ibidem.*
- Usufructus, vel constituitur ad vitam fructuarii & finitur morte usufructuarii, vel ad vitam concedentis, & durat ejus vita durante, ibi, numer. 14.*

Ususfructus formalis est pars ipsius fundi, & in aliquibus casibus reputatur pro parte domini, cap. 7. numer. 15.

Ususfructum in alium transferre non potest usufructuarius, nec eum possessorem constituere ut cum illo, fini-

um Regundorum iudicium consistere possit, ibi, num. 27.

Uxores emphyteutarum citari, & vocari debent, ad mensurationem agrorum, cap. 7. numer. 10.

Uxores Olyssiponenses, per officium, frumentum mensurant, cap. 13. numer. 4.

FINIS.



299
Que in hoc tractatu continentur.

De Regum in iudiciis con-
suetudinibus. lib. 1. cap. 27.
Deus in phylacteriis etc.
De rebus debent ad men-
suras agrorum. cap. 7.
De rebus etc.
Deus in phylacteriis etc.
De rebus debent ad men-
suras agrorum. cap. 7.
De rebus etc.

De rebus debent ad men-
suras agrorum. cap. 7.
De rebus etc.
Deus in phylacteriis etc.
De rebus debent ad men-
suras agrorum. cap. 7.
De rebus etc.

FINIS.



PRACTICÆ
CRIMINALIS

Auctore

GASPARE
PEGADO,

Lusitano: Provinciæ Conimbricensis Pro-
œconomus Generali: ibique Regalis
Patrimonii Calculatori.



CONIMBRICÆ:

Ex Typ. LUDOVICI SECCO FERREYRA,

Anno Domini M.DCCXLVII.

Cum facultate Superiorum.

PRACTICAE
CRIMINALIS

AUCTORE

GASPARI
PEGADO

LEONENSIS: PROVINCIÆ COMITATENSIS PRO-
VINCIAE GENSIS: REGNI HISPANICAE
FAMILIARIS COUNSILLI




COMITATENSIS
EX OFFICINA REGIAE
CENSURAE



PRACTICÆ CRIMINALIS,

DE ORDINE PROCEDENDI IN
causis criminalibus.

CAPUT I. SUMMARIUM.

1		<p>RIMINALES causa ad Triū. viros olim defe- rebantur.</p>	<p>Inquisitio generalis potest fieri nulla precedente infamia.</p>	6
2		<p>L. 2. vers. cum esset, ff. de ori- gine jur. de- claratur.</p>	<p>Inquisitio generalis operatur ut pos- sit deveniri ad specialem.</p> <p>Inquisitio specialis qualis sit, & an necessario debeat ad eam prece- dere infamia sive aclamorosa in- sinuatio?</p>	7 8
3		<p>Ciferonis locus declaratur lib. 7. e- pistol. epist. 13.</p>	<p>Accusatore non existente, an lice- at judici cōtra aliquem procedere:</p>	9
4		<p>Tripliciter proceditur hodie contra delinquentes per inquisitionem, denuntiationem, & accusationē.</p>	<p>Fama loco accusatoris habetur.</p> <p>Testis, sive pars an possint veritatem occultare judici injuste proceden- ti?</p>	10 11
5		<p>Inquisitio est duplex: generalis, & specialis.</p>		

- 12 Inquisitio in delicto notorio specialiter potest fieri nulla precedente infamia, dummodo non de certa persona sed generaliter inquiratur.
- 13 Inquisitio specialis potest fieri praevisa aliqua juris praesumptione, quod etiam observatur quando crimen commissum est in praesentia iudicis, & etiam procedit in crimine laesa majestatis.
- Quilibet testis reputatur idoneus ad inquirendum. 14
- Inquisitio de jure communi in quibus casibus possit fieri remissive. 15
- Inquisitio de jure Regni in quibus casibus possit fieri. 16
- Diffamatio, vel denuntiatio procedere debet, ut locus sit inquisitioni. 17

1 **A**ntiquitus criminales causae ad Triumviros deferebantur certo quodam ordine pertractandae, ut ex antiquis, & probatis auctoribus tradit *Rebardus lib. 2. variarum, cap. 18. ut noster Lusitanus Antonius Correa in Com. ad tit. 1. libr. 5. Ord. Lusitaniae, §. 2.* Quae est hodie *Ord. lib. 5. tit. 124.* Cujus rei vestigium extat in l. 2. *vers.* (deinde cum esset necessarius) *ff. de origine juris, ad quem usum referendus est locus Ciceronis libro 7. Epistol. 13.*

3 sed antiquitus ille mos procedendi in disfluetudinem abijt: quare à abrogata illa procedendi formula illud hodie observatur, ut tripliciter contra delinquentes procedatur, aut per viam inquisitionis, denuntiacionis, & accusationis, ut notat *Glos. in Summa 2. q. 8.* & omnes communiter per *text. in cap. qualiter, & quando 2. de accusationibus.*

Inquisitio autem duplex est, nempe generalis, & specialis; generalis inquisitio est quando Episcopus, seu praeses Provinciae, vel alius superior generaliter inquirat de omnibus delictis, & peccatis commissis, ut purget Provinciam, eique subveniat per punitionem, & correctionem, & haec inquisitio jure fieri potest nulla praecedente infamia, juxta *text. in l. congruit, ff. de officio praesidis, cap. 1. de officio ordinarii, & est communis sententia, ut docet Soto de regendo secreto, 2. membro, q. 6. concl. 2. Navarr. in cap. inter verba 11. q. 3. Corolar. 61. Robertus Maranta de ord. judiciorum 6. p. in princ. num. 5. Glosator Hispan. Gregarius Lopez in l. 1. tit. 17. p. 3. in Glo. 4. resoluit eleganter Cabedo 1. p. decis. 78. num. 2.* Et ista generalis inquisitio operatur, ut possit deveniri ad specialem, & debent testes repeti parte citata, & sequitur correctio

ctio five punitio, ut docet *Bart.* in l. fin. ff. de quæstio. *Navar.* ubi supr. uers. Alo secundo.

- 8 Inquisitio specialis est quæ fit specialiter contra certam personam ad effectum corrigendi, & puniendi de crimine ratione publicæ utilitatis, & tunc requiritur necessario quod præcedat infamia, five acclamorosa insinuatio juxta *text. in d. cap. qualiter*, & quando *cap. cum oporteat, cap. inquisitionis §. 1. de accusationibus*, docet *Bart. in l. 2. §. si publico, ff. ad l. Jul. majest.* tradit *Botius in præct. crimin. tit. de inquisit. num. 2.* Nam quanvis regula fit quod absque accusatore non licet contra aliquem procedere, ut habetur *Actorum cap. 25. & Joannis cap. 8. & in l. rescripto, §. si quis, ubi docet Glo. ff. de muneribus, & honoribus, l. 3. C. qui accusare non possunt, cap. 1. de accusationibus*, docet *Angelicus Doctor 2. 2. q. 67.* nihilominus tamen fama loco accusatoris habetur *d. cap. qualiter, & quando, 2. de accusationibus*, docet *Soto de regendo secreto, 2. membro, q. 6. concl. 1. & lib. 5. de justitia, & jure, q. 6. art. 2. columna 5. & 6. Gregorius Lopez in l. 4. tit. 29. p. 7. Corduba lib. 1. q. 43. dubio 3. Jul. Clar. lib. 5. sententiarum, §. fin. q. 6. num. 1. &*
- 9
- 10

21. aliàs enim nec pars contra quam fit inquisitio, nec testis qui super hoc examinatur tenetur respondere veritatem, imò debet eam occultare verbis ambiguis, nisi Reus fit infamatus, aut quasi convictus probationibus, & inditiis, docet *Navar. in d. c. inter verba, Soto d. q. 6. uers. & tertio, Corduba ubi supr. & tetigit plura elegantissimè Regius Senator Georgius de Cabedo 1. parte, decis. 79. per totam.*

Si tamen delictum fuerit notorium, & non appareat quis illum commiserit, poterit judex generaliter inquirere etiam accusatore, five infamia non præcedente, prout resolvit *Cabedo decis. 78. n. 3.*

Deinde notandum est quod specialis inquisitio fieri potest nulla præcedente infamia, ubi agitur per eam ad criminis punitionem, prævia tamen aliqua juris præsumptione adversus inquisitum, quæ loco infamiæ censeferi debet, ut in ea quæ fit contra servos occisi, *l. 1. §. occisorum, ff. ad Silanianum, & contra Nautas, &c. l. quoties cod. de naufragi lib. 11. idemque erit ubi crimen commissum fuerit in præsentia judicis, vel circa judicia docet Bartol. in Extravag. ad reprimendum, uers. inquisitionis, arg. l. nullum, & ibi glo. C. de*

testib. quod etiam procedit in crimine læsæ majestatis humanæ juxta dictam Extravag. & etiam in crimine hæresis, *l. apostatarum, C. de hæreticis*, & jure pontificio multis in locis probatur, ut notat *Salicetus in l. ea, C. accusationibus* quod tamen limitandum est, ut per *Jul. Clar. d. q. 6. n. 7.* & hæresis, vers. habet etiam.

14 Illud tamen advertes ad inquirendum quemlibet testem idoneum reputari secundum *Bald. in l. servos, C. de testib.* resolvit *Botius in tit. de inquisitione, num.*

15 Deinde sciendum est plures esse casus in quibus de jure communi potest judex procedere ad inquisitionem, quos colligere poteris ex *Angelo de maleficiis* in verbo, Hæc est quædam inquisitio, ubi additio à *num. 12. usque ad num. 48.* & ideo poterit judex inquirere in casibus à jure expressis, in non expressis verò minime permittitur inquirere de jure communi, & ita resolvit *Jul. Cl. d. §. fin. q. 5. n. 3.* Sed quid sit de jure communi cessat ex consuetudine præsentis temporis, nam hodie judici permittitur inquisitionem facere de quolibet delicto, *Gandinus de maleficiis* in titul. quomodo cognoscatur de maleficiis per inquisitio-

nem post numerum 6. *Joannes Faber in princ. Inst. de public. jud. Bossius tit. de inquisitione num. 8.* resolvit plures referens *Clar. d. §. fin. q. 4. num. 6. Gom. 3. tom. cap. 1. n. 49.* de jure autem hujus Regni Lusitanæ, & etiam de consuetudine non potest judex inquirere tam generaliter quàm specialiter, nisi de delictis in jure regni expressis juxta Ord. antiquam lib. 1. tit. 44. quæ hodie est Ord. ejusdem lib. tit. 65 §. 2. aliàs inquisitio erit nulla, & judex condemnabitur in expensis, damnis, & interesse ex d. Ord. §. 3. & hoc jure utimur. Est etiam notandum judicem inquirere non posse etiam in casu permissio ex officio suo, nisi aliquid præcedat quod inquisitioni viam aperiat, scilicet vel diffamatio, partis denuntiatio, aliter autem processus erit nullus etiam si delictum fuisset plenè probatum, nam sine accusatore, aut ejus supplente vices aliquis damnari non potest, juxta illud Domini nostri dicentis mulieri: si nemo te accusat mulier, ne ego te condemno, & probatur in *l. rescripto, §. si quis accusatorem, ff. de muneribus, & honoribus*, ibi si quis accusatorem non habet, ab honoribus prohiberi non debet, & ibi notant *Bart. & Alber. l. fin. ff. de in jus vocando cap. 1. de accusationib.*

resolvit Gom. 3. to. cap. 1. num. 49. Bossius in pract. crimin. tit. de accusat. in prin. Jul. Clar. d. §. fin. q. 5. num. 3. doctissimus Soto lib. 5. de justitia, & jur. q. 6. art. 2. concl. 2. & vidi sæpe in facti contingentia: ergo necessaria est fama præcedens vel clamor, vel denuntiatio partis, vel publici officialis ad hoc deputati, ut possit iudex specialiter contra a-

liquem inquirere ex traditis à 17 Doctoribus supr. citatis, vel quod delictum sit notorium, ut si quis occidit hominem, vel aliud delictum publice fecit coram populo, vel maiori parte, vel coram iudice sedente pro tribunali, ut proximè diximus, & resolvit Gomez dict. numer. 49. Cabedo d. decis. 78. num. 3.

C A P. II.

De Denuntiatione.

- | | | |
|---|---|---|
| 1 | P Er viam denuntiationis quomodo procedatur. | Denuntiator an sit testis idoneus? 8 |
| 2 | Quotuplex sit denuntiatio, vide remissivè. | Fiscalis promotor quibus de causis possit denuntiare. 9 |
| 3 | Denuntiationis duas species constituit autor in presenti. | Denuntiator qui sponte denuntiavit ratione calumnie condemnabitur. 10 |
| 4 | Denuntiatio fraternæ qua sit? | Officialis denuntians non est condemnandus in expensis, nisi apparuerit vera calumnia. 11 |
| 5 | Denuntiatio judicialis qua sit? | Talionis pœna qua sit, & an sit in usu? 12 |
| 6 | Denuntiare an possit qui est prohibitus accusare? | Calumniost accusatoris pœna jure hujus regni qualis sit? 13 |
| 7 | Denuntiatio aperit viam ad inquirendum. | |

P Er viam denuntiationis proceditur quoties sit declaratio criminis apud iudicem competentem, per eum cui denuntiandi potestas est, text. in l. ea quidem, C. de accusa-

tionib. cap. licet heli de simonia, l. divus, ff. de custodia reorum, cap. fin. de calumniatoribus, resolvit latissimè Salicetus in d. l. hæc quidem, tradit aliqua Episcopus Symanchas in

Cathol. inst. tit. 19. multa Aegydius Bossius tit. de denuntiatione, Bernard. Diaz in pract. canonica, cap. 6. ubi plura Salzedo; Soto lib. 5. de justit. & jure q. 5. art. 1. col. 4. Jul. Clar. in §. fin. q. 7.

- 2 Et licet plures denuntiationis species constituent scribentes in cap. novit de judiciis, tamen nos materiam denuntiationis ad duas tantum reducemus species,
- 3 quarum una est fraterna, altera
- 4 judicialis. Denuntiationo fraterna est illa, qua quis intendit, ut correptus frater corrigatur, & emendetur, quare illo obtento sine emendationis, non est ulterius progrediendum. Denuntiationo vero judicialis ad hoc dirigitur,
- 5 ut reus puniatur, idque præsertim in bonum publicum, ut quies reipubl. conservetur: unde denuntiationo fraterna est criminis delatio ad Prælatum tanquam ad Patrem correctionis gratia, de qua latissimè, doctissimè, & elegantissimè agit *Soto de regendo secreto q. 5. & lib. 5. de justit. & jure, q. 5. art. 1.*

- 6 *Bartol. autem in l. Divus a num. 7. ff. de custodia reorum tenet prohibitus accusare, nec etiam potest denuntiare. Sed hæc opinio Bartol. manifestè reprobatur ex eo nempe, quorum servus, qui non potest dominum accu-*

sare, potest illum denuntiare, & subditus etiam qui non potest accusare prelatum, potest illum superiori prælato denuntiare ex *Aretino, qui dicit communem in cap. illa, num. 7. de præsumptionib. tradit Soto ubi proximè d. art. 1. & plerunque fit, ut officiales qui constituuntur ad denuntiandum, sint personæ viles, & pauperes, quandoque etiam infames, & tamen admittuntur, & suis denuntiationibus proceditur ad inquisitionem, & ita communiter observatur ex *Angelo de maleficiis in verbo. Nec non ad denuntiationem num. 4. Marianus Socinus in repetitione cap. qualiter, & quando num. 81. de accusationib. Tu autem distingue cum Jul. Clar. d. q. 7. n. 2. quod aut de delicto inquiri non potest, nisi ad instantiam partis, & tunc bene procedit opinio Bartol. aut est delictum in quo iudex procedere potest ex officio, tunc non est admittenda Bartol. opinio. Reipubl. enim interest delicta ad magistratuum notitiam quocunque pervenire ne impunita remaneant.**

Deinde advertendum est denuntiationem judici viam apperire ad inquirendum, ut advertit *Bossius tit. de denuntiat. post num. 2. resolvit Jul. Clar. d. q. 7. num. 1. & 3. nec etiam testimonium*

8 denuntiatoris ex solo quod denuntiavit erit reppellendum *ex solo quod denuntiaverit*, ut docent *Abbas, & Felinus in cap. in omni negotio de testibus. Albertinus in lib. de secreto, num. 177.* Non tamen affirmarem denuntiatorem testem esse omni exceptione maiorem, ut advertit *Jul. Cl. ubi supr. d. n. 3. in fin.*

9 Tenent etiam plures fiscales promotores solum posse denuntiare crimina publica, & notoria, non autem privata, & occulta, & hanc esse communem dicit *Card. Alex. in cap. de accusat. col. 67. vers. quare an maleficia? 2. q. 8. & communem testatur Marianus, Socinus in cap. qualiter, & quando 2. de accusationibus, & hanc opinionem sequuntur Doctores in cap. novit de judiciis, & in l. hac quidem C. de accusationibus. Soto lib. 5. de just. & jure, q. 5. art. 1.* Communis autem stylus contrarium admisit, nempe quod etiam crimina non notoria denuntientur dummodò probari possint, quod sane æquissimum videtur *Bernardo Diaz Episcopo Calagorritano in pract. canon. cap. 6. dummodò id fiat modo, & forma de qua per ipsum in d. loco proxime citato apud quem in materia invenies plura scitu digna.*

10 Denuntiator autem qui non ra-

tione officii, sed sponte denuntiavit ratione calumniæ condemnatur in expensis deficiente probatione. *Salicetus in l. hac quidem, C. de accusat. Bart. in l. 1. §. incidit, ff. ad Turpel. num. 1. Annan. in cap. ultim. num. 10. de calumn. quæritur ex eo quod non probavit videtur calumniasse glo. in l. athletas verbo relegaretur, ff. de testib. cap. calumnia, ubi Abb. de pœnis, communis ex Felin. in cap. 2. col. 3. de calumniat. refert, & sequitur Gratius consil. 92. n. 2. lib. 1. Guido Papa decis. 169. incipit Denuntiator, num. 1. Of-*

ficialis vero qui ratione officii denuntiavit nisi apparuerit de vera calumnia, non erit condemnandus, ut advertit *Clar. d. §. fin. q. 7. n. 12.* Nec sufficit præsumpta calumnia ex eo quod non probavit, & ita stylus observat teste *Bernardo Diaz* ubi supr.

Obiter tamen advertendum est 12 adversus calumniatorem impossitam fuisse à jure Talionis pœnam *ex tex. in l. libellorum, ff. de accusationibus. l. si cui, ff. eod. tit. l. fin. ff. de privatis delictis, l. fin. ff. de furtis, l. qui crimen, C. qui accusare non possunt, l. fin. C. de accusationibus* obligabat enim se accusator ad similitudinem pœnæ, & promittebat de accusatione prosequenda usque ad fin. *Bart. in l. si cui*

in princip. ff. de accusat. num. 2. dicit communem Jul. Clar. plura referens, §. fin. q. 12. num. 15. quæ quidem pœna lege veteri scripta extat Exodi cap. 21. ibi oculum pro oculo, dentem pro dente, & Deuteronomii, 19. cum diligentissime præscrutantes invenerint falsum testem dixisse contra fratrem suum mendacium, reddent ei sicuti fratri suo facere cogitavit. Dicta est autem Talionis pœna à tale, scilicet ut quisque tale patiatur quale alteri contra jus moliebatur ex Aristotele 5. Asthic cap. 5. justum enim erat, ut ille qui per accusationem in periculum quem pi-

am induxit similem pœnam, & ipse ferat: verumtamen hæc talionis pœna de consuetudine generali non servatur, ne aliàs timore similitudinis supplicii nemo auderet accusare, & delicta remaneret impunita Bart. in d. l. si cui, ff. de accusationib. Gom. 3. tom. cap. 11. numer. 3. Bossius in pract. tit. de accusat. numer. 2. Clar. d. q. 12. num. 15. Soto d. lib. 5. q. 5. art. 4. Adde tamen ca-¹³ lumnioso accusatori expressam pœnam impositam fuisse de jure hujus regni in Ord. lib. 5. tit. 118. & plura quidem in materia apud citatos Auctores invenies quæ breviatis causa non refero.

C A P. III.

De Accusatione.

Per viam accusationis quomodo procedatur.

Accusatio ab actione differt.

Ad accusationem quilibet admittitur, nisi reperiat prohibitus.

Accusatio quibus personis non permittatur, remissive.

Accusatorem inhabilem, an judex expellere possit parte non opponente.

Qui repelluntur ab accusatione de jure hujus regni traduntur.

Casus exceptus firmat regulam in contrarium.

Qui aliàs ab accusatione repellitur, si suam, vel suorum injuriam prosequatur, admittendus est.

Vir, & uxor una caro reputantur.

Si plures extranei concurrunt ad accusandum, judex eligere debet magis idoneum.

Si consanguinei plures concurrant ad accusandum proximior admittendus est.

- 12 *Consanguineus proximior si pacem vel transationem fecit cum accusato, precludit viam ulterioribus accusare volentibus.*
- 13 *Et quid de jure Regni?*
- 14 *Accusare non potest Clericus laicum, nec laicus Clericum, nisi suam, vel suorum injuriam prosequatur.*
- 15 *Clericus potest accusare delictum ex quo venit imponenda poena sanguinis premissa protestatione quod ipsa non imponatur a iudice.*
- 16 *Accusatore non existente promotor fiscalis jus habet accusandi, vel*

prosequendi accusationem. Summariam informationem ante omnia iudex recipere debet. Summaria informatio recipitur par- te non citata, & quare. Testes inhabiles admittuntur in sum- maria informatione. Accusatio an requirat nomen Imperatoris, vel Regis, annum, mensem, diem, & locum commissi delicti. Quid si accusator posuit diem, & horam, & non probavit nisi in altera.

- 1 **P**er viam accusationis proceditur quando ad criminis vindictam procedit iudex ordine judiciario, ut cum
- 2 *Bald. tenet Go. 3. to. delictorum c. 1. n. 30. ubi accusationem differre ab actione ostendit, quæ competit parti in civilibus, ex contractu, & obligatione, & similiter differt. ab officio iudicis nobili quia illud residet in iudice mediante quo potest ex officio per inquisitionem procedere, & quæ jam sunt definita executioni mandare, ut bene advertit Gom. sup. De jure autem quilibet admittitur ad accusandum,*
- 3 *nisi reperiatur prohibitus per tex. in l. qui accusare, ff. de accusationibus, ubi Barto. & communis. Sunt autem plures personæ quæ reppelluntur ab accusat.*

quas posuit Speculator in tit. de accusatore, & est text. in l. qui accusare cum aliis sequent. ff. de accusat. cap. prohibentur 2. q. 1. Hostiensis in Summa tit. de accusat. Gandin. in tract. maleficiorum in 2. q. Angel. de maleff. verb. Nec non ad quærelam 4. col. vers. quæro, ubi enumerat viginti personas; Adest lex Castell. 2. tit. 11. p. 7. & an valeat iudicium non opposita exceptione, & an parte non opponente iudex possit expellere accusatorem inhabilem vide quos cogerit Gom. d. cap. 1. num. 30. in hoc autem regno solum excipitur ab accusatione inimicus, ut constat ex Ord. lib. 5. tit. 42. in princ. ibi, cada hum do povo pôde querelar, salvo se for inimigo, porque em tal caso lhe não será recebido

7 *bid i querela*, quæ hodie est Ord. lib. 5. tit. 117. unde alias personas de jure communi prohibitas puto in hoc regno ad accusationem admittendas esse: casus enim exceptus firmat regulam in contrarium per *text. in l. cum preator, ff. de judiciis, l. qui accusare, ff. de accusatio.* & etiam inimicus si sit publicus officialis poterit accusare, vel etiam si non sit publicus officialis in casibus ibi exceptis, veluti *treysão, aposthafia, crime da moeda falsa, ou que falso final del-Rey, ou sez escritura falsa, ou que deu testemunho falso non embargante que seu inimigo seja.*

8 Qui tamen aliàs non admittitur ad accusandum si tamen suorum injuriam prosequatur, admittendus est *l. hi tamen omnes, ff. de accusation. l. si crimen l. non ignorat, l. non prohibetur, C. qui accusare non possunt.* Licet autem jure communi controversum sit, qui dicantur suam, vel suorum injuriam prosequi, constat ex late congestis à *Menesio in l. transigere, n. 55. C. de transactio-nibus, & à Gom. d. cap. 1. n. 31.* jure tamen nostri regni Lusitani id decisum est in Ord. lib. 5. tit. 1. §. 3. quæ hodie est Ord. lib. 5. tit. 24. §. 9. cui similis est *Castelana l. 2. & 26. tit. 1. P. 7.* ubi cognati usque ad quartum gradum

dicuntur suam, vel suorum injuriam prosequi, quæ sententia jure communi confirmari potest per *text. in l. petitionem vers. egredientem, C. de advocatis diversorum judic. ubi advocatus fisci qui extraneis patrocinium præstare non potest, consanguineis usque ad quartum gradum potest.*

Deinde cum vir, & uxor una 9 caro reputentur cap. gaudemus, §. quæritur verò de divortiiis alter ad accusationem mortis alterius non solum admitti debet, ut in *l. uxor. l. Senatus Conf. C. qui accusare non possunt:* verum etiam omnibus aliis cognatis, & filiis propriis in accusatione sunt præferendi, ut terminis docet *Gom. d. cap. 1. n. 32.* quem refert, & sequitur *Menes. ubi sup. num. 57.* pro quibus ego confidero *l. 14. tit. 8. p. 7.* junctis illis verbis, *deve ser cabida accusacion del mas cercano pariente,* idque ipsum in sponsa admittit *Boerius decis. 237.* & postquam descendentes admittantur, veniunt ascendentes usque ad quartum gradum, ut declarat *Menes. in d. l. transigere, n. 51.*

Si tamen plures concurrant ad 10 accusandum siquidem sint extranei judex magis idoneum eligere debet, *l. si plures, ff. de accusatio.* & sic consanguinei proximior præferitur, *l. 2. §. simul, ff.*

ad

ad l. Jul. de adulteriis ; si verò in eodem gradu sint , omnes admittuntur , l. 3. §. si ad plures , ff. de sepulchro violato tradit Go. ubi sup. numer. 36. Si tamen proximior nollit accusare , sequens admittitur , sed si proximior cui competit jus accusandi pacem , seu transactionem fecerit cum
 12 accusato percludit viam ulterioribus accusare volentibus , ut docet Boerius decis. 120. n. 7. Vitalp. in l. 22. tit. 1. p. 7. in 2. p. §. 25. num. 4. insignis Covar. lib. 2. variarum , cap. 10. num. 1. quos sequitur D. Antonius Menez. ubi sup. num. 52. qui etiam n. 51. resolvit aliud observandum esse quando transactio facta est cum extraneo accusante publicum delictum , hæc enim inter solos consanguineos effectum operatur , nam transactio facta cum extraneo viam non præcludit aliis accusare volentibus ut in l. qui casu , §. qui vacantem , ff. ad l. Jul. de vi. de jure tamen nostri regni Lusitanix aliter id decisum est , nam cognati admittuntur scilicet ad accusandum mortem consanguinei sui usque ad quartum gradum , nec proximior consanguineus cæteris accusare volentibus viam præcludit si transactionem fecit , imò post latam sententiam , si unus ex consanguineis usque ad quar-

tum gradum qui non fuit citatus veniat ad accusandum admittendus est ex aperta Ord. lib. 5. tit. 1. §. 3. incipit , E mandamos , ibi , poderão despois accusalo , posto que já fosse livre por sentença , quæ hodie est Ord. lib. 5. tit. 124. §. 9. quare licet accusatus solum tene- 13
 atur citare consanguineos primi gradus , & in defectu eorum consanguineos secundi gradus , ut constat ex novo ordine judicii condito à serenissimo Sebastiano clim Portugalix Rege in §. nos casos crimes. & hodie habetur in d. Ord. lib. 5. tit. 124. §. 9. bona cautella erit si faciat accusatus citare consanguineos usque ad quartum gradum , ne forte post sententiam ex permissione dictæ Ord. alius ad accusandum accedat.

His adde clericum à laico ac- 14
 cusari non posse cap. nullus , cap. laico 2. q. 7. Sed nec clericus potest laicum accusare , cap. sacerdotem , eadem causa , & q. nisi suam , vel suorum injuriam prosequatur , & pœna sanguinis ex delicto non sit impendenda cap. cum sit generale de foro comp. Sed , & si pœna sanguinis impendenda sit permittenda est ejus 15
 accusatio cum protestatione quod ad sanguinis pœnam non procedatur , qua non obstante iudex ordinariam pœnam delicti irrogare

gare potest, nec ex hoc clericus manet irregularis *cap. 2. de homicidio in 6. cap. cum P. Manconella de accusationibus, ubi Abb. n. 8.*

16 Deinde advertere debes quod si nullus sit qui vellit accusare, vel accusans pacem faciat, tunc promotor fiscalis jus habet accusandi, vel prosequendi accusationem propositam, ut bene declarat noster *Antonius Correa in fragmentis ad lib. 5. Ord. tit. 1. verbo, citada, numer. 4. & 5. & qualiter se gerere debeat fiscalis explicat Symanchas in Cathol. instit. tit. 53.*

17 Illud etiam observabis quod qualitercunque in causa procedendum sit, iudex ante omnia summariam informationem recipere debet, ante enim quam cōstet delictum esse commissum iudex in eo procedere non potest, *l. 1. §. item l. necessarios, §. 1. ff. ad Silanianum, l. indeneratius §. fin. ff. ad l. Aquiliam, l. 1. §. si quis ultro, ff. de questionib. l. 1. C. ubi causæ fiscales declarant latè Hipol. in pract. crimin. in princ. Casaneus in consuetudi. Brugund. rubric. 2. verbo Archidiaconus, §. 3. numer. 4. Bosfus in practica crim. tit. de delicto numer. 1. latissimè Jul. Clar. lib. 5. §. fin. q. 4. praxim autem huius rei optime ponit Gom. 3. tom.*

cap. 9. n. 1. & 2. qua in re illud advertes ad summariam istam informationem partem citari non 18 debere propter timorem fugæ, quoniam aliàs non sequeretur captura, ut probat text. in l. nullus, C. de exhib. reis in l. 1. & per totum C. & ff. de custodia reorum, docet aperta Ord. huius regni lib. 5. tit. 42. quæ hodie est tit. 17. §. E quanto aos outros crimes, ibi sem a parte sex para elle citada, probat lex 1. tit. 29. p. 7. ubi doctissimè explicat Gregorius glo. 1. Bernard. Diaz in pract. canon cap. 112. ubi plura congerit.

Nec enim in hac informatione ordo judicialis observandus est, quinimo testes consanguinei, & quantumcunque inhabiles admittuntur, ut tale probat *Lusitanus Correa in fragmentis ad lib. 5. in prin. numer. 27. qui numer. 3. recte ostendit quod si flagranti crimine quis deprehendatur potest ante informationem istam capi, idem resolvunt omnes communiter, teste Claro d. §. fin. q. 8. convenit Ord. libro 1. tit. 75.*

Nec ab isto loco alienum mihi 20 videtur quod *S. Conf. dixit in l. libellor. ff. de accusationib. nempe in accusatiode requiri nomen Imperatoris, vel Regis, & etiam nomen accusatoris, & accusati an-*

annum, mensem, diem, & locum commissi delicti, & ibi communitur Doctores, ut docet Gomez 3. tom. cap. 11. num. 1. Bossius in tit. de accusat. num. 2. & ante eos Gandinus in tit. qualiter fiat accusatio, col. 2. Jul. Clar. q. 12. numer. 8. ubi afferit de consuetudine non opponi nomen Imperatoris vel Regis, horam autem vel diem accusatorem non teneri declarare, nisi quando factum, vel delictum certo tempore, die, vel hora sit punibile, arg. text. in l. non solum, §. sed ut probari, ff. de operis novi nuntiatione.

21 Dubium tamen est, an ad instantiam, & requisitionem ipsius rei accusati, teneatur accusator ponere diem, & horam commissi delicti, & videtur accusatorem compellendum fore, ut melius possit reus se defendere probando negativam coarctatam, vel aliam legitimam defensionem ex

text. in l. cum materia in princ. & in §. editionis, ff. de edendo, & ad hoc notat, & commendat ibi glo. & hanc sententiam defendit Bart. in l. is qui reus, ff. de publ. jud. n. 10. & in l. lebell. ff. de accusat. num. 12. & in l. 2. §. si quis ephesi, ff. de eo quod certo loco, ubi Angel. & Bal. tenent plures quos refert Gom. d. cap. 11. n. 5. qui contrariam sequitur sententiam plures referens; nos tamen sequi tenemus Accursii, & Bart. opinionem communem juxta Ord. lib. 3. tit. 64. quæ sane opinio contrariam vincit, ratione, & æquitate, nam defensionem rei maxime juvat, contrariam vero ipsam denegat, prout sentit Clar. d. q. 12. n. 13. & ita in hanc opinionem inclinavit Ord. hujus Regni lib. 5. tit. 124. ibi, *Que matou a outro na Cidade de Lisboa na rua nova em hum dia de Pascoa ás dez horas do dia.*

C A P. IV.

De carcere, & captura reorum.

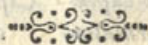
1 **A**D capturam quando iudex procedere possit.
2 Si reus sit suspectus de fuga potest iudex procedere ad capturam absque summaria informatione.

In crimine hæresis ad capturam non devenitur, nisi ex sufficienti informatione.

Captura fieri non potest, nisi mandato iudicis.

Man-

- 5 *Mandatum iudicis de captura inscriptis redigi debet.*
- 6 *Mandatum iudicis de captura testibus probari non potest.*
- 7 *In flagranti delicto potest quis capi absque iudicis mandato.*
- 8 *Judex laicus potest in flagranti crimine capere clericum delinquentem.*
- 9 *Judici exhibendus est captus intra 24. horas, alias qui eum detinet, incurrit poenam privati carceris.*
- 10 *Officialis non potest captum carcere inclusum relaxare sine mandato iudicis.*
- 11 *Judex non potest capere delinquentem in alieno territorio.*
- 12 *Reus existens in alieno territorio per literas requisitorias capiendus est.*
- 13 *Litera requisitoria quid operentur.*
- 14 *Si iudex è suo territorio reum prosequatur potest ipsum in alieno territorio capere.*
- 15 *Ubi finis habet necessariam causam cum principio, attenditur principium.*
- 16 *Si iudex capit delinquentem in alieno territorio in prosecutione fugae, tenetur illum deducere, & presentare iudici illius territorii.*
- 17 *Annotatio bonorum fieri debet capto reo, si confiscatio speretur,*
- & quid de jure regni?*
- Privatio non licet quempiam in carcerem injicere.*
- Carcer ab imperio, & jurisdictione iudicis pendet.*
- Carcerem privatum habenti imponitur poena mortis.*
- Quis dicatur habere carcerem privatum ostenditur.*
- L. qui in carcerem, ff de eo quod metus causa declaratur.*
- Captus, & incarceratus an possit contrahere?*
- Captus injustè an possit pro alio delicto retineri?*
- Captura injusta effectus plures, vide de remissivè.*
- Carcer qualis esse debeat?*
- Carcer, & vincula assignatur attendita qualitate persone.*
- Carcer mulierum à viris separari debet.*
- Socii criminis separandi sunt praesertim ante confessionem.*
- A. captura injusta potest reus appellare, vel à vinculis durioribus.*
- Carcer regulariter ad custodiam assignatur.*
- Carcer de jure canonico an imponatur pro poena?*
- Carcer appellatur poena.*
- Carceris tempus an minuat delicti poenam?*
- De incarceratis, & eorum fuga, vide de plura remissivè.*



AD capturam delinquentis procedere potest iudex cum primum ex summaria informatione præsumptio, vel inditium criminis, resolutaverit. per *tex in l. 1. in prin. ff. de questionib. & in l. penul. ubi. glo. C. eodem notant scribentes in clem. 1. de homicidio, & jure regni idem decisum est in nova reformatione justitiæ in §. E porque de se prender, & hodie habetur in Ord. lib. 5. tit. 117. §. 12. De carcere autem, & captura plura congetssit præter ordinarios *Symanchas in catholicis institutionibus, c. 16. Hipol. in l. 1. ff. de questionibus, & in pract. crimin. §. constante per totum, Gom. tomo. 3. cap. 9. Bossius in pract. crimin. cap. 2. Jul. Clar. lib. 5. sententiarum, §. fin. q. 46. noster Antonius Correa Lusitan. ad lib. 5. Ord. tit. 1. verbo, prezo, Thomas Cerdan. in libel. qui inscribitur, visita de carcere. potest tamen iudex ad capturam procedere absque sumaria informatione si reus sit suspectus de fuga, ut quia cõponeret sarcinulas, vel se aliter præparabat ad fugam, & sic erat periculum in mora ex traditis ab *Hypol. in §. constante à n. 56. usque ad n. 78. ubi plura in propositum adducit; sed quia ex crimine hæresis gravissima oritur***

infamia, non ex quibuscunque 3
indicijs sed ex sufficienti informatione, & præhabita deliberatione capiendus quis est, prout adverit *Symanch. d. cap. 17. num. 1. & 2. quem vide.*

Illud tamen adnotabis captu- 4
ram fieri non posse, nisi mandato iudicis etiamsi publicus officialis sit qui capere velit, *l. fin. C. de exhibendis reis cap. 1. de judicijs, Lusitana Ord. lib. 1. tit. 56. §. 10. quæ hodie est Ord. ejusdem libri, tit. 75. §. 10. incipit, E prenderà, ibi, Eprendera por seu mandado, & doutra guisa naõ, cui similis est Ord. lib. 5. tit. 42. in antiquis §. & bem assi mandamos, quæ hodie est Ord. ejusdem lib. tit. 117. & de jure Regni Hispaniæ adest l. 2. tit. 29. p. 7. ibi, Sin mandado del Rey, o delos q̄ jusgan por el, idem que disponit lex 5. tit. 23. lib. 4. novæ recupilationis legum Castellæ; declarant copiose *Gom. & Correa ubi supra; quinimò, & in scriptis redigidebet tale mandatum, arg. l. neminem, C. de exactoribus tributorum lib. 10. notat *Jas. in l. cum proponas, n. 7. C. de pactis. Maran. in pract. 7. p. n. 61. Egidius Bossius in tit. de citatione, n. 2. Bald. in cap. cum parati. n. 8. de appell. qui addit tale mandatum testibus probari non posse, qui est casus notabilis***

lis ad limitationem *l. in exercendis*, *C. de fide instrument.* & ad ampliacionem glo. in *cap. 1. §. quanque verbo in scriptis*, de sensibus in 6. idque expressum est de jure hujus regni Lusitaniæ in Ord. lib. 1. tit. 56. §. 11. in antiquis, & hodie in *tit. 75. §. 11. ibi, Eo mandado do julgador, & ib. po rque despois negando o juiz que o não mandou prender, não será recebido ao alcaide prova de testemunhas.* Si tamen in flagranti crimine quis deprehendatur, potest capi sine mandato, ut in *d. Ord. §. 10. ibi, salvo achando algum em flagrante maleficio*, & tunc etiam potest capi per quemlibet officialem non habentem jurisdictionem ad capiendum. *arg. l. si quid, ff. de officio pro consulis, & in autent. de defensoribus civitatum, §. audiens*, collatione 3. quorum jurium *arg. recte docent Bart. in l. si quis in servitute, 2. col. ff. de furtis, Bal. in autent. Si qua per calumniam, col. 4. C. de Episcopis, & clericis*, etiam laicum judicem posse clericum capere ad hoc ut eum tradat suo judici, si in flagranti crimine ipsum deprehendat, & est communis sententia secundum *Gom. ubi sup. num. 3. quam late exornat Bossius tit. 2. n. 38. Ord. Lusitana lib. 2. tit. 1. §. E as nossas justicas*, Sed, & ipsi parti

hoc licet, ut in *l. interdum a 2. §. qui furem, ff. de furtis, l. cap. 5. ff. de adulteriis sed, & privato cuilibet hoc permittitur*, ut notat *Bald. per tex. ibi, in l. nec timorem, ff. de eo quod metus causa.* Advertes tamen capientem debere exhibere delinquentem judici intra 20. horas, alias incurrit pœnam privati carceris *d. l. cap. 5. de jure hujus regni intra 24. horas*, si minus vero delinquentem retineat puniendus est extraordinariè arbitrio judicis ex *Ordin. lib. 5. tit. 68. §. 1. ibi, por vinte, & quatro horas, & ibi, retendo o menos, & c.* quæ hodie est *Ord. ejusdem lib. tit. 95. §. 1.*

Sic etiam e converso officialis captum inclusum carcere, relaxare non potest sine judicis mandato ut communis docet, & praxis observat teste *Correa, ubi supr. n. 73. Damanderio in praxi cap. 15. num. 12. per text in l. milites, ff. de custodia reorum, l. commentariensem, C. eodem, l. fin. ff. de officio procuratoris Cesaris, l. quoties, C. de exact. trib. lib. 10. l. neque ubi notant Bart. & Horotius, num. 2. ff. de in jus vocando, Ord. lib. 1. d. tit. 75. in §. 15. incipit item o Alcaide não solte preso.* Ulterius sciendum est judicem non posse capere delinquentem in alieno I I
terri.

territorio ut notat glo. per *tex.* *ibi in l. quis sit fugitivus, §. idem Cælius, ff. de adilitio edito, & ad idem allegatur, l. sicut §. aristo. ff. si servitus vendicetur, quæ tamen jura nihil probant; imò in diversa loquuntur specie. Quare ad rem magis cõducit l. à Divo Pio, §. sententiam Rome, ff. de re judicata, & in leg. fin. ff. de jurisdictione omnium judicum secundum Goveani interpretationem ibi, & expressius id probat *tex.* in authentico, ut nulli judicum, §. si vero quis comprehensorum collatione, 9. & in cap. ex parte de verborum significatione, & cum *Bart. q. 9.* in suis quæstionibus, tradit *Gom. d. cap. 9. n. 4.* idem *Bart. in l. cui, §. cum sacrilegium. num. 4. ff. de accusa. & in l. 1. §. presides, n. 3. ff. de requirendis reis. Paris de Puteo in tract. fundicatus verbo captura cap. 4. num. 1. Boss. in pract. crim. cap. de citatione num. 29. resolvunt plures quos refert, & sequitur *Correa. ubi supr. n. 8.***

12. Qua propter si quis in uno locodelictum commisit, & in alio moretur ad literas requisitorias judicis in cujus territorio delictum commisit, capiendus est per judicem alterius territorii, ut in *l. solent ff. de custodia reorum, & in d. autent. ut nulli judicum.*

§. si vero, & hoc jure utimur. Et hanc practicam usque adeo procedere docent *Abb. in cap. fin. num. 16. de foro compet. Calder. in cap. 1. de raptoribus, insignis Covur. in cap. 11. num. 5. pract.* ut quanvis judex territorii in quo delinquens degit nullã habeat in reo jurisdictionem, possit virtute harum literarum 13 illum capere, vel alium actum jurisdictionis in eo exercere: de quibus literis requisit. plura scribit *Correa, ubi supr. n. 50.*

Adde tamen quod si judex reum è suo territorio usque in alienum 14 prosequatur, proterit eum ibi capere, ut docet *Bart. in d. §. idem Cælius, & probat Angel. in d. l. nemo carcerem, C. de exact. trib. lib. 10. Forler. in prac. crim. in p. notatos capiat n. 3. quem sequitur *Correa ubi supr. num. 96. & dicit communem Gom. ubi supr. num. 5. confirmans ex regula text. in l. quod ait lex, §. fin. ff. ad l. Jul. de adult. qua cavetur quod ubi finis habet necessariam causam. cum principio attenditur principium, & quanvis contrarium teneat *Gom. fir-* 15 mans ita practicari. Ego tamen primam opinionem admitterem si judex qui reum capit ex alieno territorio non abducat delinquentem, sed adjudicem illius territorii illum deducat. ut cum 16**

- ipſius licentia eum extrahat, ut præter alios, quos ipſi referunt tradit *Damaud. ubi ſupr. & Petr. Rebuſus in comm. ad l. Galicæ tract. de literis requiſitoriis glo. 3. num. 3.*
- 17 His adde quod capto, & incarcerato reo talis cauſa fit, ex qua omnium bonorum vel partis eorum conſiſcatio ſperetur factò inventario ea bona penes tertium ſunt ſequeſtranda, *arg. l. ſin. ff. de requir. reis, l. 1. C. eodem declarat Gom. aſſerens ita præticari d. cap. 9. num. 2. in ſin. Quid autem de jure hujus regni obſervandum fit, vide in Ord. lib. 5. tit. 127. §. 11. & tit. 128. per totum. Denique reus captus in carcerem cõjicendus eſt per judicem, vel publicũ officialem de mandato ipſius, privato enim hoc non licet, quia*
- 18 carcer ab imperio, & jurisdictione judicis, non à privatorum Hominum licentia pendet, *l. nemo carcerem, C. de exact. trib. lib. 10. l. 1. C. de privatis carc. ubi pœna mortis imponitur habenti carcerem privatam, quam legem cum Bald. & aliis temperat Gregorius in l. ſin. tit. 29. p. 7. ut non procedat in eo qui unũ*
- 20 hominem caſu detinet incarceratum, ſed in eo qui habet locũ carceri deputatum ad detinendos ibi quoscuque homines. Aliis etiam modis limitat *Thom. Cerd. 21 in d. libel. cap. 4. num. 15. de quo carceris genere intelligendus eſt text. in l. qui in carcerem, ff. de eo quod metus cauſa, ut cum Jacobo de Aren. intellexit ibi Bald. 22 & in l. qui neque, §. ult. ff. de verb. ſignif. & eſt communis intellectus illius tex. ſecundum Vitalem in trac. clauſu. in clauſula incipiente, metus carceris; & præter eos id docet *Bart. in l. qui a latronib. ff. de reſtam. quæ reſolutio in ſe veriſſima eſt, & approbata de jure hujus regni ab Ord. lib. 4. tit. 49. in antiquis in principio. ibi, Epſto em carcere privado nam ſepodera obrigar 23 à quelle que o aſſi prendeo ou mandou prender, quæ hodie eſt Ord. ejusdem libri, tit. 75. tex. tamen in l. qui in carcerem apertius intelligitur de carcere publico conſtituto ab habete jurisdictionem: ideo autem imprecatur promiſſio vel conſeſſio in eo facta quia loquitur (ubi quis in carcerem detruſus eſt) injuſtè ad illum actum celebrandum, ut interpretatur *Abb. in cap. accedens de procur. inſignis Covar. de ſponſal. 2. p. cap. 3. §. 4. num. 15. Soto in 4. diſt. 29. q. 3. art. 1. idque ſuadet Ordin. ſupr. d. ibi, Eſendo preſo por autoridade de juſtiça em cadea ou Caſtello, ſe elle quizer fazer obrigaçãõ, ou algum***

contracto àquelle a cujo requeri-
 mento foy prezo, o tal contracto, ou
 obrigação não valerá contra alguma:
 salvo sendo ahí presente o juiz que
 o mandou prender, ou de seu feito
 conhecer, o qual se informar.á de sua
 prizão quanto bem poder, se foy
 prezo justamente & se com rezão
 quer fazer o dito contracto, & assi
 lhe dê pera elle sua autoridade, ou
 non supr. citati verò auctores a-
 pertè resolvunt extra hūc casum
 contractum celebratum ab eo qui
 ob aliam causam captus est va-
 lere, quanvis vulgus contrarium
 putet, & comprobat Ord. nostra
 24 d. tit. 79. §. fin. Quando autem
 quis dicatur injuste captus resol-
 vit Bald. conf. 157. Paul. conf.
 39. Ludov. Rom. conf. 320.
 quos refert, & sequitur Bossius
 tit. de carcere num. 18. Alius etiam
 effectus injustæ capturæ est, ut
 captus injustè, non possit pro al-
 25 lio delicto retineri Bart. & do-
 ctiores in l. sed exhibendi, §. 1.
 ff. ne quis &c. Sequuntur etiam
 alii effectus ex injusta captura,
 quos congerit Bald. in l. plerique
 ff. de in jus vocando Hipol. in l.
 1. ff. de questionibus, Boss. tit.
 de captura, n. 8. & 9.

26 Qualis autem debeat esse car-
 cer explicat copiosè, & eleganter
 Menoch. lib. 2. de arbi. centur.
 4. casu 305. qui totam istam ma-
 teriam judicis arbitrio commit-

tit. Idem resolvit Thom. Cerdan-
 in d. libel. cap. 5. Tu tamen ad-
 27 verte attenta qualite delicti, &
 personæ captæ carcerem assigna-
 ri, & vincula injici debere justa
 text. in l. 1. ff. de custodia reo-
 rum, l. fin. ff. de accusat. l. aut dā-
 num, §. solent, ff. de penis.
 De jure autem hujus Regni Lu-
 sitaniæ videnda est Ord. lib. 5.
 tit. 67. quæ hodie est Ordin. e-
 jusdem libr. tit. 120. Sed illud in 28
 jure expressum est, ut feminæ se-
 parato carcere á viris custodian-
 tur, l. quoniam, C. de custodia
 reorum; & qua pæna puniri de-
 beat qui mulierem incarceratam
 carnaliter cognovit explicat la-
 tissimè Menochius casu 292. &
 de jure hujus Regni Portugallie
 vide Ordinat. lib. 1. tit. 35. §. 4.

Sed, & socii criminis maxi-
 me ante confessionem separandi
 sunt, l. si quis cod. ad l. Jul. de
 adult. circa quæ illud notabis,
 quod si judex præter juris formã
 in casibus in quibus ea expressa
 est, vel ultra quod bonum expos-
 cit arbitrium, ubi nil expressum
 est, reum vinculis coerceat, po-
 terit appellare, ab injusta enim
 captura, vel à carcere, & vincu-
 lis durioribus quàm exposcit de-
 licti, & personæ qualitis appel-
 latio permilla est, ut docet Bald.
 in l. 2. C. episc. aud. quest. 2. & in
 l. 1. in fin. C. sententiam rescin-

- di non posse *Paul. in l. eum qui, §. in popularib. col. fin. ff. de iurjur.*; & alii quos refert *Gom. d. cap. 9. num. 10.* quoniam carcer regulariter ad custodiã assignatur non ad delicti pœnam in *d. §. solent, & in l. mandatis, ff. de pœnis, & in l. incredibile, C. eodem, & in l. 1. C. de custodia reorum, quamvis de jure canonico soleat pro pœna imponi, ut in cap. novimus, de verb. sign.*
- 31 in cap. quanvis de pœnis in 6. *Thom. Cerd. d. cap. 4. num. 7. Simanch. in catholicis inst. cap. 16. num. 15.* Sed quoniam carcer mala mansio est, ut in *l. 2. C. de libero homine exhib. l. si quis ad declinandam, §. si quis enim, C. de Epif. aud. notat Bart. in l. alia, §. eleganter, ff. soluto matrim. Boss. in tit. de carcere num. 1.*
- & carcerem pœnã vocat *Ulpianus in d. l. Divus, ff. de custodia reorum, ibi, quanvis hanc carceris pœnam, licet Glo. ibi exponat, & non bene, id est custodiã, quam expositionem convincit apertè l. si quis in ea culpa, C. eodem.* Unde solent iudices reum qui longo tempore tedio carceris, & vinculorum fuit affectus, vel absolvere si pœna quam in carcere passus est æqualis sit delicto, vel propter hoc quam imposituri erant, detrahere. Plura alia de incarceratis, & de ipsorum fuga, de ipsis relaxãdis sub fidei-
33
34
35
jussoribus, vide *P. Boss. in tit. de incarceratis, Menoch. lib. 2. de arb. cent. 4. casu 301. cum quinque sequentib. Soarez tract. de fideijussore insig. Covas. lib. 1. variarum cap. 27. n. 12. & 13.*

CAP. V.

De Immunitate Ecclesiarum.

- 1 **I**mmunitatis Ecclesiarum materiam qui latè eam tractaverint, traditur. Immunitate an gaudeat confugiens ad sacerdotem portantem Eucharistiam? 4
- 2 Immunitate an gaudeat Ecclesia nondum consecrata? Infidelis an gaudeat immunitate? 5
Excommunicatus an gaudeat immunitate? 6
- 3 Hospitalibus auctoritate episcopi constructis, an concedatur immunitas? Famosus latro an gaudeat immunitate? & quis dicatur? 7

- 8 Delinquens deliberatè, aut incendio-
se, an gaudeat immunitate? *Ecclesiam delictum commisit?*
Immunitate an gaudeat ille qui 12
9 Immunitate an gaudeat raptor vir-
ginis? *dum extraheretur ab Ecclesia*
illicite aliquem vulneravit?
10 Delinquens in Ecclesia, an gaudeat *Defendens se justè non delinquit.* 13
Immunitate? *Immunitate an gaudeat captus si* 14
11 Immunitate an gaudeat qui justa *ducatur per Ecclesiam.*

I **M**ateriam istam de im-
munitate Ecclesiarum præter Doctores ordi-
narios in cap. penult. & fin. &
in toto tit. de immunitate Eccle-
siarum, & in cap. minor, cap.
reum, cap. constituit, cap. desi-
nivit. 14. quest. 6. Elegantissimè
materiam tractavit viromniævo
memorandus Didacus Covas lib.
2. variarum capit. 20. Antoni-
us Gom. 3. tomo, capit. 10. Di-
dacus Piz ad l. 1. 4. & 6. tit. 2. lib.
1. ordinamenti Regalis Hisp.
Remig. in integro tract. de im-
munitate Ecclesiarum, Jul. Clar.
lib. 5. sententiarum, §. fin. q. 30.
Avendanh. de exequendis mand.
Reg. Hisp. 1. p. cap. 22. num. 9.
& quam plures casus invenies
decisos auct. Senatus Lusit. per
insignem Gam. decis. 179. num. 1.
& 2. & decis. 52. num. 1. & decis.
171. num. 1. & dec. 141. & liqui-
dem omnia fere quæ in hac ma-
teria desiderari possunt latè tra-
duntur à supr. citatis authoribus
illa hic recensere non curabimus.
Aliqua tamen adnotabimus quæ

ad meliorem intelligentiam nos-
træ Ord. hujus Regni Portug-
mihi visa sunt necessaria.

Ad Ord. lib. 2. tit. 4. in princ. 2
ibi, ainda que nam seja consagrada
com tanto que seja edificada por au-
thoridade do Padre Sancto ou do
Prelado. cui similis est hodie
Ord. ejusdem lib. 2. tit. 5. Do-
cet Ord. ista Ecclesiam auctori-
tate Pötificis, vel Episcopi con-
structam gaudere immunitate, li-
cet consecrata non sit, nec in ea
adhuc divina officia fuerint ce-
lebrata, docent. Guil. & Immola,
& alii in clem. 1. de immunitate
Eccl. Joanes Andreas, Cardi-
nalis & Henrricus in cap. Eccle-
sia de immunitate Eccl. Sylvester
verbo immunitas 1. quest. 1. re-
solvit Cov. dicto cap. 20. num.
4. qui asserit hac in re magni
momenti esse consuetudinem.
Ecclesia autem non consecrata,
in qua tamen divina officia cele-
brantur gaudet hoc privilegio,
ut probat aperte text. in capit.
Ecclesia de immun. Eccl. resol-
vit Remig. quem refert, & sequi-
tur

tur *Clar. d. cap. 30. num. 4.* eadē etiam immunitate gaudet Ecclesia interdicta, & etiam destructa, si subest spes reedificationis, pro ut resoluit *Clar. n. 5. & 6.*

3 Sed, & hospitalibus auctori-
tate Episcopi constructis hoc idē concedi docent *Archidiacon. in d. cap. definit, 17. quest. 4. Felin. in cap. de quarta col. 3.* de præscriptionibus, resoluit *Covas* ubi *supr. num. 4. inducens text. in l. omnia, C. de Episcopis, & cleric. & cum Panorm. resoluit consuetudini standum esse, ubi de palacio Episcopi disputat, an gaudeat immunitate.*

4 Sed, & si delinquens confu-
giat ad sacerdotem Eucaristiam manibus portantem immunitate gaudere debet, ut tradit *Boss. ubi supr. num. 29. Gom. ubi supr. n. 1.* dicit communem *Covas* ubi *supr. num. 6. qui in vers. 8. prosequitur crimina ob quæ reus immunitate non gaudet. Peres in leg. 6. tit. 2. lib. 1. nov. Ord.*

5 Ad dictam *Ord. libr. 2. titul. 5. §. 1. ibi, & se algum juden ou Mourro, ou qualquer outro infiel, &c.* Idem docet glo. in l. 1. C. de his qui ad Ecclesias contugunt *per text. ibi glo. in anten. de mād. princip. §. publicorum. Abb. in d. cap. inter alia num. 6. Boerius decis. 11. tenent plures quos refert Covas. ubi supr. num. 11. qui*

hanc opinionem amplectendam cēsent, licet cōtraria glo. opinio *d. cap. inter alia, & sequacium frequentiori doctorum calculo recepta videatur, & cum Cov. tenent Jul. Clar. d. q. 30. num. 17. Excōmunicatus verò gaudet hoc privilegio immunitatis ex Hostiensis in Summa tit. de immunit. Eccl. Boeri. decis. 110. Cov. d. num. 11. & Jul. Clar. ubi proxime num. 18. Si tamen infidelis convertatur ad fidem gaudet Ecclesiæ immunitate, ut declarat *Ord. supr. dict. ibi, salvo se elle sequizer logo tornar Christão, & desfeito fortornado à sancta Fc de nosso Senhor Jesu Christo, antes que parta da Igreja, &c.**

Ad dictam *Ord. §. 2. ibi, item o que cometeo maleficio na Igreja,* docet *Ord.* ista committentem crimen in Ecclesia non gaudere privilegio immunitatis, cui convenit *text. in auten. ut licet matri, & Avia, §. quaritur verò collatione 8. cap. fin. de immunit. Eccl. docet Covas. ubi supr. num. 15. & Gom. num. 2.* Quod sane de jure hujus Regni intelligendum est de illo, qui crimen cōmisit spe, & fiducia consequendæ immunitatis, ut suadent verba dictæ *Ord. ibi, avendo antes deliberrado, firmat etiam Gom. ubi supr. idem esse in eo, qui exit ab Eccl. delictum commissurum. Sed, &*

fi juxta Ecclesiam delictum quis comiserit, ita vt probabile sit eum spe Ecclesiasticæ immunitatis deliquisse idem dicendum est, ut cum multis resolvit *Cov. d. num. 15. vers. 26.* Ego tamen addo quod si quis cum ab Ecclesia illicitè extrahi vult, aliquem vulneret se defendens, gaudet adhuc immunitate quia cessat ratio *d. cap. fin.* quia non videtur deliquisse, cum ei permessa sit defensio. *l. ut vim, ff. de just. & jur. juncta l. Gracus, C. ad l. Jul. de adult.*

Diversum sane est si quis à judice ducatur per Ecclesiam, vel locum alium gaudentem immunitate. Nam transitus ille non est in consideratione cum reus ibi non fuerit in libertate, sed detentus, & oppressus à judice, *facit text. in l. si quis post hanc, C. de edific. priva. tradit Oldrad. conf. 54. vers. quid de eo qui ducitur captus. Boss. ubi sup. num. 23. Gom. num. 3. Co. num. 13. Mexia super pagmat. taxatio. pavis concl. 1. num. 28. Comes Arias. in l. 64. Tauri num. 9. Castiibo in l. 66. Taur. fol. 139. col. 3. in fin. vers. & nota quod si captus.*

Ad supr. dictam Ord. §. 3. incipit, *itemo ladraõ publico*, quis dicitur famosus latro explicat post alios *Barth. Capol. in auth. sed novo jure, C. de servis fug. num.*

49. ubi videnda est glo. eleganter *Cov. lib. 2. variarum, capit. 9. num. 7. Gom. 3. tom. capit. 10. num. 2.*

Ad supr. d. Ord. ibi, *Eaında todo aquelle que de proposito, ore incidiosamente, &c.* Vide quæ notat *Cov. lib. 2. variarum cap. 20. num. 6. vers. 8. constat. Gom. ubi sup. d. num. 2. vers. 5. limitat Jul. Clar. §. fin. q. 30. numero 11. 12. 13.*

Ad sup. d. Ord. ibi, *porẽmo que forsar molher virgem, &c.* & ibi, *porque neste caso he assi detreminado expressamente per direito Canonico, de jure communi Cæs. raptor virginis privilegio immunitatis non gaudebat, ut in auth. de mand. princ. §. quod fidelinquentes, quod jure Pontificio correctum est per text. in Cap. de raptoribus, 36. q. 1.* Cui convenit nostra Ord. tenent plures citati à Præfide *Covas.* cui contrarium magis placet, resolvit *Jul. Clar. ubi supr. raptorem immunitate gaudere Sûma Sylvestr. in verbo immunitas 3. quest. 1. num. 2. Boss. tit. de captura post num. 21. Remig. fol. 197. Falen. 28. & hanc dispositionem juris canonici de consuetudine esse approbatam testatur Joan. Faber in §. Sed hoc tempore post n. 2. inst. de his qui sunt sui. Alex. conf. 145. num. 4. unum jam vides*

circa

circa immunitatem Ecclesiarum
jura Pontificia præferendo legi-
bus civilibus, quemadmodum
ostendit glo. in cap. inter alia de
immunitate Ecclesiarum, & in
capit. sicut antiquitus 17. quest. 4.
Oldr. cons. 55. incipit consue-
vit dubitari, tenent plures quos

refert Cov. d. cap. i. num. 3. Cæ-
tera verò quæ in hac materia de-
siderari possunt latè traduntur à
supra citatis auctoribus; ordinem
vero, & formam extrahendi de-
linquentem ab Ecclesia de jure
hujus Regni videbis in d. Ord.
§. 5. & 6.

CAP. VI.

De Confessione delinquentis.

- 1 **C**onfessio in criminalibus
sicut in civilibus probat.
Confessio quo tempore sit
2 facienda.
3 Summarie informationis copia
quando datur reo.
4 Confessio facienda est in presen-
tia judicis, & notarii, & in actis
redigi debet.
5 Confessionis receptio tabellioni
committi non potest in causa crimi-
nali.
6 Juramentum de veritate dicen-
da recipiendum est in confessione,
& quid de stylo regni.
7 Infamatio præcedere debet, ut
judex possit confessionem sumere,
alias delinquens non tenetur verita-
tem fateri.
8 Reus tenetur veritatem dicere,
si ab ipso licite, & juste petatur ju-
ramentum.
- Reus convictus de mendacio non 9
tanquam perjurus est puniendus, sed
extraordinarie.
Judex quomodo se gerere debeat 10
in interrogationibus.
Unica confessio in judicio facta, 11
an sufficiat?
L. 2. C. de custo. reorum decla- 12
ratur.
Confessio facta in criminalibus, 13
in quo differat à confessione facta in
civilibus.
L. 1. §. item illud, ff. ad Syllan. 14
declaratur.
Confessio minoris. an ipsi noceat 15
& quomodo recipienda sit.
Curator minoris, an interesse de- 16
beat confessioni.
Advocatus an possit adesse tortura? 17
Minori sponte consentienti, an sit 18
in integram restitutio danda?
Minori an noceat restitutionis 19

20 reuunciatio?

Confessio debet esse possibilis, &

21 verosimilis.

Quid si quis confiteatur se occidisse ad suam defensionem, si non probaverit qualitatem.

1

C Apto, & incarcerato reo, iudex antequam ad ulteriora procedat in præsentia notarii reum interrogare debet de delicto, & in acta redigere confessionem. Nam confessio in iudicio facta, sicut in civilibus, ita in criminalibus inducit plenam probationem, l. unica, C. de confessis, l. si confessus, ff. de custodia reorum, l. perin. à 2. §. fin. ff. ad l. acquiliam, l. 1. §. si quis ultro, ff. de questionibus, l. servus, C. ad l. Jul. de vi, l. qui sententiam, C. de pænis, l. si quis in hoc genus, C. de Epif. & Cler. cap. At si Clerici de jud. cap. nos in quemquam, cap. multi, vers. noluit, 2. quest. 1. Et præter Doctores in his locis de hac confessione, tradit multa Hip. in rubri. de probat. num. 67. Egidus Boss. in pract. crim. tit. de exami. reorum, & tit. de confess. & Jul. Clar. §. fin. quest. 45. Gom. 3. tom. cap. 1. a num. 64. & cap. 12. numero. 3.

2

Ex quibus sequentia adnotanda sunt primò, interrogationem

In delictis præsumptio est contra delinquentem. 22

Confessio facta in processu nullo an noccat consentienti? 23

Confessionis effectus facta apud iudicem incompetentem, vide remissivè. 24

istam faciendam esse antequam copia indiciorum, & summariarum informationis detur delinquenti. quæ ipso petenti danda est; quam practicam communem esse, & ubique observatam tradit Jul. Clar. ubi supr. num. 8. quod sane apud nos minimè utitur, nam reo non datur copia summariarum informationis, nisi post testium publicationem, datur tamen copia libelli accusatorii in quo incerta est substantia informationis ex Ord. lib. 5. tit. 1. in princ. ibi, mandara o juiz ao accusador que venha com libello, quæ hodie est Ord. lib. 5. tit. 124. & ita stylus, observat. Curare tamen debet iudex, ut vera, & realis delicti substantia, prout jacet detur in libello ut pars possit se ab accusatione defendere.

3

Præterea confessio facienda est in præsentia iudicis, & notarii, quoniam in actis redigi debet, nec tabellioni potest receptio confessionis in causa criminali committi, ut glo. recepta observat, in l. jubemus, verbo aliud iudicium, C. de liberali causa, l. apud 4 5

apud eloquentissimum, ubi *Bald.*
C. de fide instr. Afflic. decis. 182.
num. 6.

6 Insuper debet recipi juramen-
 tum de veritate dicenda ab ipso
 delinquente, *arg. l. 1. ff. de jure-
 jur. nam reus in qualibet parte
 litis cogitur jus jurandum subire,*
l. 1. & 2. C. de juramento calum.
l. Marcellus, §. 1. ff. rerum amo-
tarum. l. lex Cornelia, §. hac le-
ge. ff. de injuriis, l. 3. vers. qua-
cunque, ff. de jur. jur. l. qui peti-
torio, ff. de reivend. adest Castel-
lana lex. 23. tit. 11. part. 3. Notat
Bart. in leg. inter omnes, §. recte
in fin. ff. de furtis, approbatus
 communiter secundum *Clar. d.*
q. 45. num. 9. Gom. d. capit. 12. n.
5. vers. sed his non obstantibus,
 quanvis contrarium teneant plu-
 rimi relati à *Jul. Clar. & Go. ubi su-*
pr. qui in vers. unum tamen,
 propter evidentem occasionem
 perjurii in causis criminalibus
 inferentibus penam sanguinis
 hujusmodi juramentum publica
 lege tolli debere asserit, quod
 olim statuerat Plato in dialogo
 12. de legibus, apud nos tamen
 in omnibus causis criminalibus
 pars interrogatur de se ipso sine
 7 juramento, de aliis tamen medio
 juramento interrogandus quis
 est. Illud autem scire debes judi-
 cem non posse ad hanc interro-
 gationem procedere, nisi Reus

de crimine sit infamatus, vel sal-
 tem per unum testem in sumaria
 informatione de delicto constet,
 aliàs enim delinquens non tene-
 tur veritatem fateri, nec se ipsum
 perdere, justajura quæ sic debet
 intelligi in *cap. non sunt audien-*
di, 11. quest. 3. in cap. nullo 12.
quest. 1. resolvit Clar. ubi supr. nu.
7. quinimo poterit subversugio,
 & involucto verborum veritatẽ
 celare, ut docent *D. Thom. 2. 2. q.*
69. art. 1. Palud. in 4. d. 19. q. 4.
col. 3. Soto in relectione de tegendo
secreto 2. membro, q. 7. Navar. in
Manuali, cap. 25. num. 36. Cov.
lib. 1. variarum cap. 2. num. 2. 8
 tamen à judice licite, & juste pe-
 tatur juramentum tenetur reus
 veritatem dicere, licet ex hoc in-
 currat pœnam mortis, aliàs pec-
 cat mortaliter, & in terminis ita
 tenet *Sanctus Thom. 2. 2. quest. 69.*
art. 1. Abb. in cap. 1. col. 2. de
testi. cogendis, & ibidem Felin.
col. 2. vers. & in quantum Gom. d.
num. 5. vers. sed his non obstan-
tibus, Bossius in tit. de examinibus
Reorum, n. 10.

9 His tamen adde, quod quan-
 vis ex actis processus convinca-
 tur-reus de mendatio, non ra-
 men ex hoc tanquam per jurus
 erit puniendus, ut tradit *Alex. in*
additionibus ad Bart. in l. 1. num. 1.
ff. de rebus eorum cui nullus
contradicit, ut testatur Berojus,

9. 134. num. 3. & ita vigere in practica firmat Jul. Clar. & idem tenet Boss. in tit. de perj. & in d. tit. de examin. reorum, & ante eum Bald. in l. 2. ff. de jurejur. per text. in l. 2. vers. ignoscendum, ff. de his qui mortem sibi consciverunt, decis. Pedamontana 66. num. 1. Antonius Scapus de jure non scripto libr. 5. cap. 122. num. 3. Jul. Clar. q. 45. num. 10. Soarez in l. 2. tit. de las juras. lib. 2. fori, vers. ad unū adverte, & ita vigere in practica firmat Petr. Nun. de Avend. 2. p. de exequend. mand. Regum Hisp. cap. 27. num. 17. vers. quæ dicta sunt; sed licet non possit ut perjurus puniri, extraordinariè tamen puniendus est, quia mentiendo, judicis aures offendet, ut docet Bart. in l. si duo patroni. num. fin. ff. de jurejur.

10 In illis autem interrogationibus quomodo se gerere debeat judex, explicat elegantissimè Cov. lib. 1. variarum, capit. 2. n. fin. Agydius Bossius tit. de examinib. reorum, num. 2. 3. & 4. Gom. capit. 12. num. 6. Jul. Clar. q. 45. num. 11. & 12. Denique confessio in scriptis redigi debet, & si reus confiteatur delictum custodiendus est donec causa tractetur, & sententia feratur *justa l. 2. C. de custodia reorum* per quam docet gl. unicam confessionem etiam

in judicio factam non sufficere, nisi geminata sit, & id ipsum docuit glo. magn. ad med. in l. unic. C. de confessis. Sed in contrariū est vera, & communis sententiæ, ut scilicet sufficiat unica confessio si sponte facta sit sine tormentis, ut resolvit bene Gom. d. 3. tom. cap. 12. num. 8. per text. in d. cap. nos in quenquam 2. quest. 1. Clarus ubi supr. numero 13.

Nec obstat text. in d. l. 2. quæ tamen probat quod licet reus confessus in judicio pro judicato habeatur, ut in d. l. unica: in criminalibus tamen non statim pro judicato haberi debet, sed dillationes ei sunt concedendæ ad allegandas, & probandas suas exceptiones: potuit enim delictum committere ad sui tamen defensionem, vel potuit esse præscripta accusatio lapsu temporis, vel potuit per errorem fieri confessio, & multa alia possunt intervenire, quæ vel minuant delicti pœnam, vel eam omnino tollant, prout docet Gom. ubi sup. num. 3. vers. unde aliter.

Secundo nõ obstat l. 1. §. itē illud, ff. ad Syllan. & l. 1. §. siquis utro, ff. de questionib. nam illa jura loquuntur, ubi non constat delictum esse commissum, quini- mo per evidentiam facti contrarium detegitur. Nec enim audiendus

endus est perire volens.

Denique non obstat *l. qui sententiam, C. de par l. si confessus, ff. de custodia reorum, l. auxilium, §. in delictis, de minoribus, l. 1. §. divus, ff. de quest. tionib.* procedunt namque in confessione facta in tormētis, quæcum spontanea non sit, ratificationem desiderat, ut suo loco apertè demonstrabimus.

- 15 Procedunt autem superiora in confessione maioris; minoris nāque confessio ei non nocet nec propter eam conlemnatio sequi debet, quod sic intelligo si sine curatore sit facta, nam tunc est ipso jure nulla, *l. Clarum, C. auctoritate prestanda, & sententia lata virtute talis confessionis non nocet adeo, ut necesse non sit adversus eam restitutionem petere. l. cum & minores, C. si adversus rem jud. notat Bart. in l. fin. in §. in pupillo, col. 2. ff. de verb. oblig. & in terminis confessionis factæ à minore non habente curatorem, resolvit dicens communem, & praxi receptam Gomez. 3. tom. cap. 1. num. 64. qui advertit ne illusorium reddatur iudicium ante omnia dandum esse curatorem minori etiā si in potestate patris sit qui filii sui curator ad eam litē recte constituitur; si verò curatorem habeat præstita per eum auctorita-*

te ad hoc ut possit jurare & respondere, poterit hoc facere, ut in *d. l. Clarum*, ibi responsa facere & cum comuni tradit *Gom. 16* ubi *supr. num. 65.* qui recte advertit curatorem non debere interesse confessioni quæ ex scientia, & conscientia ipsius minoris pendet. facit *l. custodias, ff. de publicis judiciis, l. si postulaverit, §. questio, ff. de adulteriis*, ubi *17* habetur quod licet advocati inter sint pro reo, an debeat torqueri, non possunt tamen interesse ipsi quæstioni, & examinationi, quia reus debet interrogari de facto proprio: nec ab alio debet instrui, faciunt quæ notat *Ful. Clar. d. q. 45. num. 12.* facit etiam quia licet partes possint interesse præsentationi, & juramento testium, non tamen poterunt interesse eorum examinationi *l. si quando, C. de testibus.*

18 Illud hic existimavi omittendum non esse, an minori sponte confitenti delictum sit restitutio concedenda? que quidem quæstio mirabilis est, & practicabilis, quam doctissimè tractavit *Antonius Gom. d. cap. 1. num. 66. & cum eo Ful. Clar. q. 60. num. 4. §. fin.* qua in re duas constituo species, quarum prior est, ut cum minor paratus est probare errorem vel rem aliter se habere, tunc enim proculdubio restituendus est,

est, nam in qualibet causa minori restitutio conceditur, si probet se minorem & læsum l. ait prator, §. non solum, ff. de minorib. Quinimò, & maiori in causis criminalibus subvenitur qui in qualibet parte litis potest ostendere innocentiam suam, l. 1. §. si quis ultro, l. unius, §. cogniturum, ff. de questionib. l. 2. C. quorum appel. non recip.

Secunda species est cum minor non probat errorem nec innocentiam suam, & tunc siquidem aliqua sunt contra eum inditia, & probationes etiam non plene non restituitur, quia non intelligitur læsus, si verò in processu nulla alia sit probatio præter ejus confessionem tunc eo ipso quod confessus est videtur læsus, & concedenda est ei restitutio arg. l. certum. §. in pupillo, vers. minor est, ff. de confessis, ubi notat Angel. & Decius in l. nihil cõsensui, ff. de reg. juris. Alex. conf. 116. vol. 3. & his non relatis resolvit Gom. d. num. 66. Jul. Clar. §. fin. q. 60. num. 4. Priorem verò opinionem praxis observat teste Gom. qui contrariã sequitur ubi sup. ubi refert in Opido Tablabricæ restitutionem concessam fuisse minori contra quem adde- rant inditia in crimine gravissimo, ipsam vide qui plura magistratiter congerit, & tanto quidem

viro digna d. num. 66. Priorem etiam opinionem amplectitur Jacob. Menoch. lib. 2. de arbit. centu. 3. casu 268. num. 2. Si vero minor curatorem habens, delictũ confiteatur, in integrum restituitur si dolum adversarii probaverit, vel iudicis blandicias, quibus allectus confessus est, ita Cinus in l. 1. C. de confessis, l. certum, §. sed an ipsorum, ff. eodem, & post Baldum conf. 310. incipit, aut mulier lib. 1. idem censuit jason in l. ait prator, §. si minor num. 7. ff. de jurejur. qui post alios docuit restitutionem esse concedendam in isto casu etiam si confessio erronea non ostendatur, cum satis ex sola ipsa confessione de lesione appareat. Idem respondit Jas. conf. 133. num. 1. lib. 1. & conf. 188. n. 1. lib. 2. Afflict. decis. 208. Marsil. sing. 445. incipit minor læsus. Gramat. conf. 16. num. 1. & conf. 60. n. 11. imo respondit Bald. d. conf. 310. col. 1. vers. notandumque est, minori ad hanc restitutionem impetrandam non currere tempus, donec pendet iudicium, & suffragatur ætas. Affirmat quoque Bald. minori non nocere repetitã confessionem, nec restitutionis renunciationem: hæc namque omnia maiorem indicant facilitatem, l. doli, §. diversum, ff. de novationibus, & l. etsi mulier, C.

ad *Volcanum*, nec ipsius restitutionis renunciatio nocet *l. non tamen. ff. de appellationibus, Glo. in l. pactū inter heredē, ff. de pactis*, resolvit *Menoch. lib. 2. de arbitrariis casu 268. num. 3. 4. & 5.*

20 Est deinde advertendum confessionē duabus qualitatibus constare, nempe possibilitate, & verosimilitudine, prout resolvit *Marsi. in l. 1. num. 33. in princ. & num. 35. ff. de questionibus*, ideoque consentienti hominem occidisse, & in mare eum projecisse non nocet confessio si de cadavere non constat, ita *Bal. in l. cum probatio, ff. de probationibus, Boerius q. 164. num. 8. & extat exemplum egregium apud Val. Max. lib. 8. cap. 4.* Sic in eo qui confessus est comisisse furtum, constare prius debet furtum esse perpetratum, ita *Craveta conf. 260. col. 2. Paris. conf. 153. num. 8. lib. 4.* Arbitrio tamen iudicis relinquitur quando confessio fit vera vel falsa ex *Menochio ubi. sup. num. 7.*

21 Dubium tamen est quid sit agendum cum quis confiteatur se hominem occidisse ad sui defensionem. Et licet controversum sit in civilibus utrum confessio possit pro parte acceptari, & pro parte repudiari: in criminalibus, tamen, id indistinctē verum est

pro parte acceptari posse, ita ut si confiteatur quis se occidisse hominem ad sui defensionem dānari possit ex illa confessione, nisi prpbet qualitatem illam, ut docet *Bartol. in l. Aurelius. §. idem quesijt, ff. de liberatione legata*, & est ratio quia in delictis est præsumptio contra delinquentem quod fecerit animo nocendi, *leg. 1. C. ad l. Cornel. de Sicar. factū leg. si. extraneus, ff. de acquir. hered. cap. 1. de præsumpt.* Unde qui allegat excusationem delicti, probare tenetur, & cum *Bart. communem testatur Alex. conf. 2. libr. 4. quibus accedit Gram. voto 2. num. 2. & conf. 69. n. 2. & 3. & receptionem testatur Jaf. in l. ut vim, num. 13. ff. de just. & jure Ferrar. cant. 5. num. 2. Mars. sing. 185. ipse in l. repetitio num. 30. ff. de quest. Decius in cap. cum venerab. num. 19. in fine. de except. & cū hac Bart. opinione residet Socinus in leg. 1. in princ. num. 11. in fin. ff. de vulgari. Proderit tamen hæc confessio sic calificata consentienti, ne capitis pœna plectatur ex *Abb. in cap. auditis n. 12. de presumption. resolvit Menoch. lib. 2. casu 93. n. fin. & casu 279. n. 6. & 7. ubi latissime cum multis resolvit hunc esse puniendum arbitrio iudicis; plura dicit Clarus d. q. 55. §. fin.**

Confessio autem facta, etiam
 23 in processu nullo nocet confiten-
 ti, & ipse Reus delinquens po-
 test ex ea condemnari, ut cum
 multis resolvit *Gom. tom. 3. cap.*
12. n. 8. Nec obstat tex. in cap.
At si Clerici de judiciis, ubi ha-
 betur quod confessio facta coram
 iudice incompetente est ipso jure
 nulla, & ex ea nullo modo potest
 sequi condemnatio. Nam ille
 tex. intelligendus est quando nul-
 litas consistit in defectu jurisdic-
 tionis, secus verò si consistat in
 defectu alicujus solemnitatis, in
 ita colligitur ex mente omnium
 doctorum, ut resolvit *Flor. in l.*
proinde à 2. §. fin. ff. ad l. aqui-
liam, Felin. in cap. qualiter, &
quando, §. licet, de accusationib.
 & cum multis resolvit *Gom. ubi*
supr. num. 8. circa fin. Quem ta- 24
 men effectum habeat confessio
 coram incompetente iudice fa-
 cta bene explicat *Lanfr. Balb.*
decis. 104.

C A P. VII.

De probatione delictorum.

- | | | |
|---|---|--|
| 1 | P robationis terminus statim assignatur factis allegationibus. | Testes de credulitate, an probent? 9 |
| 2 | Quid sit probatio traditur. | Testes singulares an probent? 10 |
| 3 | Confessio partis vera probatio est. | Indicium sive presumpcio quid sit? 11 |
| 4 | Probationes in criminalibus debent esse luce clariores. | Judiciorum certa regula tradita non potest. 12 |
| 5 | In criminalibus quot testes sufficiant traditur. | Judiciorum tres constituuntur gradus. 13 |
| 6 | Testes in criminalibus tenentur rationem reddere, & quomodo id procedat traditur. | Indicia an sufficiant ad veram probationem, & an possit imponi poena ordinaria delicti? 14 |
| 7 | Iudex post conclusionem in causa potest testes iterum repetere, & examinare. | Cap. assertive de presumptionibus declaratur. 15 |
| 8 | Subornationis timor cessat in iudice. | Presumptio legis, an sufficiat ad condemnationem ordinariam. 16 |
| | | Probationes semiplena, an con- 17 |

- jungantur in criminalibus, sicut in
 civilibus.
- 18 Testes omni exceptione maiores
 qui dicantur.
- 19 Mulier an possit esse testis in cri-
 minalibus, & quid de jure canon.
 servetur.
- 20 Testimonium inimici, an admit-
 tatur. & quid si fuerit reconcilia-
 tus.
- 21 Inimicus quis dicatur arbitrio
 judicis relinquatur.
- 22 Ascendentes, & descendentes
 testes esse non possunt.
- 23 Testis an possit esse infamis?
- 24 Socius criminis an possit esse tes-
 tis, & in quibus casibus admit-
 tatur.
- 25 Testimonium socii quid contra
 socium operetur queritur.
- 26 Judex de sociis non debet spe-
 cialiter, sed generaliter interro-
 gare.
- 27 Socius potest interrogari per tor-
 turam, si aliter declarare noluerit.
- 28 Socius an probet, sicut alius testis
 legitimus?
- 29 Socius criminis testis non est om-
 ni except. mai.
- 30 Testis inhabilis quando admitti-
 tur non est omni exceptione maior.
- Socii confessio debet esse juramen- 31
 to firmata.
- Ebrius à testimonio repellitur, & 32
 quid & in carcerato, & minore 20.
 annorum.
- Pauper, & vilis persona an ad- 33
 mittatur in testem.
- Testes an esse possint laicus con- 34
 tra Clericum, & Clericus contra
 laicum.
- Meritrix an possit esse testis in 35
 criminalibus.
- Domesticus an possit esse testis in 36
 criminalibus, & quid de jure Re-
 gni.
- Testis unus fide dignus supplet 37
 defectum alterius.
- Testes inhabiles, an admittantur 38
 in delictis quando veritas aliter ha-
 beri non potest.
- Testis domesticus quando admit- 39
 tatur super facto, vel delicto domi
 commisso.
- Testes examinantur in crimina- 40
 libus etiam diebus feriatis.
- Testes minus idonei admittuntur 41
 ad prabendam rei innocentiam.
- Testes examinare potest judex 42
 usque ad sententiam.

Proposita accusatione,
 & factis allegationibus
 utraque pars ad probati-
 onem admittenda est, & quia hæc
 probationis materia latissima est,
 & multa habet, quæ tam civili,

quam criminali judicio cōmunia
 sunt: hic tantum à nobis de his
 agendum est quæ ad iudicium
 pertinent criminale, aliquando
 vero, Deo duce, in nostra pra-
 ctica civili, totius ordinis iudi-
 cia-

cialis, probationum materiam latissimè explicabimus in cap. de probationibus.

- 2 Et inquam legitima probatio cognitio facti, vel delicti per modos à jure definitos, quæ præcipuè fit per cõfessionem partis, vel per testes legitimos. Per cõfessionem partis fit probatio quando Reus accusatus, vel inquisitus sponte confitetur delictum
- 3 in judicio per tex. in l. si cõfessus, ff. de custo. reorum, l. proinde à 2. §. fin. ff. ad l. aquil. tex. in l. 1. §. si quis ultro, ff. de questionibus text. in l. servos, C. ad l. Jul. de vi, text. in l. qui sententiam, C. de penis text. in l. si quis in hoc genus, C. de Episcopis, & Cleric. cap. nos in quemquam, 21. q. 2. & in cap. multi, vers. nolluit eadem causa, & questione, text. in cap. atsi Clerici, de judiciis, quæ sane probatio maxima est, ut latè tradit Menoch. de recuper. poss. remed. 1. n. 217. & lib. 2. de arbitr. centu. 3. cap. 268. n. 1. Hipol. in rubr. de probation. n. 70. & multa scitu digna tradit de hac cõfession. Joseph. Mascari. de probat. vol. 1. concl. 348. per totam.

- 4 Fit etiam probatio per testes legitimos, ubi est advertendum probationes in criminalibus considerari luce meridiana clariores, l. singuli, C. de accusationibus,

l. qui sententia, C. de penis, l. fin. C. de probatio. explicat Menoch. lib. 2. casu 279. Agidius Bos. tit. de cõviclis, n. 9. Jul. Clar. lib. 5. sententiarum §. fin. q. 66. n. 4. & fit ista probatio per testes fide dignos, & omni exceptione maiores, ut advertit Bos. ubi sup. n. 25. quem sequitur Clar. d. n. 4. & tunc sufficiunt duo testes sicut in civilibus arg. tex. in l. ubi numerus, ff. de testi. l. servos. C. ad l. Jul. de vi, & juxta illud Deuteronomo. cap. 17. in ore duorum vel trium peribit, &c. Et 19. in ore duorum, vel trium stat omne verbum quod Christus Marthæ 18. approbando cuaviit, & refertur in cap. licet universis de testib. idemque Paul. 1. ad Corinth. cap. 13. resolvit Soto lib. 5. de just. & jure, q. 7. art. 3. & esse de mente omnium refert Gom. 3. tom. cap. 12. nu. 9. ubi asserit in isto casu non deferri juramentum in supplementum probationis secundum Bart. & alios in l. maritus, ff. de questionibus. Jul. Clar. d. §. fin. q. 53. n. 1. quem vide, & Bos. tit. de cõviclis, n. 15. Mars. in l. de minore, §. tormenta, ff. de questionibus, à n. 2. cū sequet. Tenentur tamen testes ad hoc, ut eorum testimoniū probet, & concludat rationem reddere testimonii, sive dicti per visum, vel alium corporeum sensum, quo percipitur actus super quo

fit depositio ex text: ubi glo. in l. solam. C. de testib. tex. in auth. de testibus, §. & licet collatione 8. cap. si testes, §. solam, 4. q. 3. & quia sensus visus generalis est, si testis deponat per sensum visus super re, vel facto perceptibili alio sensu, valet & concludit probatio per tex. in cap. testes 3. q. 9. & ibi glo. Felin. in cap. cum causam, de testibus, tenent plures quos sequitur Gom. d. n. 9.

Quod tamen procedit quando testes de causa interrogantur, aliàs non ita glof. in d. l. solam, C. de testibus, & ibi Bart. & Bald. Speculator tit. de teste, §. 1. num. 62. Glof. in cap. cum causam, de testibus ubi Innocentius, Abb. Ant. Card. Archidiacono. quod intellige quando interrogantur super rebus quæ cadunt super sensu corporeo, secus vero si deponant super eo quod cadit sub iudicio, intellectus quia tunc tenentur reddere rationem etiam non interrogati, idemque observandum est quando testes deponunt super qualitate personæ, quæ admodum advertit Innocentius in d. cap. causam, de testibus, 2. col. ubi communis Bart. in l. 1. nu. 17. ff. si certum petatur. Resolvit Gomez d. cap. 12. num. 10.

7 Poterit tamen Iudex etiam

post conclusionem in causa testes iterum reptere, quia obscurè, aut sine ratione dicti deposuerunt, quod placuit Alexandro in l. 4. §. hoc autem iudicium, ff. de damn. insect. licet contrariū defendat Ripa in cap. 1. de iud. notabili & inde est quod pro veritate eruenda possunt testes repeti ex officio post publicationem testium cap. cum clamor, & ibi omnes de testibus, quia secundum Baldum in l. 3. col. 4. de testibus in iudice cessat timor subornationis, & ita Ripa in §. hoc autem iudicium, n. 70. Resolvit eleganter noster Lusitanus Alvarus Valascus 1. tom. Consultationum consult. 43. num. 15. 16. 17. & comprobat. Ord. lib. 5. tit. 124. §. 7.

Item ad hoc ut testes concludant debent deponere de certa scientia, non verò de credulitate, nisi adjiciant causam & rationem concludentem per sensum corporum quo veritas potest sciri, & cognosci, cap. literas, de presc. cap. tercio loco de probat. resolvit Gomez d. n. 10. in fine.

Est deinde advertendum quod licet duo testes omni exceptione maiores desiderentur in delictis, ut proximè resolvisti, debent tamen esse contestes in actu, vel delicto: testes enim singulares non plene probant ex text. in l. denuntiasse

8

9

tiasse, §. quid tamen, ff. de adult.
 l. qui sententiam. C. de penis,
 10 cap. licet causam, vers. quancu-
 que de probationibus, cap. bonæ
 memoria, o 1. vers. contra vero
 de electione. Bald. in l. jurisjurandi,
 C. de testibus, quem sequitur
 Felinus in cap. licet ex quadam
 de testib. Jul. Clar. §. fin. q. 53.
 num. 18. ubi ejus additio, Meno-
 chius lib. 2. de arbit. cent. 1.
 casu 99. n. 19. Avedan. de exeq.
 mandat Regum Hispania 1. part.
 cap. 2. n. 15. quod procedit quā-
 do de delicto agitur in specie,
 nam eo casu debent testes esse
 contestes ut sufficiant ad condē-
 nationem, sed si agatur de deli-
 cto in genere, putā aliquem esse
 hæreticum vel usurarium tunc
 probant testes singulares, & hęc
 esse communem docet Alex. cōf.
 13. n. 24. lib. 7. Abbas conf. 25.
 n. 1. & ita tenet Gomezus ubi
 sup. n. 12. alii vero contrarium
 defendunt quod etiam hoc casu
 testes singulares non sufficiant,
 & hanc dicit communem Men-
 chaca de test. §. 4. num. 45. Joa-
 nes de amicis conf. 127. num. 1.
 quod verissimum est quando a-
 gitur de puniendo aliquem cri-
 minaliter, quia tunc testes sin-
 gulares non probant ex Julio Cl.
 qui plures refert. in §. fin. q. 53.
 n. 19. & est hac de re videndus
 Symanchas cap. 62. n. 24.

Potest tamen judex testibus
 singularibus fidem adhibere, si
 ex eis adducatur ad credulitatē,
 pro ut resolvit Menochius de ar-
 bitrariis, casu 9. n. 19. & per
 totum Clarus d. q. 53. n. 19.

Est etiam aliud probationis
 genus, nempe indicium, sive
 præsumptio, quæ sane probatio
 rationabilis, vel verosimilis cō-
 jectura facti, vel delicti est, &
 quædam animi applicatio, ex
 aliquibus conjecturis, & circū-
 stantiis ad aliquid credendum, l.
 3. §. 1. ff. de testibus, resolvit
 Gomez per bona jura 3. tomo cap.
 12. num. 2. & ideo indicia à
 Latinis signa appellantur, ut
 constat ex Jacobo Menochio
 lib. 2. de arbit. casu 270. num.
 7.

Et licet in materia indiciorum 12
 certa regula traditi non possit,
 imò tota fere ista materia posita
 sit in arbitrio judicis: tamen Jul.
 Clarus tres indiciorum gradus
 constituit in lib. 5. §. fin. q. 20. 15
 num. 1. dicens aliqua indicia esse
 levia, alia gravia, alia gravis-
 sima. Levia inquam indicia suf-
 ficiunt ad capturam, non tamen,
 ut statim reus debeat examinari
 sed ut facilius ei fugiendi tolla-
 tur facultas. Gravia sufficiunt ad
 examinandum Reum si sit captus,
 & etiam ad torturam. Gravissi-
 ma denique sufficiunt ad condē-

nationem, ut ipse *Jul. d. loco* latissimè differit, & nos sigillatim discutiemus: species autem præsumptionum bene declarat *Felinus in cap. 5. quia verosimile de præsumptionibus, col. 2. Boss. tit. de convictis, n. 44.*

- 14 Et ideo licet in causis criminalibus probationes requirantur luce meridiana clariores, ut præfenti capite sup. latè explicavimus, *ex tex. in d. l. fin. C. de probationibus*: atamen aliquando adeo urgent signa, & præsumptiones, ut sufficere videantur ad cōdemnationem, idque vere probat *d. l. ultima in illis verbis, vel inditiis ad probationem indubitatis*: evidentem etenim, & claram aliquando faciunt probationem indicia, & præsumptiones, ut scribunt omnes in *l. licet Imperator, ubi Jas. num. 45. ff. de leg. 1. egregiè Matheus Afflictus decis. 44. num. 15. Bossius in tit. de convictis, n. 27. & 28. latissimè Marsil. in practica criminali in princ. num. 14. & Menoch. d. lib. 2. de arb. centu, 3. casu 279. num. 2. & casu 269. ubi aliqua adducit exempla.*

Sed tamen iudices in causa criminali reum condemnandum non esse pœna ordinaria, nec etiã corporali ex præsumptionibus violentis, vel inditiis quantumque indubitatis *ex text. capi-*

tali, in l. absentem, ff. de pœnis. ibi, sed nec ex suspicionibus debere aliquem damnari, Divus Adrianus Ausidio Severo rescripsit. Sanctius enim est impunitũ relinqui facinus nocentis quam innocentem damnare, & ad hoc notat, & commendat ibi *glos. Bartol. & cæteri communiter Decius conf. 175. Mars. in Rub. de probationibus, num. 237. ita Innocentius in cap. quia verosimile de præsumpt. arg. text. in cap. afferte eodem titul. ubi licet Rex Salomon ex violenta præsumptione, de qua ibi adjudicavit filium uni mulieri, non tamen condemnavit aliam ad mortem, nec ad aliquam pœnam corporalem, ub. crimen partus suppositi, vel filii subrepti, & ibi tenet Hostiensis, & Ancharranus, & alii quos refert, & sequitur Gomez latissimè *d. cap. 12. num. 25. Gandinus de maleficiis, tit. de præsumpt. circa fin. Dueñas reg. 303. circa medium, idem tenet Paul. de Castro conf. 299. in fin. lib. 2. subdens hic, de causa liberasse quendam imputatum de homicidio Cap. conf. crim. 32. circa finem Augustinus ad Angelum verbo fama publica, numero 28. Dicit communem, Boss. tit. de convictis, numero 34. & 43. ex indubitatis tamen inditiis potest sequi pecuniaria condem-**

natio,

natio, ut tradit *Alciatus de presump. in 2. regula, præsump. pt. 9.* & aliquos refert, & sequitur *Bossius tit. de convictis, num. 35.* In criminibus autem occultis ego admitterem opinionem *Julii Clari d. §. fin. q. 20. num. 6.* qui asserit in criminibus occultis, & difficilis probationis reos condemnari posse non in ordinaria pœna, sed in corporali, putà trirremium, &c. & licet contrarium videatur *Bossio tit. de convictis à num. 46. cum seq. opinionem tamen Julii Cl. praxis, & stylus observat.*

- 16 Supra dicta verò procedunt in præsumptione hominis qui talem præsumptionem summat ex facto, vel qualitate negotii, secus tamen, ubi fuerit præsumptio legis quia per eam potest iudex condemnare ad pœnam, ita probat *text. in l. si hi qui, C. de adulteriis, ubi notat Bart. Bal. & Salycetus, glo. in l. absentem, ff. de penis, Marsil. in l. repetitur, ff. de questionibus, num. 24. Abb. in cap. asserte, de presump. 3. col. n. 6. ubi Felinus, n. 7. resolvit eleganter plures referens Antonius Gomez d. cap. 12. num. 25. Bossius tit. de convictis, num. 29. Julius Clarus d. q. 20. num. fin. alia que de indiciis pertinent ad torturam sequenti capite explicanda sunt.*

Ulterius adde quod licet in 17 civilibus duæ semiplenæ probationes jungantur, & plene probent veluti si unus testis exceptione maior deponat de scientia, duo plures ve de fama publica, ut in *l. quaro §. ult. ff. de editio edicto, ubi Doctores notant communiter Glos. & omnes in l. 2. §. atas, ff. de excus. tuto. Alex. per text. ibi in l. Gallus, §. ille casus, ff. de lib. & Posth. in criminalibus tamen quia exiguntur probationes luce clariores duæ semiplenæ non probant plene, nec junguntur, ut observat *glo. 2. in c. veniens, l. de testibus, sequitur Ancharranus in eapit. l. de confessis, Imola in l. interesse puto, col. fin. ff. de acquir. poss. Angelus in tractatu malef. verbo fama publica §. columna resolvit Gomezius d. cap. 12. n. 26. Jul. Cl. d. §. fin. q. 63. n. 9. ubi bene resolvit Joan. Guotius in additionibus ad d. Jul. Clar. Bossius tit. de convictis, n. 23.**

Testes dicuntur omnes fide 18 digni, & omni exceptione maiores qui nulla legitima exceptione repelli possunt, & lege non reperiuntur prohibiti *ex text. in l. 1. ff. de testibus. text. in l. ex eo eodem tit. text. in cap. fin. de pre. Ord. lib. 3. tit. 42. §. todo o homem,*

mem, ideo sciendum est qui testes à jure repellantur in causis criminalibus.

- 19 Erit in primis advertendum, an mulier possit esse testis in criminalibus, & distinguendum est de jure inter canonicum, & civile, nam de jure civili potest esse testis, & est communis ex *Grammatico conf. crim. 12. num. 17. Blanc. de indicis num. 350. Abb. dicens communem in capit. quoniam, num. 2. de testibus, ubi Felin. post num. 1. Decius 16. numer. 8. Gratius conf. 27. num. 3. lib. 2. Duenas reg. 315. Antonius Gomez cap. 12. num. 13. quod etiam procedit in causis capitalibus ex Alex. conf. 11. numer. 6. lib. 1. Imol. in l. qui test. §. mulier circa finem, ff. de testamentis, Augustinus ad Angel. de malef. in verbo comparuerunt, & negaverunt post numer. 14.*

De jure tamen Canonico mulier non admittitur ad testificandum in causis criminalibus, & ita tenent supr. citati auctores quod procedit in causis criminalibus criminaliter intentatis, sed si civiliter intententur recte admittitur, ita Gomez d. num. 13. resolvit bene Jul. Clar. d. §. fin. quest. 24. num. 2. 3. & 4.

- 20 Secundo observandum, an testis sit inimicus illius qui ejus testimonio convincendus est, quod

suadet *Jureconsultus in l. 3. in princ. ff. de testibus, l. 1. §. questionū. ff. de questionibus Auth. de testibus, §. si verò quis dicat, Ord. lib. 3. tit. 42. §. item o inimigo, quæ quidem suspitio facta reconciliatione non tollitur, quoties nuper ea inimicitia contigerit, non enim statim post reconciliationem idoneus judex, sive testis est, qui modo inimicus erat cum adhuc sit dubium, an remanserint odii reliquæ, quare confirmatio longi temporis desideratur, ut jam jã inimicitia sint oblivioni traditæ ex text. in capit. accusatores, 2. & 6. Glos. 3. quest. 5. Glos. in cap. per tuas in 1. ver. inimicitias. ubi Anania, col. 3. & Felin. col. ult. de Symonia, Insignis Tiraq. in tract. cessante causa 12. p. limitatione 16. num. 7. resolvit elegantissimè demore solito amplissimus tam Cæsa-²¹rei, quam Pontificii juris Menarcha Did. Covas lib. uno practicarum quest. cap. 18. num. 3. quis autem dicatur inimicus qui à testimonio debet repelli relinquitor arbitrio judicis, ut resolvit cum multis Gomez. d. cap. 12. num. 14. Jul. Clar. d. §. fin. q. 14. num. 18. & apud nos est a-pertissima Ordin. lib. 3. tit. 42. §. Item o inimigo, &c. quod procedit etiam si inimicitia provenit culpa ejus contra quem testi-*

monium profertur probat *Glof. in l. Aheleia, §. ad remissionem, ff. de excusat. tutorum tenet Hypol. in l. 1. §. cum quis, ff. de questionib. penult. col. resolvit cum multis Gomez. d. num. 14. de jure tamen illius Regni observabis limitationē Or. lib. 3. tit. 44. §. pen. incipit, & esto averà lugar, &c.*

Sunt autem supr. dicta limitanda, si testis sit pariter inimicus utriusque partis, quia tunc bene admittitur, ita *Hipol. in d. l. 1. §. cum quis, ff. de question. fin. col. ubi bonis fundamentis id asserit, & ad confirmationem adducit Gomezius alia jura, & fundamenta d. n. 14. in fine.*

22 Item repelluntur a testimonio ascendentes; & descendentes accusatoris in infinitum, & consanguinei ejus collaterales usque ad quartum gradum *ex text. in l. testis idoneus, ff. de testibus, text. in l. parentes, C. eodem tit. & ibi glo. Ord. lib. 3. tit. 42. §. primèyramente, & tit. 44. §. fin. incipit, & podeisso mesmo, &c.*

23 Repellitur etiam infamis condemnatus de aliquo famoso crimine *ex text. in l. 3. §. lege Julia, ff. de testib. text. in capit. præterea. de testi. cogend. & ibi Doctores, atq; etiã perjurus, qui semel falsum deposuit cū juramento in aliqua causa text. in l. parvuli 22. q. 5. & cap. quicumq; 6. q. 1. text. in*

c. testimonium de testib. resolvit Gom. in c. 12. num. 15.

Repellitur etiam socius criminis à testimonio dicendo contra socium per text. expressum in *l. fin. C. de accu. text. in l. quoniam liberi, C. de testibus, capit. 1. de confessis, cap. nemini, 15. q. 3. erit autem exceptio contra socium firmanda in hunc modum.*

Provarào R. foam que foam nam podia testemunhar neste caso contra o R. porquanto elle d. f. testemunha foy o que cometteo este delicto que lhe a elle R. quer for, & de que o quer fazer a elle R. complice, & socio o que elle R. nega, & ita consuluit Ubert. De Bobio, quem refert Clar. §. fin. q. 21. num. 13.

In aliquibus tamen casibus 24 socius criminis potest esse testis, veluti in crimine hæresis, *text. in cap. in fidei favorem de hæreticis in 6. Et etiam in crimine læsæ majestatis ut in cap. 1. de confessis, & in crimine falsæ monete, ut in l. 1. vers. 1. C. de fals. monet. item in malef. & mathematico in l. 1. C. de malef. & mathe. Idemque dicendum est in crimine nefando, quod probatur eodem modo quo crimen hæresis, item in furto famoso *ex text. in l. provinciarum, C. de feriis, item in aliis casibus positis per Glof. & doctores in l. fin. C. de accusatio. & regulariter in omnibus**

bus delictis, quæ sine socio committi non possunt. socius potest esse testis ex traditis à *Gom. d. capit. 12. n. 16.* In istis autem casibus, vel aliis potest reus interrogari de sociis si sit servus, arg. *text. in l. quicumque, vers. sane, C. de servis fugitivis.* Si vero accusatus, vel inquisitus sit liber homo, tunc in criminibus exceptis, & supr. positis, bene potest interrogari, arg. *text. in l. provinciarum, C. de feriis,* non vero in aliis cum ejus testimonium non valeat, arg. *text. in l. fin. C. de accusatio.* & ita resolvit *Salicetus ibi, & communis, ut per Gom. in d. cap. 12. num. 17.* ubi asserit, quod generaliter modo reus interrogatus sit, modo non, si confiteatur de aliquo socio, illa confessio proderit saltem ad simplicem judicis informationem, & inquisitionem formandam, & similiter ad capturam personæ tenet *Salicetus in l. ea quidem, C. de accus. col. 8.* tenent plures, quos ipse *Gomez refert d. num. 17. Jul. d. quest. 22. n. 15.* Non tamen debet reus interrogari de sociis in specie, sed generaliter, alias enim non esset quærere, sed incitare, & suggerere, arg. *tex. in l. i. §. qui questionem, ff. de questionib.* & ibi Doctores, & si talis reus accusatus nollit declarare in casibus, in quibus potest inter-

rogari, compeditur per torturam dum tamen præcedat contra eum inditium, vel præsumptio, quod socii intervenerunt cum eo ex *Salyceto in l. fin. n. 9. & 10.*

Necessario tamen quærendum est, si reus accusatus, vel inquisitus confiteatur de sociis sponte vel interrogatus in casibus in quibus de sociis potuit interrogari, an ejus dictum, & testimoniū probet tanquam si esset legitimus testis, & per consequens sit legitimus inditium ad torturam, qua in controversia partem affirmativam tenuit *Cynus in l. fin. C. de accusat. finali quest. Panormitan. in capit. 1. de confessis penult. col. Joannes de Imola ibi, num. 20. Gandinus in tract. maleficiorum in Rub. de multis questionibus circa hunc tractatum, 2. col. Gom. ubi supr. num. 17. vers. sed his non obstantibus,* ego vero contrariam sententiam puto esse veriore. Nam talis confessio non concurrente aliqua alia præsumptione ad torturam non sufficit, cum enim socius criminis testis non sit omni exceptione maior, testimonium ipsius ad torturam non sufficit, cum testis ad torturam requiratur fide dignus & omni exceptione maior ut bene resolvit *Gomez. d. cap. 13. de tortura num. 7.* testes enim inhabiles ex eorum natura, qui

28

tamen

29 tamen ratione aliqua speciali admittuntur, non sunt omni exceptione maiores, & consequenter per se non sufficiunt ad torturam quod est solemne consilium *Alexand. conf. 11. 1. vol. & est glo. in l. etiam matris, ff. de probat. & expresse istam sententiam defendit glo. in l. fin. ff. de accusationibus, Glo. in l. & si certus, ff. ad Sylanianum* quam communem appellat *Gomez. d. n. 18. tenet Salycetus in d. l. fin. C. de accusationibus, col. ult. Hipol. in l. 1. §. Divus, ff. de questionib. & singulari 209. resolvit eleganter Boss. in pract. crimin. tit. de inditiis, num. 149. cum sequent. Boerius decis. 319. Jul. Clar. §. fin. questione 21. num. 8.*

30 Confessio autem socii, ut probet contra sociū requiritur quod sit juramento firmata, aliās vero si sine juramento facta fuerit in tortura, vel extra torturam, nec probat, nec indicium facit, quia non deponit tanquam testis forma, & solemnitate requisita, & ideo iudex cautus esse debet, ut reum, vel inquisitum contentē de sociis adhibeat in testem parte citata, & præstito juramento, & postea copiam testimonii reo exhibeat, quam doctrinam docuit *Hipol. in pract. criminali, §. diligenter à num. 62. cum sequent. Gomez. ubi supr. num. 18. Boerius*

decis. 319. post numerum quartum, Jul. Clar. d. q. 21. num. 10. ubi plura congerit; de socio criminis multa quidem, & scitu digna, Symanchas in cathol. instit. cap. 62. Boss. in tit. de inditiis. Frater Dominicus à Sotto in relect. de regendo secreto, & lib. 5. de justitia, & jure, quasi. 6. art. 2. ad postremum.

Repellitur etiam *Ebrius* quia reputatur vilis, & infamis, & alienus à mente ex *text. in l. 3. §. lex Julia, ff. de testib. cap. 1. de testib. & videtur comprobari ex Ord. lib. 3. tit. 42. in §. 7. quæ hodie est Ordin. lib. 3. tit. 56. & sufficit quod solitus sit inebriari, licet tempore depositionis non sit actualiter ebrius per jura supr. a citata.*

Repellitur etiam *incarceratus* & detentus in vinculis per *text. in d. l. 3. §. 1. Julia. quomodo autem id procedat de jure istius Regni docet aperte Ord. lib. 3. tit. 42. §. Ehem assim mandamos, quæ est hodie Ord. ejusdem lib. tit. 56. §. 9.*

Repellitur etiam *minor 20. annorum* ex *text. in l. in testimonium, ff. de testibus, ubi glo. & doctores præcipuè Bald. Salycet. & etiam in Regno Castellæ, per l. 9. tit. 1. part. 6. extenditur ad minorem viginti quinque annorum. Bene autem faciet indicium,*

non tamen semiplenam probationem, nec adhuc integrum indicium, ut sufficiat ad torturam ista est glo. ord. in l. invit. a 2. ff. de testibus, glo. in l. fin. ff. quibus ut indignis Hip. in l. 1. §. Divus Antoninus, ff. de questionibus, Gomez. d. cap. 12. num. 13. Sufficit autem de jure hujus regni, si testis sit maior 14. annorum.

- 33 Undecimo repellitur pauper, & vilis persona, quod facile corrumpi potest prætio, ita probat text. in l. 3. ff. de testibus, ibi vel egens sit, hoc tamen procedit in paupere, & simul turpi persona, secus si sit persona honestæ vitæ, & bonæ conditionis, quia tunc bene potest esse testis ex text. in l. humilem, C. de incestis nuptiis, text. in cap. siqui testium de testibus, resolvit Gom. d. capit. 12. num. 19. Julius §. fin. q. 14. n. 11. Judex tamen arbitrabitur, an suspectus dici possit testis ob paupertatem juxta qualitatem personæ, & causæ. Docuit Abb. in d. cap. siqui testium in fin. Jas. in l. si constante, num. 156. & ibi Ripa n. 34. ff. soluto matr. Cravet. cons. 249. num. 12. si itaque nullam inesse suspicionem videbit, ei fidem adhibebit ut censuit vir nunquam satis laudandus & omni ævo memorandus Did. Covas. lib. 2. variarum capit. 6.

qui asserit relinquendum esse judicis arbitrio. Quis dicatur pauper in hoc casu; tenet idem Jacobus Menochius lib. 2. de arbitr. centuria 1. casu 96. num. 3. & an Clericus possit testimonium dicere contra laicum, & laicus contra Clericum videndus est Episcopus Calagurrihanus capit. 120. Jul. Clar. in q. 24. numer. 8. & 10.

Item repellitur meretrix in criminalibus ex Jafone qui dicit cōmunem in l. cunctos populos, lectura 2. num. 54. C. de Summa Trinitate, quem sequitur Jul. Clar. d. q. 24. num. 14. Quæ autem dicatur meretrix explicat Antonius Gomez. in l. 62. Tauri. memorandum Covas. 2. p. de spons. cap. 8. §. 11. num. 4.

De domestico autem teste plura videbis apud Antonium Gab. de testi. conclusione 10. num. 4. Alvarus Valasc. Consultationum tomo 1. consult. 45. per totam, ubi eleganter explicat n. 2. qui dicantur domestici.

Advertes tamen à testimonio dicendo solum repellendos esse testes de jure hujus regni quos improbat Ord. lib. 3. tit. 42. quæ este hodie Ord. ejusdem lib. tit. 56. quia exceptio firmat regulam in contrarium ex text. in l. nam quod liquide, §. fin. ff. de pen. leg. Poterit tamen pars tempore

re repulsarum, quas nos (*contraditas*) appellamus, opponere contra testes jure communi reprobatos de non idoneitate, ut bene advertit *Valascus*, ubi proxime n. 7.

An autem possit testis inhabilis repelli officio judicis parte non opponente bene explicat *Gom. d. cap. 12. num. 22.* Si vero testis inhabilis de facto deponat, an faciat incitium, vide latissime *Jul. Clar. q. 24. num. 22. Gomez d. cap. 12. n. 20.*

37 Superioribus adde, quod si unus testis est minus idoneus, alter vero fide dignus, & valde approbatus, si simul jungantur contestes, faciunt plenam probationem, quia magna fides unius supplet defectum alterius, *Bald. in l. si quis ex argentariis, §. 1. ff. de edend. idem in l. 1. 3. col. C. de testib.* resolvit eleganter plures referens *Hippo. in l. de minore, §. tormenta, num. 11. cum sequent. ff. de questionibus*, quem sequutus est *Gom. d. cap. 12. num. 21.* testes enim quando plures sunt numero suppleant defectum qualitatis ex *Alex. conf. 5. num. 6. vol. 1.*

38 Admittuntur etiam testes inhabiles in delicto in quo per alios veritas haberi non potest, quam dicit communem *Decius conf. 342. num. 8.* quod proce-

dere dicit *Antenius Debutr. in cap. 3. loco de probatio.* quando delictum commissum tali loco vel tempore quo verosimiliter non potuit haberi copia testium, sequitur eum plures referens *Gom. d. n. 21.* Sed certe indubitanter affirmarem cum *Claro d. q. 24. n. 19.* contrarium verius esse, & sufficere alios non adfuisse delicto, nam ibi est eadem ratio. Seler autem senatus, ut ipse affirmat fidei testibus inhabilibus in isto casu adhibere, si non condemnandum pœna ordinaria, saltem ad infligendam pœnam extraordinariam, vel ad torturam. Quando autem testes domestici admittantur late explicat *Gom. d. cap. 12. num. 21.*

40 Illud etiam specialiter in causis criminalibus observandum est, testes produci, & examinari posse diebus feriatis, ut eleganter declarat *Romanus singulari 144. & facit l. 3. C. de Episcopali audientia.*

41 Præterea sciendum est, quod licet testes debeant esse omni exceptione majores, ut supr. hoc cap. probavimus: ad probandam tamen innocentiam delinquentis testes minus idonei admittuntur, & plene probant, ut cum communi advertit *Gomez. d. cap. 12. n. 23.* Cui adde *Alexandrum conf. 5. num. 6. & 7. volumine 1.*

Rolandum á Valle conf. 7. num. 24. dicentem patrem admitti ad probandam filii innocentiam, & *Hipol. fing. 19.* asserentem, testes de crudelitate facere probationē ad absolvendum reum: sed recte advertit *Gomez.* sup. hujusmodi probationem non sufficere ad concedendam plenam absolutionem reo, sed ad imponendam pœnam mitiorem iudicis arbitrio pro delicti, & personarum qualitate.

Deinde testes receptos in Summaria informatione ratificari debent in iudicio plenaria intra tēpora ad probandum concessa, alias fidem non faciunt notat *Bart. in l. fin. ff. de questionib. Abb. & Innocent. in cap. bone in 1. de electione, Argel. de malef. verbo fama publica, col. 2.* & est ratio, quia testes deponentes in iudicio summario, deponunt parte non citata, & ideo fidem non faciunt *cap. 2. de testibus,* deinde quia recipiuntur lite non contestata, & ob id non probat *cap. quinquies, frequenter in princ.* ut lite non contestata, nec sufficit si consensu, & approbatione delinquentis testes recepti in summaria informatione habeantur pro productis in plenario iudicio, quoniam reus in causis criminalibus non potest renuciare suis defensionibus, & ter-

mino probatio, sibi assignato *arg. l. liber homo. ff. ad l. aquil. & l. lege Cornelia, ff. ad l. Cornel. de Syccariis, l. 1. § si quis ultro, ff. de questionibus,* & in terminis docet *glo. fin. in l. pactum inter heredes, ff. de pactis, resolvit communem Gom. 3. tomo, cap. 13. num. 33. Redin. in tractatu de majestate principis in parte per legitimos tramites, num. 114.* quod tamen intellige quando est imponenda pœna corporalis, vel infamiæ. Cæterum si pecuniaria posset reus defensionibus renuciare, & habere testes pro reproductis, ut docet *Inol. in l. custodias, ff. de publicis judiciis.* In hoc tamen Lusitanæ regno contrarium observatur, nam in quocunque crimine poterit Reus testes habere pro reproductis, & ita quotidie practicitur ex *Ordin. lib. 3. tit. 62. §. 1.*

Denique sciendum est, quod ⁴² licet in civilibus, post lapsum terminum probatorium, & post publicatas testationes, & multo minus post conclusionē in causa, testes recipiendi non sint, ut declarat eleganter *Socinus in reg. 498. Mubienso in dialogo reatorum, 3. p. cap. 46.* in criminalibus iudex ad eruendam veritatem, & probationem delicti potest usque ad sententiam definitivam testes recipere, & alias quoscunque

cunque probationes, prout docet Bart. in d. §. *si quis ultro*, *Salycetus in autentica*, qui semel, C. de probationib. Gom. 3. tom. cap. 13. nu. 34. Comprobat Ord. lib. 1. tit. 1. §. 1. quæ hodie est Ord. lib. 5. tit. 124. §. 7. quoniam ad probandam innocentiam rei, & quamlibet ejus defensionem probationes post sententiam definitivam recipi possunt, l. *unius*, §. *cogniturum*, ff. de questionibus notat Felin. in cap. *cum clamor*, de testibus, 2. col. dummodo per evidentiam facti probare paratus sit reus suam innocentiam, veluti quod tempore commissi delicti longè affuerat ab eo loco in quo commissum dicitur, vel quod vivus, aut sanus sit is qui mortuus dicebatur,

prout jam vidi de facto, & probat text. d. §. *si quis ultro* quem sic interpretatur Gomez. ubi supr. n. 33. Multa alia tradit Boffius tit. de publicatione processus, & testium, Symancas de Catholicis instit. cap. 51. *Placa de delictis*, cap. 13. num. 6. *Julius Clar.* §. *fin. quest.* 48. 49. & 52. cum quatuor sequentibus, d. Ordin. tit. 124. §. 8.

Deinde post publicatas testationes, & conclusionem in causa, judex in condemnatoriam, vel absolutoriã sententiã præcedit, & quia interdum semiplene probatum est delictum ad veritatem eruendam condemnatur reus ad torturam, de ea sequenti capite differendum est.

CAP. VIII.

De tortura reorum

- | | | | |
|---|---|---|----|
| 1 | T Ormentorum usus reprobatur à D. Augustino. | Tortura locus non est, nisi precedentibus indicis. | 6 |
| 2 | Tortura non datur in regno Aragonensi. | Tortura locus non est, nisi deficiente probatione. | 7 |
| 3 | Torturæ usus reip. necessar. est. | Tortura danti affert irreparabile. | 8 |
| 4 | Tortura locus non est, nisi in crimine gravissimo. | Tortura locus non est, nisi post testium publicationem. | 9 |
| 5 | Tortura gravior pœna est quam utrisq; manus abscisio. | Tortura adhibita à judice imperito, in delicto plene probato, an probatio | 10 |

- bationes illidantur si reus negaverit?
- 11 Tortura an locus sit super sociis plene probato delicto?
- 12 Indictorum copia danda est reo antequam deveniatur ad torturam.
- 13 Torqueri an possit reus parte non petente extantibus indiciis.
- 14 Atortura sententia appellatur.
- 15 Confessio extrajudicialis, an sit sufficiens ad torturam.
- 16 Tortura an locus sit propter unius testimonium, & quomodo id procedat?
- 17 Socius criminis an sufficiat ad torturam.
- 18 Fama publica utrum sufficiat ad torturam.
- 19 In quo distingatur fama publica à rumore.
- 20 Fama duplex est, simplex, & vehemens, & quid unaquaque operetur.
- 21 Bona fama operatur diminutionem indictorum.
- 22 Mala fama efficax est.
- 23 Famam amittens pro mortuo habetur.
- 24 Fama post vitam temporalium bonorum precipuum est.
- 25 Fuga an faciat inditium ad torturam.
- 26 Inditia plura de jure Regni, vide remissivè.
- 27 Confessio facta in tortura sufficiens non est, nisi postea ratificetur.
- 28 Torturæ ratificatio faciendâ est post diem naturalem.
- De jure hujus regni torturæ ratificatio quando faciendâ sit relinquitur arbitrio judicis.
- Torturæ ratificatio non est faciendâ in loco torture.
- Tortus semel an possit iterum torqueri si delictum negaverit.
- Tortura pluries repeti potest si nova superveniunt inditia.
- Tortus si confessus est delictum in tortura, & postea negaverit, in ratificatione, an sit iterum torquendus.
- Tortus qui in tormentis negavit delictum, an purget inditia.
- Judex quomodo se gerere debeat in tormentis.
- Judex tenetur servare in tormentis modos consuetos.
- Tortura an possit adesse advocatus.
- Tortura non subjicitur nobilis.
- Tortura an subjiciatur miles.
- Doctor an subjiciatur torture.
- Decuriones Civitatis torture non subjiciuntur.
- Mulier pragnans non subjicitur torture, & an post partum.
- Minor 14. annorum, an torture subjiciatur.
- Senex propter decrepitam ætatem, an torture subjiciatur.
- Torturæ an subjiciatur personæ posite in dignitate.
- Torturæ die, Reo non est ministrandus potus, nec cibns.

1 **C**ontra tormentorū usum multa piè, & eleganter scripsit D. Aug. lib. 19. de Civitate Dei cap. 6. quem sequutus est Ludovicus vives prout refert Gomez. 3. tom. cap. 12.

2 & in Regno Aragonensi torturæ locum non esse ipse asserit. Veruntamen tormentorum usum antiquissimum esse, & reipublicæ necessarium ostendit Symanch. in cathol. inst. cap. 65. numer. 8. nam cum delicta ferre omnia occulte, & maxima cum consideratione committantur sæpissimè manerent impunita sublato tormentorum usu, ideo non esse improbandum in

3 Christiana republica tormentorum usum, modo iudices cautè, & legitimis inditiis præcedentibus optimo zelo veritatis inquirendæ his quæstionibus utantur, quemadmodum latè docet insignis Covarruv. Præf. libr. uno, cap. 23. numer. 5. & de materia ista plene scripserunt post doctores in locis ordinariis Gandinus de maleficiis in rub. de quæstionibus, Franciscus Brunus tract. de de ind. & tortura, Paulus Ciriland. eodem tractatu de quæstionibus, Bonifacius eodem tract. Didac. de Suzar. in tract. de ind. & tortura, Paris de Puteo de syndic. in p. de indit. Hipol. ad titulum, ff. de quæstionibus, Anton. Gonz. 3. tom. dilectum,

c. 13. Agyd. Boss. tit. de indi. & tit. de tortura, Julius Clar. lib. 5. sententiarum, §. fin. q. 12. quæst. 63. & plures alii quos ipsi referunt. Quare hic noster labor oculos videbitur, sed nos quæ ad materiam tormentorum pertinet brevius quæ ab ipsis dicta sunt per stringentes, & quæ de jure nostri Regni Lusitaniæ observanda sint præsentī cap. docebimus.

Erit in primis advertendum ne ad torturam deveniatur, nisi ob gravissimum scelus, quo probato puniendum esse pœna mortis, vel alia simili jura docent, l. editum, vers. 1. ff. de quæstionibus, ubi doctores, resolvit late Gomez. d. 3. tom. cap. 13. numer. 2. Est enim tormentum magna afflictio, vehementerque corporis dolor, prout docet Bald. in l. 2. C. quorum appellationes non recipiantur. Joannes Andreas in novella in cap. cum in contemplatione de reg. juris in 6. adeo ut gravior sit tortura quàm utriusque manus abscissio, ut in authentico, ut nulli iudicum, §. fin. tenet Hipol. in l. Divus, numer. 2. ff. de quæstionibus, Egidius Boss. tit. de tortura, numer. 12. Antonius Scapus lib. 5. de jure non scripto, & merito quidem ad torturam deveniendum non est, nisi in delicto quo probato imponenda esset pœna mortis, vel saltem corporalis, ne ante proba-

bationem delicti graviolem pœnam sustineat Reus quam probato delicto ei esset imponenda.

- 6 Inter alia requisita quæ omnino præcedere debent antequam ad torturam deveniatur illud præcipuum est, ut ad torturam minime deveniatur, nisi præcedentibus inditiis etiam in crimine læsæ majestatis, ut tradunt *Cynus*, & *Bal. in l. si quis alicui*, C. ad leg. Jul. mag. *Marsilius in l. 1. ff. de questionibus*, num. 3. & 5. & n. 20. & in l. pen. num. 21. ff. de questionibus, resolvit *Menoch. de arbitrariis*, lib. 1. quest. 84. num. 3. *Gandinus tit. de præsump. & indicii indubitatis*, col. 4. *Bossius in tit. de in ditiis*, num. 1. *Jul. Clar. d. q. 64. num. 3.* Nec etiam devenitur ad torturam, nisi in subsidium deficiente alia probatione quemadmodum resolvit *Marsilius in d. l. 1. ff. de questionibus*, num. 10. *Julius Clar. d. q. 64. n. 5. idem Hipol. in practica §. nunc videndum*, n. 25. & *conf. 51. num. 52.*
- 8 *Gom. d. cap. 13. n. 20. Carrerius in pract. in prin. n. 34. Avendañus in Dictionario verbo tormentis?* Et ratio est quoniam tortura damnnum affert. irreparabile, ut docet *Menoch. d. quest. 84. num. 2.* Alia octo requisita quæ in materia torturæ præcedere debent notat *Marsilius d. l. prima*, ff. de questionibus à num. 5. cum se-

quentibus.

Et ideo ad torturam perveniendum non est ante publicationem testium, quoniam ante eam constante non potest judici de meritis causæ, ut docet cum aliis *Gomez. d. cap. 13. n. 19.* quo fit ut advocatus accusatoris in Regno Hispaniæ in fine libelli quid dicitur (*de bien provado*) & in isto Lusitanæ Regno in fine informationis juris, quæ de communi stylo fit apud nos in scriptis, vulgo (*arrezoado*) petere debeat, ut reus torqueatur si delictum plene, & sufficienter probatum non sit, si enim sufficienter sit probatum, non erit torturæ locus, ut in l. *Divus Pius*, ibi, si aliter veritas inveniri non possit, ff. de questionibus in l. quoties, C. eodem, & superius resolvimus: quinimo si iudex plene probato delicto per imperitiam, aut malitiam reum torserit, ita illiduntur probationes, ut ex eis non possit reus damnari. Ut tenet *Albericus in d. l. edictum*, ff. de questionibus, & est communis sententia secundum relatos à *Gomezio d. cap. 13. numer. 20. vers.* & in tantum. Sed ipse multis fundamentis contrariam defendit, & ultra ipsum insignis *Covas. in practica, cap. 23. numer. 5. Vilhalobos in dissolutione antynoniarum ju-*
ris

ris communis, & Regii, litera T. numer. 12. *Avendanius* in dictionario, verbo tormentum, latissime. *Cassaneus* in consuetud. *Burgundie rubr.* 1. §. 5. in glo. (sin. la grace) numer. 94. *Judex* tamen qui his legitimis probationibus reum torserit, debet puniri tempore sindicatus secundum *Angelum* in l. & si tertius, ff. ad *Sylanianum* cum quo est communis teste *Gramatico* *conferim.* 1. num. 2.

11 Poterit tamen *Judex* probato delicto reum torquere super sociis, & complicibus delicti, & super aliis criminibus, præmissa protestatione, quod id facit, & facere intendit sine præjudicio probationis qua reus convictus est, & ita *Boss.* tit. de sent. num. 70. & cum multis docet *Jul. Clar. d. quest.* 64. n. 8.

12 Indiciorum autem copia danda est reo, antè torturam arg. l. si postulaverit, §. patroni, ff. de adulteriis, l. custodias, ff. de publ. jud. resolvit *Boss.* iii. de indiciis, num. 74. & *Gomezius d. cap.* 13. nam. 21. cujus rei practicam ibi docet.

13 His adde quod si indicia sufficientiant ad torturam, & copia sit exhibitam reo, torqueri potest etiam parte non petente, ut multis fundamentis probat *Gomez.* in d. cap. 13. numer. 22. unde cavend-

um est à glo. in l. *quavis*, C. ad l. *Jul. de adult.* & in l. *quicumque*, verbo *Oportet*, C. de servis fugitivis, & in l. *fin.* ff. de calum. quæ docet non nisi parte petente torqueri posse reum, licet ea sequatur *Paris*, de *Puteo* in tractat. *Syndicatus*, quem refert, & sequitur *Hippol.* in l. 1. col. 5. ff. de *questio*, & in *practica criminali*, §. nunc videndum, numer. 27. *Ciscentes* in l. 79. *Tauri* col. *fin.*

Ulterius adverte à sententia 14 torturæ posse appellari, quoniam affert damnum irreparabile per definitivam, l. 2. ff. de appellat. docet apud nos aperta *Ord.* lib. 5. tit. 1. §. 2. incipit, e não sômente, ibi, *assim como se o juiz julgasse meter o prezo a tormento*, quæ hodie est *Ordinat.* lib. 5. tit. 122. §. 3. *Ord.* lib. 3. tit. 69. §. 1.

Ad *Ordinat.* lib. 5. tit. 64. ibi, 15 *convem a saber se elle onvesse confesado fora de juizo que fizera o maleficio*, quæ est hodie *Ord.* lib. 5. tit. 134. Docet *Ordinatio* ista confessionem extrajudicialem sufficiens inditium esse ad torturam, quæ sane confessio duobus testibus omni exceptione maioribus probata semiplenam inducit probationem, facit *tex.* in l. *fin.* ff. de *inter. act.* glo. *recepta* in l. *capite quinto*, in glo. *fin.* ff. ad l. *Juliam*, de adulteriis, & plures relati per *Symanch.* d. tit. 65.

num. 27. *Mars.* sing. 310. Dicit communem *Felinus* in cap. olim, num. 5. de *rescript.* *Alciatus* in cap. cum non ab homine de *judiciis*, numer. 98. Declarat. optime *Gomez.* d. cap. 13. numer. 8. ubi ad supr. dict. regulam videbis limitationes, & ampliaciones scitu dignissimas *Jul. d. §. fin. quest. 21. numer. 31.*

Ad supr. dict. Ord. ibi, ou-
 16 vesse contra elle huma testemunha que disse que lho vira fazer, est, & aliud inditium sufficiens ad torturam, nempe cum unus testis deponat se vidisse perpetrari delictum, ut notat *glo. in l. 3. C. ad l. Jul. majestatis*, verbo convictus quam ad hoc notat, & commendat *Bart. & alii in l. 1. §. idem Cornelia. ff. de questionibus*, quæ sane *glo.* recepta est ex *Gomez. d. cap. 13. numer. 7. Angelus de maleficiis* sin verbo fama publica precedente, 4. col. vers. quero qualiter, *Hyp. in pract. §. diligenter 1. & 2. col.* quibus ego addo testem omni exceptione maiorem esse debere, ut cum *Baldo tradit Avill. conf. 7. numer. 3.* quo fit ut unius mulieris testimonium ad torturam non sufficiat, atque ita videtur limitanda communis sententia quam refert, & sequitur *Gomez. cap. 12. n. 13.* & nos etiam eam sequuti sumus cap. precedenti, num. 17. quæ do-

cet mulierem in omni causa criminali esse testem legitimum: intelligenda enim est, ut non sit omni exceptione maior, sed ejus fidei propter sexus, & judicii fragilitatem aliquid detrahendum sit, & ideo solâ non sufficiat ad torturam. Hinc fit quod cum in causis criminalibus testes jure communi debeant esse maiores viginti annis, l. in testimonio, ff. de testibus, licet testis minor hæc ætate faciat inditium, non tamen, sufficiens ad torturam, ut in l. in iusti, ubi notat *Glo. & doctores, ff. de testibus, l. fin. C. quibus ut indignis*, & nos cap. precedenti diximus.

Hinc etiam fit quod cum so- 17
 cius criminis non sit legitimus testis, & omni exceptione maior contra socium, l. ultima, C. de accus. l. quoniam liberi, C. de testibus, cap. veniens extra eodem depositio talis socii non facit inditium ad torturam, l. 4. ff. de questionibus, cap. fin. 15. q. 3. declarat *Bal. conf. 95. lib. 1. & conf. 79. lib. 3. Fas. in l. 4. §. si tibi judicium, ff. de cond. ob turp. causam*, tradit *Dominus D. Symanchas ubi supr. num. 26.*

Præterea observare debes quod unus testis omni exceptione maior tunc sufficit ad torturam cum aliàs reus vilis est, aut infamatus de crimine, nam si sit vir
 inter-

integræ famæ, & opinionis, oportet ut cum uno teste alia indicia concurrant, ut cum Bart. in l. marius, ff. de questionibus, & aliis quos refert, resolvit Illustrissimus, & Reverendissim. Episcopus Symanchas d. cap. 65. n. 23. & 24.

18 Ad sup. dict. Ord. ibi, *ou fama publica*, connumeratur etiam inter inditia ad torturam sufficientia fama publica comissi criminis, quæ duobus testibus probari potest omni exceptione maioribus, & sufficientem rationem suæ depositionis redentibus, notat glo. per tex. ibi in l. de minore, §. tormenta, ff. de questionibus, in l. 3. §. ejusdem, de testibus, l. 2. §. quod dicitur, ff. de requirendis reis, l. labeo, ff. de supelectili legata, per quæ jura cum multis auctoribus, quos refert Gomez. cap. 13. numer. 10. refert plures Symanchas d. cap. 75. numer. 34. Jul. Clar. lib. 5. §. fin. question. 21. num. 1. & nostra Ordinatio in illis verbis, *ou fama publica*, quæ tamen debet emanare à personis fidedignis ex d. Ord. ibi, *que procedesse de pessoas de authoridade, e dignas de fé*, & ita Bart. in l. fin. ff. de her. inst. docet Boss. tit. de inquisitione, numer. 37. & 38. debentque de hac qualitate deponere etiam non interrogati. cum in hoc casu etiam

non interrogati teneatur reddere rationem ex Alex. conf. 25. numer. 6. lib. 4. Bart. d. §. plurium, num. 25.

Sed in contrarium de jure communi est magis recepta sententia, ut scilicet sola fama non sufficiat ad torturam, quoniam ea pondus testificationis non habet, sed vicem indicis, vel accusatoris, cap. qualiter, & quando in 2. de accusationibus, & hanc sententiam, quasi magis communem, & veriore probat Illustrissimus Symanchas sup. num. 26. & Jul. Clar. plures referens d. num. 1. qua in re cum Bart. conf. 191. & aliis quos refert, sic statuit doctissimus Menochius de arbitrariis casu 206. ut 2. opinio procedat in simplici fama, prior in vehementi, & frequenti. Quæ autem dicatur frequens, & vehemens fama iudicis arbitrio relinquatur, ut docet Hypol. in l. questionis modum, numer. 19. & 47. ff. de questionib. Sed bonus iudex ex eo arbitratur fama sufficere ad torturam si contra vilem personam, & aliis criminibus notatam orta sit, ut in d. l. 3. & ex eo quod ex probabilibus indiciis, & præsumptionibus traxerit originem, ut cum Bart. in l. de minore, §. plurium, col. penult. ff. de questionibus consuluit Bal. conf. 520. vol. 5. refert, & declarat Glossator Hispanus

pannus Gregorius Lopez in l. 3. tit. 3. p. 7. in glo. 1. Quid autem sit fama, & quocumque sit, & effectus cuiusvis famæ quid operetur latè tradit Mari. in d. cap. qualiter, & quando art. 1. Felin. & Aretin. in ca. cum oporteat de accus. Felin. in cap. veniens, o 1. de testibus, Decius in cap. 1. de appellat. Bart. & Hip. ibi in l. de minore, § plurium, ff. de quaestionibus.

21 Opponitur tamen bona fama quæ operator diminutionem indiciorum ad torturam, ut qui aliàs erat torquendus non torqueatur, secundum Bart. in l. 1. § penult. ff. de re militari, Bal. in l. fin. col. fin. C. de probat. Alex. conf. 14. col. 3. vol. 3. vers. ad defensionem rei, Hypol. in d. § plurium, col. penult. eliditur enim inditium per bonam famam, & non solum per bonam famam, sed per aliud inditium in favorem rei, ut per Fas. in l. 1. ad fin. C. ¶ Est autem probanda bona in specie circa materiam de qua agitur quia præsumptiones in genere bonæ famæ non tollunt malam famam, in specie ex Alex. conf. 77. in 1. volumine, & conf. 62. col. 2. in fin. & sequenti. volum. 3. Curti. Jun. conf. 55. col. ultima, Rom. conf. 167. incipit Antonius accusatus, in fin. & conf. 451. Sed licet non tollant, elidunt tamen malam fa-

mam, & hoc non potest negari secundum Bossium tit. de inquisitione, numer. 35. Unde melius est bonum nomen quam divitiæ multæ, ut constat Eccles. cap. 41. & Apostolus ad Corinth. c. 1. expedit 22 mihi magis mori quam ut gloriam meam quis evacuet, & adeo efficax est mala fama, ut nobilem degeneret, plebeum denigret, fratrem beneficio privet, fidem minuatur, honores tollat, unde Ange- 23 lus conf. 354. in q. prædicta tenet, quod ille habetur pro mortuo qui famam amisit, contra vero bona fama mirabilis est, nam id quod est facit non esse, & id quod non est in esse producit, & consequenter de albo facit nigrum, & è contra, secundum Bossium d. tit. de inquisitione, n. 37. Unde emanavit proverbium Lusitanum (Cobra boa fama, e faze o que quizeres) ex quibus fatendum est (cum doctissimo Soto lib. 5. de justitia, & jure, questione 6. art. 3. col. 14.) 24 in bonis temporalibus post viam præcipuum, ob idque satis est famam nosse, quæ bona est existimatio de homine publicitus habita, ob idque infamator commodiori aptiorque possibili modo restituere, resarcireque eam teneatur, quo autem casu restitutio ista sit facienda explicat eleganter Soto loco supr. citato.

Ad supr. dictam Ord. ibi, *ou se esse prezo fosse absentado*, &c. Videtur deducta hæc Ord. ex doctrina Bart. in l. ult. num. 5. idem Bart. in l. sanatus, ff. ad Sylani-anum, *Muhislanus singul.* 135. Dec. conf. 254. gl. penul. in l. admonendi de jurejur. quæ voluit fugam inducere semiplenam probationem. Denique docet Ord. nostra fuga sufficere ad torturam modo reus fugam arripiat ante informationem, quærelam, aut denuntiationem, ut probat d. Ord. ibi, *antes que delle fosse querelado*, & convenit l. Divus Adrianus, ff. de custodia reorum, l. raptores, C. de Episcopis, & Clericis. tenet Jaf. in repetitione legis admonendi, ff. de jurejurando, col. 3. & sequenti. Bossius tit. de indiciis, numer. 49. Gorn. in l. 76. Taur. numer. 12. & 3. tom. cap. 3. n. 10. ubi contendit id procedere sive ante, sive post informationem quis fugiat, distinguit plenissime Jul. Clar. omnino videndus lib. 5. §. fin. quest. 21. n. 18. Contendit Symanch. d. cap. 65. n. 29. solam fugam sufficere ad torturam: & licet suspectus sit qui fugit ex illo Ecclesiastes cap. 4. fugit impius nemine persequente, ea tamen suspicio ex variis personarum, & reorum circumstantiis, maior aut minor esse potest, nec solus Sy-

manchas in hac opinione residet, nam multi alii eam tenent, ut firmat Jul. ubi supr. numer. 22. & dicit magis communem Curtius Junior in l. admonendi, ff. de jurejurando, numer. 49. & approbata est de jure regni per sup. dictam Ord. ibi, *com algum outro pequeno inditio.*

Sunt etiam alia plura inditia, 26 quæ latissime tradunt supr. citati auctores, & de jure hujus regni relinquuntur arbitrio judicis, ut patet ex supr. d. Ord. ibi *ficará no alvidro do julgador*, quæ omnia apud ipsos invenies latissimè, & doctissimè tradita, ideo ea hic referre non curavi.

Deinde illud summè notandum est, quod licet reus legitime tortus confiteatur delictum in tormentis hæc confessio sufficiens non est, nisi transacta tortura ratificetur l. 1. §. Divus, ubi notant glosa, & omnes, ff. de questionibus, l. 2. ff. de custodia reorum declarant Cifuentes in l. 79. Tauri, vers. sed si non perseveravit, illustrissimus Symanchas omnino legendus d. tit. 65. numer. 65. & numer. 67. cum sequentibus Bossius tit. de confessis, per torturam, numer. 1. & comprobatur Ord. d. tit. 134. ibi, *ao menos que ratifique a confissão em juizo.*

Glo. tamen in l. cap. quinto, ff. ad l. Juliam de adulter. hanc sententiam limitat, ut non procedat quando quis torquetur eo inditio nempe, quod extra judicialiter fuit confessus, tunc enim non requiritur ratificatio post torturam, sequitur Jaf. in l. magistratus, numer. 4. ff. de jurisdictione omnium judicum, & cum pluribus, quos refert Cisuentes, ubi sup. dicit communem doctissimus Episcopus Calagurrihanus in practica cap. 125. in §. limitatione, quæ sane opinio de jure vera non videtur, & ita contrarium tenent D. Episcopus reverendissimus, & Antonius Gom. cap. 13. numer. 24. & ex eo probatur, quia torturam semper inditia præcedere debent sufficientia, ut sup. resolvimus, & nihilominus post torturam requiritur ratificatio confessioni, ut proxime diximus, quæ ratio æquè militat quando præcessit confessio extrajudicialis, sicut quando aliud indicium, igitur utroque casu requiritur ratificatio, & ita olim hanc resolutionem accepi ab eruditissimo viro, atque collendissimo præceptore meo Martino de Bustos in cap. 2. glo. 1. extra de confessis.

28 Quibus addo prædictam confessionem ratificari debere non in continenti, urgente adhuc dolore præteriti tormenti, nam hæc metu

videtur ex tortura, ut cum Cyno & Bal. resolvit Cisuentes in d. l. 79. ver. decimo sexto requiritur Jul. Clar. d. l. si quasi. 63. numer. 41. unde in praxi dicit receptū, Gomez. ubi sup. numer. 24. ratificationem istam faciendam esse post diem naturalem, de jure tamen hujus regni facienda est arbitrio judicis post aliquos tamen dies, ut suadent verba d. Ord. ibi, despois do tormento por alguns dias. Debet autem ratificatio fieri non in loco torturæ, seu ubi instrumenta ad torquendum videri possint, aliter enim dici possent quod adhuc duraret metus tormentorum, ut resolvit cum aliis Jul. Clar. d. cap. q. 63. numer. 42. & comprobat Ord. hujus regni tit. 64. ibi. o qual juizo se fará da casa onde lhe assim foy dado o tormento.

Annectitur hic congruè quæstio illa, utrum si reus semel tortus neget delictum, possit iterum torqueri, & posse repeti, quæstionem probat, l. repeti. ff. de quæstionibus, Ord. lib. 5. tit. 64. ibi, E quando o accusado, & ibi, E em todo negára culpa, &c. quæ hodie extat Ord. lib. 5. tit. 134. resolvit Hipok. in pract. crimin. §. quoniam, numer. 2. Gregorius Lopez in l. 4. tit. 30. p. 7. quod procedit etiam si semel graviter fuerit tortus, si modo inditia urgentissima sint, & delictum atrox, ut do-

docet *Bart. in l. unius*, §. 1. ff. de *questionibus*, *Salycetus in l. 2. ff. de custo. reorum*, *Gregorius in d. l. 4. verbo*, *E se por ventura negasse*, idque suadent verba *Ordinationis*, ibi, *se quando primeyramente foy posto no tormento avia contra elle muytos, e grandes indicios, em tanto que, posto que elle negue o maleficio no tormento, ainda porèm o Julgador naõ deyxer de crer que elle fez o maleficio*, resolvit *Gom. d. cap. 13. numer. 26.* qui asserit legendo, & consulendo semper probasse hanc sententiam, licet contrariam magis communem esse agnoscat.

32 Deinde dubitandum non est torturam pluries repeti posse cum scilicet nova inditia supervenerunt, ut in *d. l. unius*, §. 1. ibi evidentiorebus argumentis oppressus, probat *Ord. lib. 5. tit. 64. alias hodie tit. 134.* ibi, *sobre vierã contra o prezo outros novos indicios*, notant *Gom. & Gregorius ubi sup. latè Jul. Clar. lib. 5. sententiarum*, §. fin. q. 64. num. fin.

33 Sed, & si reus qui in ipsa questione confessus est iterum neget, poterit iterum torqueri secundum *Bart. in d. l. unius*, §. reus in fin. quoniam ex illa variatione videtur oriri novum inditium contra dilinquentem, & ita docet dicta *Ord. tit. 64. ibi, Item se o accusado no tormento confessou, &c.* Rr est

recepta sententia, & praxi servata, ut præter *Gomez. & Gregor. sup. latè tradit Illustrissimus Symanch quem refert, & sequitur Jul. in d. §. fin. q. 64. numer. 36.* qui rectè advertit ultra tertiam torturam procedere judicem non posse, quod ultra ipsum annotavit *Angelus in l. fin. C. de questionibus*, *Alex. in additionibus ad Bart. in d. §. Divus vers. quaro utrum*, *Hypol. in practica crimin. §. quoniam*, numer. 4. *Cisuentes in l. 79. Tauri*, vers. item, qui tribus vicibus, *Bossius asserens in practica observari in tit. de tortura*, numer. 43.

Quod si evenerit, ut in tormentis confessus extra tormenta terrevocet confessionem, judex non debet causam indecisam relinquere, ut plerique putant, sed reum definitivè arbitraria pœna condemnare propter illam confessionem in tormentis factam, ut docet *Bartol. in l. fin. ff. de questionibus*, & optimis fundamentis probat *Gomez. d. capit. 13. num. 28. vers. sed eis non obstantibus.*

Denique si nunquam in tortura confessus fuit delictum tunc in tortura videtur purgasse inditia, ita ac si nihil contra eum probatum esset, ut docet *Albericus in l. edictum numer. 2. ff. de questionibus*, & totum mundum ita tenere asserit *Boerius d. 163. num. 12.* 34

& plures quos refert, & sequitur *Ful. Clar. d. q. 64. num. 38.* adjectives quod si delicta sint valde gravia, & reus famosus hoc quoque casu mitiori pœna arbitrio iudicis erit puniendus, in hoc autem regno Lusitanix semper reus qui in tortura negavit condemnatur, arbitrio iudicis maiori, vel minori pœna secundum qualitatem indiciorum, & probationis, & ita Senatus observat teste insigni *Gama decis. 180. incipit, fuit olim. &c. num. fin.*

- 35 Iudex autem in adhibenda tortura se gerere debet maxima cum consideratione, & prudentia, nã ante omnia tortura adhibenda est cum moderamine per *tex. in l. de minore, §. tormenta, ff. de quest.* quod sane arbitrio iudicis relinquatur secundum *Marsilium in pract. §. expedita, num. 85. Gomez. d. cap. 13. num. 5.* debet igitur considerare iudex vires, & qualitatem rei videlicet, an sit debilis, vel robustus, & ferox, an nobilis, vel plebeus, an civis vel rusticus; item debet etiam considerare qualitatem indiciorum secundum ea quæ tradit *Ful. d. quest. 64. num. 33.* atque qualitatem criminis, ut tenet *Angelus de maleficiis in verbo fama publica precedente*, quæ refert, & sequitur *Mars. in d. §. expedita, num. 85.*

- 36 Item iudex advertere debet, ne

reum torqueat modis in consuetis, & exquisitis, & uti moderamine, ut reus salvus, & illesus remaneat, non solum quoad vitam, sed etiam quoad membra secundum *Clarum d. q. 64. n. 36. & Gomez. d. n. 15.* alias enim iudex tenetur in syndicata juxta ea quæ solvunt *Ful. Clar. ubi supr. n. 39. & Gomez. 3. tom. cap. 13. num. 6.*

An autem torturæ possit adesse 37
advocatus, sive procurator rei explicat latè *Julius Clarus d. q. 64. n. 35.* de jure autem hujus Regni Lusitanix torturæ adesse aliquis non potest: nisi iudex tabellio, & minister, ut constat ex nova Reformatione justitiæ condita ab invictissimo *Philippo I. Portugallia Rege in §. quando se mandarem har tratos*, quod hodie habetur in *Ord. lib. 5. tit. 134. §. 5.*

Quæstionibus tamen, & tor- 38
mentis non subjicitur nobilis ex *text. in l. nullus, C. ad l. Ful. majest. Resolvit insignis Covar. lib. 2. variarum, cap. 9. numer. 4.* latissimè, ut solet *Andreas Tiraq. de nobilitate, cap. 20. num. 106. Chassanens in catal. glorie mundi consid. 33. p. 8. vers. hinc est. Gomez. d. cap. 13. numer. 3. Julius Clarus q. 64. n. 16.*

Item quæstionibus, & tormentis non subjicitur miles, *l. milites C. de quæstionibus, l. 3. §. 1. ff. de re militari*, tenet *Grilandus de quest.*

quæst. & tortu. 6. q. picipali, n. 3. *Bossius* titulo de iudiciis, numer. 104. quod ita communiter concluditur, quod hodie proceditur in his qui æquites appellantur, nam privati milites hodie torquentur passim, & ita resolvunt *Bossius* loco præallegato, numer. 18. *Julius* d. q. 64. numer. 18. idque suadent verba Ordinationis d. tit. 134. §. 1. ibi, ou *Cavaleyro*.

40 Nec etiam Doctor torqueri potest, arg. text. in l. milites, ibi communis secundum *Gomezium* d. cap. 13. numer. 3. dicit etiam communem *Paris de Puteo*, & alii quos refert, & sequitur *Julius Clarus* d. q. 64. numer. 16. *Bossius* titulo de iudiciis, numer. III. *Duenas* in regula 190 in 4. ampliacione, refertque *Julius Clarus* loco præallegato *Senatum Mediolanensem* ita rescripsisse prætori *Placētia* in causa cuiusdam Doctoris, & de jure hujus Regni est aperta Ordinatio d. tit. 134. §. 3.

41 Nec etiam tormentorum pœna afficiendi sunt decuriones civitatis per textum in l. decuriones, C. de questionibus, cui convenit d. Ord. §. 3.

42 Item mulier prægnans propter periculum partus torturæ non subicitur, l. prægnantis, ff. de pœnis, quod procedit quandiu prægnans est: fœtus enim in utero existens, qui non peccavit, ma-

tris iniquitatem portare non debet, & etiam de consuetudine non torquetur post partum nisi elapsis 40. diebus teste *Claro*, d. q. 64. numer. 23. *Gomezius* cap. 13. numer. 3. idque in mulieribus l. Etantibus procedere tenens *Clarus* d. q. 64. numer. 21.

Nec etiam torquetur senex 43 qui propter decrepitam ætatem verosimiliter non possit pati torturam ex text. in l. siquis in gravi, §. ignoscitur, ff. ad Syll. l. questionis modum, ff. de quæst. *Joannes Andreas* in cap. cum in contemplatione de reg. jur. 3. col. vers. non torquetur etiam senex, Dicit communem *Griland. de divers. crim. lib. 3. q. 6. numer. 5.* dicit plura scita digna, *Andreas Tiraquel. de pen. temperandis, causa* 8. non tamen penitus excusatur à tortura, nam bene potest: senex torqueri levi tortura, *Gomez. d. cap. 13. n. 3.*

Item nec minor torturæ subji- 44 ciendus est cum sit minor 14. annorum, & dicit sententiam communiter receptam, *Plaça lib. I. delictorum, cap. 32. numer. 12.* potest tamen minor terreri, vel ferula cædi, vel alio simili genere tormentorum per textum in l. 1. §. impubes, ff. ad Syl. ita *Annan. in cap. 1. n. 10. de delictis puerorum, resolvit Gomez. d. numer. 3. & Julius Clarus d. q. 64. n. 21.*

Nec

45 Nec etiam possunt de jure torqueri personæ positæ in dignitate, teste *Bossio in titulo de tortura testiam, numer. 7. & est text. in l. severam, C. de dignitatibus, lib. 12.* De Clerico autem post Episcopum Bernardum Diaz, quem ipse allegat plura quidem scitu digna scripsit *Jul. Clar. d. q. 64. numer. 24. & 25.* qui autem non possunt torqueri an possint terri, vide *Gomez d. cap. 13. numer. 4. Bossius tit. de tortura, num. 5. 7. & 10. & tit. de indicis, num. 25. & 27. & 123. & 124.* in casibus autem exceptis in Ordinatione lib. 5. tit. 134. §. fin. & in Ord. lib. 5. tit. 37. §. 3. & tit. 12. §. 2. & tit. 6. §. 29. & tit. 13. §. fin. & tit. 19. §. 2. & 3. omnes indistinctè etiam si nobiles sint, & privile-

giati quæstionibus, & tormentis subjiuntur, & quibus casibus de jure hujus Regni possit quis torqueri levibus indicis docet Ord. lib. 5. tit. 6. §. 29.

Denique cum *Hypolito in l. 1. 46 in princip. num. 29. ff. de quæstionibus*, judex animadvertere debet decreta tortura priusquam reo inferatur nec reus eodè die aliquid comedat, aut bibat, & ita consuetudo observat, prout resolvit *Paris de puteo tractatu Synd. c. 4. verbo tortura, numer. 11. Antonius Scapo tractatu de jure non scripto, numer. 8. quod limitabis*, ut procedat per decem horas; prout observat communis praxis, ut per *Julium Clarum libro 5. sententiarum, §. fin. q. 74. vers. decreta.*

Spes mea Christus est.



IN-



INDEX

OMNIUM RERUM, QUÆ IN
hoc lib. continentur.

A.



ACCUSATORE
non existente an
leceat iudici cō-
tra aliquem pro-
cedere, cap. 1.
num. 9.

Accusatione quo-
modò procedatur, cap. 3. nu-
mer. 1.

Accusatio ab actione differt, ibi
num. 2.

Accusandi jus cui libet com-
petit, nisi is reperiatur prohi-
bitus, ibi n. 3.

Accusatio quibus personis non
permittatur, ibi n. 4.

Accusatorem inhabilem an ju-
dex repellere possit parte non
opponente, ibi n. 5.

Ab accusatione qui repellantur

de jure hujus Regni, ibi n. 6.
Ab accusatione quis repellend-
us non est, si suam, vel suo-
rum injuriam prosequatur, ibi
num. 8.

Accusatores extranei si plures
existant iudex eligere debet
magis idoneum, ibi n. 10.

Accusatores consanguinei si plu-
res existant, proximior admit-
tendus est, n. 11.

Accusatus si pacem vel transacti-
onem faciat cum uno consan-
guineo proximiori percindit
viam ulterioribus accusare vo-
lentibus, ibi n. 12. & quid de
jure Regni, ibi n. 13.

Accusare non potest Clericus
laycum, vel laycus Clericum,
nisi suam vel suorum injuriam
prosequatur, ibi n. 4.

Accusare potest Clericus deli-
ctum,

- ctum, ex quo venit imponenda pœna sanguinis præmissa protestatione, n. 15.
- Accusatore non existente promotor fiscalis jus habet accusandi vel prosequendi accusationem, ibi n. 16.
- Accusatio an requirat nomen imperatoris, diem, annum, & mensem commissi delicti, & quid ad instantiam partis, ibi num. 20.
- Accusator si posuit diem, & horam, & non probavit illa hora, & die quid, ibi n. 21.
- Accusatoris calumniœ pœna de jure hujus Regni, qualis sit, cap. 2. n. 13.
- Annotatio bonorum fieri debet capto reo, si confiscatio spectetur, cap. 4. n. 17.
- C.
- C**ausa exceptus firmat regulam in contrarium, cap. 3. num. 7.
- Cap. asserte, de præsumpt. declaratur, cap. 7. n. 15.
- Ad capturas quando judex procedere possit.
- Ad capturam potest judex procedere sine informatione, si reus sit suspectus de fuga, ibi num. 2.
- Ad capturam in crimine hæresis non proceditur, nisi ex sufficienti informatione, ibi n. 3.
- Captura fieri non potest sine judicis mandato, ibi n. 4. & in scriptis redigi debet, adeo quod testibus probari non possit, ibi n. 5. & 6.
- Capi quis potest in fragranti delicto, absque judicis mandato, ibi n. 7.
- Capere potest laycus judex clericum in fragranti delicto, ibi num. 8.
- Captus exhibendus est judici intra viginti quatuor horas, ibi num. 9.
- Captum in carcere inclusum non potest officialis relaxare sine judicis mandato, ibi n. 10.
- Capere non potest judex delinquentem in territorio alieno, ibi n. 11.
- Capiendus est reus existens in alieno territorio per literas requisitorias, ibi n. 12.
- Capere potest judex reum in territorio alieno, si eum è suo territorio prosequatur, & quid tunc facere debeat, ibi n. 14. 15. & 16.
- Capere aliquem non licet privato, ibi n. 18.
- Carcer ab imperio, & jurisdictione judicis pendet, ibi n. 19.
- Carcerem privatum habenti imponitur pœna mortis, ibi n. 20.
- Carcer privatus quis dicatur, ibi num. 18.

- Captus an possit contrahere, ibi num. 23.
- Captus injuste an possit pro alio delicto retineri, ibi num. 24.
- Capturæ injustæ effectus, vide remissivè, ibi n. 25.
- Carcer qualis esse debeat, ibi num. 26.
- Carcer, & vincula assignantur attenda qualitate personæ, ibi num. 27.
- Carcer mulierum à viris separari debet, ibi n. 28.
- Carcer regulariter ad custodiam assignatur, ibi n. 31.
- Carcer de jure canonico, an imponatur pro pœna, ibi n. 32.
- Carcer appellatur pœna, ibi num. 33.
- Carceris tempus, an minuat delictum, ibi n. 34.
- Captorum, & incarceratorum materiam, & eorum fugam, vide remissivè, ibi n. 35.
- Confessio in criminalibus, sicut in civilibus probat, cap. 6. n. 1.
- Confessio quo tempore petenda sit, ibi n. 2.
- Confessio facienda est in præsentia judicis, ibi n. 4.
- Confessionis receptio tabellioni committi non potest in causa criminali, ibi n. 5.
- Confessionem ut iudex summere possit, informatio præcedere debet, ibi n. 7.
- Confessio si juste petatur tenetur reus veritatem dicere, ibi n. 8.
- Confessio unica in iudicio facta an sufficiat, ibi n. 11.
- Confessio facta in criminalibus differt à confessione facta in civilibus, ibi n. 13.
- Confessio minoris, an ipsi noceat, ibi n. 15.
- Confessioni an interesse debeat curator minoris, ibi n. 16.
- Confessioni an possit ad esse Advocatus, ibi n. 17.
- Confitenti minori sponte, an sit in integrum restitutio danda, ibi n. 18.
- Confessio debet esse possibilis, & verosimilis, ibi n. 20.
- Confessio facta cum defensione, si defensio non probetur, quid operetur, ibi n. 21.
- Confessio facta in processu nullo, an noceat delinquenti, ibi num. 23.
- Confessionis factæ apud iudicem incompetentem effectus, vide, ibi n. 24.
- Confessio partis probatio est, cap. 7. num. 3.
- Confessio extrajudicialis, an sufficiat ad torturam, ibi n. 15.
- Confessio facta in tortura sufficiens non est, nisi postea ratificetur, ibi n. 27.
- Criminales causæ olim ad triumviros deferebantur, cap. 1. n. 1.
- Ciceronis locus declaratur, ibi num. 3.

D.

- D**efensio justa non est delictum, cap. 5. n. 13.
 Denuntiatio quotuplex sit, & quomodo per denuntiationem procedatur, cap. 2. n. 1. & 2.
 Denuntiationis duas species constituit auctor, ibi n. 3.
 Denuntiatio fraterna quæ sit, ibi num. 4.
 Denuntiatio judicialis quæ sit, ibi n. 5.
 Denuntiare an possit qui est prohibitus accusare, ibi n. 6.
 Denuntiatio aperit viam ad inquirendum, ibi n. 7.
 Denuntiator an sit testis idoneus, ibi n. 8.
 Denuntiare quibus de causis possit fiscalis, ibi n. 9.
 Denuntiator qui sponte denuntiavit an sit condemnandus in expensis, ibi n. 10.
 Denuntiator fiscalis non est condemnandus in expensis, nisi apparuerit de vera calumnia, ibi n. 11.

F.

- F**ama an sufficiat ad torturam, cap. 8. n. 18.
 Fama loco accusatoris habetur, cap. 1. n. 10.
 Famofus latro quis dicatur, cap. 15. n. 7.

- Fama publica distinguitur à rumore, cap. 8. n. 19.
 Fama duplex est, ibi n. 20.
 Fama bona operatur diminutionem inditorum, ibi n. 21.
 Fama mala efficax est, ibi n. 22.
 Famam amittens pro mortuo habetur, ibi n. 23.
 Fama post vitam temporalium bonorum præcipuum est, ibi num. 24.
 Fuga an faciat inditium ad torturam, ibi n. 25.

I.

- I**nditium quid sit, cap. 7. n. 11.
 Inditorum certa regula tradendi non potest, ibi n. 12.
 Inditorum tres constituuntur gradus, ibi n. 13.
 Inditia an sufficiant ad veram probationem, ibi n. 14.
 Immunitatis Ecclesiarum materiam, qui latè scripserint traditur, cap. 5. n. 1.
 Immunitate an gaudeat Ecclesia non dum consecrata, ibi n. 2.
 Immunitas an concedatur hospitalibus auctoritate Episcopali constructis, ibi n. 3.
 Immunitate an gaudeat confugiens ad sacerdotem portantem Eucharistiam in manibus, ibi num. 4.
 Immunitate an gaudeat infidelis, & quid de jure regni, ibi num. 5.

- Immunitate an gaudeat excommunicatus, ibi n. 6.
- Immunitate an gaudeat famosus latro, ibi, n. 7.
- Immunitate an gaudeat delinquens deliberatè, & infidiosè, ibi n. 8.
- Immunitate an gaudeat Raptor virginis, ibi n. 9.
- Immunitate an gaudeat delinquens in Ecclesia, ibi n. 10.
- Immunitate an gaudeat qui juxta Ecclesiam delictum commisit, ibi n. 11.
- Immunitate an gaudeat ille qui dum extraheretur ab Ecclesia illicite aliquem vulneraverit, ibi n. 12.
- Immunitate an gaudeat captus si ducatur per Ecclesiam, ibi num. 14.
- Inimicus qui dicatur arbitrio judicis relinquatur, cap. 7. n. 21.
- Inquisitio est duplex generalis, & specialis, cap. 1. n. 5.
- Inquisitio generalis potest fieri nulla præcedente infamia, ibi n. 6.
- Inquisitio generalis operatur, ut possit deveniri ad specialem, ibi n. 7.
- Inquisitio specialis qualis sit, & an necessario debeat præcedere infamia, ibi n. 8.
- Inquisitio in delicto notorio potest fieri nulla præcedente infamia, ibi n. 12.
- Inquisitio specialis potest fieri prævia aliqua juris præsumptione, ibi n. 13.
- Inquisitio de jure communi in quibus casibus possit fieri, ibi n. 15. & quid de jure Regni Lusitaniæ, n. 16.
- Inquisitioni ut locus sit debet præcedere diffamatio, vel denuntiatio, ibi n. 16.
- Judex de sociis non debet specialiter, sed generaliter interrogare, ibi n. 26. cap. 7.
- Judiciorum copia danda est reo antequam deveniatur ad torturam, cap. 8. n. 12.
- Indicia plura ad torturam de jure Regni, vide remissivè, ibi num. 26.
- Judex quomodo se gerere debeat in tormentis, ibi n. 35.
- Judex servare tenetur torturam consuetam, ibi n. 36.
- Juramentum de veritate dicenda recipiendum est in confessione, cap. 6. n. 6.
- Judex quomodo se gerere debet in ininterrogationibus, ibi numer. 10.

L.

L Ex 2. ff. de origine juris, de claratur, cap. 1. n. 2.

Lex qui in carcerem, ff. de eo quod metus causa, declaratur, ibi n. 22.

Lex 2. C. de custodia reorum, E decla-

declaratur, cap. 6. numer. 12.
 Lex i. §. item illud, ff. ad Syl.
 declaratur, ibi num. 14.
 Literæ requisitoria quid operen-
 tur, cap. 4. n. 2.

P.

P ræsumptio in delictis est
 contra delinquentem, &
 quid sit præsumptio, cap. 6.
 num. 22. & cap. 7. num. 11.
 Præsumptio legis, an sufficiat ad
 condemnationem, cap. 7. nu-
 mer. 16.
 Probationis terminus assignatur
 factis allegationibus, cap. 7.
 num. 1.
 Probationis diffinitio, ibi n. 2.
 Probationes in criminalibus qua-
 les esse debent, ibi num. 4.
 Probationes semiplenæ, an con-
 jungatur in criminalibus, ibi
 num. 17.

R.

R estitutionis renuntiatio, an
 noceat minori, cap. 6. nu-
 mer. 19.
 Reus convictus de mendacio
 non tanquam perjurus est pu-
 niendus, sed extraordinariè,
 ibi n. 9.

S.

S ocii criminis separandi sunt
 præcipuè ante confessionem,
 cap. 4. n. 29.

Socius criminis, an possit esse
 testis, cap. 7. num. 24.

Socius potest interrogari per
 torturam, si aliter declarare
 noluerit, ibi n. 27.

Socius criminis an probet, sicut
 alius testis legitimus, ibi n. 28.

Socius criminis testis non est
 omni exceptione maior, ibi
 n. 29.

Socii confessio juramento firma-
 ta esse debet, ibi n. 31.

Socius criminis an sufficiat ad
 torturam, cap. 8. n. 18.

Summariam informationem an-
 te omnia iudex recipere de-
 bet, cap. 3. n. 17.

Summaria informatio recipitur
 parte non citata, & quare, ibi
 num. 18.

T.

T alionis poena quæ sit, &
 an sit in usu, cap. 2. nu-
 mer. 12.

Testis siue pars, an possint veri-
 tatem occultare iudici injustè
 procedenti, cap. 1. n. 11.

Testis idoneus quilibet reputa-
 tur ad inquirendum, ibi nu-
 mer. 14.

Testes inhabiles admittuntur in
 summaria informatione, cap.
 3. num. 19.

Testes in criminalibus quot suf-
 ficiant, cap. 7. n. 5.

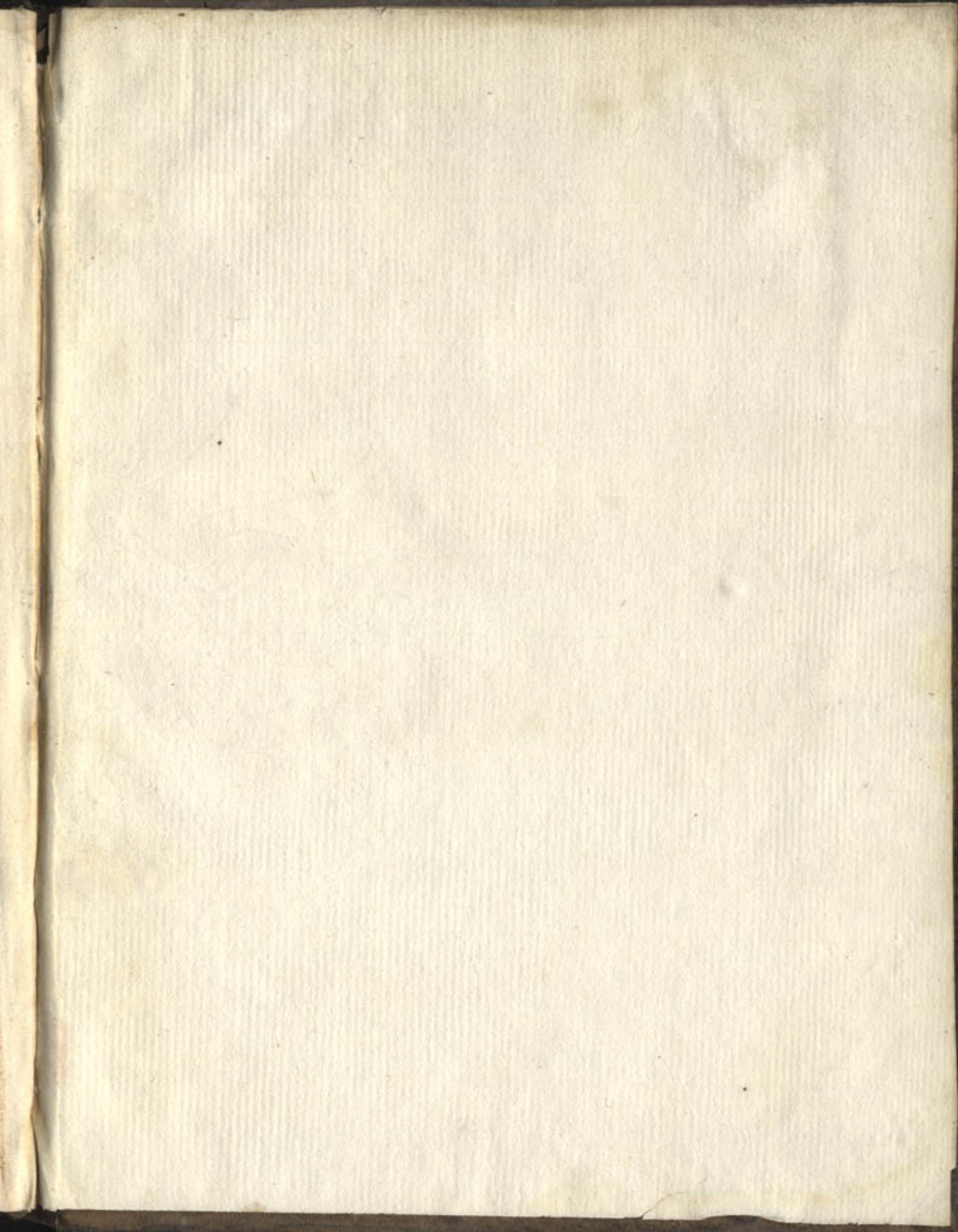
Testes in criminalibus tenentur
 ra-

- rationem reddere, ibi n. 6.
Testes an possit iudex examinare post conclusionem in causa, ibi n. 7.
Testes de credulitate an probent cap. 7. num. 9.
Testes singulares an probent, ibi num. 10.
Testes omni exceptione maiores qui dicantur, ibi num. 18.
Testis an possit esse mulier in criminalibus, & quid de jure canonico, ibi n. 19.
Testis an possit esse inimicus, & quid de reconciliato, ibi n. 20.
Testes an possint esse ascendentes, & descendentes, ibi n. 22.
Testis an esse possit infamis, ibi num. 23.
Testimonium socii quid contra socium operetur quæritur, ibi num. 25.
Testis inhabilis quando admittitur non est omni exceptione maior, cap. 7. n. 30.
Testis esse possit ebrius, ibi n. 32.
Testis an esse possit pauper, & vilis, ibi n. 33.
Testis an esse possit laycus contra Clericum, & Clericus contra laycum, ibi n. 34.
Testis an esse possit meretrix, ibi num. 35.
Testis an esse possit domesticus, ibi num. 36.
Testis unus fide dignus supplet defectum alterius, ibi n. 37.
Testes inhabiles an admittantur in delictis quando veritas aliter haberi non potest, ibi numer. 38.
Testi domestico quando credatur super delicto domi commisso, ibi num. 39.
Testes examinantur in criminalibus diebus feriatis, ibi n. 30.
Testes minus idonei admittuntur ad probandam rei innocentiam, ibi num. 41.
Testes examinare potest iudex usque ad sententiam, n. 42.
Tormentorum usus reprobatur à Divo Augustino, cap. 8. n. 1.
Tortura non utitur in Regno Aragonensi, ibi num. 2.
Tormentorum usus Reip. necessarius, ibi num. 3.
Torturæ locus non est, nisi in gravissimo crimine, ibi n. 4.
Tortura gravior pœna est, quam utriusque manus abscisio, ibi num. 5.
Torturæ locus non est, nisi præcedentibus iudiciis, ibi n. 6.
Torturæ locus non est, nisi deficiente probatione, ibi n. 7.
Tortura damnum affert irreparabile, ibi num. 8.
Torturæ locus non est, nisi post testium publicationem, ibi num. 9.
Tortura adhibita à iudice imperito in delicto plene probato, an probationes elidantur si reus

- reus negaverit, ibi num. 10.
 Torqueri an possit reus in tali casu supr. sociis, ibi n. 11.
 Torqueri an possit reus parte non petente extantibus indicis, ibi num. 13.
 A' torturæ sententia appellatur, ibi n. 14.
 Torturæ an locus sit propter unius testimonium, ibi n. 16.
 Torturæ ratificatio de jure Regni facienda est post diem naturalem, ibi num. 28. & quid de jure Regni, n. 29.
 Torturæ ratificatio non est in loco torturæ, ibi n. 30.
 Tortus semel an possit iterum torqueri si delictum negaverit, ibi num. 31.
 Tortura an pluries repeti possit, ibi num. 32.
 Tortus si confessus est delictum in tortura, & postea negaverit in ratificatione, an sit iterum torquendus, ibi numer. 33.
 Tortus qui in tormentis negavit, an purget indicia, ibi num. 34.
 Torturæ an possit adesse advocatus, ibi num. 37.
 Torturæ an subjiatur nobilis, ibi num. 38.
 Et an miles, ibi num. 39.
 Et an subjiatur Doctor, ibi num. 40.
 Et an decuriones Civitatis, ibi num. 41.
 Et an mulier pregnans, ibi numer. 42.
 Et an minor 14. annorum, ibi num. 43.
- U.
- Vir, & uxor una caro reputantur, cap. 3. num. 9.

Spes mea Christus est.

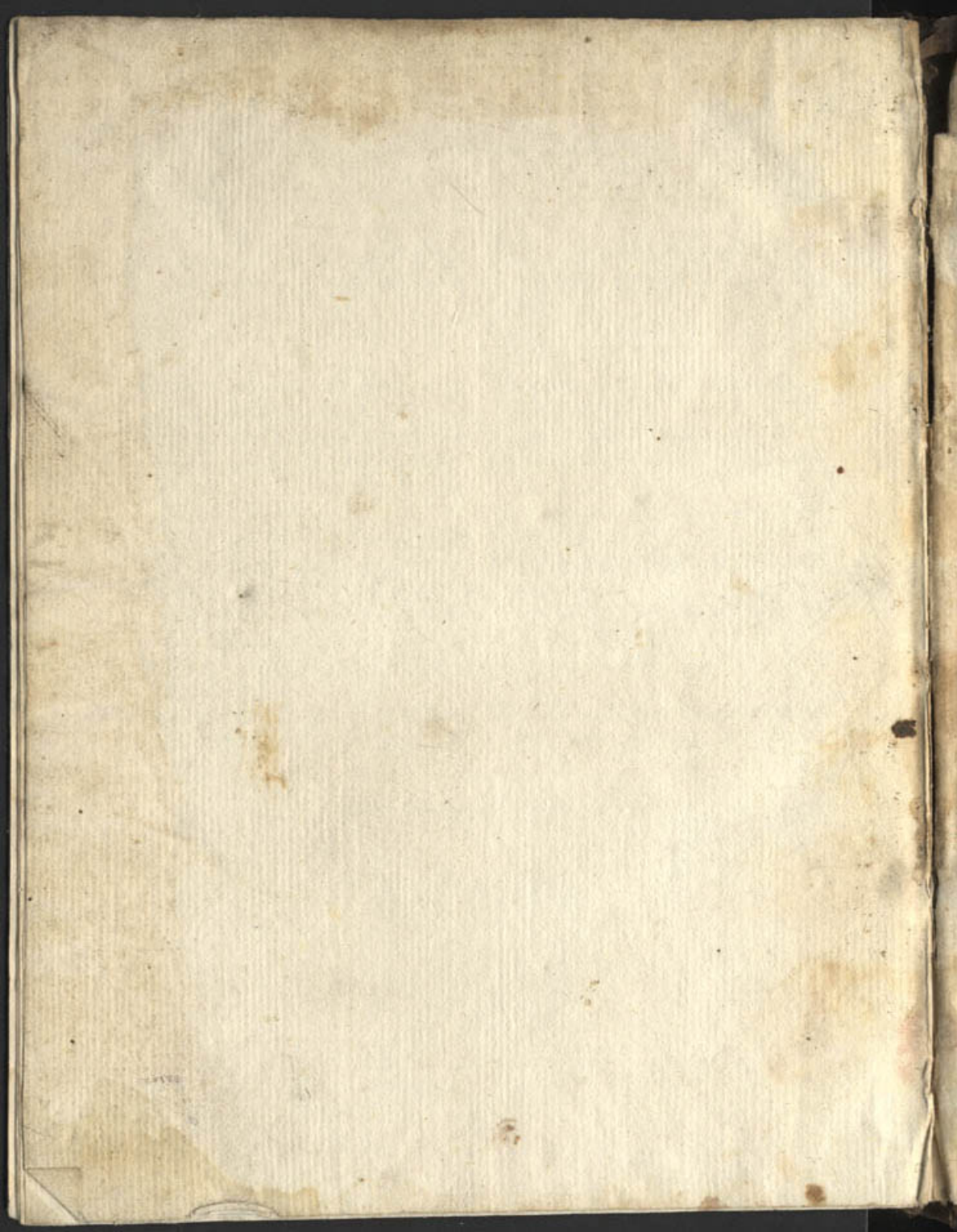




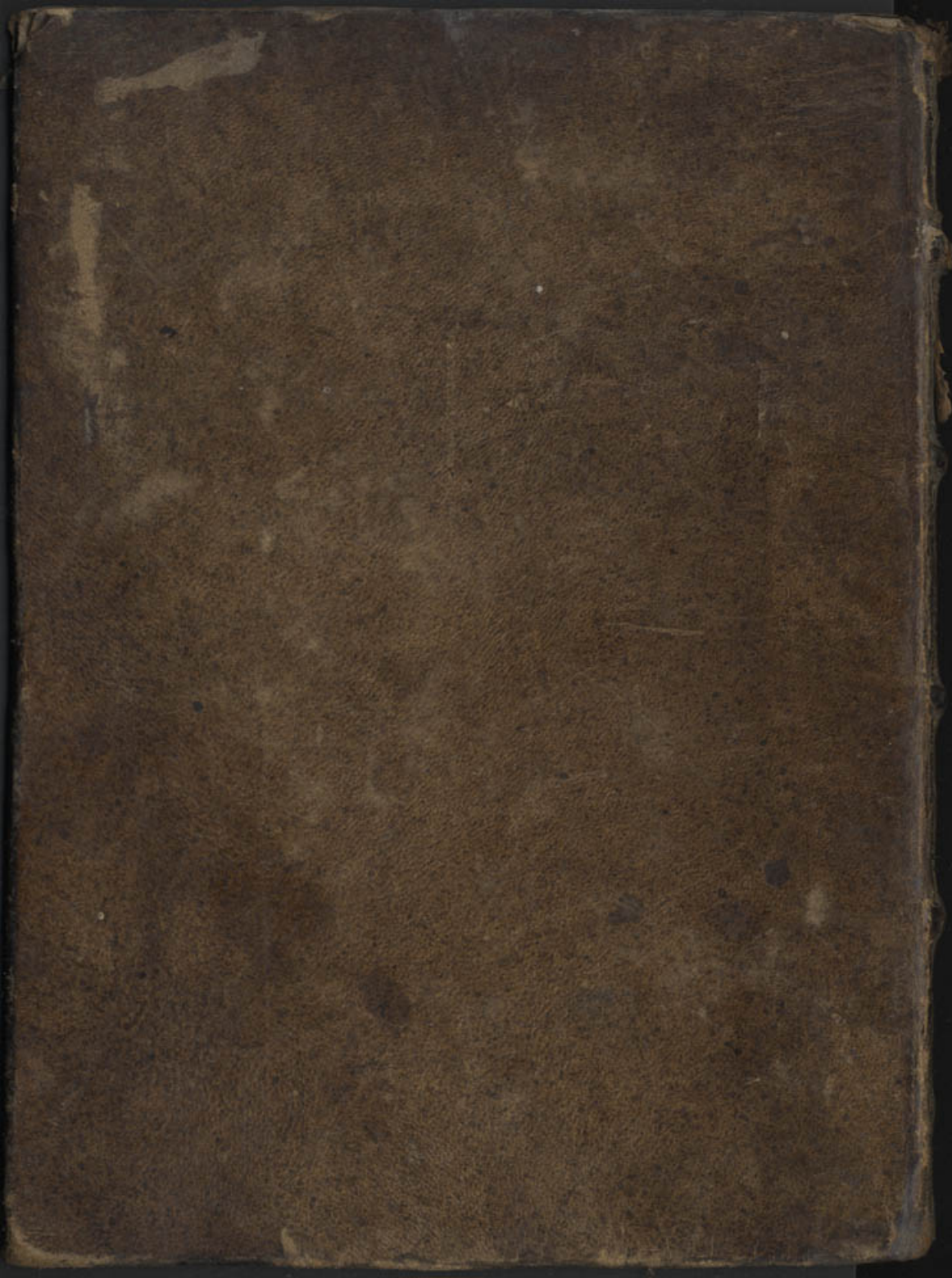
Faint, illegible text, possibly bleed-through from the reverse side of the page. The text is arranged in approximately two columns.



Faint, illegible text, possibly bleed-through from the reverse side of the page. The text is arranged in several lines and is significantly faded and obscured by stains and discoloration.



ma
das
de-
ron
a; e
lle



LENTAM
FINLUM
REGUM